

CONEXÕES

CIRCULAÇÃO TRANSATLÂNTICA DOS IMPRESSOS

INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

A CIRCULAÇÃO
TRANSATLÂNTICA DOS
IMPRESSOS – CONEXÕES

Márcia Abreu & Marisa Midori Deaecto

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Teresinha de Jesus Jacintho - CRB 8/6879

C496 A circulação transatlântica dos impressos [recurso eletrônico] : conexões / Organizadoras: Márcia Abreu e Marisa Midori Deaecto. -- Campinas, SP : UNICAMP/IEL/Setor de Publicações, 2014.

1 recurso eletrônico (324p.) : digital, arquivo(s) PDF.

ISBN 978-85-62641-10-7

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Livros - História - Séc. XIX. 2. Periódicos - Circulação - História - Séc. XIX. 3. Editores e editoras - História - Séc. XIX. 4. Cultura e globalização - Séc. XIX. 5. Geografia - Pesquisa. I. Abreu, Márcia. II. Deaecto, Marisa Midori.

CDD: 070.509034

SUMÁRIO

07 APRESENTAÇÃO

Márcia Abreu & Marisa Midori Deaecto

PARTE 1: HOMENS E LIVROS ENTRE DOIS CONTINENTES

15 BRASIL, PORTUGAL E FRANÇA: A Circulação de Ideias Políticas e Culturais por Meio dos que *Tratam em Livros* (1808-1830)

Lúcia Maria Bastos P. Neves e Tania Maria Bessone da Cruz Ferreira

25 TRAJETOS DE LIVROS, TÉCNICAS E IDEIAS: França - Brasil (1840-1846)

Claudia Poncioni

33 GARNIER NO BRASIL: Esta História se faz com Homens e Livros

Lúcia Granja

43 A FRANÇA E OS INTERCÂMBIOS TRANSATLÂNTICOS NO SÉCULO XIX

Marie-Claire Boscq

55 *DE LA DÉMOCRATIE EN FRANCE*, DE FRANÇOIS GUIZOT: Tradução e Recepção no Mundo Ibérico (1849-1889)

Marisa Midori Deaecto

65 PORTUGAL NO MUNDO: Phileas Lebesgue e a República dos Homens de Letras (1911)

Adelaide Maria Muralha Vieira Machado

- 73 NO INÍCIO, O *RECREIO*
João Luís Lisboa
- 81 SOBRE OS ITINERÁRIOS DOS PROFISSIONAIS DO LIVRO NA EUROPA
E NO BRASIL
Jean-Yves Mollier

PARTE 2: A CIRCULAÇÃO TRANSNACIONAL DA LITERATURA

- 93 UMA COMUNIDADE LETRADA TRANSNACIONAL
Márcia Abreu
- 105 LEITURAS LIBERTINAS EM PORTUGAL E NO BRASIL (c.1746-1807)
Luiz Carlos Villalta
- 115 PORTUGAL, O MUNDO LUSÓFONO E O ROMANCE INGLÊS: traduções
e tradutores em contexto amplo (1750-1830)
James Raven
- 129 CONEXÕES: Alexandre Dumas, Publicações na França, em Portugal e no
Brasil
Maria Lúcia Dias Mendes
- 151 INDÍCIOS DE CIRCULAÇÃO DE IMPRESSOS EM *O PÃO DA PADARIA
ESPIRITUAL*, Fortaleza, (1892-1896)
Leonardo Mendes
- 157 O LUGAR DA CRÍTICA LITERÁRIA NA REVISTA BRASILEIRA (1895-
1899): o naturalismo na Seção “Bibliografia”
Pedro Paulo Garcia Ferreira Catharina

PARTE 3: PERIODISMO, POLÍTICA E CULTURA

- 167 A *ILUSTRAÇÃO* (1884-1892): Algumas Questões Teórico-Metodológicas
Tania Regina de Luca

- 175 PROPOSTA DE UMA METODOLOGIA PARA O ESTUDO DA RELAÇÃO ENTRE LITERATURA E MODA NO SÉCULO XIX NUMA PERSPECTIVA TRANSNACIONAL A PARTIR DE REVISTAS DE MODA E DE FOTOGRAFIAS
Ana Cláudia Suriani da Silva
- 185 O PERIODISMO BRASILEIRO DE TRANSIÇÃO NA DINÂMICA DA CIRCULAÇÃO TRANSATLÂNTICA DO IMPRESSO
José Augusto Santos Alves
- 197 O IMPERADOR DO BRASIL E A IMPRENSA FRANCESA DA MONARQUIA DE JULHO
Isabel Lustosa
- 205 A EDIÇÃO QUINZENAL ILUSTRADA (1897-1898): a Experiência Editorial do *Jornal do Brasil* em Portugal
Júlio Rodrigues da Silva
- 213 CONFLITO DE CIVILIZAÇÕES OU DE MERCADO EDITORIAL? Brasil e Portugal nas Páginas da *Revista Brasileira* (2ª. fase: 1879-1881)
Mateus Pereira e Mauro Franco
- 221 O BRASIL NAS PÁGINAS DO *ANNUAIRE DES DEUX MONDES*: uma descrição
Kátia Aily Franco de Camargo
- 231 IMPRENSA FRANCESA NO BRASIL DO DEZENOVEVINTE: Redes e Conexões
Valéria Guimarães

PARTE 4: COLECIONISMO E PRÁTICAS DE LEITURA

- 247 PENSAR OS LIVROS DA MARQUESA DE ALORNA (1750-1839)
Vanda Anastácio

- 257 UM INSTANTÂNEO PRESENTE DE UM ACERVO PASSADO
Valéria Augusti
- 265 VIAGENS DE LEITURA. O Brasil nos Livros e Impressos Juvenis Francês
Andrea Borges Leão
- 273 “DES OISEAUX ÉLEVÉS DANS LES MÊMES NIDS”: Livros e Conexões no
Microcosmo Escolar Carioca do Novecentos
José Cardoso Ferrão Neto

PARTE 5: OFFENBACH E O PROBLEMA DA CIRCULAÇÃO MUNDIAL DE UM REPERTÓRIO MUSICAL

- 283 A ÓPERA-BUFA DE OFFENBACH: algumas pistas para o estudo da circulação
mundial de um repertório no século XIX
Jean-Claude Yon
- 291 OFFENBACH EM LISBOA NO FIM DO SÉCULO XIX, ENTRE ATRAÇÃO
E REPULSA
Graça dos Santos
- 299 OFFENBACH E A DISPUTA PELO PÚBLICO BRASILEIRO (1840-1870)
Orna Messer Levin
- 311 OFFENBACH NO RIO: A febre da opereta no Brasil do Segundo Reinado
Anaïs Fléchet

APRESENTAÇÃO

A Circulação Transatlântica dos Impressos – Conexões é fruto do colóquio que reuniu pesquisadores da Europa e do Brasil, entre 27 e 29 de agosto de 2012, na Universidade de São Paulo, com o objetivo de apresentar e debater os resultados preliminares obtidos pelos investigadores atuantes no Projeto de Cooperação Internacional “A Circulação Transatlântica dos Impressos – a globalização da cultura no século XIX”.¹ Tarefa árdua e, ao mesmo tempo, intelectualmente estimulante, como o leitor há de observar. São 32 estudos, reunidos em cinco seções temáticas, que abarcam múltiplas realidades e formas de conexão relativas à produção cultural do Brasil, de Portugal, da Inglaterra e da França, entre o final do século XVIII e o início do XX (1789-1914). Os pesquisadores preocuparam-se não apenas em apresentar os resultados preliminares de suas reflexões, mas também em disponibilizar dados oriundos de suas pesquisas em fontes primárias, que aparecem em anexos apensos a diversos textos. Assim, o leitor pode acompanhar, quase “ao vivo”, o processo de realização de uma pesquisa a dezenas de mãos sobre um tema novo, que vem gerando novas questões e interpretações.

Em “Parte 1: Homens e Livros Entre Dois Continentes”, como o próprio título o enuncia, foram compilados os estudos cujo foco central é a produção e a circulação livresca por seus vários agentes. As conexões que aproximam a França, Portugal e o Brasil são a tônica deste conjunto de trabalhos. Fato curioso, a temática política também se revela como um ponto em comum entre as pesquisas desenvolvidas por Lúcia Bastos e Tânia Bessone (voltadas para o Rio de Janeiro, no período de formação do Estado nacional – 1808 a 1830) e por Cláudia Poncioni (centrada no eixo Recife – Paris e na recepção das técnicas e ideias em circulação, em meados do Oitocentos). A temática clássica “intelectuais e classes políticas” é revisitada por Marisa Midori Deaecto e Adelaide Machado, para o caso brasileiro e português, tendo a França como ponto de partida para as aspirações ao Estado liberal e, no caso português dos anos de 1910, republicano.

¹ O projeto conta com financiamento da FAPESP, CNPq, FAEPEX-UNICAMP e Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines

As investigações de Marie-Claire Boscq e Lúcia Granja, por seu turno, privilegiam os livreiros e editores franceses que atuaram no comércio transatlântico de impressos no Oitocentos. Trata-se de campo notavelmente fértil para pesquisas com diferentes enfoques – do econômico ao literário – bastando lembrar que as bibliotecas e os arquivos franceses guardam um manancial de documentos ainda inéditos que nos permitem conhecer de forma mais precisa o papel de agentes franceses no Brasil, como mostra a investigação de Lúcia Granja sobre a prestigiosa Livraria-Editora de Baptiste-Louis Garnier. O trabalho de João Luís Lisboa, sugestivamente intitulado *No Princípio*, “O Recreio”, apresenta dados de uma pesquisa mais ampla, sobre a “Empresa Editora do Recreio”, que funcionou em Lisboa entre 1886 e 1907, tendo sido responsável por uma série de publicações de natureza popular, que estiveram entre as mais difundidas não apenas em Portugal, mas noutras partes da Europa e das Américas.

Para encerrar esta seção, Jean-Yves Mollier apresenta um exercício de síntese histórica, desde as migrações que levaram à instalação de livreiros franceses – de Briançon, em sua maior parte – noutras partes do continente, no final do Setecentos, até os movimentos expansionistas de uma indústria editorial francesa já consolidada que conduziram os *nouveaux-venus* da edição para a América. Como afirma o autor, estes deslocamentos favoreceram novas práticas de consumo cultural, que enriqueceram e dinamizaram a economia atlântica no último quartel do Oitocentos. Esta proposta de síntese histórica não deriva apenas de uma visão de conjunto do desenvolvimento do mercado editorial no “longo século XIX”, mas da *mise-en-pratique* de um conceito-chave, a saber, “transferência cultural” como o propõe Michel Espagne.

Na “Parte 2 – A Circulação Transnacional da Literatura”, reúnem-se textos que examinam a circulação e a recepção de obras literárias, com destaque para o romance, que parece ter sido um dos gêneros que maior interesse despertou nos leitores dos dois lados do Atlântico ao longo do século XIX. Márcia Abreu foca sua atenção nas reações dos letrados às narrativas ficcionais, observando uma notável sincronia nas avaliações realizadas na Europa e no Brasil, o que se explica pela circulação de livros e revistas que difundiam globalmente formas de ver e avaliar a literatura e os romances. Luiz Carlos Villalta também mostra a existência de conexões entre os modos de ler em Portugal e no Brasil, centrando sua observação sobre os livros libertinos ou, mais especificamente, sobre a apropriação libertina de escritos tão diversos quanto a Bíblia e textos políticos. A circulação transatlântica dos textos é também o objeto de Maria Lúcia Dias Mendes, que foca a presença dos escritos de Alexandre Dumas na França, em Portugal e no Brasil, examinando os circuitos que levam as obras de um lugar a outro e o tempo despendido no percurso. O texto é acompanhado de valiosos anexos com informações sobre a publicação das edições originais na França e suas traduções em Portugal e no Brasil. James Raven introduz uma nova variável na discussão ao considerar o trânsito literário entre Portugal e o Reino Unido, observando a presença de obras e temas lusitanos no mundo editorial inglês. O texto de Raven, assim como o de Dias

Mendes, traz um interessante anexo em que são listados os romances publicados em inglês com temas e personagens oriundos de Portugal.

As relações entre os letrados de diversas partes do mundo é também examinada por Pedro Paulo Catharina, que observa os textos críticos publicados na *Revista Brasileira*, entre 1895 e 1899, identificando sua procedência e analisando as maneiras pelas quais eles são comentados. Catharina destaca o papel do crítico José Veríssimo como mediador entre o mercado editorial e os leitores, bem como entre o que se publica e se comenta no exterior e o que se faz no Brasil. Enfocando, também, o final do século do século, mas acrescentando um novo ponto de observação, Leonardo Mendes estuda a presença de impressos, oriundos de diversas localidades, em Fortaleza, no final do século XIX, focando as leituras e referências literárias dos jovens artistas congregados na agremiação por eles denominada de Padaria Espiritual. A análise de *O Pão*, periódico publicado pelos jovens, revela a intensa circulação de livros, revistas e panfletos entre as diferentes regiões brasileiras e destas com o exterior.

A “Parte 3 – Periodismo, Cultura e Política” encerra o maior número de contribuições. Analisa-se ali um conjunto de questões já bastante debatido, desde que se apreendeu o jornal como um instrumento de opinião. Toma-se por fonte os jornais, as revistas, os magazines e os folhetins, além dos múltiplos gêneros que se convencionou chamar de “efêmero”, em oposição evidente, mas nem sempre justa, aos livros. As duas primeiras contribuições, de Tania Regina de Luca e Ana Claudia Suriani voltam-se para questões metodológicas: a primeira foca sua atenção sobre as representações socioculturais inscritas em um determinado projeto editorial enquanto a segunda se centra na questão da moda na imprensa especializada. As autoras se prestam ao desafio de pensá-las globalmente, situando valores e concepções aparentemente de cariz nacional ou local, em uma escala global. As questões luso-brasileiras são examinadas nos estudos de José dos Santos Alves, Júlio Rodrigues da Silva, Mateus Pereira e Mauro Franco. O primeiro se volta para uma leitura da Revolução do Porto e da Independência do Brasil nos periódicos portugueses, enquanto o segundo analisa o embate diplomático entre Portugal e Brasil no final do Oitocentos através das páginas do periódico lisboeta *Jornal do Brasil: Edição Quinzenal Ilustrada* (1897-1898). Mateus Pereira e Mauro Franco se voltam, por sua vez, para a ideia de civilização (ou civilizações) segundo o olhar de brasileiros e portugueses que publicavam nas páginas da *Revista Brasileira* (1879-1881).

Os ecos franceses reverberaram não apenas no periodismo brasileiro, em que seções destinadas às “cousas de França” eram constantes, mas também na imprensa em língua francesa, que circulou em diversas capitais brasileiras. O estudo de Jacqueline Penjon se volta para as conexões que se tecem entre o Brasil e a França no campo da literatura e das artes a partir dessas publicações e da trajetória de seus redatores. A autora se vale da leitura da *Revue française*, apoiando-se, igualmente, na consulta aos jornais *Le Messenger* e *L’Echo français*. Por seu turno, Kátia Aily Camargo investiga as múltiplas faces do Brasil desenhadas

nas páginas do *Annuaire des Deux Mondes*, entre 1829 e 1893. No mesmo sentido, Isabel Lustosa analisa a presença de D. Pedro I na imprensa periódica francesa publicada em Paris, local onde o primeiro imperador do Brasil viveu em 1831. Em abordagem também voltada para as práticas da imprensa periódica, Valéria Guimarães investiga a circulação de jornais franceses no Brasil na virada do século XIX para o XX, com o objetivo compreender as consequências desse diálogo para o desenvolvimento do jornalismo.

Duas outras partes menores encerram o presente volume. Menores no número de contribuições, mas certamente relevantes no conjunto do projeto que norteia todas essas investigações. Afinal, como pensar a circulação de impressos, que em última instância culmina na circulação de saberes, sem levar em conta a questão das bibliotecas, as quais reúnem em um só espaço a produção de diferentes tempos e lugares? Conhecer uma coleção implica em indagar sobre as matrizes intelectuais ou culturais que lhe conferiram corpo, como o demonstram as investigações de Vanda Anastácio, Maria Eulália Ramicelli e Valéria Augusti, que examinam acervos constituídos em Portugal, no Rio Grande do Sul e no Pará, respectivamente. Também compõem bibliotecas, reais ou imaginárias, as obras de formação estudadas por Andréa Borges Leão, que examina a presença da “literatura juvenil” e a noção mesma de juventude. De maneira semelhante, José Ferrão mergulha no universo escolar.

A “Parte 5 – Offenbach e o problema da circulação mundial de um repertório musical” reúne quatro pesquisas que realizam um estudo de caso acerca do fenômeno da difusão das operetas de Offenbach. Seu objetivo é compreender os laços estabelecidos por meio da circulação de artistas e, principalmente, das obras por eles encenadas nos países nos quais havia uma vida teatral, notando a supremacia do repertório francês em todos eles, como mostra o trabalho de Jean-Claude Yon. Entretanto, não se deve compreender supremacia como aceitação cega, como se vê no texto de Graça dos Santos que examina os movimentos de atração e repulsa da produção de Offenbach em Lisboa no final do século XIX. As tensões entre o elemento estrangeiro e o nacional são também analisadas por Orna Messer Levin, que apresenta as disputas travadas no Rio de Janeiro, no meado do século XIX, no contexto de criação e afirmação de um repertório brasileiro. Essa tensão, como mostra o capítulo, foi produtiva, gerando recriações e apropriações locais de uma produção que circulava por todo mundo. Anaïs Fléchet completa o quadro, estudando a presença de *troupes* francesas no Rio de Janeiro e a recepção carioca da figura de Offenbach, autor de forte presença nos periódicos brasileiros de meado do século.

Destarte, mais do que o encontro *ao vivo* de pesquisadores de universidades de Norte a Sul do Brasil que formam equipe com investigadores de Portugal, França e Inglaterra, o Colóquio “A Circulação Transatlântica dos Impressos-Conexões” e esta publicação que dele resulta constituem um passo importante para a compreensão da circulação de ideias, pessoas e suportes da escrita para além das fronteiras nacionais e regionais. Não quer isto

dizer que estas balizas perderam sua importância. Assim, os Estados e os territórios, muito mais os segundos do que os primeiros, constituem o nexo necessário para a identificação dos fenômenos de ordem política ou cultural investigados pelos pesquisadores deste grupo. Todavia, as análises pressupõem que as fronteiras se apresentam menos como um fator explicativo do que como um ponto de partida para a reflexão. Elas tanto aproximam, quanto distanciam os elementos comparados, tudo dependendo do ponto de observação e dos objetivos a serem atingidos.

O caráter transnacional da pesquisa expressa-se também na convivência de línguas nesta publicação, em que comparecem textos em português, seguidos de sua tradução para o inglês ou para o francês.

Nesse grande mar através do qual os escritos navegam de lá para cá e de cá para lá – notemos que a percepção mesma de um lá e de um cá depende de um porto, de um farol a partir do qual se olha, ou para onde se dirige –, os estudos aqui reunidos compreendem uma etapa rumo a uma melhor compreensão das conexões de homens, ideias e de um emaranhado de suportes impressos. Este volume apresenta, enfim, uma etapa preliminar desta longa viagem – viagem que já tem um passado, mas que, como ocorre com os bons navegadores, não perde de vista as coordenadas das novas rotas que estão por vir.

Márcia Abreu & Marisa Midori Deaecto

PARTE 1

HOMENS E LIVROS ENTRE DOIS
CONTINENTES

BRASIL, PORTUGAL E FRANÇA: A Circulação de Idéias Políticas e Culturais por Meio dos que *Tratam em Livros*¹ (1808-1830)

Lúcia Maria Bastos P. Neves

(Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Tania Maria Bessone da Cruz Ferreira

(Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

No final do século XVIII, a cidade de Briançon, fortaleza remodelada por Vauban a serviço de Luís XIV, destacava-se entre pequenas aldeias próximas, todas cercadas de picos, formando um vale que acompanhava a antiga rota da Itália. Tais aldeias, como La Grave, Le Monétier-les-Bains, Le Bez, La Salle-les-Alpes, compostas de casas simples, com telhados íngremes e velhas igrejas de madeiras constituem-se em importantes elementos para aqueles que procuram estudar o comércio livreiro no mundo luso-brasileiro entre o final do século XVIII e o início do oitocentos.

Durante aquele período, de um lado, a geografia tornava a região militarmente estratégica, mas também ponto de passagem obrigatório para os mascates que uniam a Itália, a França e a Suíça²; de outro, empurrava qualquer excesso populacional para fora daquele ambiente inóspito, à procura de condições mais favoráveis. Foi o caso dos Martin e Bompard, mas também dos Borel, Reycend, Bertrand, Rolland, Aillaud, Faure, Rey, Gravier, Bonnardel. Tais famílias se fixaram em Nápoles, Milão, Gênova, Paris, Barcelona, Lisboa e algumas chegaram, até mesmo, ao Rio de Janeiro.

Conservando os laços de origem e casando-se entre si, tais famílias criaram redes de relação e de informação indispensáveis para o exercício do comércio naquela época de

¹ Expressão de época que significava livreiro, segundo Antonio de Moraes Silva, *Diccionario da Língua Portuguesa*, Lisboa, Typographia Lacerdina, 1813, v. 2, p. 232.

² Laurence Fontaine, *Histoire du colportage en Europe: XVe-XIXe siècle*, Paris, A Michel, 1993.

comunicações difíceis. Em especial, tornaram-se livreiros. Talvez por uma “solidariedade montanhesa”, na expressão de Georges Bonnant³, foram buscando seus conterrâneos para se agruparem no negócio da livraria, associando-se em “densas redes de relações comerciais” e formando uma espécie de grande família, como bem mostrou o estudo sobre livreiros do setecentos em Portugal de Manuela Domingos⁴. Os documentos sobre registros de nascimento, casamento e morte também indicam tal solidariedade, uma vez que, regra geral, aqueles que assinavam como testemunhas desses atos já laicizados, eram sempre os conhecidos livreiros que se uniam entre si.

Aqui o olhar volta-se especificamente para a família Martin e, mais tarde, para este *briançonais* que veio para o Brasil, Jean-Baptiste Bompard. Eram duas famílias ligadas entre si por laços de parentesco e de negócios. Estas foram, então, utilizadas para analisar a circulação de livros entre os dois lados do Atlântico. Ainda procura-se demonstrar que tais livreiros tiveram sua importância para a estruturação das práticas culturais e políticas do Brasil, nas primeiras décadas do oitocentos.

Segundo registros paroquiais e informação de historiadores⁵, a família Martin já se estabelecera em Lisboa com loja de livros desde 1777, sendo que Paulo Martin pai havia se associado, anteriormente, a outro livreiro briançonês – os irmãos Borel, comprovando a solidariedade entre as famílias aliadas depois de gerações. Provas dessas relações também podem ser indicadas, anteriormente, uma vez que seu pai, Alexandre Martin, casou-se em 1750, em La Salle, com Catherine Bompard.

Anos depois, em 1775, Paulo Martin pai contraiu matrimônio com a viúva de Borel, Maria Madalena Bompard (La Salle, 1745), tendo como testemunhas, a mãe do livreiro e outro descendente da família Bompard. Em 1786, Paulo Martin pai retornou à sua região natal para batizar uma das filhas Hyacinthe Borel, que mais tarde se casou com o irmão mais velho de Jean-Baptiste Bompard, demonstrando que as relações familiares continuavam a ser mantidas.

Da união de Paul Martin pai e de Maria Madalena Bompard nasceram 5 filhos, sendo um deles Paulo Martin Filho, que veio para o Rio de Janeiro, como caixeiro, mas que, depois, se tornou um dos livreiros mais importantes da cidade. Obtendo passaporte em outubro de 1799⁶, Paulo Agostinho Martin chegou aqui, provavelmente, no início de 1800, na idade de

³ G. Bonnant, “Les libraires du Portugal au [sic] XVIII^e siècle vus à travers leurs relations d'affaires avec leurs fournisseurs de Genève, Lausanne et Neuchâtel”, *Arquivo da Bibliografia Portuguesa*, Coimbra, 21-22 (6): 195-200, jan-juin 1960.

⁴ Diogo Ramada Curto, Manuela Domingos et al., *As gentes do livro, Lisboa, século XVIII*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2007, pp. 163-164.

⁵ Para os registros ver Fernando Guedes, *Os livreiros franceses em Portugal no século XVIII. Tentativa de compreensão de um fenómeno migratório e mais alguma história*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1998 e Diogo Ramada Curto, Manuela Domingos et al., *op. cit.*, p. 403.

⁶ Arquivo Histórico Ultramarino, Códice 808, Passaportes 1798-1806, fl. 54.

20 anos. Por meio das licenças para enviar livros para o Rio de Janeiro, expedidas pela Real Mesa Censória em Portugal, pode-se afirmar que ele se estabeleceu naquela cidade como livreiro, no início do século XIX, vendendo por conta de seu pai, várias obras. Era comum, nesse mundo de negócios de livros, a consolidação de ligações familiares, exploradas pelos interessados em diversos pontos da América, constituindo-se como verdadeiras “redes financeiras”, em virtude de sua importância e extensão.

Os títulos encontrados naquelas encomendas são bastante numerosos, somando até 1808, com as repetições, cerca de 1500⁷. Agrupados por temáticas, predominavam as obras de religião, como *Manuais de Missa*, *Horas Marianas*, *Catecismos* e *Imitação de Cristo*, entre outras. Dentre as de filosofia, constavam *La Logique* de Condillac, os *Pensamentos* de Pascal e *Recreações Filosóficas* do padre Theodoro d’Almeida, um dos primeiros sócios da Academia das Ciências de Lisboa. De história, mencionavam-se a *História Universal* de Millot, a *História de Portugal* de Laclède, uma *Revolução da França* (autor anônimo) e a *Vida de D. João de Castro* de J. Freire de Andrade. Muito variadas eram as obras de literatura, incluindo *Paulo e Virgínia* de Bernadin de St. Pierre, *Mil e uma Noites*, *Marília de Dirceu*, *História de Gil Blas* de Lesage, *Viagens de Gulliver*, *Aventuras de Telêmaco* de Fénelon, *Paraíso Perdido* de Milton, os *Lusíadas*, diversas obras de Bocage, *Théâtre* de Voltaire, *Aviso ao Povo* de Tissot, *Orlando Furioso* de Ariosto, *Oeuvres* de Racine e de Molière. Havia ainda as *Ordenações do Reino*, dicionários diversos em português, como o de Bluteau, francês, inglês e a *Gramática Latina* de Verney, além de muitas obras científicas – de medicina, de química, de história natural e de aritmética – e outros títulos, confirmando que a venda de livros no Rio de Janeiro voltava-se, de início, para algumas áreas profissionais⁸. Deve-se destacar que a família Martin não enviava livros apenas para livraria de Paulo Martin no Rio de Janeiro, mas também para o Maranhão, Pernambuco, Bahia e Pará⁹.

As fontes mais ricas, em relação a Paulo Martin, estão relacionadas, contudo, ao período posterior a 1808, quando é possível consultar, além dos anúncios em periódicos, as licenças do Desembargo do Paço e os catálogos que mandou imprimir. O primeiro de que se tem notícia apareceu impresso no final da obra *O Plutarco Revolucionário* (1810). Constava de folhetos, destinados a forjar inúmeras representações contra o Imperador dos franceses, Napoleão Bonaparte, ou criticar os franceses, considerados como homens grosseiros e ignorantes, sem princípios, sem educação e sem religião. Regra geral, os textos foram

⁷ Para análise dessas listagens, ver Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Real Mesa Censória. Exame dos livros para saírem do Reino para o Rio de Janeiro (Caixas 153 a 156).

⁸ Ver Maria Beatriz Nizza da Silva, *A cultura luso-brasileira. Da reforma da Universidade à independência do Brasil*, Lisboa, Estampa, p. 63ss.

⁹ Cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Real Mesa Censória. Exame dos livros para saírem do Reino para Bahia (Caixas 157-158), Maranhão (Caixa 159), Pará (Caixa 160) e Pernambuco (Caixa 161).

impressos em Portugal, mas, algumas vezes, reimpressos no Rio de Janeiro. Paulo Martin procurou divulgá-los, aproveitando a conjuntura histórica das guerras napoleônicas e dos primeiros sucessos de Portugal contra o invasor francês.

Já em 1821, dois catálogos indicavam livros diversos que tinham a clara preocupação de criticar o governo absoluto, de explicar para os novos cidadãos a verdadeira importância do sistema constitucional e de certos pontos fundamentais do vocabulário político. Palavras antigas que se resignificavam como liberdade, soberania, eleições, Constituição, ou novas – Cidadão e Direitos, entre outras –, que passavam a fazer parte do cotidiano da sociedade brasiliense, graças aos movimentos liberais que ocorreram do outro lado do Atlântico. Um desses catálogos ostentava 89 títulos, com quase 70% destes ligados a temas políticos. Incluía diálogos jocosos a respeito do despotismo, estampas que representavam alegorias relacionadas à Regeneração Portuguesa, retratos de alguns deputados portugueses, além de obras conhecidas como *Werther* de Goethe, as de Bocage, *História da Inquisição de Portugal*, alguns livros sobre moral, ciência econômica, história e dois dicionários, enquanto o número de livros religiosos tornava-se bastante reduzido¹⁰. A maior parte dessas obras havia chegado de Portugal, da loja de seus irmãos – Martin Irmãos – uma vez que seu pai já havia falecido desde 1813. Ressalte-se ainda que era pequena a quantidade de livros impressos no Brasil, já que as primeiras tipografias particulares começaram a se instalar a partir de 1821. Portanto, a Imprensa Régia não dava conta da publicação de grande volume de obras. Em seu conjunto, as obras anunciadas por Paulo Martin estavam impressas em português e francês, mas podem-se citar algumas em latim e, curiosamente, alguns *Spelling Books*, “próprios para a mocidade aprender o idioma inglês”, vendidos a 1600 réis.¹¹

A negociação entre os Martin de Lisboa e o Brasil continuou mesmo após a morte de Paulo Martin em finais de 1824. Em Lisboa, encontram-se diversos pedidos dos Irmãos Martin entre 1827 e 1828, a fim de enviar livros para esse lado do Atlântico, em sua maioria ao Rio de Janeiro, mas também para o Maranhão e Bahia. Tais pedidos totalizam 199 títulos, com vários volumes, sendo 43,70% de livros em Belas Letras, 21,60% em Teologia, 17,58% em Ciências e Artes, 10,05% em Jurisprudência e 6,53% em História. Logo, em 1827 e 1828¹², após a Independência, mantinha-se a tradição comum aos anos posteriores da vinda da Corte para a América Portuguesa, do predomínio dos livros de Belas Letras nesses pedidos. Nesse caso, era grande o número de livros em latim, especialmente, aqueles que traziam a expressão *ad usum Delphini*. Estes voltavam-se, inicialmente, “para o uso do Delfim” (para a educação do filho de Luís XIV). Mais tarde, tais expressões passaram a

¹⁰ *Notícia: Paulo, mercador de livros [...]*. Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1821.

¹¹ *Gazeta do Rio de Janeiro*, nº 43, 29 de maio de 1813. Trata-se, provavelmente de *A Pronouncing Spelling Book: with Select Lessons in Prose and Verse*, by G. Fulton and G. Knight, que, em 1813, encontrava-se em sua 5ª edição. (Edinburg, Peter Hill, 1813).

¹² Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Maço 871, nº 60.

indicar obras impressas que tinham como objetivo educar a mocidade, como já demonstrou Márcia Abreu¹³. Também naquelas solicitações eram diversos o registro de *Dicionários*, sobretudo, o de Antonio Moraes Silva, provavelmente, em sua 3ª edição de 1823, uma vez que as listagens continuavam a não trazer as indicações bibliográficas completas. Em algumas, havia apenas, o nome do autor. Destaque-se ainda que foi identificado apenas um livro de novelas – *A Ilha Incógnita, ou memórias do cavaleiro de Gastines* (1802), traduzido da edição francesa de grande sucesso, publicada ainda no século XVIII. A explicação para esse grande número de títulos em Belas Letras, quanto também para um número significativo de obras em Ciências e Artes e Jurisprudência pode ser baseada na necessidade de livros para a instrução, uma vez que os primeiros cursos superiores começavam a se instalar no Império do Brasil como, por exemplo, os cursos de Direito, em 1827. Surpreende, porém, a retomada do número de livros voltados para a religião e a diminuição de obras de cunho político e filosófico.

Duas hipóteses podem ser levantadas para explicar a ampliação dessa natureza de livro: primeira, face à ausência de uma censura mais rígida no Brasil naquele momento, muitos dos livros de cunho político eram aqui publicados e outros eram importados diretamente da França; segunda, um crescimento do próprio ensino religioso com a criação e/ou reativação de novos seminários. Em verdade, nessas listagens, não se encontram os outrora livros proibidos de conhecidos pensadores como Rousseau, Voltaire, Montesquieu, Hume, entre outros.

Em contrapartida, a circulação não era uma via de mão única. Encontra-se um catálogo que saiu à luz em Lisboa, em 1812, com as obras impressas no Rio de Janeiro e que se encontravam à venda, na Loja de Paulo Martin e Filhos, nº 6, defronte do Chafariz do Loreto. Totalizavam 43 obras, publicadas pela Impressão Régia do Rio de Janeiro, em que se destacavam livros técnico-científicos, especialmente, traduções de livros de matemática e geometria, impressos para a utilização na Academia Real Militar do Rio de Janeiro, além de memórias científicas sobre a agricultura; seguidos daqueles voltados para Belas Letras, como os *Ensaio*s de Alexandre Pope ou o poema *Uruguai* de José Basílio da Gama; Economia e Artes, com os diversos trabalhos de José da Silva Lisboa, sobre o franco comércio, Legislação e temas variados, como *Almanack da Cidade do Rio de Janeiro*, mapas, entre outros.

Igualmente, podem ser encontrados alguns anúncios de obras estampadas na América portuguesa, em periódicos lusos, como o *Jornal de Coimbra*, editado entre 1812-1820. Por exemplo, em maio de 1813, este anunciava a venda de *O Patriota*, jornal literário, político, mercantil, publicado no Rio de Janeiro, naquele ano, na loja de Paulo Martin e Filhos, pelo mesmo preço que no Rio de Janeiro: cada folheto avulso, 800rs e a subscrição, 4:000rs, por semestre, indicando a circulação de idéias entre os dois lados do Atlântico.

¹³ *Os Caminhos dos livros*, Campinas, Mercado das Letras, 2003.

O mesmo periódico anunciava, em inícios de 1814 livros, “que chegaram ultimamente do Rio de Janeiro” a Paulo Martin e Filhos. Tais obras foram aqui impressas e passavam a ser vendidas em Lisboa. A listagem possuía 19 títulos, sendo dez voltados para Belas Letras, como o próprio periódico *O Patriota* e algumas peças relacionadas à vitória dos portugueses contra as tropas napoleônicas, por exemplo, *O Patriotismo Acadêmico*, por Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, que narrava os feitos do Corpo Militar Acadêmico de Coimbra nas invasões francesas e um elogio às nações de Portugal, Espanha e Inglaterra em sua união para a derrota dos franceses. Os demais eram elogios fúnebres em virtude da morte do Infante de Espanha e Portugal D. Pedro Carlos, casado com a filha mais velha do futuro D. João VI. Os outros nove apresentavam temática voltada para as Ciências – tratados de álgebra e geometria, tratados de cálculo diferencial, tratados de física, utilizados, sobretudo, no ensino das Academias Militares. Curioso é que tais livros eram traduções de autores franceses, como Silvestre François Lacroix e o Abbade Haüy, realizados por luso-brasileiros. Destaca-se também o *Diário Astronômico para o ano de 1813, calculado para o meridiano do Rio de Janeiro*.

A ausência de uma documentação mais específica, que indique a saída de livros do Brasil para Portugal naquele período (não encontrada, pelo menos, até o presente estágio da pesquisa), levou à procura de tais indícios nos periódicos portugueses. Assim, anos mais tarde, também é possível encontrar o registro de livros originários do Brasil em Portugal, no jornal *O Chronista: semanário de política, litteratura, sciências e artes*, redigido por Almeida Garret (1826) e, já em meados do século, o *Bibliophilo* (1849) que relacionava as publicações do Brasil que circularam do outro lado do Atlântico. Tal levantamento ainda se encontra em fase de realização.

Apesar de ser um livreiro importante no Rio de Janeiro e de estar inserido em outras atividades de negócio e ainda políticas¹⁴ – Paulo Martin era sócio da Companhia de Seguros Providence, e depois, da Tranquilidade; na parte política, foi eleito compromissário da freguesia de Santa Rita no Rio de Janeiro, em 1821 – segundo seus familiares, no final de 1815, desejou retornar a Portugal. Nenhum de seus irmãos, como João José e Inácio Augusto, que já haviam vindo ao Rio de Janeiro, aceitou permanecer com sua Loja. A família decidiu, então, procurar um outro parente para continuar os negócios do Rio de Janeiro. Naquela altura, Paul Martin (pai) já havia falecido. A solução encontrada foi a escolha de um primo direto dos Irmãos Martin, sobrinho de Maria Madalena Bompard. Era o já citado, Jean-Baptiste Bompard.

Naquela altura, Jean-Baptiste Bompard, nascido em Briançon, em 1797, contava com menos de 20 anos. Seu pai era comerciante e fora membro do Conselho dos Notáveis da

¹⁴ Para tais atividades, ver Lucia Maria Bastos Pereira das Neves, “Impressores e Livreiros: Brasil, Portugal e França, idéias, cultura e poder nos primeiros anos do oitocentos”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 171(451): 231-256, abril/junho de 2011.

República francesa em Briançon (1793 a 1795). Jean-Baptiste foi enviado para estudar em Turim, Itália, região onde se encontravam outras pessoas oriundas de Briançon, também livreiros, como os Gravier, família que há muito mantinha relação estreita com os Bompard. Retornando a Briançon (1813), passado alguns anos, Jean Baptiste aceitou a proposta e partiu, primeiro para Lisboa, onde permaneceu por alguns tempos, para conhecer os negócios livreiros e preparar sua vinda para o Rio de Janeiro. Provavelmente, seguindo a tradição das famílias da região, Bompard procurava uma atividade fora de sua terra natal, que não oferecia grandes possibilidades para satisfazer a ambição de seus jovens habitantes. Além disso, em razão da solidariedade de suas relações familiares, tal função podia lhe trazer uma formação para começar sua vida nos negócios como também uma ajuda financeira.

Bompard foi autorizado a realizar viagem de Lisboa para o Brasil, em 30 de julho de 1818, «completamente legitimado pela Polícia», conforme consta de seu passaporte encontrado no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa. Chegou ao Rio de Janeiro, em dezembro de 1818, segundo o Registro de Estrangeiros da Intendência de Polícia: “JOÃO BATISTA BOMPARD – Residente à Rua da Quitanda, n.34, natural de Briançon, 21 anos, solteiro, veio de Lisboa em dezembro de 1818, com o destino de ser caixeiro em casa de Paulo Martim Filho”.

Na loja de Martin permaneceu até seu retorno a França, em 1828. Seus primeiros anos, na então capital do Império português, foram passados como assistente e caixeiro na loja de seu primo, até o momento da morte deste último. Um anúncio encontrado no *Diário do Rio de Janeiro*, no dia 17 de abril de 1824, na seção de Notícias Particulares, indica que Bompard assumiu o controle da livraria:

J. B. Bompard, morador na rua dos Pescadores, nº 14, testamenteiro do falecido Snr. Paulo Martins, roga a todas as pessoas que tiverem dado obras ou alguns papéis para vender na sua loja, hajam de vir buscar, ou seus produtos, com toda a brevidade possível.

Segundo notas escritas por um dos netos de Bompard, Paulo Martin confirmou seu primo como seu “herdeiro”, dado que ainda merece uma investigação, pois apesar da “solidariedade montanhesa e familiar”, não é possível crer que os Irmãos Martin de Lisboa tenham aceito essa sucessão sem qualquer venda para Bompard de parte da livraria.

Em verdade, Jean-Baptiste prosseguiu, com sucesso, a atividade comercial da Loja de livraria, cartografia e publicação de Paul Martin. Segundo Hallewell, ele se tornara o “principal livreiro da Corte”¹⁵, entre 1824, quando assumiu a livraria até 1827/8, data em que se desfez dos negócios e retornou à França.

¹⁵ Laurence Hallewell, *O livro no Brasil (Sua história)*, São Paulo, T.A.Queiroz/Edusp, 1985, p. 48.

Ao longo desses anos, Bompard continuou a distribuir livros, periódicos, panfletos e folhetos políticos, impressos em diferentes línguas e países como pode ser comprovado tanto pelos anúncios publicados no *Diário do Rio de Janeiro*, como pelo Catálogo, existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro da livraria de Bompard, datado de 1825. No primeiro caso, encontram-se vários anúncios de vendas de livros entre 1824 e 1827, totalizando mais de uma centena de livros. Em sua maioria, eram obras redigidas em português, voltadas para as belas letras, como *Amanda e Oscar, ou Historia da Família de Dunreath*, romance datado de 1796 (*The children of the Abbey: a Tale*) da novelista inglesa, muito conhecida em sua época, Regina Maria Roche. Esse romance foi considerado por José de Alencar como um de seus modelos ficcionais como também foi *Saint-Clair das Ilhas*, publicado em 1822. Obras científicas, algumas em francês, especialmente, textos médicos, como *Méthode pour reconnaître des maladies*, Manuel de Chimie Médicale, a de Aveubrugger (editor chefe do *Journal de Médecine*, 1814) e a de Brugnatelli – *Pharmacopée Générale à l'Usage des Pharmaciens et des Médecins*, tradução francesa da obra original publicada em italiano em 1802. Este médico era amigo pessoal de Alessandro Volta e utilizando-se da invenção deste último, ou seja, a Pilha, criou o método conhecido como galvanoplastia. Outros anúncios registravam a venda de folhetos políticos de conjunturas históricas anteriores, como os folhetos sebastianistas (*O Sebastianista Desenganado à sua custa* do célebre panfletário português José Agostinho de Macedo); folhetos anti-napoleônicos (*O desengano do mundo ou morte de Buonaparte, encontrando este na eternidade hum rancho de Corcundas, a que se ajuntão três sonetos às extintas legiões* de José Daniel Rodrigues da Costa); e folhetos constitucionais (*Epístola sobre o Despotismo*). Panfletos e escritos relacionados à própria conjuntura de época também se faziam presentes, como *Diálogos entre um Corcunda, um Constitucional e um Federativo, vindos proxivamente de Pernambuco*¹⁶, referente à rebelião da Confederação do Equador de 1824 ou escritos sobre o Infante D. Miguel de Portugal, quando das contendas entre liberais e absolutistas no reino português (*Requerimento de José Daniel, que fez ao Sereníssimo Senhor Infante D. Miguel*)¹⁷. Havia ainda um grande sortimento de obras ligadas à música, como *Methodo de tocar viola, contendo no seu principio os preliminares de música e he succedido de lições e exercícios de bom gosto*¹⁸. Um aviso ao público, impresso em uma folha avulsa, anunciava a venda por 1\$000, na loja de Bompard e de outros livreiros do Rio de Janeiro, do *Diálogo Constitucional Brasiliense*, ou a *Constituição Política do Império*, literalmente reduzida a um Catecismo, anotado respectivamente com a íntegra da Lei, que prescreve a fórmula do Ato Solene do

¹⁶ Trata-se, provavelmente, da obra de Miguel do Sacramento Gama Lopes, intitulada *Diálogo entre um corcunda, um constitucional e um federativo do Equador*, publicada em Recife, em 1825.

¹⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, nº 21, 25 fevereiro 1825.

¹⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, nº 10, 18 setembro 1825.

Reconhecimento dos Sucessores do Trono do Império¹⁹, demonstrando a preocupação dos livreiros em estarem afinados com a conjuntura política da época.

Muitas outras obras vinham a público na informação do jornal, que também registrava a chegada de títulos recentes vindos do exterior, comprovando a conexão entre seu estabelecimento e as novidades europeias: a loja de J. B. Bompard “recebeu pelo último Navio, uma porção de livros de Medicina e Política, impresso [sic] de 1824 em francês²⁰”; “Na Loja de livros de Bompard, rua dos Pescadores n. 49, lhe tem chegado pelo Navio vindo da cidade do Porto²¹[...]”; e, “Na loja de livros de Bompard [...] lhe tem chegado ultimamente de França as obras a saber²²”. Nesta última remessa, havia exclusivamente livros sobre medicina.

Quanto ao seu Catálogo, trata-se de uma cópia manuscrita, uma espécie de levantamento dos livros que deviam existir em seu estabelecimento. O número de títulos totaliza 4305. Sem dúvida, um repertório extraordinário para a época, no Brasil. Comparando-se com o catálogo de outro importante livreiro francês, Pierre Plancher, estabelecido no Rio de Janeiro e analisado pelo historiador Marco Morel, pode-se verificar que este, em 1827, estampava 317 títulos²³. A maioria dos livros do Catálogo era em língua francesa, 64,40% do total, incluindo o que o livreiro denominou de *feuilletage* em francês. Seguiam-se os livros em português (29,7%), e, com menor expressividade, aqueles em espanhol, italiano, inglês e alemão (estes últimos constituíam-se em um dicionário, uma gramática e um texto traduzido para o alemão – *Robinson le Jeune*, um livro do século XVIII, de Joachim Heinrich Campe).

Este é um projeto em andamento, em que outras investigações ainda devem ser realizadas, por exemplo, a busca em diversos periódicos portugueses e franceses para se localizar o envio de livros do Brasil para o outro lado do Atlântico. Algumas considerações parciais, no entanto, podem ser anunciadas.

Em primeiro lugar, pode-se afirmar que os livreiros, naquela época do oitocentos, para além de comerciantes e homens de negócio, constituíam-se em “transmissores culturais ativos²⁴, que contribuíram para a circulação de idéias culturais e políticas entre o Brasil

¹⁹ Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras 102, 5, 220, *Aviso ao publico*, [s.n.t].

²⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, nº 7, 8 agosto 1825.

²¹ *Diário do Rio de Janeiro*, nº 9, 10 agosto 1826.

²² *Diário do Rio de Janeiro*, nº21, 25 agosto 1826.

²³ Marco Morel, *As transformações dos Espaços Públicos. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade Imperial (1820–1840)*, São Paulo, Hucitec, 2005.

²⁴ Expressão de Diana Cooper-Richet. Cf. em Richet, Diana Cooper-Richet, Jean-Yves Molier & Ahmed Silem (orgs.), *Passeurs culturels dans le monde des médias et de l'édition en Europe: XIXe e XXe siècle*, Villeurbanne, E.N.S.S.I.B., 2005.

e os países do outro lado do Atlântico. Identifica-se, por conseguinte, a existência dos diversos intercâmbios culturais, ocorridos naquela conjuntura, demonstrando o papel atribuído aos livros, que possibilitavam que idéias se transformassem em mercadoria e estas se constituíssem em ideologia²⁵.

Em segundo, verifica-se que a análise dos laços familiares e de negócios entre os Martin e os Bompard, oriundos da pequena Briançon, confirma a rede de solidariedades que se estabelecia entre esses homens que tratavam dos livros. Certamente, não apenas por ligação afetiva, mas pelo poder do dinheiro²⁶ que envolvia tais questões, levando a casamentos que uniam famílias e consolidavam as livrarias mais importantes de muitas cidades, como as do Rio de Janeiro e as de Lisboa.

²⁵ Para o conceito de ideologia, ver F. Furet & J. Ozouf, “Trois siècles de métissage culturel”, *Annales. Economies, Sociétés, Civilisations*, Paris, 32 (3): 488- 502, mai- juin 1977.

²⁶ Cf. Jean-Yves Mollier, *O Dinheiro e as Letras . História do Capitalismo Editorial*, São Paulo, Edusp, 2010.

TRAJETOS DE LIVROS, TÉCNICAS E IDEIAS: França - Brasil 1840 e 1846

Claudia Poncioni

(Sorbonne Nouvelle - Centre de recherches sur les pays lusophones)

No encontro do nosso grupo, em Lisboa, em outubro de 2011, tive a oportunidade de apresentar dois jornais brasileiros “socialistas” que surgiram, um no Recife e outro no Rio de Janeiro, em meados de século XIX.

Meu objetivo é dar continuidade a essa pesquisa, numa segunda fase, através de um estudo comparativo entre *O Progresso*, jornal fundado em 1846 por Antônio Pedro de Figueiredo no Recife e publicações francesas contemporâneas como *La Phalange* ou *Démocratie pacifique*, que o engenheiro Vauthier introduziu no Brasil.

Meu ponto de partida deveria ser uma análise detalhada dos exemplares originais da revista pernambucana de 1846 que Amaro Quintas publicou, em edição fac-similada em 1950 por ocasião dos festejos comemorativos do centenário do Teatro de Santa Isabel no Recife.

Contudo, os meandros dos arquivos pernambucanos são muitas vezes difíceis de contornar. Uma primeira busca anunciava a existência no catálogo da Fundação Joaquim Nabuco, do jornal *O Progresso*. Verificação feita, tratava-se infelizmente de outra publicação posterior de que retomava em parte o mesmo título. Trata-se de *O Progresso, folha católica, literária e noticiosa* cuja primeiro exemplar repertoriado e datado de 1859.

A pesquisa efetivada junto ao Arquivo Público Jordão Emerenciano, onde se encontravam no final dos anos 1940, os originais que serviram de base à edição fac similada de Quintas não foi positiva. Os originais não foram localizados naquele arquivo público. Uma busca nos acervos do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano foi igualmente infrutífera.

Finalmente uma boa notícia, a responsável pela Hemeroteca do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro dá uma resposta positiva. A instituição possui a coleção completa

de *O Progresso* de Antônio Pedro de Figueiredo. O preço anunciado para a reprodução parece confirmar a autenticidade do material visto o altíssimo custo de reprodução (R\$ 46 000). Porém, a consulta *in loco* do material permite constatar que se trata mais uma vez da edição de 1950.

Não deixa de ser surpreendente o fato de que a totalidade dos documentalistas e arquivistas consultados não seja capaz de fazer a diferença entre originais e edição facsimilada.

Minha intenção é portanto retomar a pesquisa nos arquivos privados de Amaro Quintas, esperando ter a eles acesso numa próxima viagem ao Recife, posto que o que sabemos com certeza é que o editor de 1950 teve em suas mãos os originais do século XIX.

A pesquisa encontra-se destarte num impasse temporário, razão pela qual, hoje minha apresentação terá por base a presença francesa no Recife de meados dos noventa e a difusão de livros franceses, mais particularmente de livros do ideário dos primeiros socialismos, através da ação do engenheiro Vauthier.

Em meados do século XIX, a colônia francesa do Recife, é essencialmente composta por comerciantes e artesãos que introduzem tanto os produtos franceses como também novos hábitos, como anota Gilberto Freyre.

Um anúncio publicado no *Diário de Pernambuco*, em 1840, dá uma boa amostragem do tipo de produtos franceses que chegavam ao Brasil. O Consulado faz um leilão de parte da carga de um barco, saído de Bordeaux, que naufragara nas costas nordestinas:

Quinta-feira 17 do corrente, às 10 horas da manhã se fará a venda pública, no armazém de Lenoir Puget & Cia., rua da Cruz, por intervenção do corretor Oliveira, das fazendas abaixo declaradas em Bordeaux para o mercado do Rio de Janeiro, a bordo do navio Provence, naufragado em Lorena, a saber: espelhos, gravuras, perfumarias, relógios de cima de mesa, luvas para senhoras e homem, de várias qualidades, sapatos para senhora, painéis com relógios, coletes para homem, cassas de muito bom gosto, chitas finas, fazendas de lã, pentes de tartaruga bem sortidos, cetins, gros de nápoles, Kalan, fazenda linda de inteiramente nova para vestido de senhora, sedas para coletes, xales e lenços de seda, guarnecidos de renda, instrumentos de música, relógios de ouro e prata, brincos e anéis de ouro com esmeraldas, rubis e brilhantes, alfinetes de ouro para senhoras, de lindos gostos, com camafeu e mosaicos, bezerros¹ e numerosos outros objetos de gosto muito moderno.²

Tudo isso explica por que a maioria absoluta dos passageiros do *Armorique*, navio em que o engenheiro Vauthier viajou para o Recife, é constituída por representantes de casas comerciais que vendem esse tipo de mercadorias. No navio viajam também, além desses franceses (três negociantes, três comerciantes, um seleiro), Boulitreau, engenheiro

¹ Não foi possível descobrir do que se trata.

² *Diário de Pernambuco*, 4 de junho de 1840. Ver Anexos, docs n.º 35 e 52.

auxiliar que Vauthier tinha conhecido em Vannes, e um personagem de romance, Henri-Auguste Milet.

Vauthier vem ao Brasil a chamado de um poderoso chefe político pernambucano, o então barão e depois conde da Boa Vista,³ político hábil, movido por uma visão clara do interesse coletivo e capaz de impor seu ponto de vista às míopes visões de seus parentes, amigos, compadres e clientes – essa casta de senhores de engenho e de donos de fazendas de algodão, cujos horizontes da imensa maioria não vão além da próxima safra.

Mal desembarca, o francês descobre a sociedade pernambucana, suas damas recatadas que lhe parecem sem traquejo, que “tocam piano de modo passável”. Em seu diário, anota as primeiras impressões, faz a lista das tarefas a realizar, das reformas a encetar. Visita os futuros subordinados, cuja capacidade de intriga e força de inércia pressente. Quando Rego Barros anuncia o recrutamento de dois engenheiros franceses em seu relatório anual que apresenta, no dia 1º de março de 1841, perante a Assembleia provincial, Vauthier e Boulitreau já estão instalados há mais de seis meses no Recife e encontram-se em plena ação. A transformação do Convento do Carmo em colégio está em andamento; o local onde será construído o teatro, definido; e o pré-projeto, traçado. O levantamento da planta da cidade está em curso.

A presença de Vauthier provoca rapidamente inúmeras outras reações negativas, algumas cobertas de um verniz patriótico, outras claramente xenófobas, que a imprensa publica, sob pseudônimos diversos, em uma série de artigo assinados por “O Filopátria”, que o *Diário de Pernambuco* reproduz em 1841.

Essas críticas provêm certamente de alguém cujos interesses a nova administração de Obras Públicas contraria.⁴ A contratação de trabalhadores livres, principalmente alemães, cuja competência Vauthier elogia em seus relatórios, contraria os interesses de donos de escravos de ganho, acostumados a alugá-los como operários durante a entressafra.

Vauthier toma também a iniciativa de propor outros projetos, como o fornecimento de água potável ao Recife e a Olinda, o aterro do pântano de Olinda, as sete milhas da estrada de Goiana; e anota:

Pensei durante o dia em nosso grande projeto do Beberibe: fornecer água à cidade – sanear o alagado de Olinda – fornecer água a Olinda – tornar o Beberibe navegável – fazer 7 milhas da estrada de Goiana. Cinco objetivos seriam assim alcançados, cinco objetivos importantes e desejáveis. Entreguei-me imediatamente ao estudo dessas questões.⁵

³ Francisco do Rego Barros (Cabo de Santo Agostinho, 4 de fevereiro de 1802 – Recife, 4 de outubro de 1870). Ver nota no site da Fundaj: <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=300&textCode=925&date=currentDate> (consultado em 29 de novembro de 2009).

⁴ Ver outro documento do gênero nos Anexos, doc. n.º 67.

⁵ Diário de L.-L.V., anotação de 26 de agosto de 1841.

Rego Barros cumpre o estipulado no contrato e Vauthier, a partir de 1842, é nomeado diretor de Obras Públicas, sob as ordens diretas do presidente.

Vauthier introduz novas técnicas mas também métodos novos, trabalha para o bem comum, alia o útil ao agradável, concebe o futuro, idealiza, implanta e dirige uma estrutura pública única em seu tempo no Brasil. A Repartição de Obras Públicas da província de Pernambuco procura adaptar às circunstâncias pernambucanas métodos de organização e de trabalho da administração francesa de Pontes e Calçadas, projeto apresentado no relatório ao presidente da província em dezembro de 1841:

[...] administração segundo dois princípios gerais inscritos em todas as obras da natureza: primeiro, unidade do sistema e segundo, economia nos meios necessários para alcançar o resultado determinado. A unidade do sistema no qual tudo se faz comunicando-se de um centro principal aos centros secundários, destes para os de terceira ordem e assim vai radiando do centro para a circunferência e faz vibrar com unissonância todas as partes do sistema desde as mais gerais até as mais particulares.⁶

Esse sistema concêntrico de exercício da administração dará origem a muitos de seus desafetos. A aplicação com rigor do regulamento contraria também interesses de proprietários de engenhos menores e de produtores de algodão da região ao norte do Recife, currais eleitorais praieiros. Já as estradas construídas beneficiam em grande parte os proprietários dos grandes engenhos do sul da província, zona controlada pelos conservadores. Além disso, o abandono do sistema de “arrematações”, ou seja, de empreitadas, contraria também os interesses de pequenos empresários. A Repartição de Obras Públicas passa a ser também a executora dos “lanços”, ou seja, de pedaços de estradas, realizados por batalhões de trabalhadores livres. Os recursos já não são apenas provenientes do orçamento provincial; o financiamento vem igualmente de investidores nacionais ou estrangeiros. O Estado reembolsa o capital privado por meio da cobrança de taxas, pedágios, etc., encargos que recaem sobre os usuários das estradas.

Certamente o emprego de trabalhadores livres é mais custoso do que a utilização de batalhões de trabalhadores escravos, que a própria repartição possui e continua a utilizar, mas os resultados são sem dúvida melhores. Esses batalhões de trabalhadores livres, calçados e vestidos devidamente, representam um rude golpe para os senhores de escravos, que anteriormente, na entressafra da cana, faziam os “lanços” por empreitada,⁷ rentabilizando a mão de obra escrava desocupada. como explica Izabel Andrade Marson.⁸

⁶ Luís L. Vauthier, “Relatório do engenheiro em chefe da província de Pernambuco”, 20 de fevereiro de 1843. In Jordão Emerenciano, “Vauthier no Arquivo Público”, *Revista do Arquivo Público*, Recife, Secretaria do Interior e Justiça, ano III, nº V, 1948.

⁷ Ver anúncios nos Anexos, docs. n.º 72 e 73.

⁸ Izabel Andrade Marson, “Política, engenharia e negócios, a polêmica atuação do engenheiro Vauthier na Repartição de Obras Públicas de Pernambuco” (1840-1846), comunicação apresentada no Colóquio Internacional Interdisciplinar, Pontes & idéias: Louis-Léger Vauthier, engenheiro francês no Brasil, Fundaj, Recife, outubro de 2009.

Porém os projetos de Vauthier vão muito além de simples projetos de engenharia civil; são também de engenharia social:

Tive hoje de manhã uma longa conversa com o presidente sobre a situação geral do Brasil. Questão de importância capital agora: a ligação das províncias ao centro. O sistema atual é abominavelmente falso. Nada se fará enquanto subsistir o atual estado de coisas. Desenvolver essa ideia em uma brochura ou em alguns artigos para os jornais.⁹

Note-se a certeza de que o progresso social virá em consequência do progresso econômico que o progresso técnico deverá propiciar, em plena concordância com as discussões dos fourieristas. A preocupação em introduzir melhorias técnicas dentro de uma concepção social transparece em suas conversas com Boa Vista.

Vauthier manteve durante toda sua estada no Brasil uma atividade intensa para a difusão do ideário fourierista. A análise das listas de assinantes dos jornais fourieristas que Vauthier manda vir da França, para difundir em Pernambuco, mostra contudo que, além de alguns poucos franceses, os assinantes brasileiros integram a “notabilidade” conservadora esclarecida. A difusão que o francês faz no Recife de panfletos, livros e revistas dos seguidores de Fourier, fundadores da escola falansteriana, também chamada de escola societária, inscreve-se dentro da lógica de propagação dos preceitos elaborados por Fourier e retrabalhados por seus discípulos, liderados por Victor Considerant.¹⁰

A escola societária, surgida no início dos anos 1830, busca difundir e aplicar um conhecimento científico por meio da experimentação, aspirando à constituição de uma vida associativa harmoniosa, organizada em falanstérios, baseada na “ciência da atração”.

Em Pernambuco procura, por meio de suas leituras, acompanhar as discussões em curso na França, mas também aprofundar seus conhecimentos teóricos; não se atendo apenas ao círculo fourierista, lê todo tipo de livros. Procura, com essas leituras, não apenas satisfazer uma grande sede intelectual, mas também adquirir as bases que lhe permitam argumentar, discutir e finalmente convencer. A adesão à escola não deve ser obtida pelo doutrinamento ou pela força, mas sim pela argumentação.¹¹

⁹ Diário de L.-L.V., anotação de 13 de janeiro de 1841.

¹⁰ Victor Considerant (1808-1893), engenheiro também formado pela École Polytechnique que abandona a carreira para se tornar o principal propagandista da École Sociétaire, criando em 1836, o jornal *La Phalange*.

¹¹ Thomas Bouchet comenta o fato em sua comunicação “Etre phalanstérien au milieu du XIXe siècle, Louis-Léger, François, Victor et les autres”, apresentada no Colóquio Internacional Interdisciplinar, Pontes & idéias: Louis-Léger Vauthier, engenheiro francês no Brasil, Fundaj, Recife, outubro de 2009

Posto que para os “societários” as teorias de Fourier são ciência, a adesão a seus preceitos deve ser a natural consequência de uma demonstração feita de forma racional e convicta.

Os brasileiros que figuram na lista de assinantes das publicações da escola fazem essencialmente parte do círculo de Boa Vista: Figueira de Melo, Antônio Joaquim de Sousa Castro, Francisco José da Costa, Brosser, Antônio José de Miranda Falcão, Antônio Borges da Fonseca, José Bento da Cunha Figueiredo, sem contar Soares de Azevedo, diretor do Colégio Pernambucano, e Antônio Pedro de Figueiredo.

Em 1841, Cantagrel publica um livro que foi um importante instrumento do movimento societário, *Le Fou du Palais Royal*. Nessa obra procura, a partir de diálogos filosóficos, de fácil compreensão e agradável leitura, discutir os principais teoremas de Fourier. O livro é um verdadeiro sucesso. Vauthier lê atentamente a obra do amigo, envia-lhe diversas sugestões e, em 1842, importa nove exemplares para distribuir no Recife.

A presença de livros franceses no Brasil era forte desde meados do século XVIII e início do século XIX. Os anúncios de livros no *Diário de Pernambuco* na época permitem constatar que havia, embora muito restrito, um mercado consumidor de livros na província. Gilberto Freyre, em *Um engenheiro francês no Brasil*, faz um levantamento minucioso de anúncios de livros nos jornais de meados do século XIX e insiste na influência que tiveram os livros franceses em tornar o Recife do século XIX um grande centro de atividades políticas e sociais. Lembra também que Frei Caneca tinha sido fortemente influenciado pela cultura francesa e que Tollenare notara que os pernambucanos cultos conheciam a história da Revolução Francesa.¹²

Ao Recife, primeiro porto de abordagem para os barcos vindos da Europa, chegam muitos livros estrangeiros, além de portugueses, é claro. Na cidade há sociedades e gabinetes de leitura cujas bibliotecas são alimentadas pelos sócios, como o Gabinete Literário de Pernambuco, ou ainda livrarias, como a de João da Cunha Magalhães, localizada na rua da Cadeia do Recife, ou a livraria de Manoel Figueiroa Faria, na “esquina do Colégio”, onde inclusive os livros podem “ser trocados contanto que lhes não falem folhas”.¹³

Livros de autores franceses são indicados, tanto no idioma original como em traduções portuguesas e são de literatura, técnicos, de Direito, didáticos ou filosóficos. Quem tem alguma instrução, mesmo não sabendo falar francês, lê a língua de Molière.

¹² Gilberto Freyre, *Um engenheiro francês no Brasil*, op. cit., p. 363.

¹³ *Diário de Pernambuco*, 7 de abril de 1846.

Por isso Vauthier anuncia no *Diário de Pernambuco* a venda de livros franceses que põe à disposição dos interessados na livraria da “esquina do Colégio”:¹⁴

Publicações da escola societária Acabam de chegar da França algumas obras desta escola filosófica, que numa forma clara apresentam as mais nobres e justas ideias sobre o estado presente e futuro da humanidade, e cuja leitura portanto pode ser da maior utilidade para os homens de todos os credos políticos; elas vendem-se nesta tipografia pelos preços seguintes: *Débâcle de la Politique*, 1\$22rs; *Notions élémentaires de la Science Sociale*, 1\$200rs; *Almanach Phalanstérien*, 400r\$; *Les enfants du Phalanstère*, 240r\$; *Petit cours d'économie politique*, 240r\$; *De la Politique Nouvelle*, 120 r\$.¹⁵

Ou ainda:

Publicações da escola societária. Além das obras da dita escola, anunciadas anteriormente por este Diário, e que tiveram já muita extração, acabam de chegar de França e vendem-se nesta tipografia, pelo preço mais cômodo, as interessantes obras seguintes: *Trois discours*; *Vie de Charles Fourier*; *Exposition Abrégée du système de Fourier*; *Examen en défense du même*; *Le sept avril*; *Colonisation de Madagascar*; *Des Caisses d'épargne*. Acham-se depositados na praça da Independência, livraria nº 6 e 8, alguns catálogos das obras completas da Escola, e há quem se encarregue de as fornecer às pessoas que desejarem entrar no perfeito conhecimento do sistema societário.¹⁶

Vauthier também empresta livros a quem não podia comprá-los, como atesta o anúncio publicado alguns dias antes de regressar à França:

L.-L. Vauthier, estando para embarcar até o dia 12 do corrente, roga a todas as pessoas, em cujas bibliotecas existam livros pertencentes ao anunciante que se sirvam devolvê-los.¹⁷

Assim, sua ação para a difusão de livros dos partidários de Fourier, os livros societários, além de tomar a forma de venda de assinaturas, ou de livros avulsos, ainda se manifesta pelo empréstimo de livros pessoais. O engenheiro também envia livros para a Bahia, onde são vendidos em Salvador pelo italiano Carlo Poggetti, que Eugène Vauthier conhece em dezembro de 1843, a bordo do *Casimir Delavigne*, durante a travessia entre o porto de Le Havre a Pernambuco. Poggetti é um dos principais tipógrafos da Bahia e dono de uma livraria fundada em 1835 que se tornara o local predileto dos intelectuais da cidade.¹⁸

Uma próxima viagem de estudos a Recife, prevista para o mês de novembro de 2012, deverá permitir a retomada da pesquisa relativa a *O Progresso*, já nos arquivos de Amaro Quintas. Espero também dar prosseguimento à pesquisa nos acervos de bibliotecas e arquivos pernambucanos com relação aos livros “societários” importados por Vauthier.

¹⁴ A Livraria do Colégio anunciava com frequência os livros que punha à venda. Ver Anexos, doc. n.º 93.

¹⁵ *Diário de Pernambuco*, 17 de julho de 1845.

¹⁶ *Ibid.*, 5 de novembro de 1845.

¹⁷ *Ibid.*, 11 de novembro de 1846.

¹⁸ Ubiratan Machado, *A etiqueta de livros no Brasil* (São Paulo: Edusp, 2003), p. 24.

A pesquisa se estenderá também aos sebos. Espero poder, em nosso próximo encontro, apresentar novos elementos sobre a temática da “Circulação de livros e idéias: os primeiros socialismos no Brasil”.

GARNIER NO BRASIL: Esta História se faz com Homens e Livros

Lúcia Granja
(Universidade Estadual Paulista)¹

1 – HOMENS

As pesquisas que temos empreendido dentro do Projeto Temático FAPESP “A circulação transatlântica do livro: a globalização da cultura no século XIX” nos indicaram recentemente que, para melhor conhecer a história da circulação dos livros, notadamente da literatura brasileira no século XIX, será preciso recontar a história de alguns homens, mais precisamente, a da família Garnier no Brasil.

Baptiste-Louis Garnier, como se sabe, foi aquele que, nas palavras de Ernesto Senna, dominou o comércio de livros no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX². Ao longo de sua trajetória de mais de cinquenta no Brasil, foi condecorado por D. Pedro II com a comenda da Ordem da Rosa, graças aos serviços prestados às letras brasileiras, uma vez que, além de fornecedor de livros franceses e estrangeiros em geral, e de variada gama, foi o grande editor dos escritores brasileiros do XIX (Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto-Alegre, Macedo, Alencar, Bernardo Guimarães, Taunay, Machado de Assis, entre dezenas deles). Como nos indica Hallewell com precisão, “no conjunto, Baptiste-Louis Garnier tem a seu crédito a publicação de 665 obras de autores brasileiros”³. Todos os testemunhos da época o descrevem como um homem que geriu sozinho seu negócio, supervisionando seus empregados, metódico, econômico, ativo⁴. No entanto, recentemente, algumas pistas nos levaram a novos dados sobre a história de vida do livreiro e editor no Rio de Janeiro, os quais abrirão caminhos à pesquisa sobre o livro no Brasil.

¹ Trabalho desenvolvido com apoio da FAPESP e do CNPq

² Ernesto Senna, *O velho comércio do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, G.Ermakoff Casa Editorial, 2006, pp. 49, 50 e 52

³ Laurence Hallewell, *O livro no Brasil*, São Paulo, EDUSP, 2005. p. 217.

⁴ Ernesto Senna, *op. cit.*, pp. 50-51.

Uma parte do material sobre a livraria B. L. Garnier está conservada nas bibliotecas e arquivos franceses, pois, ao longo de todos esses anos em que se ocupou do mercado editorial e comércio de livros a partir da capital Imperial do Brasil, o livreiro-editor manteve ligações comerciais estreitas com a França⁵. Além disso, tendo ele falecido em outubro de 1893 sem deixar descendentes no Brasil, foram seus irmãos e sobrinhos que herdaram toda a sua fortuna, acumulada no negócio do livro.

Algumas das fontes disponíveis no Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro indicaram-nos que as pistas devem continuar a ser investigadas além-mar⁶. A maior delas é a de que B. L. Garnier, como examinamos em uma procuração registrada em Paris, manteve sempre o mesmo cartório que seus irmãos na França⁷. Dessa maneira, certos documentos que passaram pelas mãos desses notários parisienses instruem-nos a respeito do livreiro e da livraria Garnier da Rua do Ouvidor. Interessa-nos, sobretudo, e estamos ainda a buscar este documento, o inventário *post-mortem* de Baptiste-Louis, ou seu testamento, que mostrarão o montante dos negócios da livraria. Sem dar pistas de suas fontes, em suas memórias publicadas em 1938, Luiz Edmundo afirma que o livreiro

Morreu deixando quase sete mil contos, por uma época em que as livrarias, como as de Brigueu, eram montadas com dez contos de réis, legando toda sua imensa fortuna ao irmão, já padre de rico, livreiro em Paris. À pobre mulher com quem vivia maritalmente deixou apenas 80 contos...⁸

Pelo lado da sucessão, tornando um pouco mais preciso esse testemunho, quando desapareceu Baptiste-Louis Garnier, restavam vivos dois de seus irmãos, Pierre-Auguste, que morreria em 1899, e Hippolyte, que permaneceria até 1911. Auguste, o grande parceiro de Hippolyte no negócio do livro, falecera em 1887. Não nos alongaremos aqui nos irmãos, pois essa é a parte das relações familiares que conhecemos melhor⁹. Ao mesmo tempo, uma procuração o passada a Julien Lansac em dezembro de 1893, três meses após a morte de Garnier, nos conta já algumas das histórias ligadas a essa sucessão, uma vez que ele representaria, no Rio, os interesses dos irmãos e outros descendentes ainda vivos. Esse

⁵ Conferir, por exemplo: Hallewell, *op. cit.*, p. 199; Eliana de Freitas Dutra, “Leitores de além-mar: a Editora Garnier e sua aventura editorial no Brasil”. In: Marcia Abreu e Aníbal Bragança (orgs.). *Impresso no Brasil*. São Paulo, Editora da UNESP, 2010, pp. 70-71; Eliana de Freitas Dutra, *Rebeldes literários da República*, Belo Horizonte, editora UFMG, 2005, pp. 30-32.

⁶ Já iniciamos essas pesquisas em uma estadia de dois meses em Paris (junho e julho de 2012). Temos em mãos alguns documentos, que estamos analisando, principalmente ligados à sucessão da família Garnier. Continuaremos o trabalho durante um estágio de pós-doutorado que pretendemos realizar entre outubro de 2012 e fevereiro de 2013.

⁷ Biblioteca Nacional, seção de manuscritos, 48, 006, nº 26.

⁸ Luiz Edmundo. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, 2003.

⁹ Conferir, por exemplo, Jean-Yves Mollier, *O dinheiro e as letras*, São Paulo, Edusp, 2010, pp. 325-335 e Laurence Hallewell, *op. cit.*

documento deixa-nos saber que um dos sobrinhos de Garnier, Emile Auguste, morou no Rio de Janeiro nos anos 1870 e que dois de seus três filhos, sobrinhos-netos do livreiro da Rua do Ouvidor, nasceram nessa cidade: Auguste Emile Garnier, em 20 de outubro de 1875, descrito em 1893 como empregado de livraria, residente em Paris; Pauline Aimée Garnier, irmã de Auguste Emile, que também nasceu em 27 de novembro de 1876¹⁰. Teria estado o pai dessas duas crianças, descrito como empregado do comércio, morto em 28 de janeiro de 1878, a bordo do vapor Valparaíso, na viagem de volta à Europa, trabalhando no Rio com o seu tiolivreiro, estabelecido na Rua do Ouvidor? Se isso for verdade, Baptiste-Louis não foi a figura quase solitária que nos descrevem os testemunhos da época. Terá sido, certamente, um homem reservado, mas que teve à roda de si, no Rio, quem sabe a ajudá-lo em seus negócios, uma parte da família da Mancha. Outros indícios nos levam a crer que parte da família Garnier esteve trabalhando, no Rio, perto de Baptiste-Louis. Para tanto, é preciso que continuemos a analisar algumas outras fontes que recolhemos, a partir da citada procuração.

Por outro lado, lendo o documento concedido a Lansac, vemos que ela o autorizava a: proceder o inventário de Baptiste-Louis, assenhorar-se das condições da sucessão, vender os bens móveis e imóveis de Garnier, receber e pagar todas as somas compreendidas na sucessão, resolver todos os conflitos com credores, depositários, cobrar dívidas, receber e retirar correspondência e pacotes, entre outras atividades do gênero. A procuração parece-nos, assim, indicar para uma liquidação completa dos negócios, além de mostrar confiança extrema dos livreiros Garnier de Paris em Lansac. Em que momento, e a partir de quais informações de Lansac, teriam esses senhores decidido manter a casa comercial do Rio e investir nela? Lembremo-nos que, como nos conta Hallewell, Hippolyte ergueu, no final do século, um magnífico edifício para a livraria, quatro andares na Rua do Ouvidor, apartamento para o gerente no último deles, inaugurado numa festa de gala em 9 de janeiro de 1900¹¹. Hallewell fala-nos da presença de Lansac como gerente da livraria a partir de 1898, mas, como podemos observar, o francês chegou ao Rio muito antes e ocupou-se da sucessão de Baptiste-Louis, formando uma visão completa desses negócios. A história desse intervalo dos negócios, entre a verdadeira chegada de Lansac ao Rio, o inventário e a decisão de reerguer o império Garnier da Rua do Ouvidor continuará a ser esclarecida até o final deste projeto.

¹⁰ Para essas informações baseamo-nos, sobretudo, na “Procuração par M. Garnier et autres à M. Lansac”, documento de 26 de dezembro de 1893. A procuração foi feita em favor de Julien Emmanuel Bernard Lansac, que, como sabemos, tornar-se-ia gerente da livraria Garnier do Rio. Conferir, por exemplo, Hallewell, *op. cit.*, p. 199.

¹¹ Hallewell, *op. cit.*, p. 258.

2- LIVROS – INDÍCIOS DA CIRCULAÇÃO DA LITERATURA BRASILEIRA

A outra metade da história das relações de Baptiste-Louis Garnier com a circulação do impressos no século XIX deve ser contada, como se pode imaginar, por meio dos livros.

Os escritores brasileiros na segunda metade do século XIX logo perceberam as oportunidades que a empresa de Garnier lhes ofereceria¹². Já de saída, tinham uma motivação simples para se renderem ao editor francês, a qualidade das impressões. José de Alencar, por exemplo, queixou-se algumas vezes das dificuldades que teve no momento em que tentou publicar, às próprias expensas, seus romances, ou seja, antes dos contratos que ele assinou com a casa Garnier. Em sua autobiografia intelectual, tão citada pelos historiadores e estudiosos do livro, enunciou : “ Se eu tivesse a fortuna de achar oficinas bem montadas com hábeis revisores, meus livros sairiam mais corretos; a atenção e o tempo por mim despendidos em rever, e mal, provas truncadas, seriam melhor aproveitados em compor outra obra “¹³. Da mesma forma, no posfácio da segunda edição de um dos seus principais romances, *Iracema*, ele nos diz:

Sai esta edição escoimada de alguns defeitos que na primeira abundaram; porém, a respeito de erros tipográficos de imprensa, sem dúvida mais incorreta. Nossas tipografias em geral não têm bons revisores; e o autor é o mais impróprio para esse árduo mister. Inteiramente preocupado da ideia ou do estilo, pouca atenção lhe sobra para dar à parte ortográfica do livro.¹⁴

Na editora de Garnier, esses problemas com a composição dos livros foram, desde sempre, muito menores, pois a qualidade de seus produtos era uma das estratégias de venda e de colocação no mercado brasileiro. Os exemplares da *Vulgata*, por exemplo, traduzidas diretamente para o português pelo Padre Antonio Pereira Figueiredo, foram anunciados nos jornais e catálogos como “perfeitamente impressos e ricamente ilustrados”¹⁵. Aproveitandose de todas as oportunidades para construir seu mundo comercial que ligava a França e o Brasil por uma ponte de livros, Garnier manteve também, morando em Paris, um revisor de provas de sua editora, o jornalista José Lopes da Silva Trovão. Esse último fora correspondente de *O Globo* e se vira em dificuldades após o fechamento do jornal¹⁶. Todas essas ações isso, é claro, só aumentavam o prestígio da livraria e editora no Brasil.

¹² Esse assunto foi desenvolvido no texto que apresentei em outubro de 2011, durante o colóquio em que se reuniu o grupo na Universidade Nova de Lisboa.

¹³ José de ALENCAR. *Como e porque sou romancista*. Salvador, BA, Progresso Editora, 1955, p. 69.

¹⁴ José de ALENCAR. *Obra Completa*. 3º vol. Rio de Janeiro, Editora Aguilar, 1958, p. 665.

¹⁵ HALLEWELL, *Ibidem*, p. 129.

¹⁶ SENNA, *Ibidem*, p. 57 et HALLEWELL, *Ibidem*, p. 129.

Nas oficinas tipográficas francesas, a literatura escrita no Brasil rodava nas prensas e isso confirma, mais uma vez, que Paris era a “capital editorial do mundo de lusófono na primeira metade do século XIX”, como o definiu tão bem Dianna Cooper-Richet¹⁷. Se este fato é importantíssimo no que concerne à consideração de Paris, e da França em geral, como fundamentais na história da produção e da circulação do impresso, em várias línguas, ao mesmo tempo, ele nos explica como os escritores americanos começaram a alimentar o sonho de ali fazerem circular os seus textos um dia, não apenas na prensa dos ateliês, mas também nas mãos dos leitores, melhor ainda se traduzidos para o francês.

Outras pistas da presença, na França, dessa literatura que se afirmava como brasileira, seguindo as tendências do nacionalismo da época, são os catálogos da livraria Garnier conservados na Bibliothèque Nationale de France, já analisados, em sua importância, por Eliana Dutra.¹⁸

Lendo-as no contexto da circulação do impresso, se essas pequenas brochuras ali estão, é porque elas próprias foram impressas na França. Nesse caso, podemos pensar que elas tinham o objetivo de atingir não apenas o público brasileiro, retornando ao Rio, mas também a importante comunidade lusófona estabelecida em Paris. A análise detalhada de um desses catálogos, da qual damos pequena amostra aqui, o de número 23, ajudar-nos-á a reconstruir a história dos livros brasileiros de Garnier no território francês. Este documento foi publicado, certamente, após 1863, pois anuncia uma das principais inovações de Garnier, o *Jornal das Famílias*, cujo primeiro exemplar saiu em janeiro de 1863.

O pequeno caderno conservado na BNF é um extrato do catálogo 23 completo¹⁹, correspondendo às principais obras comercializadas pelo livreiro francês, como podemos observar pelo título da capa:

¹⁷ Diana COOPER-RICHET, “Paris, capital editorial do mundo lusófono na primeira metade do século XIX”, *Revista Varia História*, no. 42, julho/dezembro 2009, pp. 539-555.

¹⁸ Eliana de Freitas Dutra, “Leitores de além-mar: a Editora Garnier e sua aventura editorial no Brasil”. In: Marcia Abreu e Aníbal Bragança (orgs.). *Op. cit.*, pp. 67-87. São Paulo, Editora da UNESP, 2010, pp. 70-87.

¹⁹ Dados do projeto temático FAPESP “Os caminhos do romance”, coordenados por Marcia Abreu.

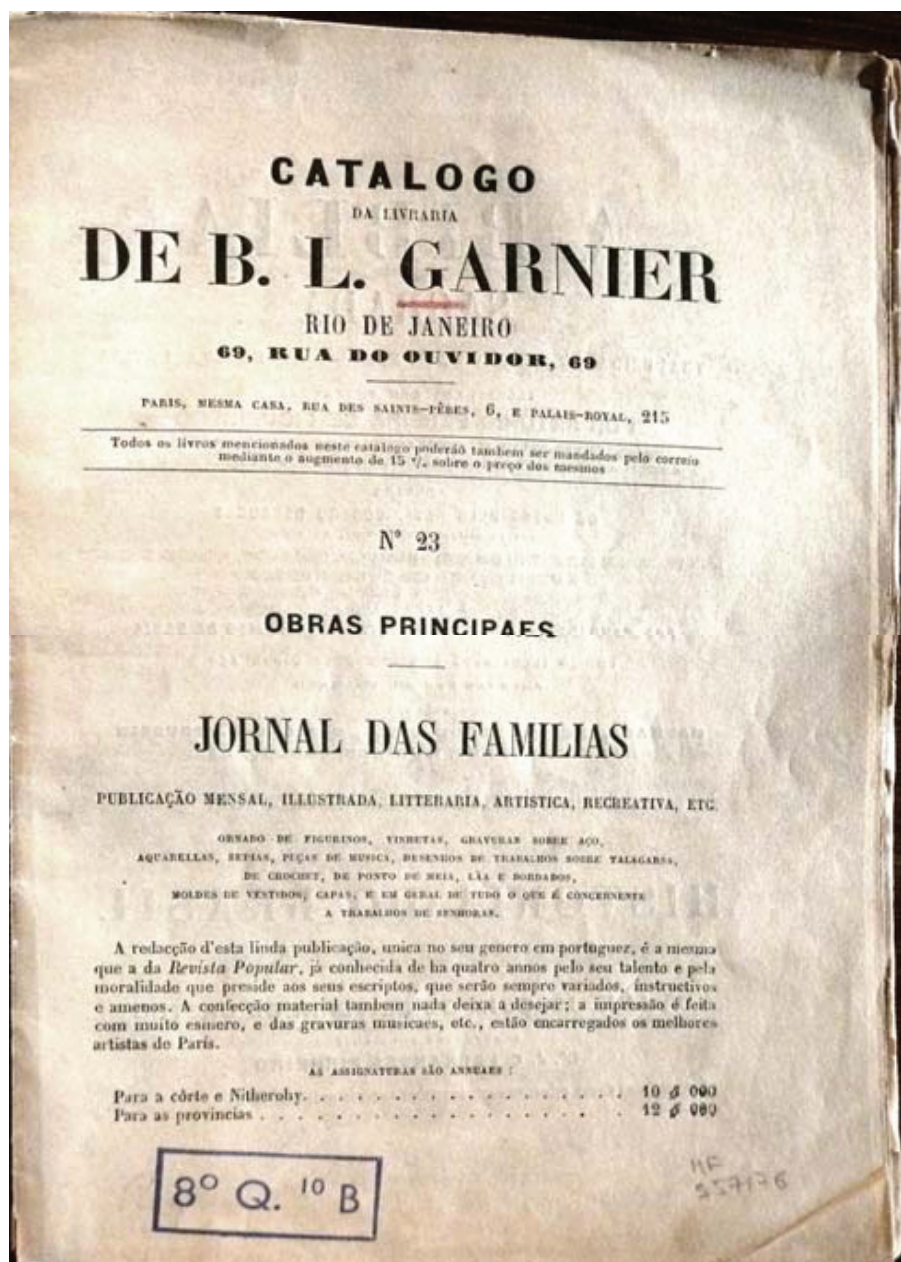


Fig. 1: *Catalogue de la Librairie B. L. Garnier* à Rio de Janeiro, 69, Rua do Ouvidor, sans date de publication, no. 23, même Maison à la rue de Saints Pères 6 et Palays Royal. Bilbiothèque Nationale de France, série 8Q10B.

Ele se organiza, já inteiramente em português, da seguinte maneira: Livros de Educação, Clássicos de Instrução, etc; Poesias, Literatura; Romances, Novelas, etc.; Peças de Teatro; Obras diversas. Aparentemente, naquele tempo, o editor dos brasileiros investia fortemente em obras de cunho didático e em poesia, pois esse tipo de livros conta com a maior parte dos títulos que o próprio Garnier publicava. Focando os livros da seção “Poesia e Literatura”, a lista abaixo nos dá uma idéia geral das obras que Garnier apenas vendia e daquelas em que trabalhara como editor (em negrito, na lista):

***Assumpção (A)*, poema composto (...) por Fr. Francisco de S. Carlos; nova edição precedida da biographia do autor e d'un juizo critico sobre a obra pelo conego Dr. J.C. Fernandes Pinheiro. (...)**

Cinzas d'un livro, fragmentos d'un livro inedito, por Bruno Seabra.

Dores e flores, poesias de Augusto Emilio Zaluar.

***Flores e fructos*, poesias de Bruno Seabra.**

***Flores entre espinhos*, contos poeticos por J. Norberto de S. S.**

Flores sylvestres, poesias, por F. L. Bittencourt Sampaio (...)

Harmonias Brasileiras, cantos nacionaes, colligidos e publicados por Antonio Joaquim de Macedo Soares

O Livro de meus amores, poesias eróticas de J. Norberto de Souza Silva (...)

Magalhaes (Dr. J. G. de). *Factos do espirito humano*, philosophia (...)

Magalhaes (Dr. J. G. de). *Suspiros poeticos e saudades* (...)

***Marilia de Dirceu*, por Thomaz Antonio Gonzaga, nova edição dada pelo Sr. J. Norberto de Souza Silva, com estampas (...)**

Novaes (Faustino Xavier de) *Poesias*, segunda edição

Novaes (Faustino...) *Novas Poesias* acompanhadas de um juizo critico de Camilo Castelo Branco (...)

***Obras do Bacharel M. A. Alvares de Azevedo*, precedidas de um discurso biographico, e acompanhadas de notas, pelo Dr. D. Jacy Monteiro, terceira edição correta e augmentada com as obras ineditas, e um appendice contendo discursos e artigos feitos por occasião da morte do autor (..)**

Obras poeticas de Manoel Ignacio da Silva Alvarenga (Alcindo Palmireno), colligidas, annotadas e precedidas do juizo critico dos escriptores nacionaes e estrangeiros, e de uma noticia sobre o autor, e acompanhada de documentos historicos, por J. Norberto de Souza Silva.

Poesias Selectas do autores mais illustrados antigos e modernos (...)

Revelações. Poesias de Augusto Emilio Zaluar (...)

Romanceiro (O), por A. Garrett

Poesias ternas e amorosas

Sombras e sonhos, poesias de José Alexandre Teixeira de Mello

Urania, canticos

Urania, collecção de cem poesias ineditas, por D.J.G. de Magalhães.

Como vemos, entre os vinte e três livros de poesia e literatura que anunciava, cerca de oito correspondem aos que ele mesmo publicara, tendo-os composto nas oficinas francesas. Na realidade, o número é aproximado porque, como estamos diante de um dos primeiros catálogos onde Garnier anuncia sua produção como editor, há nele situações não muito claras, principalmente em relação às reedições. É o caso, por exemplo, de *O livro dos meus amores*, poesias eróticas de Joaquim Norberto de Souza e Silva. Ele tivera uma primeira edição em Niterói, pela Typographia Fluminense, em 1858, enquanto vemos, em um volume que pudemos consultar nas bibliotecas francesas, que a edição da Garnier saiu em 1865. Além disso, como esse “*extrait de catalogue*” não é datado, não sabemos bem se Garnier comprou os exemplares e refez a capa, posteriormente, para a edição de sua casa – prática possível, e mesmo usual, na época, quando um livreiro adquiria os fundos de um outro –, ou se o catálogo 23 é posterior a 1865 e se refere já a uma nova edição que teria feito Garnier. De toda forma, com essa amostra da metodologia que empregaremos para compreender a circulação dos livros relativos à literatura brasileira, o que nos interessa aqui, neste momento, são as proporções: cerca de 30% dos livros que o livreiro oferecia em meados dos anos 1860, na seção de literatura de seu catálogo, eram já publicações de sua casa. Além disso, essa literatura produzida nas oficinas francesas, cujo objetivo principal era a distribuição na América Latina, circulava também na Europa: quatro dos oito livros acima

foram incorporados e constam até hoje dos acervos das bibliotecas francesas, principalmente da biblioteca Saint-Geneviève, em Paris²⁰, como vemos pela lista abaixo:

Bibliothèque Saint-Geneviève (Paris)

A Assumpção, poema composto em honra da Santa Virgem Francisco de San Carlos, le P. / Nova edição / B. L. Garnier / 1862

Obras. Alvares de Azevedo, Manoel Antonio / Terceira ed / B.-L. Garnier /1862.

Marília de Dirceu, lyras de Thomaz Antonio Gonzaga, precedidas de uma noticia biographica e do juizo critico dos auctores estrangeiros e nacionaes e das lyras escriptas em resposta as suas e acompanhadas de documentos históricos. Gonzaga, Tomás António (1744?-1810?) / B. L. Garnier / 1862

Bibliothèque Universitaire Centrale – Rennes

Revelações [Texte imprimé] : poesias. Zaluar, Augusto Emílio (1826-1882) / Livraria de B.-L. Garnier : Garnier Frères / [1862?]

Sendo assim, vemos que a presença de catálogos e livros produzidos por Baptiste- Louis Garnier nas bibliotecas francesas, mesmo que não tenhamos mais espaço, aqui, para desenvolver outros exemplos de forma cuidadosa, confirmam, ainda antes de olharmos para o conteúdo dos livros, a circulação transatlântica da literatura brasileira que foi pulicada pelo irmão Garnier estabelecido no Rio de Janeiro. Como um agente de transferências culturais, este editor-livreiro pode ser considerado uma das peças fundamentais da presença da cultura brasileira na França, mesmo que muitas de suas práticas e ações permaneçam, até hoje, desconhecidas.

²⁰ Consulta feita ao SUDOC (catalogue du Système Universitaire de Documentation) : www.sudoc.abes.fr . Acesso em 19 de março de 2012.

A FRANÇA E OS INTERCÂMBIOS TRANSATLÂNTICOS NO SÉCULO XIX

Marie-Claire Boscq

(Universidade de Versalhes Saint-Quentin-en-Yvelines)

INTRODUÇÃO

Falar de mundialização, qualquer que seja o tema ou o objeto, é falar de intercâmbio, de comunicação e de difusão, em escala internacional, ou até mesmo, planetária. No domínio do espírito, o conceito de «mundialização da cultura» se aplica à difusão das idéias e dos conhecimentos quanto à literatura, filosofia, ciências, arte... A «mundialização da cultura» não é, e não pode ser, um fenômeno concluído. Ela é o resultado de uma ação contínua, com fases de alargamento e de estreitamento das áreas geográficas concernentes, e se inscreve numa perspectiva histórica.

No século XIX os progressos tecnológicos, a expansão do comércio internacional e os fluxos migratórios estão no cerne da intensificação dos intercâmbios entre o antigo e o novo mundo. A América do Sul, e mais especificamente o Brasil, inscrevem-se neste amplo movimento de intercâmbio. Mas para comunicar e trocar, é necessário poder transpor o oceano. Se o mar «não separou os homens», se «ele os uniu e reproximou»¹, é necessário poder atravessar a imensidão líquida que separa os dois mundos. A marinha se constitui então no único vetor do intercâmbio que ganha aqui toda a sua importância. Ora, após vinte e cinco anos de Revolução e de guerras napoleônicas, a marinha francesa está muito enfraquecida. Ela perdeu seu brilho do Antigo Regime. Os navios ingleses dominam os mares do globo, dominação que não parará de crescer ao longo do século. No concerto das nações, como se organiza a França para favorecer seus contatos e relações com o continente americano? De que meios ela dispõe? Esboçar uma resposta é dar uma visão geral do desenvolvimento das ligações marítimas entre a França e a América no século XIX.

¹ Ambroise COLIN, *La navigation commerciale au XIXe siècle*, Paris, A. Rousseau, 1901, 459 p.

I – NO TEMPO DOS NAVIOS VELEIROS

Desde muito, o governo francês se preocupava com o encaminhamento da correspondência e dos volumes através dos mares. Pela iniciativa do marquês de Castries – ministro da Marinha de Luís XVI - houve em 1783 a criação de um correio real transatlântico. Este era constituído de navios partindo de Port-Louis, de frente para Lorient, com destino a New-York, a cada terceira terça-feira do mês. Se a navegação por velas não permitia assegurar a data de chegada dos navios, ela podia pelo menos planificar as saídas. Em 1786, outras linhas foram criadas. A França pôde assim se relacionar com suas colônias e com os Estados Unidos da América. Os primeiros «paquebots»² (paquetes) embarcavam, além do correio real e do frete, alguns passageiros. Mas os gastos ocasionados pela exploração dessas linhas levaram à sua supressão pouco após sua criação. Em 5 de julho de 1788, uma ordem suprimiu os paquebots do correio real. A partir daí, o estado continuou a assegurar o transporte das correspondências pelo mar, ordenando aos capitães de navios mercantes o transporte de remessas urgentes³, como era feito anteriormente para as colônias do outro lado do Atlântico⁴.

As travessias se efetuavam aproveitando os navios que estavam de partida. Os portos de onde se podia embarcar eram em número de trinta⁵. Foi de Saint-Malo que, em 8 de abril de 1791, Chateaubriand embarcou para a América em um bergantim⁶ de partida para a Terra-Nova. A bordo havia 17 passageiros, dos quais 4 padres que fugiam da Revolução⁷. Como diz A. Colin, «No fim do século XVIII e no início do século XIX a marinha mercante (francesa) era, sob muitos aspectos, uma indústria na sua infância. Ela não diferia muito do que havia sido na época de Luís XIV»⁸

² A palavra francesa «paquebot» vem do inglês «packet-boat», embarcação para o transporte de pacotes e de correspondência. O nome de «paquebot» foi dado no final do século XVIII à pequena embarcação que fazia o serviço de correio e de passageiros entre Calais e Douvres. Continuou-se a designar sob o nome de «paquebots» os navios que faziam viagens regulares para o transporte de passageiros, em oposição aos «cargo-boats», navios reservados ao transporte de mercadorias.

³ BOURSELET V, MARECHAL G., FRANCOIS L., GILBERT G., *La Poste maritime. Les Paquebots français et leurs cachets, 1780-1935*, Paris, Editions du Graouli, 1936, p.3.

⁴ Cf. ordem de Louis XVI de 4 de julho de 1780. «Artigo 2 – Os capitães de navios, serão obrigados a receber os sacos ou cofres que lhes serão repassados pelos funcionários de escritórios, antes de sua partida...»; «Artigo 4 – Os capitães dos navios os usarão nos portos das colônias para a recepção de sacos ou cofres que conterão correspondências para a França...»; Artigo 5 – Os tais sacos ou cofres serão colocados no lugar mais seguro dos navios, e, na medida do possível, na cabine do capitão.

⁵ Portos onde os navios estavam de partida. No litoral Atlântico ou da Mancha : Bayonne, Bordeaux, Boulogne, Brest, Calais, Cherbourg, Dieppe, Dunkerque, Fécamp, Granville, Honfleur, La Rochelle, Le Havre, Port Louis, Lorient, Nantes, Noirmoutiers, Quimper, Rochefort, Saint-Brieux, Saint-Malo, Saint-Valéry (Seine Maritime), Saint-Valéry (Somme). No Mediterrâneo: Antibes, Cette, Marseille et Toulon.

⁶ O bergantim é um pequeno navio de dois mastros.

⁷ Marie-Hélène VIVIANI, «Le voyage de Chateaubriand en Amérique», Conférence de l'Association Budé d'Orléans, 2010.

⁸ Ambroise COLIN, *op. cit.*, p. 153.

Foram os americanos que estabeleceram desde 1816 uma primeira linha regular de paquetes transatlânticos a partir do Havre⁹, baseado na utilização de «clippers»¹¹. Rapidamente houve a concorrência de companhias inglesas que organizaram serviços periódicos de veleiros através do Oceano Atlântico com destino a New-York. A primeira dessas companhias foi a *Black Ball* (1820) que estabeleceu uma linha entre Liverpool e New-York. Ela foi seguida pouco depois por outras companhias inglesas¹¹. Em 1822 a França entrou na competição. Um primeiro serviço regular de paquetes foi organizado entre o Havre e New-York. As partidas foram fixadas no dia 20 do mês, a cada 2 meses (janeiro, março, etc.)¹². Outros serviços, saindo da Inglaterra ou da França com destino a New-York, foram igualmente criados nos anos subsequentes. Todos eles se serviram dos melhoramentos trazidos à marinha de navios veleiros: utilização mais racional das correntes e emprego de clippers de grande velame. A viagem durava em torno de 40 dias na ida e 20 a 30 dias na volta¹³.

A Administração dos correios franceses fez novas tentativas de criar serviços regulares através do Atlântico, tanto em direção da América do Norte como da América do Sul. Em 1827 ela fez um contrato com um Sr. Gautier, de serviço de paquetes entre Bordeaux e Vera-Cruz, no México. Em 1829 ela colocou em adjudicação um serviço entre Le Havre, Brasil e Buenos-Aires. Mas esses contratos não foram renovados. As subvenções, de montante muito baixo, não permitiam aos adjudicatadores investir na modificação dos barcos, para os quais o aumento do desempenho tinha se tornado necessário pela perspectiva de desenvolvimento da navegação a vapor. Deve se salientar que é com o início da marinha a vapor que a marinha de navios veleiros foi levada a realizar grandes progressos para se manter competitiva. No auge de suas capacidades, a vela realizava os mais longos trajetos a velocidades médias de 7 a 9 nós¹⁴.

⁹ *Ibidem*, p. 32.

¹⁰ Os clippers são veleiros de comércio de tonelagem média construídos de modo a privilegiar a velocidade. Cf. Louis BRINDEAU, *Les anciens paquebots entre Le Havre et New-York, articles publiés dans Le Journal du Havre du 22 octobre au 14 novembre 1900*, Le Havre, Imprimerie du Journal Le Havre, 1900, O autor explica, na p. 8 de seu livro, que «Os clippers de grande tamanho, ao mesmo tempo estreitos, longos e de grande capacidade, dotados de uma robustez que os permite afrontar o Atlântico nas piores circunstâncias, deviam transportar passageiros de cabines, emigrantes, mercadorias volumosas (ex. algodão) e mercadorias de valor»

¹¹ *Compagnies Red Star Line, Swallow Tail Line et Dramatic Line*. Cf. Ambroise COLIN, *op. cit.*, p. 32.

¹² Louis BRINDEAU, *op. cit.* p. 12.

¹³ A travessia do Havre a New York era muito mais longa devido às diferenças de rota. Assim, para vir da América à Europa, os navios a vela aproveitam a corrente do Golfo e ventos favoráveis, enquanto que, para ir da Europa à América, os navios devem descer mais ao sul para aproveitar as correntes e ventos favoráveis nesse sentido.

¹⁴ O nó marinho é a unidade de velocidade que corresponde a 1 milha por hora, a milha marinha sendo a unidade de comprimento que equivale a 1 852 metros.

II – NO TEMPO DO VAPOR

Premissas :

As primeiras tentativas de barcos a vapor ocorreram nos rios¹⁵. Em 1829-1830, um serviço de barcos a vapor com destino ao Egito e aos portos da Turquia e Ásia Menor¹⁶ foi instaurado no Mediterrâneo. Na verdade, os barcos a vapor se limitavam à grande ou pequena cabotagem. Enfrentar o Oceano Atlântico era uma empreitada completamente diferente! Era preciso poder adaptar o navio a vapor às longas travessias oceânicas. Foi a façanha que um navio irlandês movido unicamente a vapor conseguiu realizar em 1838¹⁷. Pouco depois, um segundo navio inglês ligava Bristol a New-York em 19 dias. Ele fez em seguida várias viagens de ida-e-volta com o tempo reduzido a 13 dias na ida e 12 na volta. Foi a partir desses resultados que os ingleses decidiram construir outros paquetes, maiores e mais rápidos¹⁸. Desde o final de 1838, o governo inglês resolveu estabelecer uma comunicação regular entre os Estados Unidos e a Inglaterra. Ele firmou com M. Cunard um contrato através do qual o concessionário se engajava a atender duas vezes por mês a linha de Liverpool a Halifax através de uma subvenção anual de 45000 libras esterlinas.

O serviço foi inaugurado em 1840. No mesmo ano o almirantado assinou um contrato com a *Royal West India Mail Steam Packet Company* para a correspondência com as Antilhas, a Côte-Ferme¹⁹ e o Brasil²⁰. Assim, desde a década de 1840, a Inglaterra dispunha de várias companhias a vapor²¹. Na mesma década, outras companhias européias foram igualmente criadas²².

¹⁵ Na França, foi no rio Loire em 1803.

¹⁶ «Echelles du Levant», nome dado aos portos mercantes do Mediterrâneo submetidos à dominação turca, tais como Constantinopla, Salônica, Beirute, Esmirna, Alep, Alexandria, Trípoli, etc

¹⁷ Marthe BARBANCE, *Histoire de la Compagnie générale transatlantique, un siècle d'exploitation maritime*, Paris, Arts et Métiers graphiques, 1955, p. 28.: «Tendo partido da enseada de Cork, o navio irlandês chegava no porto de New-York em 22 de abril de 1838».

¹⁸ Louis BRINDEAU, *op. cit.* p. 18.

¹⁹ «Côte-Ferme» é o nome dado pelos primeiros exploradores ao litoral da América do Sul que vai do golfo de Uruba à embocadura do Orenoco.

²⁰ C. LAVOLLEE, «Des Voies Maritimes, Les paquebots transatlantiques», *Revue des Deux Mondes*, janvier 1853, p. 714.

²¹ *Royal Mail* sur l'Atlantique sud; *Cunard* sur l'Atlantique nord; *Peninsular and Oriental Company* en Méditerranée et en Extrême Orient.

²² Marie-Françoise BERNERON-COUVENHES, *Les Messageries Maritimes : l'essor d'une grande compagnie de navigation française. 1851-1894*, Paris, PUPS (Presses Universitaires Paris Sorbonne), 2007, p. 31, cite les compagnies suivantes: *Lloyd autrichien*, fondée en 1836 et *Hamburg Amerika Linie*, fondée en 1847.

A França ainda não havia tomado lugar nessa corrida a vapor. A *Revue des Deux Mondes* alertava para o amor-próprio nacional em 1840, escrevendo : «Há dezoito meses os ingleses sulcam o Atlântico com seus motores a fogo e nós nos perguntamos se a França irá seguí-los»²³. Sob o impulso de Thiers, então Presidente do Conselho e Ministro do Exterior²⁴, uma lei foi votada em 16 de julho de 1840 levando à criação de três linhas transatlânticas: Havre/New-York; Saint-Nazaire/Rio de Janeiro; e Marseille e Bordeaux em direção às Antilhas. Mas as preocupações de ordem continental do momento impediram a aplicação da lei²⁵. Reexaminado algum tempo mais tarde, o projeto pareceu muito caro e foi abandonado. «As paixões novamente se incendiaram, instigadas pelos partidários da vela que se recusavam a morrer [...]. À batalha vela contra vapor, portos contra portos, linhas do Estado contra linhas privadas, se superpunham problemas técnicos complexos : rodas de pás, ou hélice? Cascos de madeira, ou de ferro? [...] Anos se passaram e os franceses, cada vez mais numerosos, que queriam ir para a América, eram obrigados a passar um mês no mar a bordo de um veleiro de frete, ou ir para a Inglaterra tomar o paquete²⁶ de M. Cunard»²⁷.

No início de 1847 dois armadores do Havre, Hérout e de Handel, constituíram a *Compagnie Générale des paquebots transatlantiques* para assegurar duas conexões Cherbourg/New York e Saint-Nazaire/América Central. Infelizmente, seus barcos, fragatas²⁸ muito pesadas e muito lentas, não eram adaptados para o serviço requerido e «o Estado não dando qualquer subvenção, ela teve que suspender sua operação, a última partida tendo ocorrido no dia 23 de dezembro de 1847»²⁹. Nessa mesma década, outras pequenas companhias francesas de veleiros de armadores-negociantes tentaram igualmente passar ao vapor. Mas muitas desapareceram por falta de capitais privados suficientes para sustentar a competição com esse novo modo de propulsão³⁰.

²³ Citado por Marthe BARBANCE, *op. cit.*, p. 30.

²⁴ Adolphe Thiers foi Presidente do Conselho e ministro das Relações Exteriores de 22 de fevereiro a 6 de setembro de 1836 e de 1 de março a 29 de outubro de 1840, além dos outros ministérios que ele ocupou sob a monarquia de Julho.

²⁵ Trata-se da Questão do Oriente que opõe o paxá do Egito, Mehemet Ali, ao sultão do império Otomano... Pelo jogo de alianças, é a supremacia ocidental que está em jogo, principalmente no Mediterrâneo. Essas questões provocam o isolamento diplomático da França. THIERS não exclui o risco de uma nova guerra continental. Durante o verão de 1840, apoiado pela opinião pública, a França decide de rearmar: verbas extraordinárias são votadas e a decisão de cercar Paris com fortificações é tomada...

²⁶ Packet ou «packet-boat», ou seja, o paquete.

²⁷ Jean-Jacques ANTIER, *Au temps des premiers paquebots à vapeur*, Paris, Editions France-Empire, 1982, p. 171.

²⁸ A fragata era um navio a vela da marinha de guerra, com três mastros. Os primeiros barcos a vapor eram barcos mistos onde as velas eram conservadas com a máquina a vapor. Isso devia permitir, em caso de avaria, poder continuar a navegar.

²⁹ Marthe BARBANCE, *op. cit.*, p. 31.

³⁰ Jean RANDIER, *Histoire de la marine marchande française: des premiers vapeurs à nos jours*, Paris, Editions maritimes et d'outre-mer, 1980, p. 264.

Assim, na metade do século, as ligações transatlânticas francesas continuavam inexistentes. Somente na segunda metade do século XIX é que foram elaborados novos projetos. Nesse ínterim as travessias foram assumidas exclusivamente pelos Estados Unidos e pela Inglaterra. No seu número de janeiro de 1853, a *Revue des Deux Mondes* clamou novamente pela necessidade de desenvolver linhas regulares de paquetes transatlânticos. «A França até agora abandonou a exploração dos seus vastos domínios, e as rodas de seus paquetes só conhecem as águas do Mediterrâneo [...]. Nosso interesse e nossa honra exigem uma solução imediata»³¹.

Exploração comercial:

Após as hesitações iniciais, a França ia enfim se abrir à exploração comercial da navegação transatlântica a vapor. Os «caminhos de ferro do oceano» iam se tornar uma realidade francesa. Em vinte anos, de 1850 ao início dos anos 1870, várias companhias marítimas foram criadas impulsionadas pelos grandes banqueiros e industriais. Foi somente a partir dessas novas companhias que foram estabelecidas conexões regulares com as três Américas : Norte, Centro e Sul. *Cf. o anexo 1 que apresenta de modo abreviado as principais companhias francesas criadas de 1850 ao início do século XX.*

Monopólio dos serviços postais

A lei de 17 de junho de 1857 autorizou a concessão de ligações postais transatlânticas. Contudo, devido a impossibilidade financeira que permitia ter apenas uma companhia, o ministro das Finanças, Achille Fould, decidiu fracionar o serviço transatlântico em três lotes destinados às linhas principais: New-York, México e Brasil³². As duas primeiras linhas, Estados Unidos e América Central, foram concedidas por decreto de 20 de fevereiro de 1858 à *Compagnie Marziou*, dita *Union Maritime*. As *Messageries Impériales* obtiveram a concessão da linha postal do Brasil e de La Plata. A *Compagnie Générale Transatlantique* dos irmãos Pereire não obteve nada. No entanto, a *Compagnie Marziou*, não conseguindo constituir seu capital, desistiu em favor daquela em 6 de outubro de 1860. Os irmãos Pereire tornaram-se então definitivamente concessionários das linhas de New-York, do México e das Antilhas.

³¹ C. LAVOLLEE, *op. cit.*, pp. 708-709.

³² Marie-Françoise BERNERON-COUVENHES, *op. cit.*, p. 129.

As *Messageries Impériales* assinaram em 16 de setembro de 1857 o acordo da concessão obtida para os serviços postais com destino à América do Sul. Esta deveria durar 20 anos a partir da inauguração que aconteceu em 25 de maio de 1860. Eles se engajavam em executar o percurso até o Rio de Janeiro alternando a cada quinze dias a saída por Bordeaux e Marseille³³. Havia ainda o serviço de La Plata, de Rio de Janeiro a Montevideu e Buenos Aires. Para essas travessias o problema essencial era o fornecimento de carvão. As grandes distâncias implicavam no carregamento de quantidades de carvão necessárias para a combustão das máquinas de um porto a outro.. Pouco mais de 4000 milhas³⁴ separam Pernambuco de Bordeaux, mais de 5000 para o Rio e 6200 para Buenos Aires. Era então imperativo abastecer com o máximo de carvão antes de enfrentar o mar aberto.

Intensificação das trocas

De 1860 a 1867, as *Messageries Impériales* foram a única companhia francesa nessa rota do Oceano. A partir de 1867, a *Société Générale de Transports Maritimes* criou uma linha para o Brasil e La Plata. Sete companhias européias atendiam então o Brasil e a América do Sul³⁵. Em 1873, uma terceira companhia francesa, a *Compagnie des Chargeurs Réunis*, se convidou para a competição. Ela disponibilizou uma linha atendendo Bahia, Rio de Janeiro, Montevideu, Buenos Aires e, com baldeação, Rosário.

No último terço do século XIX, os intercâmbios França-Brasil e América do Sul se intensificaram. Além dos serviços postais, era necessário assegurar o transporte de passageiros e do frete. A navegação a vapor se tornava sinônimo de rapidez e regularidade. Tanto as partidas como as chegadas podiam ser planejadas, com trajetos fixos, com rotações frequentes e tempos de travessia diminuídos. Os homens de negócio atravessavam cada vez mais frequentemente o Oceano e a emigração trazia um fluxo contínuo e maciço de europeus aspirando o novo mundo. O tráfico de mercadorias se ampliou com o progresso da industrialização: exportações de produtos manufaturados e importações de matérias-primas (algodão; arroz; carne de gado; borracha...). Assim, a construção dos caminhos de ferro argentinos que necessitava da condução de material pesado, levou os *Chargeurs Réunis* a fretar e a construir novos navios. Dois dos barcos construídos em 1877 por sua própria conta

³³ A saída por Marseille era devida ao fato que as *Messageries Impériales* foram obrigadas a se associar à *Compagnie de Navigation Mixte*, dirigida por J.B. Pastré, então Presidente da Câmara do Comércio e Indústria de Marseille, para obter a concessão dos serviços postais do Atlântico. (Arquivos da Association French Line – 1997-002-5199: AG du 5 septembre 1857).

³⁴ Mais ou menos 7 500 kms.

³⁵ 2 alemãs (*Hamburg Amerika* et *Norddeutscher Lloyd*); 3 inglesas (*Royal Mail*; *Red Cross Line* et *Booth Line*) e 2 francesas (*Messageries Impériales* et *Société Générale de Transports Maritimes*).

deveriam conter 44 cabines de primeira classe, 16 a 20 cabines de segunda classe e 300 emigrantes, assim como 2100 toneladas de carga^{36 37}.

Itinerários, tempos de percurso e resumo dos preços das passagens

Os itinerários seguidos variam pouco de uma companhia para outra. Para as *Messageries Impériales*, a rota a partir de Bordeaux é a seguinte: Lisboa, Ilhas Canárias, São Vicente do Cabo Verde (escala para abastecimento de carvão), Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro. Em 1866 a escala de abastecimento de carvão de São Vicente é substituída pela de Gorée. Uma linha anexa prolonga a principal a partir do Rio de Janeiro em direção de Montevideú e Buenos Aires.

Nos anos 1870-80 as *Messageries Maritimes*³⁸ asseguraram uma partida a cada quinze dias a partir de Bordeaux. É preciso 20 dias para atingir o Rio de Janeiro, e 5 a 6 dias suplementares para Buenos Aires. Quando Pernambuco e Bahia são adicionados à rota, são necessários 2 dias a mais para chegar ao Rio. Em 1896, de Bordeaux ao Rio, são necessários apenas 16 dias, e depois, 13, em 1914³⁹. Esse ganho de tempo da travessia revela os progressos técnicos realizados em menos de trinta anos pela marinha a vapor.

De acordo com algumas tarifas consultadas, parece que estas não são muito diferentes de uma companhia para outra. Elas são mais ou menos estáveis de 1870 a pouco antes de 1914, e variam entre aproximadamente 800 francos por uma cabina de 1ª classe a 200 francos por uma tarifa de emigrante. Todavia, a essas tarifas de base se adicionam os preços especiais e suplementos que podem multiplicar por dez e até mais o preço da travessia. Isso, para apartamentos de luxo ou de grande luxo, que compreendem, por exemplo, quarto, salão, sala de refeições, banho, banheiro, sala de bagagens, incluindo a passagem de um empregado. Entre as diferentes opções propostas, há a transformação de cabines em escritório de trabalho sala de banho, etc., melhoramentos pagos com tarifas especiais.

CONCLUSÃO

No último terço do séc. XIX, a França tenta suprir o atraso que ela acumulou desde os anos 1830-1840 com relação aos equipamentos náuticos ingleses, alemães e outros. Várias companhias

³⁶ Jean BEAUGE et René-Pierre COGAN, *Histoire maritime des Chargeurs Réunis et de leurs filiales*, Paris, Barré-Dayez, 1984, p. 27.

³⁷ A carga pesada de um navio representa o carregamento máximo que ele pode transportar.

³⁸ Les *Messageries Impériales* se tornam em 1871 as *Messageries Maritimes*.

³⁹ No início do século XX, a velocidade de 20 nós dos navios a vapor se torna comum, contra 7 a 9 nós para os veleiros de melhor desempenho.

marítimas francesas novas estabelecem ligações regulares com o Brasil e, de um modo geral, com a América do Sul. Os bancos e as grandes indústrias investem nessas novas companhias que eles impulsionam, com algumas delas beneficiando-se, além disso, de subvenções postais. São essas companhias que asseguram o desenvolvimento e o sucesso desses «caminhos de ferro do Oceano», tão esperados desde 1840. Os melhoramentos técnicos permanentes diminuem os tempos do trajeto⁴⁰, de tal modo que às vésperas da primeira guerra mundial, são necessários não mais que treze dias, saindo da França, para atingir o Rio de Janeiro. Além da honra e do amor-próprio francês, são os interesses comerciais que estão em jogo. Como lembra A. Colin, os transportes marítimos só podem ser ativos e remuneratórios se chegarem a países prósperos e ricos, tendo grandes quantidades de mercadorias para exportar⁴¹. São os portos que criam a linha, e, em retorno, como diz o provérbio marinho, «a mercadoria segue a bandeira».

Em 1834, no *Annuaire du commerce maritime*, L. Maiseau predizia : «A livreria francesa se tornará de uma grande importância a partir do desenvolvimento que toma o uso de nossa língua no Brasil.»⁴². Era preciso ainda encaminhar a «mercadoria cultural», livros, revistas e jornais.

Como qualquer outra mercadoria, a livreria vai se aproveitar do extraordinário desenvolvimento dos «nobres e fraternos navios, instrumentos de civilização, de comércio e de paz»⁴³ que caracterizam a passagem da marinha veleira à marinha a vapor no século XIX.

ANEXO 1

Apresentação resumida das companhias transatlânticas francesas no século XIX.

Companhia de navegação mista.. Criada em 1850, a *Société Louis Arnaud, Touache frères et Cie* foi a primeira companhia de navegação a inaugurar um serviço transatlântico com destino ao Brasil em 1853. Partindo de Marseille em 25 de novembro, o barco a vapor «L’Avenir» fez rota em Pernambuco e Rio de Janeiro, passando pela Espanha, Lisboa, ilhas Canárias e Gorée. Mas os eventos de 1855 a desviaram dessa exploração. Ela foi chamada a dar toda a sua atenção ao transporte das tropas para a guerra da Criméia.. Ao final desta, ela retomou suas ligações com o Brasil. Em 1858 ela tomou o nome de *Compagnie de Navigation Mixte*.

⁴⁰ Louis BRINDEAU, *op. cit.*, p. 94, compara os tempos de trajeto entre o Havre e New-York de 1815 à 1891 entre os veleiros e os navios a vapor. Assim, do Havre a New-York, em 1822, à vela, eram necessários de 40 a 45 dias para a ida e de 35 a 30 dias para a volta. Em 1891, com um barco a vapor, não é preciso mais que 7 dias e meio tanto para a ida como para a volta.

⁴¹ Ambroise COLIN, *op. cit.*, p. 192.

⁴² Louis, Raymond-Balthazard MAISEAU, *Annuaire du commerce maritime. Manuel du négociant, de l’armateur et du capitaine*, Paris, Mme Charles Béchet, 1834, p. 414.

⁴³ C. LAVOLLEE, *op. cit.*, p. 730.

Messageries Maritimes. Foi igualmente em Marseille que foi criada em 1851 a *Compagnie des Services Maritimes des Messageries Nationales*. Desde uns cinquenta anos, as *Messageries Nationales* se beneficiavam do monopólio do transporte de mercadorias nas estradas da França. Com sua atividade se encontrando ameaçada pelo desenvolvimento das estradas de ferro, elas decidiram mudar o objetivo social e se voltar daí para a frente em direção ao transporte marítimo. Durante o Segundo Império, elas se tornam as *Messageries Impériales*, para adquirir sua denominação definitiva em 1871 : *Messageries Maritimes*. Desde a origem a companhia desejou «[reunir] à navegação do Mediterrâneo, a exploração da navegação entre a Europa e a América»⁴⁴

Compagnie Générale Transatlantique. Os irmãos Pereire, Emile e Isaac, convencidos da necessidade dos progressos industriais e de seu benefício, anteriormente investido nas estradas de ferro⁴⁵, fundadores do banco de negócios do *Crédit Mobilier*⁴⁶, fundaram em 1854 a *Compagnie Générale Maritime*. Napoléon III confirmou essa fundação autorizando-o por decreto de 2 de maio de 1855. A companhia se propunha ao estabelecimento de serviços postais de paquetes a vapor entre a França e o continente americano⁴⁷. Ela tomou algum tempo mais tarde o nome de *Compagnie Générale Transatlantique*.

Union Maritime. Um armador do Havre, Louis Victor Marziou, querendo investir nas ligações marítimas a vapor entre o Havre e os Estados Unidos, fundou a *Union Maritime*. Em 1857, o grupo financeiro de Rotschild, com François Bartholony da *Compagnie des chemins de fer de Paris à Orléans*, a fim de frustrar os projetos do irmãos Pereire, apoiaram Marziou e a *Union Maritime*.

Gauthier Frères et Compagnie. Uma outra companhia tinha igualmente tentado a aventura. Trata-se de Gauthier Frères et Compagnie, companhia lionesa, que, a partir de 1856, quis assegurar as ligações do Havre com destino a New-York e ao Brasil. Ela equipou oito grandes veleiros de 1600 a 2000 tonelagens⁴⁸, dotados de máquinas a vapor auxiliares. Mas a companhia não pôde manter a luta contra as linhas estrangeiras subvencionadas, e a perda de um de seus navios, «Le Lyonnais», desde 1856, precipitou sua queda.

⁴⁴ Marie-Françoise BERNERON-COUVENHES, *op. cit.*, p. 129.

⁴⁵ Leur première réalisation avait été, en 1835, la création du chemin de fer «Paris-Saint-Germain». Ils poursuivirent par la création des lignes «Paris-Rennes» et «Paris-Lyon».

⁴⁶ 1852 : création du *Crédit Mobilier*.

⁴⁷ Marthe BARBANCE, *op. cit.*, p. 27.

⁴⁸ Le tonneau est une unité de volume et de poids équivalent à 1 000 kilos ou 2 000 livres.

Société Générale des Transports Maritimes à Vapeur (SGTM). A sociedade foi fundada em 1865 por Paulin Talabot, fundador do *Chemin de fer Paris-Lyon-Méditerranée*, e fundador do banco *Société Générale*. Desde 1867 ela oferecia um serviço mensal França-América do Sul. Sua progressão foi rápida e, em alguns anos, ela possuía vários barcos servindo a esse linha.

Compagnie des Chargeurs Réunis. É no período de recuperação que se segue à guerra de 1870, que ocorre a criação da *Compagnie des Chargeurs Réunis*. Com o apoio de um armador do Havre - a loja dos irmãos Quesnel - Jules Vignal, do banco Blacque, Vignal et Compagnie, teve a idéia de estabelecer uma nova linha de navegação. O objetivo inicial anunciado dessa companhia era o de assegurar uma ligação França-América do Sul, «despensando os exportadores franceses de confiar a navios estrangeiros o cuidado de suas expedições de mercadorias, com destino ao Brasil e La Plata.». A partir de 12 de fevereiro de 1872, data da constituição da sociedade, tudo foi muito rápido. De 1872 a 1873, seis navios destinados a essa rota foram construídos.

Compagnie Française de Navigation à Vapeur, conhecida na América sob o nome de *Fabre-Line* e na Europa sob o nome de *Compagnie Cyprien Fabre*. A companhia foi fundada em 1881 a partir de pequenas companhias de barcos de pesca e de barcos de comércio. Entre as diferentes linhas que ela servia, aquelas do Brasil e da Argentina participaram, de 1882 a 1905, do transporte dos emigrados portugueses e italianos.

Compagnie de Navigation Sud Atlantique. Foi fundada em 1910 sob o nome inicial de *Société d'Études de Navigation*. Entre seus fundadores se encontravam grandes banqueiros e armadores, como Cyprien Fabre e Alfred Fraissinet. Ela inaugurou seus serviços em setembro de 1912. Dois de seus barcos mais modernos, *Gallia* e *Lutetia*, serviram às linhas postais de grande velocidade de Bordeaux ao Rio de Janeiro, Montevidéu e Buenos-Aires.

Algumas outras grandes sociedades de navegação a vapor foram igualmente colocadas em serviço no século XIX ou no início de século XX, tais como a *Compagnie Fraissinet*, a *Compagnie Louis Dreyfus* ou a *Compagnie de Navigation d'Orbigny*. Mas nessa época elas não serviam o continente americano, sendo suas rotas dirigidas a outros destinos.

ANEXO 2

Compagnie de Navigation Sud-Atlantique – Ligne Amérique du Sud - 1914



ANEXO 3



DE LA DÉMOCRATIE EN FRANCE, DE FRANÇOIS GUIZOT: Tradução e Recepção no Mundo Ibérico

Resumo da Primeira Etapa do Projeto Entre livros e revoluções: a recepção da literatura francesa no Brasil (1848-1889)

Marisa Midori Deaecto
(Universidade de São Paulo)¹

«Une Histoire D'Amour, voila ce que sont les relations entre les peuples du Bresil et de la France. Une lumiere venue de France, la lumiere de la revolution, a libere des esclaves, reveille les consciences, cree de la poesie. Une lumiere venue de France.» Jorge Amado²

INTRODUÇÃO

O presente estudo constitui breve resumo das primeiras questões e resultados levantados para uma pesquisa mais ampla, sob o título “Entre livros e revoluções: a recepção da literatura francesa no Brasil (1848-1889)”, que se desenvolve no âmbito do Projeto Temático-Fapesp. Em linhas gerais, minha proposta reside na investigação de obras traduzidas para o português sobre a Revolução Francesa, em edições publicadas no espaço luso-brasileiro, no período de 1848 a 1889.

¹ Trabalho desenvolvido com auxílio da FAPESP

² Jorge Amado, “La lumière venue de France”, In *L'Amérique Latine et la Révolution française*. Paris: La Découverte; Le Monde, 1989, p. 161.

Não se trata, portanto, de discutir a Revolução 1789 em termos políticos ou mesmo historiográficos, mas de analisar a circulação dessa temática na perspectiva das transferências culturais entre a França, Portugal e o Brasil. Entendendo as traduções dos autores franceses que discorreram sobre esta temática como estratégia de difusão, senão, de vulgarização de um tema-chave para a compreensão do mundo contemporâneo, objetiva-se, enfim, averiguar em que medida os “ecos da Marselha” ressoaram no Brasil (e em Portugal), em um contexto de afirmação dos princípios liberais e republicanos.

Adotamos como ponto de partida as manifestações intelectuais e políticas que marcaram o período revolucionário de 1848 e tomamos como data limítrofe um novo marco da história política dos dois países: 1889. Ano da proclamação da República brasileira, conquista antecipada pela França durante as lutas que marcaram 1871, e das celebrações do centenário da Revolução Francesa, o qual se caracterizaria por novas apropriações, balanços, revisões e, fundamentalmente, pela institucionalização de seus estudos no âmbito universitário, como o demonstra Michel Vovelle em ensaio de fundamental importância para nossa investigação³.

Do ponto de vista da história do livro, lembremos que o século da revolução política e social que se consagrou como marco da contemporaneidade foi também o século da revolução impressa. Muitos são os estudos que atentam para o impacto provocado pelo aumento da circulação de impressos – livros e jornais – sobre a cultura europeia na virada do século XVIII para o XIX.⁴ Tal fato conduziu à crença na invenção de Gutenberg como um agente mobilizador e, embora os jornais, por seu caráter efêmero e imediato, tivessem merecido notável destaque nas investigações sobre censura e política nos séculos XVIII e XIX, os historiadores do livro não se intimidaram ao demonstrar que também este objeto multissecular teve seus poderes no alvorecer do mundo contemporâneo⁵.

Fixemo-nos, outrossim, na problemática das matrizes intelectuais da Revolução Francesa, dada a sua importância para o delineamento temático da presente pesquisa. A crença no

³ VOVELLE, Michel, *Combates pela Revolução Francesa*. Bauru: Edusc, 2004.

⁴ Ver, dentre outros estudos, DARNTON, Robert (Org.), *A revolução impressa*. São Paulo: Edusp, 2001.

⁵ Considerando os limites do presente texto, não vamos nos deter nas formulações teóricas que elevaram as condições materiais de difusão da palavra impressa, incluindo a exposição pública do homem de letras, para retomar uma das categorias analíticas de Habermas, como um fator decisivo para as transformações observadas no final do Setecentos. Tampouco consideraremos a confiança demonstrada por Kant na força da palavra impressa no desenvolvimento da *Aufklärung*. Ver KANT, Immanuel, *Qu'est-ce que les Lumières?*. Saint-Etienne: Publications de l'Université de Saint-Etienne, 1991; HABERMAS, Jürgen, *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

poder dos livros pressupõe que o processo revolucionário se instaura, em primeira instância, no campo das ideias. Para aqueles que viveram sob o signo incerto das paixões e ódios latentes que a Revolução provocou, já no primeiro meio-século do Oitocentos, tratava-se de investigar os efeitos subversivos da palavra impressa. É o que se apreende, por exemplo, na análise pioneira de Mme. De Staël (1766-1817)⁶ e, posteriormente, nas reflexões de Alexis de Tocqueville (1805-1859) e Hypolite Taine (1828-1893)⁷.

Ora, todas essas projeções, se projeções foram, reavivaram-se em épocas diversas por parte de estudiosos da Revolução e, conseqüentemente, por seus leitores. Em *Les origines intellectuelles de la Révolution française*, livro publicado em 1933, Daniel Mornet se voltou para a problemática da formação da consciência revolucionária, estabelecendo um método que lhe permitiu buscar, na documentação compulsada – basicamente a presença de livros em inventários – as matrizes ideológicas da Revolução⁸.

Essa temática será revisitada por ocasião do segundo centenário da Revolução Francesa (1989)⁹. Para Roger Chartier, a tese de Mornet teria aceitação imediata por Taine e Tocqueville, a bem da verdade, por outras vozes já no Setecentos. Tornava-se, porém, necessário problematizar as hipóteses levantadas por Mornet à luz de novos estudos no campo da história do livro e das práticas de leitura. Assim Chartier transfere o debate para o plano das representações, ou seja, o poder conferido à palavra impressa e, de modo especial, aos livros que conformaram durante o Oitocentos as linhas mestras da história revolucionária, teria sido um constructo da própria geração que vivenciara a Revolução. Portanto, as matrizes culturais de 1789 estariam inscritas na longa duração, sendo difícil, senão, inútil tentar associá-la exclusivamente aos ideais próprios do Iluminismo. Ao que

⁶ STAËL, Madame de. *Considérations sur la Révolution française*. Oeuvre présentée et annotée par Jacques Godechot. Paris: Tallandier, 1983, p.32. Notemos que a autora inova ao mencionar os «rumores públicos» como um agente revolucionário, já nos anos de 1810. Seus escritos serão frequentemente citados entre os românticos paulistas, ou seja, entre os estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Ver, por exemplo, EIRÓ, Paulo, *Sangue Limpo*. In: *Vida cotidiana em São Paulo no Século XIX*. Carlos Marcondes de Moura (Org.). São Paulo: Unesp; Ateliê; Imesp, 1998.

⁷ Ver “Lumières et Révolution. Révolution et Lumières”. CHARTIER, Roger, *Les Origines Culturelles de la Révolution Française*. Paris: Seuil, 2000, pp.15-35.

⁸ Segundo o autor, “nosso estudo se propõe justamente investigar qual foi exatamente o papel da intelectualidade na preparação da Revolução. Quais foram as ideias dos grandes escritores; e quais foram as ideias daqueles escritores de segunda, terceira, décima ordem, pois aqueles que para nós são de décima ordem, o foram, talvez, para os contemporâneos, de primeira ordem. Como uns e outros agiram sobre a opinião pública geral, sobre aqueles que não pertenciam ao mundo das letras, que não eram pessoas do métier?”. MORNET, Daniel, *Les origines intellectuelles de la Révolution française (1715-1787)*. 4ème. ed. Paris: Armand Colin, 1947, p.2 [1a. ed.: 1933]. Reedição recente [2010] desta obra sugere que outros investigadores têm revisitado este estudo pioneiro.

⁹ Ver, especialmente, a coletânea de ensaios sob o título *1789 – La Commémoration*. Paris: Folio, 1999.

conclui o autor: “de um lado, como o pretende Foucault, restituir ao acontecimento sua radicalidade e irredutível singularidade; de outro, identificar as continuidades ocultas e paradoxais que o tornaram possível.”¹⁰

Poder-se-ia afirmar o mesmo sobre as matrizes intelectuais francesas que nortearam o debate em torno do liberalismo no período de 1848 a 1889?¹¹ Como essas questões circularam entre a França, Portugal e o Brasil? Ou, ainda, de forma análoga, em que medida o estudo focado na circulação dos títulos traduzidos sobre a Revolução nos permite um novo olhar sobre a problemática das matrizes intelectuais do pensamento liberal brasileiro e seus pontos de contato com a Europa?

LIVROS E REVOLUÇÕES NO ESPAÇO LUSO-BRASILEIRO

O desenvolvimento editorial da França foi intenso no período pós-revolucionário e as letras francesas se expandiram por todas as partes, ou pelo menos pela fração do globo que orbitava no campo de força da ‘cidade-Luz’, delineando, segundo Franco Venturi, uma ‘geografia do Iluminismo’¹². Lembremos, por exemplo, que os leitores germânicos reivindicaram a publicação da versão original de *L’Ancien Régime et la Révolution*¹³. Para tanto, a importante editora Brockhaus encomendou junto a Calmann-Lévy, em 1856, os clichês do livro¹⁴.

Também por estas partes a demanda por edições francesas parece ter sido intensa. Nessa mesma época, um leitor brasileiro assinala a recepção de obras de estudos, ao lado de outras destinadas a alimentar sua fome intelectual. Em sua correspondência, Álvares de Azevedo (1831-1852) – pois se trata do poeta romântico – demonstra o reconhecimento do estudante diante dos esforços dos pais, particularmente da mãe, para atender às necessidades

¹⁰ Ver CHARTIER, Roger, *Les origines...*, op. cit., pp.297-298.

¹¹ *De la démocratie en France*. (Janvier 1849). [Suivi de] : *Pourquoi la révolution d’Angleterre a-t-elle réussi ? Discours sur l’histoire de la révolution d’Angleterre*.

¹² “As diversidades locais não são mais importantes do que os elementos comuns? Se olhamos o quadro mais de perto, se examinamos mais de perto e mais em detalhe a situação na Espanha, na Itália, em Viena, em Berlim e em Paris, deveremos todavia concluir que os fios que ligam esses e tantos outros elementos semelhantes são mais numerosos e mais sólidos de quanto aparece num primeiro momento, que a circulação das idéias é mais intensa de quanto poder-se-ia suspeitar, que as esperanças e as expectativas voltam-se para uma mesma direção, que efetivamente assiste-se ao emergir da Europa das Luzes”. “Cronologia e geografia do Iluminismo”. In: Franco Venturi, *Utopia e reforma no Iluminismo*. Tradução de Modesto Florenzano. São Paulo: Edusc, 2003, p.222. [Franco Venturi, *Utopia and reform in the Enlightenment*. (Cambridge : Cambridge University, 1971)].

¹³ Alexis de Tocqueville, *L’Ancien Régime et la Révolution*. (Paris: Calmann-Lévy, 1856).

¹⁴ Jean-Yves Mollier, *L’argent et les lettres*. Histoire du capitalisme d’édition (1880-1920). (Paris: Fayard, 1988), p.94.

do filho, mesmo que por vezes ele se zangue devido à demora de alguma remessa. Na última remessa identificada nas correspondências, escreve:

Estimo mto. a chegada dos meus livros de Dto. Civil – e agradeço-lhe o trabalho que teve de mandá-los vir de Portugal – trabalho aliás bem empregado pela boa economia que dahi resultou¹⁵.

Ao lado das obras de estudo, o poeta revela todo o seu interesse por obras políticas. Ele mesmo se deixara levar por discursos inflamados à época da fundação da sociedade acadêmica *Ensaio Filosófico*. O fim da década de 1840 foi uma época de temperamentos exaltados, no Brasil e na Europa, e de reações conservadoras que se pautavam, curiosamente, no exemplo da Revolução Francesa, como deixa claro o discurso de apresentação do exemplar traduzido da obra de Guizot.

Por razões que devem ainda ser aprofundadas nos estudos de História Política do Brasil, podemos apenas asseverar que os mesmos volumes que faziam nascer em ‘todas as memórias’ os ‘homens da primeira revolução’, atravessavam o oceano com notável êxito, contrariando o clima de crise da edição francesa nos anos que antecederam à vaga revolucionária de 1848, a qual conduziu muitas empresas à falência.¹⁶ E se os exemplos franceses tinham mais força por suas letras do que por suas ações, o que levou Álvares de Azevedo a afirmar ao pai que sua ‘theoria [...] nada tinha de revulsiva’, em carta de 3 de julho de 1850¹⁷, temos nestas correspondências precioso testemunho sobre o repertório que despertava o interesse dos jovens da Academia de Direito de São Paulo, estes promissores formadores de opinião.

Enfim, é difícil sintetizar em breves linhas o repertório e a importância das obras históricas sobre a Revolução, a começar pelos relatos de contemporâneos, como o livro de Antoine Barnave (1761-1793)¹⁸, escrito pouco antes de o autor sucumbir à guilhotina, passando pelas análises de circunstância, a exemplo da obra citada de Mme. De Staël, até confluirmos para a primeira *História da Revolução francesa*, escrita por François Mignet (1796-1884), em 1824¹⁹. Após a Revolução liberal de 1830, novos autores despontam na cena intelectual e política, vindo a atingir sua maturidade como homens públicos na “primavera dos povos”, a exemplo de Alphonse de Lamartine (1790-1869),

¹⁵ *Cartas de Álvares de Azevedo*. Comentários de Vicente de Azevedo. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1976, p.131.

¹⁶ Jean-Yves Mollier, *L’argent et les lettres... op. cit.*, pp.104-105.

¹⁷ *Cartas de Álvares de Azevedo, op. cit.*, p.164.

¹⁸ 1a. Edição póstuma [1847]. Ver BARNAVE, Joseph, *Introduction à la Révolution française*. Texte établi sur le manuscrit original et présenté par Fernand Rude. Paris: A. Colin, 1960.

¹⁹ HOBBSBAWM, Eric, *Ecoss da Marselhesa. Dois séculos reveem a Revolução francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp.17-46.

Louis Adolphe Thiers (1797-1877) e François Guizot (1787-1874). Todos, com exceção de Barnave tiveram suas obras vertidas para o português, em edições brasileiras ou portuguesas, no período em tela.

Nessa primeira fase, a pesquisa se concentrou na investigação de novos títulos que perfazem o *corpus* documental. Duas incursões no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro não apresentaram resultados muito exitosos. Em uma segunda fase de estudos pretendemos investigar os acervos de instituições no exterior: Bibliotecas Nacionais de Lisboa e de Paris. Além da busca direta pelos títulos e autores que versam sobre a temática da Revolução, a pesquisa em catálogos de livrarias tem se mostrado muito esclarecedora, tanto para se compreender a circulação dos autores já identificados²⁰, quanto para o conhecimento de novos títulos, os quais passaram incólumes pelos ensaios de revisão historiográfica.

Algumas edições já foram identificadas e (algumas) adquiridas em alfarrábios portugueses e brasileiros:

GUIZOT, F., *A democracia na França*. Tradução em português por ***. Paris: Typ. de E. Thurnot et Cie., 1849.

LAMARTINE, A. de. *O presente e o futuro da República*. Tradução. Porto: Typographia de S. J. Pereira, 1850 [obra gentilmente cedida por Nelson Schapochnik]

_____. *História Completa da Revolução Franceza desde 1789 a 1815 e precedida de um resumo da História da França por um brasileiro*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1877.

[coleção Lincoln Secco]

_____. *História dos Girondinos*. Traduzida do Francez por... Publicada por L. C. da C. Lisboa: Typ. de Luiz Correia da Cunha, 1852, 8 v. [coleção MMD]

MIGNET, F. A. *Historia da revolução franceza, desde 1789 ate 1814*. São Paulo: Empreza Editora de São Paulo de J. Azevedo & Comp., 1889. [coleção Lincoln Secco]

O CASO GUIZOT

Segundo Pierre Rosanvallon, as obras de Guizot se inserem em um conjunto mais amplo de livros esquecidos, senão, pouco lidos e, certamente, não reeditados na França

²⁰ Uma investigação preliminar sobre os catálogos foi realizada por ocasião de nossa pesquisa de doutoramento. A BnF (Paris) detém extraordinário acervo de catálogos de livrarias de profissionais que atuaram nas cidades brasileiras no oitocentismo.

atualmente. Todavia, essa geração formada por historiadores, pensadores, ideólogos e homens de estado teve uma presença forte na cena política francesa – e, podemos dizer, entre os intelectuais de outras partes conectados com os acontecimentos políticos franceses – no período de 1814 e 1848. É o que se observa, citando o autor, com as “obras de Guizot, Thiers, Cousin, Rémusat, Royer-Collard, Mignet, Augustin Thierry, Ballanche, Bonald, para enumerar apenas alguns nomes entre os mais ilustres”.²¹ Embora esses autores tenham conformado uma primeira geração de críticos à Revolução e aos destinos da França, atualmente eles se situam em um intervalo no mínimo tedioso da produção intelectual francesa, a saber, entre a fase vibrante da Revolução e o período de consolidação dos ideais democráticos e republicanos, em 1871.

Nesse sentido, *De la Démocratie en France*, de François Guizot, livro editado em Paris, em 1849, situa-se nesse conjunto de obras que uma parte significativa dos intelectuais franceses legou ao esquecimento. Trata-se de um libelo em resposta aos acontecimentos políticos que resultaram na queda da monarquia de Luís Felipe, na tomada do poder pelo povo (ainda que provisória) e – golpe de misericórdia! – na vitória de Luís Napoleão Bonaparte. Rosanvallon situa bem este momento da obra na vida do autor:

Exilado na Inglaterra após as jornadas de fevereiro de 1848, ele publica em janeiro de 1849 *De la Démocratie en France*, uma tentativa de se reinserir no debate político. Mesmo permanecendo em Brompton, ele lança sua candidatura para as eleições da primavera de 1849 e publica, para tanto, o chamado, *M. Guizot à ses amis*, em 6 de abril de 1849.

Podemos então resumir o momento de *De la Démocratie en France*, nos seguintes termos. A obra do historiador de formação calvinista, notável por sua eloquência, responsável pelas reformas de peso da monarquia de Julho, as quais tocaram a instrução pública e as instituições do novo regime, foi publicada no momento em que ele se despedia, combalido, da vida pública. Causa espécie, todavia, o êxito alcançado por um livro que vem a lume sob tais circunstâncias. De acordo com Theis:

Ao publicar de forma tão exitosa, no primeiros dias de janeiro de 1849, um opúsculo de 158 páginas, com título à moda de Tocqueville, *De la Démocratie en France*, que se volta com virulência à “idolatria democrática”, ele testemunha o fracasso de seu retorno ao debate político e exprime os sentimentos de uma ampla fração da opinião pública, assombrada com as jornadas de junho de 1848 e que confiara a Luís Napoleão a garantia da ordem social²².

Corroboram as análises de seus estudiosos a lista das contrafações publicadas na Bélgica e as traduções realizadas naquele mesmo ano de 1849. Vejamos:

²¹ ROSANVALLON, Pierre, *Le Moment Guizot*. Paris: Éditions Gallimard, 1985, p.12.

²² THEIS, Laurent, *François Guizot*. Paris: Fayard, 2008, p. 38.

<i>De la Démocratie en France, François Guizot (edições identificadas até o momento)</i>			
Date	Lieu d'édition	Éditeur	Compléments
1849	Paris	Victor Masson, Libraire	-
1849	Bruxelles	Kiessling et Cie.	-
1849	Bruxelles	Librairie du Panthéon	-
1849	Bruxelles	Mayer et Flatau	-
1849	Bruxelles	Méline, Cans et Cie.	2 tirages
1849	Bruxelles	F. Michel	-
1849	Bruxelles/Leipzig	C. Muquardt	-
1849	Bruxelles	Rozez et Cie.	-
1849	Bruxelles	J. B. Tarride	-
1849	Bruxelles	Wouters Frères et Cie.	2 tirages
1849	Madrid	Andrés y Diaz	Du frontispice: "De la Democracia en Francia (Enero de 1849). Obra traducida y refutada por un publicista liberal".
1849	Lisboa	Typ. de Silva	Trad. por Marianno José Cabral
1849	Lisboa	Typ. do Popular	Trad. do francez M. J. Gonçalves
1849	Paris	Paris: Typ. de E. Thurnot et Cie., 1849	Tradução em português por ***
1851	Paris	Victor Masson, Libraire	De la démocratie en France. (Janvier 1849). [Suivi de] : Pourquoi la révolution d'Angleterre a-t-elle réussi ? Discours sur l'histoire de la révolution d'Angleterre (oeuvres reliées)

O quadro resulta de pesquisa em estágio muito preliminar, embora já reúna dados convincentes sobre o interesse despertado pelo livro entre partidários e críticos de Guizot. Nesse ponto, faz-se necessário um cotejo das correspondências do autor à época e, mesmo, um levantamento de seus críticos, material já levantado, mas ainda não consultado na BnF. E, evidentemente, a análise ainda carece de dados sobre a recepção das edições traduzidas em Portugal e no Brasil.

No que toca a recepção brasileira de Guizot e de seus contemporâneos, cujo estudo foi parcialmente apresentado noutra ocasião²³, olhemos de perto alguns indícios. Retomando a correspondência de Álvares de Azevedo, temos na carta endereçada à mãe, em 7 de junho, possivelmente do ano de 1848, a seguinte anotação, em P.S. atravessado no texto:

Ainda não recebi – até agora – á chegada do Correio – as encommendas – Espero ancioso os Girondinos q. vmcê em confirmação a uma antiga promessa bem me poderia ter mandado de presente – espero q. a promessa do retrato se realise ao receber vmcê o meu retrato e não dê em troca como outras ... da Nhãnhã e – (talvez se eu fosse má língua o diria) – suas²⁴

Os ‘Girondinos’ mencionados acima devem ser os oito volumes da primeira edição *in-8º* de *L’Histoire des girondins*, de Alphonse de Lamartine (1790-1869), cuja primeira edição saiu a partir de 1847. Portanto, apenas um ano antes de ter reiterado, não sem alguma impaciência, o pedido feito à mãe. Um ano mais tarde, precisamente em 7 de julho de 1849, ele voltava a fazer nova solicitação, demonstrando-se não somente afinado com as edições que apareciam na França, mas também muito interessado pela historiografia política francesa:

Quanto a mim quero lhe fazer 2 encommendas tambem – um exemplar da *Démocratie en France* de Guizot – e do *Raphael* de Lamartine q ahi nos jornais se annunciarão um a 200 rs. E o outro 800²⁵.

Vemos que, na carta, Alvares de Azevedo escreve o título da obra de Guizot em francês. No entanto, já havia na época uma tradução de *Démocratie en France* para o português, a qual foi publicada no mesmo ano de 1849. A publicação da edição em português foi obra de um admirador de Guizot (1787-1874), um brasileiro que morava em Paris, o qual, infelizmente, não quis se identificar. Na apresentação do volume, José Lucio Correia justifica o trabalho de publicação em Paris da edição em português:

Aos Brasileiros

A noticia dos recentes e desastrosos acontecimentos de Pernambuco, não podia deixar de affligir-me e de excitar meu patriotismo [...]

A vulgarização deste livro será um remedio poderoso para combater as paixões deletereas que se conjugarão para attacar a sociedade no que ella tem de mais inviolavel e de mais santo[...]²⁶

²³ Bibliothèque Métropolitaine de Bucarest; DEAECTO, Marisa Midori. *Éditions et idées de révolution au Brésil (1830-1848)*. In: Symposium International, 2011, Bucarest. Travaux de Symposium International Le Livre, La Roumanie, L’Europe. Troisième Édition (20 à 24 Septembre 2010). Bucarest: Éditeur Bibliothèque de Bucarest, 2011. v. 4. p. 103-112.

²⁴ *Cartas de Álvares de Azevedo*, op. cit., 1976, p.82.

²⁵ *idem*, p.114.

²⁶ F. Guizot, *A democracia na França*. Tradução em portuguez por ***. (Paris: Typ. de E. Thurnot et Cie., 1849).

A edição é complementada com um fac-símile do manuscrito de Guizot, no qual ele aprova – e até mesmo incentiva, por razões políticas – a tradução de seu livro:

Não tenho nenhuma objeção, senhor, à vossa intenção de traduzir meu último livro sobre a democracia na França. Pelo contrário, muito me conforta de poder servir, mesmo fora de meu país, à causa da verdade e da ordem social. Eu somente vos peço a gentileza de me enviar um exemplar de vossa tradução quando ela vir a lume [...].

Guizot. Bomprou, 21 de janeiro de 1849.

Álvares de Azevedo não deixou nenhuma pista se havia encomendado a edição original ou a tradução referida acima. Ele pôde muito bem ter encomendado a edição francesa porque, segundo a etiqueta da livraria de Serafim José Alves, havia outras obras de Guizot à venda no Rio de Janeiro. A etiqueta anunciava não apenas a venda de *A democracia na França*, livro curioso e tomado de intenções políticas, mas de outras obras de Guizot:

A Livraria de Serafim José Alves. Tem sempre em depósito grande quantidade deste livro e os mais do autor. Vantajosos abatimentos nas compras avultadas a dinheiro. Typographia. Encadernação. Rua Sete de Setembro, 83²⁷

Álvares de Azevedo muito provavelmente recebeu os livros encomendados na carta de 7 de julho de 1849, inclusive o exemplar de Guizot, pois, em carta endereçada à mãe, em 14 de outubro de 1849, escreve:

Se tenho às vezes fechado sobre a meza o meu livro de Direito das Gentes – o Reddée e o Ortolan – meus mais afeiçoados – não é para ler novellas que o tenho feito – há um estudo q. se tem sucedido ao 1º - é o da minha lingua – Minhas novellas são um tanto sensaboronas á vista do Antony, do Raphael e do Consuelo²⁸.

²⁷ Etiqueta da edição acima citada de Guizot

²⁸ Segundo Vicente de Azevedo, “Théodore Ortolan, autor das *Règles Internationales de la Diplomatie de la Mer* (Paris, 1844-2 vol.) livro de grande e merecido crédito. O Reddée ficou esquecido, não se pode comparar ao Ortolan. Comparem-se as datas da carta e da edição do Ortolan e admire-se como Álvares de Azevedo estava à la page! Com a circunstância de que o Direito Internacional ainda não era matéria do curso jurídico. Mesmo a cadeira de Direito Romano só foi criada pela reforma de ensino de 1854”. *Cartas de Álvares de Azevedo, op. cit.*, pp.142-143.

PORTUGAL NO MUNDO: Phileas Lebesgue e a República dos Homens de Letras (1911)

Adelaide Maria Muralha Vieira Machado
(Universidade Nova de Lisboa)

O lusófilo francês Phileas Lebesgue¹, escritor e crítico literário, tradutor e divulgador da cultura portuguesa, visitou Portugal pela primeira vez logo após a implantação da República² em Fevereiro de 1911, a convite do presidente do governo provisório, Teófilo Braga³.

A apreciação política e cultural que fazia sobre Portugal e que deu origem a uma obra escrita⁴, enquadrava-se na análise e na visão que defendia para o resto do mundo. No capítulo intitulado *Portugal no mundo*, explanava sobre o correto relacionamento que esperava da Europa e da América, perante o desenho geopolítico europeu que acabaria por levar à guerra de 1914-1918.

« À mesure que s’effectuera vers l’ouest la poussée des peuples de l’Europe orientale asservis à l’idée impérialiste, la véritable Europe devra resserrer ses liens avec l’Amérique démocratique. »⁵

A democracia surgia ligada à validação política, e servia de demarcação entre os bons e verdadeiros e os falsos e maus regimes. Neste contexto o Portugal republicano era apresentado por Lebesgue em conexão com a verdadeira Europa⁶. A história e a cultura

¹ Phileas Lebesgue (1869-1958) cf. Phileas Lebesgue, *Portugal no Mercure de France*, pref. Jean-Michel Massa, Lisboa, Roma Editora, 2007

² 5 de Outubro de 1910

³ Teófilo Braga (1843-1924))

⁴ Phileas Lebesgue, *La République portugaise*, Paris, Sansot, 1914

⁵ *Idem*, p. 67

⁶ “Le Portugal intellectuel contemporain, avec Teófilo Braga à la tête, ne pouvait se tourner vers la science et vers le peuple, sans rencontrer l’idéal démocratique. » *Idem*, p. 45

portuguesas, que conhecia bem⁷, e enquadrava numa nacionalidade aberta e humanista própria dos portugueses⁸, complementavam nessa linha a ideia da pertença de Portugal ao mundo ocidental e a um papel/missão⁹, que tendo sido pioneiro em alguns momentos da história europeia, abria agora uma via para voltar a sê-lo¹⁰. Perante as ameaças imperialistas e antidemocráticas, as relações com o continente americano surgiam valorizadas, e no caso português, o Brasil republicano adquiria o perfil de filho na vertente cultural¹¹, e irmão rico no capítulo económico¹².

Contra a crítica e o ceticismo europeus, sobretudo inglês, o autor francês defendia a viabilidade da república portuguesa, e contra acusações de corrupção e clientelismo, inocentava os republicanos que constituíam o governo provisório e que conhecia de longa data como elite intelectual dedicada à causa da justiça social.

« Les hommes du Gouvernement provisoire, qui sont des penseurs, des lettrés, des savants, d'une conscience irréprochable étaient prêts à la tâche. Ils ne dissimulaient rien de l'oeuvre énorme de réorganisation qu'ils devaient accomplir, et peut-être se faisaient-ils illusion sur leurs propres forces. »¹³

⁷ «Durant le siècle où les navigateurs portugais étonnaient l'Europe, les humanistes portugais occupaient également les premières places dans les universités de Paris, de Bologne, de Salamanca et de Louvain, et les esprits supérieurs qui jetèrent le plus d'éclat sur le XVIème siècle, comme Rabelais, Montaigne, Ignace de Loyola et Calvin durent à leurs maîtres portugais leurs premières directions mentales. La Patrie portugaise réalisa sa plénitude ; elle sut donner à l'activité individuelle son relief le plus haut en la subordonnant au culte d'un sol aimé. Ainsi réussit-elle inconsciemment à servir le progrès humain.» *Idem*, p. 90/1

⁸ « La formation de la minuscule nationalité qui montra dès le XIIème siècle la voie de la autonomie aux autres états péninsulaires et qui sut résister tour à tour aux tentatives d'incorporation léonaise, navarraise ou castillane, la façon dont cette nationalité su conserver modestement son indépendance à travers tous les accidents de la politique internationale européenne, voilà le problème important qui seul peut aider à comprendre l'histoire de Portugal. » *Idem*, p. 88

⁹ « De même le Portugal, à certaines époques, a vécu, lutté, souffert pour le monde entier. A ce titre, il s'est égalé, malgré sa petitesse, aux grandes nations.» *Idem*, p. 151

¹⁰ «Tant par sa situation géographique que par son passé de découvertes et son empire africain, le Portugal possède une mission propre, qui suffirait à le différencier comme nation; mais, à force d'avoir les yeux tournés vers la mer, il semble parfois perdre un peu le sens de ses destinées européennes. C'est à celles-ci que le Parti Républicain prétend le restituer. » *Idem*, p. 47

¹¹ A partir do conhecimento da língua portuguesa, Lebesgue estenderia o seu interesse ao Brasil, que considerava a mais bela obra da colonização europeia (ob. cit., p. 89), traduzindo e comentando criticamente a literatura brasileira coeva, através do paralelismo com a cultura portuguesa e europeia, sobretudo francesa (ob. cit., p.102/109).

¹² Com o aumento da emigração para o Brasil no final da monarquia, a opinião europeia espelhava, após a revolução republicana, o receio de que Portugal entrasse em colapso. Da gazeta *Pall Mall*, Lebesgue, extraía de Outubro de 1910, a seguinte análise: « Espérons que leur succès ne sera pas contresigné de trop sang, et qu'ils sauront donner tout ce que l'on doit attendre d'eux, dans l'oeuvre de la reconstitution nationale. C'est au point de vue économique et politique une tâche herculéenne. L'utilisation insuffisante de ses ressources nationales a fait du Portugal un simple réservoir d'ouvriers pour les industries de l'Amérique du sud, et sa capitale est pour ainsi dire une banlieue du Brésil, habitée par de riches brésiliens. » *Idem*, p. 295/6

¹³ *Idem*, p. 295

Herdeiro dos intelectuais dreyfusard, Lebesgue, acreditava que os sábios e homens de letras, tinham uma missão a cumprir enquanto intermediários entre o poder e o povo, e em último caso como detentores desinteressados do próprio poder enquanto elite ou classe dirigente, com vantagens para a nação¹⁴. Utilizando um verso de Camões demonstrava o que atrás foi dito:

“Este onde tiver força o regimento/ Direito, e não de efeitos ocupado/ Subira (como deve), o ilustre mando/ Contra vontade sua, e não rogando”¹⁵, isto é, embora vendessem a sua força de trabalho, isso não os desresponsabilizava, ao contrário, do papel de guias e dirigentes desinteressados que apostavam no progresso humano através da transmissão de conhecimento, que se queria cada vez mais difundido, com repercussões positivas na prática política das nações.

O mérito, e não privilégio, era o caminho para o aval democrático que legitimava o poder. Segundo o autor, os intelectuais eram os operários da era moderna¹⁶ isto é, embora vendessem a sua força de trabalho, isso não os desresponsabilizava, ao contrário, do papel de guias e dirigentes desinteressados que apostavam no progresso humano através da transmissão de conhecimento, que se queria cada vez mais difundido, com repercussões positivas na prática política das nações.

Phileas Lebesgue procurava divulgar e ao mesmo tempo credibilizar junto de franceses e europeus, a implantação da república portuguesa. No sentido que atrás demos, apresentava-a como uma república de homens de letras¹⁷ e daí tirava a garantia de qualidade:

« La supériorité du Parti Républicain est de posséder dans son sein tout ce qui conte intellectuellement en Portugal. »¹⁸

Com a imparcialidade, que reputava como própria da análise positivista¹⁹, apresentou as razões que encontrara para a preferência que os portugueses manifestaram pelo Partido

¹⁴ V. *Dreyfus e a responsabilidade intelectual*, Lisboa, CHC, Cadernos de Cultura, 2, 1999

¹⁵ Ob. cit., *Idem*, p. 387

¹⁶ *Idem*, p. 156

¹⁷ « Au Portugal nous devons d’avoir jadis fait connaissance intégrale de la planète où nous vivons. C’est lui qui a fourni à notre civilisation les bases de la culture positive, et en s’inspirant directement des choses vues, vécus, Camões est le premier des poètes modernes... Le prestige de cette douceur héroïque et spécifiquement portugaise a contribué plus qu’on ne croit à l’instauration de cette République d’hommes de Lettres. » *Idem*, p. 26

¹⁸ *Idem*, p. 328

¹⁹ Phileas Lebesgue, de comum acordo com a maioria dos dirigentes republicanos portugueses, definia o que significavam para si as consequências sociais e políticas do método de validação positivista, como sinónimo de modernidade: « Et comme les sociétés modernes, vraiment prospères sont celles qui ont accepté d’obéir aux pulsations du seul Travail, on peut nettement se rendre compte que tout ce qui touche à une conception plus réaliste de la vie: les revendications individuelles ou collectives d’autonomie, le culte d’initiative, de la spontanéité, de l’action énergique et réfléchie, l’étude approfondie des lois naturelles, l’amour de la vérité expérimentale, tout cela découle du besoin ressenti par le plus grand nombre d’accéder à quelque bien-être, une fois tombées les barrières factices des hiérarchies séculaires. » *Idem*, p. 371

Republicano. Em regra, se a monarquia tivesse seguido o caminho da verdadeira democracia parlamentar liberal, os defensores da república não teriam encontrado o seu espaço²⁰. Com o governo de João Franco²¹ e as sucessivas crises económicas e sociais aliadas aos escândalos de corrupção e ao que se chamou o *devorantismo*²², o povo português desinteressara-se da política e dos políticos, desiludido deixara de intervir na *coisa pública*²³. Segundo Lebesgue, e reforçando a sua posição com um depoimento do ministro monárquico Rodrigo Pequito Rebelo ao jornal *Dia*²⁴, foram os republicanos que despertaram o país para a participação e debate políticos.

« Force est l'avouer, disait-il, le pays a perdu son indifférence d'il y a quinze ou vingt ans. La propagande des Républicains a développé le sentiment politique dans les masses. C'est un fait évident et particulièrement symptomatique. L'idée démocratique grossit comme les vagues de l'océan. Si la monarchie prétend opposer à sa marche les intrigues de palais, les ruses du cléricisme, les dictatures criminelles, les malversions du Crédit Foncier, elle est perdue; car tous les désabusés, tous les écrasés chercheront un refuge dans la République. »²⁵

Os dirigentes republicanos, por seu lado, surgiam não só como homens moralmente responsáveis e honestos que tinham dedicado a vida ao estudo da questão social, bem como, depois do Ultimato, eram vistos como os detentores de um programa político de alternativa nacional²⁶. Segundo o autor francês, isto acontecia porque o Partido Republicano a partir de 10 de Junho de 1880²⁷, soube apresentar-se como herdeiro e detentor da agenda liberal e democrática que fora traída e abandonada²⁸, ao mesmo tempo que dentro da tradição do sebastianismo²⁹, os seus dirigentes assumiam agora o papel de salvadores da pátria, ao serviço da única ideia que transformaria o país substituindo vassalagem por cidadania³⁰: a

²⁰ *Idem*, p. 292

²¹ *Idem*, p. 301/14

²² *Idem*, p. 332/3

²³ *Idem*, p. 297/8

²⁴ Após a vitória eleitoral republicana de Agosto de 1910

²⁵ *Idem*, p. 298

²⁶ « Comme les mêmes errements se perpétuaient avec aggravation, le peuple jusqu'alors indifférent s'en est mêlé. Il a voulu savoir si les derniers venus ne se comporteraient mieux. Il sait que les hommes de la Révolution sont d'une probité éprouvée; c'est pourquoi il s'est détaché de la monarchie, pour aller à eux. Puissant les apôtres de l'heure actuelle éparpiller tout au tour d'eux une semence de vertu, en sorte que leur parti ne devienne pas à son tour une clientèle! » *Idem*, p. 336

²⁷ Centenário da morte de Camões « Avant cette date, il n'y a pas d'histoire du Parti Républicain, mais seulement une histoire de l'idée, de l'aspiration républicaine, parce que c'est à partir seulement de cette époque que la politique le put reconnaître comme facteur nouveau, capable d'influer sur ses combinaisons. » *Idem*, p. 200

²⁸ « Lisbonne pleine des clubs dont les dénominations rappelaient les noms et les dates mémorables de la Démocratie portugaise. » *Idem*, p. 201

²⁹ « Le peuple portugais veut vivre. Son vieux *sebastianisme* s'est incarné dans l'idée républicaine et, comme Lazare, il se lève. » *Idem*, p. 299

³⁰ « Les portugais des classes cultivées aspirèrent de toute leur âme à devenir citoyens. » *Idem*, p. 379

República assente na democracia, como garantia do equilíbrio de direitos e deveres entre indivíduo e coletivo³¹.

As noções de cidadania e de civismo transmitidas pela propaganda republicana ao longo de algumas décadas foram finalmente entendidas pelos portugueses, em parte devido ao beco sem saída em que a economia portuguesa se transformara, com o consequente descontentamento social, mas por outro lado, esse ideal cívico e democrático trouxe a esperança de um caminho de autonomia individual, que se prolongaria numa ideia de autonomia nacional que o Partido Republicano parecia incorporar³².

Ao mesmo tempo que a originalidade da revolução portuguesa era evidenciada por Lebesgue, a influência cultural e política francesa era dada como um facto, bem como a importância em seguir de perto a situação portuguesa, no que dizia respeito às relações internacionais³³.

As eleições de Agosto de 1910 que deram a vitória aos republicanos, vieram firmar o rumo que vinha a ser traçado desde 1880 pelo menos. Mais importante, aquela vitória validara moralmente, uma vez que era fruto da escolha eleitoral, o programa republicano de reivindicações democráticas³⁴, e mostrara desta feita qual era o sentido da opinião, isto é, depois de governarem sem a opinião pública, os monárquicos passaram a governar contra a opinião pública, e o caminho para a mudança de regime estava agora legitimado.³⁵

³¹ « Faire l’histoire de l’idée républicaine en Portugal, c’est donc raconter en quelque sorte l’évolution de la pensée lusitanienne tout entière durant la fin du XIXe siècle et le début du XXe. » *Idem*, p. 185

³² « Au loyalisme monarchique, les Républicains ont substitué l’idéal civique, qu’ils ont greffé sur le sentiment autonomiste. » *Idem*, 25

³³ « Une République en Portugal cela fait songer. Une part du destin de la France s’attache peut-être au sort de cette République, qui a avancé pour alliés toutes ses soeurs latines de l’Amérique du sud, tout un grand parti espagnol et italien. L’Angleterre, d’autre part, a toujours témoigné un vif intérêt au Portugal, et nous savons ce que vaut

l’Angleterre dans le monde. Il sied donc que nous nous renseignions sur les hommes et les choses de la Lusitanie, à l’aube d’un jour qui peut amener le soleil d’une renaissance portugaise. À un moment de son existence, le petit Portugal étreignit le monde et domina les mers. Les Portugais sont nos amis très sincères; toutes leurs admirations vont à la France, à ses penseurs, à ses savants, à ses artistes. Le mouvement démocratique portugais est positiviste essentiellement; il est née d’une colonisation intellectuelle française. » *Idem*, p. 30

³⁴ « Liberté de réunion, d’association et de pensée; abolition des lois d’exception et de tous les décrets dictatoriaux; Amnistie aux prisonniers et aux exilés; Convocation immédiate des Cortès pour examen du décret de liquidation des avances consenties à la maison royale; Amnistie aux marins déportés et remise de peine à tous ceux qui s’étaient soumis à l’occasion de la révolte d’avril 1906 ; Suppression du Tribunal d’instruction criminelle; Réforme de loi électorale avec représentation des minorités. » *Idem*, p. 322/3

³⁵ Através de um discurso de Afonso Costa, feito nas vésperas da implantação da república, Lebesgue revelava a quem o lesse a legitimidade da mesma, e manifestava o seu acordo às palavras do político republicano: “Le parti républicain, en effet, s’est révélé comme l’unique organe possible de la opinion publique, de la liberté et de la defense des libertes collectives... Quant à la révolution, mon opinion, en ce qui la concerne est de telle nature que, si le congrès de mon parti pouvait voter contre, elle se réaliserait malgré tout; car la révolution est devenue l’aspiration, non pas seulement d’un parti, mais du pays tout entier. » *Idem*, p. 300

A chamada questão social na ordem do dia desde o 5 de outubro de 1910, revelava uma fragilidade económica e financeira que os portugueses, através da escolha política que levava à mudança de regime, esperavam começar a resolver.

« En vérité, l'ordre économique gouverne l'ordre social, comme celui-ci gouverne l'ordre politique. C'est parce que le Portugal est socialement désorganisé que le malaise règne à l'état permanent dans le domaine économique, et que la machine politique a perdu sa stabilité.³⁶ »

Para o crítico francês, o que salvou Portugal da bancarrota e da intervenção estrangeira foi a reputada honestidade dos dirigentes republicanos que serviu de aval junto dos mercados financeiros internacionais³⁷.

Esta crise política e económica impedia o desenvolvimento moral e social tal como era entendido pelos defensores da democratização da sociedade. Assim, um dos primeiros passos que devia ser dado, para evitar extremismos e a violência, era o do entendimento, organização e valorização do trabalho, ou seja, a regulamentação das associações e sindicatos e a procura do estabelecimento de um pacto social entre patrões e trabalhadores³⁸.

Reformas que melhorassem o regime de propriedade e de exploração da terra, a produção industrial e a modernização das trocas comerciais, contando sobretudo com o Império colonial português, pareciam ser as soluções para o fim da crise preconizadas pelo governo provisório.

« Avant toutes choses, le nouveau gouvernement semble avoir compris tout le parti que Portugal pourrait tirer de son empire colonial. Loin de songer à l'aliéner, il se préoccupe de mettre en valeur cet inappréciable domaine, que seules dépassent en étendue les possessions de l'Angleterre, de l'Allemagne et de la France. »³⁹

Admitindo que a tarefa seria gigantesca⁴⁰, Lebesgue, defendia que o povo português tinha a seu favor o sentimento nacional inato, que era uma espécie de patriotismo construído pela ideia de pertença adquirida ao longo de séculos de demarcação constante⁴¹. Mas ao reconhecer que as atitudes ditatoriais faziam parte das práticas de governo em Portugal,

³⁶ *Idem*, p. 376

³⁷ « Leur intégrité fut cotée jusque sur le marché financier. Et ce fut là pour Portugal question capitale, car l'intervention étrangère eut pu prendre pour prétexte l'administration de la Dette, incontestablement. » *Idem*, p. 359

³⁸ « Il faut prévoir cela, régler l'action des groupements libres, assurer leur fonctionnement, sans restreindre leurs, développer leur responsabilité. Cela fait partie d'une organisation raisonnée du travail. Déjà l'arbitrage entre patrons et ouvriers est établi, pour contrebalancer le droit de grève reconnu en même temps. » *Idem*, p. 360

³⁹ *Idem*, p. 361

⁴⁰ « Toute sa crise actuelle [de Portugal], au reste, dérive d'un malaise économique, combattu par un gigantesque effort de transformation morale e intellectuelle. » *Idem*, p.379

⁴¹ « Le sentiment national appuyé sur la tradition populaire a sauvé de siècle en siècle l'autonomie portugaise. » *idem*, p.102/3

incluindo o governo provisório republicano⁴², apontava os caminhos que podiam ir obstando esse comportamento⁴³. Tratava-se do homem democrático fruto de uma sociedade equilibrada⁴⁴ na qual não haveria lugar nem para o indivíduo déspota que seria substituído por um humanismo personalista⁴⁵, nem para os coletivismos que esmagavam a individualidade à força⁴⁶.

Segundo pensava e em pleno acordo com os dirigentes republicanos, para que o novo homem, na nova era que se iniciava⁴⁷, tivesse espaço e lugar, era preciso reformar a instrução e o ensino, era preciso aprender a viver em paz, em liberdade e democracia.

« Il faut faire confiance aux hommes de bonne volonté. Les chefs de la République savent que la liberté ne va pas sans l’instruction et sans l’ordre. Ils sont décidés à y pourvoir. Restes à deviner à quelles embûches ils pourront se heurter tant à intérieur qu’à l’extérieur. »⁴⁸

A instrução pública tinha sido uma das bandeiras do liberalismo oitocentista. Foi-o também da primeira república portuguesa, que herdou uma pesada herança de estagnação e desperdício⁴⁹ com o daí decorrente prejuízo no que dizia respeito ao desenvolvimento individual e coletivo, isto é, analisado desta maneira a falta de qualidade científica era a causa da impreparação política e social dos portugueses que supostamente deveriam constituir a elite do país.

⁴² “Quant à la dictature en elle-même il est certain qu’elle est un peu de règle en Portugal. L’avènement de la République elle-même fut signalé par une dictature, celle du Gouvernement provisoire, qui procéda par voie de décret à la réorganisation générale inscrite à son programme et qui ne fit élire qu’ultérieurement la nouvelle assemblée. La différence capitale de tactique, c’est que le Gouvernement provisoire était d’accord avec l’opinion publique. » *Idem*, p. 321

⁴³ « Il est nécessaire de développer le sens de la dignité, de la responsabilité individuelle, porque le civisme de chaque membre de la collectivité soit à la hauteur de ce que l’on attend de lui. » *Idem*, p. 377

⁴⁴ « L’exaltation qui résulte infailliblement de l’exercice conscient de la liberté peut faire beaucoup pour le salut du Portugal. » *Idem, Ibidem*

⁴⁵ « L’individu souverain, dégagé de tous liens traditionnels, lui apparaît comme un intolérable despote. » *Idem*, p.62

⁴⁶ « Violamment déjà le socialisme moderne tend à réagir contre individualisme proclamé par la Révolution française. L’idée de solidarité dans le groupe cherche à ruiner l’idée d’autonomie personnelle. » *Idem*, p.360

⁴⁷ « La présentation de candidats républicains dans la ville de Lisbonne, disait l’orateur [Teófilo Braga], n’est pas une simple formalité électorale, comme il est de coutume dans les pays libres ; c’est la manifestation solennelle, par devant la nation, de l’ouverture d’une ère nouvelle dans l’existence de notre patrie. » *Idem*, p. 323/4

⁴⁸ *Idem*, p. 377

⁴⁹ Pela pena de José de Magalhães em 1905, Lebesgue, apresentava a situação do ensino português e as soluções adequadas à sua falta de qualidade:

« Ce qui se professe, parmi nous, dans l’enseignement dit supérieur, ce sont bien les matières de l’enseignement supérieur, mais avec l’esprit de l’enseignement moyen. L’enseignement moyen a pour objet la *science faite* ; l’enseignement supérieur s’occupe de la *science qui se fait*, c’est-à-dire qu’il repose sur la théorie et la pratique des méthodes qui guident l’esprit vers l’invention et la découverte. » *Idem*, p. 339

« Le défaut de culture scientifique engendre l'absence d'éducation politique et sociale, l'incapacité d'exercer les droits politiques ou les devoirs de la solidarité. »⁵⁰

A ligação entre saber e sociedade, enquanto possibilidade de evolução e desenvolvimento pessoal e universal, era demonstrada de forma dedutiva, em todos os planos culturais e políticos⁵¹. Na raiz de todo o convívio correto entre ciência, conhecimento e sociedade, para um desenvolvimento ao nível europeu, estava precisamente a existência de liberdade⁵².

O objetivo primordial e político da reforma educativa republicana era sobretudo preparar civicamente a sociedade para a autonomia e participação⁵³, e a questão do sufrágio universal e o seu sucessivo adiamento, resume bem a incapacidade de dar resposta a este problema e ao mesmo tempo, representava o não entender, Lebesgue incluído, como o ato eleitoral fazia parte importante dessa aprendizagem na relação entre governo e governados, de respeito pela vontade do povo.

« Le plus urgent problème à résoudre pour les gouvernants portugais, c'est le problème de l'instruction et de l'éducation populaires, sans lesquelles le suffrage universel ne saurait être qu'une lamentable dérision. Nous reviendrons sur cette grave question, dont tous les penseurs portugais se sont faits tour à tour les investigateurs. »⁵⁴

A obra de apresentação da primeira República Portuguesa por Phileas Lebesgue, tinha claramente o propósito de divulgar a sua importância e demonstrar a sua validade política, contra existentes e futuros detratores.

Entrando pela via cultural o lusófilo francês deu-nos a sua visão política do acontecimento, e através dela percebemos a Europa e o mundo tal como politicamente os entendia. A metodologia positivista era combinada com o personalismo democrata e humanista, que fornecia a organicidade dos particularismos em novas procuras de sentido na universalidade e nas suas leis, tão cara a portugueses e franceses.

⁵⁰ *Idem*, p. 341

⁵¹ « Ce sont les connaissances scientifiques qui modifient les fondements des idées philosophiques ; ce sont celles-ci et celles-là qui orientent les conceptions esthétiques, lesquelles à leur tour, inspirent la forme, durant que la science pure fournit à l'industrie la matière de ses créations. Finalement tout ce savoir influe directement et indirectement dans l'évolution économique, éthique, juridique et politique de la nation. » *Idem*, p. 347

⁵² « Savoir, connaître! Mais la Science, pour s'enrichir, a besoin de la Liberté ! Qu'on lui donne la Liberté ! » *Idem*, p.348

⁵³ « Si les réformateurs prennent la direction du pouvoir, ils feront bien de chercher a rendre le peuple capable de travailler lui-même à son indépendance et à son salut. » *Idem*, p.296

⁵⁴ *Idem*, p. 297

NO INÍCIO, O *RECREIO*

João Luís Lisboa
(Universidade Nova de Lisboa)

Este texto parte da ideia de que a recreação, o divertimento instrutivo, para lembrar expressões do final do século XIX, é um dos elementos chave dos inícios do sucesso da «Empresa Editora do Recreio», que funcionava em Lisboa entre 1886 e 1907. Essa empresa, propriedade do tipógrafo e editor João Romano Torres, esteve na origem de uma outra, que é o objecto de um projecto de investigação mais vasto. O que aqui se apresenta é uma parte que antecede e introduz esse projecto que se propõe estudar os fundos documentais dessa casa editora centenária, a «Romano Torres», que entre o fim do século XIX e o fim do século XX, foi responsável em Portugal, pela publicação de um grande número de livros entre os mais populares e mais difundidos na Europa. Limitar-me-ei aqui a apresentar um quadro da edição em que estavam implicados aqueles que fundaram essa empresa.

De acordo com a memória da própria editora, deixada num apontamento de história / apresentação, há dois momentos-chave que devem ser considerados. Um deles é a associação entre João Romano Torres e o seu filho, quando a empresa assume o nome de família que será o seu, a partir de 1907 (Romano Torres & Cie). Não se trata apenas de mudar o nome e de associar um novo elemento que, aliás, até já fazia parte da empresa. Seguindo-se a documentação, os livros de contabilidade, os diários e inventários mantidos para esses anos, fica-se com a noção de que se está a proceder a um verdadeiro recomeço do ponto de vista organizacional e comercial. E, no entanto, a narrativa oficial, inscrita em todos os documentos e livros, marca uma data anterior como referência. 1885 é sempre mencionado como o ano em que tudo teve início. E mesmo no que respeita à utilização do nome Romano Torres como forma de identificar a empresa, ele aparece já, pelo menos desde 1891, com novelas de Carlos Sertório, autor de diversos outros títulos para esta editora¹.

¹ *Novellas portuguezas*, Carlos Sertorio. - Lisboa : João Romano Torres, 1891. - 3 vols.. 1o v. O caçador caçado. - 55 p. . - 3o v. O conselheiro. - 142 p Carlos Sertório terá os seus livros publicados com as diversas chancelas que albergam os trabalhos desta empresa, Minerva Commercial, Recreio e João Romano Torres.

Também começaram antes de 1907 alguns dos projectos editoriais mais importantes dessa fase de renovação. É o caso do dicionário enciclopédico *Portugal* (1904-1915), preparado por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues², onde justamente se pode encontrar a narrativa sobre a família e as origens da empresa. Por conseguinte, se há um recomeço no que diz respeito à organização da empresa, existe uma clara continuidade no que se relaciona com os seus projectos de edição.

Pensando esta editora e o modo como iniciou os seus trabalhos no quadro da mundialização do livro impresso, no final do século XIX, é significativo notar que a orientação da Romano Torres não muda o caminho definido e aberto pela empresa precedente, a Empresa do *Recreio*, sendo os elementos mais importantes para identificar o projecto: a relação com um (ou mais) periódico e a aposta na publicação de obras de ficção, novelas e romances, de grande circulação, traduzidos sobretudo do francês e do espanhol. Se o primeiro destes elementos é comum a diversas casas editoras no século XIX, o segundo introduz uma distinção. Não é uma novidade que editores portugueses se deixem atrair por textos de sucesso da literatura europeia, mas nem todos estão de acordo sobre se essa escolha leva a bons resultados, nomeadamente no que respeita à qualidade do trabalho produzido. Na própria família Romano Torres, onde os laços à actividade tipográfica e editorial já existem desde há algumas décadas, quando começa a publicação do *Recreio*, a atitude nem sempre foi favorável às traduções.

Parto da ideia de que existem pelo menos dois perfis de editor que nesse momento se estão a constituir. Um deles é mais marcado pela antiga tradição tipográfica e parece ser mais fechado do que aquele que desponta dos homens de letras, tradutores, jornalistas e livreiros. Nesse sentido, apresento aqui alguns elementos para um esboço de catálogo e as referências familiares que fazem remontar a história da actividade editorial nesta família a 1870.

Ainda que o interesse por esta casa editorial resulte da longevidade e importância da empresa fundada por João Romano Torres, o ponto de partida, base da sua formação, é a tipografia do seu pai, Lucas Evangelista Torres. Os quatro filhos deste conceituado tipógrafo começaram por trabalhar na oficina do pai e todos continuaram ligados à produção e comércio livreiro pela vida fora. É natural que a concepção das editoras que foram sendo fundadas pelos vários membros desta família estivesse condicionada pelo facto de terem nascido e crescido no mundo das tipografias, e não no dos homens de letras, de acordo com a distinção que atrás propusemos. Entretanto, devemos ter em conta outras distinções. Desde logo, na família havia uma dupla perspectiva, sendo a mãe, Maria Machado, oriunda de uma família de livreiros. Depois, como adiante mostro, os percursos individuais contam.

² *Portugal. Dicionário histórico, corográfico, biográfico, bibliográfico, heráldico, numismático e artístico*, Lisboa, João Romano Torres Editor, 7 vols. 1904-1915 (os volumes 3 a 7 têm já a chancela João Romano Torres & Cia).

Lucas Evangelista Torres era já um tipógrafo experiente quando, com cerca de 50 anos de idade, se lança no mundo da edição com o seu filho mais velho, Luís Marcelino. Este vem a falecer em 1785, mas a empresa continua. Um dos resultados destes primeiros passos é a colecção «Biblioteca Universal», que vai publicar cerca de 40 títulos, entre os quais o romance histórico de Pinheiro Chagas, *Os guerrilheiros da morte*, em 1872, romance cujo sucesso imediato justifica uma 4ª edição apenas passados dois anos. Nesta colecção, o lugar dos autores portugueses faz de contrapeso ao que, na época, era a importância das traduções do francês. No entanto, aqui também podemos encontrar o nome de Ponson du Terrail (*Um crime da mocidade*, 1876). Quanto ao lugar central que esta colecção tem no projecto editorial de Lucas Evangelista, isso pode ser testemunhado no facto de a própria empresa ser por vezes identificada a partir da colecção, ou fazendo-lhe referência (Empresa Biblioteca Universal de Lucas e Filho). Outros autores portugueses cujos romances foram publicados por Lucas Evangelista, a maioria hoje completamente esquecidos, como Serafim Amado, Carlos Pinto de Almeida ou Reis Dâmaso, também conheceram nesses dias algum sucesso.

Pinheiro Chagas era, então, o intelectual de referência da empresa, tendo dirigido uma outra colecção ainda no tempo da “Lucas & Filho”, a “Educação Popular”, com livros sobre História e sobre o corpo humano, a fotografia, os vulcões, entre outros temas em volumes de cerca de 100 páginas in 8º.

Uma terceira publicação lançada mais tarde, a “Enciclopédia das Famílias”, traduz o mesmo tipo de objectivo, de responder à procura potencial por parte de públicos alargados e em expansão. Esta “Enciclopédia” era de facto uma publicação periódica, apresentando-se como revista de “de instrução e recreio”, e conheceu cerca de 100 números a partir de 1888. É curioso verificar a coincidência desta revista e da que esteve na origem da empresa do seu filho João que, em 1885, se associa a Inácio Moreira para publicar o *Recreio. Revista semanal, literária e charadística*. O sucesso de periódicos que se anunciavam como de instrução e recreio esteve na origem de um grande número, por todo o país, durante esses anos. Mas o que é mais interessante nas empresas de Lucas Evangelista Torres e do seu filho João Romano Torres é a forma e o facto de se basear uma empresa de edição numa publicação deste tipo, para mais em concorrência directa.

O carácter instrutivo e a vontade de corresponder às necessidades de públicos emergentes é bem visível no catálogo de Lucas Evangelista, com gramáticas, livros escolares, e obras clássicas³. Já o recreio se pode ver sobretudo nos periódicos, de que publica diversos títulos, bem como nos almanaques e nos romances. Após a sua morte em 1895, a empresa do velho tipógrafo passará para o seu filho Manuel, que a irá denominar Manuel Lucas Torres Editora. Continuará a publicar até aos anos 20, tendo no entanto perdido a importância que

³ entre os quais, Cícero, Esopo, Homero, Virgílio, Ovídio, Píndaro, Heródoto.

tivera antes. O quarto filho de Lucas, Fernando Augusto Torres, ainda que formado, como os irmãos, na tipografia do pai, não terá o mesmo papel autónomo e visível no mundo da edição.

Regressemos a João Romano Torres. Depois de o irmão Luís Marcelino ter começado com o seu pai os primeiros projectos de edição, João tenta seguir o seu próprio caminho, mas sem sucesso de início. Até 1885 terá de se contentar com o trabalho numa tipografia, não já a do pai, mas uma outra, associada a uma editora e livraria, com Henrique Zeferino. Terá, assim, a oportunidade de seguir não apenas os trabalhos de uma oficina que oferecia os seus serviços a quem quer que necessitasse de imprimir folhas, cartões ou livros, mas a uma casa que, por estar associada a uma editora, obedece a um programa e aos seus ritmos. Este é muito provavelmente um dos aspectos a marcar a diferença na formação de João, relativamente aos irmãos, mais encerrados no mundo da tipografia, e concebendo a edição pela perspectiva das relações entre o tipógrafo e os autores. Com Zeferino, João Romano Torres vai trabalhar num volume que deu então muita controvérsia, e teve repercussões posteriores, a descrição crítica de Portugal, escrita por Maria Ratazzi (*Portugal de relance* (1881). Trabalha também na terceira edição da tradução das fábulas de La Fontaine, a partir de uma tradução que Curvo Semedo tinha publicado 40 anos antes e que ainda nos nossos dias conhece novas edições. João Romano Torres já não estará com Zeferino quando este publica as memórias de Giacomo Casanova (1887/1888). Mas certamente tinha entendido o interesse de trazer para o seu catálogo autores estrangeiros quando, em 1885, se lança no projecto do *Recreio*.

Na realidade, apenas em 1886 se torna proprietário do jornal, de que vai alterar vários aspectos, nomeadamente as dimensões (de 8 para 16 páginas) e o preço (de 10 para 20 réis). O periódico está a dar os primeiros passos, mas o editor está ciente das suas possibilidades e dos públicos que o podem procurar. A empresa vai tomar o nome do periódico (Empresa Editora do *Recreio*), tal como a do seu pai tinha brevemente assumido o da colecção “Biblioteca Universal”. Isso dá um pouco a ideia da precariedade das empresas de edição dependentes da viabilidade e da visibilidade de um projecto concretos, um livro, um jornal, uma colecção, uma série. Mas a empresa de Romano Torres não se limita ao jornal e aposta desde logo no romance e numa colecção chamada “Biblioteca do *Recreio*”, com *A Magnetizada* (1888), de Georges Maldague⁴, livro publicado em Paris por E. Dentu pouco antes (1885). Foi traduzido por José Carcomo e publicado com a chancela Minerva Comercial. A prática de jovens que lançavam os seus primeiros livros, de recorrer a nomes de editoras preexistentes não era caso único, na época. Era a colecção, e não apenas a

⁴Joséphine Maldague, (nascida em Rethel (Ardennes) em 1857, e falecida em Paris e 1938). Ver, Anne-Marie Thiesse, *Le roman du quotidien. Lecteurs et lectures populaires à la Belle Epoque*, Paris, Le Chemin Vert, 1984, (republicada por Points histoire, 2000), pp.198-200.

chancela, que permitia reconhecer a mão de um editor. Sabemos que isso é feito também por Henrique Marques, ele também um jovem editor em 1893. Publica então vários livros sob a chancela A. M. Pereira, sabendo-se que todo o trabalho e despesa de edição estavam por sua conta (e dos autores, segundo os casos). Creio ser esta uma das razões para a dificuldade de encontrar muitos dos títulos de João Romano Torres no início da sua actividade como editor. Torna-se assim necessário confiar no que ele próprio declara ter publicado, no seu dicionário, em 1912.

Entre 1888 e 1912 teria, de acordo com esse testemunho, dado ao prelo Alexandre Dumas, Eugene Sue, Eugene Scribe, Ducray Duminil, A. Contreras, Peres Escrich, Ramon de la Luna e Ponson du Terrail, de que teria sido o primeiro (e a acreditar no que diz, nesse ano de 1912, ainda o único) a ter publicado em português a colecção completa das aventuras de Rocambole, em 12 volumes.

Uma boa parte desses autores era já conhecida, tendo já sido traduzidos e publicados em Portugal. Ponson du Terrail, por exemplo, tinha tido várias edições nos anos 60 e 70, sobretudo pela Lallémant Frères, mas também por vários outros editores: em Lisboa tinham-no publicado a Typographia Luso-Britânica, a Castro Irmão, a Lusitana, a Rodrigues Trigueiros (um tradutor transformado em editor), a Typographia Portuguesa, a Imprensa Nacional e o seu próprio pai Lucas Evangelista na Biblioteca Universal. No Porto, Ponson du Terrail tinha sido publicado por Cruz Coutinho e pela Chardron. O mesmo se passa com Dumas, abundantemente traduzido e publicado no momento em que João Romano Torres o incluía entre os seus livros. À parte o caso de Maldague, muito jovem à época em que se torna a escritora que faz arrancar a Romano Torres no campo dos romances, a aposta recai sobre autores já apreciados pelos leitores. É também o caso de autores hoje menos conhecidos, mas que circulavam na época, como Ducray Duminil. O romance que Romano Torres publica com o seu próprio nome de editor, O cego da fonte de Santa Catarina (sd.) até já tinha conhecido uma edição em Lisboa, pela Rollandiana em 1858. Romano Torres promove uma nova tradução, por Guilherme Rodrigues, um dos responsáveis pelo dicionário Portugal e durante muitos anos, entrando pelo século XX, um dos tradutores de francês desta editora.

No que diz respeito ao romance espanhol, podemos anotar o exemplo de dois livros de Peres Escrich para compreender um pouco as estratégias desenvolvidas. *O manuscrito materno* e *A mulher adúltera* são dois romances publicados em vários volumes em 1900 ou um pouco antes. O autor era conhecido por traduções em Lisboa, no Porto ou em Braga, desde os anos 60. Os dois livros são preparados em volumes e fascículos, com um programa de assinaturas. O tradutor do segundo desses livros, Esteves Pereira, nesse mesmo momento está a trabalhar, como Guilherme Rodrigues, no dicionário *Portugal*.

Quanto ao modo de promover as assinaturas, ofereciam-se em conjunto aos assinantes dos dois títulos gravuras cujos temas não tinham qualquer relação com os dos livros, gravuras representando momentos de *Os Lusíadas*, então muito em voga na sequência das grandes comemorações camoneanas de 1881. As ofertas chamavam a atenção, atraíam leitores com motivações diversas. Conquistavam-se assinantes⁵.

Não conhecemos os resultados comerciais dessas campanhas. O que vemos é que existe um programa que associa autores estrangeiros conhecidos a estratégias agressivas de promoção e venda, incluindo referências nacionais patrióticas. Não é muito ousado pensar que o sucesso de João Romano Torres, ao contrário do que se passa com os seus irmãos, esteja relacionado com esse programa.

Um dos trabalhos que deveria ser feito por quem pretenda seguir o rasto destes livros e reconstituir o catálogo inicial da Romano Torres e da Empresa do Recreio, seria o de identificar as casas de edição com as quais este editor trabalhava e de cuja chancela se serviu nas suas próprias edições. Ter-se-ia de encarar igualmente a possibilidade de estes livros terem fugido sistematicamente ao depósito legal e não poderem, por isso, ser encontrados hoje em bibliotecas públicas.

Termino com duas notas sobre as prioridades deste programa editorial e as tensões em torno de questões de gosto e de qualidade dos textos publicados.

João Romano Torres tem claramente definidas as suas prioridades. Entre os aspectos que queria privilegiar estava a História. E a História tinha, do ponto de vista do editor, um interesse que não dizia apenas respeito à instrução pública ou à consolidação de um espírito nacional. A História pode apresentar-se como laço estreito com as aventuras, as epopeias, os enredos ficcionais. É nesta via que muitos dos projectos serão desenvolvidos, por ele como pelos seus sucessores ao longo do século XX. Entre os autores cujos nomes estão associados à produção de romances históricos e biografias, contam-se, nessa primeira fase, os de Campos Júnior, Lobo d'Ávila, Rocha Martins, Eduardo de Noronha, César da Silva, entre outros. A escolha de um deles, como é o caso de Artur Lobo d'Ávila, que tem exactamente a idade de João Romano Torres, permite-nos seguir o circuito da escrita e das leituras a que esta editora está ligada. Por exemplo, o seu romance «A Descoberta e conquista da Índia pelos portugueses» começa por chegar aos leitores em forma de folhetim no *Diário de Notícias* em 1898. Recebe então um prémio e João Romano Torres apressa-se a passar o folhetim para

⁵ Gravura 1 (oferecida aos assinantes de *Manuscrito materno*): A nympha Thetis recebe Vasco da Gama na ilha dos amores [Visual gráfico] : Desta arte em fim conformes já as formosas... *Lusiadas*, canto IX, est. 84 / P. Marinho pht.o grav.. - [Lisboa] : João Romano Torres, [ca. 1900]. - 1 imagem : p&b ; 38x30,5 cm.; Gravura 2 (oferecida aos assinantes de *A mulher adúltera*): “Vasco da Gama apresenta a D. Manuel as primícias da Índia [Visual gráfico] : Entraram pela foz do Tejo ameno... *Lusiadas*, canto X, est. 144 / P. Marinho pht.o grav.. - [Lisboa] ; R. D. Pedro V, 84 a 88 : João Romano Torres, [ca. 1900]. - reprod. fotomecânica, p&b (impr. sobre fundo bege) ; 27,7x22,8 cm.

livro. Este não é um caso único. *Os Caramurus* e *Os amores do Príncipe Perfeito*, romances do mesmo autor, seguem um percurso semelhante: no jornal em folhetins e em livro com Romano Torres. As estratégias internacionais de difusão dos romances eram dominadas e seguidas por este editor que delas tirava o máximo partido.

No que diz respeito às polémicas sobre as mudanças de gosto, aquilo de que nos apercebemos é que elas são exteriores ao mundo da edição que faz as suas escolhas sem se preocupar muito com sensibilidades e subtilezas canónicas da literatura e das academias. É verdade que vagas sucessivas de autores consagrados criticam esta literatura que “toda a gente lê”. Em meados do século era uma parte da geração romântica que recusava os autores da moda chegados de França e de Inglaterra⁶. No final do século, é já a nova geração do realismo que junta na sua recusa o velho (mau) gosto romântico e as más leituras que ocupavam o tempo de «toda a gente»⁷.

O que interessa, entretanto, a um editor de sucesso como João Romano Torres é que, ainda que não seja bem verdade que «toda a gente lê», existem diversos públicos que são sensíveis a títulos, a autores e géneros, mais do que a outros, em Portugal como noutras partes da Europa. E esta consciência é uma das chaves do sucesso. O que se percebe pela história dos editores no fim do século XIX é que aqueles que entram neste mundo tendo por finalidade o sucesso comercial incluem sempre o romance em geral, e o livro traduzido em particular, sobretudo o livro de origem francesa, nos seus planos de edição. E o seu objectivo é atingir camadas de leitores que estão nesse preciso momento a chegar à leitura, aqueles que podem decidir a fortuna de uma edição. Nesse sentido, as críticas contra o livro popular são, afinal, elementos decisivos de publicidade que não podem senão deixar os editores satisfeitos.

⁶ *Revista Universal Lisbonense*, nº44, Agosto de 1842, p. 523.

⁷ *As farpas, Lisboa, Typografia Universal, Maio 1871, p.30.*

SOBRE OS ITINERÁRIOS DOS PROFISSIONAIS DO LIVRO NA EUROPA E NO BRASIL

Jean-Yves Mollier

(Universidade de Versalhes Saint Quentin en Yvelines)

Desde as origens da impressão na Europa, a mobilidade dos profissionais do livro foi uma constante que permite explicar a rápida instalação de prensas tanto no ocidente europeu, quanto ao sul e ao leste do Velho Mundo. Evidentemente, os diversos controles e censuras, estatais e religiosos, frearam esse movimento centrífugo. Mas a Itália, a França, a Inglaterra, os Países Baixos e a Alemanha possuíam, desde 1480, múltiplas casas de impressão, as quais deixaram rastros no norte da Espanha até Praga e Budapeste, seguindo para a porção oriental do continente. Portugal não escapa a essa dinâmica, nós sabemos que as penínsulas Itálica e Ibérica devem ao dinamismo dos vendedores ambulantes de livro de Briançon – região dos Altos Alpes, próxima da Itália atual – que se instalaram tanto em Turim, Gênova e Roma quanto em Barcelona, Cádiz, Madri, Coimbra, Porto ou Lisboa. Nesse momento, as solidariedades que impulsionam a saída da vila de origem se devem mais a questões familiares do que profissionais, embora o resultado tenha sido o mesmo. Logo, o conjunto da Europa se mune de oficinas de fabricação de livros e de lojas fornecedoras, a ponto de desencadear a “fúria de ler” que tanto medo provocou na Igreja Católica a partir dos anos 1760. O sucesso alcançado pelos romances de Richardson, Rousseau e Goethe pareciam anunciar uma revolução de costumes e de práticas culturais que nenhuma barreira ideológica ou policial estaria em condições de deter. A condenação da Enciclopédia, inscrita no *Index librorum prohibitorum*, em 1759, não interrompe a torrente de impressos que se espalhou sobre a Europa e que alcançou, quase tão rapidamente, parte da América espanhola e portuguesa.

De Lisboa ou Porto ao Rio de Janeiro, os descendentes dos vendedores de livros ambulantes estabelecidos em Portugal compreenderam rapidamente que quando o Brasil se

separou da coroa de Bragança um novo mercado se abria para eles. Contudo, desde 1800 Paulo Martin Filho já tinha feito a viagem transatlântica, transportando em sua bagagem tanto livros religiosos, sem risco de apreensão pela Real Mesa Censória, como panfletos antinapoleônicos e, mais genericamente, antifranceses, que não desagradariam às autoridades. Todavia, Lucia Bastos Neves e Tania Bessone observam que ao lado das obras teatrais de Racine se encontravam as de Molière, mais subversivo, e *Gil Blas* de Lesage, assim como *Paul et Virginie*, de Bernardin de Saint-Pierre, ao lado da clássica obra de pedagogia *Telêmaco*, de Fénelon, verdadeira matriz de livros de leitura destinados à juventude nos séculos XVIII e XIX. Graças aos estudos de Martyn Lyons sobre as leituras de Francês no século XIX, nós sabemos que essas três obras figuravam entre os *best-sellers* e os *long-sellers* da época, o que significa que os colonos do Novo Mundo provavelmente compartilhavam os gostos dos seus contemporâneos do Velho Continente. O estudo das listas de livros endereçados a Paulo Martin Filho por sua família lisboeta corrobora as observações feitas por Márcia Abreu, em *Os Caminhos dos livros*, sobre a difusão das leituras de conteúdo pedagógico impressas em latim, confirmando, outrossim, a grande semelhança entre os fundos de livros disponíveis nos dois continentes. Sabe-se, igualmente, no caso da família Martin de Lisboa, que ela expediu seus volumes não apenas para o Rio de Janeiro, mas também para a Bahia, Maranhão, Pará e Pernambuco, o que confirma a existência de linhas de cabotagem entre os portos brasileiros situados ao norte da capital do Império. Como Paulo Martin Filho não era o único *Briançonnais* de origem a se fixar nessa região do mundo, onde os Aillaud, Bertrand, Bompard, Borel, Faure e outros Rolland também tentaram a sorte, vemos se delinear aí os itinerários dos profissionais do livro, o que pode nos ajudar a esclarecer algumas questões específicas sobre a circulação dos impressos e das ideias nos séculos XVIII e XIX .

A globalização não é, portanto, e nós constatamos isso uma vez mais, uma invenção do fim do século XX. E se o século XV representou, sem dúvida, a primeira manifestação desse gênero, o século XIX conheceu por sua vez uma mundialização de grande amplitude. Com efeito, a cultura de massa só pôde se desenvolver, após 1860, em um universo relativamente homogêneo, o que não exclui, evidentemente, as profundas diferenças nos processos de aculturação entre uma cidade dinâmica do leste do Brasil, como por exemplo o Rio de Janeiro, e uma cidade do Mato Grosso ou do Amazonas. No entanto, se a realidade desses fenômenos não provoca nenhuma dúvida, a observação atenta dos caminhos traçados por cada um daqueles profissionais do livro evidencia a especificidade dos percursos por eles trilhados, segundo as peculiaridades de cada um dos países aqui estudados, para poder vencer socialmente em sua época. Portugal talvez ofereça, entre o Brasil e a França, um tipo de caso singular do ponto de vista da transformação dos impressores em editores dignos desse nome. Contudo, as normas que emergem das estatísticas também evidenciam a existência de variações e de distanciamentos que permitem ressaltar tanto a semelhança dos

comportamentos quanto a singularidade de cada trajetória social. Desse ponto de vista, os exemplos citados por João Lisboa sobre a família Torres, impressores-editores da capital de Portugal, e aqueles estudados tanto por Marisa Midori, no caso de Anatole Louis Garraux, quanto por Lucia Granja, no estudo sobre Baptiste Louis Garnier, e por mim, sobre Louis Hachette ou Auguste e Hippolyte Garnier, mostram que no Rio de Janeiro e em Paris não se ascendia nem da mesma maneira, nem no mesmo momento, ao almejado status de editor bem estabelecido.

O NASCIMENTO DO EDITOR NA EUROPA

Surgido entre os anos 1770 e 1830, em Londres, Paris, Leipzig e Frankfurt, o tipo social que representa o editor, *publisher* e não mais *bookseller* na Inglaterra, *Verleger* e não simplesmente *buchhandler* na Alemanha, *editor* e não mais *livreiro* em Portugal e no Brasil, é verdadeiramente uma criação da modernidade. A multiplicação sem precedentes das coleções da *Enciclopédia* – 24.000 séries completas comercializadas na Europa entre 1760 e 1780 – transforma o livreiro do Antigo Regime, Charles-Joseph Panckoucke, em um autêntico editor, arquétipo de Louis Hachette e Pierre Larousse para a França, John Murray e William Henry Smith para a Inglaterra ou Friedrich Brockhaus e Anton Philipp Reclam para a Alemanha. Nesses itinerários notamos uma constante: mesmo que alguns desses homens possam ter emergido das profissões do livro, a maioria dos que alcançam o sucesso no século XIX é originária de outros meios sociais e estão à procura, frequentemente, de uma posição social mais elevada. O livro aparece, então, como uma espécie de talismã capaz de transformar pessoas extremamente pobres em comerciantes estabelecidos, até mesmo em negociantes ou em cavalheiros da indústria. Desse ponto de vista, os três irmãos Garnier, que passaram da venda ambulante de livros na Normandia ao comércio de livros em Paris, tem mais aspecto de editores à antiga do que de grandes editores do tipo de Louis Hachette e de Michel Lévy. Pouco apreciados e muito criticados por seus colegas, os Garnier de Paris se diferenciam por muitos traços dos seus jovens colegas ansiosos por implantar mudanças no mundo dos livros, como Jules Hetzel, grande provedor da literatura juvenil através de ficções escritas especialmente para esse público, Gervais Charpentier, o inventor das coleções em vários volumes e baixo preço, Louis Hachette, criador das bibliotecas das estações, e Michel Lévy, inventor do livro a um franco – menos de cinco euros atualmente.

Em plena ascensão social, o filho do vendedor ambulante de livros judeu-alsaciano Michel Lévy morre proprietário de uma mansão no Champs-Élysées, de um *château* e de um vinhedo em Bordelais, de uma editora localizada a poucos passos da nova Ópera, e, o mais importante, de um valioso catálogo no qual toda a literatura francesa da época esteve

representada, de Balzac à Vigny, passando por Dumas, Nerval, George Sand, Stendhal e Tocqueville. Em nenhum momento da sua carreira ele foi tentado pela atividade de impressão dos seus próprios livros, e devemos recordar que se Pierre Larousse se fez impressor, foi somente para confeccionar os fascículos que iriam compor os volumes do *Grand Dictionnaire Universel du XIX^e siècle* e evitar a censura que atingiu Diderot e d'Alembert quando eles confiaram no seu livreiro, André-François Lebreton . Anteriormente, entre 1852 e 1869, ele se contentou em editar livros de ensino escritos por ele mesmo em benefício dos estudantes para os quais dirigia sua prosa, e nós não poderíamos inferir do seu exemplo qualquer tendência para a técnica que seria aquela adotada pelos profissionais do livro de seu tempo. Na Inglaterra, como na França, contavam-se cada vez menos impressores-livreiros, ou seja, editores, e se na Alemanha a confusão das profissões do livro ainda era muitas vezes a norma, numerosos profissionais se distanciavam do modelo tecnicista (de resto ainda bastante significativo nesse país), tal como Anton Philipp Reclam, filho de livreiro que virou editor e impressor para garantir a independência financeira de sua firma. Na Inglaterra, como na França, a necessidade dos impressores de investir capitais importantes para se equiparem com grandes máquinas a vapor, depois rotativas e, no fim do século, linotipos, iria levá-los a buscar a máxima rentabilidade dos seus investimentos e a se especializar no ofício, como fizeram um pouco antes deles os fabricantes e comerciantes de papel, até então bastante presentes no mundo das livrarias.

Mesmo se até a Primeira Guerra Mundial a profissão de editor permanece relativamente aberta na França, servindo como refúgio para numerosos indivíduos com trajetórias diversas, um padrão, ou um modelo, emerge da observação de centenas de profissionais. Aquele que faz do editor um intermediário entre dois mundos, o da impressão e o da livraria, o mediador entre o escritor e o público, um homem duplo, capaz de prever os gostos do público, de antecipar a demanda e de propor aos leitores os livros que melhor se adaptam a seus desejos. Nesse sentido, ele saiu do Antigo Regime e entrou plenamente na modernidade ao compreender sua época e ao oferecer a seus contemporâneos os impressos que eles ansiavam para satisfazer sua sede de leitura, de informação e de lazer, que fossem revistas para as mulheres ou crianças, coleções de livros a baixo preço semelhantes aos futuros livros de bolso ou das inúmeras obras de vulgarização em todos os gêneros que inundaram o país. O sucesso desses editores *modern style* figurou como uma insolência à suscetibilidade de uma série de escritores que não compreendiam esse enriquecimento súbito e o denunciaram, cobrindo Michel Lévy, Louis Hachette e seus colegas com seus sarcasmos. O *Journal littéraire* dos irmãos Goncourt é recheado de observações lapidares, de modo que não é necessário nos demormos sobre esse ponto, mas o poeta Charles Baudelaire e o romancista Gustave Flaubert compartilhavam um idêntico sentimento de frustração no que toca a esses arrivistas da fortuna, que se mostravam pouco preocupados em dividir com seus autores o maná resultante da comercialização dos produtos de seus gênios.

O impressor-editor português, um modelo intermediário?

Ao ler os destinos da família Torres, fundadora de uma empresa de edição ainda existente no ano de 2012, e ao refletir sobre esses percursos a partir do espaço social reconstituído por João Lisboa, nós temos a impressão de que nas proximidades do Tejo o número de leitores não era suficiente para que um editor se contentasse apenas em procurar autores e oportunidades de negócios como forma de incrementar seu capital e de sobreviver, pelo menos antes de 1914. Nascidos no mundo das oficinas de tipografia, esses profissionais do livro mudarão de profissão tornando-se editores de jornais e de revistas e, depois, de coleções de livros, mas eles expressam uma via original que parece ter proliferado no sul da Europa e particularmente na Itália. Nesse país, onde a arte tipográfica se manteve como uma especialidade do norte da península, o criador da grande casa Mondadori, Arnoldo Mondadori – hoje propriedade do império Berlusconi –, estreia como operário tipográfico em 1907, antes de comprar a pequena empresa que o empregava, de se associar a jornais e de lançar, em 1910, a primeira revista para crianças que iria torná-lo conhecido em todo o país. Em Portugal, e especialmente em Lisboa, essa foi a trajetória de Lucas Evangelista Torres, fundador da empresa na qual seus quatro filhos iriam trabalhar, dando origem a uma firma que mudaria de nome diversas vezes, adotando aquele do jornal *O Recreio*, tendo lançando coleções de livros do tipo da « Biblioteca Universal ». Provavelmente imitando a coleção « Universal Bibliothek » de Leipzig, cujo sucesso foi tema de artigos elogiosos em vários jornais, essa coleção tinha talvez a ambição de se tornar, no país de Camões, tão emblemática para a literatura nacional quanto sua inspiradora alemã, que se beneficia, em 1867, de mudanças na regulamentação dos direitos dos autores após suas mortes, para tentar ocupar a maior parte possível do mercado literário.

Para além do exemplo analisado por João Lisboa, a via de acesso portuguesa à edição propriamente dita se mostra, como na Espanha, profundamente devedora das profissões do livro, pois os vendedores ambulantes de livros de *Briançon* foram em certa medida o primeiro tronco sobre o qual a livraria local se apoiou para se desenvolver. Aqui nós nos remetemos aos mapas traçados por Isabelle Fontaine em seu estudo sobre a atividade de venda ambulante de livros na Europa, os quais mostram um movimento de descida desses profissionais originários dos Altos Alpes em direção à Suíça, Itália, Espanha e Portugal, antes que uma parte deles acabasse por emigrar para a América do Sul, particularmente para o Brasil. Em contraste com os editores descendentes do grupo dos homens de letras, esses dois ramos privilegiarão o dinheiro em detrimento das letras, ou a mercadoria mais do que o “fermento” e são eles, como afirma João Lisboa, que aceitarão sem qualquer problema ou angústia a literatura industrial. Tradutores de Ponson du Terrail, de Sue e de Dumas, mas também dos folhetinistas hoje em dia esquecidos, eles imporão a primeira camada do

verniz literário incontestavelmente ligado à cultura de massa. Isso para grande desgosto dos letrados, que gozavam da proteção das Belas Letras, como Sainte-Beuve, em um período anterior à sua transformação em literatura industrial, em razão do surgimento do folhetim e do impacto que este produziu na escrita das ficções.

Resta indagar se outros editores portugueses da segunda metade do século XIX se assemelham ao modelo europeu de países onde a reforma da educação universal foi mais precoce, como a Inglaterra, a Alemanha e notadamente a França, e onde a revolução industrial engendrou os fenômenos da urbanização e da comunicação acelerada entre os homens, processos anteriores ao nascimento das poderosas indústrias culturais, capazes de espalhar centenas de milhares de exemplares com o fim de atingir o maior número possível de consumidores. Com efeito, nesses países percebemos o surgimento de novos homens, sem ligação especial com o mundo do livro, dos quais certo número, como Louis Hachette ou Pierre Larousse, são intelectuais e até mesmo homens de letras, mas onde muitos outros são originários de meios sociais os mais diversos. Ernest Flammarion e Charles Delagrave venderam tecidos antes de se estabelecerem como editores e, como seus grandes predecessores, eles sonhavam em fazer fortuna, possuir casas e terrenos para construir belos imóveis comerciais, revelando por essas características seu apetite pelo dinheiro e também seu pertencimento a uma época que tendia a introduzir o capitalismo em todos os domínios da sociedade. Balzac já tinha evidenciado isso à sua maneira ao escrever *La Comédie Humaine*: o dinheiro seria o motor universal que faz agir os homens, e se ainda existiam seres humanos desinteressados, do tipo de Père Goriot, suas filhas demonstrariam, por outro lado, que a geração seguinte não teria qualquer traço desses sentimentos de outra Era.

O modelo brasileiro, uma mescla entre a França e Portugal?

Quando nos detemos na trajetória de Baptiste-Louis Garnier, como fez Lucia Granja, percebemos a que ponto ela se assemelha à trajetória dos seus irmãos que permaneceram na França, distinguindo-se por certos traços. Originário de uma família de vendedores de livros da Manche, ele possui a maior parte das características dos *Briançonnais* estudados por Manuela Domingos e Diogo Curto, o que tende a refutar a tese segundo a qual os vendedores ambulantes de livros europeus eram montanheseiros que desciam até a planície durante a estação invernal, menos propícia às atividades agrícolas. O que é verdade no caso da Escócia para as Ilhas Britânicas, dos Alpes e dos Pirineus para a França, não se aplica para essa região da costa atlântica, onde a venda ambulante de livros se apresenta como um fenômeno tão desenvolvido quanto entre os advindos de Briançon ou de Bigorre. É necessário, sem dúvida, buscar para além das explicações geográficas a origem das forças que impulsionam os homens a partir. A existência de poderosas redes de solidariedade,

familiares ou locais, são fatores que Laurence Fontaine evidenciou em seus trabalhos e que parecem ser aplicáveis para o caso brasileiro. Lucia Bastos e Tania Bessone confirmam, de fato, a solidez dos laços que uniam as famílias Martin e Borel, tanto em Portugal quanto no Brasil, o que explica em parte o projeto de imigração de Paulo Martin Filho, que tinha, em meio a sua bagagem, caixas de livros fornecidas por seus familiares com o intuito de provê-lo de um estoque inicial de mercadorias quando ele desembarcasse no Rio.

No caso de Baptiste-Louis Garnier, Lucia Granja encontrou documentos de origem notarial que parecem provar que muitos membros da sua grande família também fizeram a viagem transatlântica e que eles trabalharam na própria livraria do Rio de Janeiro ou para ela. O que parece certo é que rapidamente após sua chegada, em junho de 1844, ele abriu lojas na área comercial, a dos franceses, antes de se instalar, em 1878, na famosa Rua do Ouvidor, onde, em 1900, seu sucessor, Julien Lansac, filho de um comerciante chegado a Pernambuco em 1840 e, portanto, nascido no Brasil, iria inaugurar a magnífica loja que simbolizaria o sucesso econômico da casa Garnier do Rio. Não sabemos se Baptiste-Louis trabalhou inicialmente sob o regime de comissão ou se ele se especializou desde o início na venda de livros fornecidos por seus irmãos, mas, o que é mais determinante no seu caso é que ele importa para o Brasil o modelo francês de editor, recrutando uma autêntica equipe de autores, o que explica sua posição de destaque no Panteão das letras brasileiras, onde ele é considerado, ainda hoje, como o verdadeiro artífice da autonomia do campo literário. Ao remunerar os escritores cariocas (mesmo mal), Baptiste-Louis Garnier transformou os autores locais em verdadeiros profissionais das letras, o que lhe valeu ser condecorado por D. Pedro II com a Ordem da Rosa, o equivalente à Legião de Honra que receberam Michel Lévy e Louis Hachette, em Paris. Deixando um catálogo no qual figuravam 665 escritores brasileiros, dentre os quais Machado de Assis, José de Alencar e Bernardo Guimarães, o *livreiro* se tornou um *editor*, como enfatizou Claudia Neves Lopes na sua tese de doutorado, e isso desde os anos 1870.

No que diz respeito a Anatole Louis Garraux, que foi objeto de pesquisas aprofundadas por parte de Marisa Midori, ele estreia aos dezessete anos no negócio do seu compatriota Baptiste-Louis Garnier antes de voar com suas próprias asas e de abrir sua loja no Largo da Sé, no centro de São Paulo, esforçando-se assim para se tornar, na cidade rival do Rio, o equivalente do seu antigo patrão. No entanto, logo que ele se instala, em 1863, no coração da grande cidade paulista – 20.000 habitantes segundo Marisa Midori – sua loja está longe de ser especializada, assemelhando-se àquela que havia fundado Hector Bossange, em Montreal, em 1815. Com efeito, lá encontraríamos todos os « artigos de Paris » tão procurados na época: bengalas, guarda-chuvas, binóculos, caixas de joias, espelhos, vasos de cristal ou de porcelana, mas também mapas geográficos, globos celestes, paisagens fotográficas, vinhos de qualidade, charutos, produtos que, portanto, caracterizam um « comissionado » como se

dizia então, quer dizer, um negócio especializado em importação-exportação de mercadorias. Os Bossange, originários de Bordeaux, tinham começado por lá e o pai, Martin, manteve relações estreitas com as Antilhas, os Estados-Unidos e o Canadá antes de despachar seus filhos após a eclosão das guerras napoleônicas e da queda do Império. Tendo falecido muito rico, Anatole Louis Garraux representa de certa maneira esta antiga via de transição da comissão – importação-exportação em linguagem moderna – à livraria e depois à edição, pois se comprovou que ele editava livros no Brasil e, sobretudo, que ele pagava direitos autorais àqueles que ele incluía em seus catálogos, assumindo assim plenamente sua função de editor e confirmando, por esses traços, a modernidade das Letras brasileiras, que passaram à edição propriamente dita antes que Portugal se decidisse a separar as funções de editor das de impressor, por falta de um mercado capaz de justificar essa decolagem.

A título de conclusão provisória

É evidentemente muito cedo para concluir de modo definitivo sobre a diversidade de vias de entrada de cada um dos três países observados no campo da edição moderna e na constituição paralela de um campo literário autônomo, o qual supõe um sistema editorial desenvolvido, onde o mediador entre o público e os escritores desempenha um papel central. Quer se trate de um editor propriamente dito, ou de uma casa de edição organizada racionalmente (como no caso francês), ou de editores lidando como agentes literários (como na Grã-Bretanha ou nos Estados-Unidos), a impressão de volumes e de periódicos foi, de modo geral, delegada a industriais que investiram capitais vultosos nesse setor. Na França, por exemplo, uma boa gráfica dos anos 1880, Paul Dupont ou Chaix, possuía verdadeiras fábricas, empregava mais de mil operários e seu capital, aberto aos bancos, era da ordem de 6 milhões de francos, mais de 20 milhões de euros atualmente. É natural que a gestão de empresas desse porte impedisse qualquer dispersão em atividades correlatas. A edição seria doravante uma atividade totalmente independente, como evidencia o exemplo da Livraria Gallimard, constituída em sociedade anônima em 1919, recusando qualquer atividade de tipo industrial. Obviamente, existiram na mesma época outras casas de edição, tais como as Livrarias Hachette e Larousse que, seguindo o exemplo da congênere alemã, a firma Reclam de Leipzig, ou da escocesa Nelson de Glasgow, preferiram introduzir uma gráfica em seu império – mas é preciso ressaltar que se tratava de uma integração capitalista de tipo « horizontal », destinada a aumentar a taxa de lucro da sociedade e não de uma passagem obrigatória de uma atividade à outra.

Da observação cruzada das trajetórias dos profissionais do livro brasileiros, portugueses e franceses, percebemos a emergência de outros modelos, aquele do vendedor ambulante de livros sedentarizado, cujos filhos ainda teriam energia suficiente para sair em busca da

conquista de novos espaços e de tentar a sorte, ou aquele dos descendentes dos negociantes de importação-exportação que, em dado momento de suas carreiras, fazem uma triagem nos produtos de seu comércio e se especializam nos livros. Fascinados pela nobreza da impressão, em comparação com o comércio de louça ou de tecido, eles elevam simbolicamente sua condição ao banir de suas lojas tudo que lembrasse as quinquilharias com as quais inicialmente trabalhavam. Desse ponto de vista, a semelhança entre o fardo de mercadorias do vendedor ambulante de livros e a bagagem do importador-exportador é evidente e nós devemos admitir, ao lado da capacidade do papel impresso de gerar lucros significativos, sua aura. Em um século onde a alfabetização funcionava como uma comporta entre o mundo da vulgaridade e o do refinamento, da elegância e das boas maneiras, o livro brilhava com uma luz hoje desaparecida. Esta é a principal razão que iria transformar os livreiros ou os impressores, homens mais da mercadoria do que do “fermento”, em editores, intelectuais capazes de discutir de igual para igual com os escritores que compunham seus quadros, ao mesmo tempo em que continuavam a ser comerciantes e homens de negócios experientes. O debate que agita Portugal ao fim do século XIX, e que opõe os defensores das Belas Letras aos difusores da literatura industrial traduz, talvez, a dificuldade desse país em fazer emergir um campo literário que dispusesse, como no caso dos franceses e dos brasileiros, de verdadeiras casas de edição capazes de propor a seus autores contratos que lhes permitissem viver da sua pena, consagrando às Letras a totalidade do seu tempo.

PARTE 2

A CIRCULAÇÃO TRANSNACIONAL DA
LITERATURA

UMA COMUNIDADE LETRADA TRANSNACIONAL

Márcia Abreu
(Universidade Estadual de Campinas)

INTRODUÇÃO

A fim de compreender as conexões mantidas por leitores dos dois lados do Atlântico, tenho buscado identificar os romances de maior circulação no Brasil entre o final do XVIII e o meado do XIX, examinado sua origem (predominantemente francesa) e sua forma de circulação (predominantemente em traduções para o português).¹ Busquei também cotejar esse conjunto de títulos com dados recolhidos por M. Lyons, que analisou as tiragens dos livros publicados na França entre 1813 e 1850, a fim de identificar o que ele chamou de “best-sellers franceses”. O cotejo entre os livros de destaque no Rio de Janeiro com “os sucessos de longa e média duração” estabelecidos por Lyons revelou uma forte sintonia entre as leituras de ficção realizadas no Rio de Janeiro e em Paris no mesmo período. A comparação deixou clara a existência de um gosto literário globalizado, marcado pelas obras francesas do século XVII e XVIII e pelas referências clássicas, tendência modificada apenas pela entrada em cena dos folhetins que fizeram com que a preferência dos leitores se deslocasse em direção a obras mais recentes, mantendo, entretanto, a predominância da referência francesa e a sintonia com as leituras realizadas em Paris. Há, entretanto, discrepâncias notáveis entre os leitores dos dois lados do Atlântico. Enquanto na França esgotavam-se sucessivas edições de obras de Walter Scott e de Victor Hugo, no Brasil, seus livros não parecem ter conquistado grandes públicos na primeira metade do século XIX. No entanto, atraíram a atenção dos letrados, que os mencionavam em seus textos com familiaridade.

¹ Ver texto apresentado na Escola São Paulo, realizada na Unicamp e na Usp entre 20 e 24 de agosto de 2012. Disponível em www.espea.iel.unicamp.br

É para os letrados, brasileiros e europeus, que quero voltar minha atenção agora, fazendo o mesmo exercício realizado em relação aos livros de sucesso: verificar se havia sintonia em suas reações aos romances em circulação entre 1789 e 1839. A data limite final se justifica pelo fato de ser aquela em que os folhetins começaram a ser publicados no Brasil (apenas três anos após seu surgimento na França), alterando de maneira importante a produção, leitura e avaliação de obras ficcionais. Neste mesmo ano, a maior difusão dos textos literários ocasionou a célebre crítica de Sainte-Beuve intitulada “La Littérature Industrielle”. Simultaneamente às críticas à massificação da literatura, assiste-se a uma progressiva modificação no modo de encarar o gênero como um todo, que vai se tornando menos desprestigiado a partir da década de 1840.²

Para observar as reações dos letrados aos romances, tomei para análise dois tipos de escritos: textos de circulação ampla, publicados em periódicos ingleses, franceses, portugueses e brasileiros, e textos de circulação restrita a pequenos círculos letrados, produzidos por censores franceses, portugueses e luso-brasileiros a fim de autorizar a publicação ou a circulação de romances.³ Devido ao limite de páginas estabelecido para este texto terei que dar grandes saltos no tempo e ater-me a uns poucos exemplos que permitam perceber a maneira como o gênero era encarado nos diferentes lugares e os critérios pelos quais eram avaliados os romances, o que, infelizmente, dará apenas uma pálida ideia da vivacidade e interesse dos argumentos urdidos nos tribunais censórios e na imprensa daquele período.

² Na Inglaterra, “a discussão sobre o romance, com os costumeiros ataques e defesas, avançou pelo século XIX e sobreviveu sem dar sinais de arrefecimento. Embora os argumentos contra e em favor já se tivessem tornado demasiado repetitivos, embora os defensores e críticos se tivessem dado conta de que o romance tinha vindo para ficar e embora o gênero desse mostras evidentes de recuperação, com Jane Austen e Walter Scott, e tenha-se tornado respeitável, notadamente a partir da década de 1840, as objeções à leitura de romances continuaram por todo o século XIX”. VASCONCELOS, Sandra. *A Formação do romance inglês: ensaios teóricos*. São Paulo: Hucitec / FAPESP, 2007, p.191.

³ Para a recepção inglesa dos romances, tomei como referência o livro de Sandra Vasconcelos, *A Formação do romance inglês* (op.cit.) Para a recepção portuguesa, tomei por base minha pesquisa sobre a censura luso-brasileira, parcialmente apresentada nos textos ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de Letras/ALB/FAPESP, 2003; “Nos primórdios da crítica - julgamentos literários produzidos pela censura luso-brasileira”. In: FIGUEIREDO, Carmen Lúcia N. de; HOLANDA, Sílvio Augusto de O.; AUGUSTI, Valéria (org.). *Crítica e literatura*. Rio de Janeiro: De Letras, 2011, pp. 197-220; “O ‘Mundo Literário’ e a ‘Nacional Literatura’: leitura de romances e censura.” In: ABREU, Márcia. (org.) *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras / FAPESP, 2008, pp. 275-306. “Censure et critique – lês réactions des premiers lecteurs de romans”. In : *Cahiers du Brésil Contemporain*, no. 69/70, Paris : Maison des Sciences de l’Homme, 2008, pp. 11-35. A censura francesa assim como a recepção dos letrados brasileiros publicada na imprensa têm sido objeto de minhas pesquisas atuais

O QUE VALE UM ROMANCE

Algumas questões têm tratamento notavelmente homogêneo entre os letrados de diferentes partes da Europa e do Brasil. Uma delas é o evidente despreço em relação ao gênero romanesco. Em meio a centenas de textos que associam os romances à “mediocridade”, “futilidade”, “ociosidade”, tomo alguns exemplos, extraídos de escritos produzidos por ingleses, franceses, portugueses e brasileiros, para ilustrar esse tipo de avaliação e, principalmente, para que se perceba sua sintonia.

Em *The Gentleman's Magazine*, de dezembro de 1787, há a seguinte consideração: “Há tempos e com frequência os romances são considerados não apenas como inúteis à sociedade mas até mesmo como perniciosos, por causa da moralidade muito medíocre e do ridículo modo de pensar que eles quase sempre inculcaram.”⁴ Ideia muito semelhante foi expressa na *Nouvelle bibliothèque d'un homme de goût*, publicada em Paris em 1810: “Nós bem que gostaríamos de poder excluir dessa obra toda essa parte da nossa literatura [os romances]; nós conhecemos sua inutilidade e mesmo seu perigo.”⁵ Em língua portuguesa, a situação não era muito diferente, como se vê no comentário feito, em 1812, no *Correio Braziliense*, publicado em Londres por Hipólito José da Costa: “A immensidade de novellas que se tem publicado durante o seculo passado, e neste, a insipidez, inutilidade, e muitas vezes depravação destas publicações, tem feito caracterizar esta sorte de composições, como uma leitura, somente propria de espiritos frivolos, e como um emprego inutil, quando não seja de consequencias funestas á moral do leitor.”⁶ Em Lisboa, poucos anos depois, o Marques de Penalva, censor régio, batia na mesma tecla ao avaliar uma “Traducção de Ingles, q'tem p.^r titulo Contos do Castelo, ou os Illustres Emigrados”, que buscava autorização de impressão em 1817: “detesto esta alluviaõ de Novellas quazi sempre perigozas, e raras vezes uteis”.⁷

Parte do descrédito do gênero vinha de sua associação aos públicos amplos. Embora a quantidade de leitores fosse muito diferente na Inglaterra, França, Portugal e Brasil, tendo em

⁴ *The Gentleman's Magazine*, vol. LVII, Dezembro de 1787. Assinado como “R.R.E”. Apud VASCONCELOS, 2007, p. 579.

⁵ “Nous voudrions bien pouvoir exclure de cet ouvrage, toute cette partie de notre littérature; nous en connoissions l'inutilité et même le danger. Mais la suite de notre plan nous y entraîne”. BARBIER, Antoine Alexandre e LE MOYNE DESESSARTS (Nicolas Toussaint). *Nouvelle bibliothèque d'un homme de goût, entièrement refondue, corrigée et augmentée, contenant des jugemens tirés des journaux les plus connus et des critiques les plus estimés, sur les meilleurs ouvrages qui ont paru dans tous les genres, tant en France que chez l'étranger jusqu'à ce jour*. Paris: chez Arthus Bertrand, 1810, Tomo V, p. 1

⁶ “Portugal. *Atala ou os Amantes do deserto, a harmonia da religião Christã com as scenas da natureza, e paixões do coração humano*. Lisboa. 1810. 1 vol . em 12 . p. 157.” In: *Correio Brasiliense ou Armazem Literario*, Londres: “impresso por W. Lewis, Na Oficina do Correio Braziliense, St John Square, Clerkenwell.” Outubro 1812, p. 590.

⁷ Parecer elaborado pelo censor Marquez de Penalva para “Contos do Castelo ou os illustres emigrados. Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (ANTT) – Real Mesa Censória (RMC) – Caixa 85 - 1817 – XI – 15.

vista as taxas de alfabetização nos quatro lugares, em todos eles há comentários pejorativos sobre o interesse que o romance despertava entre camadas vastas do público, destacando-se alguns grupos específicos: mulheres, jovens e pobres. Quando as três características se somavam, ou seja, no caso das jovens mulheres sem recursos financeiros, as críticas eram ainda mais mordazes, como se vê nas “Reflexões rápidas sobre o romance moderno”, publicadas em *The Lady’s Magazine*, de 1780: “os romances [...] são os motores poderosos com que o sedutor ataca o coração feminino; e, se pudermos julgar a partir da experiência cotidiana, suas intrigas raramente são preparadas em vão. [...] A Sr^{ta}., filha do alfaiate, fala agora com tanta familiaridade a sua confidente, A Sr^{ta}. Polly Staytape, de pretendentes e sentimentos quanto as mais educadas moças da alta sociedade”⁸ Contra os jovens e suas leituras se batiam também os censores franceses, como se vê na avaliação do “Romance intitulado: *Lisady de Rainville*”: “deve-se ter cuidado em afastar sofismas deste tipo do espírito das pessoas jovens que fazem dos romances sua leitura demasiadamente ordinária”⁹ Francisco Xavier de Oliveira, censor régio em Portugal, preocupava-se não apenas com as mulheres, mas com a difusão da leitura entre as camadas populares.

Analisando o romance de cavalaria “História de Carlos Magno”, caracterizou seu público com desprezo: “esta Obra tem tão grande voga entre anossa gentalha que não há Sapateiro, Lacaio e Alfaiate, que não esteja fornecido d’hũ exemplar [...] o que lhes-entorpece o espirito, e o-conserva sempre em hũ estado debrutal estupidez.”¹⁰ No Brasil, o padre pernambucano Miguel do Sacramento Lopes Gama publicou, na década de 1830,¹¹ diversos textos em que aconselhava manter as mulheres longe dos livros, repetindo idéias acerca da influência dos romances sobre o comportamento feminino: “O que estraga os costumes, o que perverte a moral é, por exemplo, a leitura de tanta novela corruptora, onde se ensina a filha a iludir a vigilância de seus pais para gozar de seu amante, à esposa a bigodear o esposo etc. etc.”¹²

⁸ “Cursory Thoughts on the Modern Novel”. *The Lady’s Magazine*, vol. XI, suplemento para 1780. Apud VASCONCELOS, 577. O repúdio à leitura de romances feitas por mulheres chegava ao ponto de levar alguns a escrever e publicar textos como “Novel reading a cause off emale depravity”. *The MonthlyMirror*, vol IV, Novembro de 1797. Apud VASCONCELOS, 2007, p. 582.

⁹ « Roman intitulé : Lisady de Rainville » : « de pareils sophismes doivent être éloignes avec soin de l’esprit des Jeunes gens qui font des Romans leur lecture trop ordinaire. » Bulletins hebdomadaires des décisions concernant les ouvrages soumis à l’inspection des censeurs. Parecer 223, última semana de novembro de 1810. Série F¹⁸ * I 148. Archives Nationales. Paris.

¹⁰ Parecer assinado por Francisco Xavier de Oliveira, datado de 6 de maio de 1797. Desembargo do Paço,

Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas, Maço 1932, caixa 1759. ANTT.

¹¹ Ver, por exemplo, GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. “Conselhos e máximas do velho do surrão aos pais de família e aos maridos”. In: *O Carapuço*, 22 de julho de 1837. Reproduzido em Lopes Gama. *Textos Escolhidos* por Luís Delgado. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1958. Nossos Clássicos, n.º 31, pp. 105, 106.

¹² GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. “O nosso gosto por macaquear”. In: *O Carapuço*, 14 de janeiro de 1840. Reproduzido em *O Carapuço: crônicas de costumes*. Organização Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Coleção Retratos do Brasil. Pp.339-348.

Embora os comentários depreciativos com relação ao gênero romanesco e aos leitores tidos como mais afeitos a ele estivessem espalhados por todos os lados, o mais comum no final do XVIII e início do XIX não era a rejeição ao gênero como um todo. Muitos separavam o joio do trigo, identificando romances bem sucedidos ou, ao menos, toleráveis.

Nesses casos, também se observa uma notável homogeneidade nos critérios de avaliação. Um dos mais empregados era a aferição da moralidade do texto, já que todos acreditavam que a leitura provocava, necessariamente, efeitos sobre o leitor. No caso dos romances, ao preceito horaciano da mistura entre instrução e deleite associou-se a moralização, que seria obtida por enredos em que o vício fosse castigado e a virtude, premiada. Romances em que estes elementos estavam presentes eram enaltecidos, como se vê, por exemplo, no parecer produzido pela censura portuguesa acerca de “Cecile fille de Achmet”, avaliada pelos censores como “huma Novela, q. edifica, e recrea ao mesmo tempo [...] instruindo acada passo os leitores no nada, q. são as grandezas do mundo, eo q^{to}. devem os Mortais procurar, e amar a virtude, aborrecendo os vícios.”¹³ A imprensa inglesa ecoou ideia semelhante ao publicar, em 1820, texto em que Mrs. Barbauld assevera: “não é necessário apoiar o crédito dessas obras [romances] apenas no divertimento, pois é certo que tiveram um forte efeito na inspiração de princípios e sentimentos morais. É impossível negar que os sentimentos de virtude mais entusiasmados e comoventes podem ser encontrados em muitas dessas composições e foram absorvidos por seus jovens leitores”.¹⁴

Entretanto, o efeito moralizador não era suficiente para garantir uma avaliação positiva para um romance, mesmo quando o julgamento do texto era elaborado por um censor, como ocorreu quando da passagem pela censura francesa do livro “La véritable école des femmes ou histoire de Gesmina Gusman”: “a este romance, cujo fundo é bastante comum, não faltaria um interesse doce, moral e decente se o estilo do autor não cansasse por sua pretensão, incorreção e difusão”¹⁵ Da mesma forma, a passagem pela censura lusitana do livro “A virtude exercitada ou heroísmo chins”, deixou claro que não bastava atender as expectativas quanto à edificação do leitor: “Ainda que nesta historia se encontrem na verde. alguãs regras dehuã moral solida, e sãa, e alguns exemplos de virtude, que fazem honra

¹³ Parecer relativo a “Cecile fille de Achmet, 3^o empereur des turcs”, exarado em 7 abr 1788 e assinado por Luis de Santa Clara Pova, Pascoal José de Melo e Francisco Pires de Carvalho e Albuquerque. ANTT - RMC - Censuras e Pareceres - Caixa 14, 1788, no 17.

¹⁴ Mrs. Barbauld. “On the origin and progress of novel-writing”. *The British novelist; with an Essay, and Prefaces Biographical and Critical*. 1820. Apud VASCONCELOS, 2007, p. 587.

¹⁵ Ce roman, dont le fond est assez commun, ne manquerait pas d'un intérêt doux, moral et décent, si le Style de l'auteur ne fatiguait par sa Prétention, son incorrection et sa diffusion. « La véritable école des femmes ou histoire de Gesmina Gusman. Imitation libre de l'anglais par J. fr. audié des Vosges, 3 vol. » Bulletins hebdomadaires des décisions concernant les ouvrages soumis à l'inspection des censeurs. Parecer 110, primeira semana de novembro de 1810. Série F¹⁸* I 148. Archives Nationales. Paris.

a memoria do seo heroe, todas estas couzas em si preziosas se achão como envolvidas em lodo pela falta de ordem, de nexo, ededução, por muitas ineptias, e futilides. que mistura o A. por hum estylo pueril, improprio, e falto de correcção deque uza pela falta de critica, ede bom senso.”¹⁶

Esperava-se, também, que a intriga despertasse e mantivesse o interesse do leitor, como afirmou o censor francês encarregado da avaliação do livro «*Erreurs et mystère* » : seu “estilo é caracterizado pela facilidade, correção e até mesmo pela graça. Sua moral é pura, mas é fraco do ponto de vista da intriga e do interesse, e, como muitos outros, não apresenta um desenlace satisfatório.”¹⁷ Os críticos que escreviam do outro lado da Mancha concordavam com os franceses e portugueses, como se vê no já citado texto “Sobre a origem e o avanço da escrita de romances”: “a invenção de uma história, a escolha do incidente adequado, a *ordonnance* do plano, as belas descrições ocasionais e, sobretudo, o amor, piedade, alegria, angústia, êxtase ou indignação, juntamente com a moral séria e comovente que resulta do todo, envolvem talentos da mais alta espécie, e deveriam ser valorizados na mesma proporção.”¹⁸ A esses elementos devem-se acrescentar os critérios de avaliação elencados pelo autor de “Observações gerais sobre os romances modernos”, publicado no *The Lady's Magazine*:

“Numerosas situações são, é verdade, descritas nos *romances* de hoje; mas de maneira tão fria e tão mesquinha que não ficamos minimamente interessados nas *personagens* a respeito de quem lemos; *personagens* que não conseguimos recomendar entusiasticamente, embora não se encontre absolutamente nenhum defeito em seu procedimento ou em sua conduta. São, a rigor, desenhados com tanta submissão, tanta insipidez que ficamos propensos a bocejar em cima das páginas sob nossa inspeção; sendo movidos unicamente pela curiosidade a chegar até o final da história”.¹⁹

Também recorrente é a preocupação com a verossimilhança da narrativa, como se vê na avaliação feita pela censura francesa da obra “Charles de Montfort”: “este romance escrito com facilidade contém uma narrativa tocante e verossímil dos desvarios ocasionados pelos remorsos e do triste fim de uma jovem exposta, durante a ausência de seu marido, a

¹⁶ Parecer relativo a “A virtude exercitada ou heroísmo chinês”, exarado em 20 nov 1788 e assinado por Francisco Pires de Carvalho e Albuquerque, António de Santa Marta Lobo da Cunha, Pascoal José de Melo. ANTT - RMC - Censuras e Pareceres - Caixa 14, 1788, nº 65.

¹⁷ «*Erreurs et mystère*. Roman dont le style a de la facilité, de la correction et même de la grâce. La morale en est pure, mais il est faible d'intrigue et d'intérêt [sic], et comme beaucoup de pièces n'offre pas un heureux dénouement». Bulletins hebdomadaires des décisions concernant les ouvrages soumis à l'inspection des censeurs. Parecer 462, terceira semana de março de 1811. Série F¹⁸ * I 148. Archives Nationales. Paris.

¹⁸ Mrs. Barbauld. “On the origin and progress of novel-writing”. *The British novelist; with an Essay, and Prefaces Biographical and Critical*. 1820. Apud VASCONCELOS, 2007, p. 585

¹⁹ “General observations on modern novels”. *The Lady's Magazine*, vol. XVIII, Setembro de 1787. Apud VASCONCELOS, 207, 578.

seduções das quais ela não soube escapar. Este fundo ligeiro permitiu ao autor, M. Thierry de Mauregard, traçar cenas de um interesse muito vivo, as quais não perdem seu efeito apesar de alguns arrastamentos.”²⁰

Alguns parecem fazer uma verdadeira súmula dos critérios de avaliação ao julgar uma obra²¹, como ocorreu quando da passagem do romance “Lances da Ventura” pela censura portuguesa:

“detestavel esta sua Obra, noque diz respeito à elocução, não só pela corrhûpida linguagem, mas pelo estilo improprio, affectado, e declamatorio, mas todavia em obsequio daverdade direi, que he bôa asua invenção, que me-parecêo bella a sua coherencia, ordem, e contextura; que tem lugares bastantemente patheticos; que são assás criticas algûas situações, emque por veses se-acha asua heroína, das quaes felizmente se-salva, ou por acaso, ou pelos meios, que lhe-subministra asua admiravel constancia; que sustenta sem discrepancia o character, que dá às suas personagens; que emfim asua Moral he pura e Santa. Comtudo postoque esta Historia seja tão verdadeira como a Vida de Gil Braz, eque todos os factos, que nella se-expendem, só existiraõ na imaginação do Author, comtudo devia êste indispensavelmente guardar a possivel verossimilhança; o que muitas veses deixa de fazer, ou por descuido, ou por ignorância”²²

Assim, a observação de centenas de textos produzidos na Inglaterra, Brasil, Portugal e França permite perceber que os letrados de final do século XVIII e início do XIX comungavam dos mesmos critérios de avaliação e esperavam que um romance tivesse um estilo (elocução) e linguagem corretos, uma boa invenção (escolha do incidente) e belas descrições, cenas que provocassem emoção (patético), uma adequada disposição da matéria (ordem, nexos e dedução), uma boa construção de personagens, um enredo atraente com um

²⁰ “Un roman intitulé: Charles de Montfort, 2 vol. Ce Roman écrit avec facilité, renferme le récit touchant et vraisemblable des égarements des remords et de la triste fin d’une jeune femme exposée, pendant l’absence de son mari à des séductions auxquelles elle ne sait point échapper. Ce fonds léger a donné lieu à l’auteur, M. Thierry de Mauregard, de tracer des Scènes d’un intérêt très vif et dont quelques longueurs n’empêchent pas l’effet”. Bulletins hebdomadaires des décisions concernant les ouvrages soumis à l’inspection des censeurs. Parecer 284, terceira semana de dezembro de 1810. Série F¹⁸ * I 148. Archives Nationales. Paris.

²¹ Ver, por exemplo, a resenha de *The Denial; or, The Happy Retreat*, de Rev. James Thomson, publicada no *The Monthly Review* de Dezembro de 1790: “the story of a novel should be formed of a variety of interesting incidents; a knowledge of the world, and of mankind, are essential requisites in the writer; the characters should be always natural; the personages should talk, think, and act, as becomes their respective ages, situations, characters; the sentiments should be moral, chaste and delicate; the language should be easy, correct, and elegant, free from affectation, and unobscured by pedantry; and the narrative should be as little interrupted as possible by digressions and episodes of every kind: yet if an author chooses to indulge, occasionally, in moral reflections, in the view of blending instruction with amusement, we would not wish, altogether, to frustrate so good a design: - but, that his precepts may obtain the utmost efficiency, we would recommend them to be inserted in those periods of the history where the reader’s curiosity can most patiently submit to suspense.” Apud. VASCONCELOS, 2007, 203.

²² Parecer sobre “Lances da ventura – 6º e último tomo”, elaborado por Francisco Xavier de Oliveira em 1797. ANTT. Desembargo do Paço. Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas. Maço 1932, caixa 1759.

desenlace interessante e, sobretudo, plausível, evitando os arrastamentos (*longueurs*), que pareciam agradar apenas aos leitores ingleses.²³ Além de instruir, deleitar e moralizar.

RAZÕES DA SINTONIA

Os poucos exemplos apresentados deixaram claro que os discursos se repetiam, independentemente das diferenças existentes entre os lugares de onde se falava – lugares tão distintos como a industrializada Inglaterra e o Brasil escravista. Isso parece mostrar que as condições sócio-econômicas têm menos peso do que a formação cultural dos letrados e do que as conexões estabelecidas por eles.

Um dos fortes pontos de contato entre letrados europeus e brasileiros é o conhecimento das artes retóricas e poéticas, que ocupavam um lugar central na formação escolar. Ainda que elas não dedicassem nenhum, ou quase nenhum, espaço para a reflexão sobre romances, elas instruíam sobre os critérios de avaliação de narrativas e formavam ideias sobre a função das Letras. Livros como *Lectures on rhetoric and belles lettres* do escocês Hugh Blair podem ter contribuído para criar um pensamento comum sobre os romances. Publicado em 1783, teve larga circulação na Europa e no Brasil, segundo Eduardo Vieira Martins:

“Segundo Abrams, “the book was very widely used as a scholl text”. Wilson Martins informa que apenas em inglês foram 130 edições entre 1783 e 1911. Curtius aponta quatro traduções francesas (em 1797, 1808, 1821 e 1825). Também no Brasil o curso do professor escocês encontrou uma grande aceitação, tendo sido conhecido, ao que tudo indica, por meio de traduções francesas [...] A prova mais importante da divulgação do pensamento de Blair no século XIX são as declarações dos próprios retores que, seja em prefácios, seja no corpo de seus trabalhos, apontam-no como uma das fontes privilegiadas da doutrina por eles divulgada. Frei Caneca, morto em 1825, já o citava no seu *Tratado de eloquência*, o que evidencia que nas primeiras décadas do século as *Lectures* já eram conhecidas por aqui [no Brasil].”²⁴

O livro foi um dos primeiros manuais de retórica – se não o primeiro – a reservar um pequeno espaço para o exame do que chamou de “Fictitious history”.²⁵ Em apenas quatro páginas, o retor percorreu sobre essa “muito numerosa, embora, em geral, insignificante

²³ A. N. Pigoreau é um dos que comenta a diferença entre franceses e ingleses no gosto pelos detalhes que retardam o andamento da narrativa: « Le Français vif et léger ne lit un roman que pour se distraire quelques instants ; il veut qu'on le conduise au but pour voir la plus courte. L'Anglais, flegmatique, aime à s'appesantir sur les détails, et ne veut arriver au dénouement qu'après s'être promené dans le longs circuits d'un labyrinthe ». PIGOREAU, A.N. *Petite bibliographie biographico-romancière*. 5^o. 1823, p. 18.

²⁴ Mrs. Barbauld. “On the origin and progress of novel-writing”. *The British novelist; with an Essay, and Prefaces Biographical and Critical*. 1820. Apud VASCONCELOS, 2007, p. 587.

²⁵ BLAIR, Hugh (1866). *Lectures on rhetoric and belles lettres*, with a memoir of the author's life to which are added copious questions; and an analysis of each lecture by Abrahams Mills. Philadelphia: T Ellwood Zell & Co.

classe de escritos”, muitas vezes “inocentes”, mas frequentemente “insípidos”, cuja influência parecia considerável “tanto na moral quanto no gosto de uma nação”, afirmando que o propósito das obras “conhecidas pelo nome de romances e novelas” era instruir pelo exemplo, tornando “a virtude amável e o vício odioso”. Blair repetia e difundia ideias comuns à época ao explicitar o desprezo pelo gênero (“insignificante classe de escritos”) e dar atenção à dimensão moral (tornar a virtude amável e o vício odioso) e instrutiva que os escritos poderiam ter. Outros elementos do discurso corrente sobre os romances também são mencionados quando o retor chama a atenção para a necessidade de ter “histórias bem urdidas” para que se obtenha o “efeito” desejado, que será superior em eficácia à “instrução pura e simples”. E, finalmente, esclarece que “não é a natureza desse tipo de escrito em si mesma, mas sua execução falha, que o pode expor a qualquer desprezo.”²⁶ Contrariando, entretanto, o que se espera de uma retórica, Blair não discorreu sobre as características internas do gênero, como o fizeram críticos e censores, nem avaliou especificamente romance algum.

Nesse caso, a difusão das ideias sobre como avaliar a cada dia mais numerosa produção de romances deve ter ficado a cargo de revistas como a *Edinburgh Review* (Edimburgo), a *Quarterly Review* (Londres), *Revue des Deux Mondes* (Paris), *Revue Britannique* (Paris) que tinham circulação mundial e presença certa no Rio de Janeiro.²⁷ A divulgação dos textos publicados nessas e em outras revistas era ainda maior tendo em vista a prática da tradução de artigos de interesse para publicação em outros periódicos.

Esse era o propósito, por exemplo, da *Revista Nacional e Estrangeira – escolha d’artigos originaes e traduzidos por uma sociedade de litteratos brasileiros*, publicada no Rio de Janeiro, entre 1839 e 1841. Os responsáveis pela publicação – João Manoel Pereira da Silva, Josino do Nascimento Silva, e Pedro d’Alcantara Bellegarde – anunciavam que “recorrer[iam] antes aos escriptos alheios do que aos nossos, modelando esta publicação pela Revista Britannica” e se diziam “assignantes de grande numero de periódicos, tanto inglezes como francezes, publicados com o titulo de *Revista*”, dos quais extrairiam os artigos para

²⁶ In fact, fictitious histories might be employed for very useful purposes. They furnish one of the best channels for conveying instruction, for painting human life and manners, for showing the errors into which we are betrayed by our passions, for rendering virtue amiable and vice odious. The effect of well contrived stories, towards accomplishing these purposes, is stronger than any effect than can be produced by simple and naked instruction; and hence we find, that the wisest men in all ages have more or less employed fables and fictions, as the vehicles of knowledge. These have ever been the basis of epic and dramatic poetry. It is not, therefore, the nature of this sort of writing, considered in itself, but the faulty manner of its execution, that can expose it to any contempt.” In: BLAIR, Hugh. *Lectures on rhetoric and belles lettres*, with a memoir of the author’s life to which are added copious questions; and an analysis of each lecture by Abrahams Mills. Philadelphia: T. Ellwood Zell & Co. 1866, p 417.

²⁷ Sandra Vasconcelos verificou a presença desses títulos em catálogos de gabinetes de leitura do Rio de Janeiro do século XIX. VASCONCELOS, Sandra. “Cruzando o Atlântico: notas sobre a recepção de Walter Scott”. In: ABREU, Márcia. *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX* (org.). Campinas/São Paulo: Mercado de Letras / FAPESP, 2008, pp.369-370.

tradução.²⁸ Foi por meio de uma destas traduções que os leitores tomaram conhecimento do texto “Juízo da Revista de Edimburgo sobre a literatura franceza contemporânea”,²⁹ em que se criticaram duramente romancistas franceses como Balzac, Hugo, Sue, Janin, Sand, Kock, Lacroix devido à má concepção de seus enredos e inadequada seleção de episódios, à infeliz construção de suas personagens, à falta de moralidade de suas narrativas e à inverossimilhança. Dentre as dezenas de romances comentados apenas um – *Le Dernier Jour d’un Condamné*, de Victor Hugo – havia sido “traduzida em portuguez” e estava “a venda na loja de livros da rua da Quitanda, n. 77”, segundo informa uma nota do tradutor aposta ao texto.³⁰ Assim, antes de conhecer os livros, os leitores já saberiam o que se dizia sobre eles na Europa e poderiam conhecer (ou reconhecer) os critérios de avaliação de romances empregados nas mais prestigiosas revistas europeias.³¹

Porém, a sintonia no modo de compreender os romances em diferentes lugares do mundo não se explica apenas pela circulação dos livros e dos periódicos, mas também pelo trânsito de pessoas entre Europa e América. Dezenas de viajantes, em geral naturalistas e comerciantes, andavam pelo Brasil observando a cultura local e comparando-a à de seus lugares de origem. Se muitos deles escreveram livros relatando o que viram e tecendo considerações sobre os contrastes observados, é natural imaginar que falassem com pessoas com quem encontravam ao longo de suas viagens, expondo suas ideias sobre variados assuntos, entre os quais, possivelmente, os romances. Alguns destes viajantes tiveram particular importância para os letrados locais por seu interesse pelas Letras. É o caso, por exemplo, de Ferdinand Denis e Eugène Monglave, que estiveram no Brasil no começo do século XIX e mantiveram frutíferas relações com os escritores locais, divulgando a produção brasileira na França quando de seu regresso. Basta lembrar que Ferdinand Denis foi autor da primeira história da literatura brasileira como produção autônoma da portuguesa – *Résumé de l’histoire littéraire du Portugal suivi de l’histoire littéraire du Brésil* (1826) – e Eugène Monglave, o tradutor para o francês de obras como os poemas de Tomás Antonio Gonzaga – *Marilie* (1825).

²⁸ *Revista Nacional e Estrangeira – escolha d’artigos originaes e traduzidos por uma sociedade de litteratos brasileiros*. No. 1. Rio de Janeiro: Typ. de J. E. S. Cabral, 1839, p. 1.

²⁹ Seção “Litteratura”. Artigo “Juízo da Revista de Edimburgo sobre a literatura franceza contemporânea.” *Revista Nacional e Estrangeira – escolha d’artigos originaes e traduzidos por uma sociedade de litteratos brasileiros*. Julho - No. 3. Rio de Janeiro: Typ. de J. E. S. Cabral, 1839 (Rua do Hospício, 66).

³⁰ Não pude localizar a tradução referida, tendo obtido informações apenas sobre as seguintes traduções na primeira metade do século XIX: *O derradeiro dia de hum condemnado*. Vertido do francez pelo author da Revista Historica. Porto : Typ. Commercial Portuense, 1843. *O último dia dum condemnado*. Victor Hugo. Rio de Janeiro : Typ. Univ. de Laemment, 1847.

³¹ Provavelmente, o juízo negativo dos críticos não perturbou o interesse da maior parte dos leitores, tendo em vista que uma das obras criticadas – *La Salamandre*, de Eugène Sue – tornar-se-ia um dos mais lidos romances na Biblioteca Nacional e Pública do Rio de Janeiro. Ver meu texto “A circulação de romances como problema para a história literária”, apresentado na Escola São Paulo.

Brasileiros em viagem à Europa também estabeleciam importantes conexões entre os letrados dos dois continentes. É o caso, por exemplo, de jovens literatos brasileiros, como Araújo Porto Alegre, Torres Homem e Gonçalves de Magalhães que realizaram parte de sua formação em Paris, no início do século XIX. Com o apoio de Monglave, fundaram e publicaram, em Paris, a revista *Nitheroy* (1836), para discutir, entre outras coisas, a nascente literatura brasileira. Os fundadores da revista *Nitheroy* tornaram-se membros do Institut Historique de Paris, onde apresentaram um “Résumé de l’histoire de la littérature, des sciences et des arts au Brésil par trois brésiliens, membres de l’Institut Historique”, publicado no *Journal de l’Institut Historique*, em 1834.³²

Assim, por meio da circulação de pessoas, livros e revistas formava-se uma comunidade letrada transnacional que partilhava referências, leituras e modos de ver a literatura e os romances.

³² “Résumé de l’histoire de la littérature, des sciences et des arts au Brésil par trois brésiliens, membres de l’Institut Historique”. *Journal de l’Institut Historique*, 1e année, 1e livraison, Paris, aout 1834.

LEITURAS LIBERTINAS EM PORTUGAL E NO BRASIL (c. 1746-1807)

Luiz Carlos Villalta
(Universidade Federal de Minas Gerais)

Esta comunicação, assentada fundamentalmente em fontes inquisitoriais, volta-se para o estudo dos livros, leituras e apropriações de textos, em Portugal e no Brasil, de meados do século XVIII aos inícios do XIX, com destaque para os que eram lidos segundo uma perspectiva libertina, contrariando os ensinamentos da Igreja católica e da Coroa portuguesa. Nesse período, a libertinagem comportava o uso da razão como crivo básico para o entendimento e a vivência do mundo. Disto poderia derivar a heresia, e/ou um desregramento moral, e/ou a contestação política¹.

Dentro desse recorte, portanto, priorizarei mais a *natureza heterodoxa da leitura* do que a dos livros, mais a apropriação libertina do que o caráter proibido ou não dos textos, uma vez que era na leitura que o desrespeito às interdições se materializava, que a heresia se desenvolvia e que os perigos da subversão religiosa, moral e política se manifestavam. Livros permitidos e, até mesmo, sacros, sobretudo a Bíblia, eram aqui mencionados, o que se justifica pelo fato de que tais livros foram objetos privilegiados de leituras heréticas e subversivas por parte dos leitores. Nas apropriações destes, os livros permitidos frequentemente se conjugavam com ideias colhidas em obras proibidas e/ou, de resto, trazidas de antemão por via da oralidade².

¹ VILLALTA, Luiz Carlos. Libertinagens e livros libertinos no mundo luso-brasileiro (1740-1802). In: MEGIANI, Ana Paula Torres; ALGRANTI, Leila Mezan (Orgs.). *O Império por Escrito*: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI-XVIII). São Paulo: Alameda/FAPESP/Cátedra Jaime Cortesão, 2009, p. 511-550.

² Neste texto, todas as citações de documentos têm a ortografia e a pontuação atualizadas.

REFORMISMO ILUSTRADO, DESSACRALIZAÇÃO E LUZES

As práticas de leitura libertinas são indissociáveis do reformismo português, sob a inspiração das Luzes, desenvolvido sob a batuta da coroa, com a colaboração de letrados, suas perspectivas e suas contradições.³ Autoridades laicas e religiosas e pensadores lusitanos queriam instaurar novas maneiras de pensar, guiando-se pela razão e pela experiência, sem, contudo, pôr em risco a ordem religiosa, moral, social e política.⁴ Esse movimento contraditório mostrava-se mais perigoso e mais belicoso no momento em que a Revolução Francesa parecia espalhar-se, em meados nos anos 1790. Travaram-se, então, embates entre as forças opositoras e defensoras do Antigo Regime, mas que partilhavam até mesmo alguns valores e princípios comuns, quando não laços de sociabilidade e de afinidade intelectual, visto que seus protagonistas, em boa parte, viam-se como membros da República das Letras.

Na verdade, na passagem do século XVIII para o século XIX, desenvolvia-se um processo de dessacralização que compreendia a organização de uma percepção crítica e de combate ao Antigo Regime e, ao mesmo tempo, comportamentos imediatos e não propriamente conscientes de igual sentido. Tal como assinala Roger Chartier para a França anteriormente à Revolução, observava-se em Portugal (e no Brasil) uma nova relação com as autoridades, “desrespeitosa e alternadamente seduzida e decepcionada pela novidade e, sobretudo, pouco inclinada à crença e à adesão”, marcada por uma “atitude crítica, descolada das dependências que fundavam as representações antigas”.⁵

³ Sobre as Luzes, em geral, veja especialmente: GAY, Peter. *The Enlightenment: the rise of modern paganism*. New York: Norton, 1995; OUTRAM, Dorinda. *The Enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995; DUPRONT, Alphonse. *Qu'est-ce que les Lumières?* Paris: Gallimard, 1996; HAZARD, Paul. *O pensamento europeu no século XVIII*. Lisboa: Editorial Presença, 1989; CASSIRER, Ernst. *Filosofia de la Ilustración*, Trad. Eugenio Ímaz. 2 ed. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1993; ISRAEL, Jonathan I. *Iluminismo Radical: a Filosofia e a Construção da Modernidade, 1650-1750*. Trad. Cláudio Blanc. São Paulo: Madras, 2009; MUNCK, Thomas. *The Enlightenment: a comparative social history (1721-1794)*. London: Arnold; New York: Oxford University Press, 2000; e TODOROV, Tzvetan. *L'Esprit des Lumières*. Paris: Éditions Robert Laffont, 2006.

⁴ ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal: temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003; DIAS, José Sebastião da Silva. *Portugal e a cultura européia (séculos XVI a XVIII)*. Campo das Letras, 2006; DIAS, Maria Odila Leite Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, (278): 106, jan./mar. 1968; MAXWELL, Kenneth. *Pombal: paradox of the Enlightenment*. New York: Cambridge University Press, 1995; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; NEVES, Guilherme Pereira das. A biblioteca de Francisco Agostinho Gomes: a permanência da ilustração luso-brasileira entre Portugal e o Brasil. 2º COLÓQUIO DO PPRLB: RELAÇÕES LUSO-BRASILEIRAS: DESLOCAMENTOS E PERMANÊNCIAS (www.realgabinete.br); NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1981; e NOVINSKY, Anita Waingort. Estudantes brasileiros ‘afrancesados’ da Universidade de Coimbra. A perseguição de Antônio de Morais Silva - 1779-1806. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *A revolução francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: Edusp; Novastela: Brasília: CNPq, 1990, p. 357-371.

⁵ CHARTIER, Roger. *Les origines culturelles de la Révolution française*. Paris: Éditions du Seuil, 2008, p. 133-7.

Esse processo de dessacralização provocou uma erosão da autoridade na família, no Estado, na Igreja e o desenvolvimento de um ceticismo que corroeu, pouco a pouco, a fé nos valores e hierarquias tradicionais, instituindo uma verdadeira crise de confiança. No mundo luso-brasileiro, tal processo desenvolveu, entre alguns, uma “mentalidade subterrânea”, iconoclasta e antirreligiosa, mentalidade cuja existência foi muito bem percebida por Anita Novinsky.⁶ Ou, como defende Stuart Schwartz em relação à fé e à autoridade da Igreja no mundo luso-brasileiro: em fins do século XVIII, floresciam a dissidência e a desobediência, havendo um questionamento cada vez maior sobre a Inquisição, sem que isto tivesse significado a morte da tradição ou da “superstição”.⁷

Naqueles tempos de “juízo apurado”, em Portugal e no Brasil, vários homens não aceitavam a crença em certos princípios religiosos e nos sacerdotes, na Escritura Sagrada e, até mesmo, em Jesus Cristo e em Deus. “Juízo apurado”, expressão usada por Leandro Canellas, crioulo forro, casado, soldado do Terço de Milícias dos Henriques, morador do Rio de Janeiro, nos idos de 1801, remete a tantas outras de significado equivalente, empregadas por diferentes pessoas, sobretudo de condição social e intelectual mais elevada que Canellas. A expressão corresponde, em boa parte, a ideias e procedimentos associados às Luzes. Para boa parte dos que compartilhavam desse entendimento, a religião e seus ministros, com destaque para o catolicismo, constituiriam uma negação, parcial ou total, desse “apuro”. Leandro Canellas, com efeito, assinalava a incompatibilidade, ainda que parcialmente, entre o “juízo apurado” dos novos tempos e a crença no catolicismo. Ele duvidava da existência do Inferno, “petas dos antigos” (isto é, mentiras dos antigos), posição com que se afastava do reformismo ilustrado lusitano.⁸ Enfim, se o “juízo apurado” é indissociável das Luzes e do reformismo ilustrado português, insere-se também num processo de dessacralização que vinha de longa data; se a coroa e os letrados reformistas lusitanos queriam a defesa e o “progresso” dentro da ordem do Antigo Regime, involuntariamente colaboraram para que outros tentassem solapá-la.⁹

⁶ NOVINSKY, Anita Waingort. Estudantes brasileiros ‘afrancesados’ da Universidade de Coimbra, p. 357-371.

⁷ SCHWARTZ, Stuart. *Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 353-5. Para o tolerantismo no mundo luso-brasileiro, no século XVIII, pesaram duas tradições: uma, assentada em ideias do catolicismo popular, e outra, baseada no racionalismo e no pragmatismo econômico e político, que vinha de Espinosa e chegava a Montesquieu e Diderot (que se poderia adjetivar como erudita e filiar às Luzes). A religião natural e a liberdade de consciência eram então debatidas em diversos níveis sociais, sendo o tolerantismo claramente defendido nos círculos cultos, que assinalavam, muito antes dos textos de Voltaire, uma imagem positiva da Inglaterra como terra da liberdade de consciência (SCHWARTZ, Stuart B. *Cada um na sua lei*, p. 49, 319-21, 33 e 339).

⁸ IANTT, *Inquisição de Lisboa*, Caderno do Promotor Nº 134 (1797-1802), Livro 322, p. 299-299v.

⁹ SCHWARTZ, Stuart. *Cada um na sua lei*, p. 353-5; e VILLALTA, Luiz Carlos. As imagens, o Antigo Regime e a “Revolução” no Mundo Luso-Brasileiro (c. 1750-1812). *Escritos (Fundação Casa de Rui Barbosa)*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 149-199, 2010.

PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS DE LEITURA: *apropriações ilustradas libertinas*

Quando se busca o significado concreto assumido pela expressão “juízo apurado” nas falas dos personagens envolvidos com textos e práticas de leitura heterodoxas libertinas, registradas na documentação inquisitorial, percebe-se que tal juízo envolvia uma série de princípios e de procedimentos que guardam grande correlação com as Luzes.

Em termos de princípios, consagraram-se, primeiramente, a defesa da autonomia intelectual do homem e, por conseguinte, do leitor e, inversamente, a recusa da pura e simples autoridade da tradição não submetida ao crivo da razão.¹⁰ Em segundo lugar, fez-se a distinção de uma esfera interior, própria de cada pessoa, e de uma esfera exterior, referente à vida pública dos homens. Ora denunciou-se que, na sociedade de então, havia um descompasso entre essas duas esferas, de tal sorte que se processaria, no âmbito do público, uma falsificação, ora defendeu-se o direito de cada um a viver interiormente do jeito que quisesse, desde que mantidas as aparências exteriores. Além disso, os leitores heterodoxos partidários do “juízo apurado” frequentemente defenderam a tolerância religiosa¹¹ e, mais raramente, a liberdade como direito inalienável do homem. Associaram, em alguns casos, a afirmação da autonomia intelectual do homem à contestação político-religiosa, opondo-se ao absolutismo.

No que concerne aos procedimentos de leitura empregados pelos libertinos, pode-se, inicialmente, identificar aqueles que tinham um caráter mais propriamente cognitivo. Neste âmbito, primeiramente, em congruência com os princípios identificados acima, os leitores exercitaram sua inventividade e autonomia frente às prescrições dos autores, livros, censores, inquisidores etc., apropriando-se criativamente dos textos. Ao mesmo tempo, comumente recorreram a procedimentos indutivos na construção do conhecimento, valorizando a observação e a experiência. Inversamente, prescindiram, em maior ou menor grau, do uso exclusivo de métodos dedutivos. Além disso, detiveram-se na análise da articulação, da coerência interna e da fundamentação de textos de todos os gêneros, inclusive de teologia e história sagrada, com destaque para a Bíblia.

¹⁰ As ideias de autonomia e emancipação do homem, com o privilégio do que se escolhe por si mesmo, em detrimento do que é imposto por uma autoridade exterior, são a base do “projeto” das Luzes, implicando uma inteira liberdade de exame e de crítica, que não poupava de críticas dogmas e autoridades (TODOROV, Tzvetan. *L’Esprit des Lumières*, p. 10-11).

¹¹ A tolerância religiosa foi a mais característica ideia das Luzes, reunindo em torno de si muitos pensadores, de diferentes posições (OUTRAM, Dorinda. *The Enlightenment*, p. 35-7).

Nos procedimentos de leitura, é preciso destacar os modos como os leitores lidaram com as representações, nem sempre explícitos. Percebe-se que, implicitamente, os leitores faziam uma distinção entre “representações” e “realidade”.¹² Compreendiam que textos, quadros, cerimônias, dramas, comédias etc. eram representações e que, por conseguinte, seguiam determinadas convenções, que prescreviam o que seria ou não apropriado em consonância com a forma de cada uma dessas representações, as circunstâncias e os sujeitos envolvidos. Pareciam entender, assim, que preceitos retóricos e/ou poéticos orientavam a relação entre “representação” e “realidade”¹³. Por essa razão, não poupavam esforços para denunciar essa regulação e seus efeitos como “farsas”, “mentiras”, “máscaras”, opondo-as frequentemente à “natureza”. Mediante a contraposição entre, de um lado, o sentido literal e, de outro, os sentidos definidos por figuras retóricas,¹⁴ como a metáfora ou a alegoria, alguns leitores procuraram diminuir o efeito de verdade dos textos, sobretudo da História Sagrada. Outro caminho foi usar essas mesmas figuras retóricas, fazendo delas não um simples ornamento nos discursos, mas um argumento essencial, que lhes garantia força e inteligibilidade, como se processava em romances libertinos e tratados filosóficos de então.¹⁵ Ademais, além de perceberem que textos e máximas eram artifícios humanos (e, portanto, não divinos ou divinizados), repensaram os sentidos que traziam. Além disso, recusaram as autoridades que buscavam legitimidade nesses mesmos sentidos para exercer o seu poder.

¹² A noção de representação ocupava um lugar um lugar central nas sociedades do Antigo Regime. Significava, por um lado, “a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou alguém” (CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990, p. 20). Disso decorre, no primeiro sentido, ser a representação “um instrumento de conhecimento imediato que faz ver um objeto ausente através de sua substituição por uma ‘imagem’ capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é” (CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*, p. 20). Sobre o assunto, veja também: CHARTIER, Roger. Defesa e Ilustração da Noção de Representação. *Fronteiras: revista de História*, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 13 (24): 15-29, jul./dez. 2011.

¹³ A retórica é a “arte ou doutrina de orar com acerto” (*Delicioso jardim da Rhetorica, tripartido em elegantes estancias e adornado de toda a casta de Flores da Eloquência ao qual se ajuntão os Opusculos de modo de compor, e amplificar as sentenças e da airosa collocaçam e estrutura das partes da oração*. 2. ed. Lisboa: Officina de Manoel Coelho Amado, 1750, p. 1).

¹⁴ A *figura de Retórica* “é um certo modo de falar, que dá força, esplendor e graça, ou beleza, a um pensamento nu e simples” (CREVIER, J. B. *Preceitos de Rhetorica tirados de Aristoteles, Cicero, e Quintiliano*. Nova edição correcta. Lisboa: Imprensa Régia, 1830. p. 277). Dentre as *figuras*, há as que se chamam *Tropos*, em que há mudança no significado dos termos, produzindo-se com isto um segundo sentido – a *metáfora* (que tem duas espécies, a *alegoria* e a *catacrese*), a *metonímia*, a *sinédoque*, a *ironia* e a *antonomásia* – e existem outras, em que não se dá tal alteração e que “têm propriamente o nome de *figuras* ou *esquemas*” – a *elipse*, o *assíndeto*, o *pleonismo*, o *polissíndeto* e o *epíteto* (CREVIER, J. B. *Preceitos de Rhetorica tirados de Aristoteles, Cicero, e Quintiliano*, p. 280-301 e 302-307).

¹⁵ BERNIER, Marc André. *Libertinage et figures du savoir: Rhétorique et roman libertin dans la France des Lumières (1734-1751)*. Québec: Les Presses de l’Université Laval, 2001, p. 6 e 130-38.

Nas práticas de leitura, houve quem, radicalizando ainda mais a inventividade e autonomia, se entregasse à encenação paródica das máscaras e convenções sociais. Disso é exemplo a proposta feita por Isidoro Pereira e Costa, na Bahia, em meados do século XVIII, numa imitação do que os próprios clérigos faziam com os santos, para colocar-se a imagem de uma santa numa localidade remota, noticiando-se seu suposto achamento e seu caráter milagroso para com isso lucrar-se com a credence alheia.¹⁶ Outro exemplo foi a perturbação das práticas devocionais que teve como protagonista Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, em 1794, em Portugal, quando estudava em Coimbra: nos arredores da cidade do Mondego, em casa dos seus anfitriões, quando esses se punham a orar, ele começava a rezar em diversas línguas (ora em latim, ora em francês, ora em castelhano), embaraçando-os com essa teatralização jocosa¹⁷. Igual sentido teve a carnavalização do sacrifício de Cristo, ocorrida em 1760, em Conceição do Mato Dentro, capitania de Minas Gerais, onde uns moços, ao que tudo indica, liderados por Felipe Álvares de Almeida, pintaram um homem vestido com uma tanga e em bom som disseram: “Ecce homo”.¹⁸ Mais comum foi entregar-se a leitura oral de livros proibidos com o fito de divertir uma plateia, maior ou menor, firmando para si a imagem de “filósofo”, de sujeito que exercitava sua autonomia e liberdade na relação com os textos e, de resto, com o mundo, tal como dizia de si mesmo José Pinto Leitão, do Porto, em 1797, em relação às leituras que fazia, diante de outros, do “Catecismo dos Franceses”, em manuscrito.¹⁹

Esse conjunto de procedimentos, como se pode imaginar, teve a Bíblia como um de seus objetos, assim como livros de história eclesiástica, tratados de teologia, textos espirituais e mesmo obras hagiográficas. Considerando que textos religiosos submetiam-se à retórica e postulando uma distância entre “representação” e “realidade”, os leitores heterodoxos libertinos fizeram, como já se disse, a análise dos aspectos internos e parodiaram passagens bíblicas e de outras obras religiosas. Disso é exemplo a abordagem da presciência de Deus, em confronto com sua bondade, por Manoel Correa Monte Negro, em Coimbra, em 1796,²⁰ e com sua bondade e sua onipotência por Manoel Antônio da Rocha, no arcebispado de Braga, em alguma data entre 1775 e 1799.²¹ Em ambos os casos, pôs-se em xeque a imagem divina que emerge da Bíblia: afinal, se Deus sabia que Adão e Eva cairiam, seria mau e/ou não onipotente.

A exploração dos aspectos retóricos dos textos bíblicos e religiosos, em geral, foi uma arma usada pelos leitores heterodoxos libertinos. É importante advertir que, segundo

¹⁶ IANTT, *Inquisição de Lisboa*, Caderno do Promotor Nº 126, Livro 316, p. 441v.

¹⁷ IANTT, *Inquisição de Coimbra*, Caderno do Promotor Nº 228 (1788-1795), Livro 410, p. 289v.

¹⁸ IANTT, *Inquisição de Lisboa*, Caderno do Promotor Nº 126 (1751-1768), Livro 316, p. 112v.

¹⁹ IANTT, *Inquisição de Coimbra*, Caderno do Promotor Nº 120 (1777-1797), Livro 412, p. 308.

²⁰ IANTT, *Inquisição de Coimbra*, Caderno do Promotor Nº 119 (1779-1796), Livro 411, p. 138v.

²¹ IANTT, *Inquisição de Coimbra*, Caderno do Promotor Nº 119 (1779-1796), Livro 411, p. 138v.

a censura portuguesa da época, como demonstra um parecer de 1769, sobre o livro *Traité de la vérité de la Religion Chrétienne*, de Jacques Abbadie (1763), dado pelo Frei Francisco de S. Bento, deputado da Real Mesa Censória: “É regra indubitável entre todos os Teólogos que as palavras da Sagrada Escritura se devem tomar no sentido próprio e literal todas as vezes que se não opõem à fé e bons costumes ou à evidência natural”.²² Logo, nas situações contrárias, a Bíblia deveria ser lida no sentido simbólico. Os leitores heterodoxos libertinos, porém, para atacar os textos bíblicos, estabeleciam oposições entre os sentidos literais e os sentidos simbólicos, mencionando, em alguns casos, figuras retóricas, como a metáfora e a alegoria, ou então, fazendo o contrário, insistindo numa leitura literal. No combate aos textos da Escritura Sagrada, alguns leitores foram além interpretá-los usando figuras retóricas: eles as empregaram tão somente para classificar, rotular e enfraquecer os mesmos textos.

São exemplos de interpretações de passagens bíblicas à luz da retórica, para pô-las em dúvida, o entendimento de Antônio de Morais Silva, em Coimbra, em 1779, segundo o qual seria uma alegoria a Queda, com a ingestão de um pomo vedado por Deus,²³ e a compreensão, advogada por João de Souza Tavares, de que a presença de Cristo na Eucaristia seria apenas algo figurativo²⁴. É exemplo contrário, isto é, de uma leitura que insistia numa interpretação literal da Bíblia, o que fez Jerônimo Dier, um “judeu”: se em 1799, residente com salvo conduto em Lisboa, ele negou a presença de Cristo na hóstia, décadas antes, para desqualificar o Apocalipse, ele se recusara a ver a descrição da figura do céu como voz, tomando-a no sentido literal e, por isso, classificando-a como falsa. Além disso, tudo indica, acrescentara que o texto bíblico era uma “narração incoerente, desigual, dizendo um [autor] assim, outro assim”²⁵. Exemplos de leitores que empregaram figuras retóricas para desqualificar textos religiosos são: Vicente Motaço, da Vila de Abrantes, em Portugal, em 1802, segundo o qual a Torre de Babel seria uma das mentiras inventadas por “uma mulher chamada Bíblia” (logo, uma mulher seria metáfora da Bíblia);²⁶ e José Mendes Sanches, no Rio de Janeiro, em alguma data entre 1779 e 1796, para quem as procissões eram “grã mascaradas” e a procissão dos Passos, similar à entrada do Cavalo em Troia (logo, mascarada e Cavalo de Troia eram metáforas, respectivamente, de “procissões” e “Jesus Cristo”);²⁷ a identificação entre a história dos santos e clérigos e o teatro, como advogava Isidoro Pereira e Costa, em Salvador, em meados do século XVIII; a apreensão da alma como árvore e, portanto, como algo que, sendo cortado, feneceria, como era propugnado

²² IANTT, *Real Mesa Censória*, Censuras, Caixa 5, 1769, Parecer no. 73, sp.

²³ IANTT, *Inquisição de Lisboa*, Processo 2015, p. 29.

²⁴ IANTT, *Inquisição de Lisboa*, Caderno do Promotor Nº 129 (1765-1775), Livro 318, p. 271.

²⁵ IANTT, *Inquisição de Lisboa*, Caderno do Promotor Nº 134 (1797-1802), Livro 322, p. 107.

²⁶ IANTT, *Inquisição de Lisboa*, Caderno do Promotor Nº 134 (1797-1802), Livro 322, sp.

²⁷ IANTT, *Inquisição de Coimbra*, Caderno do Promotor Nº 119 (1779-1796), Livro 411, p. 109.

pelo mesmo Isidoro supracitado,²⁸ e, ainda, a associação do Inferno ao Tutu Papão, figura usada para atemorizar crianças, como diziam o mencionado Isidoro e também José Vieira Couto, no Tejuco, em 1789.²⁹

Os leitores libertinos recorreram também a ironias, a analogias e a paralelos entre, de um lado, situações cotidianas e/ou retiradas da história profana e, de outro, a história sagrada, a história eclesiástica, as verdades e os rituais da Igreja, tudo para diminuir a força dessas últimas. Confrontaram os preceitos religiosos, morais, políticos etc. à realidade física e histórica, comparando os princípios da Escritura, a posição da Igreja e as ações de seus ministros, ou mesmo colocando lado a lado as posições da hierarquia católica e a história profana. Por exemplo, o já citado Antônio de Moraes Silva, em 1779, em ataque às verdades bíblicas e às posições da Igreja, confrontava as dores do parto que, diante dos seus olhos, atingiam uma gata, ao suposto castigo de parir com dor, imposto às mulheres por causa da Queda, conforme o Gênesis, insinuando que as dores advinham de causas naturais;³⁰ na verdade, ele “considerava como impostura ou obras naturais os milagres descritos na Sagrada Escritura”³¹

Indo mais além, alguns leitores libertinos usaram passagens da Escritura Sagrada em situações cotidianas e profanas que muitas vezes representavam uma negação das verdades da religião católica: João de Souza Tavares, bacharel em Leis, em Paracatu, em alguma data entre 1769 e 1775, ao deparar-se com um problema de disfunção erétil, usou palavras bíblicas que exprimem o sofrimento de Jesus Cristo.³² Algumas vezes, ao efetuarem tais operações, os personagens tangenciaram um realismo quase pedestre, de que é exemplo o bacharel João de Souza Tavares, em Paracatu, para quem o Pomo do Gênesis seriam as partes pudendas de Eva.³³ Por fim, houve leitores que adjetivaram passagens da Bíblia, a Escritura Sagrada como um todo, e/ou os dogmas da Igreja, e/ou os santos, e/ou os eclesiásticos etc., como “Histórias”, isto é, como mentiras. Tal associação se encontra presente entre as proposições de Aires Carneiro Homem, em 1779, em São Luís do Maranhão,³⁴ de Joaquim José de Souza, professor de Medicina, nos idos de 1793, na Cidade da Bahia,³⁵ do alemão João Jacob, em Diamantina, por volta de 1771 e de Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, em Coimbra, em 1794 (o penúltimo, ao aludir à proibição de se comer do fruto de uma “Árvore

²⁸ IANTT, *Inquisição de Lisboa*, Caderno do Promotor Nº 126, Livro 418, s.p.

²⁹ Documento 87. In: VALADARES, Virgínia Trindade. *Elites mineiras setecentistas: conjugação de dois mundos*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002 [Tese de Doutorado em História], Apêndice Documental, p. 336-7.

³⁰ IANTT, *Inquisição de Lisboa*, Processo 2015, p. 41v.

³¹ IANTT, *Inquisição de Lisboa*, Processo 2015, p. 48v.

³² IANTT, *Inquisição de Lisboa*, Caderno do Promotor Nº 129 (1765-1775), Livro 318, p. 271-272.

³³ IANTT, *Inquisição de Lisboa*, Caderno do Promotor Nº 129 (1765-1775), Livro 318, p. 271.

³⁴ IANTT, *Inquisição de Coimbra*, Caderno do Promotor Nº 119 (1779-1796), Livro 411, no. 19.

³⁵ IANTT, *Inquisição de Lisboa*, Caderno do Promotor Nº 131 (1779-1796), Livro 320, p. 174.

do Paraíso”, tomou-a como “modo de explicar” para “os meninos da escola”,³⁶ enquanto o último, ao negar a existência do Inferno, falou apenas em “mentiras”).³⁷ Outro exemplo é João Bernardo Monteiro, casado, boticário no lugar de Urros, em Portugal, nos idos de 1798, segundo quem, no Inferno, não haveria fogo algum, acrescentando que o dizer o “contrário é história e encarecimento com que Pregadores e Autores querem atemorizar as almas”.³⁸

CONCLUSÕES

Os leitores heterodoxos libertinos, focalizados nesta comunicação, com todos os princípios e procedimentos que empregaram para opor-se à fé católica, à história sagrada, à história eclesiástica, à Igreja e ao corpo eclesiástico, pondo a nu a mediação das representações (aliás, das diferentes linguagens e dos elementos que as constituíam), construíram uma compreensão dessacralizadora dos textos e do mundo. Suas práticas de leitura traduziam uma nova compreensão da história: por um lado, crítica das narrativas históricas religiosas e profanas, marcadas pelo modelo da “história mestra da vida”, então em circulação e, por outro lado, capaz de diferenciar passado e presente, vistos como distintos.³⁹ Na verdade, as práticas de leitura e a nova concepção de história que os libertinos exprimiam, correlacionavam-se com discussões eruditas desenvolvidas desde fins do século XVII e, sobretudo, tinham operacionalidade em relação às ações que eles realizavam, inscrevendo-se numa luta para edificação de um novo devir, de uma nova ordem moral, religiosa e política.

³⁶ IANTT, *Inquisição de Lisboa*, Caderno do Promotor N° 130 (1778-1790), p. 57.

³⁷ IANTT, *Inquisição de Coimbra*, Caderno do Promotor N° 228 (1788-1795), Livro 410, p. 368-368v.

³⁸ IANTT, *Inquisição de Coimbra*, Caderno do Promotor N° 126 (1797-1799), Livro 418, p. 431-33.

³⁹ Sobre isto, veja: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto/ PUC-RJ, 2006, p. 22-5, 34-5, 42 e 50; KANT, Emmanuel. *Vers la Paix Perpétuelle. Que signifie s'orienter dans la Pensée? Qu'est-ce que les Lumières? Et autres textes*. Trad. de Françoise Proust e Jean-François Poirier. Paris: GF Flammarion, 2006, p. 43-51; COTTRET, Monique. *Jansénismes et Lumières: pour un autre XVIIIe siècle*. Paris: Albin Michel, 1998, p. 7-8; HAZARD, Paul. *La crise de la conscience européenne (1680-1715)*. Paris: Fayard, 1994, p. 38-42; GRAFTON, Anthony. *What was History? The Art of History in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 2-4 e 11-12; GAY, Peter. *The Enlightenment: an interpretation. The rise of Modern Paganism*; e ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal*, p. 53-56.

PORTUGAL, O MUNDO LUSÓFONO E O ROMANCE INGLÊS: traduções e tradutores em contexto amplo (1750-1830)

James Raven

(University of Cambridge/ University of Essex)

Este texto considera os materiais disponíveis para entender as conexões literárias entre a Grã-Bretanha e Portugal nos Setecentos e no início dos Oitocentos. É importante incluir o período anterior – e notadamente a literatura gerada pelo terremoto de Lisboa – para compreender a base das associações do século XIX.

Embora meu foco de interesse sejam o gênero romanesco e os romancistas, livreiros e editores que produziam e distribuíam os romances, tenho por objetivo (nessas oito páginas que possuo, mesmo tendo mais a dizer pessoalmente) estabelecer considerações mais amplas em relação à circulação de livros entre a Grã-Bretanha, Portugal e Brasil entre 1789 e 1830. As reações dos leitores são mais difíceis de observar, porém não impossíveis. Minha bibliografia do Romance Inglês (1750-1829)¹ inclui publicações sugestivas: dois romances publicados em inglês em Londres, em 1775 e 1782, respectivamente, parecem oferecer interesse em assuntos portugueses e, entre 1880 e 1889, nove títulos possuem referências

¹ James Raven, *British Fiction 1750-1770: A Chronological Checklist of Prose Fiction Printed in Britain and Ireland* (London, New York and Toronto: Associated University Press, 1987); James Raven, *The English Novel 1770-1800* vol.1 of Peter Garside, James Raven and Rainer Schöwerling, *The English Novel 1770-1829* 2 vols. (Oxford: Oxford University Press, 2000); see also 'The Publication of Fiction in Britain and Ireland', *Publishing History*, 24 (1988): 31- 48 'Gran Bretagna 1750-1830', in F. Moretti (ed.), *Il romanzo III: Storia e geografia* (Turin and Princeton, NJ: Giulio Einaudi and Princeton University Press, 2002): 311-33; also issued in Italian and Korean; reprinted 2006, Princeton University Press; James Raven, 'The anonymous novel in Britain and Ireland, 1750-1830', in R. J. Griffin (ed.), *The Faces of Anonymity: Anonymous and Pseudonymous Publication from the Sixteenth to the Twentieth Century* (New York and Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003): 141-66; and James Raven, 'The Material Contours of the English novel, 1750-1830', in Barry Ive and Jenny Mander (eds.), *Remapping the Rise of the European Novel 1500-1850* (Oxford: Voltaire Foundation, 2007): 101-26.

portuguesas, alguns simplesmente ao acaso, mas ao menos seis com grande relevância. Conexões francesas, e também alemãs, são fundamentais para o entendimento das aparições tardias dos assuntos portugueses nos romances ingleses do início dos Oitocentos. Destes, a ligação com a Alemanha e o interesse por operações militares são notáveis. No futuro, pretendo propor novas questões acerca de Thomas Atwood Digges e seu *Adventures of Alonso: Containing Some Striking Anecdotes of the Present Prime Minister of Portugal*. Publicado por John Bew em 1775, o romance apresenta o Marquês de Pombal. Foi estudado por Robert Elias e Michael Stanton (1941 e 1972, respectivamente), mas há numerosas outras referências que poderiam abrir novas linhas de investigação. O romance foi “corretamente impresso em papel de qualidade”, tendo tido outra edição, dez anos mais tarde, e uma tradução alemã, publicada em Leipzig, em 1787 (*Alonzos Abenteuer*). Já em julho de 1775, a *Critical Review* aplaudia um romance de Digges, considerando-o “um dos favoritos pelos leitores de romances” (embora o *Montly Review* tenha dito que partes dele eram “maçantes e tediosas”). O romance de 1782 de Richard Muller, *Memoirs of...Cherington, Containing a Genuine Description of the Government, and Manners of the Present Portuguese*, oferece ainda mais razões para ser considerado. Ele aparenta ser sobre uma pessoa real, mas o nome da família não é declarado e a trama logo incorpora uma improvável série de descobertas milagrosas, incluindo a de um irmão perdido – “você vai conhecê-lo facilmente, ele tem uma marca de goiaba madura no lado esquerdo do peitoral”.²

Há vários assuntos de interesse – especialmente os de Bew e Johnson como editores, a impressão de Dublin, e o conteúdo e o contexto dos “modos”. A recepção crítica é também de grande importância e pretendo discutir os revisores e suas atitudes em relação à obra. Pretendo observar também como essas produções anteriores trazem referências ao *Fair Maid of Portugal* de 1803 e ao *Maid of Portugal* de 1805, ambos de autoria de William Lance, que atualmente está em fase de reavaliação (junto com as produções de J. F. Hughes, outro livreiro muito popular e populista).

A evidência real da circulação literária entre a Grã-Bretanha e Portugal é rasa, porém sugestiva. Conforme Giles Barber apontou há alguns anos, informações da alfândega britânica de meados dos Setecentos apontam que livros britânicos com destino a Portugal eram registrados como parte do comércio “oriental”, e os montantes (sempre em peso de livros, e não número de volumes, quanto mais títulos isolados) são muito pequenos – e insignificantes em relação aos principais destinos (não inesperadamente), a Irlanda, Índia, França e Alemanha, nessa ordem.³ O Brasil não aparece, mas a Guiana Britânica (Guyana)

² Richard Muller, *Memoirs of the Right Honourable Lord Viscount Cherington* 2 vols. (1782), 2: 377. A ripe guava is of strawberrycolouredhue.

³ Giles Barber, ‘Book Imports and Exports in the Eighteenth Century’ in Robin Myers and Michael Harris (eds.), *Sale and Distribution of Books from 1700* (Oxford, 1982): 77-105 (pp. 91-93).

sim; e a literatura importada ou artigos de papelaria de Portugal e Brasil (incluindo todos os impressos e jornais) é muito pequena, embora seja registrada (mesmo que de maneira complicada por causa de uma divisão de itens acoplados e desacoplados).⁴ Entretanto, há três advertências importantes. Primeiro, os totais de exportação crescem entre meados dos Setecentos e meados dos Oitocentos, especialmente depois da década de 1790. O mais velho aliado da Inglaterra tem, claramente, um acréscimo no recebimento de livros britânicos, que, tanto quanto pode ser determinado, são enviados diretamente por navio de Londres (e possivelmente de alguns portos de fora) para Lisboa e outros portos portugueses. Segundo, os dados de alfândega informam apenas o primeiro porto de escala, o primeiro destino, e, portanto, é perfeitamente possível que alguns daqueles livros, periódicos e impressos embarcados, digamos, com destino à França ou à Espanha, tenham entrado, finalmente, em Portugal. Terceiro, os dados de alfândega – cálculos de peso e tudo o mais – não são tudo. As influências que esperamos rastrear são perceptíveis em publicações “caseiras”, porém distantes e separadas por trechos do Atlântico. Digges, afinal, foi aparentemente muito popular; o terremoto de Lisboa deixou uma memória longa e indelével em comentários literários, filosóficos e religiosos, e o ponto mais amplo é que as notícias portuguesas e sul-americanas na Grã Bretanha e notícias britânicas em Portugal e na América do Sul circulavam em larga escala e com importantes consequências.

A questão-chave em relação às notícias e representações literárias no período entre 1789 e 1830 é o caso político, militar e diplomático da Guerra Peninsular (1808-1814). As sementes da derrota e abdicação de Napoleão, em 1814, foram plantadas pelo próprio Imperador sete anos antes, quando ele mandou as tropas francesas atravessarem a Espanha a fim de invadir Portugal antes de usurpar o trono espanhol para o seu irmão José Bonaparte e, ao fazer isso, provocar a chegada da Força Expedicionária Britânica sob o comando de Wellesley (em breve Visconde Wellington de Talavera, Portugal) e uma série de ataques militares britânicos bem sucedidos. Os jornais detalharam a vitória de Wellesley sobre Delaborde em Roliça, em agosto de 1808, seguida pela derrota de Junot na Batalha de Vimeiro – a primeira ocasião em que as táticas ofensivas de Napoleão combinaram escaramuçadores, colunas e artilharia de apoio contra a linha de infantaria britânica e as habilidades defensivas de Wellesley. A vitória deste último foi suficiente para persuadir a França a evacuar Portugal como parte de um controverso – e exaustivamente debatido – acordo, que ficou conhecido como a Convenção de Sintra. A retirada infame do Sir John Moore e seu exército de La Coruña (e a própria morte de Moore) se tornaram uma *cause célèbre* literária, mas a dominação marítima britânica permitiu a Aliança com Portugal e Espanha e o ganho de uma posição no continente europeu. As vitórias britânicas de Porto, Talavera, Barrosa e Albuera se seguiram, embora com contratempos, e tudo era fervorosamente divulgado pela imprensa. Por volta de

⁴ Barber, ‘Book Imports and Exports’, p. 90.

1810-1811, as tropas francesas tinham sido conduzidas para dentro da Península, e apenas 70.000 puderam ser poupados para confrontar Wellington; o restante foi encurralado em outro lugar devido à ameaça de revoltas locais e de ações de guerrilhas. Com a França incapaz de concentrar suas forças contra o exército inglês-português, Wellington pôde partir para a ofensiva e assegurar a vitória em Salamanca, em julho de 1812.

Em termos literários, não se deveria subestimar o tamanho das campanhas da Península e a mudança no rumo dos eventos. A impressão deixada na literatura britânica foi grande, mesmo que seja agora negligenciada. Tomemos por exemplo o fascinante poema “Eighteen Hundred and Eleven”, pela então celebrada Anna Letitia Barbauld: “*O’er the vexed nations pours the storm of war; / To the stern call still Britain bends her ear*” (linhas 2,3).

A imprensa britânica esteve muito engajada nas campanhas de Guerra, assim como seus colaboradores que publicavam em revistas e miscelâneas. Sermões e livros de viagem refletiam a guerra, e variadas coleções de cartas eram publicadas, aparentemente para atender à demanda popular. Em contraste, pode-se notar a pouca influência da guerra nos romances. Apenas três trouxeram o tema – e dois deles são históricos, escritos, respectivamente, em 1819 e 1826. O romance de Dr. Campbell *The Heroine of Almeida, A Novel: Founded on Facts, relating to the campaigns in Spain and Portugal, under Lord Wellington, and General Beresford. by Dr. Campbell, author of “The Female Minor”, &c. &c.* foi publicado em Dublin e impresso por J. Charles em 1811, na Mary Street, nº 49. Seu “Prefácio endereçado ao leitor”, páginas iii-v, claramente apresenta o livro como um romance.

O romance de 1819 é anônimo: *The Castle of Villa-Flora, a Portuguese Tale, from a manuscript lately found by a British Officer of rank in an old mansion in Portugal. In three volumes* foi publicado pela celebrada Minerva Press, fundada por William Lane, mas naquele momento gerida por A. K. Newman and Co. em Leadenhall-Street, Londres. A banalidade de um romance baseado num manuscrito descoberto já era clara na época, mas ganhou um toque de contemporaneidade com as alusões à Guerra da Península.

O terceiro romance é de maior interesse internacional. *The Adventures of a Young Rifleman, in the French and English Armies, during the War in Spain and Portugal, from 1806 to 1816. written by himself* foi uma tradução inglesa do original alemão, escrito por Johann C. Mämpel (morto em 1862). A tradução dos volumes 1 e 2 do original *Der junge Feldjäger* fora muito rápida, vindo à luz entre 1826-1827. Ele se tornou muito popular, com uma segunda edição publicada em inglês no mesmo ano, pelo editor Henry Colburn, da New Burlington Street, Londres, com uma edição americana publicada na Filadélfia também em 1826, e ainda mais uma edição sete anos depois, em 1833, intitulada *Tales of Flood and Field* ⁵. O terceiro volume do *Der junge Feldjäger* surgiu na mesma época,

⁵ Ver também James Raven, ‘An antidote to the French? English Novels in German translation and German Novels in English translation’, *Eighteenth-Century Fiction*, 14: 3-4 (2002): 715-34.

também publicado por Colburn com o título *The Young Rifleman's Comrade: A narrative on his military adventures, captivity, and shipwreck*. A crítica na *Monthly Review* [n.s. 3 (Dez 1826): 434–35] oferece valiosas indicações – “esse volume se junta ao estoque de narrativas militares, que recentemente abundam na Inglaterra, Alemanha e França” – e nota que “é dito ser editado por Goethe, e de fato não é difícil traçar em suas páginas um brilho, aqui e ali, de sua mente meditativa e poética”. Se isso acrescentou algo à popularidade do romance, a *Monthly Review* não informa: “acreditamos, porém, que [Goethe] desceu um pouco de seu lugar, na literatura e na sociedade, rebaixando-se a cuidar das memórias de um simples soldado, que certamente jamais seria adotado por “The Young Rifleman”, como um camarada... Ele aparece em toda a narrativa como um mero militante vulgar, participando das ações, enquanto que na Península acontecem algumas das mais horrendas atrocidades perpetradas por soldados franceses, entre os quais ele foi originalmente inscrito, partilhando também em seus hábitos de roubo e extrema libertinagem. Para pessoas de sua própria classe na França, ou na Alemanha, sua narrativa pode ser aceitável, mas temos certeza de que não há nenhum homem a serviço da Inglaterra que não o teria lido com o mais absoluto desgosto”. O crítico prossegue menosprezando a estranha reviravolta da narrativa, que inclui uma viagem à China. É uma mistura, ele escreve, que “serve para mostrar como livros desse tipo são atualmente produzidos na Alemanha. As notas adicionadas pelo tradutor revelam muito preconceito – para não dizer ignorância”.

Também é notável o contraste entre esses romances e os antigos romances bucólicos relativos a Portugal, que vieram à luz em Londres no início dos Oitocentos, como *The Exile of Portugal: A Tale of the Present Time, in Two Volumes, by Augusta Amelia Stuart, author of Ludovico's Tale &c* – veja o apêndice abaixo para maiores detalhes. É também importante lembrar que a história da prosa ficcional no período Romântico é quase sempre associada às carreiras de dois editores-empresários que enviavam romances ingleses ao mundo lusófono, William Lane e Henry Colburn. A prolífica produção de romances por Lane e seu sucessor A. K. Newman é descrita detalhadamente em *The Minerva Press, 1790-1820*, de Dorothy Blakey (Londres, 1939). O destaque de Colburn como um editor de romances da moda, na década de 1820, foi trabalhado no livro *The Silver-Fork School* (New York, 1936), de Matthew Whiting Rosa, e recentemente por John Sutherland, que nos lembrou dos avançados, se não inescrupulosos, métodos de publicidade utilizados na promoção de seus romances (‘Henry Colburn Publisher’, *Publishing History*, 19 (1986): 59-84).

Neste ponto, nós devemos enfatizar uma importante – e lamentável – diferença entre as fontes disponíveis para este tipo de trabalho sobre obras literárias, traduções e pesquisas bibliográficas, antes e depois de 1800. Tanto para a análise textual da literatura britânica quanto para a história do comércio de livros relativos a Portugal, o século XVIII é incomparavelmente mais bem servido por sistemas de busca em arquivos e textos,

considerando recursos como ECCO, ESTC, a Gentleman's Magazine on-line, a coleção do Burney Newspaper e (por razões muito diversas) os registros de alfândega terminam em 1800 ou no início do século XIX. NSTC é muito mais difícil de consultar que o ESTC, com uma base de dados relativamente limitada. Além disso, não há arquivos digitais e recursos de pesquisa para o século XIX, como possuem o ECCO ou EEBO. Por isso, as mais frutíferas buscas, por exemplo, por poesia britânica, teatro e romances com relações a assuntos portugueses são restritas às décadas antes de 1800. Muitos dados de alfândega do início dos Oitocentos também estão perdidos – embora um raro volume esteja, atualmente, de posse desse escritor.

A questão dos arquivos e das fontes permanece importante e, mesmo que eu pretenda superar isso por meio de pesquisas *in situ*, os exemplares mais promissores sobre o interesse literário por Portugal e sobre as relações comerciais, de negociação de livros e de impressão serão do século XVIII. Somos capazes, por exemplo, de reconstituir contextos literários e comerciais para o popular *Sketches of Society and Manners in Portugal. In a series of letters from Arthur William Costigan, ... to his brother in London*, que foi impresso em dois volumes por Thomas Vernor em Cornhill, em 1787. Vernor estava há muito estabelecido no coração da cidade e das operações financeiras e de impressão comercial (pelo menos desde 1766). Sua parceria com Thomas Hood em uma grande biblioteca circulante trouxe-lhe uma clientela diversificada e popular. Hood morreu em 1811 (e Vernor, aparentemente, algum tempo antes).

Vernor e Hood certamente tinham em seus estoques o livro *Letters Written during a Short Residence in Spain and Portugal* (1799), de Robert Southey. A publicação exemplifica a gama de tópicos políticos, comerciais e, até mesmo, questões éticas associadas aos assuntos portugueses em Londres – senão na Grã-Bretanha como um todo. Southey, que seria Poeta Laureado de 1813, opinou que “é mais devido ao seu comércio do que à sua situação que a Inglaterra e a Holanda são chamadas de potências marítimas; o que é comprovado por suas companhias e pelos marinheiros treinados de suas marinhas. É um objeto de primeira importância restaurar o estado do Brasil, e o meio mais eficaz de fazê-lo seria estabelecer uma companhia [sociedade anônima], e para tal os judeus são as pessoas mais aptas. Padre Antonio Vieira, que é conhecido e admirado por todos os que leram seus livros (exceto seu último, que é cheio de um tal fanatismo que não pode ser aturado), propôs a formação de uma Companhia das Índias como uma etapa anterior, para a qual foi necessário revogar a lei de confisco das propriedades judaicas” (p. 452). Ele acrescentou que “o maior benefício para Portugal seria, possivelmente, a declaração de Lisboa como um porto livre; não no sentido estrito e literal da palavra, por isso não é meu desejo que Vossa Majestade perca as receitas da Aduana; mas ainda, é verdade que esta perda pode ser reparada, e em benefício da população” (p. 455).

A declaração de Southey sobre a América do Sul também é típica: “O Brasil é o lugar para descobertas; por meio dos muitos rios que se comunicam com o Maranhão, nós deveríamos penetrar aquele imenso país, um território provavelmente tão rico em minas de cochonilha e prata quanto as posses da Espanha. Mas eu já disse antes que Portugal não deve ser despovoado para enviar pessoas para o Brasil; façam trabalhar os habitantes no cultivo do açúcar e do tabaco, em vez de enterrá-los em minas. Um navio trará para fora todo o ouro e joias que eles puderem cavar, mas muitos vassalos são necessários para a exportação desses artigos de comércio. Não pode haver nenhuma má consequência proveniente o fato de estrangeiros sofrendores entrem no Brasil” (p. 458). E ele oferece um resumo: “você me pergunta o que se tornará Portugal. O que é Portugal? É um canto de terra dividida em três partes; uma estéril, a outra de posse da Igreja, e a que resta não produz grãos suficientes para os seus habitantes. Agora, olhe para o Brasil e veja o que quer. Sal pode ser encontrado em Pernambuco, o país produzirá vinho, e óleo pode ser tirado da pesca de baleias; de fato, não teríamos neve para gelar nossas bebidas, mas há meios suficientes para o resfriamento da água. Se a América está no encalço de algumas coisas produzidas na Europa, a Europa quer mais das produções da América: qualquer que seja a necessidade da América, a indústria pode supri-la; mas não é assim na Europa” (p. 464-5).

Isso revela uma verdade: viagens, comentários e cartas (e romances, de fato), incluindo, por exemplo, *A Civil, Commercial, Political and Literary History of Spain and Portugal* (1783), de Wyndham Beawes, e *General View of the State of Portugal* (1798), de James Cavanah Murphy, são tanto sobre o que é ser inglês – ou britânico – quanto sobre assuntos portugueses. Portugal seria uma terra decente, não fossem os monges e freiras, que contribuem para o seu despovoamento, e não fosse o vinho, que contribui para a ociosidade. Cerveja, Protestantismo e trabalho (e uma Marinha, que infelizmente faltava em Portugal, argumenta ele) formam o caráter superior britânico.

A final – e extremamente importante – consideração é a da tradução. As conexões alemãs, mas também francesas, são fundamentais para um entendimento das aparições posteriores de assuntos portugueses no romance do início do século XIX. Nove dos meus registros no período de 1800-29 têm referências portuguesas, algumas simplesmente por acaso, mas pelo menos seis com maiores associações. Dessas, a conexão alemã e o interesse pelas operações militares se destacam (como foi parcialmente discutido acima). A tradução de romances franceses muito populares (mas agora negligenciados) para o português, no início dos Oitocentos, levanta várias questões significativas para pesquisa, dado que muitas delas eram produzidas rapidamente e com baixo custo, parecendo ser traduções de originais ingleses. Os “ur-romances” ingleses são moscas varejeiras literárias produzidos para bibliotecas circulantes.

Isso, entretanto, é apenas uma introdução: ela define as áreas para futuras pesquisas acerca da escala da circulação de livros entre a Grã-Bretanha e Portugal, baseadas nos registros conservados no Arquivo Nacional (embora esses apresentem apenas apontamentos gerais) e o que podemos recolher a partir das operações de livreiros como Vernor e Hood (e em Paris, Hookham e Carpenter). A ausência de muitos negócios de livreiros e documentos pessoais é um obstáculo considerável, mas algumas evidências impressas sobrevivem como catálogos de bibliotecas circulantes. Conforme o projeto se desenvolve, poderemos traçar conexões no comércio de importação e exportação. O atraso dos projetos digitais STCs para o século XIX é outra dificuldade, mas pesquisas em jornais são possíveis, consultando-se anúncios e as chegadas de navios.

Outra fonte de pesquisa em potencial são as cartas para o Royal Literary Fund⁶, mas as traduções exploradas ali são, em sua maior parte, do francês para o inglês, com um aumento de romances de origem alemã a partir da década de 1790. À primeira vista, embora as traduções fossem cruciais para a produção de romance na Grã-Bretanha nos Setecentos e início dos Oitocentos, o mundo lusófono parece ausente (mais ainda, em contraste com as conexões com a França). Mais que um décimo de todos os romances publicados pela primeira vez na Grã-Bretanha, entre 1750 e 1800, eram traduções de romances continentais. Alguns desses originais eram antigos e obscuros; quase tudo até meados da década de 1790 vinha da França, mantendo o padrão das duas décadas anteriores. Precisamos olhar no passado, pois enquanto alguns romances eram traduzidos semanas depois de sua primeira aparição, outros ressurgiam em outras línguas muitas décadas mais tarde especialmente quanto passavam por mais de um idioma. Ao menos 95 (ou 18%) dos 531 romances publicados originalmente na Grã-Bretanha (1750-69) eram traduções. Desses, 84 vinham da França, 2 da Espanha e apenas 9 de outras línguas, incluindo o alemão⁷. Nas décadas de 1770 e 1780, mais alguns romances foram traduzidos do alemão, mas essa foi uma fonte popular apenas durante a última década do século. A partir de 1795, traduções do alemão excederam aquelas de outras línguas pela primeira vez. Outros romances traduzidos (1770-99) eram originais italianos (3), espanhóis (1) e persa/sânscrito (3).

Ainda mais essencial é a dificuldade em verificar as declarações – seja na página de título e prefácio ou por um crítico – que um romance era derivado de um original estrangeiro. O inverso também é verdadeiro: as traduções *do* inglês. Quando um romance não sobrevive e seu título anunciado não admite ser uma tradução, é impossível provar a origem estrangeira, salvo (e mesmo assim não certamente) quando um crítico contemporâneo ou outro comentarista assim o declara⁸. Quando um romancista ou livreiro tomava a fácil

⁶ British Library, Archives of the Royal Literary Fund, 1790-1918.

⁷ Raven, *British Fiction*, p. 21.

⁸ Por exemplo, no caso de *The Orphan Marion* (1790: 23).

caminho de produzir um novo romance simplesmente pela tradução de um obscuro romance francês ou alemão, os nomes próprios eram geralmente modificados e as narrativas, reorganizadas. Nem todos eram tão sinceros quanto Elizabeth Tomlins, que reconheceu no prefácio do seu livro *Memoirs of a Baroness* (1792) que seu conto era baseado num original francês. Isso não impediu que suspeitas fossem espalhadas⁹.

A chave para muitas traduções para o português – sobretudo do francês – são esses “originais” franceses. Muitos eram, a princípio, ingleses. A tradução de romances não era simplesmente um comércio de importação textual. Muitos romances ingleses eram rapidamente traduzidos para o alemão, francês e outras línguas, e a indústria do romance envolvia um intercâmbio literário e comercial entre a Grã-Bretanha e a Europa. De fato, na crítica a um destes empréstimos – *Innocent Rivals* (1786) – a *Critical Review* menciona uma batalha da travessia do canal, em que cada lado captura o texto em voga do outro lado. Dos 1.421 títulos de novos romances ingleses publicados entre 1770 e 1800, 500 foram traduzidos para o francês e o espanhol antes de 1850. Em torno de uma dúzia de títulos foi também traduzida para o espanhol e o italiano no mesmo período. Acompanhar essas traduções, francesas, espanholas (ou outras) como base de novas traduções, para o português, por exemplo, é um território virgem, ao menos para os romances menores e populares, que compõem a grande maioria dos títulos encontrados.

Localizar a primeira tradução, ou a que se tornar a tradução “intermediária”, é essencial, mas não há nenhum estudo atual completo sobre a influência do romance inglês na França ou na Alemanha nesse período. As análises existentes são parciais ou imprecisas¹⁰. Desde L.M. Price, numerosos estudiosos têm explorado a história do romance popular na Alemanha nesse período, na tentativa de compreender seu contexto literário e social mais amplo. Eva Becker, Michael Hadley e Manfred Heiderich ofereceram perfis dos romances publicados num único ano, estudando 1780, 1790 e 1800, respectivamente. Dadas as origens estrangeiras e as influências de tanto material, eles se deixaram levar por falhas bibliográficas inglesas. Traduções de romances inglês do período para o francês

⁹ The Monthly, por exemplo, demorou-se sobre os muitos galicismo das cartas de Henrietta para Morvina (1777: 6), e a crítica acreditava que Mrs Fell's Peasant; ou, Female Philosopher (1792: 33) fosse uma tradução não reconhecida do francês.

¹⁰ Em particular, nos vários estudos de Lawrence Marsden Price e Mary Bell Price, das listas completas até às datas dos romances ingleses traduzidos para o alemão no século XVIII, há falhas de atribuições enganosas e datação incorreta: Lawrence Marsden Price, English > German Literary Influences: Bibliography and Survey, University of California Publications in Modern Philology 9: 1 (Jan. 1919); Lawrence Marsden Price, English Literature in Germany, University of California Publications in Modern Philology 37 (1953) [a revised edn of Lawrence Marsden Price, The Reception of English Literature in Germany (University of California Press: Berkeley CA, 1932)]; e Mary Bell Price and Lawrence Marsden Price, The Publication of English Literature in Germany in the Eighteenth Century (University of California Press: Berkeley CA, 1934). Mais incômodo, o preço inclui algumas datas para traduções alemãs de romances ingleses que são datados entre quatro ou cinco anos antes de sua publicação em Londres.

têm sido melhor servidas por bolsas de estudo, mas mesmo aqui os guias existentes estão sob revisão¹¹.

Dada a profusa publicação por Nobles, Lane, Coburn e Hughes, podemos nos perguntar como certos títulos (muitos marcados por uma enjoativa frivolidade) eram selecionados para tradução. A posterior tradução de títulos ingleses muito obscuros pode também sugerir uma outra questão: o papel de mediador das principais revistas periódicas.

A principal conclusão é que a circulação do livro, as imitações e as traduções têm que ser olhadas no contexto europeu, não simplesmente em termos de trocas bilaterais entre dois países. Por exemplo, a aparição dos intermediários alemães, nos comentários acima, deveria ser um alerta suficiente. *Livros sem fronteiras* [*Livres sans frontières*]: era exatamente assim. A mediação poderia ser múltipla e também se prolongar por muitos anos, com diferentes estágios de influência e circulação.

APÊNDICE:

Romances publicados em inglês, em Londres, com assuntos portugueses.

As entradas completas provêm da minha bibliografia dos romances ingleses, conforme segue:

1775

[?DIGGES, Thomas Atwood].

THE ADVENTURES OF ALONSO: CONTAINING SOME STRIKING ANECDOTES OF THE PRESENT PRIME MINISTER OF PORTUGAL.

London: Printed for J. Bew, No. 28, Paternoster-Row, 1775.

I 148p; II 129p. 8vo. 4s sewed (CR), 5s bound (MR), 4s sewed or 5s bound (LC).

CR 40: 163-4 (July 1775); MR 53: 274 (Sept 1775); AF II: 28.

BL 12612.aa.8; EM 166: 9; ESTC t067327 (NA ICU, MWA, NN &c.).

Notas: ESTC: Sometimes attributed to T. A. Digges.

The Prime minister is the Marquês de Pombal (1699-1782).

Adv., "Next Week will be published, Neatly printed on a fine writing paper", LC 37: 543 (6-8 June 1775).

Extract published LC 37: 617 (29 June-1 July 1775).

¹¹ Angus Martin, Vivienne G. Mylne and Richard Frautschi, eds., *Bibliographie du genre romanesque français 1751-1800* (London and Paris: Mansell, 1977); and Alexandre Cioranescu, ed., *Bibliographie de la littérature Française du dix-huitième siècle* (Paris: Editions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1969).

Further edn: London, 1785 (CR), xESTC. German trans. Leipzig, 1787 (*Alonzos Abenteuer*) (Price).

CR: "The writer of this work amuses himself with too much political matter (especially as it relates chiefly to a foreign kingdom,) to render his book a favourite with the readers of novels" (p. 163).

MR [William Enfield]: "The Author of this Novel has contrived to mix just so much political anecdote and reflection with his love-tale, as to make it dull and tedious."

1782

[MULLER, Richard].

MEMOIRS OF THE RIGHT HONOURABLE LORD VISCOUNT CHERINGTON,
CONTAINING A GENUINE DESCRIPTION OF THE GOVERNMENT, AND MANNERS
OF THE PRESENT PORTUGUESE.

London: Printed for J. Johnson, No. 72, St. Paul's Church-Yard, 1782.

I xviii, 190p; II v, 384p. 12mo. 5s sewed (MR, SJC).

MR 67: 388-90 (Nov 1782).

BL N.1804; EM 5603: 3; ESTC t070710 (BI C, BMu; NA DLC).

Notas: 2 vols. in 1, continuous pagination. Dedication to Master General of the Ordnance I, vii, signed "The

Editor"; Editor's Preface viii-xv, London, 21 June 1781.

Adv. SJC 25-27 Apr 1782.

Further edn: Dublin, 1782 (Printed by John Parker, for Messrs. R. Cross, Walker, Beatty, Burton, and

Webb, 2 vols., 12mo), ESTC t212832.

Ano: 1803.

Autor(es): ANON

Título: *THE GHOST OF HARCOURT. A ROMANCE. TO WHICH IS ADDED THE FAIR MAID OF PORTUGAL.*

Publicação: London: Printed at the Minerva-Press, for Lane, Newman, and Co. Leadenhall-Street, 1803.

Formato: 1 vol. (72p). 12°.

Cat. nos: BL 12619.e.39(2); EN2 1803: 8; NSTC H478; xOCLC.

Notas: 'The Ghost of Harcourt', pp. [1]–30; 'The Fair Maid of Portugal', pp. '[31]–72.

Closely printed pages; presentationally bearing a similarity to contemporary chapbooks containing Gothic material, but unusual in being packaged as a Minerva publication.

DBF record: 1803A008

Ano: 1805.

Autor(es): Emily CLARK

Título: *THE BANKS OF THE DOURO; OR, THE MAID OF PORTUGAL. A TALE. IN THREE VOLUMES. BY EMILY CLARK, GRAND-DAUGHTER OF THE LATE COLONEL FREDERICK, AND AUTHOR OF TANTHE [sic] AND ERMINA MONTROSE.*

Publicação: London: Printed at the Minerva-Press, for Lane, Newman, and Co. Leadenhall-Street, 1805.

Formato: 3 vols (I 294p; II 300p; III 336p). 12°.

Cat. nos: Corvey; CME 3-628-47289-X; ECB 118; EN2 1805: 20; NSTC C2080; OCLC 44475438.

Notas: Dedication 'to the Right Honorable the Countess of Euston'. 'Ianthé' appears correctly on t.ps. of vols 2 and 3.

DBF registro no: 1805A020.

Ano: 1809.

Autor(es): Mary HILL

Título: *THE FOREST OF COMALVA, A NOVEL; CONTAINING SKETCHES OF PORTUGAL, SPAIN, AND PART OF FRANCE. IN THREE VOLUMES. BY MARY HILL.*

Publicação: London: Printed for Richard Phillips, New Bridge-Street, Blackfriars, 1809.

Formato: 3 vols (I v, 231p; II 210p; III 261p). 12°.

Cat. nos: Corvey; CME 3-628-47688-7; ECB 269; EN2 1809: 31; NSTC H1688; OCLC 13288337.

Notas: Preface in vol. 1, pp. [iii]–v, in which the authoress refers to 'this first production of her pen', is dated Jan 1809.

DBF registro no: 1809A029.

Ano: 1809.

Autor(es): Sarah ISDELL

Título: *THE IRISH RECLUSE; OR, A BREAKFAST AT THE ROTUNDA. IN THREE VOLUMES. BY SARAH ISDELL, AUTHOR OF THE VALE OF LOUISIANA.*

Publicação: London: Printed for J. Booth, Duke-Street, Portland-Place, 1809.

Formato: 3 vols (I iv, 260p, ill.; II 226p, ill.; III 249p, ill.). 12°.

Cat. nos: MH-H *EC8.Is247.809i; ECB 300; EN2 1809: 34; NSTC I527; xOCLC.

Notas: Dedication to Sir Edward Denny, Bart., Tralee Castle. Vol. 3, p. 249, where text ends, concludes with adv. for a non-fictional work, 'Spain and Portugal', the following p. [250] containing advs for 'New Novels, &c.'.

DBF registro no: 1809A032

Ano: 1810.

Autor(es): Augusta Amelia STUART

Título: *THE EXILE OF PORTUGAL: A TALE OF THE PRESENT TIME, IN TWO VOLUMES, BY AUGUSTA AMELIA STUART, AUTHOR OF LUDOVICO'S TALE &C.*

Publicação: London: Printed for J. F. Hughes, 38, Berners Street, 1810.

Formato: 2 vols (I v, 198p; II 191p). 12°.

Cat. nos: Corvey; CME 3-628-48684-X; ECB 567; EN2 1810: 82; xNSTC; xOCLC.

Notas: ECB dates 1806, but no copy belonging to this year located.

DBF registro no: 1810A084.

Ano: 1811.

Autor(es): Dr CAMPBELL

Título: *THE HEROINE OF ALMEIDA, A NOVEL: FOUNDED ON FACTS, RELATING TO THE CAMPAIGNS IN SPAIN AND PORTUGAL, UNDER LORD WELLINGTON, AND GENERAL BERESFORD. BY DR. CAMPBELL, AUTHOR OF "THE FEMALE MINOR", &C. &C.*

Publicação: Dublin: Printed by J. Charles, No. 49, Mary-Street, 1811.

Formato: 1 vol. (v, 145p). 12°.

Cat. nos: Dt OLS 186.o.34; EN2 1811: 26; xNSTC; OCLC 40997226.

Notas: 'A Prefatory Address to the Reader', pp. [iii]–v, clearly presents this as a novel.

DBF registro no: 1811A027.

Ano: 1812.

Autor(es): Augusta Amelia STUART

Título: *CAVA OF TOLEDO; OR, THE GOTHIC PRINCESS. A ROMANCE. IN FIVE VOLUMES. BY AUGUSTA AMELIA STUART, AUTHOR OF LUDOVICO'S TALE; THE ENGLISH BROTHERS; EXILE OF PORTUGAL, &C. &C.*

Publicação: London: Printed at the Minerva-Press, for A. K. Newman and Co. Leadenhall-Street, 1812.

Formato: 5 vols (I ii, 259p; II 240p; III 252p; IV 224p; V 286p). 12°.

Cat. nos: Corvey; CME 3-628-48683-1; ECB 567; EN2 1812: 59; xNSTC; xOCLC.

Notas: Allibone (and Block and Summers) have 'Cave' rather than 'Cava'.

DBF registro no: 1812A060.

Ano: 1819.

Autor(es): ANON

Título: *THE CASTLE OF VILLA-FLORA. A PORTUGUESE TALE, FROM A MANUSCRIPT LATELY FOUND BY A BRITISH OFFICER OF RANK IN AN OLD MANSION IN PORTUGAL. IN THREE VOLUMES.*

Publicação: London: Printed at the Minerva Press for A. K. Newman and Co. Leadenhall-Street, 1819.

Formato: 3 vols (I 219p; II 257p; III 266p). 12°.

Cat. nos: Corvey; CME 3-628-47221-0; ECB 100; EN2 1819: 3; NSTC 2C10991; OCLC 43924687.

DBF registro no: 1819A003

Ano: 1826.

Autor(es): Johann C. MÄMPEL

Título: *ADVENTURES OF A YOUNG RIFLEMAN, IN THE FRENCH AND ENGLISH ARMIES, DURING THE WAR IN SPAIN AND PORTUGAL, FROM 1806 TO 1816. WRITTEN BY HIMSELF.*

Publicação: London: Henry Colburn, New Burlington Street, 1826.

Formato: 1 vol. (iv, 414p). 12°.

Cat. nos: MH-H 19463.01.5*; ECB 6; EN2 1826: 56; NSTC 2A4411; OCLC 13427428.

Notas: Trans. of vols 1 and 2 of *Der junge Feldjäger* (1826–27).

Edições posteriores: 2nd edn 1826 (NSTC); 1833 in *Tales of Flood and Field* (OCLC); Philadelphia 1826 (NSTC).

DBF registro no: 1826A055.

CONEXÕES: Alexandre Dumas, Publicações na França, em Portugal e no Brasil.

Maria Lúcia Dias Mendes
(Universidade Federal de São Paulo)¹

Um dos objetivos gerais da minha pesquisa sobre a obra de Alexandre Dumas no Brasil é organizar as informações sobre as traduções feitas durante o século XIX, de modo a compreender de que forma se deu a recepção dos folhetins em relação à simultaneidade de versões oferecidas aos leitores: aquelas publicadas em francês (no jornal, em livro, contrafações belgas), ou português (publicadas em jornais portugueses, brasileiros, em livros editados no Brasil ou em Portugal).

As perguntas que nortearam as pesquisas foram: Como essas obras teriam chegado ao Brasil? E qual teria sido o tempo entre a publicação na França e no Brasil? Portugal teria sido um intermediário na trajetória dessas obras?

Assim, o primeiro passo foi tentar organizar uma cronologia das publicações na França, em Portugal e no Brasil. Depois, procurei comparar os tempos entre a publicação das obras em Paris, no Brasil e em Portugal, para perceber se o hiato se fazia presente ou não, se havia a possibilidade da tradução portuguesa ter chegado às mãos dos leitores brasileiros antes das feitas por aqui.

Nesse texto, trago apontamentos sobre as pesquisas em andamento, ainda um trabalho sem conclusão. Contextualizarei a entrada de Alexandre Dumas em Portugal e no Brasil, para dar a conhecer um pouco do percurso desse autor. Depois comento alguns dados apresentados nos dois anexos do documento: um comparando as publicações de Dumas na França e suas respectivas traduções em Portugal e no Brasil, o outro traz apenas publicações francesas e suas equivalentes brasileiras. No final, cenas dos próximos capítulos.

¹ Pesquisa desenvolvida com apoio da FAPESP.

ALEXANDRE DUMAS DRAMATURGO, DEPOIS ROMANCISTA

Alexandre Dumas chegou a Portugal pelo Teatro da Rua dos Condes. Em francês. Encenado pela companhia francesa de Émile Doux, responsável pela introdução do drama romântico em Portugal,² de janeiro de 1835 a abril de 1837, foi aos poucos ganhando traduções mais ou menos apressadas, que não diminuía em nada o sucesso que as apresentações provocavam, até 1840. Depois foi de teatro em teatro até o Ginásio, aberto em 1846.

Os sucessos de Dumas formavam tanto os autores e atores da geração romântica portuguesa quanto o gosto do público que, como os franceses, aplaudiu *Catherine de Howard* (1834), *Richard Darlington* (1831), *La Tour de Nesle* (1832) e *Antony* (1831), dramas representados apenas entre 1838 e 1839, não sem provocar comentários inflamados entre os críticos. Em seguida, os dramas eram publicados no *Archivo Theatral* ou *Collecção selecta dos mais modernos dramas do teatro francês* ou em jornais ou revistas (desde o final da década de 1830, circulavam em Portugal cerca de 40 revistas consagradas ao teatro).³

Na corte brasileira, os dramas românticos de Dumas eram representados no Theatro São Pedro e no Theatro Nitheroyense, anunciados no *Jornal do Commercio*. No dia 05 de dezembro de 1838, p.ex., seria apresentado em noite de gala o drama *La Tour de Nesle*, em comemoração ao aniversário de D. Pedro II. Os dramas românticos de Dumas foram, assim como os de Victor Hugo, vistos pelos autores brasileiros e provocaram criações nacionais, performances românticas e muitas críticas na imprensa da época. Parece que a publicação dos dramas não era um hábito, encontrei até o momento apenas uma referência sobre uma peça publicada na época (*Le Comte Hermann* de 1849, *O Conde Hermano*, 1852).

Assim como em seu país de origem, Dumas inicia a sua carreira de sucesso em terras portuguesas e brasileiras como dramaturgo. Contudo, é o romance que irá consolidar esse percurso.

Nesse período, a partir da década de 1830, parece que a febre do romance havia chegado às terras lusófonas. Tanto no Brasil quanto em Portugal o público leitor estava ávido pelas narrativas, interessado em descobrir esse gênero meio bastardo que se adaptava tão bem às suas novas inquietações e seus novos interesses. A tradução de obras estrangeiras veio suprir de imediato esse anseio, tornando-se “um incentivo de primeira ordem, criando no público o hábito do romance e despertando o interesse dos autores” (nas palavras de

² SANTOS, Ana Clara. La pratique de la traduction théâtrale ou les voies de la création dramaturgique sur la scène portugaise XIXe siècle. In: Artigos, Instituto Camões; consultado na *internet*, no endereço <http://cvc.instituto camoes.pt/bdc/artigos/anaclarasantos.pdf>, em 09 de março de 2008.

³ FRANÇA, José-Augusto. Duas notas sobre Alexandre Dumas em Portugal. In: *Antes da Playstations. 200 anos de aventuras em Portugal*. Lisboa: Biblioteca Nacional, p. 63-70, 2003.

Antonio Candido⁴). Autores que precisavam se afirmar diante de uma tradição local que não privilegiava a prosa de ficção e desbravar as suas próprias veredas.

Em Portugal, já na década de 1840, começam a serem traduzidas as narrativas de Dumas. *Martin de Freytas, Paulina, Pascoal Bruno...* obras publicadas no final da década de 1830 em Paris que chegam aos leitores em português, preparando o caminho para o que seria o primeiro grande *best-seller*: *Les Trois Mousquetaires* (1844, trad. em 1847-1848). Em volume.

No período de 1840 a 1860, Portugal assiste a um grande aumento da publicação e do comércio de livros, em parte provocado pela difusão do romance. A partir dos anos de 1850, começam as edições populares em Portugal (Biblioteca Econômica, Gabinete Literário, Biblioteca Popular) e nota-se um sensível aumento no número de títulos e de reimpressões⁵. O consumo era alimentado pela venda de obras estrangeiras, pois, segundo Sobreira, “Em geral, os editores preferiam investir em traduções de obras com êxito já comprovado no estrangeiro, e que, portanto, lhes davam garantias de obtenção de lucros, a apostar nos autores nacionais, o que obviamente implicava correr um risco financeiro maior⁶. O aumento das publicações corresponderia mais à grande oferta das traduções dos títulos franceses do que a produção de autores portugueses.

No Brasil, esse período marca o início das atividades da Typographia Paula Brito na impressão de obras literárias estrangeiras, muitas vezes traduzidas por ele mesmo, de autores franceses consagrados na época, entre eles, Alexandre Dumas. Entretanto, ainda seguindo Hallewell, apenas a partir da metade da década de 1860, com a entrada efetiva do editor Baptiste-Louis Granier no mercado de livros de ficção é que tem início uma ampla produção de romances em forma de livro⁷.

Assim como na França, aqui quem acolhe o romance é o jornal, no início fatiando os antigos sucessos, depois publicando romances folhetins feitos sob medida para o espaço que lhe é reservado. Antes mesmo de 1838, ano em que o *Jornal do Commercio* publica *O Capitão Paulo*, de Dumas, a narrativa já tinha seu espaço garantido, aumentando as vendas do jornal.

Segundo Ernesto Rodrigues,⁸ desde 1836 alguns jornais portugueses começam a separar dentro da categoria Variedades, no *rez-de-chaussée*, o espaço dedicado à Literatura do

⁴ MELLO E SOUSA, Antonio Candido. *Formação da Literatura brasileira*. Momentos decisivos. São Paulo/Rio de Janeiro: Fapesp/Ouro sobre Azul, 2009.

⁵ RODRIGUES, Antonio. *A Tradução em Portugal*. Lisboa: Ministério da Educação. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Vol 2 (1835-1850) vol 3 (1851-1870), 1992.

⁶ SOBREIRA, Luis. Uma imagem do campo literário português no período romântico através dos best sellers produzidos entre 1840 e 1860. Artigo apresentado no IV Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada. Évora: 2001. Consultado em: <http://www.eventos.uevora.pt/comparada/VolumeI/UMA%20IMAGEM%20DO%20CAMPO%20LITERARIO%20PORTUGUES.pdf>. p.2.

⁷ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil. Sua história*. São Paulo: T.A. Queiróz, 1985. p. 141.

⁸ RODRIGUES, Ernesto. *Mágico Folhetim. Literatura e jornalismo em Portugal*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998. p.237 e segs.

dedicado às variedades em geral. Entretanto, a palavra folhetim associada à narrativa, ao espaço delimitado na página e encerrada com o famoso “Continuar-se-à” ao final do trecho, só aparece no jornal *O Português* (Lisboa, 14 de dezembro de 1840): “Folhetim. Portugal e os castelhanos em 1644”. O folhetim tornou-se uma febre, publicando sobretudo traduções de autores franceses. Alexandre Dumas, Paul de Kock, Frédéric Soulié, Paul Féval, são publicados em jornais de Lisboa e da província.

Apesar dos contextos históricos serem diferentes, tanto em Portugal quanto no Brasil a imagem de Alexandre Dumas, em um primeiro momento foi a de um *chef de file* do drama romântico francês. Entretanto, foi a sua produção da década de 1840, mais voltada para o romance, a *causerie* e os *récits de voyage*, que garantiu o sucesso que ele havia conhecido na década anterior. Dos dois lados do Atlântico o romance folhetim foi fundamental para a difusão da obra de Dumas, consolidando o seu sucesso e aumentando as possibilidades de publicação.

Publicações de Alexandre Dumas entre a França, Portugal e Brasil

- Em 30 títulos (Anexo 1) que até agora pude comparar as datas e o suporte da publicação nos dois países em relação à França, temos:
 - 21 obras publicadas primeiro no Brasil, com a predominância do jornal;
 - 4 obras publicadas primeiro em Portugal, com predominância do livro;
 - 3 praticamente ao mesmo tempo.

Dai, podemos supor que no Brasil as traduções eram feitas à medida que o folhetim era publicado na França, ao passo que em Portugal eram feitas a partir da publicação *a posteriori* em volume...

Segundo referências na obra *A Tradução em Portugal*⁹ e *Mágico Folhetim*, outros autores também eram publicados primeiro em volumes e depois na imprensa. É o caso de Victor Hugo, Paul de Kock, Paul Féval, Frédéric Soulié e mesmo Eugène Sue. O mesmo acontece com as obras de Dumas.

Hallewell comenta que, ao contrário do que acontecia na França, a publicação do romance folhetim em livro foi adotada no Brasil de forma mais gradual, e proporcionalmente bem menor¹⁰.

⁹ RODRIGUES, A.. *Op. Cit.*

¹⁰ HALLEWELL, L.. *Op. Cit.* p. 141.

- Dentre os lançados primeiro no Brasil:

Menos do que 6 meses: 3

Seis meses: 1

De 6 a 11 meses: 5

Um ano ou mais: 17.

Podemos dizer que, entre os títulos pesquisados, pouco tempo separa a publicação original e a tradução brasileira, o que reforça a ideia de que os romances circulam muito rapidamente entre Europa e Brasil.

- Maior parte dos títulos lançados em Portugal foram editados primeiro em livro;
Maior parte dos títulos lançados no Brasil: em jornal;
Pode ser que o mercado editorial português já estivesse mais aquecido do que o brasileiro, ao passo que no Brasil o jornal tomava a dianteira na publicação dos romances.
- Há até um caso de uma tradução portuguesa do Comte de Monte-Cristo feita a partir da tradução brasileira de Emilio Zaluar, publicada no Correio Mercantil...
- Há uma consonância dos títulos traduzidos nos dois países. Ainda não tenho uma lista grande de títulos traduzidos no Brasil, mas a coincidência é grande.
Entretanto, em Portugal parecem ter traduzidos mais títulos do que no Brasil, segundo um primeiro levantamento feito.
- Há, nos dois países, o hábito de publicar separadamente capítulos de livros ou causeries que foram reunidas em coletânea (por terem um tema comum), como obra completa e sem fazer referência ao todo. Parece que o estilo dumasiano de escrever, o gosto pela causerie e a criação de um narrador que parece estar sempre em cena, conversando animadamente com o leitor propiciou recortes e, por consequência, edições diferentes. Uma causerie, cujo tema é uma viagem à Calábria, que originalmente saiu em um jornal francês e foi editada em um livro com outras causeries da mesma época, foi publicada em uma coletânea de contos de vários autores quando chega ao Brasil. Ou um capítulo de um livro publicado como uma causerie independente. Para o pesquisador, é necessário paciência e um pouco de sorte para encontrar as referências corretas, pois mesmo na França foram muitas as edições das obras de Dumas, induzindo à confusão de datas e títulos.

- Nota-se também que em Portugal houve um grande interesse pelas traduções dos dramas românticos de Dumas, o que não se vê no Brasil.
- A grande quantidade de obras curtas (*Causeries*, *récits de voyage*) escritas por Dumas favorece as publicações intermitentes e as edições do tipo coletânea, sobretudo no Brasil. Favorece, também, os arranjos que não obedecem a cronologia da produção. Muitas vezes é difícil localizar a obra original, pois a tradução traz apenas um trecho, um capítulo de um livro ou uma *causerie*, por ex., sem referências a obra.
- Senti falta dos textos mais jornalísticos de Dumas, que são muitos e, na maior parte das vezes, publicados em jornais fundados por ele. Talvez por se tratar de jornais de menor circulação, não chegaram aqui (e nem em Portugal).
- Não encontrei referências no Brasil ou em Portugal sobre a tradução de nenhum texto mais, digamos assim, teórico produzido por Dumas. Não foram poucos os ensaios escritos por ele sobre questões relativas à estética romântica ou comentários críticos acerca das obras (pictóricas ou literárias) de seus contemporâneos, muitos desses textos eram publicados nos mesmo jornais que seus folhetins. Apenas o Dumas *conteur* interessava?
- Nada também – nos dois países – dos textos biográficos, que Dumas dedicava às figuras de destaque para sua geração, tais como: o ator Talma, a morte da atriz Marie Dorval e tantas outras. Nem mesmo as *causeries* *Grands hommes en robe de chambre*, que fizeram tanto sucesso na França.
- Depreende-se, com mais segurança no caso das traduções portuguesas, bem mais organizadas graças ao trabalho de Antonio Gonçalves Rodrigues, do que no caso do Brasil, onde ainda há muito a ser feito, que o Alexandre Dumas que foi traduzido e melhor assimilado nos oitocentos foi o romancista, o contador de casos.
- Ainda faltam muitos dados para concluir o mapeamento das traduções de Dumas no Brasil oitocentista. Mas, talvez seja difícil superar a cifra de traduções portuguesas. A partir do levantamento feito por António Gonçalves Rodrigues em *A tradução em Portugal*, Alexandre Dumas foi o autor francês mais traduzido da década de 1850: de 1851 a 1860 foram lançadas nove traduções de romances de Victor Hugo, dezesseis de Emile Souvestre, trinta e duas de Eugênio Sue e o espantoso total de cento e nove (!) de Alexandre Dumas.

- Romances mais anunciados no Jornal do Commercio em 1857: Os vinte anos depois (6) / 1858 O Visconde de Bragelonne (7) e Os vinte anos depois (6).

1857:	1858:
Número de obras de Dumas anunciadas: 31	Número de obras de Dumas anunciadas: 31
Em francês: 12	Em francês: 21
1 (El Salteador) que não se pode definir...	Indefinível: 1 (Urbano Grandier)
Em português: 18	Em português: 9

[MÜLLER, Andréa Correa Paraiso. Do romance imoral a obra prima: trajetórias de Madame Bovary. Exame de Qualificação, 2011.]

Interessante notar que, apesar das edições portuguesas terem aumentado durante a década de 1850, com as coleções populares, o número de obras oferecidas em francês aumenta de um ano para outro.

- No Brasil, é mais ou menos a época em que *Dieu dispose*, de Dumas aparece como o terceiro romance mais consultado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (entre os anos 1849 ser o romance -1856). Obra traduzida em Portugal no mesmo ano em que foi publicada em francês, 1851, e publicada no *Jornal do Commercio* de setembro de 1851 a março de 1852, foi a obra mais pedida em 1854 (13 consultas); a terceira mais pedida em 1855 (12 consultas) e, em 1856 volta a mais consultado (26 solicitações)¹¹.

Um sucesso, que manteve o título anunciado nos anúncios do *Jornal do Commercio*. O jornal, concorrente do livro por muitas vezes ser mais barato, tornou-se também uma espécie de suporte na divulgação das obras literárias, publicando as obras (que depois são transformadas em livros), trazendo anúncios de novidades à venda, trazendo críticas literárias que comentam os lançamentos.

- Apesar de ter sido amplamente traduzido em Portugal, não encontrei referências de alguns títulos que foram traduzidos no Brasil.
Comparando os 17 romances lançados apenas no Brasil (Anexo2):

¹¹ ROCHA, Débora Cristina Bondance. Bibliotheca Nacional e Pública do Rio de Janeiro: um ambiente para leitores e leituras de romance (1833-1856). Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do Título de Mestre em Teoria e História Literária, Campinas, Mestrado em Teoria e História Literária – 2011.

Menos do que 6 meses: 3

Seis meses: 1

De 6 a 11 meses: 2

Um ano ou mais: 11

- A simultaneidade de edições se confirma, havia, no Brasil a coexistência de livros e jornais impressos nos três países envolvidos. E ainda há a possibilidade de um “ir e vir”, como dizia Marlyse Meyer, entre folhetins publicados no Brasil e levados a Portugal, como sugere Ernesto Rodrigues: “Por elaborar está o estudo da presença, não raro pirateada, de folhetins em curso de publicação imediatamente dados na Imprensa Brasileira, em que chagava a haver contrabando de granéis.”¹² Vale a pena investigar esse ponto, pois não encontrei nenhuma referência sobre o assunto.

Cenas dos próximos capítulos:

Continuar a pesquisa em arquivos e jornais, em busca de mais edições e publicações da obra de Dumas. O objetivo é organizar um quadro expressivo pelo menos das edições oitocentistas brasileiras;

Organizar também as edições belgas das obras de Dumas no Brasil (fiz um primeiro levantamento na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro na secção de obras raras e minha surpresa foi que das 11 obras que encontrei, 9 eram editadas em Bruxelas, inclusive aquelas que fazem parte do Acervo da princesa Theresa Cristina...)

Pesquisar sobre os folhetins brasileiros que teriam chegado a Portugal, para ver se realmente há essa conexão;

Continuar a pesquisar sobre os outros autores franceses de terceiro time (?) que também faziam sucesso nos folhetins brasileiros, como Paul de Kock, Paul Féval, Frédéric Soulié que, certamente não por acaso, eram à mesma época *best-sellers* em Portugal.

¹² RODRIGUES, E.. *Op. Cit.*, p. 245.

ANEXO 1 Publicações de Alexandre Dumas (França – Portugal – Brasil)

PUBLICAÇÕES DE ALEXANDRE DUMAS			
FRANÇA – PORTUGAL – BRASIL			
Obra	França	Portugal	Brasil
Souvenirs d'Antony (1835) (contenu: Cherubino et Celestini; Antonio; Maria; Le Cocher de Cabriolet (Marie); Blanche de Beaulieu (La Rose Rouge); Un Bal masqué; Jacques I et Jacques II; Bernard; Don Martin de Freytas; Le Curé de Chambard)	Dumont, 1841 (édité avec D.Martin de Freytas e Praxède)	Martin de Freitas. a) Novella tirada de um facto celebre da Historia Portuguesa e posta em vulgar por TC. Porto, t da Revista, in-8, 58 p. 1841. (AR) b) Lisboa : Imp. Hemenegildo Pires Marinho, 1855. (BNP)	Martin de Freitas. - [S.] : [s.n.], 1841. (RG) [2 anúncios no <i>Jornal do Commercio</i> em 1840; 2 em 1842; 5 em 1843 (RM)] 9x
Pascal Bruno 1837	La Presse 23 jan-3 fév 1837/ Dumont, 1837	Pascal Bruno. Romance historico de Mr. Alex. Dumas. Traduzido por V. J. A. J. Lisboa, 1841, in-8. (CBF) e (AR) [ref. In: "Um quarto de hora de leitura" n.1, 10pp.] b) versão do fr. Por José Melchhiades Ferreira dos Santos. A União, Lisboa, 4out 1849.	Pascoal Bruno , JC, 7mai-26mai1840. [<i>Collecção de novellas</i> , contendo: A Rosa amarella, de C. de Bernard. — Paschoal Bruno, ou o Salteador justiceiro; por A. Dumas.— As armas e as letras, por A. de Lavergne. — O Ladrão por amor, por J . A.— A Constancia do amor, de Marmontel.— Jorge, por Mmo C. Reybaud. <i>Rio de Janeiro</i> , 1839—41, in-8.] [2anuncios no JC em 1840; 2 em 1844 (RM)]

Le Capitaine Paul, 1838	Le Siècle (30mai-23juin1838)	O Capitão Paulo , romance de Alexandre Dumas, traduzido por M. A. da S. Nova edição. <i>Lisboa</i> , 1818 2 vol.in-8.(CBF) edição provavelmente igual a citada por AR: trad. Miguel Antonio da Silva, 2vol in-8, Lisboa, 1841. O Capitão Paulo , drama em 5 atos , 1843. Lb.p.349-381.	O Capitão Paulo , JC, 31out-27nov 1838. [5 em 1838, 19 anúncios em 1839; 4anúncios no JC em 1841; 12 em 1843; 1 em 1844 (RM)] 50 x de 1839 1 1844
Pauline (1838)	1838 ? La salle d'armes: Pauline[-Pascal Bruno] --, 1838.	Paulina a)Trad. em port. por Anna Henriqueta Froment da Motta e Silva. Ponta Delgada: na Typ. de F.J.P.de Macedo, 1842. b) Trad. do francez, T. Rollandiana, in-8, 2vol., 1843. (AR) c) de Alexandre Dumas, traduzida por D.Anna Henriqueta Froment da Motta e Silva. Segunda edição seguida de Martin de Freitas, romance do mesmo autor. <i>Lisboa</i> 1844.in-8. (CBF) e (AR)	
Les Crimes célèbres (1839) [Les Ceci, La marquise de Brinvilliers, Karl Ludwig Sand, Marie Sturat, La marquise de Gandes, Murat, Les Bordia, Urbain Grandier, Vaninka, Massacres du Midi, La comtesse de Saint-Géran, Jenne de Naples, Nisida, Derues, Martin Guerre, Ali Pacha, La Constain, L'homme au masque de fer.	Le Siècle, 3-7déc.1839	Os crimes celebres . [S.l.] : [s.n.], 1861 (RG) ref. completa: Trad do francez. Lisboa: Typ. de José da Costa N.C., 1861 3vol. Enc.2t. (AR)	Les crimes celebres 2 vols . - [S.l.] : [s.n.], 1856 (RG) não há citação em AR

Pierre-le-Cruel (1841)	Le Siècle 31 août-3 sept 1839 Dumont, 1841 (édité avec D.Martin de Freytas e Praxède)	Pedro o Cruel. Trad. de JAXMagalhães. Elvas, Typ A Voz do Alentejo, 8°.34-4 p. 1863 (AR)	Lenda de Pedro, o cruel, JC , 19nov-24nov 1839. [<i>Collecção de novellas</i> , contendo : Pedro o cruel, por A. Dumas.—Uma execução em Valença, ou os últimos momentos de um condenado á morte.—Sabbado passado, por P. Chevalier.—O Genro, por C. de Bernard. — João, ou o poder do amor; por P. de Kock. <i>Rio de Janeiro</i> , 1839—42, in-8. (CBF)] [2 anúncios no JC em 1840; 2 em 1844 (RM)]]
Le Speronare (Impressions de Voyage, Italie) 1842	Revue de Paris, 8août-26juin1842 Dummont, 1842	Gaetano Sferra. Trad. Arthur Bordalo. In: <i>Grinalda literaria. Setúbal, A.2, n.37 (1out.1874) n.45 (20dez1874).</i>	Gaetano Sferra , JC, 14fev-18fev, 1844
Le Speronare (Impressions de Voyage, Italie) 1842	Revue de Paris, 8août-26juin1842 Dummont, 1842	A capela Gótica , A Concórdia (Porto) n. 169 (28jun1854) — n.206 (11set1854) (AR)	A Capela gótica , JC, 02fev-12fev,1844.
Gabriel Lambert (1843)	Não encontrei referências mais precisas	Gabriel Lambert. Porto, Typ. Comercial, in-8° peq. 205p., 1848. (AR)	Gabriel Lambert a) trad. Antonio José Leite Lobo, RJ: 1846 ® ref. Incorreta....
Amaury 1844	La Presse 29déc-4fév 1844 H. Souverain, 1844	Amaury a)Trad. do Francez. Lisboa Typ.Rollandiana, 1850 b) por Alexandre Dumas. Traduzido do francez. <i>Lisboa</i> , 1850, 3 vol. in-8 (CBF)	Amaury CM, 20 out-22dez 1844
Une famille corse (Les frères corser) (1844)	Le Démocratie Pacifique 28juin- 16 juil. 1844 H. Souverain	Uma Família corsa , por A. Dumas, vertida por dois estudantes de Coimbra. <i>Porto</i> , 1847, in-8. (CBF) e (AR)	Uma família corsa. [S.l.] : [s.n.], 1851 (RG) [suponho que seja uma edição brasileira, pois não há ref. Em AR]

Les Trois Mousquetaires 1844	Le Siècle 14mars-11 juillet Baudry 1844	Os três Mosqueteiros. a) Os Tres mosqueteiros, por Alexandre Dumas. Tradução livre, por José Hermenegildo Corrêa. <i>Listou</i> , 1845 —47, “4 vol. in-8. (CBF) e (AR) b) Lisboa: Typ.Lisbonense de José Carlos de Aguiar Vianna, 1851. c) Trad.livre A.E.Sousa e A.Gonzaga. Lisboa: Typ. de Luiz Correa da Silva, 1855. d) <i>O Favorito</i> , Lisboa, n.1 (jun1865) — n. 26 (4dez1865). Edição feita com o propósito de ser encadernada pelo leitor	Os trez mosqueteiros, a) <i>O Mercantil</i> , 01dez-31dez 1844. b) Os Tres Mosqueteiros, por Alexandre Dumas. <i>Rio de Janeiro</i> , 1845,5 vol. in-8. (CBF) c) <i>Gazeta de Notícias (RJ)</i> 1885-1886
Vingt ans après 1845	1845, Le siècle (21jan28jun1845) a) <i>Vingt ans après</i> . Bruxelles : Hauman, 1845;◇ b) Paris: Michel Lévy Frères, 1846 (3v.)/1849◇ c) Paris: J.B.Fellens et L.-P. Dufour, 1846◇ d) Bruxelles: A.Labèque, 1849◇ e) Paris: Dufour et Mulat, 1849	Os vinte anos depois a) por Alexandre Dumas. Tradução livre, por José Hermenegildo Corrêa. <i>Lisboa</i> , 1848— ,49, 6 vol. in-8. (CBF) e (AR) b) Lisboa: Aguiar Vianna, 1855.◇ c) Vinte anos depois, fazendo seguimento aos três Mosqueteiros, trad. em port, 6 vol, 1843(????) (AR)	Vinte Anos depois ou Os mosqueteiros, de A. Dumas.Traduzido por C. C. de Meneses. <i>Rio de Janeiro</i> , 1846,5 vol. in-8 gr. (CBF) Vinte anos depois 3 vols. - [S.l]: [s.n.], 1846 (RG) [deve ser a brasileira] [6 anúncios no JC em 1858 6 anúncios no JC em 1857 (AM

Le Comte de Monte Cristo 1844	Journal des Débats, 28 août 1844- 15 jan 1846 Pétition	<p>O Conde de Monte-Christo.</p> <p>a) Romance histórico, traduzido livremente por José Maria de Sales Ribeiro. Lisboa: Imp. De Cândido Antonio da Silva 1847-1848.</p> <p>b) Romance histórico por... edição cuidadosamente corrigida e acrescentada com um curiosos aditamentos e que não vem nas outras edições. Typ. Rollandiana, 8°. 6vols. 1849. (AR)</p> <p>c) Trad, por ***. Lisboa: Na Imp.Nevesiana, 1849.</p> <p>d) Romance histórico. Lisboa: Typ. Lisbonense, 1850. (AR).</p> <p>e) O Estandarte, Lisboa, 27 set 1850 (AR)</p> <p>f) Romance histórico, trad, do francez. Lisboa: Typ. Rollandiana, 1862 (AR)</p> <p>g) Romance histórico, trad. do francez. Lisboa: Ed. Rolland & Semiond, 1871.</p> <p>h) Rio de Janeiro/Lisboa: Emp. Literaria Fluminense de A.A. da Silva Lobo, 188-?.</p>	<p>O Conde de Monte Cristo, JC, 15jun-12ago 1845/28set-28dez 1845</p> <p>Trad. José Justiniano da Rocha(1812-1862 RJ)</p> <p>O Conde de Monte-Christo, por Alexandre Dumas. <i>Rio de Janeiro</i>, 1845, 5 vol. in-8. (CBF)</p> <p><i>(Typographia Paula Brito? Halletwell</i></p>
La Reine Margot 1844	La Presse, 25déc1844-5avril1845 Garnier 1845 Bruxelles: A.Lebègue 1845	<p>A Rainha Margarida</p> <p>a) trad. por D. Anna Henriqueta Froment da Motta e Silva. In 16°, 5vol. 1848. (AR)</p> <p>b) A rainha Margarida, trad livre por ***. Lisboa: Imp. Nevesiana, 1850. (AR)</p> <p>c) por Alexandre Dumas. Traducção livre por ***Lisboa, 1850, 5 vol. In- 8. (CBF) e (AR)</p>	<p>A Rainha Margaridita, JC, 29dez-31dez1845/1jan-16mar, 27mar-19abr, 1846.</p>

Le Chevalier de Maison-Rouge 1845	Démocratie pacifique, 21mai1845-12janv1846 A.Cadot 1846	O cavalleiro da Casa Vermelha. In: Diário Popular. Lisboa, A.31 n.10447 (2jun1896) – n.10458 (13jun1896); O popular. Lisboa, A.1, n.1 (14jun1896) – n.109 (30set1896), p.3.	O Cavalleiro de Maison-Rouge , JC, 21dez- -31dez, 1846/ 01jan-27fev 1847. b) Trad. Antonio Rego. São Luiz: Typographia Moderna J.M.Cunha Torres, 1853-1854. In: Bi- bliotheca Dramática. Theatro moderno. [O cavaleiro da Casa Vermelha: drama em 5 atos (®); O casal de Giestas: drama em 5 atos com Prólogo de Frédéric Soulié(®); Mademoiselle de Belle-Isle: drama em 5 atos(®);O orphão da ponte Nossa Senhora: drama em 4 atos (®)]
La Dame de Monsoreau 1846	Le Constitutionnel 27août- 12fév1846 Pétition	A Dama Monsoreau. b) Lisboa: Typ. Lisbonense, 1850-1851 b), por Alexandre Dumas. A) Lisboa, typ. Lisbonen- se, 1849-50, 6 vol. in-8. (CBF)e (AR) c) Typ. Lisbonense, 12°. 6 vols d) Diário Popular, Lisboa, 11 mar1850)	A Dama de Monsoreau , JC, 21jul-21dez, 1846
Les Quarant-cinq 1847	Le Constitutionnel,13mai-20oct 1847 A.Cadot 1847	Os quarenta e cinco. a) Lisboa typ. Lisbonense, 1850-1851. b) tradução do francez, pelo traductor da Histo- ria dos Girondinos. Lisboa: Typ. de L. Corrêa da Cunha, 1850-1852. (AR) e (CBF) c) por Alexandre Dumas. Traducção do francez pelo traductor da Historia dos Girondinos. Lisboa, 1850—51, 5 vol. in-8 (CBF)	Os Quarenta e cinco , JC, 19mar-20set, 1848.
Vincomte de Bragelonne 1847	Le Siècle 20oct.1847-12jan1850	O Visconde de Bragelonne. a) Traduzido do francez por J. C. de Carvalho, Lis- boa, 1848 —50, 5 vol. in-8. (CBF) b) Folio, 1851.	Dez annos depois ou os tres mosqueteiros. O Visconde de Bragelonne, por Alexandre Dumas, <i>Rio de Janeiro</i> , 1848—50, 6 vol. in-8. (CBF) [7 anúncios no JC 1858 (AM)]

De Paris à Cadix (ou Impressions de Voyage) (1° partie du Voyage) 1847	La Presse (12-27 mars) Garnier 1847-1848	De Paris a Cadiz. a) O tempo , Lisboa, 30 out-24 nov 1847. (AR) b) Lisboa: s. e., 1853	De Paris a Cadix. [S.l] : [s.n.], 1847 (RG) [seria edição brasileira ou portuguesa? Não encontrei referências em AR]
Mémoires d'un médecin Joseph Balsamo (v.1) 1847-1848	La Presse (31mai-6juin; 3sept1847-22jan1848) Fellens/ Dufour, 1846-1848	Memórias de um médico. a) Lisboa: Typ.Lisbonense, 1848-1855 (13t.). vol 1-9 (enc. em 3 t.) José Balsamo. b) Trad. F.M.Pinto da Silva. Lisboa: typ. de J.C.A. Almeida, 20vol.,9t. 1873-1876. José Balsamo vol1-5, 2t (O arquivo romântico). In: O Estandarte, Lisboa, n.605 (26jan1850), p.4; n.648 (20mar1850), p.4. c) M e m o r i a s d u m m e d i c o p o r A l e x a n d r e D u m a s. Lisboa, 1848—50, 8 vol. in-8 gr. (CBF) e (AR)	Memórias de um médico , DRI, 1846 (?)/1847/1848/1849/1850.
Mémoires d'un médecin Ange Pitou (v.3) 1850-1851	La Presse (31mai-6juin; 3sept1847-22jan1848) Fellens/Dufour, 1846-1848	Memórias de um médico. a) Lisboa: Typ.Lisbonense, 1848-1855 (13t.). vol 1-9 (enc. em 3 t.) José Balsamo. b) Trad. F.M.Pinto da Silva. Lisboa: typ. de J.C.A. Almeida, 20vol.,9t. 1873-1876. José Balsamo vol1-5, 2t (O arquivo romântico). In: O Estandarte, Lisboa, n.605 (26jan1850), p.4; n.648 (20mar1850), p.4. c) M e m o r i a s d u m m e d i c o p o r A l e x a n d r e D u m a s. Lisboa, 1848—50, 8 vol. in-8 gr. (CBF) e (AR)	Memórias de um médico , DRI, 1846 (?)/1847/1848/1849/1850.

Dieu Dispose. Prologue. Le trou de l'Efer 1850	Événement, 28juin-1er août 1850 A. Cadot,	Deos dispõe. Lisboa: Typ. Lisbonense de José Carlos de Aguiar Vianna, 1851. (AR)	Deus dispõe , JC, 19set-31dez1851/ 01jan-22mar, 1852. “Deus dispõe”, In <i>Rio Grandense</i> , de 28 out. 1851 a 11 ago. 1852 Ω Deus dispõe. [S.l] : [s.n.], 1866 (RG) Deus dispõe 3 vols. [S.l] : [s.n.], 1878 (RG)
Dieu Dispose. Prologue. Le trou de l'Efer 1850	Événement, 28juin-1er août 1850 A.Cadot, 1851	A furna do Inferno. Lisboa/Rio de Janeiro: Aillaud, Alves & Cie./ Francisco Alves e Cie., 1913. (Col. Popular n.47). Edição para Portugal e Brasil. (AR)	A furna do inferno. [S.l]: [s.n.], 1838 ? (RG) [Data incorreta, deve ser 1858. Lúcia trabalhou com esse texto em jornal... Cor-reio Mercantil?Seria brasileira? Em Portugal só há referência de edição em 1913.]
La Tulipa noire 1850	Le Siècle, 4juillet-21 août 1850 Baudry	A tulipa preta. a) A Nação , Lisboa, 30 mai 1851. (AR) b) V. por M.A. da Silva Typ. Aillaud & Bertrand, 1858 (AR).	A Tulipa preta , JC, 08jul-31ago, 1851. A tulipa negra 2 vols. - [S.l] : [s.n.], 1852 (RG) Portugal ou Brasil? Não há referências AR
Olympe Clèves 1851	Le Siècle, 16oct1851-19fev1852	Olympia de Clèves. a) typ. Lisbonense de Aguiar Viana, 5 vols, 1852. b) In: Diário de Notícias. Lisboa, A.33, n.11413 (21set1897) – n.11473 (20nov1897).	“Olympia de Cleves (<i>Folhetim do Jornal do Comércio</i>)”. In <i>Diário de Rio Grande</i> , 2 jan. a 17 jul. 1853 Ω
Ammalat-Beg (La Sultaneta) (1859)	Moniteur Universel 25mars-2juin 1859 A.Cadot	Sultanetta , trad. J.O.C.A. in: O Primeiro de Janeiro. Porto: A. 58 n.74 (30 mar1926) = n.113 (14mai1926)	Sultanetta . - [S.l] : [s.n.], 1862 (RG)

Mémoires de Garibaldi 1860	Le Siècle, 30mai-5sept1860 M.Lévy, 1860	Garibaldi; Campanella Editora: Lisboa: F.P. Pereira & J.D. Marques, 1860. b) Memórias de José Garibaldi. Lisboa: A.P.C. 1860-1861, 3t em 1vol. [2a ed.2vol em t1]	a) Memórias de José Garibaldi. 2 v. Rio Grande: Off. Intransigente, 1860 Ω b) Memórias de José Garibaldi. Tradução de Bernardo Taveira Júnior. Rio Grande: Typ. Eco do Sul, 1861. 2 v. Ω c) Memórias de José Garibaldi. Rio Grande: Typ. Diário, de Antônio Estevão, 1861. 2 v. Ω
Une Nuit à Florence	23 mars M. Lévy, Hetzel, 1861	Uma noite em Florença: no reinado de Alexandre Medicis trad. livre de Guilherme Celestino, Lisboa: Empreza Ed. Carvalho & Cie., impr. 1875	Le Siècle, 30mai-5sept1860 M.Lévy, 1860
La San Felice (aussi La San Felice, Emma Lyonna 1863- 1865)	La Presse 15 déc-3mars 1863 M.Lévy, 1865	a) A San Felice, trad. Manuel Pinheiro Chagas. S.l.: 188-?. b) A San Felice: romance histórico. Lisboa: João Romano Torres, 189-?. 6v em 2t.	A San Felice , JC, 15dez-30dez, 1863/ 03jan-16dez, 1864/ 01mai-25jun, 1865.
Textos que ainda não consegui encontrar entre as publicações francesas	Geografia antiga I. Moysés e Homero. Trad. de Augusto Malheiro Dias. Des Voyages, Mosaico, Lisboa, nos. 24-25 (julho-agosto, 1865)	“Geografia Antiga – Moyses – Homero (I)” O Chronista 20/06/1836, não ficcional	

ANEXO 2 Publicações de Alexandre Dumas (França – Brasil)

Publicações França – Brasil	
Ainsi soit-il de Chablay, Le Monte-Cristo, 19nov. 8juil. 1858	<i>Madame de Chamblay</i> , DRJ, 1865.
Le chasser de Sauvagine 15 Nov 1857.Cadot 1858	<i>O Caçador de Selvagina</i> , a) JC, 28mar-8mai, 1858 / b) Rio Grande: Tipografia Antonio Estevão, 1857. Ω [Biblioteca do Rio Grande]
Mémoires d'un policeman. Esquisses de mœurs anglaises Le Siècle 30avril-21 mai 1858 A. Cadot, 1859	<i>Esboços de costumes ingleses; Memórias de um policeman</i> , CM, 1858. <i>Memórias de um policeman</i> . Rio Grande: Tipografia Antonio Estevão, 1858. Ω
Maître Adam, le Calabrais Le Siècle 26fév- mars 1839 Auguste Ozanne, 1839	<i>Mestre Adam, o calabrés</i> , JC, 04out-28out, 1839. [<i>Colecção</i> de novellas, contendo: Mestre Adam o Calabrez por A. Dumas. —Os Dois Carrascos, por Balzac. —A Casa emparedada, por E. Bertliet. —Uma desgraça completa, por F. Soulié. —Os cinquenta annos ou o velho namorado, por C. de Bernard. — Gabrielli k ou um ardil do amor. Rio de Janeiro, 1839—42. in-8.] [4anúncios no JC em 1839 (RM)]
Orthon, l'acher Le Siècle 25déc.1838-24jan.1839 Auguste Ozanne, 1839	<i>Orthon, o arqueiro</i> — <i>Crônica das margens do Reno</i> JC, 5juil-28juil1839 [3 anúncios no JC em 1839; 3 em 1840; 2 em1844 (RM)]
Ascanio	<i>Ascânio</i> , ou A corte de Francisco I: romance histórico. Rio Grande:
Le Siècle, 31juil-4oct1843 Petition, 1844	<i>Typ. do Comercial</i> , 1859. Ω [anunciada no JC em 1857 em português!!!!] (AM)
La Chasse au Chastre (Le Mido de la France) La Presse 21jan-31jan 1841	<i>A Caçada do chastre</i> , DRJ, 1842

<p>Une séance de magnétisme chez M. A. D. (?) La Presse 16sep-17oct 1847 Bric-à-brac/ Á propôs d'art et de cuisine 1861 La plupart de ces textes sont parus entre 1853 dans les journaux auxquels Dumas collaborait (Le pays, La presse, Le mousquetaire et Le Monte-Cristo) avant d'être regroupés dans deux volumes aux éditions Michel Lévy</p>	<p>MEMÓRIAS de Alexandre Dumas. O magnetismo animal. (Extrato de La Presse). Rio Grande: Tipografia do Rio-Grandense, de B. Berlink, 1856. Ω BRG</p>
<p>Le Conte Hermann Drama 5a, 22 Nov Théâtre-Historique L'Ordre</p>	<p>O conde Hernano. Santos (SP): Typographia Commercial de G. Delius, 1852 (RG)</p>
<p>Montevideo ou une nouvelle Troie Le mois, 1^{er} jan-1^{er} fev. 1850, L'Imprimerie de Napoleon Chaix et Cie. 1850</p>	<p>"Montevideo". In Rio Grandense, de 15 mai. a 12 jun. 1851 Ω</p>
<p>Ingénue Le Siècle, 30 août-8 déc 1851</p>	<p>Ingénua, DRJ, 1855.</p>
<p>Dieu et Diable (Conscience l'innocent) Le Pays, 26fév-7 avril 1852 A. Cadot, 1853</p>	<p>Deus e diabo, JC, 18set-19dez, 1852. "Deus e o Diabo". In Rio Grandense, de 25 dez. 1852 a 26 jan. 1853 Ω</p>
<p>Moullah-Nour (recueil) Moullah-Nour. Bruxelles: Méline, Cas et Cie., 1853</p>	<p>Moullah-Nour, O João diabo, DRJ, 1860/1861.</p>
<p>Le Page du Du de Savoie Le Constitutionnel, 20sept.1854-19janv.1855</p>	<p>O Pajem do duque de Sabóia, JC, 8dez-29dez, 1854/ 1jan-2fév, 1855 / 05abr-9mai, 1855</p>
<p>Les compagnons de Jéhu (Les blacs et lés blues; Chavalier de Sainte-Hermine) Journal pour tous; 20déc1856-4avríl 1857</p>	<p>Os companheiros de Jehu. [S.]: [s.n.] , 1861 (RG) [Deve ser uma edição brasileira pois não consta do (AR)]</p>

Le Frégate. L'Espérance (Marlinski). (La princesse Flora) Le Monte-Cristo, 17mars-9juin A. Cadot, 1859	<i>A Fragata esperança</i> , DRJ, 1860.
L'Horoscope 1858 (não encontrei referências mais exatas da publicação)	<i>O Horóscopo</i> , JC, 30dez-31dez, 1858/ 01jan-27fev, 1859.

REFERÊNCIAS:

- JC= Jornal do Commercio/ DRJ= Diário do Rio de Janeiro/ CM = Correio Mercantil [Dados retirados de HEINEBERG, Ilana. La suite au prochain numéro: formation du roman brésilien à partir des quotidiens Jornal do Commercio, Diário do Rio de Janeiro et Correio Mercantil (1829-1870). Thèse de doctorat, soutenue à l'Université de la Sorbonne nouvelle (Paris III), à U.F.R. d'Études Lusophones (Littérature Brésilienne). Paris, 2004.]
- M = Jornal O Mercantil
- CBF: Catálogo Biblioteca Fluminense, 1866.
- RG: Real Gabinete de Leitura (acervo)
- BNP: Biblioteca Nacional de Portugal (www.bnportugal.pt)
- Ω referência: <http://www.fontes.furg.br/> Universidade Federal do Rio Grande
- ® WYLER, Lia Carneiro da Cunha Alvarenga. “A tradução no Brasil: ofício invisível de incorporar o outro.” Dissertação de Mestrado, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.
- (A.R.) RODRIGUES, Antonio. A Tradução em Portugal. Lisboa: Ministério da Educação. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992. Vol 2 (1835-1850) vol 3 (1851-1870).
- (RD): ROCHA, Débora Cristina Bondance. Bibliotheca Nacional e Pública do Rio de Janeiro: um ambiente para leitores e leituras de romance (1833-1856). Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do Título de Mestre em Teoria e História Literária, Campinas, Mestrado em Teoria e História Literária – 2011.

- (RM): Mançano, Regiane. Livros à venda: Presença de romances em anúncios de Jornais. Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do Título de Mestre em Teoria e História Literária, Campinas, 2010.
- (AM): MÜLLER, Andrea C.P. Do romance imoral a obra-prima: trajetórias de Madame Bovary. Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem para Exame de Doutorado. Campinas, Unicamp, 2011.
- RÊGO, Manuela e Miguel Castelo-Branco (coord). *Antes das Playstations: 200 anos do romance de aventuras em Portugal*. Biblioteca Nacional: Lisboa, 2003.
- ◇ World Catalog www.worldcat.org
- Referências das publicações das obras de Alexandre Dumas: SCHOPP, Claude. Bibliographie. In: *Mes Mémoires*. Paris: Robert Laffont, 1989.
- Em Portugal, a maior parte das referências às traduções foi retirada da obra de Antonio Gonçalves Rodrigues.

INDÍCIOS DE CIRCULAÇÃO DE IMPRESSOS EM *O PÃO DA PADARIA ESPIRITUAL*, Fortaleza, 1892-1896

Leonardo Mendes
(Universidade do Estado do Rio de Janeiro)¹

Fundada em Fortaleza em maio de 1892, a Padaria Espiritual foi uma agremiação de jovens artistas (pintores, músicos e escritores) cearenses. A Padaria era um local de encontro da juventude culta da cidade, onde eles podiam falar abertamente sobre arte, literatura e sexo. Antônio Sales (1868-1940), com vinte e quatro anos, foi o fundador da Padaria e seu mais importante divulgador até 1898, quando a agremiação encerrou suas atividades. Os membros eram chamados “padeiros”. Cada um adotava um nome de guerra, ao mesmo tempo cômico e agressivo². Antônio Sales era “Moacir Jurema”. Com esse nome ele assinava crônicas, contos, editoriais e poesias no jornal da Padaria, chamado *O pão*, do qual ele foi diretor e principal colaborador, de 1892 a 1896, quando a publicação faliu³. A coleção completa perfaz trinta e seis números, sendo seis números da primeira fase (julho a dezembro de 1892) e trinta da segunda (janeiro de 1895 a outubro de 1896). Em 1982 a Universidade Federal do Ceará, em parceria com a Prefeitura de Fortaleza e a Academia Cearense de Letras, fez uma edição fac-similar dos trinta e seis números de *O pão*.

No intervalo de quatro anos e meio em que circulou, *O pão* esteve suspenso por dois anos, entre janeiro de 1893 e janeiro de 1895, por razões econômicas⁴. Havia diferenças de tamanho, periodicidade, organização e formatação entre as fases. Na primeira o jornal era um folheto de oito

¹ Trabalho desenvolvido com auxílio da FAPERJ e do CNPq

² NAVA, Pedro. *Baú de ossos*. São Paulo: Ateliê Cultural, 2002.

³ CARDOSO, Gleudson. *Padaria Espiritual: biscoito fino e travoso*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto, 2002; MOTA, Leonardo. *A Padaria Espiritual*. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1994.

⁴ MOTA, *Ibidem*.

páginas, publicado irregularmente, com duas colunas, sem anunciantes. Na segunda fase ele aparece maior, ainda com oito páginas, mas agora divididas em três colunas mais longas, com publicação quinzenal e com anunciantes. Até o número 19 (10 de julho de 1895), as duas últimas páginas eram reservadas a eles. Do número 20 (15 de julho de 1895) ao 30 (15 de dezembro de 1895), ficam restritos à última página. Os seis últimos números circularam sem anunciantes, sugerindo a deterioração dos acordos que viabilizavam a circulação do impresso (e a própria Padaria). Os anunciantes eram agentes do pequeno e médio comércio de Fortaleza: joalheiros, farmacêuticos, donos de restaurantes e de lojas de utilidades domésticas. Na primeira fase, um número avulso de *O pão* custava cem réis. Custava na segunda quinhentos réis, a despeito dos anunciantes, o que não fazia do jornal uma publicação barata, quando sabemos que um exemplar de *A semana*, de Valentim Magalhães (1859-1903), saía no Rio a duzentos réis, e que com dois mil réis se podia comprar um exemplar novo de *O cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo (1857-1913).

Além da diferença de preço e formato entre as fases, *O pão* muda também de tom e de posicionamento. A primeira fase é boêmia, iconoclasta e satírica⁵. A segunda é mais séria e acadêmica, mas ainda firme e crítica. A mesma diferença entre as fases se verifica na dinâmica dos encontros dos padeiros, chamados de *Fornadas*, realizadas no *Forno*. As primeiras Fornadas eram festas barulhentas, com largo consumo de álcool e música ao vivo. Um endereço característico dos encontros da primeira fase foi um armazém ocioso na zona portuária de Fortaleza, cuja porta de entrada foi grafitada com labaredas de fogo pelo padeiro-pintor Luís Sá⁶. Na segunda fase, as fornadas se transformaram em jantares ordeiros, sempre às quartas-feiras, nas casas de padeiros, geralmente de Antônio Sales ou Rodolfo Teófilo (1953- 1932), autor de *A fome* (1890), romance precursor da tradição da “literatura da seca”⁷.

Tais diferenças, entretanto, não nos impedem de pensar os padeiros como porta-vozes de um dissenso (político e estético) próprio da crise do Brasil imperial. Eles eram herdeiros da tradição das campanhas pela abolição e pela república, contra as oligarquias locais. Eram rapazes oriundos dos setores médios e baixos da capital e do interior, para os quais uma carreira de escritor ou artista era uma forma de ascensão social. Antônio Sales era “um jovem caixeiro letrado” do município de Soure, enquanto Lívio Barreto (1870-1895) era filho de pequenos agricultores do município de Granja⁸. As referências culturais dos padeiros eram, portanto, lastreadas na experiência social das classes subalternas⁹. Os primeiros números de *O pão* foram rodados na tipografia do jornal *O operário*. No número 3 (6 de novembro de 1892), os padeiros

⁵ AZEVEDO, Rafael Sânzio de & CARVALHO, Gilmar. *Padaria Espiritual: resgate e permanência da molecagem cearense*. Fortaleza: Edições Fundação de Cultura e Turismo, 1992; CAMINHA, Adolfo. A Padaria Espiritual. In: _____. *Cartas literárias*. Fortaleza: Edições UFC, 1999, p. 127-132.

⁶ TINHORÃO, José Ramos. *A província e o naturalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

⁷ SALES, Antônio. *Retratos e lembranças*. Fortaleza: Waldemar de Castro e Silva Editor, 1938.

⁸ CARDOSO, *op. cit.*, p. 50.

⁹ CARDOSO, *Ibidem*.

divulgaram nota sobre a quermesse que o Partido Operário planejava realizar na cidade em benefício das aulas noturnas que funcionavam no salão do mesmo partido. Daí o projeto de organizar e publicar um cancioneiro popular cearense, que a Padaria Espiritual em parte realizou por meio de seu periódico. Para os padeiros, nas palavras de Adolfo Caminha, no número 2 de *O pão* (17 de julho de 1892), a Padaria Espiritual expressava “a alegre vitória da mocidade” (p. 3) sobre o tédio e a mesmice dos velhos costumes.

Na busca pelos impressos que circulavam no nordeste do Brasil no final do século XIX, tomando o jornal *O pão*, de Fortaleza, como objeto de estudo e interesse, encontramos referências a autores e obras que interessavam a estes jovens cultos sem fortuna de um centro cultural periférico do país¹⁰. Por sua condição periférica, interessava aos padeiros travar contatos e estabelecer vínculos com outros agentes de outros centros culturais, especialmente em Portugal e no Rio de Janeiro. Esses vínculos, construídos e fortalecidos pelo empenho de Antônio Sales¹¹, promoviam o envio para a Padaria de livros, revistas, folhetos e impressos desde sua fundação. A ideia de criar uma biblioteca da Padaria (que constava no programa de instalação do grupo) visava à criação de um acervo alternativo de obras que não estava disponível para compra nas duas livrarias de Fortaleza. Em troca e reconhecimento, os padeiros enviavam exemplares de *O pão*.

A chegada desses impressos era registrada no jornal. No número 5 (24 de dezembro de 1892), ficamos sabendo que a Padaria recebera três obras do escritor português Abel Botelho (1856-1917), enviadas pelo próprio: *Lira insubmissa* (versos), *Germano* (drama em verso) e *Barão de Lavos*, um romance naturalista sobre a homossexualidade. Outro fornecedor da biblioteca da Padaria foi o escritor português Joaquim de Araújo (1858- 1917), Cônsul de Portugal em Gênova, de onde enviou em abril de 1895 os seguintes títulos: *Flores da Noite*, *Zara*, *Sá de Miranda*, *Luís de Camões*, *Carta do Dr. Rodrigo Veloso*, *A poesia na atualidade*, e os três primeiros volumes da *Revista Portuguesa*, da qual ele era diretor. Em agosto de 1896 Araújo enviou para Fortaleza panfletos de traduções italianas de poemas portugueses, além de um exemplar dos Anais do *Deuxième Congrès International de la Presse*. *O pão* acusa repetidas vezes o recebimento da *Revista de Hoje*, publicada no Porto, e da *Mala da Europa*, folha portuguesa publicada em Lisboa.

O pão registra intensa circulação de livros, revistas e panfletos entre as regiões do Brasil. Para dar visibilidade a estas trocas, os padeiros criaram duas seções na segunda fase do jornal: “Imprensa Literária” e “Arquivo”. Em ambas as seções os impressos nacionais são a grande maioria. Entre 1895 e 1896, a Padaria recebeu regularmente exemplares de *A semana*, a *Revista Brasileira*, a *Revista Ilustrada*, a *Crônica Ilustrada*, *A bruxa*, *Dom Quixote*, *O farol*, a *Rio Revista*

¹⁰ Ainda não foi possível localizar informações sobre certos autores e impressos, mas vou citá-los mesmo assim. Informações objetivas sobre alguns impressos e autores (local, ano de publicação, nascimento e morte) foram obtidas na rede.

¹¹ CARDOSO, *op. cit.*

(“revolucionário órgão dos novíssimos”) e *A verdade*, do Rio de Janeiro; de São Paulo vieram o *Correio Paulistano*, a *Revista literária*, o *Diário Popular* e a revista *A plateia*. Sem pretender ser exaustivo, os padeiros receberam ainda remessas regulares das revistas *O cisne* (jornal literário de Ouro Preto), *A renascença* (revista literária e científica da Bahia), *A vanguarda* (revista literária de Pernambuco), *A luva* (jornal literário e humorístico de Santos), *Revista literária* (do Gabinete de Leitura de Goiana, Pernambuco), *A madrugada* (publicação portuguesa), *A centelha* (revista de Cametá, no Pará), *O cenáculo* (revista literária de Curitiba), *Revista do Norte* (de Salvador), *Revista acadêmica* (do grêmio da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro), *A página* (revista literária do Rio Grande do Sul), *Revista contemporânea* (de Pernambuco), *O alfa* (“jornalzinho de alguns estudantes de preparatórios da Capital Federal”), e a *Revista de Educação e Ensino*, uma publicação da Direção Geral de Instrução Pública do Estado do Pará.

Os padeiros reclamavam do preço cobrado pelos ingressos de espetáculos teatrais, mas anunciavam e comentavam com entusiasmo a chegada de novas companhias à cidade. No dia 17 de julho de 1892, anunciam a estreia no Teatro São Luís da Companhia de Zarzuelas, das quais o articulista destaca a *Château Margau* (1887), opereta de um ato criada pelo dramaturgo José Jackson Veyan (1852-1935), em parceria com o compositor Manuel Fernández Caballero (1835-1906), ambos espanhóis. Resultado de uma exótica mistura de gêneros, a zarzuela surgiu no século XVII e conheceu na segunda metade do século XIX uma idade de ouro. O tipo mais comum de zarzuela apresentava uma mistura de árias e composições musicais com diálogos em prosa e verso, canções populares e personagens da comédia popular¹². Em novembro do mesmo ano, Fortaleza receberia outra Companhia de Operetas que trazia vários espetáculos inéditos na cidade, como o “excelente” *Surcouf* (1887), do compositor francês Jean Robert Planquette (1848-1903), autor de uma das mais bem sucedidas operetas de seu tempo, a *Les cloches de Corneville* (1887), também encenada no São Luís, assim como o terceiro ato de *Hernani* (1830), de Victor Hugo (1802-1885).

No número 13 (1 de abril de 1895), *O pão* anunciava para breve a chegada em Fortaleza da Companhia Dramática da célebre atriz Apolônia Pinto (1854-1937), que trazia em seu repertório “peças muito estimadas pelo público” (p. 6), com destaque para os dramas do bem-sucedido dramaturgo e romancista francês Adolphe d’Ennery (1811-1899). Quinze dias depois o jornal confirmava o sucesso da companhia, que representou os seguintes dramas, aparentemente nenhum de d’Ennery: *Filha única*, *A doida de Monte Mayor*, *A Morgadinha de Valflores* (1865), do escritor português Manuel Joaquim Pinheiro Chagas (1842-1895) e *Fé, esperança e caridade*. E ainda, numa longa coluna dedicada ao teatro, publicada no número 26 (15 de outubro de 1895), o padeiro Sabino Batista tece elogios à Companhia de Teatro Vasconcelos & Silva, que vinha apresentando com sucesso espetáculos no São Luís. Representaram o vaudeville *Niniche* (1878), do belga Alfred Hennequin (1842-1887) e do francês Albert Millaud (1844-1892),

¹² WEBBER, Christopher. *The Zarzuela Companion*. New York: Scarecrow Press, 2002.

as peças *Joana Ferraz*, de Moreira de Vasconcelos, e *Como se fazia um deputado* (1882), de França Junior (1838-1890); *O Conde Monte Cristo*; a revista *O diabo na Beócia* (1895), recém-publicada na Bahia pelos dramaturgos Sílio Boccanera Júnior (1863-1928) e Alexandre Fernandes (1863-1907); e a comédia portuguesa *O grande de Lisboa*¹³.

Na profusão de artigos, crônicas e editoriais espalhados por *O pão*, aparecem menções a jornais e revistas europeus, mas não sabemos se faziam parte do acervo da biblioteca da Padaria. Os padeiros conheciam, por exemplo, o jornal londrino *Pall Mall Gazette*, que eles evocam, no número 1 (10 de julho de 1892), ao descrever, com horror, a zona de prostituição de Fortaleza. O *Pall Mall Gazette* era um jornal conservador inglês, ligado a homens de dinheiro e poder, que publicara, na década de 1880, uma série surpreendente de reportagens sobre a prostituição infantil em Londres¹⁴. Podemos supor com segurança que os padeiros conheciam o jornal e teriam lido as reportagens, sugerindo que eles tinham acesso a impressos recém-publicados na Europa. Numa fornada na casa de Antônio Sales no início de 1895, o padeiro Bruno Jacy leu uma tradução sua do artigo “Des Arts nouveaux! Ou Le Hasard dans la Production Artistique”, do dramaturgo sueco August Strindberg (1849-1912), que havia sido originalmente publicado menos de dois meses antes em *La Revue des revues*, em Paris.

Na segunda fase de *O pão*, aparecem estudos científicos publicados em partes, em edições sucessivas, com destaque para o longo trabalho do padeiro José Carlos Júnior (1860-1905), “A infância outrora e hoje”, e um estudo meticuloso de Rodolfo Teófilo em que ele refuta a teoria de que as manchas solares tinham relação com a seca do Ceará, intitulado “As manchas do sol e as secas”. O gênero do ensaio acadêmico os obrigava a indicar as fontes, o que nos permite conhecer impressos estrangeiros lidos e conhecidos pela juventude letrada de Fortaleza na década de 1890, e que possivelmente faziam parte do acervo da biblioteca da Padaria, das coleções particulares dos padeiros, ou ainda da Biblioteca Pública de Fortaleza, cujos horários, insistiam os rapazes em *O pão*, deviam ser estendidos.

José Carlos Junior cita o escritor francês René Vallery-Radot (1853-1933), cujo *Sentiments de famille* ele havia lido na *Revue Politique et Littéraire* de 1891. Conhecia o *Principles of Sociology* (1874), de Herbert Spencer (1820-1903), o *Cité Antique* (1864), de Fustel de Coulanges (1830-1889), assim como o *La sociologie* (1880), de Charles Letourneau. Em *La Nouvelle Calédonie et ses habitants* (1862), de Victor de Rochas, José Carlos Júnior colheu exemplos de relativismo cultural para seu estudo sobre a concepção da infância ao longo da história. Para provar que algumas sociedades praticavam o infanticídio, o padeiro cita *La morale* (1884), do historiador e filósofo francês Eugène Veron (1825-1889).

¹³ ARAÚJO, Nelson de. Alguns aspectos do teatro no Brasil nos séculos XVIII e XIX. *Latin American Theatre Review*, Lawrence, University of Kansas (EUA), vol. 11, n. 1, 1977, p. 17-24.

¹⁴ SCOTT, John William Robertson. *Story of the Pall Mall Gazette, of its first editor Frederick Greenwood and of its founder George Murry Smith*. Oxford: Oxford University Press, 1950.

Embora não fosse tão preciso na explicitação de suas fontes, Rodolfo Teófilo aparentemente conhecia os catálogos do astrônomo inglês William Herschel (1738-1822), descobridor do planeta Urano. Em 1864 os catálogos haviam sido reunidos e publicados por seu filho sob o título de *General Catalogue of Nebulae and Clusters*. Do astrônomo francês François Arago (1786-1853), Teófilo cita o *Astronomie Populaire* (17 volumes, 1854-1862). Outra fonte científica a que o padeiro teve acesso foi o *Traité de physiologie humaine* (1873), do antropólogo e médico francês Gustave Le Bon (1841-1931).

Os padeiros dão provas de que conheciam as principais obras das literaturas portuguesa, francesa e brasileira do século XIX. Havia tensões e conflitos entre eles, é certo, de modo que não seria prudente supor que houvesse “organicidade intelectual” no grupo¹⁵. Entretanto, na busca e afirmação de uma dicção moderna, os padeiros apreciavam Eça de Queirós (1845-1900) e Emile Zola (1840-1902), de quem conheciam o ensaio “O romance experimental” (1880), de importância central para a estética naturalista. Na semana da morte de Edmond de Goncourt (1822-1896), Antônio Sales assinou no número 32 de *O pão* (31 de agosto de 1896) um longo obituário sobre o escritor e seu irmão Jules (1830-1870), no qual demonstra grande intimidade com a literatura de seu tempo. Sales louva a “precisão maravilhosa” da *écriture artiste* dos irmãos Goncourt, dos quais havia lido, na ficção, *Soeur Philomène* (1861), *Germinie Lacerteux* (1865), *Manette Salomon* (1867) e *Madame Gervaisais* (1869), e ainda a narrativa descritiva *La Maison d’un artiste* (1881), além do *Journal des Goncourt* (1851-1896), “uma espécie de carteira de notas em que desde 1851 registravam diariamente as suas impressões e esboçavam a traços ligeiríssimos figuras e fatos contemporâneos” (p. 2).

A leitura do jornal *O pão* sugere que a juventude letrada de Fortaleza podia encontrar na Padaria Espiritual (ou nas bibliotecas da cidade) um acervo representativo de impressos contemporâneos, publicados na França, na Inglaterra, em Portugal e no Brasil, nos últimos trintas anos do século XIX. Por empenho próprio, os padeiros foram em parte responsáveis pelo aumento numérico e qualitativo destes acervos. Amparados por esta bibliografia nova, os padeiros se viam como produtores de um conhecimento novo (e de uma literatura nova) sobre o Brasil, e especialmente sobre o Ceará. Em matéria de teatro, pareciam abraçar todos os gêneros, mas especialmente os gêneros populares: a opereta, o vaudeville, a comédia e o teatro de revista. Os padeiros procuravam se manter atualizados sobre os avanços da filosofia e da ciência contemporâneas. Eram ao mesmo tempo curadores das tradições populares do Ceará e entusiastas da civilização moderna.

¹⁵ CARDOSO, *op. cit.*, p. 30.

O LUGAR DA CRÍTICA LITERÁRIA NA *REVISTA BRASILEIRA* (1895-1899): o naturalismo na Seção “Bibliografia”

Pedro Paulo Garcia Ferreira Catharina
(Universidade Federal do Rio de Janeiro)¹

A *REVISTA BRASILEIRA* (1895-1899)

A Revista Brasileira, Jornal de Ciências, Letras e Artes (doravante RB), em sua terceira fase, conhecida pelo nome de seu diretor José Veríssimo, foi publicada até o 24º fascículo por Laemmert & C. e circulou de janeiro de 1895 a setembro de 1899, sendo composta por dezenove tomos e noventa e três fascículos. Um vigésimo tomo foi lançado nos meses de outubro e novembro de 1899, antes do encerramento desta fase. Há uma controvérsia quanto às fases. A Academia Brasileira de Letras, que assume sua publicação em julho de 1941, a partir do que ela considera a quinta fase, segue a categorização de José Veríssimo que, no artigo inaugural da revista, não reconhece o número único da Revista Brasileira, Jornal de Literatura, Teatros e Indústria, lançado por Francisco de Paula Meneses, em julho de 1855, e localizado pelo bibliógrafo Plínio Doyle. Desse modo, o que Doyle considera quarta fase é o que a Academia considera como terceira fase.²

A relação com a Academia, embora não seja o objeto de minha pesquisa, é relevante para o trabalho. Na sede da redação da revista foi concebida a Academia Brasileira de Letras, criada em 20 de julho de 1897. Na RB foram publicados os discursos da sessão inaugural de Machado de Assis e Joaquim Nabuco. O Tomo IX de 1897, na seção “Notícias de Ciência, Letras e Artes”, traz a informação para o público-leitor da criação da Academia e lista seus

¹ Trabalho desenvolvido com auxílio do CNPq.

² LYRA, Helena Cavalcanti de et alii. História de Revistas e Jornais Literários (índice da Revista Brasileira), vol. II. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1995; <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=31>

quarenta membros. Vários acadêmicos são colaboradores da revista, como Machado de Assis, Afonso Celso, Alberto de Oliveira, Araripe Junior, Artur Azevedo, Domício da Gama, Garcia Redondo, Graça Aranha, José Veríssimo, Joaquim Nabuco, Lúcio de Mendonça, Magalhães de Azeredo, Medeiros e Albuquerque, Oliveira Lima, Rodrigo Otávio, Sílvio Romero, Visconde de Taunay.

A RB se insere num projeto de formação da nação brasileira sob o novo regime republicano. No texto de abertura da quarta fase, é mencionado explicitamente o posicionamento republicano: “Republicana, mas profundamente liberal, aceita e admite todas as controvérsias que não se achem em completo antagonismo com a inspiração de sua direção.” (Ano I, T. I, p. 3). A RB aborda questões constitucionais, jurídicas, médicas, econômicas, políticas e sociais, literárias e artísticas. É possível perceber, desde o primeiro tomo, a intenção de participar da formação da nação que perpassa todos os artigos, da política aos Salões de Arte, dos contos aos artigos técnicos, nos concernentes ao direito, à medicina, à língua, e nas críticas literárias ou nos simples anúncios de livros publicados e suas editoras, onde se pode notar uma particular atenção para com os livros didáticos – a educação sendo uma das grandes preocupações da jovem república.

A referência francesa está sempre presente através de menções, citações, traduções e críticas. Dentre elas, o positivismo, em artigos como “O Positivismo e o Ensino Oficial”, de Licínio Cardoso, e “O positivismo no Brasil”, de José Veríssimo. A constituição da nação e o progresso são tônicas da revista, que tratará de todos os assuntos de interesse, mas com “carinhosa preferência” pelas coisas brasileiras, “sem sacrifício, entretanto, da indagação e estudo de quanto do estrangeiro [nos] possa também interessar” (p. 3). É importante notarmos a função de ponte entre a “o estrangeiro” e o Brasil, na circulação dos saberes, mas também a consciência da filtragem que se faz, da seleção das ideias de interesse.

O espaço da crítica e a seção “Bibliografia”, em 1895

Como observou Marie-Françoise Melmoux-Montaubin em seu estudo sobre a imprensa quotidiana na França de 1836 a 1891, o espaço e a importância da crítica literária nos jornais são variáveis e irregulares, mas fundamentais no estabelecimento das relações da imprensa com a literatura³. A partir das reflexões da pesquisadora sobre os jornais quotidianos e o lugar disperso que a crítica literária neles ocupa, buscamos identificar o lugar da crítica literária na RB. Evidencia-se imediatamente nos tomos da RB uma seção denominada “Bibliografia”, que apresenta as publicações do ano entre livros nacionais (a grande maioria), ou traduções, folhetos, discursos e revistas.

³ MELMOUX-MONTAUBIN, Marie-Françoise. Autopsie d'un décès. La critique dans la presse quotidienne de 1836 à 1891. *Romantisme*, n° 121, p. 9-22, 2003.

Não foi possível determinar o lugar exato da seção dentro dos fascículos, pois a revista em formato digital se organiza em tomos e apenas sua consulta direta permitiria identificá-lo. De qualquer modo, temos a indicação das páginas por tomo em que essa seção aparece:

SEÇÃO – “Bibliografia”			
1895	período	páginas	número de páginas
Primeiro Ano – Tomo primeiro	janeiro a março	56-61	6
		124-126	3
		187-190	4
		252-256	5
		327-328	2
		187-390	4
Primeiro Ano – Tomo segundo	abril a junho	124-128	5
		190-192	3
		254-256	3
		319-320	2
		373-376	4
Primeiro Ano – Tomo terceiro	julho a setembro	59-64	6
		125-128	4
		186-192	7
		261-264	4
		324-328	5
		388-390	3
Primeiro Ano – Tomo quarto	outubro a dezembro	56-64	9
		123-128	6
		184-191	8
		244-256	13
		319-320	2

Os títulos privilegiados com uma resenha crítica de extensão variada são numerados – de 1 a 58, para o Primeiro Ano, sendo que há um erro na numeração, que se repete em 15 e 16 –, e seguidos (ou não) de subseções que podem variar: a) OS LIVROS DE 1894; b) AS REVISTAS E OUTROS PERIÓDICOS NACIONAIS / REVISTAS E OUTROS PERIÓDICOS NACIONAIS / REVISTAS E OUTRAS PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS NACIONAIS; c) LIVROS E FOLHETOS. O primeiro livro resenhado é a Nova gramática alemã, de Said Ali (colaborador já no primeiro número da RB), da Laemmert & C. que, não por acaso, vem a ser a editora da RB. O segundo livro é A Nova Escola Penal, do Dr. Viveiros de Castro, publicado por Domingos de Magalhães – Livraria Moderna. Um dado interessante nesse Primeiro Ano é que, na apresentação de “OS LIVROS DE 1894” a ordenação se faz por editora, na ordem: 1) Alves & C.; 2) Domingos de Magalhães – Livraria Moderna; 3) Laemmert & C; 4) Fauchon & C.; 5) J. G. de Azevedo; 6) Imprensa Nacional. A partir da “Bibliografia” seguinte, essa organização é abandonada. Para os itens não numerados, temos padrões diversos: apenas a referência bibliográfica, outras vezes um breve comentário e também

comentários mais alentados. O mesmo ocorre com as REVISTAS E OUTROS PERIÓDICOS NACIONAIS e os LIVROS E FOLHETOS, não sendo possível estabelecer um padrão.

Uma informação importante sobre a seção “Bibliografia” é o fato de ela ser assinada inteiramente por José Veríssimo, diretor da RB, salvo quando ele mesmo é o resenhado ou quando parece não dominar o assunto – caso dos livros: 6. Nevrose mística, de Américo Raposo, a crítica sendo assinada por Júlio de Moura; 25. A pesca na Amazônia, de José Veríssimo, assinada por O. A. Derby; 45. Diagnóstico e prognóstico das moléstias internas pelo exame químico, microscópico e bacteriológico junto do doente, do Dr. F. Farjado, assinada por C. S., por exemplo. Como se pode notar por essa curta amostragem, a literatura de ficção e a poesia não são as únicas a despertar o interesse da RB e devem dividir o espaço com outros campos do saber.

Há outros espaços ocupados (não exclusivamente) pela crítica literária, como as seções “Notícias de Ciências, Letras e Artes” e “Notas e Observações”, que se seguem à seção “Bibliografia”.

Há igualmente longos artigos exclusivamente dedicados à literatura e aos literatos, como por exemplo, “Machado de Assis” (T. I) e “A estética de Poe” (T. I e II), de Araripe Junior; “Claudio Manuel da Costa”, de B. F. Ramiz Galvão (T. II); “A literatura Brasileira” (T. IV), de Mucio Teixeira. Temos ainda farta contribuição em forma de contos, narrativas, teatro e poesia, como “Pedro Barqueiro, tipo do Sertão” (T. I), de Afonso Arinos; “Sonhos funestos” (T. I) drama de Rodrigo Otavio; “A dívida” (T. I), conto de Artur Azevedo; “Uma escrava” (T. I), conto de Magalhães de Azeredo; “A Tapera” (T. I), conto de Coelho Neto, para mencionarmos apenas aqueles contidos no primeiro tomo.

Há, então, na RB, dentro de seu projeto republicano, vasto espaço para a literatura que conduz a vários caminhos de pesquisa. Metodologicamente, sabemos que deveremos relacionar as críticas da seção “Bibliografia” com outros espaços da crítica na RB, com a produção propriamente literária que nela se encontra, e também com textos e seções que aparentemente não se relacionam com a literatura, como a concebemos modernamente, mas que constituem, na perspectiva enciclopédica da RB em seu caráter beletrista, uma forma de pensar que não separa ciência, filosofia, política e artes⁴.

Certamente, a relação entre todas as seções e textos da revista seria aconselhável, porém impossível no âmbito desta pesquisa, dado o grande volume da publicação, mas tentaremos, na medida do possível, relacionar os textos, buscando apreender a crítica literária “no seu âmbito primeiro”, evitando isolá-la. Como lembra Melmoux-Montaubin, não se deve estudar a crítica literária em coletâneas elaboradas posteriormente no formato de livro, distante do contexto de produção que lhe dá sentido⁵. Por exemplo, não poderíamos

⁴ ABREU, Márcia. Letras, Belas-Letras, boas letras. In: BOLOGNINI, Carmen Zink (org.). História da literatura: o discurso fundador. Campinas: Mercado das Letras/ALB/FAPESP, p. 11-69, 2003.

⁵ MELMOUX-MONTAUBIN, *op. cit.*, p.9

compreender bem o material crítico apresentado na RB sem considerar o artigo “Federação e República”, de Medeiros e Albuquerque (T. I), nem “O positivismo no Brasil” de José Veríssimo (T. IV), pois como afirma Melmoux-Montaubin a respeito do jornal quotidiano, “a crítica literária [...] entra assim em consonância com textos diversos. Sua justaposição constrói um universo cultural no qual a literatura é apenas uma peça entre outras”⁶

Dados obtidos e caminhos da pesquisa

Ao nos debruçarmos sobre a seção “Bibliografia” da RB, notamos um posicionamento crítico que será o de José Veríssimo, ao mesmo tempo responsável pela seção e diretor da revista. Mas não podemos afirmar ainda que o posicionamento crítico da revista seja aquele de seu diretor. Será preciso estudar a seção nos outros tomos e anos, em suas continuidades e rupturas, assim como os outros espaços de crítica literária na RB.

Através do estudo da seção “Bibliografia” do Ano I da RB, foi possível fazer um pequeno mapeamento de editoras e tipografias existentes em 1895 no Rio de Janeiro e em outros estados do país. Seria também possível estabelecer um rol de revistas, literárias ou não, que são recenseadas, algumas com a reprodução dos títulos do sumário, seguidos de comentários. Um pouco como fez Alessandra El Far em seu Páginas de sensação, talvez seja possível, a partir desse material, e comparando com dados de outras pesquisas de momentos anteriores, inferir o funcionamento do mercado editorial em expansão, no início da república, ainda muito marcada pelo regime político anterior.

Fica claro também o papel do crítico como mediador entre o mercado editorial e o público leitor. Por sua posição dominante no campo literário e levando em conta o público leitor da revista, José Veríssimo faz frequentemente referência, em suas resenhas críticas, à qualidade da impressão e do papel, ao cuidado com a edição, aspectos que talvez não importasse tanto para os leitores da literatura mais popular, de exemplares mais baratos: “Não quero encerrar esta nota sem dizer que os senhores Laemmert & C^a, editores das Várias histórias [de Machado de Assis] esmeraram-se na sua publicação: o livro a todos os respeitos é glorioso para a sua livraria e oficinas. — J. V.” (T. IV, p. 189). Essa constante preocupação com a qualidade dos livros na seção “Bibliografia” faz eco a artigos mais longos como o que aparece no terceiro tomo do mesmo ano “O ‘livro’ brasileiro”, assinado “um Bibliófilo”, e na seção “Notas e Observações”, numa página intitulada “O livro nos Estados Unidos”, também assinada por “um Bibliófilo”. Vale ainda dizer que, na seção “Bibliografia”, sobretudo no que concerne aos livros didáticos ou ligados à educação, José Veríssimo costuma ressaltar a qualidade das imagens, mapas e não deixa de assinalar quando vêm das tipografias de França.

⁶ MELMOUX-MONTAUBIN, *Ibid.*, p.10

No caso específico do naturalismo no Brasil, interessa-nos identificar quais editores e livreiros investiram seus capitais (econômicos e simbólicos) na estética naturalista, mesmo quando ela parece declinar, como já fora assinalado por Jules Huret, na França, em 1891, e como afirma José Veríssimo ao criticar a coletânea de contos *A Alma alheia*, de Pedro Rabelo: “[N]O último conto, *Obra completa* [...] ainda [...] aparecem as brutalidades escusadas, as fáceis ousadias do naturalismo – quando este já vai em plena decadência, senão completo desaparecimento” (T. IV, p. 253). Pelo quadro abaixo, de pequena amostragem, porém significativa se pensarmos que ele se refere a dois anos de produção literária (1894 e 1895), fica claro que Domingo de Magalhães da Livraria Moderna foi o editor que mais apostou na literatura naturalista e naqueles escritores que, como Coelho Neto, ensaiavam formas e gêneros mais experimentais. Em segundo lugar se encontra a editora Cunha & Irmão.

Outro aspecto que nos pareceu fundamental para a pesquisa, mesmo tomando apenas o primeiro Ano da RB, foi encontrar ou confirmar certos nomes como perfilados de alguma maneira com a estética naturalista. Uma obra levando à outra, uma menção à outra, à lista inicial que havíamos elaborado em nossas leituras e pesquisas anteriores, acrescentamos, a partir da seção “Bibliografia” do Ano I da RB, nomes como Aderbal de Carvalho, Coelho Neto, colaborador da RB, Magalhães de Azeredo, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e também colaborador da RB com o conto “Uma escrava”, Pedro Rabelo, Figueiredo Pimentel, Viveiros de Castro, entre outros, como mostra o quadro abaixo:

AUTORES	OBRAS	EDITORES
Aderbal de Carvalho	<i>O Naturalismo no Brasil</i> (livro de crítica) (1894)	Julio Ramos & C. (Maranhão)
Adolfo Caminha	<i>No país dos Ianques</i> (1894)	Domingos de Magalhães – Livraria Moderna
Afonso Celso	<i>Notas e ficções</i> (1894) <i>Um invejado</i> (1894-95)	Domingos de Magalhães – Livraria Moderna
Carlos de Laet	<i>Os herdeiros do naturalismo</i> (artigo) in: <i>Em Minas</i> (1894)	Cunha & Irmão
Coelho Neto	<i>Baladilhas</i> (1894) <i>Praga</i> (1894) <i>Miragem</i> (1895)	Domingos de Magalhães – Livraria Moderna Joaquim da Cunha Domingos de Magalhães – Livraria Moderna
Figueiredo Pimentel	<i>Um Canalha</i> (1895)	Laemmert & C.
Heitor Malheiros	<i>O ensinamento, cenas contemporâneas da Bolsa em 1890, 1891 e 1892</i> (1894)	Domingos de Magalhães – Livraria Moderna
Magalhães de Azeredo	<i>Alma primitiva</i> (contos) (1895)	Cunha & Irmão

Martins Júnior	O naturalismo (artigo) (1895)	Revista Contemporânea – Recife
Pedro Rabelo	A Alma alheia (1895)	Tipografia Mont’Alverne ou Casa Mont’Alverne
Virgílio Várzea	Mares e Campos (1895)	Cunha & Irmão
Viveiros de Castro	Diário de um solteirão (1895)	Domingos de Magalhães – Livraria Moderna

Há nesses dados aspectos muito interessantes a serem observados e que carecem ainda de novos elementos para chegarmos a alguma conclusão. Ainda que José Veríssimo decreta a completa decadência do naturalismo e a inutilidade do romance decadentista ou decadista, em 1895, e aponte a tendência para o romance psicológico, nos moldes do que praticava Paul Bourget (mencionado como parâmetro em certas críticas), é de chamar a atenção justamente a produção de romances e contos que ele classificaria como naturalistas ou “zolistas” nos anos de 1894 e 1895. Lembramos que Aluísio Azevedo publicara *O cortiço* em 1890 e o *Livro de uma sogra* em 1895. Este último é tema do longo artigo de quatorze páginas de José Veríssimo do Tomo IV da RB, intitulado “A questão do casamento; a propósito do ‘Livro de uma sogra’”. Adolfo Caminha publicara o romance *A normalista* em 1893 e publica *Bom Crioulo* e *Cartas literárias* em 1895. Parece haver, então, um descompasso entre a posição do crítico, ainda saudosos do romantismo em vários momentos de seus comentários e simpatizante do romance psicológico, e a produção naturalista nacional, que ainda suscita o debate de questões sociais e estéticas na cena republicana, ou obtém sucesso de público como é o caso do romance de sensação *O aborto*, de Figueiredo Pimentel, publicado em 1893, como lembra El Far (2004), e ignorado por José Veríssimo quando de sua crítica de *Um canalha*, de 1895.

Além disso, autores que são identificados como tendo alguma produção dentro da estética naturalista encontrar-se-ão na formação da Academia Brasileira de Letras, como Aluísio Azevedo, Afonso Celso, Coelho Neto, Domício da Gama, Garcia Redondo, Magalhães de Azeredo, ou ligados a seus membros, como Antônio Sales, fundador da Padaria Espiritual do Ceará. O caso de Coelho Neto, em que José Veríssimo reconhece qualidades e “evolução”, na crítica de *Miragem*, parece apontar “defeitos” que nos conduzem ao subgênero naturalista que David Baguley nomeia como naturalismo cômico ou desiludido, que não parece ser reconhecido como naturalismo, pois se afasta do modelo científico⁷.

A exploração da seção “Bibliografia” permite, enfim, saber o que era publicado naqueles anos iniciais da república, e por quais editoras, o que permitiria melhor delinear a cartografia do comércio livreiro na capital federal e no país; permite também conhecer livros e textos que circulavam e inferir quais eram lidos, verificar a posição crítica de um grupo dominante

⁷ MENDES, Leonardo & VIEIRA, Renata Ferreira. A república manca: *Miragem*, de Coelho Neto, e o naturalismo da desilusão. *Soletas*. São Gonçalo: UERJ, ano IX, nº 18, p. 74-82, 2009.

em relação a uma estética considerada mais “popular” e perceber quem era alocado dentro dessa estética. Possibilita igualmente redescobrir escritores e obras consideradas “menores”, de um modo ou de outro tendo como referência o naturalismo francês e seus subgêneros, e que gostaríamos de alocar no que Becker & Dufief (2000)⁸ chamam de “pequenos naturalistas”. O estudo também leva a identificar autores e livros estrangeiros – sobretudo franceses – lidos, conhecidos e alguns traduzidos no Brasil, caso, por exemplo, das obras de Émile Zola e Paul Bourget, e do positivismo de Taine e Comte, referências incontornáveis para a crítica à época, mencionados nesse primeiro tomo da RB.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia. Letras, Belas-Letras, boas letras. In: BOLOGNINI, Carmen Zink (org.). História da literatura: o discurso fundador. Campinas: Mercado das Letras/ALB/FAPESP, p. 11-69.
- BAGULAY, David. Le Naturalisme et ses genres. Paris: Nathan, 1995.
- BECKER, Colette et alii Dictionnaire d'Émile Zola; sa vie, son oeuvre, son époque suivi du Dictionnaire des Rougon-Macquart. Paris: Robert Laffont, 1993.
- BECKER, Colette & DUFIEF, Anne-Simone (org.). Relecture des « petits » naturalistes. Actes du colloque des 9, 10 & 11 décembre 1999. Paris: Université Paris X, Centre de Recherches Interdisciplinaires sur les Textes Modernes, 2000.
- EL FAR, Alessandra. Páginas de sensação. Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- HURET, Jules. Enquête sur l'évolution littéraire [préface et notices de Daniel Grojnowski]. Paris: José Corti, 1999.
- LYRA, Helena Cavalcanti de et alii. História de Revistas e Jornais Literários (índice da Revista Brasileira), vol. II. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1995.
- MELMOUX-MONTAUBIN, Marie-Françoise. Autopsie d'un décès. La critique dans la presse quotidienne de 1836 à 1891. Romantisme, n° 121, p. 9-22, 2003.
- MENDES, Leonardo & VIEIRA, Renata Ferreira. A república manca: Miragem, de Coelho Neto, e o naturalismo da desilusão. Soletas. São Gonçalo: UERJ, ano IX, n° 18, p. 74-82, 2009.
- Revista Brasileira: Jornal de Ciências, Letras e Artes. Ano I, Tomos I (janeiro-março), II (abril-junho), III (julho-setembro) e IV (outubro-dezembro). Rio de Janeiro-São Paulo: Laemmert & C., 1895.

⁸ BECKER, Colette & DUFIEF, Anne-Simone (org.). Relecture des « petits » naturalistes. Actes du colloque des 9, 10 & 11 décembre 1999. Paris : Université Paris X, Centre de Recherches Interdisciplinaires sur les Textes Modernes, 2000.

PARTE 3

PERIODISMO, POLÍTICA E CULTURA

A ILUSTRAÇÃO (1884-1892): Algumas Questões Teórico-Metodológicas

Tania Regina de Luca
(Universidade Estadual Paulista)¹

Esse texto tem por objetivo colocar alguns problemas de ordem teórico-metodológica a respeito da revista *Ilustração*, quinzenário que somou 184 números, publicados entre maio de 1884, data do seu lançamento, e fevereiro de 1892, último exemplar editado. A seguir apresentam-se informações básicas sobre o periódico, essenciais para a discussão de sua trajetória.

Tabela I - *Ilustração*: sistematização das informações essenciais

Período	Título e subtítulo	Responsável	Redação	Impressor
05 a 12/1884	<i>A Ilustração</i> : revista quinzenal para Portugal e o Brasil	Mariano Pina (diretor)	Maio/Junho 7, Rue de Parme, Paris <u>Julho/Dezembro</u> 6, Rue de Saint-Pétersbourg, Paris	Imprimerie P. Mouillot 13, Quai Voltaire, Paris
01 a 11/1885 12/1885	<i>A Ilustração</i> : revista universal impressa em Paris ou sem subtítulo <i>A Ilustração</i> : revista de Portugal e do Brasil	Mariano Pina (diretor) Mariano Pina (proprietário)	<u>Janeiro/Novembro</u> 6, Rue de Saint-Pétersbourg. Paris <u>Dezembro</u> 13, Quai Voltaire, Paris	Imprimerie P. Mouillot 13, Quai Voltaire, Paris

¹ Trabalho desenvolvido com auxílio da FAPESP e do CNPq.

01 a 12/1886	<i>A Ilustração</i> : revista de Portugal e do Brasil	Mariano Pina (proprietário)	13, Quai Voltaire, Paris	Imprimerie P. Mouillot 13, Quai Voltaire, Paris
01 a 07/1887	<i>A Ilustração</i> : revista de Portugal e do Brasil	Mariano Pina (proprietário)	13, Quai Voltaire, Paris	Imprimerie P. Mouillot 13, Quai Voltaire, Paris
08 a 12/1887	<i>A Ilustração</i>			
01 a 12/1888	<i>A Ilustração</i>	Mariano Pina (proprietário)	13, Quai Voltaire, Paris	Imprimerie P. Mouillot 13, Quai Voltaire, Paris
01 a 12/1889	<i>A Ilustração</i>	Mariano Pina (proprietário)	<u>Janeiro/Outubro</u> 13, Quai Voltaire, Paris <u>Novembro</u> 20, rua Ivens, Lisboa <u>Dezembro</u> Não consta	Imprimerie P. Mouillot 13, Quai Voltaire, Paris
01 a 12/1890	<i>A Ilustração</i>	Mariano Pina (proprietário)	Não consta	Imprimerie P. Mouillot 13, Quai Voltaire, Paris ou Tipografia da Cia Nacional Editora, Largo do Conde Barão, 50, Lisboa
01 a 12/1891	<i>A Ilustração</i>	Mariano Pina (proprietário)	Não consta	Imprimerie P. Mouillot 13, Quai Voltaire, Paris ou Tipografia da Cia Nacional Editora, Largo do Conde Barão, 50, Lisboa
01 de 1892	<i>A Ilustração</i>	Mariano Pina (proprietário)	Não consta	Imprimerie P. Mouillot 13, Quai Voltaire, Paris ou Tipografia da Cia Nacional Editora, Largo do Conde Barão, 50, Lisboa

Algumas questões se impõem de imediato: por que lançar em Paris uma revista destinada à circular em Portugal e no Brasil? Que condições permitiram a realização da empreitada? Quais as características e objetivos do quinzenário? Que peculiaridades o mesmo apresentava frente aos congêneres existentes nos países de destino? Como explicar a longevidade do empreendimento? Pelo menos parte dessas indagações pode ser respondida a partir da análise sistemática dos números publicados, que permitem discernir responsáveis, principais colaboradores, temáticas, estruturação do conteúdo, formas de utilização e lugar reservado

à imagem, anunciantes, além de informar sobre a localização da redação, impressores, distribuidores, representantes, preço, enfim uma miríade de dados que remete tanto para as condições técnicas disponíveis no momento de circulação quanto para demandas de ordem social. O mergulho nos exemplares, que nada tem de simples, requer a construção de instrumentos analíticos capazes de quantificar, ordenar e discernir as modificações que ocorreram ao longo de quase oito anos de circulação. A indexação não tem sentido em si mesma e constitui-se no passo inicial, indispensável para apreender permanências e mudanças.

Esse olhar microscópico, que esquadrinha e tenta decifrar o objeto a partir de indícios presentes em suas páginas, combina-se com outro que introduz questões relacionadas à temporalidade. Em primeiro lugar, o tempo longo da diacronia, que convida a precisar o lugar ocupado pela publicação na história da imprensa e das técnicas de impressão, sem perder de vista os meios de transporte e de difusão da informação disponíveis num momento particular, esforço que se desdobra em abordagem que tenta apreender a historicidade do periódico. É à luz dessa localização espaço-temporal precisa que os dados provenientes da análise interna podem ganhar novos sentidos, não perceptíveis caso o questionamento se detivesse no âmbito estrito do conteúdo e sua forma de apresentação que – não custa lembrar – também estão submetidos às possibilidades e solicitações de sua época.

Contudo, jornais e revistas são, na maioria das vezes, projetos coletivos, “ponto de encontro de itinerários individuais unidos em torno de um credo comum”,² e podem ser encarados como espaços agregadores de indivíduos que compartilham leituras de passado e de futuro. Mesmo que distantes dos embates do mundo da política no sentido estrito, os periódicos sempre remetem aos dilemas do seu tempo e dialogam com outros impressos que lhes são contemporâneos e com os quais compartilham o espaço público. A diacronia, outra dimensão da temporalidade, remete para a reconstrução do quadro no qual a publicação se inseria, o que colabora para compreender as tarefas assumidas pelos propugnadores, também expressas na escolha do título, nas declarações dos textos programáticos, nos editoriais ou escritos que cumprem tal função.

O projeto que particulariza a revista e lhe confere identidade é produzido, portanto, no confronto com outras propostas, leituras e interpretações elaboradas por grupos com os quais guarda relações de proximidade e afeto ou de distanciamento e ruptura, não raro motivadas por fatores de ordem circunstancial, mas que não se dissociam das características vigentes no campo intelectual. Daí a importância estratégica das correspondências, memórias, depoimentos e arquivos relativos ao impresso e/ou seus responsáveis, que ajudam a esclarecer

² L. Plet-Despatin, “Une contribution a l’histoire des intellectuels: les revues”. In: N. Racine & M. Trebitsch (dir.), *Cahiers de l’Institut d’Histoire du Temps Present. Sociabilites intellectuelles. Lieux, milieux, réseaux*, Paris, n. 20, p. 126, mars 1992.

aspectos nem sempre explícitos nas páginas da publicação.

Esta forma de abordagem, que conjuga a análise verticalizada dos exemplares e de outros materiais disponíveis com as dimensões diacrônica e sincrônica, implica em tomar o título, a um só tempo, como fonte e objeto da pesquisa. Tais os procedimentos que balizam a análise da *Ilustração*.

ILUSTRAÇÃO: potencialidades analíticas.

A *Ilustração* começou a circular em maio de 1884, momento em que o processo de produção dos periódicos na França já deixara para trás o “antigo regime tipográfico”, designação utilizada por Roger Chartier para caracterizar as práticas de impressão correntes até as primeiras décadas dos oitocentos. Daí em diante, as transformações aceleram-se graças às sucessivas gerações de prensas mecânicas e às alterações, bem mais tardias, na composição, devidas à linotipia.³ De outra parte, à medida que se avança na centúria, espaços comuns de trocas e de circulação ganharam densidade, graças ao sistema de ferrovias e à navegação a vapor. Nas palavras de Hobsbawm, “os trens alcançavam o centro das grandes cidades (...) e as mais remotas áreas da zona rural, onde não penetrava nenhum, outro vestígio de civilização do século XIX”, sendo que em 1882, “quase dois bilhões de pessoas viajavam por ano pelas ferrovias”, enquanto mais de 22 mil navios cruzaram mares e oceanos. O historiador bem destacou que o mundo “estava se tornando demograficamente maior e geograficamente menor e mais global – um planeta ligado cada vez mais estreitamente pelos laços dos deslocamentos de bens e pessoas, de capital e comunicações, de produtos materiais e ideias”⁴

Ideias que viajavam em diferentes gêneros de impressos – livros, revistas, jornais, folhetos, estampas, panoramas, propagandas ou cartazes – produzidos em escala industrial, isto é, cada vez mais baratos e atraentes, graças à incorporação da imagem, novidades de grande alcance e que propiciava inéditas experiências de visualidade. É bom ter presente que, entre nós, as atividades ligadas à impressão datam da transferência da Família Real portuguesa, em 1808. Tal situação, aliada ao escravismo, escassa urbanização e diminuto público leitor, permite compreender porque o mundo das tipografias, com suas prensas, prelos, artistas do traço em suas diversas modalidades (xilogravura, talho doce, litografia) era um território dominado, em grande parte, por estrangeiros, observação igualmente válida

³ Para uma análise da questão, consultar: Gilles Feyel, “Les transformations technologiques de la presse au XIXe siècle”, In: Dominique Kalifa (dir), *La civilisation du journal. Histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIXe siècle*, Paris, Nouveau Monde Éditions, 2011, pp. 97-139.

⁴ Eric J. Hobsbawm, *A era dos impérios (1875-1914)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, pp. 48 e 31, respectivamente.

para editores e livreiros.

Se, por um lado, esta presença evidencia as limitações do meio e a falta de mão de obra especializada, aspectos tão bem explorados pela bibliografia especializada, por outro convida a pensar sobre as experiências de deslocamentos de indivíduos que, por motivos os mais diversos, decidiram exercitar seus talentos e habilidades além-mar, com desfechos variáveis – permanência no país, constantes idas e vindas, retorno definitivo ao lugar de origem, com experiência, capital e/ou material que asseguravam novas oportunidades de reinserção. Circulação facilitada e mesmo banalizada pelos meios de transportes, mas que imprimiu suas marcas e deixou rastros nas modalidades de diálogo e apropriação da escrita, da imagem, das referências e, de forma mais ampla, na cultura urbana. Deste lado do Atlântico, insiste-se no exemplo paradigmático de Araujo Porto-Alegre (1806-1879), cuja estadia em Paris foi tão significativa para as atividades que empreendeu,⁵ mas igualmente caberia acompanhar os desdobramentos que a estadia nos trópicos trouxe, por exemplo, para a trajetória de Rafael Bordalo Pinheiro, para ficar somente num exemplo.

As noções de recepção passiva e influência, as metáforas associadas ao espelho e ao reflexo e mesmo o ideário dos modelos parecem incapazes de dar conta de interações que configuravam estradas de mão dupla. E se é fato que o tráfego foi muito mais intenso num dado sentido, isso não deve impedir a percepção de outras trajetórias, mais modestas, ainda que não menos significativas. Nesse sentido, são inspiradoras as análises de Sergio Miceli a respeito das concessões feitas pelo pintor Fernand Léger ao gosto de seus potenciais clientes, entre os quais estava Paulo Prado.⁶ A própria existência de uma publicação impressa e com redação em Paris, capitaneada por um português, que lá se encontrava a serviço de um jornal brasileiro, e que tinha em mira, sobretudo, leitores em Lisboa e no Rio de Janeiro, remete para o grau de internacionalização alcançado pela imprensa e convida a pensar em termos de trocas e intercâmbios, em diferentes direções e sentidos.

O nome de Mariano Pina (1860-1899) sempre esteve ligado à *Ilustração* e, como se vê na Tabela I, ele passou de diretor a proprietário do empreendimento a partir de dezembro de 1885. Sua presença em Paris expressava as novas demandas das empresas jornalísticas nas décadas finais do século XIX, assim como as possibilidades descortinadas para indivíduos que, já desfrutando de reconhecimento e sucesso no mundo letrado – ou ambicionando alcançá-los –, fossem capazes de responder às necessidades da indústria da informação.

A ligação telegráfica entre Brasil e Europa por cabo submarino em 1874 logo tornou obsoleta a fórmula “soube-se, pelo último pacote...”, substituída pelas ágeis notas

⁵ Sobre o impacto da vivência europeia de Porto Alegre, consultar a instigante pesquisa de Heliana Angotti Salgueiro, *A comédia humana: de Daumier a Porto-Alegre*, São Paulo, MAB FAAP, 2003.

⁶ Sergio Miceli, *Nacional estrangeiro. História social e cultural do modernismo artístico em São Paulo*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003, especialmente pp. 9-16.

telegráficas provenientes de agências especializadas. Em 1877, o *Jornal do Comércio* (RJ) publicou os primeiros informes desta natureza, distribuídos pela Reuter-Havas: “Londres, 30 de julho às 2 horas da manhã – Faleceu ontem...”.⁷ Entretanto, um jornal que se queria moderno, como a *Gazeta de Notícias*, fundada no Rio de Janeiro em 1875 por Ferreira Araújo, Henrique Chaves, Manoel Carneiro e Elísio Mendes, precisava ir além e contar com testemunhas oculares. Assim, no início dos anos 1880, o matutino remunerava nomes destacado da literatura portuguesa para atuarem como correspondentes na Europa: Eça de Queirós (Inglaterra), Ramalho Ortigão (Portugal), e Guilherme de Azevedo (França) remetiam textos para o diário carioca.

Em oito de abril de 1882, em Paris, faleceu Azevedo e foi exatamente nesse mesmo dia que Henrique Chaves enviou, do Rio de Janeiro, carta a Mariano Pina, na qual se lê: “A tua proposta foi aceita com prazer. Estás nomeado correspondente da *Gazeta de Notícias* em Paris. Não debes essa nomeação senão ao teu trabalho e talento. A mim nada tens que me agradecer”.⁸ O excerto, além de sugerir que Guilherme já se afastara de suas atividades, quiçá por motivo de doença, deixa patente que coube a Pina tomar a iniciativa de se apresentar para o cargo. E aqui se abre um aspecto importante da pesquisa: quais as credenciais, no âmbito jornalístico e literário, e que trunfos, em termos de redes de sociabilidade, Pina, então nos seus vinte e poucos anos, mobilizou para preencher o posto de representante em Paris de um periódico impresso na capital do Império do Brasil? Não cabe ensaiar aqui a resposta, mas tão somente apontar um caminho promissor de investigação, uma vez que permite articular, em âmbito transnacional, escritores portugueses e a atividade jornalística carioca, bem como acompanhar a resposta de autores locais, que não deixaram de questionar o fato de o cargo de correspondente não ser ocupado por brasileiros, isso num momento em que começava a se delinear entre nós, de forma ainda tímida, um campo intelectual autônomo.

Na carta citada também se estipulavam as obrigações do contratado e detalhavam-se as dimensões dos textos, seus diferentes gêneros, os que deveriam conter assinatura, periodicidade e formas de remessa. Cartas posteriores trazem instruções detidas sobre o que escrever e como fazê-lo, revelando que nem sempre as expectativas do contratante estavam em harmonia com as nutridas pelo escritor. E parece razoável supor que esses embates pesaram na decisão de demiti-lo, em março de 1886, depois de quase quatro anos de colaboração. O rompimento deu-se por carta lacônica de Elísio Mendes e os desdobramentos

⁷ Nelson Werneck Sodré, *História da imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, p. 247.

⁸ Algumas das cartas do espólio de Pina, sobretudo as relativas às suas atividades na *Gazeta de Notícias* e na *Ilustração*, foram reproduzidas em Elza Miné, “Mariano Pina, a *Gazeta de Notícias* e a *Ilustração*: histórias de bastidores contadas por seu espólio”, *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, v. 7, n. 2, p. 23-61, jul/dez. 1992. Texto republicado em Elza Miné, *Páginas flutuantes. Eça de Queirós e o jornalismo no século XIX*, São Paulo, Ateliê Editorial, 2000, pp. 195-242.

do fato ajudam a compor o círculo de amigos de Pina que, ao que tudo indica, atuou tanto por ocasião de sua entrada nos quadros da *Gazeta de Notícias* quanto após a sua saída.

As relações entre a *Gazeta de Notícias* e *A Ilustração* demandam especial atenção. A julgar pelos dados constantes na revista, o matutino era o seu representante no Brasil, tarefa desempenhada até dezembro de 1885, quando foi assumida pela filial carioca da Casa David Corazzi, empresa que já fazia a distribuição da *Ilustração* em Portugal. Chama atenção a proximidade entre a demissão de Pina da *Gazeta* (março de 1886), o fato dele se tornar proprietário da publicação (dezembro de 1885) e a mudança do distribuidor no Brasil (janeiro de 1886). A questão toma rumos mais complexos quando se analisa a correspondência trocada entre Pina e Elísio Mendes que, conforme destacou Elza Miné, portava-se como se fosse o dono da revista, emitindo ordens que Pina deveria cumprir. Somente a consulta ao conjunto do espólio de Mariano Pina, depositado na Biblioteca Nacional em Lisboa, poderá ajudar a esclarecer o processo de fundação e a trajetória da publicação, assim como as possibilidades de ganho financeiro vislumbradas pelos envolvidos e as motivações para não tornar público os interesses da *Gazeta* no quinzenário.

Já a pesquisa no matutino carioca entre abril de 1882 e março de 1886, período no qual Pina manteve-se vinculado ao mesmo, é essencial e deverá responder algumas questões, além de colocar várias outras. Espera-se que aspectos relativos à recepção no Brasil, ausentes na historiografia sobre a história da imprensa, possam ser contemplados, sobretudo quando se tem em vista que a necessidade de abrigar a revista foi tema da correspondência entre Pina e Elísio.

É provável que a decisão de editar a revista em Paris fosse uma estratégia para assegurar um produto com qualidade de impressão sem similar no Brasil e em Portugal e com custos de produção suficientemente modestos para compensar aqueles envolvidos no transporte até Lisboa e o Rio de Janeiro. A republicação de material iconográfico já estampado em periódicos franceses propiciava considerável economia, como revelam contratos selado com a P. Mouillot, conservados no espólio de Pina. A decisão de transferir a administração da revista para Lisboa, tomada nos seus momentos finais, ou seja, entre janeiro de 1891 e janeiro de 1892, ainda demanda explicações.

Em Portugal, a *Ilustração* era representada pela casa David Corazzi. Não foi possível precisar se a editora encarregava-se apenas da distribuição ou, tal como parece ter sido o caso da *Gazeta*, também investiu na publicação. O fato é que Corazzi foi um editor muito importante e sua famosa *Biblioteca do Povo e das Escolas*, iniciada em 1881, também era vendida no Brasil, onde ele montou uma filial, situada na Rua da Quitanda, n. 38, Rio de Janeiro, que se encarregou de responder pelos interesses da *Ilustração* depois que o jornal de Elísio deixou de fazê-lo (janeiro de 1886). Em 1889, a partir da fusão da Casa Corazzi e da Editora Justino

Guedes, surgiu a Companhia Nacional Editora, que continuou a prestar serviços para Pina e sua *Ilustração*, com filial na mesma Rua da Quitanda, agora no número 40⁹.

A análise da revista em si, com suas dezesseis páginas, sete ou oito das quais ocupadas por imagens, está em curso e tem revelado que o seu conteúdo foi se tornando mais complexo à medida que se caminha por nos volumes. No primeiro ano, destaca-se a ausência de publicidade, o que parece significar que a manutenção do empreendimento estava ancorada tão somente na venda aos leitores, situação que se alterou a partir de 1885. Foi também neste ano que novas seções textuais surgiram, ainda que o espaço reservado à iconografia tenha permanecido inalterado. As relações entre imagem e texto merecem especial atenção, sendo de se destacar a presença da seção *Nossas gravuras*, que explicitavam a parte iconográfica e guiavam o olhar do leitor. O rol de colaboradores diversificou-se, mas é sintomático que as temáticas ligadas à França continuassem a sobrepujar as relativas a Portugal e ao Brasil.

Em síntese, a sistematização do conteúdo textual (seções, temáticas, gêneros dos textos, colaboradores) e imagética (temas, autores) adentra o terceiro ano de circulação e em breve terá início a consulta sistemática ao acervo de Mariano Pina e aos exemplares da *Gazeta de Notícias* (1882-1886), novas fontes a partir das quais se espera tornar mais densa “a reflexão”.

BIBLIOGRAFIA

- DOMINGOS, Manuela D. *Estudos de sociologia da cultura*. Livros e leitores do século XIX. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1985.
- FEYEL, Gilles. “Les transformations technologiques de la presse au XIXe siècle”. In: KAFIFA, Dominique (dir). *La civilisation du journal. Histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIXe siècle*. Paris, Nouveau Monde Éditions, 2011, pp. 97-139.
- HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios* (1875-1914). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- MICELI, Sergio. *Nacional estrangeiro. História social e cultural do modernismo artístico em São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- MINÉ, Elza. “Mariano Pina, a *Gazeta de Notícias* e *A Ilustração*: histórias de bastidores contadas por seu espólio”. *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa, v. 7, n. 2, p. 23-61, jul/dez. 1992.
- _____, Elza. *Páginas flutuantes*. Eça de Queirós e o jornalismo no século XIX. São Paulo, Ateliê Editorial, 2000.
- PLET-DESPATIN, J. “Une contribution a l’histoire des intellectuels: les revues”. In: RACINE, N & TREBITSCH, M. (dir.). *Cahiers de l’Institut d’Histoire du Temps Present. Sociabilites intellectuelles. Lieux, milieux, réseaux*. Paris, n. 20, p. 126, mars 1992.
- SALGUEIRO, Heliana Angotti. *A comédia humana: de Daumier a Porto-Alegre*. São Paulo, MAB FAAP, 2003.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

⁹ Sobre Corazzi e sua coleção, ver: Manuela D. Domingos, *Estudos de sociologia da cultura*. Livros e leitores do século XIX, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1985.

PROPOSTA DE UMA METODOLOGIA PARA O ESTUDO DA RELAÇÃO ENTRE LITERATURA E MODA NO SÉCULO XIX NUMA PERSPECTIVA TRANSNACIONAL A PARTIR DE REVISTAS DE MODA E DE FOTOGRAFIAS

Ana Cláudia Suriani da Silva
(Universidade de Surrey)

A minha comunicação tem como objetivo apresentar a metodologia do meu projeto de pesquisa. O projeto foi ligeiramente reformulado em grande parte devido à leitura de uma bibliografia sobre transferências culturais, como os trabalhos de Michel Espagne, Olivier Campagnon e Maria Ligia Coelho Prado.¹

O projeto de pesquisa inicial propunha estudar o processo de internacionalização das revistas de moda e o papel que o Brasil nele desempenhou. Centrava-se na produção e circulação de algumas revistas do século XIX: *Le Journal des Dames et des Modes*, *The Lady's Magazine*, *Jornal das Famílias*, *Les Modes Parisiennes* e *Die Modenwelt* para estudar as origens da internacionalização e da homogeneização da imprensa ilustrada feminina. Não propunha fazer um estudo exaustivo de todas as revistas de moda ilustradas que circularam na França e Brasil, pois isso é uma tarefa impossível, mas investigar nas revistas selecionadas

¹ Michel Espagne, *Les transferts culturels franco-allemands*, Paris: PUF, 1999 ; Michel Espagne, «Transferts culturels et histoire du livre », in *Histoire et civilisations du livre. Revue internationale*, Genève: Librairie Droz, 2009 (pp. 202-218) ; Olivier Campagnon, “L’Euro-Amérique en question”, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2009, [Online], online desde 03 de fevereiro de 2009, URL: <http://nuevomundo.revues.org/54783>. Maria Ligia Coelho Prado, “Repensando a História Comparada da América Latina”, *Revista de História*, 153, 2º - 2005, 11-33.

a hipótese de que a prática da tradução, imitação e do plágio impulsionou a fixação de um *layout* para a capa e de um modelo editorial os quais encontramos em publicações que circulavam em países diferentes pertencentes à mesma ou a editoras diferentes.

A partir das leituras acima senti a necessidade de verificar até que ponto podemos considerar as revistas de moda como um veículo para trocas em várias direções, e não somente para transferências culturais da Europa para o Brasil. Foi nesse momento que eu percebi que, apesar de a revista de moda ser um produto cultural híbrido, multicultural, transnacional, como discutido no curso semana passada, ela é relativamente limitada enquanto fonte para esse tipo de estudo: não no que diz ao seu conteúdo textual, jornalístico e literário, mas no que diz respeito mais especificamente à moda e à forma como a moda é representada visualmente na revista.

Quando folheamos as revistas francesas, alemãs, portuguesas, brasileiras, inglesas do século XIX, com que trabalho, o que salta aos olhos é a uniformidade gráfica, a semelhança enorme entre as imagens e os modelitos de uma estação – que seguiam as tendências da moda dita francesa para as mulheres e inglesa para os homens. Em certo sentido, o fato de o principal meio de circulação da moda ter sido a imprensa fez com ela se transformasse em uma ferramenta de difusão dos valores da camada da população que dominava ou tinha acesso à palavra escrita: o colonizador, a elite e os homens livres letrados, na maioria brancos e com relações muito fortes com a Europa. Desta forma, ao limitarmos a pesquisa sobre a circulação da moda em países com uma população mestiça como a brasileira e em que nem todos tinham acesso à cultura letrada estamos apresentando apenas uma visão da história. Se quisermos formar um quadro mais diversificado de como a moda europeia foi recebida, adaptada ou transformada no Brasil e como ela contribuiu para formar um estilo original brasileiro, não podemos limitar as fontes primárias da pesquisa às revistas de moda ou, melhor dizendo, ao conteúdo estritamente de moda que elas divulgam.

É imperativo, como afirma Carol Tulloch, “consider the ‘other’ voices”.² Mesmo que não se encontre dentro do campo propriamente falando da história do livro, a pesquisa de Tulloch sobre a cultura da roupa afro-jamaicana dos novecentos nos revela a necessidade de buscarmos outras fontes, se quisermos formar um quadro mais completo do grau de alcance das trocas culturais entre a Europa e o Brasil no campo da moda e o papel que ela desempenhou na construção de uma identidade brasileira. A pesquisa de Carol Tulloch tem objetivo de localizar as raízes do estilo distintivo dos ingleses negros do século XX na cultura da vestimenta afro-jamaicana do final do século XIX. O fato de Tulloch ter se debruçado no passado colonial da Jamaica para compreender um aspecto da cultura

² Carol Tulloch, “Out of Many, One People”: the Relativity of the Dress, Race and Ethnicity to Jamaica, 1880-1907”, *Fashion Theory: The Journal of Dress, Body & Culture*, Volume 2, Número 4, Novembro 1998, pp. 359-382, p. 369.

contemporânea da então metrópole confirma a necessidade de percebermos que, mesmo que não haja provas materiais que tenha havido transfêrencias culturais da Jamaica para a Inglaterra no século XIX, quando analisamos fenômenos culturais contemporâneos, como a cultura negra britânica, percebemos que numa perspectiva histórica mais ampla as trocas sempre ocorrem em mais de uma direção.³

Como nos lembra Tulloch, a história da vestimenta (que no século XIX mais do que em qualquer outra época cruzou o caminho com a história do livro) é predominante eurocêntrica, com concentração notável na Inglaterra e França, da mesma forma que a história comparada de circulação das ideias entre a Europa e a América Latina, e o Brasil mais especificamente. No caso de Carol Tulloch, para localizar a cultura da indumentária da mulher afro-jamaicana no século XIX em comparação à das mulheres jamaicanas indianas e brancas, ela teve de procurar registros dessas outras vozes em coleções menos visitadas: por exemplo, em fotografias documentais de afro-jamaicanos, da classe trabalhadora de indianos e de mulheres camponesas; em jornais dirigidos especificamente à comunidade negra; e numa coleção de ensaios, *Jamaican Memories*, produzida em resposta a uma competição promovida pelo jornal jamaicano *The Daily Gleaner*, em 1959.

O método de análise do material relacionado à cultura da vestimenta afro-jamaicana encontrado nos arquivos da Jamaica e Inglaterra foi dividido em quatro categorias: produção, consumo, uso e representação, da qual a fotografia, na ausência de coleções de roupas do período, desempenhou papel central na visualização deles. Foram sobretudo a fotografia e os depoimentos reunidos em *Jamaican Memories* que permitiram reconstruir “an alternative ‘truth’”.

Se as revistas de moda, como *A Estação* e *Ilustração da Moda*, podem ajudar a nos ajudar entender como se deu a produção e consumo da moda (e da literatura) no Brasil, o seu material iconográfico pouco nos diz a respeito do seu uso e representação. Nessas revistas não há gravuras que registram a recepção e adaptações dos figurinos europeus a combinação ou fusão de estilos coexistentes no país. Em grande parte “to consider those other voices” é mais difícil, porque a maior parte do registro, que é iconográfico e escrito, representa apenas o colonizador e a elite, europeia e branca. É certo que exemplos do seu uso e representação encontram-se na literatura da pena dos colaboradores brasileiros, como em *Quincas Borba* e em contos de Machado de Assis, nos quais me debrucei durante o meu doutoramento. Entretanto, o universo das personagens de Machado, sobretudo aquelas cujas roupas são descritas, se limita à representação da classe dominante ou das classes ascendentes.

³ Ver o artigo de Olivier Campagnon, “L’Euro-Amérique en question”, para mais exemplos.

Foi em buscas dessas outras vozes que comecei a procurar primeiramente registros fotográficos do século XIX de escravos, ex-escravos e homens livres e a olhar especificamente para a vestimenta. Encontrei, entre outros, fotografias de “Brazilian descents” da atual Nigéria e República Popular do Benin que se encontram no arquivo da Société des Missions Africaines, em Roma.⁴ Algumas dessas fotografias foram publicadas em *Da Senzala ao Sobrado: Arquitetura Brasileira na Nigéria e na República Popular do Benin* de Marianno Carneiro da Cunha.⁵ O livro, que é amplamente ilustrado, reconstrói a história da introdução do arquitetura de estilo colonial brasileiro na Nigéria e Benin pelos ex-escravos que retornaram à África. Esse estilo arquitetônico soube expressar o espaço social iorubá e virou marca da identidade, distinção social e riqueza do grupo dos ex-escravos brasileiros reestabelecidos nas cidades costeiras desses dois países, como Lagos.

Apesar de as fotografias dos três álbuns serem na grande maioria de casas e espaços públicos, há uma grande quantidade de “cartes de visites”, retratos e fotografias de famílias e de membros de comunidades religiosas, que nos revelam o que eles os descendentes de brasileiros vestiam, ou melhor dizendo, que auto-imagem gostariam que câmera fotográfica registrasse. Vemos então que a roupa também serve como elemento de identificação do grupo. Serve portanto, como serviu a arquitetura, para mostrar que um elemento da cultura do colonizador (no caso da arquitetura, português; e da moda, francês, inglês) transformou-se e passou a ser um elemento de afirmação de identidade de um grupo descendentes de brasileiros fora do Brasil.



Figura 1: “Jeune femmes chrétiennes”
© Société des Missions Africaines,
Roma (foto da autora)

⁴ No Arquivo das Missões Africanas, Roma, encontram-se três álbuns com fotografias, desenhos, recortes de jornais datando de 1860 ao final do século XIX. Entre as fotografias, encontram-se retratos, cartes de visite, fotografias de grupos, de festejos, casas, igrejas, ruas, esculturas e objetos ceriminoias.

⁵ Marianno Carneiro da Cunha, *Da Senzala ao Sobrado: Arquitetura Brasileira na Nigéria e na República Popular do Benin*, São Paulo: Edusp. 1985.

Também reproduzida em *Da Senzala ao Sobrado*, p. 34, acompanhada da seguinte informação “Mulheres da comunidade brasileira de Lagos. No Brasil do século XIX, as africanas eram conhecidas por seguirem a moda europeia muito de perto, contrastando com as “crioulas” mais conservadoras”.



Figura 2: “Comité brésilien de la fête de l’emancipation des esclaves au Brésul, Lagos (Chrétien brésiliens)”

© Société des Missions Africaines, Roma (foto da autora)



Figura 3: “Tailleuses – Leçons de couture”

© Société des Missions Africaines, Roma (foto da autora)

Também reproduzida em *Da Senzala ao Sobrado*, p. 18, acompanhada da seguinte informação “Costureiras brasileiras em Abeokutá, no século XIX”



Figura 4: “Alice Lessis – Chrétienne de Lagos”
© Société des Missions Africaines, Roma (foto da autora)



Figura 5: “Mulatresse en costume brésilien”
© Société des Missions Africaines, Roma (foto da autora)

Para mim esse conjunto de fotografias representa um bom exemplo de que o Brasil não foi somente receptor da moda europeia, mas também mediador, criador e exportador de moda, nesse caso para a África. Isso relativiza mais ainda a importância do contexto de origem da moda e sugere que o foco da pesquisa se direcione para os reencontros culturais, como define Michel Espagne em relação ao livro, à literatura e à mestiçagem.⁶

Essas fotografias passaram a fazer parte do corpus da minha pesquisa. Porém defrontei-me como um problema metodológico: como justificar a inclusão dessas fotografias na pesquisa se não existe registro de que os portadores das roupas tenham sido leitores das revistas que eu estudo? Por não ser possível estabelecer uma conexão direta entre as fotografias e os periódicos, eu tive que reconstruir essa ponte em um outro patamar.

Adotei, portanto, o conceito de moda como sistema de Barthes, o qual permite não só estudarmos o material iconográfico em relação ao material textual publicados na revista, mas também ver o texto, a gravura e as fotografias como elementos componentes da Moda como sistema.

Por falta de tempo, reproduzo abaixo parte do meu texto, no qual me debrucei sobre a metodologia, apresentado no curso da semana passada. No texto do curso não me ocupei das fotografias. Limitei-me ao conteúdo textual e visual das revistas, mas essa metodologia se aplica também às fotografias, porque, por mais que não estejam no corpo da revista, são manifestações visuais da Moda como sistema.

Em *The Fashion System* Barthes observa que nas revistas de moda, há sempre imagens que vêm acompanhadas de textos: há sempre vestuário-imagem acompanhado pelo vestuário-escrito, os quais existem em relação ao que Barthes chama de vestuário real.

Cada um desses objetos é apreendido de uma forma diferente. No caso do vestuário real, ele não deve ser apreendido através da visão, porque a imagem visual não revela todas as suas complexidades. Deve ser conhecido através do processo mecânico de sua produção: a forma como as costuras e pregas são fabricadas. O vestuário-imagem se manifesta, por sua vez, através de estruturas icônicas e o vestuário-escrito de estruturas verbais.

Barthes privilegia o estudo das estruturas verbais do vestuário-escrito por estar interessado em analisar o supercódigo que as palavras impõem sobre o vestuário real. Partindo da descrição e da classificação do vestuário-escrito, tal como se apresenta em *Elle* e *Le Jardin des Modes*, ele elabora uma análise estrutural e semiológica do vestuário feminino, examinando de que forma o discurso verbal contribui para a formação da sistema da Moda (com letra maiúscula), apreendido a partir vestuário na forma como é vestido, fotografado ou verbalizado. Para Barthes,

⁶ Espagne, Michel, «Transferts culturels et histoire du livre », in *Histoire et civilisations du livre. Revue internationale*, Genève : Librairie Droz, 2009 (pp. 202-218), pp. 204-5.

“language conveys a choice and imposes it, it requires the perception of this dress to stop here (i.e., neither before nor beyond), it arrests the level of reading at its fabric, at its belt, at the accessory which adorns it. Thus, every written word has a function of authority insofar as it chooses – by proxy, so as to speak – instead of the eye. The image freezes an endless number of possibilities; words determine a single certainty” (Barthes, *The Fashion System*, p. 13).

O vestuário-escrito congela a interpretação do vestuário-imagem a partir de uma série de estratégias: pode dotar a peça com um sistema de oposições funcionais, que isola partes da roupa através do que Barthes chama de “amputações”.

Uma vez que o material da minha pesquisa é o mesmo de Barthes – textos e imagens –, a diferenciação que ele estabelece entre o vestuário-escrito e o vestuário-imagem e sua relação com o vestuário real dentro do sistema abstrato da Moda me fornecem uma base metodológica para analisar isoladamente esses materiais, para agrupá-los e ao mesmo tempo estabelecer a relação entre eles. Entretanto, como o meu campo é a história do livro, e não a semiologia, faz-se necessário incluir na pesquisa toda a variedade de textos e imagens que uma revista de moda possui e fotografias, e tentar examinar o que esses textos e imagens nos dizem sobre processos de trocas culturais. Isso porque esses textos e imagens não somente são vetores de trocas culturais de maneira intrínseca, por sua gênese e processo de fabricação, mas também em razão da sua circulação no espaço.⁷

Como fez Barthes, podemos então partir de uma divisão do conteúdo das revistas em pelo menos dois grandes grupos: em primeiro lugar, o material visual e, em segundo, o textual, os quais fazem a ponte entre um vestuário real (ou imaginado) que serviu de modelo para a produção da imagem e o vestuário que os assinantes ou costureiros podem potencialmente confeccionar, aos quais não temos acesso. Essas imagens e textos trazem informações, portanto, sobre o processo de produção, transmissão e recepção de um conceito abstrato, que circula entre culturas e se modifica ao longo do percurso. Em relação ao primeiro grupo, podemos nos fazer perguntas sobre a técnica de produção e impressão das imagens, os gravadores, sobre o propósito da sua inclusão na revista, se foram confeccionadas para o propósito específico daquela revista ou se são reproduções, autorizadas ou não, e finalmente sobre o que representam. Sobre as fotografias, sobre a origem do tecido, sobre o papel que a roupa desempenha na definição da imagem do seu portador.

Em relação aos textos, a primeira etapa é criar uma tipologia do material verbal disponível no periódico. Isso porque, na realidade, como mencionado anteriormente, um periódico sempre apresenta uma variedade muito maior de textos do que o vestuário-escrito, ou seja, do que as legendas que acompanham o vestuário-imagem. Além dessas legendas

⁷ Adapte para o meu objeto de estudo o seguinte trecho de Michel Espagne: “Le livre n’est pas seulement le vecteur d’échanges culturels en raison de sa circulation dans l’espace, et dans le cas qui nous occupe entre la France et l’Allemagne. Il l’est également de façon intrinsèque, par sa genèse et par le processus de sa fabrication.” (Espagne, p. 211)

temos os editoriais de moda, as crônicas, as outras colunas, como a de correspondência, e os textos literários. Aqui os conceitos de tradução literal, adaptação e plágio, cruzados com os diversos gêneros textuais encontrados, podem servir como uma forma de agrupá-los.

Mesmo que tratem da Moda de forma apenas tangencial, esses outros textos podem ser muito mais interessantes do que o vestuário-escrito, exatamente porque não entram em relação direta com o vestuário-imagem, como o significado e o significante, ou seja, não “determinam uma certitude única”, porque possuem ao mesmo tempo outras funções no corpo da revista (o que, segundo Barthes, o vestuário-imagem e vestuário-escrito não têm), e são híbridos. Podem assim vir a nos fornecer mais indícios das trocas culturais, dos processos de apropriação, recriação de que a revista resulta conceitualmente e materialmente. Também podem nos trazer indícios da recepção da Moda que a revista veicula, como mais obviamente na seção de correspondências e na literatura, na descrição da indumentária. Esses outros textos não congelam um número infinito de possibilidades, como o vestuário-imagem, nem determinam uma certitude única, como o vestuário-escrito. Abrem, na verdade, um campo de possibilidades em que a vestimenta interage com outros elementos de cultura. Além disso, podem ser mediados por uma voz narrativa e ganham corpo e movimento nos textos de ficção. As personagens dos contos e romances publicados em revistas de moda se transformam nos portadores da vestimenta, espelho ou não do leitor e consumidor de moda. Entretanto, mesmo que o conceito de vestuário-escrito não dê conta da variedade de material que temos de incluir para a análise de uma revista do ponto de vista da história do livro, ele pode servir como uma unidade de medida do nível de hibridez de cada texto individualmente e da revista como um todo.

Disse anteriormente que o material iconográfico da revista são gravuras, que por serem produzidas na Europa, pouco nos dizem sobre a recepção e do uso da vestimenta. Da mesma forma que foi necessário levar em consideração a variedade de textos da revista, vejo a inclusão de fotografias como uma forma de suprir a falta dessa variedade que encontramos nos textos. Como foi feito para os textos, podemos dividir as imagens em grupos, no caso dois, o de xilogravuras e litogravuras do corpo da revista, produzidos na Europa, e as fotografias tiradas no Brasil e África.

O PERIODISMO BRASILEIRO DE TRANSIÇÃO NA DINÂMICA DA CIRCULAÇÃO TRANSATLÂNTICA DO IMPRESSO

José Augusto Santos Alves
(Universidade Nova de Lisboa)

INTRODUÇÃO

Na fronteira entre a sociedade de Antigo Regime, em que a publicidade comunicativa se fundamenta na auréola pessoal do monarca, ou dos seus áulicos, e a sociedade liberal, fundada em pressupostos comunicacionais assentes nos critérios mais fiáveis do uso público da razão, surge um novo modo de saber estar.

Este novo modo de saber estar, este novo “mundo de vida”, em que a estética e a ética devem estar presentes, interagir e comunicar, significa a criação de um processo de consumo político e social (traduzido na opinião pública) através da actividade comunicacional, na tradição racionalista herdada das *Luzes*. É um tipo de acção em que o homem defende algo de excêntrico ao sistema, autista por tradição, conservador por sobrevivência, que já não se sente legitimado pelos novos saberes.¹

É nesta linha de pensamento que trago à colação um conjunto de periódicos, que podemos enquadrar na dupla transição² da circulação transatlântica da informação: o processo de independência brasileira, e toda a ambiência que o envolve, e o novo modo de produção do periodismo de acordo com o surgir de um novo espaço público.

¹ Cf. Jürgen Habermas, *La reconstrucción del materialismo histórico*, Madrid, Taurus, 1983, p. 249.

² Entendo aqui o periodismo brasileiro de transição, em duas acepções: por um lado, o de um novo modo de produção periodística, que se inscreve na viragem da pré-modernidade para a modernidade, por outro, o da perspectiva política, que se estrutura com a passagem da colonização à independência. Trata-se de uma dupla transição, que se articula à circulação do periodismo, proporcionada pela “ponte” luso-brasileira, entre Lisboa, Rio de Janeiro, Baía, Pernambuco e Maranhão.

Do mesmo modo, pode afirmar-se, que, concomitante com esta dupla transição, o conteúdo dos periódicos circulou, indubitavelmente, na “ponte” transatlântica, proporcionada pelos circuitos comerciais entre o Brasil e Portugal, e inscreveu-se no “comércio” das ideias e da opinião, nas “estradas” da informação, confirmando a relação e a circulação da imprensa entre as duas “margens” do Atlântico.

Com efeito, a circulação transatlântica do impresso, em que não podemos esquecer a intervenção de um outro espaço, a Inglaterra e os periódicos de língua portuguesa da emigração londrina, não tem apenas um sentido. Por um lado, temos um modelo de periodismo (sobretudo o da emigração londrina) e as ideias que veicula, consubstanciados num outro tipo de escrita, com novos conteúdos, que se projectam no espaço brasileiro, por outro, o *efeito de ricochete*, ou seja, o eco dos periódicos brasileiros em Portugal, que repercutem nas páginas da imprensa portuguesa a realidade brasileira.

A relação entre circulação transatlântica de periódicos e o nascimento de uma “cultura do periódico” é um processo que deve ser olhado como um novo mundo, que o século XIX anuncia, ou seja, o do aprofundamento da mundialização, que acelera a distribuição e a circulação dos periódicos brasileiros e portugueses, das ideias, práticas e modos de comunicação política no quotidiano.

Neste contexto, como mostra *O Compilador Constitucional, Politico, e Litterario Brasiliense*³ e a informação publicada pelo *Astro da Lusitania*⁴, o *Correio Braziliense*, *O Portuguez* e *O Campeão Portuguez* surgem como arquétipos da “ponte” luso-brasileira para o nascimento de um outro modo de produção

³ “Conterá [o extracto] do que contiverem relativo a Portugal e Brasil os dois interessantes periódicos portugueses impressos em Londres, o *Portuguez* e *Correio Braziliense*” (*Prospecto de hum novo periódico intitulado O Compilador Constitucional, Politico, e Litterario Brasiliense, Para o anno de 1822*, Rio de Janeiro, Na Imprensa Nacional, 1821); cf. ainda, a este propósito, a *Sentinella Constitucional Bahiense*, Maranhão, Na Imprensa Nacional, 1822, p. 8.

⁴ “S.m. tinha determinado ao cavaleiro Heliodoro Carneiro que lhe enviasse de Londres o *Correio Braziliense* e o *Campeão Portuguez*, com o louvável fim de saber o que na Europa se passava” (*Astro da Lusitania*, Nº 186 (7 de julho - 1821), p. [1-2]). Médico, pela Universidade de Coimbra, Heliodoro Carneiro (1776-1849) passou a maior parte da vida fora de Portugal, primeiro, em comissões científicas, depois, em missões diplomáticas e outras particulares ao serviço do soberano; “O intendente, com os seus terrorismos, servia de instrumento para el-rei ver e saber o que queria, tanto que lhe mandava por via dele o *Campeão*, o *Portuguez* e o *Correio Braziliense*, e as cartas que vem no folheto, que imprimir” (*Ex.mo sr. Silvestre Pinheiro Ferreira*. Lisboa: na Typ. Rollandiana, 1821, publicada por Innocencio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Estudos de Innocencio Francisco da Silva, aplicáveis a Portugal e ao Brasil, 23 vols., Lisboa, 1858-1975, ed. Imprensa Nacional, tomo X, 1883, pp. 383-385).

periodística, e transmissão de saberes, no âmbito da “cultura do periódico”, que intensifica a relação e a circulação do impresso nos dois sentidos.⁵

Génese da dinâmica da circulação transatlântica do periódico

Em 1820, a Revolução, que tinha conquistado Portugal e colocado um termo formal ao Antigo Regime português, faz aceder ao poder personalidades que juraram obedecer aos princípios fundamentais do ideário liberal.

Na ressaca deste processo, na herança de outros acontecimentos na viragem do século XVIII para o XIX⁶, e na esperança de reelaborar um novo pacto político que assegurasse funções mais proeminentes no interior do Brasil, a Baía desencadeia, em 10 de Fevereiro de 1821, o seu próprio processo revolucionário, entrando em ruptura política e financeira, com o poder sediado no Rio de Janeiro⁷. Em 1821, não somente a Baía, mas todo o Brasil exercitava revoltas e aceleradas transformações políticas. Neste complexo desenvolvimento, o Pará havia já ensaiado, a 1 de Janeiro de 1821, um conjunto de fenómenos semelhantes aos da Baía e, a 26 de Fevereiro, no Rio de Janeiro, João VI vê-se obrigado a concordar com o juramento da Constituição, que viesse a ser elaborada nas Cortes Constituintes.

É neste contexto que se dá o que posso chamar a “explosão” de modernidade do periodismo brasileiro, que tem por “caldo de cultura” o *por* e o *contra* sobre a independência brasileira, e, ao mesmo tempo, abordar a importância do periodismo brasileiro de transição na dinamização da circulação transatlântica do impresso. Os periódicos produzidos no Brasil abandonam o seu carácter noticioso (modelo *Gazeta*) e quem redige manifesta as suas convicções, condição necessária para o sucesso do periódico. Vão preparando a independência num confronto subliminar com o periodismo reinol, confronto apenas de ideias, que provoca a escrita de ambos os lados. Se antes o Brasil possui um número limitado de periódicos, em 21/22, quer defensores da independência quer opositores ao movimento de

⁵ Neste contexto, é importante chamar a atenção para um fenómeno que não deve ser ignorado no contexto da circulação transatlântica do impresso: a circulação do manuscrito que alimenta a produção do impresso. Que o impresso circula, ninguém duvida. Mas, o manuscrito, com mais facilidade de difusão, porque foge à censura, tem a propagação mais facilitada. Não existe circuito comercial para a sua distribuição, via essencial para a prática da repressão censória. Os arquivos da Intendência Geral de Polícia, até 1820, fornecem o testemunho desse facto. Se o manuscrito chega ao Brasil, se é daí originário, de França, de Espanha ou de Portugal é o que menos importa, se tivermos em conta a circulação da informação e das ideias, que veicula, que faz circular, pela multiplicação da palavra, com ou sem suporte da impressão. Um trabalho em profundidade, executado por uma alargada equipa de investigadores, dar-nos-ia possibilidades chegar a conclusões mais evidentes sobre esta circulação, que os arquivos da Intendência Geral de Polícia, em Portugal, claramente indiciam.

⁶ V. a Inconfidência Mineira de 1788-1789, a Conjuração Baiana de 1798, a conspiração dos Suassunas, em 1801 ou a Revolta de Pernambuco, em 1817.

⁷ Cf. Inácio Accioli de Cerqueira e Silva, *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*, Anotado por Braz do Amaral, Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1919-1931, 3 vols. pp. 272-273.

emancipação exibem um irrecusável exercício de expansão e de incontida retórica. A eloquência, a favor ou contra, torna-se mais notável, com a abolição da censura a 12 de Julho de 1821.

O PERIODISMO IN ACTU

As notícias dos periódicos que chegam, dos que circulam ou se reflectem nas páginas do periodismo metropolitano são de toda a evidência, exibindo um intenso intercâmbio. Da repercussão que encontra o periodismo brasileiro em periódicos portugueses poderia fornecer vários exemplos, mas recorro ao *Astro da Lusitania*⁸, como principal fonte noticiosa, que nos adverte não apenas da informação a que tem acesso mas também nos informa sobre a circulação de impressos brasileiros, que chegam a Portugal, no momento crucial da viragem do Brasil para a independência.

Pode dizer-se que o *Astro da Lusitania* vai fornecendo preciosas notícias avulsas sobre o que se passa no Brasil, como que a adivinhar a declaração de independência, que não está longe, ao mesmo tempo que refere “folhetos anónimos”, como lhe chama, que, na verdade, são periódicos produzidos no Brasil, distribuídos em Lisboa, como *O Amigo do Rei e da Nação*, *O Conciliador Constitucional* e *O Bem da Ordem*⁹, que dão a conhecer “para que lado se trabalha a dirigir a opinião pública”¹⁰.

Por um lado, o conteúdo do periódico de Alves Sinal, vai fornecendo as novidades chegadas do espaço brasileiro, utilizando para esse fim a imprensa que lhe chega da Baía: o *Semanario Civico*¹¹. Por outro, a correspondência que lhe vai sendo enviada, e incorpora nas páginas do *Astro*, confirma, na essência, as

⁸ *Astro da Lusitania*, Lisboa, na Typ. De J. F. M. de Campos, 1820-1823. Foi seu redactor, Joaquim Maria Alves Sinval (17---18--), bacharel em Cânones, no ano 1813, pela Universidade de Coimbra. Natural de Viseu, Sinval redigiu o *Astro*, o terceiro jornal político que se publicou em Lisboa, depois de a capital ter aderido à Revolução de 24 de agosto em 15 de setembro de 1820. Só o antecederam em data *O Portuguez Constitucional*, de Nuno Álvares Pato Moniz, e a *Mnemosine Constitucional* de Pedro Alexandre Cavouré. O *Astro da Lusitania* durou até à suspensão das garantias, que precedeu a queda da Constituição em junho de 1823, sendo o último número publicado a 15 de abril desse ano. Era um dos periódicos mais lidos e acreditados daquela época, distinguindo-se pela oposição que fazia ao exercício do poder no sentido ultra-liberal.

⁹ *O Amigo do Rei e da Nação* e *O Conciliador do Reino Unido* existem na Biblioteca Nacional de Portugal, *O Bem da ordem*, só no Brasil, assim como vários “conciliadores”, mas nenhum constitucional, apenas *O Conciliador Nacional*. Anote-se que o *Conciliador do Reino Unido* (1 de março de 1821-25 de abril de 1821), sete números, foi produzido por José da Silva Lisboa, visconde de Cairu; *O Bem da Ordem* (1821), 10 números (existe apenas na Fundação Biblioteca Nacional Brasil, cota P01,03,01), teve como redactor o cônego Francisco Vieira Goulart; *O Conciliador Nacional* (Nº 4, 4 de setembro de 1822-Nº 18, 31 de maio de 1823), 15 números (existe apenas na Fundação Biblioteca Nacional Brasil, cota P19,02,17), foi redigido por frei Miguel Sacramento Lopes Gama.

¹⁰ *Astro da Lusitania*, Nº 193 (16 de julho - 1821), pp. [1].

¹¹ *Semanario Civico*, N.º 37 (cf. *Astro da Lusitania*, Nº 334 (7 de janeiro - 1822), pp. [1-2]).

notícias do periódico baiano¹². Aliás, o redactor do *Semanário Cívico*, Joaquim José da Silva Maia, contaminado pela mudança de paradigma comunicacional, tem uma enorme consciência da ética que deve presidir à sua função, particularmente aprofundada, se é possível, em momentos de aguda crise política, quando as armas abandonam os quartéis e se fazem ouvir no espaço público infra-estrutural e simbólico:

A mais melindrosa e arriscada tarefa de um jornalista é, sem contradição, escrever no meio dos embates das diversas facções que agitam o país aonde reside. Por mais moderado e imparcial que escreva, adquire grande número de detractores, porque os diferentes partidos, encarando para os objectos através do microscópio da prevenção, só aprovam o que lisonjeia o modo de pensar de sua respectiva facção. Tal é justamente a triste alternativa em que nos achamos. Protestamos perante Deus e os homens que, quando pegamos na pena para redigir esta folha, o fazemos sempre isentos de prevenção, porque só o espírito da mais perfeita imparcialidade dirige as nossas ideias. Apesar disto, somos caluniados, insultados! Mas, como só a verdade é a meta de nossos escritos (...), continuaremos a escrever, persuadidos que os bons e verdadeiros constitucionais nos farão justiça.¹³

Numa outra perspectiva do tema aqui abordado, saliente-se a importância da actividade conspiratória, como componente que ajuda à circulação do impresso e ao fornecimento de matéria para o periódico, em que o panfleto e a carta anónima são os suportes apetrechados:

Quais serão os facciosos, os representantes da nação ou esses que no Rio arranjaram em francês (afirmam que o arranjador de tão guapo escrito fora o promotor Severiano Maciel¹⁴) essa colecção de disparates, que nenhum outro fim tinha senão separar inteiramente o Brasil de Portugal e onde (...) se encontram as mimosas expressões - áridos rochedos de Portugal! Quais são os facciosos, os representantes da nação ou esses que no Rio quiseram atentar contra a vida de s.a.r. e ... segundo por aí se disse? Os facciosos são aqueles que, apartando-se dos fins a que se propôs a nação portuguesa, quais são a sua felicidade e a glória do seu rei, só maquinaram a sua desgraça, acarretando sobre ela todos os males”¹⁵.

¹² “Instalou-se um governo para governar a boa causa (...). Porém, a intriga e as paixões não tardaram (...) e daí dataram as desordens (...). O desgosto público entrou a sentir-se, a administração pouco ou nada melhorou, os males antigos continuaram e as providências tomadas pelo governo, como de propósito, não têm servido senão de agravá-los” (*Astro da Lusitania*, Nº 335 (8 de janeiro - 1822), pp. [1]). Aliás o mesmo *Semanário Cívico*, Nº 14, face à sua importância, consegue ser citado por *O Portuguez; ou, Mercurio Politico, Commercial, e Literário*, Vol. X, Nº 64, p. 364 e pelo *Astro da Lusitania*, Nº 215 (11 de agosto - 1821), pp. [1-2]).

¹³ *Semanário Cívico*, Nº 37 (7 de novembro - 1821), p. [1].

¹⁴ João Severiano Maciel da Costa (1769-1834), 1.º visconde e 1.º marquês de Queluz, no Brasil. Acerca da versatilidade política de Maciel da Costa, Joaquim Martins de Carvalho, sobre *Apologia que dirige à Nação Portuguesa João Severiano Maciel da Costa... a fim de se justificar das imputações que lhe fazem homens obscuros....* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1821, da autoria do marquês de Queluz, escreve em *O Conimbricense*: “Esta *Apologia* é muito curiosa. Entre outras coisas que chamam a minha atenção [são] os repetidos protestos que (...) Maciel da Costa, o futuro (...) ministro do império brasileiro, fazia em 1821 (...) contra as acusações que lhe eram dirigidas, de promover a separação do Brasil” (*O Conimbricense: jornal politico, instructivo e commercial*, Nº 2874 (10 de fevereiro de 1875)). Segundo Carvalho, algumas páginas da *Apologia* levam a presunção de que Maciel foi o autor do folheto que refutara.

¹⁵ *Astro da Lusitania*, Nº 206 (1 de Agosto - 1821), pp. [1-2].

Ou seja, o periódico fornece-nos não só a informação, mas propicia também o panorama da actividade panfletária que faz circular panfletos entre as duas “margens” do Atlântico.

Em sentido idêntico vai o *Diario extraordinario da Europa*¹⁶, um diário que se publica todas as manhãs – “É um fiel e verídico extracto das folhas Inglesas, Francesas e Espanholas” –. Este periódico fornece elementos da circulação de informação, em que as cartas anónimas, vindas do Rio de Janeiro, são o meio privilegiado que não hesita em publicitar¹⁷.

Não podemos ignorar também, nesta circulação sistémica da novidade e da actividade comunicacional, outras informações fornecidas¹⁸ e outros dados, a esta circulação e actividade associados, com os quais o *Astro* dá corpo à notícia, e.g.: um jantar/baile que se realizou no Rio de Janeiro, dia 24 de Agosto, enquanto na província de Pernambucoos portugueses se degolavam uns aos outros. Com uma ironia dolorosa, o *Astro* publica um impresso, que lhe chegou do Brasil, com o regulamento de *Etiqueta que se há-de guardar pelos senhores convidados para o baile da noite de 24 de Agosto* –, imediatamente suprimido, tendo escapado o exemplar que o redactor transcreve –, em que fica à vista a exigência de respeitar a ordem das entradas e das danças, tal como a cultura das aparências (o modo de trajar) para o dito jantar/baile¹⁹.

No que pode chamar-se um ambiente de comunicação paroxística, no final do ano de 1821 e princípio de 1822, o Brasil ocupa lugar preponderante com numerosas notícias avulsas que os periódicos metropolitanos recebem e reenviam por diferentes vias²⁰.

Não por acaso, reflectindo o que se passa no quadro da informação e da comunicação a nível global, e a propósito da circulação transatlântica dos periódicos, Ferreira de Moura, referindo-se ao Brasil, em breve e curta intervenção nas Cortes, afirma: “Lá [Brasil] também está [o Príncipe] à face da Nação, pois pelos jornais sabemos o que se passa em todo o globo, quanto mais nos países europeus.”²¹

¹⁶ *Diario extraordinario da Europa*, Lisboa, Nova Typ. Maigrense, 1821.

¹⁷ Cf., e.g. “Carta de um militar do Rio de Janeiro”. *Diario extraordinario da Europa*, N.º 23 (1821), Lisboa, Nova Typ. Maigrense, 1821 (cf. *Astro da Lusitania*, N.º 227 (28 de agosto - 1821), pp. [1]).

¹⁸ V. notícias sobre Pernambuco, a Junta Constitucional Governativa da Província de Pernambuco, os eventos acontecidos em 1821, desde Julho a Outubro, com o protagonismo do controverso Luís do Rego Barreto (cf. *Idem*, N.º 303 (27 de novembro - 1821), pp. [1-2]); ou ainda a Constituição do Maranhão (cf. *Idem*, N.ºs 175, 176 e 180 (23, 25 e 30 de junho - 1821)).

¹⁹ “As senhoras irão vestidas de Corte, mas sem manto. As que dançarem, porém, levarão vestidos redondos, luvas e o enfeite da cabeça mais ligeiro e próprio para aquele fim. Os cavalheiros irão igualmente vestidos de Corte, porém, os que se propuserem dançar, irão de meias de seda branca, com a farda desabotoada, banda sobre o colete e luvas brancas. Os outros no rigor do uniforme” (*Idem*, N.º 304 (28 de novembro - 1821), pp. [1-2]).

²⁰ Cf. *Idem*, N.ºs 316, 317, 318 (13, 14, 15 de dezembro - 1821).

²¹ *Diario das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa, Segundo Anno da Legislatura*, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1822, Sessão do dia 22 de março de 1822, pp. 575-576.

Neste mesmo panorama, assinala-se ainda o aparecimento nas páginas de *O Independente*²² a referência aos periódicos brasileiros anti-portugueses, como *A Malagueta* e o *Despertador Braziliense*, “títulos insidiosos contra os portugueses, contra os seus representantes (...), semeados (...) de interpretações, as mais sinistras e injuriosas, das Cortes (...) e dos portugueses”²³, que são objecto de intervenção, do deputado Borges Carneiro, a propósito dos “periódicos (...) chegados do Rio de Janeiro”²⁴. Ainda na perspectiva do tema que aqui se estuda, *O Independente* publica no seu *Suplemento* extractos da *Memoria sobre o estado actual das Américas e meio de pacificá-las*²⁵, que preenchem várias páginas.

Dos periódicos brasileiros que circularam em Portugal, seja pela via da circulação aberta, seja pela referência ou pela citação, forneço o elenco possível. Se alguns não existem nos catálogos da Biblioteca Nacional de Portugal ou Porbase, esse facto não significa que não tenham chegado, circulado, sido lidos, reenviados e retransmitidos, pela via da rede psicopolítica²⁶, que, associada ao “círculo de leitura”²⁷, permitia um notável acréscimo da sua circulação sistémica, constituindo-se em verdadeira escala de transmissão noticiosa e informativa.

Uma coisa pode afirmar-se em relação ao conjunto de periódicos estudado e pesquisado: a sua função pró ou contra a independência brasileira.

Face ao limite de espaço, trago à colação uma breve informação sobre os periódicos pesquisados:

Idade D'Ouro do Brazil (1811-1823). Bahia: Na Typographia de Manoel António da Silva Serva, 1811- 1823, N. 1 (1 de Janeiro - 1811) – Nº12 (11 de Fevereiro - 1823). Iniciado em 1811, mantém a matriz do modelo Gazeta. Oficioso, defende as exigências da facção governamentalista, que obviamente lhe dava protecção. A oposição chamava-lhe *Idade do Ferro*.

Jornal de Variedades (1812). Bahia. Alguns autores falam, mas desconhecem-se exemplares.

O Patriota, Periódico Litterario, Politico, Mercantil, &c. do Rio de Janeiro (1813). Rio de Janeiro: Na Impressão Regia, 1813. Aproxima-se do modelo periodístico em língua portuguesa, produzido em Londres. Próximo de Lisboa, espécie de oficioso não comprometido. Aborda sobretudo as várias áreas do saber e sobre política limita-se a noticiar.

O Amigo do Rei, e da Nação (1821). Rio de Janeiro: Na Typographia Real, 1821. Apenas um exemplar, sem indicação de data e numeração. Apela ao Reino Unido, segundo os valores do novo imaginário.

²² *O Independente* (1821-1822).

²³ *Suplemento ao Nº 64 do Independente*, Lisboa, Na Imprensa Nacional, [1822], p. [1].

²⁴ *Diario das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa, Segundo Anno da Legislatura*, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1822, Sessão do dia 22 de março de 1822, pp. 575-576

²⁵ Com início no *Suplemento ao nº 58 do Independente*, Nº 58 (12 de março - 1822), p. [1], irá publicar, tipo folhetim, até ao *Suplemento ao nº 69 do Independente*, Nº 69 (27 de março - 1822), p. [1]. Sobre este título não foi encontrada qualquer referência, seja na Fundação Biblioteca Nacional Brasil, na Porbase, ou no catálogo manual da Biblioteca Nacional de Portugal.

²⁶ Cf. José Augusto dos Santos Alves, *A Opinião Pública em Portugal (1780-1820)*, 2ª ed., Prefácio de José Esteves Pereira, Lisboa, edual, 2004, pp. 31-32.

²⁷ Cf. José Augusto dos Santos Alves, *Comunicação e história das ideias: a génese do editorial político*, [Lisboa, s.n.], 2004 ([S.l.], Tipografia Maia); *Idem, O Poder da Comunicação: a história dos media dos primórdios da imprensa aos dias da Internet*, pref. Alexandre Manuel, Cruz Quebrada, Casa das Letras, 2005, pp. 47-48.

O Bem da Ordem (1821). Rio de Janeiro: Na Typographia Real, 1821, Nº 1, 3 – 9. Defensor dos interesses europeus. Periódico de opinião.

O Conciliador do Reino Unido (1821). Rio de Janeiro: Na Imprensa Regia, 1821, Nº 1 – 7 (Março – Abril - 1821). Periódico de opinião, europeu.

Génio Constitucional (1821). Reimpresso no Rio de Janeiro: Na Typographia Real, 1821 (14 de Novembro - 1821). Apelo à eleição para deputados, transcrevendo no contexto, os Nºs 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 25, 26 do *Génio Constitucional* (1820). Porto: na Typ. de Viuva Alvarez Ribeiro & Filhos, 1820, N. 1 (2 de Outubro - 1820) – Nº. 77 (30 de Dezembro - 1820). Recorre, como argumento maior, às Cortes de Lamego, pacto fundamental da monarquia.

Despertador Brasiliense (1821). Rio de Janeiro: Na Typographia Nacional, 1821. Apenas um exemplar, sem indicação de data e numeração. Periódico de opinião, brasileiro, nacionalista.

Sabatina Familiar de Amigos do Bem-Comum (1821-1822). Rio de Janeiro: Na Imprensa Nacional, 1821- 22, Nº 1 – 5 (8 de Dezembro - 1821 – 5 de Janeiro - 1822). Periódico de opinião pelo viés da literatura, contaminado, aparentemente, pela indefinição.

O Conciliador do Maranhão (1821-1823). Maranhão: Na Typographia Maranhense/ Imprensa Nacional, Nº 1 (15 de Abril - 1821) – Nº 210 (16 de Julho - 1823); a partir do Nº 77 (6 de Abril - 1822), apenas *Conciliador*, de 15 de Abril - 1821 – 16 de Julho - 1823 (Nº 1 – 210), com faltas (1821 – Nºs 9 a 34; 1822 – Nºs 102, 108, 152; 1823 – Nºs 162). Maioritariamente noticioso, oficioso, o que não exclui artigos de opinião (que se acentuam a partir de meados de 1822, sobretudo através de correspondentes), com a chancela de Lisboa. Entra em polémica com *A Folha Medicinal do Maranhão*, aplicando-lhe a *Palmatoria Semanal*.

Compilador Constitucional Politico, e Litterario Brasiliense (1822). Rio de Janeiro: Typographia Nacional/Typographia de Moreira e Garcez, 1822, Nº 1, 3-15 (5 de Janeiro-26 de Abril - 1822).

Noticioso, opinião, correspondência; fontes noticiosas: o *Correio Braziliense* e *O Portuguez*. Defensor da união; europeu.

Reclamação do Brasil (1822). Rio de Janeiro: Na Imprensa Nacional/Typographia Nacional, 1822, Partes I-XIV. Exemplar do processo que vai da tentativa de consenso à ruptura, a favor do nacionalismo brasileiro.

O Conciliador Nacional (1822-1823). Pernambuco: Na Typographia de Cavalcante e C^a, Nº 4 (4 de Setembro - 1822) – Nº 18 (31 de Maio - 1823). (1822) Nºs 4,5,7, e 8; (1823) Nºs 9, 10, 14 e 18. Entrada evidente na modernidade como periódico de opinião. “Amante da causa brasiliense”.

Annaes Fluminenses de Sciencias, Artes e Litteratura, Publicado por huma Sociedade Philo-Tecnica (1822). Rio de Janeiro: Na Typographia de Santos e Souza, 1822, Nº 1 (Janeiro - 1822). Periódico de opinião, à semelhança dos londrinos e do parisiense, em idioma português (*Annaes das sciencias, das artes e das letras / por huma Sociedade de Portuguezes Residentes em Paris*; [dir. José Diogo Mascarenhas Neto]. Paris: A. Bobée, 1818-1822). Claramente inserido no novo paradigma, este único número a que foi possível aceder, apresenta 115 pp., mais um anexo de 8 pp.. “Fatiamento” temático: política, economia, ciência, administração eclesiástica, etc. Europeu.

Diario Constitucional. Bahia: Na Typ. Da Viuva Serva e Carvalho, 1821, Nº 28 (6 de Setembro - 1821; Nº 34 (14 de Setembro - 1821). Defensor da causa brasileira, o *Diario* suspendeu, em virtude da polémica, a publicação a 15 de Dezembro de 1821. A 8 de Fevereiro de 1822, ressurgiu, substituído depois por *O Constitucional*, que lhe segue as convicções.

O Constitucional (1822). Rio de Janeiro: Na Typographia do Diario, 1822, Nº 1 – 8. Periódico de opinião, incendiário e perturbador, termina violentamente a 21 de Agosto de 1822, após várias agressões.

A Folha Medicinal do Maranhão (1822). Maranhão: Na Typographia Nacional/Na Imprensa

Nacional, 1822, Nº 1 (11 de Março - 1822) – Nº 10 (13 de Maio - 1822). Trata da medicina doméstica para as moléstias da província (cf. Nº 2 (18 de Março - 1822). A metáfora da medicina com objectivos políticos.

Periódico de opinião, nacionalista, brasileiro, sem remorsos.

O Brasil (1822). Rio de Janeiro: na Typographia dos Annaes, 1822. Apenas um exemplar, sem indicação de data e numeração. Oficioso.

O Macaco Brasileiro (1822). Rio de Janeiro: Na Imprensa de Silva Porto, 1822, Nº 1 – 10. Periódico de opinião. Defensor da união, com recurso sistemático ao imaginário da Antiguidade Clássica.

O Papagaio (1822). Rio de Janeiro: Na Typographia de Moreira e Garcez/Diário, 1822, Nº 1 – 12 (4 de Maio - 1822 – 8 de Agosto - 1822). Defende a reunião de Cortes no Brasil e o Brasil como sede do executivo. Números com reflexão continuada, no mesmo quadro de *O Constitucional*. Resultado: Brasil reassume a sua inquestionável soberania.

A Verdade Constitucional (1822). Rio de Janeiro: Na Typographia de Santos e Souza, 1822, (16 de Março - 1822). Um exemplar sem numeração. Periódico de opinião e noticioso, mas, sem hesitações sobre o caminho a seguir: os interesses da América.

Semanario Civico (1821-1823). Bahia: Na Typographia da Viuva Serva e Carvalho, 1821-1823, Nº1 (1 de Março - 1821) – Nº 117 (7 de Junho - 1823). Oficioso, europeu, defensor extremado da causa portuguesa.

Sentinella Bahiense (1822). Bahia: Na Typographia da Viúva Serva e Carvalho, [1822], Nº 1 – 15 (21 de Junho – 7 de Outubro - 1822). Da colecção existe apenas um exemplar na Biblioteca Pública Municipal do Porto: Nº 4 (24 de Julho - [1822]). Alguém rotula a *Sentinella* de imprensa reaccionária²⁸, o que me parece redutor. Seja o *Semanario Civico*, seja a *Sentinella Bahiense* (Joaquim José da Silva Maia redige ambos), defensores dos interesses de Lisboa, têm a oposição do *Diario Constitucional*, depois *Constitucional*, nacionalistas brasileiros, como vimos.

Sentinella Constitucional Bahiense (...) por os Amantes da União (1822). Maranhão: Na Imprensa Nacional, 1822. Apenas um exemplar na Biblioteca Nacional de Portugal. Defensor radical dos interesses de Lisboa, está a meio caminho entre o periódico e o panfleto, associado a outros escritos de reflexão.

Atalaia (1823). Rio de Janeiro: Na Typographia Nacional, 1823, Nº 1 – 14 (30 de Maio – 2 de Setembro - 1823). Periódico de opinião, anti-maçónico e pró inglês, advoga amálgama com posições britânicas.

Parece defender a saída de uma colonização para sujeitar o Brasil a outra.

CONCLUSÃO

Se é possível falar em “fermento”²⁹, então não será ousado afirmar que a circulação do impresso, periódico ou não, olhada naturalmente como Comunicação, é um “fermento” prenhe de ideias, um ingrediente capital e um acolhedor manancial da sua multiplicação. Com efeito, dir-se-ia que o poder da Comunicação, entre a conexão das vivências e das interpretações, cativa, recria e difunde, recupera, recentra e reordena as relações que os homens mantêm com as ideias, a política, os poderes e a sua comunidade. Daqui decorre que é tão importante inventariar a circulação do impresso, como salientar a “transumância” sistémica das ideias,

²⁸ Cf. Consuelo Pondré de Sena, *A imprensa reaccionária na independência: sentinella bahiense*, Salvador/Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1983.

²⁹ Aproprrio aqui a expressão de Lucien Febvre & Henri-Jean Martin, *L'apparition du Livre*, Avant-propos de Paul Chalus. Paris, Albin Michel, 1957.

dos temas, das vivências, das opiniões, da qual a difusão é portadora. Falar de circulação do impresso abstraindo das temáticas que incorpora seria o mesmo que falar do corpo sem alma, de uma razão sem consciência.

Pela acção periodístico-política, os periodistas brasileiros visam reanimar a sociedade em que se inscrevem e para a qual escrevem. No duplo sentido de circulação e na dupla viragem, que está presente neste texto, no novo modo de produção periodístico e na transição para a independência, dois mundos de vida e opostos horizontes de chegada se afrontam.

Assim, do lado europeu, temos:

Uma visão que se deixou ultrapassar pelo tempo, que não compreende o inevitável, a independência, ainda que tendo presentes os valores que o 24 de Agosto de 1820 tinha estabelecido em Portugal. Entre a possibilidade virtual de continuar a manter a colónia, em confronto com a impossibilidade factual, a facção europeia não tenta ver para além das fronteiras do Brasil e do limitado espaço urbano de Lisboa.

Assombrados pelo processo da eventual descolonização e por uma crise, sem precedentes, à vista no horizonte próximo, no sentido do fim do suposto império, os periodistas favoráveis à manutenção do Brasil, na dependência de Lisboa, recorrem à argumentária possível, e ao alcance, para obterem o efeito desejado, sem sucesso. A independência estava ao virar da esquina.

Do lado brasileiro:

O sentimento do abominável: a manutenção do Brasil colonial. Este abominar é profundo. Se os periódicos brasileiros, favoráveis ao total descomprometimento em relação a Portugal, iniciam a publicação em tom moderado, com o avançar do tempo e do processo refinam a escrita, na essência liberal, mas nacionalista. E não colhe acusá-los de absolutistas, porque a política, que absolutamente era estranha ao público, saiu agora à rua, deixou os gabinetes.

Além dos programáticos princípios liberais, os tenores da independência continuaram no hiato de espera, da indefinição entre Cortes e Brasil, a cantar o *requiem* pela colónia, independentemente da vontade de Lisboa e da burguesia portuguesa interessada no negócio brasileiro, e a aprofundar o seu novo modo produção de periódicos.

Na herança do modelo *Gazeta* e na projecção para outro modo de produção, e outro mundo de vida, a imprensa brasileira, de ambos os lados do diferendo, exhibe uma forma de pensamento e acção, que é também uma missão: a “campanha de imprensa”³⁰, a favor ou contra a independência, com “rostos” vários, muitas vezes recobertos por máscaras tipificadas. Só posteriormente, após a desagregação do “bloco histórico” brasileiro, em torno da independência, se foram desmascarando, mas esta é já outra história.

Seja como for, a decisão de 7 de Setembro de 22 (Ipiranga) e de 14 de Setembro 22 (aclamação de Pedro), actos políticos de enorme relevância e ruptura entre os dois países, não impediu, para citar um exemplo, que na década de 30 do século XIX, se publicasse *O Brasileiro em Lisboa*³¹, manifestação evidente de que a circulação transatlântica do impresso se mantinha, sem obstáculos.

³⁰ A “campanha de imprensa” é um conceito em marcha, que, ao longo do século XIX e seguintes, terá modelos aprimorados (que a *Revolução Digital* vai permitir), e que marca a produção periodística deste período até meados do século. Componente da paisagem urbana, e omnipresente com os seus escritos, a “campanha de imprensa” torna-se neste período um verdadeiro fenómeno social, desejoso de cativar a opinião. Podemos interrogar-nos sobre a sua eficácia, e a sua importância, como sector político e social específico, que pode ser mínima. Mas no sentido lato, designa todas as “técnicas” da escrita utilizadas para fazer conhecer ou fazer valer objectivos, uma mudança política ou queda de ministério ou ministro, um acontecimento, uma ideia, qualquer que seja a forma e a finalidade. A evolução do periodismo e a apropriação pelos periodistas, no quadro da comunicação e da informação, do sector da opinião, no seio do espaço público político, no momento em que os fenómenos do periodismo e de opinião tomam lugar, cada vez mais considerável, na vida individual e da comunidade, fazem desde logo da “campanha de imprensa” o elemento de um campo mais vasto, a comunicação, que interfere, não apenas com as actividades do quotidiano, mas igualmente com a vida política, social e cultural. A “campanha de imprensa”, as impressões que fornece da política, do exercício do poder, deve ser considerada como representativa das tendências da época, apesar de toda a ambiguidade do discurso, das efabulações das impressões que fornece. Redutora ou não – a mensagem é por vezes curta e impressiva –, a “campanha de imprensa”, pela sua natureza, estimula o uso público da razão e provoca a interiorização dos valores do imaginário veiculado pela mensagem, produzindo um discurso delegitimação cujo objectivo é deslegitimar o regime, o poder em exercício, um governo, fazendo esquecer os seus potenciais de legitimação em favor da incorporação dos latentes e virtuais do quadro sociopolítico a vir. A “campanha de imprensa”, embora possa conter alguns ingredientes de especulação, não surge como um epifenómeno, uma vez que não se desenrola nas margens do processo da quotidianidade sociopolítica. Vive intensamente essa quotidianidade. Os periodistas escrevem não apenas para defender a sua posição de tribunos do povo e representantes da opinião pública, mas como alguém que pensa o poder, sem o deter, numa lógica consequente de objectivos que devem ser alcançados.

³¹ *O Brasileiro em Lisboa* publica-se entre Nº 1 (12 de outubro - 1837) e Nº 10 (11 de dezembro - 1837), Lisboa: Na Imprensa de Galhardo e Irmãos, 1837. O Prospecto anuncia, entre outras informações, que, organizados em sociedade, “um diminuto número de patriotas brasileiros, e alguns portugueses, que para iguais fins se reputam cidadãos do mundo inteiro, convieram em publicar semanalmente em Lisboa um periódico (...), com o intuito de propagar e generalizar (...) sábias leis e o patriótico zelo (...). Possa este exemplo despertar iguais empresas em outros países europeus [com] vantagens relativas ou recíprocas do comércio em geral, bem como encontrar benévola aceitação no público ilustrado” (*O Brasileiro em Lisboa*, Nº 1 (12 de outubro - 1837), p. 1).

O IMPERADOR DO BRASIL E A IMPRENSA FRANCESA DA MONARQUIA DE JULHO

Isabel Lustosa
(Fundação Casa de Rui Barbosa)

D. Pedro I partiu do Brasil como um tirano e chegou na Europa como campeão do constitucionalismo

Quando o ex-imperador do Brasil, d. Pedro I desembarcou no porto de Cherbourg, no litoral da Normandia, em 11 de junho de 1831, foi recebido com todas as honras de um soberano. Homenagens e desfiles militares marcaram sua chegada e ele recebeu da prefeitura um palácio para se instalar com sua corte. Nos discursos com que foi saudado, todos exaltavam o campeão do liberalismo no Novo Mundo, o monarca constitucional. Um deputado liberal dos mais radicais ressaltou em d. Pedro as virtudes modernas que eram raras entre os monarcas depois da Restauração.

Sua presença em Paris durante os três dias de festejos pelo primeiro aniversário da Revolução de Julho de 1830, (27, 28 e 29 de julho), foi destaque na imprensa. Ele foi homenageado não só pelo Rei, Luis Felipe que lhe concedeu a Legião de Honra como também pela multidão que o viu sempre ao lado do rei, em todas as solenidades. Em agosto de 1831, quando d. Pedro decidiu-se por viver em Paris, Luis Felipe cedeu-lhe o Castelo de Meudon, edificação magnífica que tinha sido restaurada em 1807 por Napoleão para ser a residência do Rei de Roma, seu filho com Maria Luiza. Essa feliz temporada parisiense do ex-imperador do Brasil culminou, no plano pessoal, com o nascimento de sua filha, Maria Amélia que, em janeiro de 1832, foi batizada tendo como padrinhos o rei e a rainha dos franceses. No plano político, o sucesso foi marcado pela obtenção dos recursos e apoios necessários para a expedição com que ia retomar a coroa portuguesa usurpada

por D. Miguel¹. A esquadra de D. Pedro pôde partir de Belle-Île, na costa da Bretanha, por mais uma concessão de Luis Felipe que, apesar de se declarar neutro na disputa entre os dois irmãos portugueses, dera discreto apoio ao novo amigo.

D. Pedro fora obrigado a abdicar do trono do Brasil em favor de seu filho de cinco anos depois de um movimento revolucionário que reuniu monarquistas liberais, federalistas e republicanos, além de setores da sociedade civil insatisfeitos com o seu reinado (1821/1831). O episódio que culminou com sua abdicação na madrugada de 7 de abril de 1831 foi resultado de um longo processo de desgaste. Apesar de sempre ter se afirmado constitucionalista, D. Pedro era acusado pelos liberais de tirania por não respeitar nem fazer aplicar completamente a Carta constitucional que ele mesmo outorgara em 1824.

A notícia da queda do rei da França, Carlos X, ocorrida no final de julho, chegou ao Brasil apenas em setembro de 1830. Seu impacto foi enorme e o fato foi saudado pela imprensa liberal como o prenúncio de uma nova era. Os jornalistas mais radicais como Libero Badaró, através de seu “Observador Constitucional”, publicado em São Paulo, sugeriram aos brasileiros que seguissem o exemplo dos franceses. Os estudantes do Curso Jurídico de São Paulo promoveram manifestações pelas ruas da cidade demonstrando alegria “*pelo derrubamento do governo tirano e anticonstitucional da França*”. Considerando aquelas manifestações como subversivas, o Ouvidor da Vila de São Paulo, Cândido Ladislau Japiaçu, determinou a prisão de alguns estudantes. Em defesa deles saiu o jornalista Libero Badaró que acabou morto em uma emboscada (21 de novembro de 1830) supostamente a mando do mesmo Ouvidor². A morte de Badaró se tornaria o símbolo da campanha que acabaria levando à abdicação de d. Pedro I. No rastro desse episódio, os jornais mais exaltados passaram a comparar a situação do Imperador com a de Carlos X. Essas analogias não cessaram depois que ele abdicou, ao contrário, elas também funcionariam como uma forma de legitimar a revolução brasileira.

Entender os caminhos que fizeram com que um soberano que deixou o Brasil como inimigo da Constituição fosse recebido na França como um verdadeiro campeão do liberalismo e do constitucionalismo é um dos objetivos deste trabalho.

¹ Em 1828, o irmão mais novo de d. Pedro I, d. Miguel tinha subido ao trono português como monarca absoluto em situação de legitimidade discutível. Como filho mais velho, com a morte de D. João VI, em 1826 d. Pedro, foi aclamado rei de Portugal com o título de d. Pedro IV, assumindo em seu lugar como regente a irmã, d. Isabel. A constituição brasileira vedava o acúmulo das duas coroas, o Imperador do Brasil então abdicou em favor da filha mais velha, Maria da Glória, então com 7 anos de idade. D. Miguel vivia na Áustria desde que, em 1824, tentara um golpe contra d. João VI. Como temia que o irmão reivindicasse o trono vago, d. Pedro negociou com ele que assumisse a regência na qualidade de marido da rainha. D. Miguel aceitou o acordo, o casamento, a ser consumado quando ela chegasse a idade núbil, foi realizado por procuração mas quando d. Miguel desembarcou em Lisboa, pouco depois foi aclamado rei, com o apoio da Áustria e a anuência silenciosa de Londres.

² Sobre Libero Badaró e o impacto da recepção da notícia da queda de Carlos X no Brasil ver: Deacato & Secco.

Para tanto, creio que a análise do que foi publicado na imprensa de um lado e do outro do Atlântico auxiliará em larga medida para a compreensão desse fenômeno. Afinal, tanto no Brasil quanto na França a imprensa teve papel fundamental no processo revolucionário. Foram os jornais franceses liberais, unidos aos republicanos que, reagindo às tentativas de Carlos X de cercear o parlamento e a imprensa, provocaram a sua queda³. Foram os jornais liberais brasileiros, especialmente os do Rio de Janeiro, sob a liderança dos jovens políticos mais atuantes daquele momento, os deputados Evaristo da Veiga e Bernardo Pereira de Vasconcelos, juntamente com as folhas e panfletos dos federalistas e republicanos que, divulgando as causas da queda de Carlos X, fizeram dela fonte de estímulo para uma revolução que já se anunciava. Conhecedor da força da imprensa para a ação política, ele mesmo tendo escrito muito para os jornais brasileiros, D. Pedro deixou o Brasil com o propósito de conquistar a Europa para a causa de sua filha, D. Maria II, em Portugal e faria uso dos jornais franceses para divulgar suas intenções e suas ações.

O sucesso de um imperador burguês numa corte burguesa

D. Pedro foi de fato um convicto constitucionalista. Desde o começo de sua trajetória, suas ações foram no sentido de estabelecer em Portugal e no Brasil um sistema constitucional. Apoiando a sublevação de 26 de fevereiro de 1821⁴ que exigia do rei D. João, o juramento prévio da Constituição Portuguesa e intermediando as negociações entre os rebeldes e o próprio pai foi que ele conquistou finalmente um papel de destaque na cena política. Ele manteve-se fiel ao constitucionalismo, em 1822, quando, à revelia de seu principal Ministro, José Bonifácio de Andrada, aceitou a petição que, reunindo seis mil assinaturas, lhe solicitava a convocação de eleições para uma constituinte brasileira. Mesmo depois dos tantos embates que levaram-no a dissolver essa mesma Assembléia Constituinte em novembro de 1823, ele optou por outorgar uma carta constitucional ao Brasil, em 1824. Carta esta de feitio liberal que, com as modificações do Ato Adicional de 1834, vigeria até o final do regime monarquista no Brasil (1889). Quando seu pai, D. João VI, morreu, em 1826, D. Pedro foi aclamado rei de Portugal e imediatamente redigiu uma constituição para aquele país, mesmo sabendo que o momento na Europa era ainda de predomínio da Santa Aliança que renegava toda a herança da Revolução e do período napoleônico.

³ Sobre a influência da imprensa no processo que culminou da Revolução de Julho de 1830 na França, v. Ledré, Beranger & alli, et Vigier (1972).

⁴ Depois que a notícia da Revolução Constitucionalista ocorrida na cidade do Porto, em 20 de agosto de 1820 chegou ao Rio de Janeiro, estabeleceu-se uma grande inquietação na Corte que estava estabelecida no Brasil desde 1808. No dia 26 de fevereiro de 1821, as tropas portuguesas acantonadas no Brasil, junto com alguns republicanos, liberais e maçons exigiram do Rei o juramento prévio da constituição que se iria fazer em Portugal. D. Pedro, simpático àquele movimento foi quem conduziu as negociações e, de certa forma, pressionou o pai para atender aos revolucionários.

A personalidade forte, autoritária e centralista de d. Pedro fez com que, no Brasil, ele entrasse em conflito com o Parlamento e com a imprensa inúmeras vezes. No entanto, mesmo para adotar políticas arbitrárias buscava legitimá-las por meio da Constituição. Apesar de ter modos um tanto rudes e um temperamento explosivo, o imperador era homem inteligente, dotado de grande simpatia natural, de aspecto agradável, elegante e limpo. Muito sociável, ele tinha também grande facilidade de comunicação tanto oral quanto escrita. Essas virtudes lhe ajudariam muito na Europa. A sorte garantiria a outra parte do seu sucesso.

Quando D. Pedro desembarcou na França, fazia apenas um ano que Luis Felipe subira ao trono. Alçado ao poder pelos revolucionários de 1830, liberais e republicanos, o apoio de Lafaiete foi fundamental para legitimar Luis Felipe. Durante os festejos pelo primeiro aniversário da Revolução de Julho, Lafaiete foi o nome gritado pela multidão que reclamava a presença do “Herói dos dois mundos”, evidenciando que seu prestígio era igual ou maior do que o do rei. Ter a seu lado um personagem como D. Pedro que chegava com a missão de libertar Portugal do jugo do absolutista d. Miguel e que, por isso, fora recebido calorosamente pelos liberais franceses, era uma vantagem a ser explorada por um rei ainda fraco.

Outra circunstância que se revelaria muito favorável a d. Pedro naquele contexto era a dupla relação de parentesco por afinidade que tinha com Napoleão Bonaparte. Sua primeira mulher, a imperatriz dona Leopoldina, era irmã da imperatriz Maria Luíza, a filha de Francisco I com quem Napoleão se casara depois do divórcio⁵. Sua segunda mulher, d. Amélia com a qual desembarcou na França, era uma linda jovem de 20 anos, filha de Eugénio Beauharnais, o enteado que Napoleão perfilhara e que era muito benquisto na França. Desde a morte de Napoleão em 1821, a França vivia um processo crescente de fortalecimento da legenda napoleônica⁶.

Outra circunstância do acaso fez com que no mesmo mês em que d. Pedro desembarcou no litoral da França, seu irmão, d. Miguel tivesse que se submeter a um armistício humilhante depois de ver a esquadra francesa entrar no Tejo. Esta ali fora em reação a violências sofridas por cidadãos franceses que viviam em Portugal que foram presos e maltratados sob a acusação de atividades subversivas. De resto, a violência do reinado de d. Miguel, a perseguição implacável que movia contra seus opositores levava a que os exilados portugueses fossem numerosos tanto na França como na Inglaterra e na Bélgica. O martírio a que eram submetidos os ex-deputados constituintes nas prisões miguelistas era pintado com as cores mais fortes pela imprensa liberal francesa. Em suas páginas o nome do rei de Portugal era quase sempre antecedido do epíteto “monstro”.

⁵ D. Leopoldina (1897/1826) era também uma sobrinha muito ligada à rainha dos franceses, d. Maria Amélia para quem mandara muitas cartas do Brasil.

⁶ Sobre a emergência do culto a Napoleão durante a década de 1820, v. Vigier (1972 e 1991), Pikney e o livro de Emmanuel Fureix onde se estabelece como as sugestivas imagens da tumba de Napoleão em Santa Helena a partir de 1821 foram o momento fundador desse processo que, a partir de 1830 estaria em plena consagração. A volta das cinzas de Napoleão a Paris em 1841 marcam a consolidação do mito. (v. FUREIX, p.)

Finalmente, o reinado de Luis Felipe começaria pelo apelo aos valores burgueses, ao mérito e à simplicidade dos costumes de família, a ponto de ser apelidado de o rei burguês⁷. Nada mais de acordo com D. Pedro que era, por sua vez, um príncipe de espírito burguês. No Brasil, manifestara desde cedo vocação para o comércio e, mesmo depois de Imperador, estava sempre fazendo negócios. A aguardente produzida em sua fazenda de Santa Cruz era comerciada no Rio. Ele mesmo se ocupava das contas domésticas e, já na Europa, esse espírito de economia contribuiria para que preferisse viver em Paris do que em Londres. Também para economizar trocara a vida no suntuoso Castelo de Meudon por uma burguesa habitação na Rue de Courcelles. Atitudes que poderiam ser ridicularizadas (como o foram) por parte da imprensa conservadora mas que, certamente, o tornaram simpático à família real e ao povo francês. Durante o período em que viveu em Paris - entre o final de agosto de 1831 e o final de janeiro de 1832 - d. Pedro teve uma movimentada vida social. Mas, ao lado desta, esteve em constante atividade para garantir o sucesso da expedição para a reconquista da coroa portuguesa.

Ao escrever a biografia de d. Pedro I, constatei a importância que o semestre passado em Paris tivera na vida do ex-imperador do Brasil. Foi como um rito de passagem necessário para desligá-lo do Brasil, mergulhando-o no ambiente da mais sofisticada cultura européia daquele momento, e preparando-o para comandar a expedição vitoriosa de reconquista da coroa de sua filha. As biografias do imperador escritas por Sousa e Dalbien já haviam revelado um surpreendente número de registros sobre d. Pedro publicados na imprensa francesa durante aquele período. Instigada por essas informações resolvi realizar pesquisa para levantar, identificar e analisar esse material.

Naturalmente que para fazê-lo foi preciso estudar não só a imprensa francesa mas também os antecedentes e as consequências da Revolução de 30 Julho⁸. O contexto revolucionário que então agitava a Europa encontrava correspondência no ambiente que marcou a queda de d. Pedro no Brasil. A análise dos jornais franceses permitiu descobrir neles as conexões que também se fizeram na Europa entre os dois casos. Bem como entre o caso de d. Pedro e de outros soberanos europeus apeados do trono por processos revolucionários semelhantes.

Aspecto importante que emergiu dessa pesquisa foi o das representações que os franceses de 1831 tinham do Brasil e de seu imperador. Elementos de exotismo e selvageria eram associados ao povo mas faziam contraste com a imagem do príncipe, ele mesmo herdeiro de uma das dinastias mais antigas da Europa e que era, ao mesmo tempo, um homem de idéias modernas que tinha dado constituições

⁷ Ver, sobre a imagem burguesa de Luis Felipe e de sua família o artigo de Margadant citado na bibliografia.

⁸ Para o estabelecimento dessa bibliografia foram fundamentais as indicações de Jean-Yves Mollier e de Emmanuel Fureix, aos quais aqui agradeço.

tanto ao Brasil quanto a Portugal. O imaginário que havia sobre o Brasil, ainda naquele tempo tido como uma representação viva do Eldorado, em que o ouro de suas minas parecia refletir na pele bronzada de sua gente, dava uma aura toda especial ao príncipe que chegara de lá. No entanto, do ponto de vista das elites liberais ilustradas, o volume de informações que já existia sobre o Brasil real, a partir dos relatos dos viajantes e dos cientistas, era já considerável e renovado a cada resenha de livro publicada nos jornais ou artigos inseridos em uma revista como a “Revue des deux mondes”.

Mesmo assim, a aparição de d. Pedro na Opera de Paris no mesmo dia em que ali também compareceu o ex-Dey da Argélia deposto pelos franceses em 1830, motivou uma série de comparações. O exotismo dos dois continentes de onde vinham: América do Sul e África, estimulava as analogias e inspirava a imaginação dos jornalistas. Muitas seriam as matérias publicadas na imprensa em que a pessoa do Dey e sua situação cultural e política eram comparados às de D. Pedro I. Essas comparações foram sempre desvantajosas para o Dey e as tentativas da imprensa legitimista de assemelhá-los não prosperaram.

Se a imagem do burguês econômico e de hábitos simples que de fato era D. Pedro fez perder alguns pontos de prestígio ao príncipe do Eldorado, sua simpatia e facilidade de comunicação, aliadas à uma vida pacata, igual à de todo o mundo, passaram a ser elementos de contraste com a imagem negativo de seu irmão e adversário. D. Miguel que quando estivera em Paris em 1827 deixara impressão das mais agradáveis pois era também um belo rapaz, estava agora definitivamente associado à violência e ao obscurantismo de seu reinado. A isto se somava o preconceito francês elaborado a partir de estereótipos sobre o que era Portugal e quem eram os portugueses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas relativas aos jornais franceses foram concluídas em julho de 2012 com o levantamento de tudo o que foi possível encontrar nas bibliotecas parisienses. A bibliografia de apoio permitiu situar cada jornal relacionando-o com o campo político ao qual se filiava, ou não. Este trabalho pretende contribuir para entender algumas das conexões entre o Novo e o Velho Mundo, especialmente sobre as representações da realidade brasileira então em circulação na França. Neste sentido, a imprensa deste país, que vivia talvez seu momento de mais forte influência sobre os destinos da nação é fonte indispensável. A passagem por Paris de um príncipe que teve papel decisivo no destino de duas Nações, o Brasil e Portugal proporciona uma situação privilegiada para decifrar os cruzamentos entre todas essas histórias.

Relação de revistas e jornais franceses investigados (1831/1832):

L'Ami de La religion et du roi
L'Avenir
Le Cabinet de Lecture
Cancans Universelles
Les communes
Le Constitutionnel
Figaro
La France Nouvelle
Le Fureteur de Paris et de la Banlieue
La Gazette de France
Gazette Littéraire
Le Globe – journal de la religion saint-simonienne
Journal de Débats
Mayeux
Messenger des Chambres
La Mode – revue de monde élégant
Le Moniteur Universel
Le National
Le Pirate
La Quotidienne
Le Rubin tricolore, journal omnibus
La Revue des deux mondes
La Revue Européenne
Revue Musicale
La Revue de Paris
Le Temps – journal des progrès
La Tribune

BIBLIOGRAFIA

IBELLANGER, C.; GODECHOT, J.; GUIRAL, P.; TERROU, F. *Histoire General de La presse française, Tome II: de 1815 à 1871*, Paris, Presses Universitaires de France, 1969.

CHURCH, C. H. *Europe in 1830*, Londres: George Allen & Unwin, 1983.

DALBIAN, D. *Dom Pedro – Empereur Du Brésil Roi de Portugal, 1798-1834*. Paris, Librairie Plon, 1959.

DEAECTO, Marisa M. & SECCO, Lincoln. “Livros Sediciosos e Ideais de Revolução no Brasil (1830-1871)”, in:

DÉMIER, F. *La France de La Restauration (1814-1830)*, Paris, Gallimard, 2012.

- FUREIX, Emmanuel. *La France des larmes: deuils politiques à l'âge romantique (1814/1840)* Preface d'Alain Corbin. Seyssel: Editions Champs Vallon/ Collection Epoques, 2009.
- KALIFA, D.; RÉGNIER, P.; THÉRENTY, M.E.; VAILLANT, A. *La civilization Du Journal: histoire culturelle ET litteraire de La presse francaise au XIXe siècle*, Paris: Nouveau Monde, 2011.
- LEDRE, C. *La presse a l'assaut de La Monarchie (1815-1848)*, Paris, Armand Colin, 1960.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- _____. *D. Pedro I – um Herói sem nenhum caráter*. Col. Perfis brasileiros. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- _____. “A Pátria de Hipólito”, Em Costa, Hipólito José da, *Correio Braziliense ou Armazém literário*. Ed. fac-similar. 31 vols. São Paulo/Brasília, Imprensa Oficial do Estado/Correio Braziliense, vol. 1, pp. XXXIX a LIV. 2001-03.
- _____. “Hipólito da Costa e o Rio Grande”. Em: *Revista do Livro*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2002.
- _____. “His Royal Highness e Mr. da Costa”. Em Costa, Hipólito José da, *Correio Braziliense ou Armazém literário*. Ed. fac-similar. 31 vols. São Paulo/Brasília, Imprensa Oficial do Estado/Correio Braziliense, vol. 30, pp. 15-60, 2001-03.
- LUSTOSA e PINERO. *Pátria e Comércio: negociantes portugueses no Rio de Janeiro joanino*. Rio de Janeiro: Ed Ouro Sobre Azul, 2008.
- MARGADANT, J. B. “Les représentations de La reine Marie-Amelie dans une monarchie ‘bourgeoise’”, *Revue d'histoire du XIXe siècle*, no. 36, 2008/1, pp 93-117.
- PINKNEY, D. H. *The French Revolution of 1830*. New Jersey: Princeton University Press, 1972.
- SÉGU, Frédéric. *Le Premier Fígaro (1826-1833)*, d'après documents inédits. Societe d'edition “Les Belles Lettres”, Paris, 1932.
- SOUSA, O. T. *A vida de D. Pedro I*. Tomo III. Col. História dos Fundadores do Império, vol. IV. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1972.
- VIGIER, P. *La Monarchie de Juillet*. Col. Que sais-je? 4^a Ed. Paris, Presses Universitaires de France, 1972.
- _____. *Paris pendant la Monarchie de Juillet (1830-1848)*, Col. Nouvelle Histoire de Paris, Difusion Hachette, 1991.

A EDIÇÃO QUINZENAL ILUSTRADA (1897-1898): a Experiência Editorial do *Jornal do Brasil* em Portugal

Júlio Rodrigues da Silva
(Universidade Nova de Lisboa)

I – O JORNAL DO BRASIL

No século XIX, os jornais e as revistas ilustradas tiveram uma importância decisiva no intercâmbio cultural luso-brasileiro, funcionando como mediadores entre realidades diferentes. Os periódicos eram essenciais no processo de descoberta dos dois povos, viabilizando a circulação de múltiplos conhecimentos entre os dois lados do Atlântico. Existiam meios alternativos, aptos para assegurar a transmissão de informações, mas não tinham a vantagem de alcançar um universo de leitores tão vasto. A imprensa era fundamental na explicitação dos conteúdos políticos e culturais, descodificando o significado de cada notícia para o grande público. A percepção do “outro” podia ser realizada sem o peso dos preconceitos nacionais capazes de distorcer a imagem dos outros povos. As falsas representações colectivas seriam desmitificadas, permitindo à comunicação social desfazer os estereótipos culturais geralmente determinantes na percepção do “outro”. A imprensa era o grande veículo de transmissão das ideias entre os dois países, enformando a visão de cada um. Nos finais de oitocentos o processo ganhou nova consistência apesar, ou devido aos acontecimentos dramáticos vividos pelos dois povos: o Ultimato de 1890 em Portugal, a proclamação da República no Brasil em 1889 e a revolta da marinha brasileira em 1893. A ruptura das relações diplomáticas entre 1893 e 1895 suscitou em Portugal o aparecimento de várias publicações vocacionadas para a reconciliação entre os dois estados.

No ano de 1897, Fernando Mendes de Almeida (1845-1921) e Cândido Mendes de Almeida Filho (1866-1939), proprietários e editores do *Jornal do Brasil* (1891-2012), criam em Portugal uma revista ilustrada intitulada: *o Jornal do Brasil: Edição Quinzenal Ilustrada* (1897-1898). Nos periódicos, até aí existentes, os editores, directores, redactores

e colaboradores, eram predominantemente portugueses. Os irmãos Mendes de Almeida procuram criar numa alternativa a este modelo, assegurando uma representação mais equilibrada e dois países e apostando na divulgação da literatura, da arte e do teatro do Brasil pouco conhecidos em Portugal¹. Em 1897 Fernando Mendes de Almeida desloca-se a Lisboa tendo sido objecto de excelente recepção por parte das elites sociais do país. A presença na capital coincide com o lançamento desta revista ilustrada, reforçando as hipóteses de êxito da nova publicação. Sendo o *Jornal do Brasil* o exemplo de uma moderna empresa capitalista, a chancela de qualidade projectava-se no novo periódico dando-lhe uma acrescida credibilidade². A *Edição Quinzenal Ilustrada* era de facto uma extensão lusa do referido diário inserindo-se na estratégia de expansão do grupo editorial Mendes & Cia, propriedade dos irmãos Fernando Mendes de Almeida e Cândido Mendes de Almeida Filho.

2. O PROJECTO INICIAL

O redactor-chefe, Fernando Mendes de Almeida garantia o empenho da editora brasileira e a seriedade do empreendimento, pelo menos de forma simbólica. No entanto, a gestão quotidiana da revista recaía nos directores portugueses: Jaime Vítor (1855-?) e Visconde de São Boaventura (1855-1910). Os dois jornalistas estavam emocional e profissionalmente ligados ao Brasil tendo conhecido e trabalhado no país, embora com itinerários pessoais diferentes.

Jaime Vítor foi editor e redactor, com Ernesto Bartolomeu, dos *Perfis contemporâneos: retratos, biografias e literatura* (1895-1901) e trabalhou, com Pinheiro Chagas e Gervásio Lobato, no *Diário da Manhã*. Além disso, traduziu e foi responsável, com Gervásio Lobato e David Corazzi, de romances populares que tiveram grande êxito na época. Colaborou em várias revistas ilustradas ao longo das últimas décadas do século XIX, das quais se destacou o *Brasil-Portugal* (1899-1914), de que, assumiu a direcção juntamente com Lorjó Tavares e Augusto de Castilho entre 1899 e 1912, tendo emigrado para o Brasil em 1913 e passando a integrar os quadros do *Jornal do Brasil*. Na sequência das Comemorações do Tricentenário de Camões (1880), nas quais participou, realizou uma edição manuscrita dos *Lusíadas* contando com a participação das principais figuras da cultura portuguesa e brasileira. Com

¹ Cf. Almeida, Fernando Mendes de, *Jornal do Brasil: Edição Quinzenal Ilustrada*, Lisboa, Mendes & Cia, 1897- 1898. Editado entre 27/12/1897 e 09/03/1898 só se publicaram seis números.

² Cf. Castilho, Augusto de, Vítor, Jaime e Tavares, Lorjó, O Dr. Fernando Mendes de Almeida. O «Jornal do Brasil»

- A festa do Maranhão, Castilho, Augusto de, Vítor, Jaime e Tavares, Lorjó, *Brasil-Portugal: revista quinzenal*

ilustrada, Lisboa, Empresa do Brasil-Portugal, N.º 328, 16/09/1912, p.629.

o intuito de completar a recolha das contribuições das personalidades do Brasil viajou, em 1883, para o Rio de Janeiro, tendo sido bem recebido pelo imperador e a família imperial. Aliás, a colaboração de D. Pedro II, da princesa D. Isabel, do conde de Eu e das elites brasileiras, ou luso-brasileiras, foram fundamentais para o sucesso da iniciativa³.

O Visconde de São Boaventura, Boaventura Gaspar da Silva com uma formação académica inacabada na Universidade de Coimbra, colaborou na redacção de diversos periódicos brasileiros. Foi, ainda, fundador da *República das Letras* (1876) e do *Diário Mercantil* de S. Paulo (1884). Participou activamente na campanha abolicionista, sendo partidário da monarquia brasileira e crítico da República Velha (1899-1930) nos seus primeiros anos⁴. Embora os directores fossem monárquicos, em 1897 adoptaram uma posição de neutralidade política face ao Brasil, apoiando o presidente Prudente de Moraes (1841-1902) e, posteriormente, a eleição de M. F. de Campos Sales (1841-1913).

O projecto inicial da revista resultava do equilíbrio entre as perspectivas dos editores brasileiros e as expectativas dos directores portugueses face à reacção do público lusobrasileiro. Os objectivos da publicação consistiam na divulgação numa posição de paridade da respectiva cultura entre os dois povos. A realização era assegurada pela colaboração dos poetas, escritores, humoristas, ilustradores e demais “nomes ilustres”, do Brasil e de Portugal⁵. A “Apresentação” não refere à partida o tipo de informação a divulgar nem o contributo de autores não portugueses nem brasileiros. Todavia, os textos e autores franceses estão sempre presentes nos sucessivos números da revista, sendo desta maneira também um meio de difusão da cultura gaulesa em Portugal e no Brasil.

3. POLÍTICA E LITERATURA

Nas páginas da “Edição Quinzenal Ilustrada” existe uma preocupação constante em noticiar os principais acontecimentos de Portugal, do Brasil e da França, de comentários críticos ou de simples observações. No entanto, o “tempo” político dos eventos não é o mesmo nos três países, sendo perceptíveis significativas *décalages* que obedecem aos ritmos específicos de cada um. Na prática, tornam visível a existência de diferentes formas da evolução de cada sociedade, não redutível a uma única história definida por uma bitola

³ Cf. Vítor, Jaime, Cartas do Rio de Janeiro – XVIII – Aquém e Além-Mar, Vasconcelos, João de, Vítor, Jaime e Tavares, Lorjó, *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, Lisboa, Empresa do Brasil-Portugal, 16/01/1914, N.º 360, p.373-374.

⁴ Cf. Botelho, Abel, Antelóquio, Boaventura, Visconde de S., A pasta de um jornalista (escritos políticos, literários e biográficos), Lisboa, Parceria António Maria Pereira, Livraria Editora, p.9-14.

⁵ Cf. Vítor, Jaime, Apresentação, Almeida, Fernando Mendes de, Lisboa, *Jornal do Brasil: Edição Quinzenal Ilustrada*, Lisboa, Mendes & Cia, 27/12/1897, N.º 1, p.2

européia. A conjuntura política portuguesa de 1897 e 1898 é marcada por um forte pendor nacionalista propiciado pelo culto de Mousinho de Albuquerque (1897) e pela Comemoração do Centenário da Índia (1898)⁶. O primeiro traduz o renovar da epopeia colonial em África e o segundo o reavivar da época de ouro dos descobrimentos portugueses do século XV. Nas zonas urbanas estas iniciativas tiveram um forte impacto no mundo popular, tendo contribuído decisivamente para a reconstrução da identidade nacional. O processo era especialmente importante, pois permitia superar o traumatismo colectivo provocado pelo Ultimato inglês de 1890. A disputa dos republicanos e dos monárquicos pelo poder implicava a redefinição do imaginário colectivo sem a qual era impossível inventar o futuro. O patriotismo redentor de Mousinho de Albuquerque será celebrado por todos desde o primeiro número do periódico. Assim será o caso do jornalista e dramaturgo Carlos de Moura Cabral (1852- 1922) ao sair em sua defesa num artigo intitulado “O Herói de Chaimite”, onde se apela ao patriotismo nacional⁷. A unanimidade em torno da sua figura explica o facto de que a publicação, embora contando com muitos colaboradores ligados ao partido regenerador, abra as suas páginas ao republicano Sebastião de Magalhães Lima (1850- Lisboa). Com efeito, presidindo à Comissão do Centenário da Índia é a pessoa mais indicada para fazer a síntese entre os dois “factos” num artigo significativamente intitulado “Pro Pátria”⁸. O entusiasmo patriótico pelas epopeias do passado e do presente contrasta com a visão pessimista de um país condenado à nulidade mais absoluta. O artigo de fundo geralmente escrito por Jaime Vítor, o texto de análise política assinado por José Azevedo Castelo Branco (1852-1923) e as contribuições esporádicas de Luciano Baptista Cordeiro de Sousa (1844-1900) ou Carneiro de Moura (1868-1900) atestam o desespero perante a perspectiva da decadência irremediável de Portugal. As análises oriundas destes membros da classe política ligadas ao partido regenerador testemunham o esgotamento do rotativismo monárquico e a incapacidade de passar da crítica à construção de uma alternativa credível dentro do sistema.

No caso do Brasil a situação é diferente, pois encontramos um período de estabilização política da República Velha (1889-1930), coincidente com as presidências de José de Morais e Barros Prudente (1894-1898) e de Manuel Ferraz de Campos Sales (1898-1902). Os directores da *Edição Quinzenal Ilustrada* estão preocupados em transmitir aos leitores a imagem de um país onde as instituições funcionam normalmente. O tempo da

⁶ Joaquim Augusto de Mouzinho de Albuquerque (1855-1902), oficial de cavalaria que se destacou nas campanhas coloniais de Moçambique (1894-1895) e foi governador-geral de Moçambique até 1898. Trata-se do Quarto Centenário da Descoberta do caminho marítimo da Índia, assinalando a chegada da armada de Vasco da Gama a Calecute em 1498.

⁷ Cf. Cabral, Carlos de Moura, O Herói de Chaimite, Almeida, Fernando Mendes de, Lisboa, *Jornal do Brasil*:

Edição Quinzenal Ilustrada, Lisboa, Mendes & Cia, 27/12/1897, N.º 1, p.2.

⁸ Cf. Lima, Sebastião de, *Pró Pátria*, ob. cit., p.4.

guerra civil, da ingerência militar e do governo ditatorial de Floriano Peixoto (1891-1894), pertencia definitivamente ao passado⁹. A tentativa falhada do assassinio de Prudente de Moraes (05/11/1897) permite a Tomás Ribeiro (1831-1901) elogiar o governo consensual e pacífico do presidente. O escritor, tendo sido embaixador no Rio de Janeiro em 1895, no momento difícil do restabelecimento das relações diplomáticas, interrompidas em 1893, era uma testemunha directa das suas qualidades como homem e governante¹⁰. O caso mais relevante é de Joaquim Francisco Assis Brasil (1857-1938) embaixador brasileiro em Lisboa (1895-1898). O antigo governador do Rio Grande do Sul é alvo de constantes elogios por parte dos escritores portugueses devido ao facto de ter sido um dos artífices do reatamento, diplomático em 1895. No entanto, as suas obras no campo da teoria política sobre o sistema democrático e republicano são especialmente valorizadas. Ramalhão Ortigão, uma das figuras mais carismáticas da Geração de 70, analisa esta vertente da sua actividade política, salientando a explicitação das instituições políticas brasileiras¹¹. No fim de contas trata-se de fazer o elogio da evolução do regime republicano num sentido liberal, identificando-se positivamente com as suas principais figuras. A França dos anos 90 do século XIX é marcada do ponto de vista político pelo Caso Dreyfus e pelo processo de Émile Zola, largamente noticiados. A redacção do periódico alinha com os *dreyfusards* na defesa dos direitos dos homens, na condenação da perseguição aos judeus e na recusa de todo e qualquer militarismo¹².

A acção de Assis Brasil, o Caso de Dreyfus, o processo de Zola, a figura de Mousinho de Albuquerque, demonstram como é ténue a linha de separação entre política e literatura. No entanto, a literatura por si só tem o seu espaço assegurado nas páginas desta revista ilustrada, embora de forma desigual no referente a cada país. A presença de escritores portugueses é avassaladora face aos contributos dos seus homónimos brasileiros e franceses. Os colaboradores portugueses da *Edição Quinzenal Ilustrada* representavam as mais variadas correntes da literatura nacional, mas os poetas eram os mais numerosos. Os mais importantes foram João de Deus, Gomes Leal, Eça Leal, Guerra Junqueiro eram os mais importantes, embora se tenha de considerar a relevância de Henrique Lopes de Mendonça (1856-1931) ou de Júlio Dantas. No caso de João Deus não se tratava de uma colaboração directa, mas da publicação de uma carta tirada de um livro de prosas. No campo da prosa os mais salientes relevantes eram D. João da Câmara, A. M. Cunha Belém, Maria Amália Vaz de Carvalho e Malheiro Dias. O caso do primeiro era semelhante a João de Deus, pois publicava-se um

⁹ Cf. Ribeiro, Tomás, Prudente de Moraes, ob. cit. p.5 e Vítor, Jaime e Boaventura, Visconde de S., Dr. M. F. de Campos Sales, ob. cit., 17/01/1898, N.º 3, p.4.

¹⁰ Cf. Ribeiro, Tomás, Prudente de Moraes, ob. cit., N.º 1, 27/12/1897 N.º 1, p.

¹¹ Cf. Ortigão, José Duarte Ramalho, Assis Brasil, ob. cit., 17/01/1898, N.º 3, p.5.5

¹² Cf. Anónimo (correspondente de Paris), ob. cit., 09/03/1898, N.º 6, p.6.

excerto da peça “A triste viuvinha” que estava a ser representada no teatro D. Maria II. A. M. da Cunha Belém destaca-se pelas críticas teatrais, Maria Amália Vaz de Carvalho pelo elogio de Assis da Silva e das filhas e, Malheiro Dias, pela secção “Os Novos” onde ao lado da crítica literária, procuravam lançar jovens escritores. Torna-se assim patente a ausência dos contos, novelas, ou narrativas destes autores o que deixava esta área, sobretudo, aberta para as análises e elogios políticos.

No caso brasileiro a questão coloca-se de maneira diferente, porque os textos publicados são essencialmente alguns poemas da autoria de Luís Guimarães, de Luís Guimarães Filho e de Assis Brasil. A divulgação de autores brasileiros tem algum eco, como o poeta romântico Bernardo Guimarães cujo elogio é feito pelo Visconde de S. Boaventura. O jornalista Francisco José Teixeira Bastos (1857-1902) crítica o desconhecimento nacional da literatura brasileira, num comentário ao livro do poeta e jurista José Isidoro Martins Júnior (1860-1904), intitulado: “História do Direito” (1895). O idioma partilhado era o ponto de partida ideal para a unidade literária dos dois povos, embora constituindo ramos separados. A opinião expressa sobre este assunto por Joaquim Nabuco, na Academia Brasileira de Letras, é utilizada para justificar esta posição, pois refere as origens comuns e os futuros destinos separados das duas literaturas¹³.

A *Edição Quinzenal Ilustrada* tem uma especial predilecção pela divulgação dos autores, textos e notícias da França. Considerada, então, um dos expoentes culturais da época a literatura francesa era uma referência obrigatória para as produções literárias europeias e americanas. Naturalmente a revista ilustrada incorporava, nas suas páginas, textos e informações sobre a vida social, política e cultura gaulesa, apesar a sua presença fosse minoritária perante os contributos portugueses e brasileiros. Os textos são da autoria de Alphonse Daudet (1840-1897) e de Charles Pierre Monselet (1825- 1880)¹⁴. O anúncio da tradução do *Rei de Paris* pelo Visconde de São Boaventura, de Georges Ohnet (1848-1918), no último número da revista insere-se no mesmocomplexo de preocupações. Neste grupo de escritores é dada especial relevância a Jules Verne (1828-1905), e a Émile Zola (1840-1902), valorizado politicamente pela actuação, moralmente exemplar, no *Caso Dreyfus*, sem que qualquer obra ou excerto de ambos tenha sido publicado. Assim sendo, a presença da literatura francesa, embora importante, tende a centrar-se em autores de maior impacto popular como Daudet, Ohnet ou Zola, mesmo que qualidade literária não fosse a mesma.

¹³ Cf. Bastos, Francisco José Teixeira, Um livro brasileiro, ob. cit., p.2

¹⁴ Cf. Monselet, Charles Pierre, A carta de recomendação, ob. cit., 17/01/1898, N.º 3, p.4.e Daudet, Alphonse, A morte do Delfim, ob. cit., 09/03/1898, N.º 6, p.4

4. A PALAVRA E A IMAGEM

A *Edição Quinzenal Ilustrada* valoriza, em extremo, a palavra escrita como meio privilegiado de comunicação com os leitores. O seu grande trunfo é porém a imagem omnipresente, em todos os números sob diversas formas, desde o simples desenho a carvão até à última novidade tecnológica: a fotografia a preto e branco ou colorida artificialmente. Os acontecimentos importantes, como o desembarque de Mousinho de Albuquerque em Lisboa, a execução de Fazzini, ou o incêndio da fábrica Aliança, são reproduzidos nas páginas desta revista ilustrada. No entanto, os monumentos nacionais, como a Sé de Braga ou o Castelo de Alvito, são alvo de uma cuidadosa reprodução inserindo-se numa movimentação mais vasta de valorização do passado nacional. O Centenário da Índia (1898) permite exprimir esta realidade, quer através do cartaz de lançamento das comemorações, da autoria de Roque Gameiro ou do retrato de Vasco da Gama oferecido e comentado por um dos seus descendentes: o Conde da Vidigueira. A imagem tem grande importância na informação fornecida sobre os homens públicos, escritores, artistas e actores brasileiros e na divulgação do seu trabalho. Esta realidade é detectável no caso do elogio da obra dos escultores Bernardelli ou do pintor Modesto Brocos. A posição dominante é, contudo, ocupada pelas atrizes brasileiras, ou de ascendência brasileira, presentes praticamente em todos os números e ocupando as primeiras páginas da revista¹⁵. Esta realidade não exclui a reprodução da figura do autor francês Alphonse Daudet ou dos retratos da família real portuguesa. Assim sendo, existe uma nítida predominância da cultura brasileira, neste campo, que compensando largamente as limitações da presença dos escritores brasileiros. Nesta perspectiva e nos finais do século XIX a imagem teve um papel tão relevante ou eventualmente superior à palavra no processo de intercâmbio cultural entre Portugal, o Brasil e a França os finais do século XIX nas páginas da *Edição Quinzenal Ilustrada*.

Oeiras, 24 de Julho de 2012

¹⁵ A artista portuguesa Lucinda Simões contribui para esta popularidade, pois descreve a simpatia prestada aos actores portugueses no Brasil. Cf. Simões, Lucinda, Os actores portugueses no Brasil, ob. cit., 11/01/1898, N.º 2, p.2-3.

CONFLITO DE CIVILIZAÇÕES OU DE MERCADO EDITORIAL? Brasil e Portugal nas páginas da *Revista Brasileira* (2ª. fase - 1879-1881)

Mateus Pereira e Mauro Franco
(Universidade Federal de Ouro Preto)

O objetivo desse texto é tentar perceber como a *Revista Brasileira* (1879-1881) procurou *conectar* e *desconectar* a civilização e o mercado editorial brasileiro na marcha em direção ao mundo entendido com sendo mais civilizado. A fim de refletir sobre o uso do conceito nas páginas do periódico escolhemos como recorte de análise as posições e disputas entre Brasil e Portugal como horizonte analítico para compreendermos o lugar que cada uma dessas nações ocupava (ou deveria ocupar) na marcha em direção ao futuro¹. Nesse sentido, as disputas pelo mercado editorial brasileira terão lugar de destaque conforme pretendemos destacar.

¹ “Civilização era um conceito futurista (vai-se em direção a ela) e um conceito normativo (há graus de civilização). Elemento central do regime moderno de historicidade, ela invocava um tempo aberto sobre o futuro e progressivo.” HARTOG, François. Situações postas à história. **Revista de História**, São Paulo, n. 166, p. 17-33, jan./jun. 2012. Nossa perspectiva, portanto, pretende articular as relações entre edição e política. Sobre essas questões, ver MOLLIER, Jean-Yves. Édition et Politique (XIXe-XXe siècles). In: BERSTEIN, Serge et MILZA, Pierre (Dir.). *Axes et méthodes de l’histoire politique*. Paris: PUF, 1998 e DUTRA, Eliana de Freitas Dutra; MOLLIER Jean-Yves Mollier (orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política: Brasil, Europa e Américas, séculos XVIII a XX*. São Paulo: AnnaBlume, 2006.

I

O periódico editado inicialmente entre 1855 a 1861 e foi retomado por Nicolau Midosi e nesta sua segunda fase reuniu ao todo 10 volumes, 8 deles impressos pela *Typografia Nacional*, e que tiveram uma média de 20 artigos e 500 páginas cada. Na linha de frente da edição estavam funcionários da Secretaria do Império, Balduino Coelho, Candido Rosa, Nicolau Midosi, Moreira Sampaio e também Franklin Távora².

Diferentemente da sua primeira edição que privilegiava um enfoque científico-econômico, nesse segundo momento os artigos versaram majoritariamente sobre temas literários como crônicas, romances, poemas e polêmicas intelectuais, como poderá ser observado nos anexos ao texto. Ainda que novas investigações sejam necessárias, podemos dizer que encontramos nessa fase toda a complexidade que se atribui exclusivamente a fase seguinte, conhecida como “fase José Veríssimo” (1895/1899).

No texto de apresentação da nova fase procura-se justificar a importância da revista a partir do ideal de civilização a ser perseguido pelos brasileiros:

Nos domínios das letras não podem preencher se não mediano encargo os povos que, semelhantes ao brasileiro, ainda que entradas nas lutas do espírito, não atingiram, por muito novos ou por **desajudados de certas condições favoráveis ao progresso**, o elevado escopo, a que chegaram as nações, ora na primeira linha da humanidade, e que constitui o orgulho delas e ao mesmo tempo representa **o patrimônio de muitas épocas, desenvolvimentos e civilizações**³.

A lacuna a qual viria preencher a *Revista Brasileira* era potencializar ou mesmo “ajudar” nas “condições favoráveis ao progresso”. É desse modo que a escolha do editor pela revista e não pelo livro (entendido como um impresso superior a revista) como forma de difusão, vem responder por uma limitação apontada nos seguintes termos:

O povo brasileiro - não é sem mágoa que o dizemos - posto que deve desempenhar em período talvez não muito remoto papel importante no teatro do mundo, **não está ainda preparado para consumir o livro**, substancial alimento das organizações viris e fortemente caracterizadas. Faltam-lhes as condições de gosto, instrução, meios, saudável direção de espírito, sem as quais não se pode cumprir **a livre obrigação que equipara** o artesão ao capitalista, o operário ao literato, o pobre ao milionário - a de comprar, ler e entender verdades ou idéias coligidas em um volume, cuja leitura demanda largo fôlego e cujo estudo requer tempo de que o povo em geral não dispõe. **A revista, transição racional do jornal para o livro**, ou antes laço que prende estes dois gêneros de publicação, afigura-se-nos por isso a forma natural de dar ao

² Ainda não conseguimos nenhuma informação sobre esses intelectuais, com exceção de Távora. Apesar de Midosi figurar como editor em uma nota sobre a política publicação assinam os cinco citados. Sobre o que nos interessa desse contexto, ver, em especial, MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista*. São Paulo: FAPESP, 2000; DUTRA, Eliana. *Rebeldes Literários da República: História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005; AGUIAR, Cláudio. *Franklin Távora e o seu tempo*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1997; ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

³ **Revista Brasileira**. A Revista Brasileira. Tomo I, 1879, Pág. 5. (Negrito nosso).

nosso povo conhecimentos que lhe são necessários para ascender a superior esfera, no vasto sistema das luzes⁴.

Percebemos, porém, que a revista se aproveita desse entre lugar, em especial, para publicar em primeira mão importantes obras, segmentadas ao longo das edições, como, por exemplo, *Braz Cubas* de Machado de Assis, *José de Alencar* de Araripe Junior, *Lourenço* de Franklin Távora e *História da literatura brasileira* de Sílvio Romero. O descontentamento com as condições de um público-leitor efetivo se somava as críticas à legislação do poder público sobre as tarifas alfandegárias para a distribuição de livros e papéis. A almejada afirmação de uma produção dita nacional, livre dos “estrangeirismos”, e que permitissem a constituição de um campo intelectual, era obstruída pelos incentivos à importação de livros vindos de fora do país. Os trechos exibidos a seguir são do ensaio assinado por F. Conceição e revelam o que seria o primeiro obstáculo numa emancipação intelectual brasileira:

A atual tarifa, classe *papéis e suas aplicações*, na subdivisão *Obras impressas*, designa a diminuta taxa de 100 rs, ao kilo, para os livros editados e impressos no estrangeiro, ao passo que o pape simplesmente liso, para escrever, no qual também se imprime muitas obras, é despachado por uma taxa superior, isto é, a 160 rs. (...) **A proteção, assim concedida aos autores e livreiros estrangeiros, tem concorrido, em grande escala, para o atraso do progresso moral e material do país, cujo desenvolvimento, como em todas as nações civilizadas, deve ser aferido pelas suas obras escritas e monumentais**⁵.

A busca por um modelo de desenvolvimento intelectual que pode ser chamado de “auto-sustentável”, combinado com uma forma específica brasileira de se representar na literatura, num campo científico, numa língua específica – ou seja, numa estrutura intelectual autonomizada – passava por manter os olhos nos caminhos trilhados pelo progresso europeu sem, no entanto, deixar de dar a devida valorização para produção interna, tal como afirma novamente Conceição:

Não merecerão os autores e impressos brasileiros que a lei se desvele por seus interesses futuros, que também são da pátria que eles enobrecem? A questão é simples. Se eles têm de ser, perante o mundo, a pedra de toque da civilização do seu país, nada mais justo, consequentemente, **que os seus interesses sejam resguardados contra uma concorrência privilegiada, com que não podem lutar.** A corporação dos *homens de letras* no Brasil, se existe, não exerce uma profissão exclusiva, porque dela só resultaria a miséria para os indivíduos que a seguissem e para as suas famílias. (...) Embora seja desagradável dizê-lo, não podemos deixar de confessar que a nossa literatura não tem caráter nacional, **necessariamente porque não temos diante dos olhos senão modelos estrangeiros**, escritos em língua que não é a nossa (...). Por toda parte onde se ensina, nos colégios, nas academias, ou nas aulas públicas ou particulares, os compêndios são estrangeiros⁶.

⁴ *Ibidem*, Pág. 6, Grifos do autor.

⁵ Conceição, F. Os livros e as tarifas das alfândegas. **Revista Brasileira**. Tomo I, 1879, Pág. 607. Itálicos do autor e grifos nossos.

⁶ *Ibidem*, pág. 608-609. Itálicos do autor e grifos nossos.

Na produção científica os questionamentos respondem a uma problemática similar. Nas limitadas páginas do periódico destinadas às ciências naturais, é Luis Couty quem busca impulsionar projetos para a dita “emancipação intelectual” brasileira neste ramo. O autor afirma, por exemplo, que “um povo, um grande povo que deseja manter-se e prosperar não deve aproveitar-se somente dos trabalhos científicos dos vizinhos, e viver à custa de suas descobertas”⁷.

Em artigo sobre o “naturalismo” Urbano Duarte talvez de forma curta expresse um dos sentidos dominantes do conceito de civilização naquele período. Para ele, “a literatura de um povo é o monumento escrito de sua civilização”⁸. Percebemos, portanto, que a luta para conjugar o nacional e o moderno, para inserir a singularidade brasileira e sua contribuição na corrida das civilizações implicava em uma espécie de ajuste de ponteiros constante com a Europa, menos com Portugal conforme destacaremos a seguir, em especial, a partir da literatura. Assim, é preciso destacar que o lugar da civilização brasileira não viria pela cópia e sim pela busca de nossas autenticidades, como resume Silvio Romero: “o Brasil, depois de quatro séculos de contato com a civilização moderna, parece ter chegado ao momento de olhar para trás e ver o que tem produzido de mais ou menos apreciável no terreno das idéias.”⁹ Para que essa autenticidade se revelasse era preciso um mercado editorial autônomo. E como se verá, frente a ameaça dos autores portugueses os colaboradores da *Revista* utilizam duas estratégias. O protecionismo, como vimos, é uma delas. A outra, como veremos, é atacar a legitimidade da literatura e dos autores portugueses.

II

Portugal nos discursos presentes na *Revista Brasileira* permanece à margem dos relatos de prosperidade das civilizações desenvolvidas, de modo que sua identidade com os outros europeus se mantinha apenas no âmbito da geografia, nada tendo a ensinar a países como o Brasil. O enfrentamento com a civilização portuguesa também estava presente no dilema da constituição de uma língua nacional própria com inovações diante daquela lusitana, e, sobretudo, em uma disputa do mercado livreiro na qual recaíam críticas aos autores portugueses que no Brasil vendiam suas obras, dificultando a difusão daquelas nacionais.

⁷ COUTY, Luis. Os Estudos Experimentais no Brasil. **Revista Brasileira**. Tomo II, 1879, Pág. 225.

⁸ DUARTE, Urbano. O naturalismo. **Revista Brasileira**. Tomo V, 1880, Pág. 25.

⁹ ROMERO, Sílvio. A literatura brasileira: suas relações com a portuguesa; o neo realismo. **Revista Brasileira**. Tomo II, 1879, Pág. 273.

Os estudos sobre a formação de uma língua própria e distinta da portuguesa foram recorrentes na *Revista*, de modo que passaram pelos trabalhos de Sílvio Romero sobre uma poesia popular no Brasil capaz de fornecer subsídios para um vocabulário mais amplo daquele luso e também em temas como o próprio estatuto do que se falava no Brasil, isto é, não apenas um dialeto dentro de um leque maior chamado língua portuguesa. Pacheco Junior, por exemplo, a respeito do que “escreveu um literato português” lança algumas perguntas que são importantes para compreendermos as disputas entre Brasil e Portugal nas páginas da *Revista Brasileira*: “é será o português falado no Brasil forma inferior ao falado em Portugal? Certo que não. As modificações fônicas, e é nelas que mais divergem os modos de falar de Brasil e Portugal, serão bastantes para considerar dialeto o nosso português?”¹⁰

As polêmicas intelectuais dessa forma não faltaram, principalmente do lado brasileiro. Carlos de Laet em comentário ao *Cancioneiro Alegre* de Camilo Castelo Branco rebateu as críticas feitas pelo escritor lusitano à produção brasileira: “seja porém como for, o certo é que o Sr. Castello Branco **nutre, como boa parte dos seus compatriotas, grande cópia de preconceitos relativos à literatura e modo de viver brasileiros.**”¹¹ A resignação com tal tratamento dado aos autores brasileiros por parte dos portugueses só aumentava quando estes se colocavam a fazer um balanço da produção intelectual no Brasil e nada viam em Portugal como digno de causar inveja, muito pelo contrário, a única civilização comparável ao Brasil na sua “desgraça”, como afirma Romero, novamente é a portuguesa: “o povo brasileiro vai mal, muito mal, e entre as nações cristãs só um similar encontra na desgraça: - o desventurado e mesquinho Portugal”¹²

E mais, o desprezo de Portugal se mostrava ainda mais injustificado quando analisado sob o critério “compreender o espírito do século”, conforme afirma o escritor sergipano. Na vida político-intelectual o Brasil além de os preceder, também conseguiu dar seu salto a partir do momento que abandonou os autores lusos. Portanto, o Brasil já havia ultrapassado

¹⁰ PACHECO JUNIOR. O dialeto brasileiro. *Revista Brasileira*. Tomo V, 1880, pág. 487. (Grifos nossos).

¹¹ DE LAET, Carlos. Crônica Literária. *Revista Brasileira*. Tomo I, 1879, pág. 216-217. (Grifos nossos).

¹² ROMERO, Sílvio. A literatura brasileira: suas relações com a portuguesa; o neo realismo. *Revista Brasileira*. Tomo II, 1879, pág. 274 (Grifos nossos). Sobre o conceito de “povo” mobilizado aqui por Sílvio Romero, ele advém de um uso que ganhou forma no Brasil a partir de 1822, quando evidencia-se politização do conceito, de modo que ele passa a representar uma identidade coletiva política, cultural ou social – o brasileiro. Ver PEREIRA, Luisa Rauter. Povo/Povos. In: FERES JUNIOR, João (org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. Esse mesmo povo é eleito por Sílvio Romero como o objeto de uma narrativa dita “científica” da história nacional. O povo brasileiro, cujo produto final é o mestiço – onde as características do português, do negro e do índio ficaram marcados – ganha o status de uma entidade assim como é o português, o francês ou o americano. Passa ele a ter suas singularidades e a se inserir numa cena maior, a da civilização. Trata-se do complexo moderno da diferenciação e do pertencimento. Ver TURIN, Rodrigo. **Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista**. Porto Alegre, UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2005.

a civilização portuguesa na longa marcha à caminho do desenvolvimento civilizacional, já que a França e a Inglaterra são os modelos:

No século atual [XIX] nós precedemos os portugueses na vida

revolucionária e constitucional. Antes de seu insignificante movimento de 1820, nós havíamos tido os sucessos de 1817; antes de terem eles uma constituição, mais ou menos liberal, nós a tínhamos; antes de se verem livres de D. Miguel, tivemos a abdicação de D. Pedro. Em uma palavra, **eles nada possuem que se possa equiparar aos nossos ímpetus revolucionários deste século.** (...) **O romantismo marca, intelectualmente, o primeiro passo decisivo que fizemos para deixar de lado a cultura lusa.** Os nossos moços, de 1822 em diante, começaram a ler os escritores franceses e ingleses de preferência aos livros de Portugal¹³.

Franklin Távora, por exemplo, tomava parte da posição do polemista Sílvio Romero. Novamente em um estudo sobre produção intelectual, mais especificamente o número de obras que compõem as bibliotecas de um país, Portugal era tomado como referência de como os “caminhos da civilização” não estavam fechados ao Brasil no que se refere ao desenvolvimento de ramos do saber:

A bibliografia, ramo da história literária que tantos e tão valiosos subsídios está destinado a prestar como ciência de erudição, não se pratica ainda no Brasil senão excepcionalmente, e só ao cabo de muitos anos poderá vir a ser neste império o que já é - uma brilhante realidade - nos principais países do velho mundo. (...) **Não devemos porém envergonhar-nos de ter em pequena conta riquezas que muitas vezes chegam a ser inestimáveis, quando em países maduros, como Portugal, essa ramo da ciência histórica está ainda no maior atraso**¹⁴.

Perguntar-se por Portugal não só nos discursos dos escritores brasileiros, mas dos próprios portugueses que escreviam contemporaneamente a esta edição aqui apresentada da *Revista Brasileira*, era encontrar o fantasma da decadência como matriz discursiva.¹⁵ Esses mesmos intelectuais portugueses, contudo, mantinham uma fiel camada de leitores no Brasil. Parece ser esse o fato que intrigava os intelectuais brasileiros. Às razões do gosto dos leitores é, em grande parte, ignorado pelos argumentos, mas para Romero havia pelo menos três razões: a nostalgia; o “espírito” de colonizado do brasileiro; a presença de imigrantes lusos. Fica patente que a literatura e os livros portugueses aos olhos de vários colaboradores da

¹³ *Ibidem*, pág. 280. (Grifos nossos)

¹⁴ TÁVORA, Franklin. Notas Bibliográficas. *Revista Brasileira*. Tomo II, 1879, pág. 504. (Grifos nossos).

¹⁵ Em estudo recente, Carlos Eduardo Armani localizou tal orientação a ver um presente derrotado e um futuro sem expectativas nos lusos daquele contexto: “Eça de Queiroz, juntamente com Ramalho Ortigão, Oliveira Martins, Antero de Quental e outros, fazia parte da ‘geração de 70’ em Portugal, um conjunto de intelectuais que percebiam a decadência pela qual Portugal enquanto nação como destino imperial passava. A ideia de decadência, comum em toda a Europa, como ressaltamos anteriormente, era uma constante em Portugal. Pelo menos, desde a segunda metade do século XIX essa questão era colocada por autores portugueses.”¹⁷ ARMANI, Carlos Eduardo. **Discursos da nação: historicidade e identidade nacional no Brasil de fins do século XIX**. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2010, p.65.

Revista Brasileira, em especial para Sílvio Romero, colocavam entraves ao desenvolvimento da civilização e do mercado editorial brasileiro:

Ainda mais, Portugal só tem uma vantagem positiva sobre o Brasil e que dá grandes proventos aos seus escritores: o **contar neste país uma opulenta colônia, que, para fartar a nostalgia, é a principal consumidora de seus produtos**. A este império falta isto; **o pouco que produzimos não é lido, nem tem saída no mercado à míngua de espírito literário e de coesão nacional**. Assim, minha conclusão é que **não há superioridade de Portugal** para o Brasil; ambos os países tem o privilégio de produzir epígonos; ambos vivem ajouçados à mediocridade que os distingue¹⁶.

Se é assim, como explicar a presença no 4º volume uma extensa seção de homenagem ao tri-centenário da morte de Luis de Camões? Novamente Sílvio Romero na sua *Introdução à história da literatura brasileira* reitera sua discordância com aqueles que defendem a superioridade da literatura portuguesa sobre a brasileira, quando para ele estas se igualam a não ser por um nome que se sobressai, Luís de Camões:

Portugal só tem um vulto, que não possui aqui o seu igual: é Camões. Quanto aos outros, tem eles entre nós os seus pares. Não levemos a nossa fraqueza ao ponto de pôrmo-nos a repetir as extravagâncias e os caprichos de alguns pretensiosos do reino. **Porque alguns escritores dali precisam de vender no Brasil os seus livros, e, nesse intuito, depreciam os nossos produtos intelectuais, não os imitemos consideravelmente neste ponto**¹⁷.

A evidência dos limites da produção intelectual brasileira não estaria, dessa forma, inerentes somente a problemas internos como um público leitor diminuto ou mesmo os poucos espaços para divulgação, mas sobretudo, e aqui José Veríssimo, como Romero, destaca a o efeito nocivo dos livros portugueses no mercado editorial brasileiro. O autor pergunta se seria por falta de talento e inspiração que os autores brasileiros produzem pouco. A resposta, para ele, é que muitos desperdiçam “forças extraordinárias e fecundas no nosso jornalismo, literário e político, que é assaz numeroso. **A causa, a causa única e verdadeira, é a concorrência que lhe fazem os escritores estrangeiros principalmente portugueses.**”¹⁸

Portanto, mais do que uma *realidade* concreta pretendemos enfatizar uma *percepção* dominante entre os colaboradores da *Revista Brasileira*: a presença de livros e o gosto por autores portugueses foram considerados como um entrave ao desenvolvimento do mercado editorial brasileiro e, por conseguinte, dessa civilização.¹⁹

¹⁶ ROMERO, Sílvio. A literatura brasileira: suas relações com a portuguesa; o neorealismo. **Revista Brasileira**. Tomo II, 1879, pág. 285-287.

¹⁷ ROMERO, Sílvio. Introdução à história da literatura brasileira. **Revista Brasileira**. Tomo VIII, 1881, Pág. 115. (Grifos nossos)

¹⁸ In PINTO COELHO, José Maria Vaz. Da Propriedade Literária no Brasil. **Revista Brasileira**. Tomo VIII, 1881, pág. 492. (Grifos nossos)

¹⁹ Um outro entrave mencionado em alguns poucos textos e resenha é a questão da escravidão. Porém, um estudo sobre essa temática nos desviaria dos propósitos desse texto.

O BRASIL NAS PÁGINAS DO *ANNUAIRE DES DEUX* *MONDES*: uma descrição

Katia Aily Franco de Camargo
(Universidade Federal do Rio Grande do Norte)¹

*La tendance des peuples est de se grouper par
races pour en venir à se grouper par continents.*
Victor Hugo

Prosper Mauroy, publicista francês, autor de alguns escritos políticos, e Ségur-Dupeyron, burocrata a serviço do Ministério do Interior, fundaram, em julho de 1829, a *Revue des Deux Mondes: recueil de la politique, de l'administration et des moeurs*. O exemplo para criação da presente publicação vinha de duas revistas francesas: a *Revue de Paris*, adquirida em 1834 pela própria *Revue des Deux Mondes*, e a *Revue Britannique*. Ambas se inspiravam, por sua vez, em revistas inglesas, tais como a *Edinburgh Review* e a *Quarterly Review*.

Seu primeiro número, em formato in-8º, continha 128 páginas. Sobre sua capa, de uma cor salmão pastel, sobressaía o título principal. Na contracapa, encontrava-se impresso o preço da assinatura: 44 francos para Paris, cinquenta para as cidades do interior, 55 para localidades estrangeiras e duas libras esterlinas e oito xelins para a cidade de Londres. Previa-se uma publicação mensal, sendo que a cada três se formaria um volume de 340 a quatrocentas páginas.

Nesse primeiro exemplar, encontra-se também o prospecto da *Revue*, no qual se evidencia a preocupação do corpo editorial em esclarecer o público leitor francês sobre questões de política, história contemporânea e acontecimentos internacionais. Ela era anunciada, portanto, como um periódico de reportagem política, prático, realista, liberal e independente.

¹ Trabalho desenvolvido com auxílio do CNPq.

Dois anos mais tarde, em 1831, em situação agonizante, a *Revue des Deux Mondes* é adquirida por Auguste Auffray, impressor parisiense que, de sua parte, convida seu colega François Buloz para assumir a direção da revista. É comum, no entanto, a historiografia considerar François Buloz seu verdadeiro fundador, uma vez que será o responsável pela elaboração de sua forma e formatos definitivos e, desde então, os itinerários de ambos se imiscuem.

Auguste Auffray, no entanto, desliga-se rapidamente do negócio e, no dia 6 de maio de 1833, François Buloz, amparado financeiramente por Félix e Florestan Bonnaire, compra a *Revue des Deux Mondes*. Dá-se início a uma nova estratégia de crescimento que consiste em adquirir e eliminar concorrentes (como foi o caso da *Revue de Paris*), consolidando, assim, a famosa revista francesa, parisiense, ao longo do século XIX, atingindo 15 mil exemplares em 1863².

Ao longo de todo o século XIX, a *Revue des Deux Mondes* publicou 11.892 artigos. Desse montante, aproximadamente 4% tratam da região do Novo Mundo. Desses 510 artigos indexados na *Table de matière*, somente trinta, ou seja, 0,6%, fazem parte da rubrica Brasil, que se encontra aí separada daquela das Repúblicas da América do Sul. Portanto, em termos de representatividade quantitativa do Brasil nesse periódico, ela é pequena, mas não insignificante.

Os artigos sobre nosso país, cerca de quarenta, foram escritos por autores distintos. Os anos inaugurais da *Revue*, isto é, de 1829 e 1830, destacam-se dos demais por incluírem textos não assinados, os quais acreditamos terem sido redigidos por um correspondente brasileiro, e traduções de um relato de viagem publicado, originalmente, por um oficial inglês para o periódico *The New Monthly Review*. A partir de 1831, no entanto, quando a *Revue des Deux Mondes* passa a ser dirigida por François Buloz, ela adquire uma nova feição, a começar pela sua capa, a qual buscava dar ênfase à relação entre os dois mundos: o velho e o novo; o civilizado e o selvagem (cf. Fig. 1). Os trabalhos aí inseridos também se modificaram, ganhando em extensão e conteúdo. Dentre os autores desse período, que se estende até 1893, alguns visitaram o Brasil a trabalho, outros em viagens científicas, como Auguste de Saint-Hilaire, Théodore Lacordaire, Francis Castelnau, Élisée Reclus e Adolphe d'Assier, ou simplesmente em busca de riqueza, como Ferdinand Denis, ou para complementar sua educação/ formação, como L. de Chavagnes, cujo artigo teve uma das maiores repercussões no Brasil, como já pudemos demonstrar em trabalho anterior (Congresso de Lisboa). Dois brasileiros também faziam parte desse rol de publicistas:

² Ainda hoje podemos encontrar a revista com a capa salmão. Situada em um prédio na Rua de Lille, Paris, ela tem como *rédacteur en chef* Michel Crépu, escritor e crítico literário, amante da bossa-nova! Seus assinantes diminuíram consideravelmente em relação ao século XIX, hoje ela tem cerca de três mil assinantes, sem contar a venda do exemplar avulso.

Émile Adêt, francês naturalizado brasileiro, redator-chefe do *Jornal do Comércio* além de colaborar com outros periódicos nacionais, e Pereira da Silva, político e homem de letras, os quais procuraram “corrigir” as imagens propagadas até aquele momento sobre a terra e a gente brasileiras.

A partir dos anos de 1850, soma-se a esses escritos, uma série de referências ao Brasil inseridas no *Annuaire des Deux Mondes*³ publicação complementar, espécie de bônus ao assinante da edição parisiense, rico em ilustrações e mapas que visava dificultar a contrafação existente na Bélgica desde os primeiros números da *Revue des Deux Mondes*⁴.

Os belgas costumavam reeditar publicações francesas em papel mais barato e com qualidade inferior de impressão, sendo o conteúdo, no entanto, praticamente o mesmo. Dessa maneira, conseguiam vendê-la a preço inferior, usurpando, assim, grande parte do mercado da *Revue des Deux Mondes* parisiense. Um número considerável das coleções da *Revue* existentes no Brasil era impresso em Bruxelas, como, por exemplo, os exemplares presentes na Biblioteca Fluminense e na Faculdade de Direito, em São Paulo.

Segue, na íntegra, o Prefácio do primeiro número do *Annuaire* (1850), no qual podemos ler algumas das razões pelas ele foi criado, seus objetivos e os sacrifícios que foram feitos para trazer à lume obra tão volumosa:

Notre pensée, en essayant de fonder sur un plan nouveau un *Annuaire* historique, politique et littéraire, serait d'établir ici, à côté de la *Revue des Deux Mondes*, des annales contemporaines, — un recueil qui résumerait chaque année les documens [sic] et les faits propres à l'histoire des divers pays ayant un rôle actif dans le monde. Il nous a paru que des archives où, à côté du récit et de l'appréciation des événements [sic], on pourrait trouver, dans un ensemble clair et méthodique, le régime politique et administratif de chaque état, sa constitution, son budget et ses ressources financières, ses forces militaires et maritimes, son mouvement intellectuel, la situation de son commerce et de son industrie; il nous a paru, disons-nous, qu'une publication semblable ne serait pas sans quelque importance. Ce serait, si l'on nous passe le terme, une grande enquête toujours ouverte sur les intérêts contemporains, et où viendraient se refléter chaque année les luttes, les efforts, les progrès ou les pertes des peuples qui se disputent la prépondérance politique et commerciale. C'est cette pensée qui a produit le livre que nous publions aujourd'hui.

Dans les proportions où un tel travail s'offrait à nous, pour avoir tout son intérêt, nous ne nous sommes point dissimulé l'étendue et la difficulté de notre tâche, surtout une première fois. Pour entrer notamment sans obscurité dans l'histoire de l'année 1850 et des années suivantes, il fallait d'abord présenter un tableau des grandes questions qui se sont agitées et s'agitent encore en Europe. Ici, nous trouvions un point de départ naturel dans l'ère nouvelle ouverte par les révolutions de 1848. Pour d'autres pays hors de l'Europe, il était nécessaire

³ O *Annuaire des Deux Mondes* assim como a *Revue des Deux Mondes* podem ser consultados, praticamente em sua íntegra nos seguintes sites: www.revuedesdeuxmondes.fr e www.gallica.bnf.fr.

⁴ Sobre essa questão cf. Manoela Domingos, 1985, p. 164, quando a autora disserta sobre as vantagens dos livros serem publicados na Bélgica: 1. em geral custam metade do preço; 2. são tipograficamente superiores; 3. são mais compactos, etc.

A contrafação belga deixa de existir após tratado firmado entre França e Bélgica (1852) e a lei dele resultante (1854) que normatiza a questão dos direitos autorais. Cf. sobre a questão da contrafação belga: Robin, 1844, p. 204-239; Lambert, 2003.

de remonter plus haut souvent, afin de mieux faire saisir le caractère de leur histoire, le sens de leur développement intérieur, la nature des problèmes qui s'y débattent au point de vue politique, international, comme au point de vue commercial et industriel. Ce que nous nous proposons de faire en outre, ce n'était point une série de notices juxtaposées au hasard; c'était un tableau animé et varié, se déroulant dans un ordre tiré de la nature même des luttes actuelles du monde. Cet ordre, nous avons cru le trouver dans une idée simple et élevée à la fois, qui tend de plus en plus chaque jour à obtenir de la considération en politique, — **dans les divisions par race**⁵, — et nous en faisons honneur au principal rédacteur de cette publication, M. H. Desprez. La forme de notre *Annuaire* est destinée au surplus, dans notre pensée, à varier, à s'étendre et à se proportionner en un mot, d'année en année, aux questions qui pourraient se présenter. Ce à quoi nous viserions, ce serait un cadre ordonné et flexible à la fois, où l'intérêt se rajeunirait sans cesse par des recherches nouvelles sur des contrées mal étudiées jusqu'ici, ou par l'étude des côtés moins connus dans l'histoire des peuples.

Peut-être pourrions-nous dire que cette tentative, dans les résultats réalisés aujourd'hui, comme dans ceux que nous désirons poursuivre encore, n'était point possible en dehors du centre d'action de la *Revue des Deux Mondes*, car la réunion seule des documens [sic] sur tant de pays, dont quelques-uns sans doute sont à notre portée, mais dont bien d'autres sont lointains et presque inconnus, offrait déjà des difficultés immenses, dont nous n'avions nous-même pressenti d'abord qu'une partie. Nous n'avons pu surmonter quelques-unes de ces difficultés qu'à l'aide du temps, grâce à nos nombreuses relations, grâce aussi à l'obligeance d'hommes politiques étrangers⁶, de cabinets même qui ont bien voulu nous mettre en position de recourir aux sources officielles. Nous sommes heureux de les en remercier. S'il nous était permis de faire entrer le public dans le secret de nos recherches et de nos travaux, nous pourrions ajouter que, pour éviter les erreurs et en conservant l'indépendance de nos appréciations, il nous est arrivé de faire vérifier sur les lieux mêmes les indications matérielles contenues dans divers chapitres de ce livre sur des pays étrangers. Nous pensons donc avoir fait une oeuvre utile dès ce moment et de nature, pour l'avenir, à nous signaler aux cabinets, aux hommes publics, dont les communications pourraient nous aider à poursuivre avec efficacité notre tentative, en propageant des notions exactes sur leur pays. Nous voudrions aussi nous attacher, comme nous l'avons fait déjà dans ce volume, à réunir bien des faits propres à intéresser le commerce et l'industrie, sur lesquels il est si difficile de se procurer des données exactes. Ainsi, lois et traités de commerce, conventions postales, voies de communication, systèmes de douane, traitemens [sic] diplomatiques, statistique de la presse dans chaque pays, etc., tous ces détails ont été de notre part l'objet d'une attention spéciale, et le seront également par la suite (1). Sous un autre rapport, nous n'avions guère à sortir du cercle de la *Revue des Deux Mondes* pour trouver des plumes capables de mener à bonne fin une entreprise qui était depuis longtemps l'objet de nos préoccupations. Plus d'un de nos collaborateurs, par des études spéciales antérieures, se voyait naturellement appelé à nous exposer l'histoire et la situation de certains pays. C'est ainsi qu'avec M. H. Desprez, M. M. Ch. de Mazade, G. d'Alaux, G. Ferry, E. Montégut, Perodeaud, d'autres encore, ont été amenés à parler des pays et des gouvernemens [sic] qu'ils ont vus et étudiés de près. De précieux souvenirs d'ancienne collaboration nous rendaient en même temps facile sur certains points le concours d'hommes

⁵ Grifo nosso.

⁶ É o caso de Pereira da Silva, homem de letras e político brasileiro que contribuiu com a *Revue*, aí publicando um artigo sobre nosso país em 1858, « Le Brésil en 1858 sous l'empereur D. Pedro II ». Cf. Institut de France, Correspondance de François Buloz, Fonds Spoelberch Lovenjoul. H-1416.

“Senhor,

Pelo paquete do mês de janeiro, tive a honra de vos enviar vários documentos que vão lhe servir na redação da parte referente à história do Brasil do ano de 1855 do *Annuaire*.

Além desses documentos e jornais eu vos envio hoje algumas informações concernetes ao trabalho das câmaras.

Pelo paquete de fevereiro eu vos enviarei aquilo que está faltando para que tenhais todos os dados para vosso trabalho...

Pereira da Silva (Rio, 27 de janeiro de 1856)”

dont la position actuelle peut nous imposer quelque réserve, mais ne peut nous empêcher de les remercier publiquement. Enfin, et nous serions injuste de l'oublier, des étrangers de distinction, des écrivains justement honorés dans leur patrie, nous ont prêté aussi un concours précieux sur divers pays. C'est par cet ensemble d'efforts communs, tous dirigés vers le même but, qu'a pu arriver à son terme l'oeuvre que nous soumettons en ce moment au public, et dont nous voudrions faire en quelque sorte un manuel, un répertoire utile à consulter, pour les hommes politiques, pour les publicistes, les financiers, les commerçans [sic], pour quiconque enfin, à l'époque où nous sommes, veut se tenir au courant des mouvemens [sic] de toute nature qui se poursuivent dans le monde.

F Buloz

Directeur de la *Revue des Deux Mondes*

Paris, le 25 août de 1851

(1) Les documens sur lesquels nous nous sommes appuyés sont analysés et appréciés dans le récit même, à mesure que se présentaient les faits ou les intérêts aux quels ils se rapportent. Les proportions que prenait notre *Annuaire* ne nous permettaient pas d'ajouter cette année un supplément ou appendice consacré à reproduire certaines pièces officielles déjà vulgarisées d'ailleurs par la publicité. En fixant notre attention sur ce point à l'avenir, nous espérons comprendre dans cette partie de notre travail des documens inédits qui en relèveront le prix.

O *Annuaire des Deux Mondes* foi publicado de 1850 a 1865, em formato in-8º, continha cerca de 1200 páginas, incluindo o apêndice, composto por compilação de documentos oficiais. Podia ser adquirido em inúmeros países, inclusive no Brasil, segundo consta da lista publicada na última página de cada volume (cf. Fig. 1). Era vendido no Rio de Janeiro, primeiramente na loja Avrial frères, em seguida na Garnier, Morizot e, em 1865, também em Pernambuco na De Lailhacar et Co. (Cf quadro 1 e figura 1).

Si quelque chose, d'un autre côté, était de nature à nous encourager dans la continuation de notre travail, c'est le succès sérieux qui l'a accueilli, et, s'il nous est permis de la dire, l'autorité même qu'ont bien voulu reconnaître les hommes éclairés et les peuples intéressés à voir leur histoire fidèlement reproduite. En Allemagne, on s'est occupé de traduire certaines portions de l'*Annuaire* de 1850, notamment celles qui concernent le Nouveau-Monde, où s'agitent tant d'intérêts, et dont la situation réelle est toujours si peu connue. Dans l'Amérique du Sud, les journaux de tous les pays ont publié une série complète d'études sur ces républiques, qui n'étaient autre que le texte même de l'*Annuaire* sur leur propre histoire; enfin, jusqu'au fond de l'Inde, dans une séance solennelle de l'Institut d'Elphinstone, l'*Annuaire* de 1850 a eu bonne fortune d'être cité pour son impartialité, la justesse de ses informations et une connaissance des faits qu'on déclarait ne point trouver à un égal degré dans d'autres publications de l'Inde ou même d'Angleterre.... (1852, p. VI)

Diferentemente da *Table Générale de la Revue* que era organizada em: 1) Índice alfabético de autor: continha o nome de todos os autores que escreveram nesse período, seguido do título de seus artigos. Esses, por sua vez, eram distribuídos, segundo os temas abordados, entre diversos itens: Literatura, Belas-Artes, Política etc.; 2) Índice analítico: organizava os artigos por ordem de assunto; 3) Índice geográfico de países e personagens estrangeiros: continha, para cada país, com exceção da França, a indicação dos artigos, de

toda natureza, a ele referentes; o *Annuaire* possuía seu conteúdo organizado em “Livros” e “raças”, como podemos ver na reprodução da *Table de Matières* do primeiro volume:

INTRODUCTION	HISTOIRE DES ÉTATS AMÉRICAINS-
Les cabinets et les influences internationales	LIVRE SEPTIÈME - RACE ANGLO-
en 1851	AMÉRICAINNE - ÉTATS-UNIS
HISTOIRE DES ÉTATS EUROPÉENS	LIVRE HUITIÈME - RACE
– LIVRE LIVRE HUITIÈME - RACE	HISPANO-AMÉRICAINNE - MEXIQUE
HISPANO-	AMÉRIQUE CENTRALE
PREMIER - RACE LATINE LA FRANCE;	Guatemala - Costa-Rica - Nicaragua -
LA BELGIQUE	Hondur
LA SUISSE	LE VENEZUELA
LA SARDAIGNE	LA NOUVELLE-GRENADE
TOSCANE - PARME ET MODÈNE	L'ÉQUATEUR
ÉTATS-ROMAINS	LE PÉROU
LES DEUX-SICILES	LA BOLIVIE
L'ESPAGNE	LE CHILI
PORTUGAL	LES ÉTATS DE LA PLATA
LIVRE DEUXIÈME - RACE	La Confédération Argentine –
ANGLO-SAXONNE–LA GRANDE-	La Republique Orientale
BRETAGNE	de l'Uruguay –Le Paraguay
LIVRE TROISIÈME - RACE	LE BRÉSIL
SCANDINAVE – SUÈDE ET NORVÈGE	HAITI
LE DANEMARK	LIVRE NEUVIÈME - RACES
LIVRE QUATRIÈME - RACE	DIVERSES –
GERMANIQUE	AFRIQUE ET ASIE
– LES PAYS-BAS ALLEMAGNE	La lutte de la barbarie et de la civilisation
LA PRUSSE	Maroc
L'AUTRICHE	Perse
LIVRE CINQUIÈME - RACE SLAVE - LA	Empire Birman
RUSSIE	Siam
LA GRÈCE	Cochinchine
	Chine
	Japon
	APPENDICE

O Brasil faz parte, portanto, do “Livro oitavo”, destinado à raça hispano-americana. Nos quinze anos de existência do *Annuaire* quase não houve modificação na apresentação de seu conteúdo, tendo sido suprimido apenas um livro. Charles de Mazade, que entrou para a *Revue* graças à amizade de Saint-Beuve em 1845, é o responsável pela rubrica “Brésil” que contém cerca de dez páginas⁷. O conteúdo aí presente se distingue ligeiramente daquele publicado na revista. A questão da participação do Brasil na Guerra contra o Paraguai, que nunca aparecia nas páginas escritas pelos publicistas a respeito do Império do Brasil, é aqui abordada sem receio. A literatura e a cultura aparecem muito pouco, assim como na *Revue*, podemos dizer que se fazem presentes apenas nos primeiros volumes. A ênfase é dada à situação política e econômica. Segue amostragem dos assuntos brasileiros tratados em alguns volumes:

Em 1850:

Situation du Brésil depuis l’indépendance jusqu’en 1850; Mouvement des partis; Politique du cabinet actuel; Statistique politique, intellectuelle et industrielle; Constitution du Brésil; Finances; Dette publique; Organisation judiciaire; Institutions de bienfaisance; Culte; Littérature et journaux; Industrie et commerce. (1087-1105)

Em 1851-52:

Session législative et discussion de l’adresse; Intervention dans la Plata; Différend avec la France; Question de la traite des noirs; Loi du 4 septembre 1850; Difficultés avec l’Angleterre et menaces de rupture; Loi sur la colonisation; Les immigrations au Brésil; Commerce, finances et travaux publics; Loi sur l’instruction publique; Littérature et publications modernes (pp. 882-894)

Em 1853:

Situation de l’empire brésilien en 1852; Rôle du Brésil dans l’Amérique du Sud; Politique du ministère actuel; Session législative de 1852; Modifications ministérielles; Élections générales de 1852; État de la colonisation; Traité avec le Pérou et concession de la navigation à vapeur du Marañon; Travaux publics, commerce et finances; Conclusion. (pp. 836-847)

⁷ “Parmi ceux qu’il nous est loisible de nommer, nous citerons naturellement M. H. Desprez, qui s’est chargé de la part la plus considérable de l’histoire de l’Europe en 1851. M. Ch. De Mazade nous a retracé le tableau de l’Espagne et de l’Amérique du Sud...” cf. *Annuaire des Deux Mondes*. Paris: Bureau de la Revue des Deux Mondes, 1852, p. VI-VII)

Charles de Mazade nasceu em Castel-Sarrazin (Tarn-et-Garonne) em 19 de março de 1820. Crítico e poeta, colaborou com vários periódicos. Em 7 de dezembro de 1882 torna-se membro da Academia. Morre em 19 de abril de 1893.

Em 1862:

Le Brésil en 1862 et 1863; Le parlement et les partis; Le cabinet du marquis de Coxias et sa chute; Le ministère du marquis d'Olinda; Querelle avec l'Angleterre au sujet du navire le *Prince-de-Galles* et des officiers de la frégate la *Forte*; Ultimatum du gouvernement anglais; Embargo sur les navires brésiliens; Excitation nationale au Brésil; Ouverture de la session de 1863 et dissolution de la chambre électorale; Suite de l'affaire avec l'Angleterre; Interruption des rapports diplomatiques; Élections générales; Ouverture des chambres en 1864; Chute du cabinet d'Olinda et formation du ministère Zacarias; Finances (pp. 918-929)

O mais interessante desse nosso trabalho descritivo é podermos perceber a mudança de registro em relação ao Brasil. Mesmo que a existência de um monarca continue sendo salientada e lembrada, os fatos políticos e econômicos que poderiam denegrir a imagem da monarquia não são mais dissimulados.

Ao longo de nossa pesquisa de campo nos arquivos brasileiros, nos deparamos com anúncios de jornal que faziam publicidade do *Annuaire*. Essa presença da circulação da revista e do anuário no Brasil são reforçadas pela lista de livreiros impressa na contracapa do anuário, leitores da região sudeste e nordeste são beneficiados.

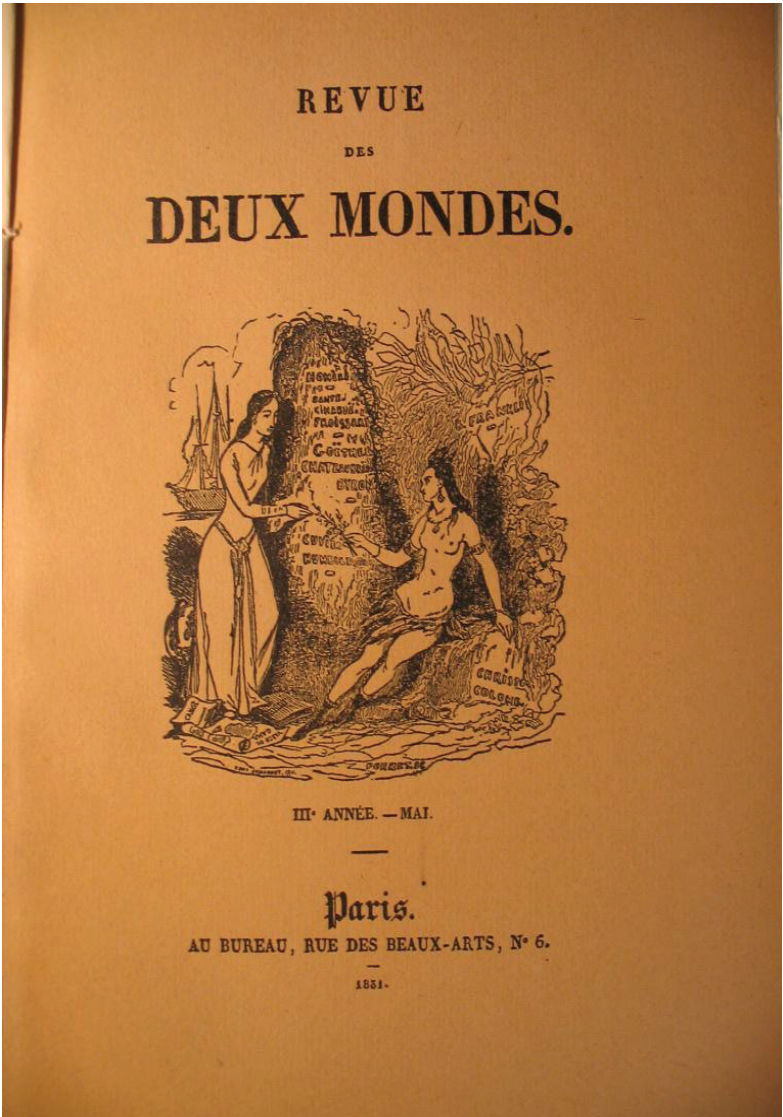
Mas a pesquisa não acaba aqui...

	Total de páginas	Quantidade de livros	Livro Race Hispano-Americaine	Páginas Livro Race Hispano-Americaine	Páginas Brasil	Distribuição no Brasil
1850	1162	10	9	884-1117	884-1117	RJ, Chez Avrial frères, _ Belin-Leprieur
1851	996	9	8	803-904	882-894	RJ, Chez Avrial frères, _ Belin-Leprieur
1853	944 + 48p de índice da RDM	9	8	744-851	836-847	
1854	956	9	8	771-876	867-876	RJ, Chez Avrial frères, _ Belin-Leprieur
1855	938	9	8	840-848	747-848	
1856	972	9	8	771-881	865-872	
1857	955	9	8	776-885	867-877	RJ, Morizot. Garnier
1858	956	9	8	784-881	867-875	RJ, Morizot. Garnier
1859	1044	9	8	829-931	909-916	RJ, Morizot. Garnier

1860	804	9	8	627-715	707-711	RJ, Morizot. Garnier
1861	828	9	8	694-775	766-771	RJ, Morizot. Garnier
1862	1018	9	8	812-932	918-929	RJ, Morizot. Garnier
1864	1004	9	8	789-919	900-911	RJ, Ure. Garnier
1865	843	9	8	677-768	756-763	RJ, B.-L. Gar- nier. Pernambuco, De Lailhacar

Quadro 1

Figura 1



IMPrensa FRANCESA NO BRASIL DO DEZENOVEVINTE - redes e conexões

Valéria Guimarães
(Universidade Estadual Paulista)

Essa investigação é o primeiro resultado de um projeto¹ que tem como objetivo trabalhar as transferências culturais entre Brasil e França no universo da imprensa periódica, mais especificamente dos jornais, na passagem do século XIX para o XX. Nosso foco principal é compreender como se dá a circulação de jornais franceses no Brasil desta época e quais são as consequências para o desenvolvimento do jornalismo brasileiro a partir de então.

É fato bem conhecido que a participação dos franceses no século XIX e parte do século XX foi determinante para formação do mercado editorial brasileiro. Se isso já foi bem explorado no que diz respeito aos livros e revistas², não podemos dizer o mesmo em relação aos jornais.

Muitos dos trabalhos existentes sobre jornais franceses no Brasil concentram-se mais no conteúdo e suas implicações (quase sempre de cunho político) que na observação da circulação destes suportes. Embora seja nossa intenção última entender as consequências destas trocas culturais na constituição do jornalismo nacional, não optamos pelo estudo de casos específicos nesta primeira fase do trabalho, mas pela observação do movimento editorial a fim de obter um panorama do mesmo. Isso não exclui estar atento ao conteúdo (texto) propriamente dito, porém nosso foco atual está circunscrito, sobretudo, à tentativa de visualizar os tipos de jornais franceses em circulação organizados por temas e/ou formatos, e por grupos editoriais e/ou comerciais envolvidos na sua circulação.

¹ Projeto “As transferências culturais na imprensa na passagem do século XIX ao XX - Brasil e França” desenvolvido no Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa, Faculdade de Ciências e Letras (CEDAP - UNESP, campus de Assis), com apoio da FAPESP. A pesquisa em acervos, iniciada em abril de 2012, está sendo realizada pelos pesquisadores de Iniciação Científica Bruno Simão Bartoli e Caio Vinicius Russo Nogueira, e pela pesquisadora responsável e coordenadora do projeto, Valéria Guimarães [ver: <http://jfb.cedaph.org>]. Para este artigo, Bruno S. Bartoli pesquisou o jornal *O Estado de S. Paulo* (antigo *A Província de São Paulo*), Caio V. R. Nogueira pesquisou o jornal *Gazeta de Notícias* e as demais fontes foram levantadas por Valéria Guimarães

² Tania Bessone, “A presença francesa no mundo dos impressos no Brasil” in: Knauss et alli (org.). *Revistas Ilustradas – modos de ler e ver no Segundo Reinado*, Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2011, p. 47.

A percepção da necessidade de um trabalho como esse surgiu da nossa pesquisa sobre a formação de um jornalismo de feições comerciais no Brasil, já no século XIX, o qual, a despeito da escassez de público, apresentava características do que seria a futura imprensa voltada ao grande público. Tomamos como ponto de observação a publicação das primeiras seções de *faits divers* em jornais editados no eixo Rio de Janeiro-São Paulo e de grande circulação no país. Percebemos como os jornais franceses estavam presentes nas referências daqueles que produziam o jornalismo sensacionalista³.

Seções de jornais, títulos, temas, estrutura das notícias, seções ilustradas entre outras referências faziam alusão à matriz francesa. Muitas vezes havia uma tentativa de adaptação à cor local daquilo que era considerado um jornalismo de referência no mundo, ainda que esta tentativa descambasse, no mais das vezes, na cópia descarada ou mesmo na reverência acrítica ao modelo matricial.

Adaptação ou cópia, estas trocas culturais engendram mecanismos em que as “formes identitaires peuvent se nourrir d’importations”⁴, como afirma Michel Espagne. É o que este autor chamou de uma espécie de tradução (“une sorte de traduction”) uma vez que neste processo de troca há, necessariamente, “un passage d’un code à un nouveau code”⁵ e o mesmo não ocorre sem uma necessária internacionalização da vida intelectual. Nesse sentido, talvez não devamos abandonar a perspectiva de Bourdieu que afirma que este processo não se dá sem conflitos, ou seja, que tal internacionalização não é espontânea:

La vie intellectuelle est le lieu, comme tous les autres espaces sociaux, de nationalismes et d’impérialismes, et les intellectuels véhiculent, presque autant que les autres, des préjugés, des stéréotypes, des idées reçues, des représentations très sommaires, très élémentaires, qui se nourrissent des accidents de la vie quotidienne, des incompréhensions, des malentendus, des blessures (celles par exemple que peut infliger au narcissisme le fait d’être inconnu dans un pays étranger)⁶.

Todavia é possível pensar que esse jogo de poder observado pelo sociólogo dentro de um quadro nacional se dê não só pela resistência mas, de forma geral, em um contexto de recepção

³ Valéria Guimarães, “Les faits divers dans la presse du Brésil et de la France”. In: Valéria Guimarães (dir.). *Les transferts culturels – l’exemple de la presse en France et au Brésil*, Paris, l’Harmattan, 2011, pp. 117-134 [trad. bras. Katia A. F. Camargo, “Os faits divers na imprensa do Brasil e da França”. In: Valéria Guimarães (org.). *As transferências culturais – o exemplo da imprensa na França e no Brasil*. Campinas, São Paulo, Mercado de Letras, Edusp, 2012, pp. 135-155].

⁴ Michel Espagne, “Transferts Culturels et Histoire du Livre”. In: Frédéric Barbier (Rédacteur en Chef), *Histoire et Civilisation du Livre, Revue Internationale*, Gênova, Librarie Droz, 2009, p. 201 [trad. bras. Valéria Guimarães, “Transferências Culturais e História do Livro”. In: Marisa Midori Deaecto (org.), *Revista Livro*, São Paulo, NELE-CJE-ECA, Edusp, 2012 (no prelo)].

⁵ Michel Espagne, *Les transferts culturels franco-allemands*, Paris, PUF, 1999, col. Perspectives Germaniques, p. 8. A expressão “tradução cultural” também é usada por Peter Burke, ver Peter Burke & R. Po-chia Hsia (orgs.), *A tradução cultural nos primórdios da Europa*, São Paulo, Editora Unesp, 2009.

⁶ Pierre Bourdieu, “Les conditions sociales de la circulation internationale des idées”, Conferência pronunciada em 30 out. 1989 na inauguração do Frankreich-Zentrum da Universidade de Friburgo. Este texto foi publicado em 1990 na *Romanistische Zeitschrift für Literaturgeschichte/Cahiers d’Histoire des Littératures Romanes*, 14^o ano, 1-2, p. 1-10.

que modifica o sentido de ideias estrangeiras, como afirma Michel Espagne⁷. Ambas perspectivas compreendem que “...le texte importé reçoit une nouvelle marque”⁸.

Desse modo, o conceito de transferências culturais nos parece adequado para superar o comparatismo tradicional o qual, segundo Olivier Compagnon⁹, estava mais concentrado no âmbito da recepção que da circulação. Para este autor, entender as trocas culturais situadas num espaço comum, que ele chama de euro-americano, na perspectiva das transferências culturais, permite uma abordagem mais complexa (sincrônica e diacrônica a um só tempo), desvencilhando-se tanto da ideia de aculturação e transculturação, como da noção de cópia, de modelo ou de influência passiva e acrítica.

Inicialmente aplicado ao caso franco-alemão, o conceito tem sido colocado à prova neste “espaço euro-americano”. Olivier Compagnon delimita três momentos na historiografia sobre o tema (clássico, aliás) das relações culturais entre os dois continentes. Seriam eles, de maneira esquemática, os paradigmas da influência, do modelo e das transferências.

O paradigma da influência, cujo foco estaria na produção, propondo-se a apreender as trocas culturais em termos sincrônicos, sempre em um sentido que privilegie a hegemonia da metrópole sobre a colônia. No segundo caso, que ele chama de paradigma do modelo, o foco estaria na recepção, com as trocas culturais sendo apreendidas em um sentido diacrônico e supondo que a recepção tem diferentes leituras, diferentes tempos, e que um mesmo artefato cultural consumido em uma época pode ter sentido absolutamente diverso em outro momento, ainda que ocorrida no mesmo local. A recepção é vista na longa duração e as trocas seriam o resultado de interação e não de imposição sem crítica, como no paradigma da influência. Ainda assim, porém, este modelo se atém a trocas bilaterais e pode ser acusado de eurocentrismo, na medida em que joga luz sobre um objeto cultural que se projeta da Europa em direção à América.

Finalmente, no paradigma das transferências culturais, de acordo com o autor, é dada maior ênfase às condições de circulação das ideias – apenas marginalmente evocadas no paradigma anterior. As “dinâmicas concretas – humanas, materiais, econômicas e diplomáticas – das trocas culturais”¹⁰, que restavam esquecidas ou deixadas a um segundo plano, passam para o foco principal. A ênfase é nas condições de circulação do produto, sua transformação no contexto da recepção e, sobretudo, na abordagem que permite pensar em trocas recíprocas e ocorridas em termos multilaterais, ultrapassando a concepção bilateral – típica das análises sobre as trocas entre colônia/ex-colônia e metrópoles.

⁷ Michel Espagne, *Les transferts culturels franco-allemands*, op. cit., p. 203. Pierre Bourdieu, *idem, ibidem*.

⁸ Bourdieu, *idem*, p. 6.

⁹ Olivier Compagnon, “L’Euro-Amérique en question” In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates*, 2009.

¹⁰ Compagnon, *idem*, p. 5.

O paradigma das transferências culturais complementa os demais, sobretudo o paradigma do modelo. Como este último, dá importância à recepção, mas a ênfase é na circulação do suporte além do compartilhamento de ideias, ultrapassando os conceitos de aculturação ou transculturação. E, ainda podemos acrescentar que ele tende a questionar o conceito de “zona de contato”¹¹ ou mesmo a história dos “*regards sur* qualquer coisa”, uma vez que estes parecem reduzir a história do “outro” ao olhar europeu¹².

Assim, a abordagem que julgamos adequada para o nosso corpus (disperso e descontínuo) é aquela que lança luz sobre esta circulação dos jornais franceses em escala mundial, sendo as trocas entre os dois países, Brasil e França, apenas uma parte deste movimento editorial mais amplo e complexo. Daí que o conceito de transferências culturais nos pareceu interessante, justamente por ter como objeto um espaço de trocas onde se conectam e se cruzam duas histórias nacionais.

Não nos restringiremos a retomar os parâmetros de uma “história total”, no sentido dado pela primeira e segunda geração dos *Annales*, mas não descartamos esse olhar global, ainda que saibamos de seus limites dados pelos recortes e abordagens que adotamos. Também não pretendemos traçar continuidades ingênuas que desconsiderem os jogos de poder na relação entre as nações. Simplesmente ele não é nosso foco no momento, podendo tornar-se fator importante de observação nas fases subsequentes da pesquisa.

Por fim, é importante ressaltar que admitir a homogeneização do mercado do impresso periódico no século XIX não exclui a afirmação das identidades nacionais¹³, da qual o jornal é um dos agentes centrais com a criação das comunidades imaginadas, no sentido atribuído por Benedict Anderson¹⁴.

Ou seja, mundialização e nacionalismo não são excludentes quando falamos do caso do jornal. E este novo comparatismo proposto pelo conceito de transferências culturais deve levar em conta esta interação entre realidade local e internacional, sendo esta não apenas um dispositivo de influência mas de genuína composição de uma história nacional¹⁵.

¹¹ Mary Louise Pratt, *Os olhos do Império – relatos de viagem e transculturação*, Bauru, Edusc, 1999.

¹² Romain Bertrand, *L’histoire à parts égales: récits d’une rencontre Orient-Occident (XVIe-XVIIe siècles)*, Paris: Seuil, 2011.

¹³ Marie-Ève Thérenty et Alain Vaillant, “Introduction” In: *Presse, nations et mondialisation au XIX^e siècle*, Paris: Nouveau Monde editions, 2010.

¹⁴ Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas – reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, São Paulo, Cia. das Letras, 2008.

¹⁵ Diana Cooper-Richet, “Aula 01. Transferências culturais, circulação de ideias e práticas: o caso da França e do Brasil no século XIX” (Trad. Valéria Guimarães). Aula proferida no Minicurso “Desafios das Transferências Culturais - circulação de práticas e representações na imprensa do longo século XIX” realizado no CEDAP-FLC-UNESP-Assis/VI Encontro do CEDAP e no CEDEM-UNESP-Assis, out. 2012. Promoção: Programa Jovem Pesquisador-FAPESP *As transferências culturais na imprensa na passagem do século XIX ao XX*; CEDAP e CEDEM-UNESP. Apoio: FAPESP e UNESP.

Cabe ainda observar que sabemos que utilizar os conceitos de mestiçagem ou de hibridação traz o risco de incorrer na ideia implícita de pureza. Da mesma forma, temos ciência de que a aplicação dos métodos das transferências culturais, traçando os caminhos da circulação, pode resvalar na visão de um “si próprio” projetado no “outro”. Apesar disso, nosso objetivo será o de tentar compreender quais são os resultados efetivos dos contatos entre culturas diferentes – objetivo este, aliás, que não se constitui em novidade, como já colocamos aqui, afinal a ideia de que povos em contato estão o tempo todo trocando informações não é nova.

Ainda que se mude o nome (história cruzada, história conectada, transferências etc.) pouco se muda desta sua intenção. Para além dos conceitos é preciso se ater à observação efetiva de tais fenômenos de circulação e seus mecanismos com o intuito de precisar quais seriam, então, os efeitos dessas trocas¹⁶. E é esse nosso intuito.

Nosso esforço, portanto, é no sentido de localizar os itinerários dos mediadores, identificando as redes de pessoas e instituições envolvidas em conexões que não são lineares¹⁷, menos ainda simétricas.

Isto posto, temos direcionado nosso trabalho para a busca de exemplos que comprovem a circulação de jornais franceses no Brasil¹⁸, tentando averiguar qual a função dos mesmos na constituição da vida cultural do período. O papel do jornal nessa época e na sociedade de então é de plena importância, concentrando a informação mediatizada do cotidiano cada vez mais urbano.

Testemunhos de importantes intelectuais como José Veríssimo, Lima Barreto, Machado de Assis, entre outros, nos levam a crer que, embora o discurso de membros da elite assumisse uma postura culta de leitor de livros, talvez o mais provável é que o contato com a cultura erudita de uma boa parcela de nossa *intelligentsia* se desse pela leitura mais rápida e leve de periódicos, esta sim, de fato mais frequente. Ler revistas e jornais dava acesso a referências cultas – o que dignificava quem a elas ostentasse – sem, porém, exigir grandes esforços intelectuais

Esse movimento, que foi percebido de maneira perspicaz por alguns observadores como os citados acima, era alvo de críticas, uma vez que a tendência era a de encarar a leitura como vetor de emancipação da jovem nação. Assim, essa manobra que consistia em ostentar cultura

¹⁶ Caroline Douki & Philippe Minard, *Histoire globale, histoire connectées: un changement d'échelle historiographique ?*, Introduction, Revue d'histoire moderne et contemporaine, 2007/5, no 54-4bis, p. 7-21. Michael Werner & Benedict Zimmermann, *Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexibilidade*, Testos de História, vol. 11, no 1/2, 2003.

¹⁷ Olivier Compagnon, “L’Euro-Amérique en question” In: Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates, 2009.

¹⁸ Valéria Guimarães, “Jornais Franceses no Brasil” In: XXVI Simpósio Nacional de História da Anpuh: Anpuh 50 Anos, São Paulo, USP, 2011.

<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312985067_ARQUIVO_jornais_franceses.pdf>

livresca quando, na verdade, grande parte do conhecimento era adquirido pela leitura rápida dos jornais, chamaremos de “camuflagem cultural”. Apesar de veementemente repreendida por alguns espíritos mais exigentes, a “camuflagem cultural” parece ter perdurado, com o jornalismo ampliando cada vez mais seu raio de ação enquanto o mercado do livro não parece ter acompanhado o mesmo ritmo¹⁹.

Ou seja, a leitura de jornais foi mais difundida que a leitura de livros no período por nós estudado, não só por fazer circular a notícia do cotidiano e possibilitar a “sociedade imaginada” mas porque, sendo mais acessível, era uma leitura de formação, tomando o lugar dos livros. E a inteiração com a imprensa estrangeira foi fator relevante, por fazer circular modelos. No que tange à recepção de jornais franceses, houve uma recepção positiva, sem dúvida, mas também houve críticas explícitas ao papel que esta imprensa exerceu sobre a formação de nossos cidadãos. Mas para poder ter uma ideia mais precisa de como se deu tanto a recepção, como a inteiração entre estas duas imprensas, na perspectiva das transferências culturais, é preciso identificar que imprensa é esta.

Em trabalhos anteriores, nosso interesse se restringia às trocas culturais na imprensa sensacionalista, como vimos acima, que acreditamos ser um dos motores da dinamização do jornalismo nacional. Em termos de sucesso editorial, certamente um diário como o *Le Petit Journal* era visto como exemplo a ser seguido, como já havíamos notado e como se confirma em editorial do jornal carioca *Gazeta de Notícias*: “*O Diário de Notícias*, de Lisboa, faz uma tiragem de 23 mil exemplares. A tiragem do *Petit Journal*, de Paris, que é do mesmo gênero, regula 100 mil exemplares. Quantos conseguirá tirar a *Gazeta de Notícias*?” (GN, 02/07/1875).

Antes de nos questionarmos sobre a recepção e seus efeitos, se houve ou não troca efetiva, de que tipo seria ela etc., começamos por nos perguntar se seria possível determinar os caminhos que tomam estes jornais no percurso entre França e Brasil e quais seriam os atores envolvidos neste processo, no que tange tanto à produção e recepção, como à circulação, com especial ênfase neste último aspecto como ficou claro na nossa opção teórica aqui exposta.

No decorrer do desenvolvimento da presente pesquisa, porém, outros jornais passaram a fazer parte de nossos interesses. A princípio porque tivemos muita dificuldade em achar os jornais tidos como “populares” e “sensacionalistas” em acervos. Embora nos pareça facilmente comprovável que um *Le Petit Journal* ou *Le Matin*, entre outros que reservavam largo espaço aos *faits divers*, fossem lidos no Brasil e até servissem de referência a jornalistas

¹⁹ Isso pode ser atestado por trabalhos que mensuraram a expansão do impresso periódico no período de nossa análise, entre eles os de Heloísa de Faria Cruz, *São Paulo de papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890/1915*. São Paulo: Educ/FAPESP, 2000 ou Terezinha A. Del Fiorentino, *Prosa de ficção em São Paulo: produção e consumo (1900-1920)*. São Paulo, Hucitec, Secretaria de Estado da Cultura, 1992.

e editores (caso do exemplo acima, da *Gazeta de Notícias*), seu conteúdo e linguagem acabavam por causar uma certa repulsa àqueles mesmos que viam na imprensa um vetor central na missão civilizacional. Lima Barreto deixou vários registros deste último caso²⁰.

É provável que a quase ou completa ausência destes periódicos em importantes acervos brasileiros se dê pelo fato de serem vistos como interditos, jornais de baixa qualidade didática – afinal, as ausências falam tanto quanto as pistas encontradas. Daí que certos cuidados são importantes quando fazemos um tipo de história que lida com séries: embora ela nos forneça recorrências e nos permita traçar tendências editoriais, ela pode camuflar determinadas ausências e nos privar de certos aspectos importantes em uma pesquisa como a nossa.

A escassa referência a jornais sensacionalistas franceses nos principais acervos públicos brasileiros da época pesquisada nos forçou a olhar o que tínhamos disponível: não à toa, em quase todos os acervos pesquisados é possível achar o jornal *Le Figaro*, conhecido pela sua sobriedade e admirado pela intelectualidade de então. E assim se deu com outros títulos.

Disso decorre que, na tentativa de observação da circulação dos jornais franceses no Brasil, pudemos perceber um resultado: uma contradição inquietante entre uma recepção observável no conteúdo e a ausência de certos tipos de periódicos nos acervos – isso deve dizer algo sobre esta sociedade. Enquanto o sensacionalismo ganhava espaço contínuo nas folhas de jornais, com a multiplicação das seções a ele dedicadas, o que víamos nos acervos era a preservação de uma cultura mais erudita, resguardada a poucos, ou mais técnica, cuja utilidade ditava o uso.

Então, a dificuldade em achar vestígios materiais dos jornais sensacionalistas, o que nos permitiria traçar as redes restritas a este universo, nos levou a considerar um corpus mais amplo assim como outros tipos de registros desta circulação. Passamos a procurar todos os jornais franceses (e não só os sensacionalistas) nos catálogos de acervos, mas também em propagandas e em catálogos de venda de periódicos, de maneira a dar início à circunscrição do corpus e à investigação sobre a interação entre instituições e homens de letras envolvidos com a circulação dos jornais franceses no Brasil.

Para tanto, organizamos nossa investigação em dois eixos, trajetórias e mediadores (pessoas e instituições), sempre em busca das conexões resultantes deste processo de transferência cultural.

Até o momento, pesquisamos propagandas e anúncios de estabelecimentos que vendiam jornais estrangeiros²¹ publicados em jornais e almanaques que circulavam no Brasil na passagem do século XIX ao XX. Da mesma forma, foram procurados registros desta circulação em anais e catálogos antigos de bibliotecas públicas. E ainda outras pistas, como

²⁰ Valéria Guimarães, *A Revista Floreal e a recepção aos faits divers na virada do dezenovevinte*, Revista Galáxia - Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica PUC-SP, v. 10, p. 274-290, 2010.

²¹ Franceses em particular. Mas como há vários anúncios que citam a venda de jornais estrangeiros de maneira genérica, sem explicitar se são ou não franceses, também incluímos estes casos na pesquisa.

listas estatísticas de jornais, que foram achadas casualmente em meio a estas buscas, também foram consideradas.

PESSOAS

Ainda que estejamos numa fase inicial da nossa investigação, pudemos notar que havia uma significativa quantidade de pessoas envolvidas nestas trocas comerciais e de ideias. Estavam divididos em várias categorias como livreiros, tipógrafos, editores²², vendedores ambulantes, homens de letras etc.²³ Aqui trazemos apenas alguns exemplos.

Um deles é do vendedor ambulante Bernard Grégoire. Personagem famoso, foi um francês radicado de São Paulo que se tornou símbolo do jornal *O Estado de S. Paulo* ao introduzir a venda de jornais avulsos nas ruas e estações de trem da então pequena cidade. Foi um espanto para a pacata população da capital paulista ver, na aurora de 1876, um homem com uma “touca e com uma buzina para chamar a atenção”²⁴. O que é pouco conhecido, porém, é que ele também tinha sido vendedor do *Le Petit Journal* em Paris e trabalhara no Rio de Janeiro antes de vir para São Paulo. É provável que tenha colocado suas habilidades a serviço da circulação de periódicos estrangeiros no Brasil.

Vendedor de Jornais

Mr. BERNARD GRÉGOIRE, condecorado com a cruz de bronze e medalha de honra, ex-vendedor do “Petit Journal” de Paris e da “Gazeta de Notícias” do Rio de Janeiro, tem a honra de prevenir ao respeitável público o seguinte: Todos os dias vende o jornal – A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO – nas ruas e na estação da linha férrea. Aos domingos também venderá o COARACY²⁵.

No Rio de Janeiro, um exemplo de mediador entre as culturas brasileira e francesa foi, sem dúvida, Benjamin Franklin Ramiz Galvão. Ele nasceu em 1846 no Rio Grande do Sul, em 1861 formou-se bacharel em Letras no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro e em 1868 em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Foi bibliotecário da Biblioteca Nacional entre 1870 e 1882, tendo redigido os anais desta instituição dos anos de 1876 a 1881, ao mesmo tempo que lecionava Ciências na Faculdade do Rio de Janeiro. Deixou o cargo na Biblioteca

²² Neste três primeiros casos, podiam agir cada um em seu ramo, mas era comum que uma mesma pessoa concentrasse mais de uma função.

²³ Categoria abrangente, que incluía homens ligados a atividades intelectuais, ainda que atuassem em outras áreas concomitantemente e que podiam ser desde correspondentes em jornais até profissionais de outros ramos, como medicina, direito etc., e que eram diretamente responsáveis pela circulação dos artefatos culturais e de ideias.

²⁴ Lília M. Schwarcz, *Retrato em branco e negro – jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*, São Paulo, Cia. das Letras, 2001, p. 81.

²⁵ A Província de São Paulo, 02/02/1876.

e na Faculdade para ser preceptor dos filhos da Princesa Isabel mas em 1889 teve que optar entre ficar no país ou ir com a família real para o exílio. Acaba ficando, tornando-se professor primário e secretário de redação do diário *Gazeta de Notícias* até 1900, tornando-se depois professor do Pedro II entre outras muitas atividades.

Uma delas era a edição do *Almanaque Brasileiro Garnier* (1903-1906). Entre 1873 e 1874 esteve na Europa “como delegado do Governo na Exposição Internacional de Viena d’Austria, e comissionado para exame de bibliotecas e arquivos”²⁶ e também foi “oficial de instrução pública de França”²⁷. As presentes informações foram retiradas da seção *Galeria de colaboradores do Almanaque Garnier* da edição de 1905 deste almanaque que se propunha inaugurar uma “seção bio-bibliográfica dos colaboradores”²⁸. Como o editor deste número foi o próprio Ramiz Galvão, é possível que seja uma nota autobiográfica ou, ao menos, que tenha contado com sua anuência. O fato é que essa nota traça o perfil de um homem extremamente produtivo o qual, além de todas as atividades enumeradas, ainda foi tradutor do francês²⁹ tendo participado da direção de importantes acervos e publicações, e sendo, provavelmente, um entusiasta da compra e circulação de periódicos franceses no Brasil, tornando-o um personagem importante para a nossa investigação sobre os mediadores entre a cultura francesa e brasileira.

Ele torna-se ainda mais central para nossa pesquisa quando descobrimos uma outra informação que ainda não estava incluída neste registro biográfico, por ter sido posterior: a direção do polêmico *Catálogo do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, organizado segundo o sistema decimal de Mevil Dewey*, de 1906. Considerado confuso, hoje encontra-se totalmente descartado como meio de consulta ao acervo, não tendo sido incorporado ao catálogo digital. Para nós, porém, assim como os antigos anais da Biblioteca Nacional, este catálogo foi de extrema utilidade, como veremos no item a seguir.

INSTITUIÇÕES

Ainda que as instituições sejam representadas por uma pessoa ou por um grupo de pessoas, normalmente há mais de um mediador implicado nas transferências culturais que

²⁶ B. F. Ramiz Galvão (dir.), “Galeria de colaboradores do Almanaque Garnier” in: *Almanaque Brasileiro Garnier para o ano de 1905*, Rio de Janeiro, Livraria Garnier, 1904, p. 223.

²⁷ *Idem, Ibidem.*

²⁸ *Idem*, p. 222.

²⁹ “Foi sócio fundador do Instituto dos Bacharéis em letras; fundador e presidente da Associação do IV Centenário do Descobrimento do Brasil; é efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; dignitário da Ordem da Rosa; cavaleiro da Ordem Austríaca de Francisco José; oficial da instrução pública de França, cavaleiro da Legião d’Honra, barão de Ramix, etc.”. Segue, então, uma lista de suas publicações e traduções, entre estas últimas: “*Estados-Unidos do Brasil*, de Elisée Reclus – refundida, melhorada e aumentada; *Compêndio de Mineralogia* – de A. Lapparent (...) *A retirada da Laguna* – de V. do Taunay”, entre outros. Ramiz Galvão (dir.), *op. cit.*, p. 223.

formam estas redes de trocas. Elas são muitas, entre as quais temos livrarias (que às vezes são também editoras), bibliotecas, agências comerciais etc.

Levando-se em conta a disponibilidade de títulos de periódicos em francês – publicados em Paris ou no Brasil – em acervos de bibliotecas, gabinetes de leitura ou à venda em livrarias acessíveis aos brasileiros, pudemos constatar que a circulação era intensa³⁰. Uma análise dos antigos Anais da Biblioteca Nacional o comprova, uma vez que seu acervo trazia grande número de títulos de periódicos franceses. Portanto, a única maneira de afirmar, com certeza, que estes jornais estavam disponíveis para o público de antanho em bibliotecas e gabinetes de leitura é fazer a pesquisa em anais da época, registros de aquisições, catálogos antigos etc.

Uma consulta, por exemplo, à base digital do Real Gabinete Português de Leitura (RGPL) nos mostra um número considerável de jornais franceses dessa época. Mas estavam estes ao alcance do público no recorte temporal que estabelecemos para nossa pesquisa? O catálogo já citado de Ramiz Galvão traz a lista dos títulos disponíveis em 1906 e pode comprovar, ao menos parcialmente, quais os jornais franceses estavam disponíveis para os leitores daquele momento. Era possível encontrar no acervo daquele ano, entre outros, o *Journal des Débats – politiques et littéraires* (1850-65), *Le Petit Parisien – Supplément littéraire illustré* (1904-1905), *Le Journal pour rire – jornal d’images, jornal comique, critique, satirique et moqueur* (1849-55) entre outros periódicos franceses, na maioria revistas, em uma época em que revistas e jornais ilustrados se confundiam³¹.

Cabe ressaltar que grande parte desses jornais, por algum motivo, extraviou-se e não está mais no RGPL. Ou seja, caso nos baseássemos no catálogo digital atualizado, não saberíamos que os títulos acima constavam no acervo. Daí a dupla importância da localização de catálogos antigos: mostram o que estava disponível na época e não ilude o pesquisador que, ao checar os índices localizadores atuais, pode acreditar que os títulos atuais estavam então disponíveis (quando podem ter sido fruto de uma doação posterior, por exemplo) ou, simplesmente, pode não ter acesso a títulos que foram extraviados.

Outras instituições mediadoras, talvez as mais importantes por disponibilizarem a um público mais amplo os periódicos que procuramos, eram as livrarias.

Nossos esforços concentraram-se na busca de anúncios, propagandas ou de catálogos de venda das mesmas publicados ou encartados em periódicos, uma vez que estes últimos, por serem material considerado efêmero, não foram conservados em bibliotecas ou arquivos, com raras exceções como o catálogo da Livraria Lombaerts que achamos, solitário e em condições

³⁰ A preferência do público brasileiro por jornais franceses se fez notar por José Veríssimo. Ver Valéria Guimarães, *op. cit.*

³¹ “Os limites entre *jornal* e *revista* mantiveram-se bastante fluidos ao longo do século XIX...”, como alerta Rafael Cardoso no artigo “Projeto gráfico e meio editorial nas revistas ilustradas do Segundo Reinado” in: Knauss et alli (org.). *Revistas Ilustradas – modos de ler e ver no Segundo Reinado*, Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2011, p. 19.

precárias, na Biblioteca Nacional. Ele oferecia assinaturas do *Le Petit Journal*, *Le Figaro*, *Journal des Débats* em meio a uma lista de mais de 60 periódicos franceses³². Através destes vestígios é possível reconstituir uma rede de livrarias que vendia jornais estrangeiros³³.

A seguir, temos alguns dos muitos exemplos. Um deles é um anúncio da Livraria Ricardo Matthes publicado no jornal *A Província de São Paulo* em 1875³⁴. Localizada no coração comercial do centro de São Paulo, na rua da Imperatriz (atual rua 15 de novembro), região que formava o famoso e chique “triângulo” com as ruas Direita e São Bento, nela podiam-se adquirir “os principais jornais da Europa e Rio de Janeiro”, além de livros estrangeiros e nacionais, material de papelaria e escritório.

No mesmo mês de agosto de 1875, no Rio de Janeiro, a Livraria Imperial de Ernesto G. Possolo anunciava no jornal *Gazeta de Notícias* que fazia “assinaturas de jornais, quer da Europa, quer do Estados Unidos” oferecendo também ao seu público “a maior variedade de obras e publicações modernas, e grande escolha de livros de gosto, por preços muito moderados”³⁵. Ela estava situada na elegante Rua do Ouvidor. Deste fato depreende-se que os jornais franceses estavam disponíveis a um público variado, porém é provável que a elite tenha tido maior acesso a eles, tanto pelo fato óbvio de ser alfabetizada como não era a maioria, como pelo fato de serem tanto o “Triângulo” paulista como a região carioca da rua do Ouvidor locais do trânsito da gente abastada. De qualquer forma, as maneiras de fazer chegar o jornal ao público leitor tornavam-se mais variadas, fazendo com que este se expandisse, como demonstram os exemplos de Grégoire e os inúmeros registros (iconográficos e escritos) de vendedores ambulantes que “empurravam os jornais do dia” aos possíveis compradores³⁶.

³² Valéria Guimarães, “Passageiros de Bondes: leitores de jornais na caricatura de K.Lixto” in: Revista *Patrimônio e Memória* (UNESP), v. 6, p. 32-53, 2010.

³³ Na década de 40 do século XIX, os franceses já dominavam o comércio de miudezas, incluindo o livreiro, no Rio de Janeiro, sem ter concorrência direta dos portugueses que se voltavam para um público mais popular: “Os franceses se contentariam, para o comércio de miudezas, com a rua do Ouvidor e travessas vizinhas (...) Em 1828, os franceses eram 1400 e tinham mais de 100 lojas no centro da cidade” in: Associação Comercial do Rio de Janeiro, *Os assinantes da Praça – 1834-1984*, Rio de Janeiro, Biblioteca Reprográfica Xerox. Edição comemorativa do sesquicentenário da Associação Comercial do Rio de Janeiro, 1984. Ver também: Guilherme Auler. *Os franceses residentes no Rio de Janeiro – 1808-1820*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960 [prefácio de José Honório Rodrigues]; Ubiratan Machado, *A etiqueta de livros no Brasil: subsídios para uma história das livrarias brasileiras*. São Paulo: Edusp, Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, Imprensa Oficial do Estado, 2003, p. 20.

³⁴ *A Província de São Paulo*, 13/08/1875.

³⁵ *Gazeta de Notícias*, 02/08/1875.

³⁶ Ver charge de K.Lixto analisada no artigo de Valéria Guimarães, “Passageiros de Bondes...”, *op. cit.*, p. 40. Encontram-se outros registros de vendedores ambulantes, em geral meninos pobres, nos próprios jornais que circulavam na época, em memórias e biografias, assim como em registros iconográficos, a exemplo da célebre fotografia de Marc Ferrez de 1899 com dois rapazolas mal ajambrados, segurando os jornais do *O Paiz*, *Jornal do Brasil* e *A Notícia*.

Em São Paulo, outro exemplo é o caso da famosa Livraria Garraux³⁷. Em 1876, um anúncio enchia meia página no fim do jornal A Província de São Paulo, chamando atenção para um catálogo numeroso de jornais estrangeiros dividido nas áreas de agricultura, tecnologia, política, ilustração, maçonaria, moda, religião, medicina, pedagogia, fotografia, viagens e magnetismo, somando mais de cinquenta jornais franceses e cerca de uma dúzia em outras línguas como o inglês e o alemão, além de aceitarem assinaturas “para quaisquer outros jornais”³⁸.

A ideia de tempo sincrônico entre o Brasil e o resto do mundo, simbolizando a inserção do país na modernidade, aparece nesta propaganda quando se enfatiza, com o título Observações, que “os jornais da casa Garraux, sendo recebidos diretamente da Europa pelo correio, são entregues antes das assinaturas feitas por intermédio de qualquer casa do Rio de Janeiro”. Assim, a Casa Garraux garantia que, não tendo intermediários, seu atendimento era mais veloz, colocando seus leitores brasileiros em contato com os últimos acontecimentos antes de qualquer outra livraria: “É IMPOSSÍVEL haver mais celeridade na recepção de seus jornais e a CASA GARRAUX é talvez a única que serve seus assinantes com esta rapidez”³⁹.

Apesar de advertirem os leitores para os problemas decorrentes dos “riscos de demora, extravio e perda, provenientes dos vapores, da alfândega e do correio”⁴⁰ e de que prováveis prejuízos ficariam a cargo dos assinantes, é a garantia da rápida e segura entrega por parte deles que chama a atenção, atribuindo-lhes o papel de importantes mediadores entre Europa e Brasil, mas, sobretudo, entre França e Brasil⁴¹.

Ainda em São Paulo, temos uma propaganda, publicada no *Almanaque Histórico Literário do Estado de S. Paulo* de 1903, da Grande Livraria Paulista Miguel Melillo – casa editora e importadora que vende livros em todas as línguas, artigos de papelaria, escolares, de escritório e que informa que “Aceitam-se assinaturas de jornais estrangeiros e nacionais”⁴².

O *Almanach Illustrado de São Paulo*, de 1904, faz a propaganda da Casa Editora Mófreira de São Paulo com filiais no Rio, Santos e Campinas, a qual editava e vendia livros e “Aceita[va] também assinaturas para jornais de modas, ou quaisquer jornais ilustrados, nacionais ou estrangeiros”⁴³.

³⁷ Para um estudo detalhado desta livraria e seu livreiro, assim como de sua importância na configuração da paisagem intelectual paulista do século XIX, ver Marisa Midori Deaecto, *O Império dos Livros – instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista*, São Paulo, Edusp/FAPESP, 2011.

³⁸ *A Província de São Paulo*, 06/02/1876.

³⁹ *Idem, Ibidem*.

⁴⁰ *Idem, Ibidem*.

⁴¹ Esta preocupação com rapidez também aparece em outras ocasiões, como no catálogo de jornais da Livraria Lombaerts. Citado em Valéria Guimarães, “Jornais Franceses no Brasil”, *op. cit.*

⁴² Carlos A. Reis (dir.), *Almanaque Histórico Literário do Estado de S. Paulo de 1903*, São Paulo, Tipografia a vapor de Rosenhain & Meyer, 1902.

⁴³ Carlos Reis (dir.), *Almanach Illustrado de São Paulo*, São Paulo, Tipografia Andrade e Mello, 1903, p. 229. Na página de rosto do exemplar pesquisado vê-se um carimbo da Livraria Mercúrio com o nome, logo abaixo, separado por uma linha, *Revista Semanal, Humorística, Crítica e Literária*, e o endereço Rua José Bonifácio, 7 – 1 andar, São Paulo, dando a entender que este almanaque era distribuído junto com a revista, pela Livraria Mercúrio.

Achamos, igualmente, representantes em outras cidades do Brasil, como a Livraria Genoud, em Campinas, cujo anúncio no *Almanaque Histórico Literário do Estado de S. Paulo*, de 1896, trazia a chamada em francês “Au Monde Éléphant”, forma de distinção de seus produtos que incluíam serviços de papelaria, livros e “assinaturas para todos os jornais”⁴⁴. Em Recife, a “Antiga Casa Laemmert - livraria – papelaria – tipografia”, de propriedade de J.-B. Edelbrock, anunciava no *Almanaque Brasileiro Garnier* de 1904 que ali se encontravam “publicações recentes – em livros, jornais e revistas estrangeiras”⁴⁵.

Entre as conexões possíveis entre França e Brasil através dos impressos, tínhamos ainda exemplos de agentes que, como em muitas livrarias, não vendiam apenas impressos, mas todo o tipo de mercadoria. Fato curioso é o de um editor que não pertencia ao ramo específico das letras, F. Ladevèze “professor de Forte, em Paris” que anuncia, em 1880, na *Gazeta de Notícias* aos “Srs. alfaiates”, que seu jornal “traduzido em português” *Le Musée des Tailleurs* estaria disponível para assinaturas anuais no Brasil pelo seu agente Germain Bloch, na rua da Alfândega, no Rio de Janeiro, por 20 réis ao ano. Germain Bloch era, ainda segundo o anúncio, único representante dos vinhos Bordeaux (Paul Clemond) no país⁴⁶.

Por fim, algumas das instituições mediadoras se situavam fora do Brasil, como veremos a seguir.

BRASIL NA FRANÇA

Um anúncio de H. Mellier no *Almanaque Brasileiro Garnier* de 1911⁴⁷, traz uma editora e espécie de agência francesa identificada como “Comissão em Livraria para o Estrangeiro”, localizada em Paris, na rua Mignon (Danton). O que se depreende deste anúncio, feito em português, é que o estabelecimento exportava obras impressas francesas e estrangeiras, incluindo “assinaturas em todos os jornais e periódicos”, para a América do Sul onde mantinha “correspondentes em todos os grandes centros”⁴⁸.

⁴⁴ Oscar Monteiro (org.), *Almanaque Histórico Literário do Estado de S. Paulo* (1896), São Paulo, exemplar danificado, sem referência da editora ou tipografia, 1895.

⁴⁵ B. F. Ramiz Galvão (dir.), *Almanaque Brasileiro Garnier para o ano de 1904*, Rio de Janeiro, Livraria Garnier, 1904.

⁴⁶ *Gazeta de Notícias*, 20/05/1880.

⁴⁷ Joao Ribeiro (dir.), *Almanaque Brasileiro Garnier para o ano de 1911*, Rio de Janeiro, 1911, p. 15. No exemplar que pesquisamos, há um carimbo na página de rosto com os dizeres “OFFERECIDO pela Sociedade Brasileira para Animação da Agricultura – Sede em Paris”.

⁴⁸ Temos, igualmente, alguns casos de intercâmbio, verdadeiras conexões entre Brasil e França que ultrapassam o mundo do impresso, mas que nele orbitam. Seja o exemplo da Agência Luso Brasileira que recebia portugueses e brasileiros em Paris (*Almanaque Brasileiro Garnier, op. cit.*, 1911) ou a criação do curso de literatura brasileira na Sorbonne em 1911 cuja estreia foi feita por Oliveira Lima com um programa intitulado Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira (*Almanaque Brasileiro Garnier, op. cit.*, 1912, p. 327).

Já a agência transportadora *Compagnie Mondiale de Transports*, situada no número 25 da rue d'Alsace, em Paris, fazia uma propaganda bem ilustrada no *Almanaque Brasileiro Garnier* de 1914⁴⁹, tentando convencer os importadores brasileiros de como seus serviços facilitavam essas conexões. A propaganda parece se dirigir aos brasileiros que comprem produtos made in France, mostrando, em uma charge bem humorada, que seus serviços eram indicados por nada mais, nada menos que o próprio Ministério das Exportações francês.

LISTAS E ESTATÍSTICAS

Outra fonte interessante, embora mais rara, estava disponível em alguns almanaques, cuja vocação para listas e recenseamentos é bem conhecida. O *Almanaque Brasileiro Garnier* de 1905 vem com uma seção que traz uma lista de jornais publicados no Brasil, no ano anterior, “A imprensa paulista em 1904”, em uma tentativa de levantamento estatístico. Nele vêm listados dois jornais de títulos franceses: o *Journal Français* e o *Messenger* de St. Paul. Este último, na turbulenta década de oitenta do século XIX, divulga chamadas de “parution” no jornal *Gazeta de Notícias*⁵⁰ e é publicado no Brasil, tendo como principal público-alvo os franceses aqui radicados, assim como outros jornais que temos conhecimento, como *La Petite Revue – financière, économique, commerciale et littéraire – organe du crédit general français*, que a despeito do nome, era um jornal financeiro bilíngue editado em São Paulo em 1902.

Os exemplos de conexões nestas trajetórias dos jornais franceses no Brasil são inúmeros bem como é possível mapear uma rede complexa que envolve pessoas e instituições no circuito de produção, circulação e recepção dos mesmos. Esta comunicação teve como objetivo apenas demonstrar alguns procedimentos metodológicos para obter estas informações, trazendo alguns exemplos. O próximo passo será demonstrar, de forma precisa, como se dão estas interações, com o fim último de definir quais seriam suas implicações para a constituição de uma história da leitura da imprensa periódica no Brasil da passagem do século XIX ao XX.

⁴⁹ Joao Ribeiro (dir.), *Almanaque Brasileiro Garnier para o ano de 1914*, Rio de Janeiro, 1913. Na contracapa vê-se indicação “Para assuntos de publicidade toda correspondência deve ser dirigida para o Almanaque Brasileiro 125, Boulevard de Montparnasse, Paris”.

⁵⁰ *Gazeta de Notícias*, 30/05/1880.

PARTE 4

COLECCIONISMO E PRATICAS DE LEITURA

PENSAR OS LIVROS DA MARQUESA DE ALORNA (1750-1839)

Vanda Anastácio
(Universidade de Lisboa)

Um dos pressupostos deste trabalho é o de que a recuperação das experiências de leitura individuais e dos livros reunidos por um único indivíduo podem ajudar a compreender modos de circulação dos impressos dentro e fora do território português em várias épocas da sua História. É nesta ordem de ideias que o estudo da documentação relativa à 4ª Marquesa de Alorna, nascida em 1750 e falecida em 1839 pode ser interessante para nós. Com efeito, D. Leonor de Almeida Portugal, também conhecida pelo pseudónimo literário de Alcipe, desempenhou um papel marcante na vida intelectual portuguesa dos finais do século XVIII e inícios do século XIX. A sua longa vida foi rica em acontecimentos. Neta materna dos Marqueses de Távora supliciados e executados em 1759 por suspeita de implicação no atentado sofrido por D. José I em 1758, foi encerrada aos 8 anos no mosteiro de São Félix, em Chelas, com a mãe e a irmã, ao mesmo tempo que seu pai era feito prisioneiro de Estado e encarcerado, primeiro na Torre de Belém e mais tarde no forte da Junqueira. Libertada em 1777, depois da morte de D. José e do afastamento do Marquês de Pombal, D. Leonor casou no ano seguinte com o Conde de Oeynhausen - um oficial alemão aparentado com a Casa Shaumburg-Lippe. Este último foi nomeado Ministro Plenipotenciário junto da Corte de Viena em 1780¹, onde o casal viveu até 1785. Entre essa data e o início dos anos noventa, a família Oeynhausen instalou-se em Avignon até regressar a Lisboa pouco antes de 1793, data em que o Conde de Oeynhausen viria a falecer. Logo depois de enviuar, D. Leonor de Almeida frequentou os meios intelectuais de Lisboa, e envolveu-se na vida política, até sair do país, em 1803². Entre esta data e 1814, viveu algum tempo em Espanha e cerca de

¹ D. Leonor escreverá o relato do modo o cargo foi atribuído a seu marido num documento publicado por Hernâni Cidade, «Como a Condessa de Oeynhausen obtém a nomeação do marido para enviado à Corte austríaca», *Inéditos, Cartas e outros Escritos*, Lisboa, Sá da Costa, 1941, pp. 59-72.

² Vanda Anastácio «Introdução», *Sonetos da Marquesa de Alorna*, Rio de Janeiro, Editora 7Letras, 2008, pp. 15-47.

dez anos em Inglaterra, regressando a Portugal em 1815. Desde então e até à sua morte, em 1839, Alcipe ocupou um lugar central na vida cultural lisboeta. A sua casa era frequentada por escritores e por políticos de várias gerações e diferentes tendências ideológicas que encaravam o convívio com a velha Marquesa como um sinal de distinção e de legitimação.

D. Leonor de Almeida foi uma leitora voraz durante toda a vida. Amava especialmente a poesia, porque gostava de escrever poemas e tinha facilidade em exprimir-se em verso. Esse amor não a impediu de se interessar por muitas outras matérias, como os vários ramos da Filosofia – que incluía, na época, áreas do saber que hoje lhe não estão associadas, como as Ciências da Natureza, a Lógica, parte da Física, parte da Química, etc. –, pela Teologia, pela Retórica, etc. Durante a infância e adolescência passadas no convento, aprendeu francês, inglês, italiano e latim, o que lhe permitia ler no original quer os grandes autores clássicos, quer obras contemporâneas que não tinham traduções disponíveis para português. Graças ao seu conhecimento destes idiomas, a que se veio somar o alemão, depois do casamento, realizou traduções e adaptações de obras em todas estas línguas, muitas delas publicadas em vida durante os anos de viuvez. Ainda no período de Chelas, em data que pode ser situada entre os anos 1771 e 1773, D. Leonor tornou-se leitora assídua dos Jornais enciclopédicos franceses, e de uma revista inglesa, a *Monthly Review*, dirigida por Ralph Griffiths, que lhe era fornecida pelo Dr. Tamagnini, médico de sua mãe³. Os anúncios e resenhas de livros incluídos nessas publicações estão na origem de grande parte das suas leituras desse período, que incluíam obras que, apesar de estarem proibidas pelos editais da Real Mesa Censória, podiam ser obtidas, de modo discreto, graças ao envolvimento dos livreiros de Lisboa nas redes de contrabando que, organizavam, em Genebra e em Neuchatel, o envio de obras estrangeiras para a Península Ibérica⁴. Apesar de, na época, ainda não falar alemão, conheceu alguns dos poetas de língua alemã mais lidos na Europa das Luzes (como Gessner, Haller e, mais tarde, Goethe) em tradução francesa. Uma das suas obras preferidas desse período era a antologia de Michael Huber, *choix de poésies allemandes* em dois volumes, publicada pela primeira vez em 1766⁵.

³ João Almeida Flor, “Alcipe e uma revista inglesa em Chelas” in: Vanda Anastácio (coord.), *Correspondências (usos da carta no século XVIII)*, Lisboa, Colibri – Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2005, pp. 33-44.

⁴ Georges Bonnant, *Le livre genevois sous l’Ancien Regime*, Genève, Droz, 1999.

⁵ Michael Huber, *Choix de poésies allemandes*, 2 vols., Paris, chez Humblot, 1766. Cf. : Maria Manuela Gouveia Delille, «A Marquesa de Alorna – uma discípula sensível das Luzes europeias», in: Werner Thielemann (coord.), *Século das Luzes. Portugal e Espanha, o Brasil e a Região do Rio da Prata*, Frankfurt am Main, TFM - Biblioteca Luso-Brasileira, 2006, 209-226; Maria Manuela Gouveia Delille, «Zu den Anfängen der Staël-Rezeption in der portugiesischen Litteratur» in: Udo SCHÖNING e Frank SEEMANN (coord.), *Madame de Staël und die Internationalität der europäischen Romantik. Fallstudien sur interculturellen Vernetzung*, Göttingen, Wallstein Verlag, 2003, pp. 51-73.

Parte da informação relativa às leituras de D. Leonor, ao seu acesso a obras e à posse de livros encontra-se na correspondência que trocou com seu pai e com D. Teresa de Mello Breyner, Condessa do Vimieiro (1739-depois de 1798), parente, amiga e visita assídua do convento durante o período de clausura forçada das mulheres da família Alorna. Estas missivas, que se encontram neste momento em fase de publicação⁶, para além de constituírem documentos preciosos sobre o modo como circulavam textos e livros entre os membros da aristocracia letrada portuguesa, têm a grande vantagem de registar experiências de leitura e recomendações de obras lidas. Uma das verificações que permitem é a de que autores como Cláudio Manuel da Costa ou Domingos Caldas Barbosa, hoje considerados brasileiros, circulavam, foram lidos e apreciados em Lisboa como parte de um património cultural comum, uma realidade que hoje tende a ser esquecida⁷. O hábito de registar leituras e recomendar e enviar livros parece ter diminuído de intensidade nos anos que se seguiram imediatamente ao casamento da autora. Nas cartas escritas à irmã e ao pai durante os anos em que D. Leonor viveu em Viena e no Sul da França, durante os quais deu à luz seis filhos, a Condessa de Oeynhausen parece ter tido menos tempo para se dedicar à leitura, apesar de se encontrarem ainda, nas suas cartas à família, alusões à composição de poemas, quer por escrito, quer de improviso – em ocasiões de convívio social –, bem como ao intercâmbio de composições e à glosa de versos de outros poetas, entre os quais se contam alguns tão ilustres como Metastasio⁸.

Durante os anos passados em Londres, menos conhecidos e menos documentados, D. Leonor continuou a interessar-se pela leitura e pela aquisição de livros. É o que podemos depreender da tradução de poemas de Mrs. Opie datáveis desse período⁹, bem como dos pedidos de envio de obras que figuram nas cartas que enviou a D. Leonor da Câmara. Através desta última correspondência com a filha da sua então já falecida irmã, D. Maria, podemos perceber que, embora longe, D. Leonor continuava a interessar-se pelo que ia

⁶ Essa documentação encontra-se preservada no Arquivo Particular do Palácio Fronteira e no Arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa. A inventariação e transcrição desta correspondência publicação têm vindo a ser realizadas com o patrocínio da Fundação das Casas de Fronteira e Alorna e da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

⁷ Vanda Anastácio, «Alcipe e o Brasil: notas para uma investigação» in.: Tania Maria Bessone, Gilda Santos, Ida Alves, Madalena Vaz Pinto e Sheila Hue (eds.) *D. João VI e o Oitocentismo*, Rio de Janeiro, FAPERJ – Contracapa, 2011, pp. 259-268; Vanda Anastácio, «Por um espaço cultural luso-brasileiro. Notas para uma investigação» *Cadernos de Pesquisa em Literatura*, Porto Alegre, PUC-RGS, vol. 15, nº 1, Março 2009, pp. 7-16

⁸ Vanda Anastácio, «Alcipe and music» in.: David Cranmer (coord.) *Mozart, Marcos Portugal e o seu tempo*, Lisboa, Colibri – Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical, 2010, pp. 155-166.

⁹ Trata-se do poema de Mrs Opie cujo 1º verso é: «Yes... though we've loved so long, so well,» publicado na edição dos Poems desta autora em 1802. Cf.: Marquesa de Alorna, «Imitação livre de uma cantiga inglesa de Mrs Opie», *Obras Poeticas de D. Leonor d'Almeida Portugal Lorena e Lencastre, Marqueza d'Alorna, Condessa d'Assumar e d'Oeynhausen, conhecida entre os poetas portugueses pello nome de Alcipe*, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1844, vol. II, p. 331.

sendo publicado em Portugal. Particularmente relevante para o tema que aqui nos ocupa é uma carta enviada em 1809, na qual Alcipe pede à sobrinha que lhe mande dezanove títulos de obras em português para oferecer a um tal Mylord Glandison* explicando que desejava muito fazer-lhe «este obséquo porque me faz muitos». A observação desse rol de livros permite concluir que não se trata, apenas, do registo de preferências pessoais, mas, sim, do estabelecimento de um verdadeiro cânone destinado a iniciar alguém no conhecimento da Literatura em língua portuguesa, através da leitura dos seus autores «clássicos». Ei-lo, em transcrição diplomática:

Rol dos livros para Mylord Glandison*
Obras completas de Luis de Camões
A Ulissea por Gabriel Pereira de Castro
Tradução da Eneida por João Franco Barreto
Tradução das Georgicas por Leonel da Costa
Tradução das Georgicas por Antonio José Osório, e todas as suas obras
Obras Poéticas de Ferreira [António Ferreira]
Obras Poéticas de Bernardes [Diogo Bernardes]
Cortes n'aldea de Francisco Rodrigues Lobo
Obras lyricas de Garção [Pedro António Correia Garção]
Obras Poeticas de Manuel Maria du Bocage
Poesias de Quita [Domingos dos Reis Quita]
Obras do Pe Francisco Manuel [Filinto Elísio]
Tradução d'Horatio do Pe Jose Agostinho
Obras de Nicolau Tolentino
Obras de Bersane [José Bersane Leite]
Obras do Malhão [Francisco Manuel Gomes da Silveira Malhão]
Obras do Caldas [Domingos Caldas Barbosa]
Vida de D. João de Castro de Jacinto Freire [de Andrade]
e Clarimundo do mesmo¹⁰ (1809, pp. 2-3)

Na lista predominam as obras contemporâneas da futura Marquesa de Alorna, mas figuram também poetas mais antigos, considerados modelares na época, como os quinhentistas Camões, António Ferreira ou Diogo Bernardes. Algumas das escolhas podem indicar apreço pelo carácter modelar da escrita e ou pelo prestígio dos seus autores, mas podem indicar a intenção de valorizar uma temática «portuguesa» como acontece com a *Ulisseia*, a *Corte na Aldeia* ou a *Vida de D. João de Castro*. Note-se ainda a percentagem relativamente elevada de traduções portuguesas de obras de autores da Antiguidade que eram muito conhecidos e lidos na época em contexto didáctico (como Horácio e Virgílio, este último representado por duas traduções da mesma obra).

Dadas as dimensões do presente trabalho, não procederei aqui à análise pormenorizada desta listagem e passarei a apresentar uma outra vertente de trabalho que a documentação conservada relativa à Marquesa de Alorna também permite levar a cabo. Refiro-me às

¹⁰ Carta preservada no ANTT Casa Fronteira 177.

informações que podemos reunir sobre D. Leonor de Almeida enquanto colecionadora e possuidora de obras para uso e consumo próprio, que também podem recolher-se na sua correspondência, bem como à possibilidade de reconstituir, a partir de exemplares dispersos que podem ter-lhe pertencido, parte da sua biblioteca pessoal.

Num escrito datado anos depois de ter sido libertada, D. Leonor registou, como uma das realizações assinaláveis da sua juventude, a constituição de uma biblioteca:

[...] continuei a minha assiduidade junto ao leito de minha mãe e a ler-lhe em português, tudo quanto ela queria, a maior parte das obras eram devotas, mas escritas por aqueles que melhor falavam a língua portuguesa, por exemplo Frei Luis de Sousa, Bernardes, Fr. Tomé de Jesus, a vida de D. João de Castro, por Jacinto Freire, algumas orações académicas de meu Pai e de meu avô, etc. e com isso adquiri a correcção na língua; nesta época chegou uma carta de Malta, em que meu Tio, D. Luis de Almeida, irmão de meu Pai dava muitos parabéns a minha mãe, das habilidades de sua filha, dizendo que lhe constava que eu sabia muito bem francês e italiano; era falsa a notícia, eu não sabia nem francês, nem italiano, mas entrei com tal zelo a estudar, uma e outra língua que de 13 anos entendia tudo, li Telémaco, várias outras obras de Mr. de Fenelon e a Enciclopédia de Mr. de Ramsay que traduzi toda em português que ficou na mão do Bispo de Malaca, homem muito instruído e de muito engenho; começou-me a tentar a leitura dos Poetas, li Ferreira e finalmente Camões, quasi me fez endoidecer de entusiasmo e me fez desenvolver a mim, esse tal qual estro, que tanto recreava meu Pai, fui lendo tudo quanto achei e pude adquirir. Por um folheto que comprei, o qual tinha por título a *Bibliothèque d'un homme de goût*, cheguei a adquirir 600 volumes meus, quasi todos cheios de notas, para meu estudo e instrução. Mas depois da soltura de meu Pai e do meu casamento, mandando ir esta colecção de livros para o Porto, onde meu marido governava furtaram-me estes 600 volumes, que eu julgava ser o meu tesouro¹¹.

Note-se que, nesta narrativa, a autora manifesta a preocupação de formar uma colecção coerente, ao ponto de se escolher um modelo: A *Bibliothèque d'un homme de gout* de Chaudon Louis Mayeul cujo título integral é *Bibliothèque d'un homme de gout ou Avis sur le choix des meilleurs livres écrits en notre langue sur tous les genres de sciences et de litteratures* editada pela primeira vez em 1773, com tal êxito que teve várias edições em anos sucessivos.

A perda dessa primeira biblioteca que a autora diz que considerava como o “seu tesouro” não extinguiu o seu desejo de formar uma colecção pessoal de livros. Com efeito, entre os papéis de D. Leonor que se preservam na Colecção Particular Palácio Fronteira contam-se duas listas de livros expressamente indicados como seus, uma das quais arrola 200 tomos e outra 147 títulos, cuja análise temos em preparação. A primeira lista é uma cópia caligráfica em francês, datada de 15 de Julho de 1783 mandada executar na época em que D. Leonor se encontrava em Viena de Áustria. Tem o título *Liste des livres qui se trouvent présentement dans la Bibliothèque de Son Excellence Madame La Comtesse d'Oeynhausen* e está organizada por idiomas, ainda que haja algumas irregularidades nessa divisão: por

¹¹ Carta da Colecção Particular do Palácio Fronteira, ref.ª: ALCPAI 1

exemplo, entre os 200 tomos arrolados na lista dos livros em francês figuram também estampas e revistas de moda. Outro lapso é o facto de os livros em inglês incluírem um título em alemão (Os *Scriften* de Salomon Gessner) o que revela que, muito provavelmente, o copista não conhecia nem um, nem outro idioma. A segunda lista encontra-se num caderno truncado autógrafo, em cuja primeira folha a autora escreveu “Os meus Livros”, uma indicação que, como sublinhou Pedro Cátedra, indica a vontade de delimitar um conjunto de acordo “com un gusto, unas necesidades o un plan de coleccionar” (Cátedra, 14)¹². Arrola 147 títulos.

As listas de livros de D. Leonor revelam claras preferências, que coincidem, em parte, com os gostos manifestados na correspondência dos anos de juventude¹³. Para quem conhece essas cartas, não é surpreendente a importância dada no conjunto às obras de Poesia e de Filosofia contemporâneas, especialmente as de autoria de Jean-Jaques Rousseau e de Voltaire, nem a abundância de peças de teatro de autores italianos e franceses (Carlo Goldoni, Pietro Metastasio, ou o teatro completo de Voltaire, por exemplo), de livros sobre temas históricos, com destaque para as biografias de Reis e Príncipes, as Memórias de personagens ilustres e, finalmente, a presença de algumas obras filosóficas nas quais são discutidos os grandes temas da Moral e do Catolicismo que animavam o debate intelectual na época¹⁴. Mais surpreendente é o facto de em qualquer dessas listas encontrarmos livros considerados na época como licenciosos como *Les Bijoux indiscrets* de Diderot na lista de 1783, ou duas obras de Restif de la Bretonne *Le paysan perverti* et *La paysanne pervertie* na lista não datada, por exemplo. Ainda que saibamos, por uma explicação dada por D. Leonor ao pai na década de 1770 para justificar o seu interesse pela História Natural que, na sua opinião, as pessoas de moral firme, não se deixam corromper facilmente por leituras menos ortodoxas¹⁵.

Para entender o significado destas verificações, torna-se, contudo, necessário conhecer melhor a composição de outras bibliotecas femininas existentes em Portugal e no Brasil datáveis da mesma época. Trata-se uma realidade mal conhecida, dada a dificuldade de

¹² Pedro CÁTEDRA, «Bibliotecas y libros de mujeres en el siglo XVI» *Peninsula Revista de Estudios Ibéricos*, nº 0, 2003, pp. 13-27; Pedro Cátedra e Anastasio ROJO, *Bibliotecas y Lecturas de Mujeres Siglo XVI*, Madrid, Instituto de Historia del Libro y de la Lectura, 2004.

¹³ Vanda Anastácio, «D. Leonor de Almeida Portugal: as Cartas de Chelas» in: Vanda Anastácio (coord.), *Correspondências (usos da carta no século XVIII)*, Lisboa, Edições Colibri - Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2005, pp. 45-53.

¹⁴ Vanda Anastácio, «Perigos do Livro. (Apontamentos acerca do papel atribuído ao livro e à leitura na correspondência da Marquesa de Alorna durante o período de encerramento em Chelas» in *Românica*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, nº 13, 2004, pp. 125-141; Palmira Fontes da Costa, “Women and the Popularisation of Botany in Early Nineteenth-Century Portugal: The Marquesa de Alorna’s Botanical Recreations”, in Faidra Papanelopoulou, Agustí Nieto-Galan and Enrique Perdiguero (eds.), *Popularisation of Science and Technology in the European Periphery* (Ashgate, 2009), pp. 43-63.

¹⁵ Carta preservada na Coleção Particular do Palácio Fronteira, ref.^a ALCPAI-CH1

encontrar dados fiáveis sobre a relação entre as mulheres e os livros antes de 1900. Como se sabe, com raríssimas excepções, os estudos realizados sobre bibliotecas femininas partem dos inventários *post-mortem* que incluem listas de livros. Estas fontes apresentam alguns problemas. Por um lado, (como observou Aracelli Guillaume Alonso¹⁶), os inventários *post-mortem* relativos a mulheres só registam livros com algum valor comercial; por outro, através dos inventários também não é possível saber quem adquiriu os livros inicialmente: a maior parte dos inventários ditos “femininos” são relativos a bibliotecas herdadas, quer do marido, quer de outros membros da família e é difícil saber que livros as mulheres ou os homens preferiram e que livros foram realmente lidos.

Para o século XVIII luso-brasileiro, é possível ainda contar com as listas de obras em posse particular que foram enviadas para a Real Mesa Censória entre os anos 1769-1770, em cumprimento do disposto no Edital de 10 de Julho de 1769. Entre elas figuram 89 inventários de bibliotecas de mulheres¹⁷. Estas listas têm a vantagem de reunir uma documentação circunscrita no tempo que inclui, além de bibliotecas de “família”, bibliotecas identificadas pelas suas detentoras como pessoais¹⁸. Partindo do exame destas listagens Zília Osório de Castro encontrou traços comuns às bibliotecas femininas do período: a) o pequeno número de obras (raramente excedendo as 25); b) o predomínio, ou mesmo a exclusividade de temas ligados à religião (livros místicos, devocionais ou teológicos) c) e o facto de a quase totalidade dos livros declarados ter sido publicado em Lisboa, se encontrar em português, e corresponder a edições contemporâneas, (ainda que por vezes com reedições de textos dos finais do século anterior). Acrescente-se que algumas pesquisas monográficas dispersas vieram trazer à luz outros inventários de bibliotecas femininas. É o caso do catálogo dos livros da Rainha D. Carlota Joaquina e do rol da biblioteca de D. Maria Bárbara de Bragança, recentemente publicado¹⁹. Em 2008, Raquel Bello Vazquez publicou, na sua tese de Doutoramento sobre a trajectória da Condessa do Vimieiro, o inventário dos livros que esta partilhava com o marido²⁰.

¹⁶ Aracelli Guillaume-Alonso, «Des bibliothèques féminines en Espagne (XVI-XVII siècles. Quelques exemples» in: Courcelles, Dominique de et Carmen Val Julián (eds.) *Des Femmes et des livres. France et Espagnes, XIV-XVII siècles*, ‘Etudes et rencontres de l’Ecole des Chartres, Paris, Honoré Champion-Geneve Droz, 1999, pp. 61-74.

¹⁷ Cristina Maria de Castro Correia Cardoso da Costa, *As bibliotecas particulares femininas nos espaços de educação no século XVIII em Portugal: um contributo para o estudo do género*, Dissertação de Mestrado, FLUL, 2010.

¹⁸ Zília Osório de Castro «Bibliotecas femininas (1769-1770)» in: A.A. V.V., *Congresso O Marquês de Pombal e a sua Época*. Actas, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 2001, pp. 477-484.

¹⁹ Ana Cristina Duarte Pereira, «Documento nº 8 – BNE, ms/12710. Inventário da Livraria de D. Maria Bárbara de Bragança – núcleo português», *Princesas e Infantas de Portugal*, Lisboa, Eds. Colibri, 2008, pp. 234-248.

²⁰ Raquel BelloVazquez, ‘Uma certa ambição de glória’ *Trajectória, redes e estratégias de Teresa de Mello Breyner nos Campos intelectual e do Poder em Portugal (1770-1798)*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, CD-ROM e Dissertação policopiada, 2005.

À primeira vista, o que podemos saber acerca da biblioteca de Alcipe não cabe nos parâmetros identificados para a generalidade das bibliotecas femininas a partir das listas fornecidas à Real Mesa Censória em 1769-70. Os seus livros nem são poucos, nem versam sobre os mesmos temas e são na sua maioria, estrangeiros. Em termos de dimensão, as listagens de D. Leonor aproximam-se mais das bibliotecas de mulheres da família real, ainda que revelem interesses comparativamente mais diversificados do que estas. A comparação e estudo exaustivos destes acervos poderá ajudar a contextualizar lógicas de aquisição e de colecção ainda por explorar capazes de fornecer dados relevantes para o tema que aqui nos ocupa.

Muito recentemente foram encontrados novos dados capazes de levar um pouco mais longe o estudo da biblioteca da Marquesa de Alorna. Graças ao projecto de investigação «Livros de Fronteira» financiado pela FCT entre 2010 e 2012²¹ a Biblioteca Antiga do Palácio Fronteira foi tratada biblioteconomicamente e em breve será disponibilizado *on-line* o catálogo dos seus fundos. Esse trabalho veio revelar a existência, nesse acervo, de livros com marcas de posse de D. Leonor de Almeida. Ora, não só as obras da biblioteca do Palácio Fronteira com marcas de posse da Marquesa coincidem, na totalidade, com obras mencionadas na sua correspondência e nesses dois catálogos elaborados durante a sua vida, como há obras nessa biblioteca que não ostentam qualquer marca, mas que só lhe podem ter pertencido a ela. É o que acontece com um núcleo de cerca de duas dezenas de obras setecentistas em alemão, de autores como Burger, Gellert, Herder, Gessner, ou Moses Mendelsohn, cujas obras foram traduzidas, adaptadas ou citadas pela Marquesa nas suas cartas familiares. A coincidência com obras listadas nos róis mencionados, estende-se às obras com marcas de posse de sua filha D. Leonor Benedita, o que pode indicar que esta terá herdado as obras de sua mãe ou, em alternativa, que tenha seguido, na aquisição de livros, indicações desta. Em ambos os casos, podemos estar perante um sistema de transmissão ou de herança feminina de livros e de leituras, o que pode abrir mais uma janela para entender o relacionamento entre mulheres e livros no Portugal do século XVIII.

Em conclusão, parece claro que o estudo aprofundado das linhas de pesquisa até agora abertas acerca da relação estabelecida pela Marquesa de Alorna com os livros, com a tradução e com a leitura podem contribuir para um melhor conhecimento da transmissão, circulação e utilização de livros e saberes no espaço euro-atlântico.

²¹ Livros de Fronteira: tornar acessível uma colecção privada Ref^a.: PTDC/CCI-CIN/102262/2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALORNA, Marquesa de «*Imitação livre de uma cantiga inglesa de Mrs Opie*», *Obras Poeticas de D. Leonor d'Almeida Portugal Lorena e Lencastre, Marqueza d'Alorna, Condessa d'Assumar e d'Oeynhausen, conhecida entre os poetas portugueses pello nome de Alcipe*, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1844, vol. II, p. 331.
- ANASTÁCIO, Vanda, «D. Leonor de Almeida Portugal: as Cartas de Chelas» in.: Vanda Anastácio (coord.), *Correspondências (usos da carta no século XVIII)*, Lisboa, Edições Colibri - Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2005, pp. 45-53.
- _____, Vanda «Alcipe and music» in.: David Cranmer (coord.) *Mozart, Marcos Portugal e o seu tempo*, Lisboa, Colibri – Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical, 2010, pp. 155-166.
- _____, Vanda, «Por um espaço cultural luso-brasileiro. Notas para uma investigação» *Cadernos de Pesquisa em Literatura*, Porto Alegre, PUC-RGS, vol. 15, nº 1, Março 2009, pp. 7-16.
- _____, Vanda, «Alcipe e o Brasil: notas para uma investigação» in.: Tania Maria Bessone, Gilda Santos, Ida Alves, Madalena Vaz Pinto e Sheila Hue (eds.) *D. João VI e o Oitocentismo*, Rio de Janeiro, FAPERJ – Contracapa, 2011, pp. 259-268.
- BELLO VAZQUEZ, Raquel, 'Uma certa ambição de glória' *Trajectória, redes e estratégias de Teresa de Mello Breyner nos Campos intelectual e do Poder em Portugal (1770-1798)*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, CD-ROM e Dissertação policopiada, 2005.
- BONNANT GEORGES, *Le livre genevois sous l'Ancien Regime*, Genève, Droz, 1999.
- CASTRO, Zília Osório de «Bibliotecas femininas (1769-1770)» in.: A.A. V.V., *Congresso O Marquês de Pombal e a sua Época*. Actas, Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras, 2001, pp. 477-484.
- CÁTEDRA, Pedro e Anastasio ROJO, *Bibliotecas y Lecturas de Mujeres Siglo XVI*, Madrid, Instituto de Historia del Libro y de la Lectura, 2004.
- _____, Pedro «Bibliotecas y libros de mujeres en el siglo XVI» *Peninsula Revista de Estudos Ibéricos*, nº 0, 2003, pp. 13-27.
- CIDADE, Hernâni, «Como a Condessa de Oeynhausen obtém a nomeação do marido para enviado à Corte austríaca», *Inéditos, Cartas e outros Escritos*, Lisboa, Sá da Costa, 1941, pp. 59-72.», *Inéditos, Cartas e outros Escritos*, Lisboa, Sá da Costa, 1941, pp. 59-72.
- COSTA, Cristina Maria de Castro Correia Cardoso da, *As bibliotecas particulares femininas nos espaços de educação no século XVIII em Portugal: um contributo para o estudo do género*, Dissertação de Mestrado, FLUL, 200.
- COSTA, Palmira Fontes da, “Women and the Popularisation of Botany in Early Nineteenth-Century Portugal: The Marquesa de Alorna's Botanical Recreations”, in Faidra Papanelopoulou, Agustí Nieto-Galan and Enrique Perdiguero (eds.), *Popularisation of Science and Technology in the European Periphery* (Ashgate, 2009), pp. 43-63.
- DELILLE, Maria Manuela Gouveia «A Marquesa de Alorna – uma discípula sensível das Luzes europeias», in: Werner Thielemann (coord.), *Século das Luzes. Portugal e Espanha, o Brasil e a Região do Rio da Prata*, Frankfurt am Main, TFM - Biblioteca Luso-Brasileira, 2006, 209-226.
- _____, Maria Manuela Gouveia «Zu den Anfängen der Staël-Rezeption in der portugiesischen Litteratur» in: Udo Schöning e Frank Seemann (coord.), *Madame de Staël und die Internationalität der europäischen Romantik. Fallstudien sur interculturellen Vernetzung*, Göttingen, Wallstein Verlag, 2003, pp. 51-73.

FLOR, João Almeida, “Alcipe e uma revista inglesa em Chelas” in: Vanda Anastácio (coord.), *Correspondências (usos da carta no século XVIII)*, Lisboa, Colibri – Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2005, pp. 33-44.

GUILLAUME-ALONSO, Aracelli «Des bibliothèques féminines en Espagne (XVI-XVII siècles. Quelques exemples» in. : Courcelles, Dominique de et Carmen Val Julián (eds.) *Des Femmes et des livres. France et Espagnes, XIV-XVII siècles*, ‘Etudes et rencontres de l’Ecole des Chartres, Paris, Honoré Champion-Geneve Droz, 1999, pp. 61-74.

HUBER, Michael, *Choix de poésies allemandes*, 2 vols., Paris, chez Humblot, 1766.

PEREIRA, Ana Cristina Duarte «Documento nº 8 – BNE, ms/12710. Inventário da Livraria de D. Maria Bárbara de Bragança – núcleo português», *Princesas e Infantas de Portugal*, Lisboa, Eds. Colibri, 2008, pp. 234-248.

UM INSTANTÂNEO PRESENTE DE UM ACERVO DO PASSADO

Valéria Augusti
(Universidade Federal do Pará)¹

A presente comunicação tem por objetivo apresentar o desenvolvimento das pesquisas relativas à presença da prosa de ficção no acervo do Grêmio Literário Português do Pará, gabinete de leitura criado em 1867 por uma associação de cidadãos de origem portuguesa interessados em promover a instrução de seus conterrâneos. Nos primórdios dessa investigação procurei compreender os mecanismos pelos quais obras eram adquiridas pela diretoria do Grêmio quando de sua fundação. Ficou claro que, quando de sua fundação até pelo menos 1871, foi dada a preferência a uma relação comercial além-mar, de forma que a instituição escolheu um livreiro correspondente em Lisboa, responsável por enviar as obras diretamente para Belém. A despeito das tentativas de mudanças de fornecedor, pelo menos até a data acima mencionada, o livreiro Antonio Maria Pereira foi o principal deles, como o demonstram as correspondências trocadas entre ele e a diretoria do Grêmio. Tendo em vista já ter tratado dessa questão no Colóquio em Lisboa, vou apresentar as questões que tem norteado a pesquisa no estágio atual.

Interessada em descobrir que exemplares de prosa de ficção estavam disponíveis aos leitores do Grêmio no oitocentos, fossem eles estrangeiros ou nacionais, iniciei a pesquisa buscando os catálogos da instituição publicados naquele século, cuja elaboração e impressão constavam em atas da diretoria. No entanto, nos dias atuais, a biblioteca da instituição possui apenas um exemplar, ainda assim muito danificado. Pesquisando em outros acervos da cidade, encontrei dois catálogos relativos aos anos de 1893 e 1896. (Figuras 1 e 2)

¹ Esta pesquisa contou com o apoio do CNPq/FAPESPA.

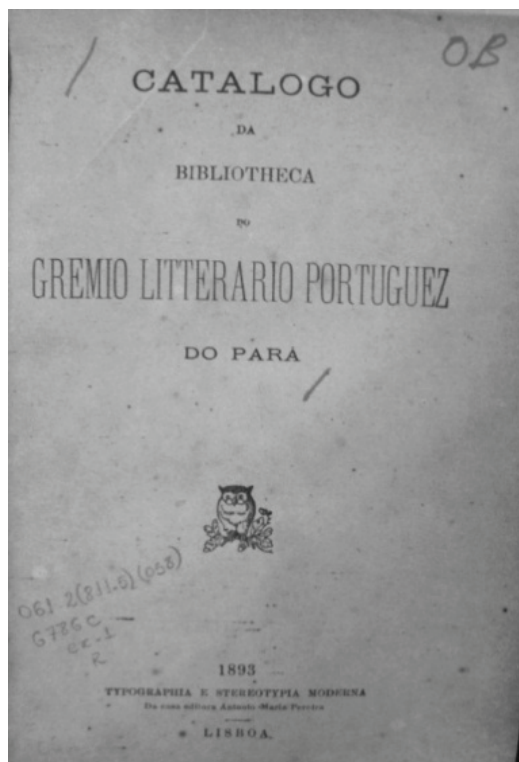


Figura 1 - Folha de rosto do Catálogo da Biblioteca do Gremio Literário Português do Pará. Typographia e Stereotypia Moderna, da Casa editora de Antonio Maria Pereira. Lisboa, 1893.

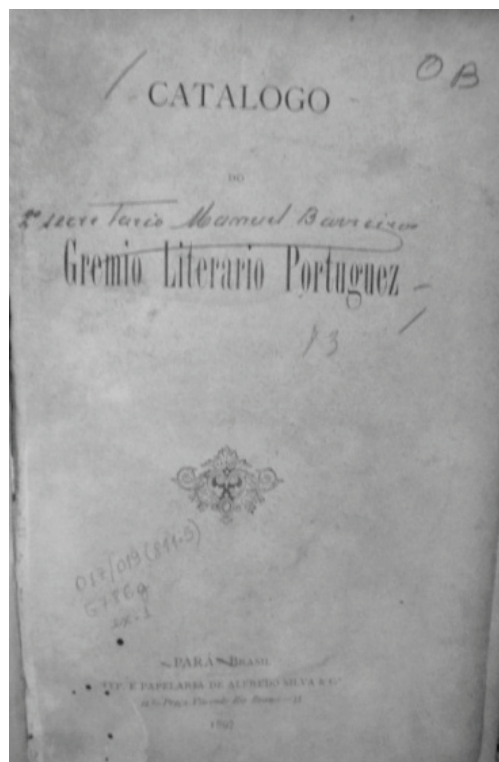


Figura 2 - Folha de rosto do Catálogo Gremio Literário Português. Pará. Typ. E Papellaria de Alfredo Silva & Cia. Praça Visconde Rio Branco, [18], 1897.

Contudo, esses catálogos permitiam tão somente identificar autores e títulos de obras, nada constando acerca dos demais dados editoriais, como por exemplo, tradutor, local de edição, editora, tipografia, etc. No catálogo de 1893, os exemplares de prosa de ficção encontram-se catalogados na subcategoria “Romances, contos e novellas”, que, por sua vez, faz parte de uma categoria mais ampla denominada “Aplicações ou Artes”, na qual se inserem também as subcategorias geodésia, agricultura e economia rural, cirurgia, higiene, politica, diplomacia, retórica e poética, typografia, etc. A forma de apresentação das obras segue a seguinte disposição: número de localização da obra, sobrenome do autor, seguido do prenome entre parênteses, e títulos das obras, como se percebe nas figuras abaixo. (Figuras 3 e 4)

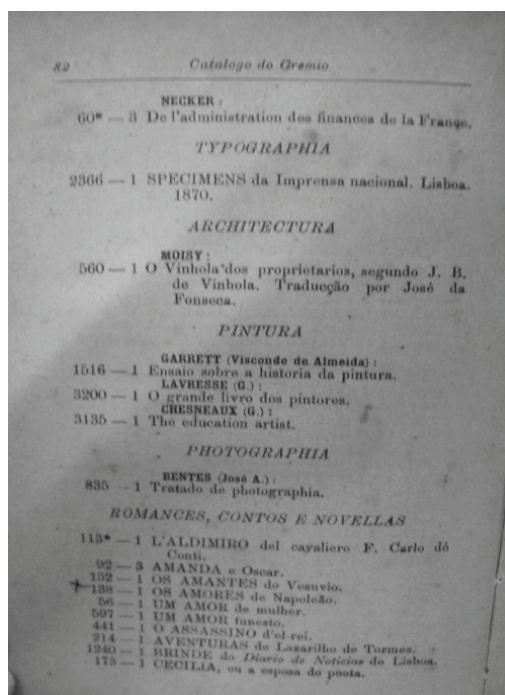


Figura 3 Catálogo da Bibliotheca do Gremio Litterário Português do Pará. Typographia e Stereotypia Moderna, da Casa editora de Antonio Maria Pereira. Lisboa, 1893, p. 82.

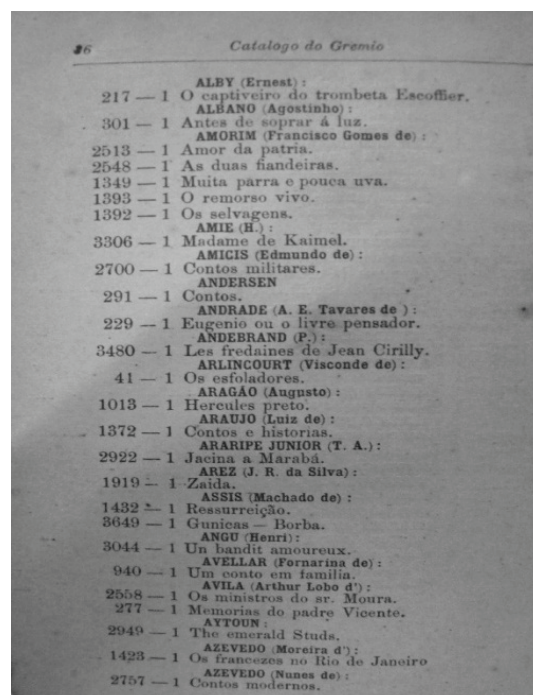


Figura 4 Catálogo da Bibliotheca do Gremio Litterário Português do Pará. Typographia e Stereotypia Moderna, da Casa editora de Antonio Maria Pereira. Lisboa, 1893, p.86.

O catálogo de 1897, publicado no Pará, segue os mesmos princípios do anterior no que tange à apresentação dos dados, incluindo a quantidade de exemplares disponíveis de cada uma das obras. No entanto, diferentemente do catálogo anterior, os “Contos, novellas e romances” encontram-se incluídos na subcategoria denominada “Sociologia”, no interior da qual também se acomodam o teatro, a poesia, a legislação e jurisprudência, educação e ensino, retórica e poética, etc. Em suma, seja no caso do catálogo das obras de 1893 ou no de 1897, as informações sobre a composição do acervo àquela época se restringem à apresentação de dados relativos à localização das obras na biblioteca, número de exemplares, autoria e títulos das obras, não seguindo os moldes então vigentes em outras bibliotecas do oitocentos, que, via de regra, traziam informações bibliográficas completas, bem como incluíam os exemplares de prosa de ficção na categoria das Belas Letras, seguindo o sistema taxionômico Brunet².

Outra fonte importante de pesquisa no que diz respeito à composição do acervo são as listas de envio de livros de Antonio Maria Pereira ao Grêmio Literário Português, que, de forma similar às atuais notas fiscais, acompanhavam as remessas das obras enviadas de Lisboa para Belém.

² AUGUSTI, Valéria. *O romance como guia de conduta: A Moreninha e Os dois amores*. Dissertação de mestrado. Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem (IEL). Universidade Estadual de Campinas, 1998.

As informações disponíveis neste caso dizem respeito ao título da obra, à autoria, à quantidade de volumes de cada uma delas, à pertença a uma determinada coleção, a aspectos relativos à encadernação, ao gênero da obra e ao preço. Esses dados, no entanto, não são homogêneos. Se a obra *Medicina Doméstica* traz a informação sobre o fato de pertencer a uma coleção – a Bibliotheca Popular – em compensação não traz qualquer registro sobre sua autoria. Sabemos, contudo, que se trata de um volume encadernado, vendido a 200 réis. No caso da obra *Rocambole na prisão*, não há nenhuma informação sobre o autor, mas a discriminação acerca do tomo correspondente está presente, de forma que sabermos ser o 3º de uma série maior, encadernado e vendido a 700 réis. Sobre *A Rosa do Adro*, o livreiro-editor acrescenta a informação sobre o gênero a que a obra pertence - “romance” -, e sobre o valor do volume, 660 réis cada, totalizando 1\$320 réis pelo fato de se tratar do envio de dois volumes. A coleção completa dos *Dramas de Paris (Rocambole)*, traz a informação “coleção completa 12 volumes, encadernados em 5 (raro)”, e o preço total, 12\$000 réis. Apesar da ausência de informações sobre editores, locais de edição, tipógrafos, etc, tais listagens permitem saber que obras foram enviadas pelo livreiro Antonio Maria Pereira, em que data, por qual pacote, o valor de cada uma delas e os custos do envio. (Figuras 5 e 6)

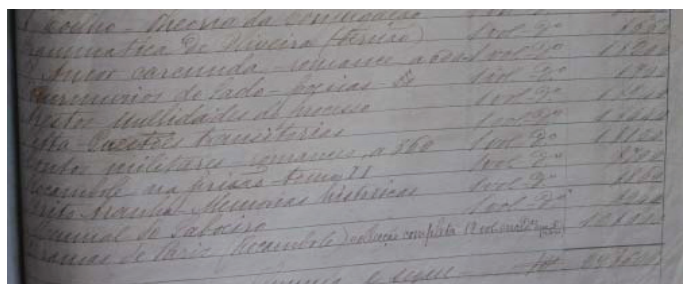


Figura 5 Cabeçalho da fatura da Livraria Antonio Maria Pereira, de 30.04.1871, remetidas ao Grêmio Litterário Português do Pará pelo Pacote “Augustine”.

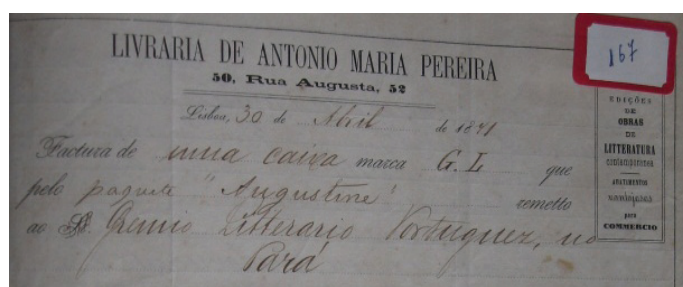


Figura 6 Cabeçalho da fatura da Livraria Antonio Maria Pereira, de 30.04.1871, remetidas ao Grêmio Litterário Português do Pará pelo Pacote.

Ainda que preciosa no sentido de saber que obras o livreiro havia enviado em particular, essa fonte de pesquisa também apresentava a ausência dos mesmos dados editoriais dos catálogos de obras da instituição, de forma que se tornava inviável inferir se todas elas haviam sido editadas por ele, ou se ele as comprava de outros editores e as fazia encadernar em sua própria livraria,

questão esta a respeito do qual pouca dúvida resta em virtude dos registros das correspondências mantidas por ele com o Grêmio, nas quais pede desculpas pelo atraso no envio dos livros em virtude do processo de encadernação levado a cabo por sua própria livraria³.

Pretendendo obter um panorama mais completo acerca das informações editoriais das obras que, supostamente, estavam disponíveis aos leitores da instituição no século XIX, e também querendo compreender as características editoriais das obras vindas de além-mar, foram tomadas algumas decisões metodológicas com vistas a atingir esse objetivo.

A primeira delas consistiu em realizar uma investigação direta nas estantes do Grêmio Literário Português do Pará. O uso do termo “investigação direta” diz respeito à consulta física de cada um dos exemplares de prosa de ficção com data de edição do século XIX atualmente presentes na instituição. Esse procedimento se deveu ao fato de se mostrar evidente que os fichários da instituição nem sempre eram condizentes com as obras que se encontravam nas estantes: havia dados equivocados sobre as obras, como a atribuição de datas de edição baseadas em datas de assinatura de prefácios; havia obras que constavam nas estantes, mas não nos fichários, etc. Essas ocorrências punham sob suspeita a qualidade dos dados obtidos, de forma que os dados passaram a ser obtidos a partir da consulta dos exemplares propriamente ditos. O segundo procedimento de pesquisa relacionado ao anterior resultou da necessidade de poder recorrer às fontes sem estar necessariamente na Instituição e da intenção de realizar um desdobramento futuro da pesquisa. Por essa razão, cada exemplar consultado teve sua folha de rosto fotografada, juntamente com outros paratextos editoriais – como prefácios, posfácios e dedicatórias –, caso os possuíssem. Também foram fotografadas imagens de leitura presentes nas obras, listas de publicação fornecidas por livreiros editores no início ou ao final dos exemplares, etc. (Figuras 6 e 7)

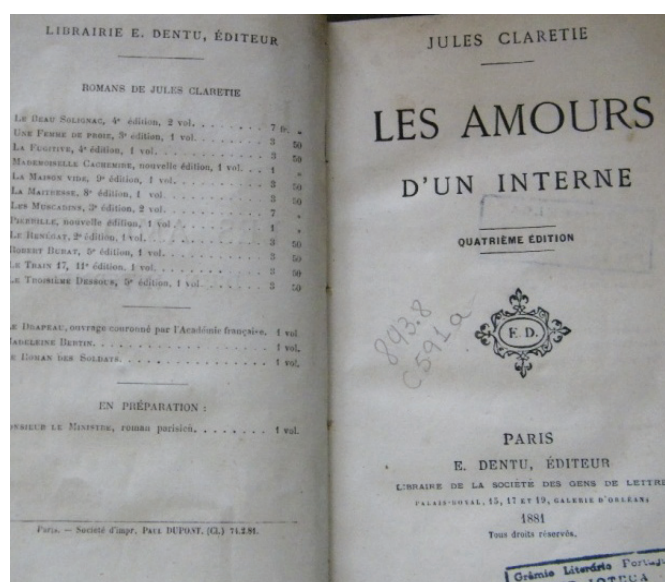


Figura 6 Folha de rosto de *Les Amours d'un Interne*. Paris :E Dentu éditeur, 1881.

³ Esse assunto foi tratado anteriormente Colóquio A Circulação Transatlântica dos impressos e a globalização da cultura no século XIX (1789-1914) em Lisboa.

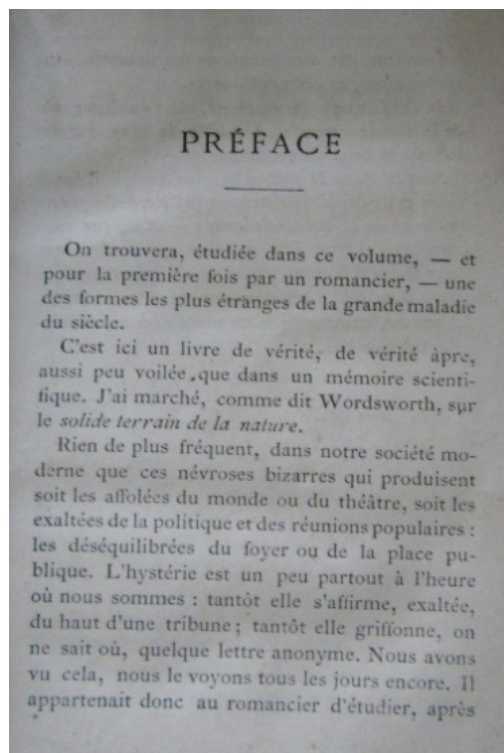


Figura 7 Primeira página do prefácio de *Les Amours d'un Interne*.
Paris: E. Dentu éditeur, 1881.

Se, por um lado, a questão dos dados editoriais se resolvia, permitindo obter informações sobre autores, tradutores, locais de edição, editoras, tipografias, paratextos, etc, por outro restava um problema aparentemente insolúvel: como saber quem havia fornecido essas obras à instituição e em que data? No caso daquelas enviadas por Antonio Maria Pereira, seria possível comparar as listas de envio de livros com os exemplares propriamente ditos, mas ainda assim não teríamos certeza de que as edições seriam as mesmas. Além disso, o acervo do Grêmio fora constituído também pelo intercâmbio com outros livreiros de Portugal, como Campos Junior, e por doações dos próprios sócios⁴, o que, de fato, colocava em xeque o objetivo inicial, que consistia em investigar a representatividade da atuação do livreiro na constituição do acervo, particularmente no que tange aos exemplares de prosa de ficção. Cientes de que captávamos, a bem da verdade, um ‘instantâneo’⁵ dos exemplares de prosa de ficção publicadas no oitocentos e presentes atualmente no acervo da biblioteca do Grêmio Literário Português do Pará, seguimos com a reprodução das imagens das obras e catalogação dos seus respectivos dados editoriais, que foram incluídos em um banco de dados contendo as seguintes informações, em ordem de apresentação: título, autor (sobrenome, nome), tradutor, idioma, ano de edição, número da edição, volumes (quantidade), número do

⁴ BRITO, Eugênio Leitão de. História do Grêmio Literário e recreativo Português. Pará:[s.n], 1994

⁵ VILLALTA, Luiz Carlos; MORAIS, Christianni Cardoso. Posse de livros e bibliotecas privadas em Minas Gerais (1714-1874) in: ABREU, Márcia; BRAGANÇA, Aníbal (orgs) Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: editora da UNESP, 2010, p.401-418.

volume (consultado), coleção, local de edição, editora, endereço da editora, local de impressão, endereço da tipografia; número de páginas, marginalia, prefácio e observações. (Figura 8)

COD	1
TITULO	Amour de Jeune Fille
AUTOR	CARO, E. Madame
TRADUTOR	NÃO possui
IDIOMA	Français
ANO_EDICAO	1892
NO_EDICAO	9ª edição
VOLUMES	1/1
COLECAO	NÃO consta
LOCAL_EDICAO	Paris
EDITORIA	Calmann Lévy, éditeur
LOCAL_IMPRESSAO	Rue Auber, 3
ENDREÇO_TIPOGRAFIA	Imp. Chaix
ENDREÇO_EDITORA	Rue Bergère, 20
MARGINALIA	353
PAGINAS	353
PREFACIO	NÃO
CONFERIDO	Sim
OBS	

Figura 8 Imagem da ficha relativa à 9ª edição da obra *Amour d'une jeune fille*, de Madame E. Caro, publicada pelo editor Calmamm Lévy, em 1882, e impresso na Rue Bergère, 20, pela Imprimerie Chaix.

As maiores dificuldades, no entanto, se encontram no campo da definição do conceito de edição a ser utilizado na pesquisa e as razões são inúmeras. A primeira delas é aparentemente simples: o objeto material livro não implica, necessariamente, que em seu interior tenhamos uma única obra. Assim, inúmeros são os casos em que obras diversas são encadernadas num único volume físico, de forma que ele não pode ser o parâmetro de inclusão de dados editoriais. Ou seja, o processo de encadernação no século XIX, no caso das obras com as quais estamos trabalhando, é tarefa do livreiro, ou mesmo do gabinete de leitura quando de seu desgaste e, neste caso, vale a economia em termos financeiros. Ao mesmo tempo, essa economia não deve ser exagerada a ponto de comprometer a circulação das obras, pois como sabemos, a publicação de uma mesma obra em vários volumes consistia em um facilitador no que se refere a sua circulação entre os leitores.⁶ Com muita frequência uma única obra é publicada em vários volumes, mas, por vezes, há duas obras diversas num único volume, o que, via de regra, se descobre consultando-o.

A questão da publicação de um título em diversos volumes apresenta, contudo, um problema a ser resolvido: como registrá-lo? Em uma única célula, indicando que seriam quatro volumes? E se o editor, entre a publicação de um volume e outro, tivesse resolvido mudar de tipografia? E se todos os dados editoriais fossem os mesmos, exceto as datas de edição, isso faria desses

⁶ SCHAPOCHNIK, Nelson. Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial. Tese de doutorado. FLCH. USP, 1999.

quatro volumes uma única edição? Para enfrentar esses problemas de natureza metodológica, optei por trabalhar com o conceito de que uma edição é particular se qualquer dado editorial nela presente se modificar, ainda que seja apenas a data. Por consequência, o termo “exemplar” passou a significar cópia idêntica de uma obra em termos editoriais, definição esta que norteia o mundo editorial na atualidade. Em suma, na célula “volumes” do banco de dados consta em quantos volumes a obra foi publicada, e na célula “nº vol.” consta o número do volume ao qual correspondem os dados editoriais que se seguem. Pode-se perceber abaixo (FIGURA 10) que cada um dos volumes das *Oeuvres Illustrées de Balzac* ocupa uma célula do banco de dados, e é visível que as datas de edição dos respectivos volumes variam entre 1852 e 1851.

Após esse longo trajeto descritivo, cabe explicitar que no estágio atual da pesquisa foram catalogadas e transferidas para o banco de dados 1.605 edições de prosa de ficção francesa e 723 edições de prosa de ficção portuguesa, que passam por uma última checagem. Dentre os exemplares de prosa de ficção estrangeira resta, ainda, fotografar e catalogar as edições escritas originalmente em língua inglesa, traduzidas ou não publicadas no século XIX, como é o caso dos demais.

Se, de um lado, a coleta desses dados não nos garante que saibamos qual era a configuração exata do acervo da biblioteca ao longo daquele século, por outro lado parece fornecer informações seguras sobre os principais locais de edição de que se originavam as obras, as editoras ou tipografias em que eram impressas, tradutores, etc. Inúmeras questões ainda podem ser levantadas: cruzando os anos de edição e os dados sobre as editoras das obras, poderíamos dizer em que período qual delas teve papel preponderante no fornecimento de exemplares de prosa de ficção para o acervo?

Cruzando os dados relativos aos autores com os das editoras, conseguiríamos saber de quais delas saíam as obras de determinados autores com mais frequência? Seria possível traçar um mapa das principais editoras e/ou tipografias das quais eram oriundas essas obras? Enfim, é sobre essas questões que se pretende refletir ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa.

TRADUTOR	IDIOMA	ANO_EDICAO	NO_EDICAO	VOLUMES	NO_VOLUM	COLECAO
A. de Castro Neves	português	1877	NÃO consta	1.1		Bibliotheca do Jornal das Senhoras
A. de Castro Neves	português	1877	NÃO consta	1.1		Bibliotheca do Jornal das Senhoras
NÃO possui	Francês	1885	NÃO consta	1.1		NÃO consta
NÃO possui	Francês	1886	NÃO consta	1.1		NÃO consta
NÃO possui	Francês	s.d	NÃO consta	1.1		Modern-Bibliothèque
NÃO possui	Francês	s.d	NÃO consta	1.1		NÃO consta
NÃO possui	Francês	1895	NÃO consta	1.1		Lecture Littéraire
NÃO possui	Francês	s.d	NÃO consta	1.1		NÃO consta
D'Assis de Carvalho (versão de)	Português	1890	NÃO consta	1.1		Bibliotheca Universal Antiga e Moderna. (18
NÃO possui	Francês	1852	NÃO consta	8.8		Oeuvres Illustrées de Balzac
NÃO possui	Francês	1852	NÃO consta	8.7		Oeuvres Illustrées de Balzac
NÃO possui	Francês	1852	NÃO consta	8.6		Oeuvres Illustrées de Balzac
NÃO possui	Francês	1852	NÃO consta	8.5		Oeuvres Illustrées de Balzac
NÃO possui	Francês	1852	NÃO consta	8.4		Oeuvres Illustrées de Balzac
NÃO possui	Francês	1852	NÃO consta	8.3		Oeuvres Illustrées de Balzac
NÃO possui	Francês	1851	NÃO consta	8.1		Oeuvres Illustrées de Balzac
NÃO possui	Francês	1852	NÃO consta	8.2		Oeuvres Illustrées de Balzac
Sylvio Soares	Português	s.d	NÃO consta	1.1		NÃO consta
João Grave (tradução revista por)	Português	s.d	NÃO consta	1.1		Coleção Lusitania
Silva Pinto	Português	s.d	NÃO consta	1.1		NÃO consta
NÃO possui	Francês	1888	NÃO consta	1.1		NÃO consta
NÃO possui	Francês	s.d	NÃO consta	1.1		Modern-Bibliothèque
NÃO consta	Português	1852	NÃO consta	1.1		NÃO consta
NÃO possui	Francês	1852	NÃO consta	1.1		Nouvelle Collection Illustrée
NÃO possui	Francês	s.d	NÃO consta	1.1		Nouvelle Collection Illustrée

VIAGENS DE LEITURA. O Brasil nos Livros e Impressos Juvenis Francês

Andréa Borges Leão
(Universidade Federal do Ceará)¹

Quando Jules Verne, no prefácio ao livro *Grands navigateurs du XVIII siècle*, declara que uma obra capaz de dar conta de todos os descobrimentos, antigos e modernos, necessita de atualização e informação permanentes, aliadas a um vasto conhecimento de línguas que permitisse o acesso a documentos originais e, por isso, recorria ao trabalho do geógrafo Gabriel Marcel, buscava não apenas satisfazer o gosto e a curiosidade dos leitores pelas aventuras transmediterrâneas e pelos estudos geográficos. Verne cumpria as exigências da contratação jurídica de seus livros, assinada com Pierre-Jules Hetzel: publicar na coleção *Voyages Extraordinaires* a terra inteira como um romance, ambientando cada aventura em uma parte do planeta. As interpretações dos modos de vida e pensamento de povos coloniais construídos ficcionalmente em plena modernidade, necessitavam de uma boa fundamentação científica nos relatos dos naturalistas, nas enciclopédias e trabalhos das associações científicas. Todo o esforço editorial de contato entre as culturas por meio das bibliotecas de viagem construía, modulava e disseminava categorias do exótico, ao mesmo tempo em que acompanhava o processo de expansão transatlântica da livraria francesa. O exame das mutações nessa produção editorial, tão pujante no curso do século XIX, sugere convergências entre a tematização do contato entre as culturas e o desenvolvimento do controle das emoções em jovens europeus cheios de expectativas face às diferenças, além de apontar para a conquista de um mercado consumidor externo, que provavelmente se via no que lia.

¹ Trabalho desenvolvido com auxílio do CNPq.

Essa é a hipótese de trabalho que gostaria de apresentar e colocar em discussão. Fruto de duas temporadas de estudos nas bibliotecas, arquivos e instituições francesas nos anos de 2005 e 2009² — Bibliothèque National de France, Paris, Bibliothèque L'Heure Joyeuse, Paris, Centro de Conservation et Recherche do Musée National de L'Éducation, do Institut National de Recherche Pédagogique (INRP), Rouen, Fonds Jules Verne da Bibliothèque Municipale de Nantes, Nantes, Fonds Jules Verne do Centre International Maison Musée Jules Verne, Amiens, em consonância com o trabalho de pesquisa na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro —, encontra-se em pleno desenvolvimento. O problema construído na investigação entrelaça as mudanças nas práticas editoriais e nas representações do Brasil nos livros juvenis franceses das Bibliotecas Cristãs da juventude, Bibliotecas de Educação e Recreação Moral e das Bibliotecas de Viagens. De agora em diante, o exame dessa cadeia de práticas e representações enfrenta a tradição dos estudos de pensamento social no Brasil, notadamente a obra do sociólogo Gilberto Freyre. Nas palavras de Roger Chartier³, essa obra é umas das matrizes da nossa história cultural.

Durante o século XIX, as mutações nas práticas de edição para a empresa capitalista conferem ao trabalho literário uma maior profissionalização. O investimento no valor comercial das coleções destinadas ao grande público, como as mulheres e as crianças, somado à exportação mundial são os princípios do novo negócio do livro francês. Na edição juvenil, uma lógica da demanda social, limitada ao atendimento da exigência de textos de educação moral e religiosa pela Igreja ou as escolas, típica da *Bibliothèque de la jeunesse chrétienne*, foi sendo substituída por uma lógica da oferta, na qual uma nova geração de editores apostava na criação de mercados no interior da França, com a expansão da rede ferroviária, e mesmo fora da Europa, com a melhoria do transporte marítimo⁴. Esse novo modelo de negócios apoiava-se, evidentemente, nas grandes distribuições. A lógica processual das mudanças culturais.

Na medida em que mudavam as regras da edição deslocava-se a dinâmica interna dos romances rumo a uma contenção das emoções (refreamento dos afetos), afetando as modalidades de percepção dos leitores. Ao menos, aqueles entrevistados nos textos. Com

²A pesquisa só foi possível graças a duas temporadas de estudos nos arquivos e bibliotecas francesas. A primeira, em 2005, que se desenvolveu no Centre de Recherche sur Le Brésil Contemporain da École des Hautes Études em Science Sociales, onde realizei um estágio pós-doutoral, sob a orientação de Jean Hébrard. A segunda, em 2009, no Centre D'Histoire Culturelle des Sociétés Contemporaines da Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines, onde realizei um estágio pós-doutoral sob a orientação de Jean-Ives Mollier. Em ambos os estágios contei com bolsa de estudos da CAPES.

³ Chartier, Roger. Postface. L'Histoire Culturelle entre traditions et globalisation. In : L'Histoire Culturelle : un « tournant mondial » dans l'historiographie ? Sous la direction de Philippe Poirrier. Editions Universitaire de Dijon. Dijon, 2008.

⁴ Mollier, Jean-Yves. L'argent et les lettres — histoire du capitalisme d'édition (1880- 1920). Fayard, 1988.

as proibições internalizadas por um longo processo de constituição do *habitus*, o novo leitor amante das viagens e aventuras experimentava a liberdade controlada de suas emoções. Ora, o problema do conhecimento de outros povos diz respeito aos modos de gestão dos afetos e ao equilíbrio entre atitudes de compromisso e distanciamento⁵. Sob a lógica mais agressiva da criação de novos mercados, observa-se, nas representações ficcionais, uma maior contenção dos impulsos agressivos frente a tudo o que fosse diferente e extraordinário. Nas narrativas de viagens, o horror à prática do canibalismo e aos ritos pagãos das tribos americanas ia sendo dominado e outras fantasias mobilizadas. A descrição de índios “bárbaros” e “selvagens” dos relatos dos missionários franceses Jean de Léry e André Thevet, protagonistas da França Antártica fundada por Nicolas de Villegagnon no Rio de Janeiro (1556 a 1558), dava lugar aos estudos das modernas “alteridades tropicais”.

As viagens marítimas e a descoberta de novas terras, a exploração de um mundo povoado de nativos, frutas silvestres e animais selvagens, as descrições detalhadas de cronistas e cientistas e toda a vastidão da terra firme aguçou a imaginação europeia por muitos e muitos anos a ponto de tornar-se um dos temas mais em voga nas publicações infantis da França no século XIX. As principais editoras francesas, como as parisienses Eymery e Lehuby, a Mégard, de Rouen, a Mame, de Tours e a Eugene Ardant, de Limoges, destacavam-se pelas coleções de livros com todas as variações do tema. A catequese empreendida pelos colonizadores com a conversão de índios e negros era o ponto forte de muitos enredos. Mas o sucesso das edições leva a crer que os leitores europeus nutriam uma curiosidade, quando não uma predileção, pela a vida, costumes e pensamento dos habitantes do Novo Mundo.

A identificação, seleção, constituição de um *corpus* documental formado pelas coleções juvenis presentes nos catálogos de venda da livraria carioca de Baptiste-Louis Garnier, e pelos livros editados por outras casas francesas, importados, traduzidos e comercializados no Brasil, leva a crer que as empresas de edição buscavam as mesmas rotas descritas nas narrativas de viagem. Em muitas delas, o Brasil figurava como tema.

A produção das ideias podia ter como epicentro a Europa, mas o que definia a sua geografia era a circulação internacional das obras, que costumavam atravessar oceanos com a maior desenvoltura e traçar verdadeiros mapas de interdependências nacionais. Os trajetos eram acidentados, os resultados incertos e as trocas culturais entre as nações literárias um pouco difíceis para os momentos iniciais de um projeto expansionista de edição. As bibliotecas de educação e recreação moral incluíam títulos que se destacavam pelas interpretações das comunidades de colonos portugueses, de índios e negros

⁵ Elias, Norbert. *Envolvimento e alienação*. Bertrand Brasil, 1998.

brasileiros, oferecendo, inicialmente, uma forma de instrução fundamentada nos ritos da conversão, do batismo e do matrimônio e, que por isso, não representava perigo aos dogmas da fé, nem à formação do jovem cristão. Da boa safra de *brasilianas*, selecionei para análise quatro livros e um artigo nos gêneros “romance moral histórico” e “viagens e aventuras”. Publicados no curso do século, ilustram a passagem do velho regime editorial, dependente da censura dos comitês eclesiásticos de leitura, para o novo regime mais afinado ao progresso científico, ao pensamento liberal e a audácia de uma geração de editores de mentalidade e vocação conquistadora, que apostava no circuito de exportação e em redes de atuação internacionais.

São eles: *L’Univers en Miniature ou Les Voyages du Petit André sans sortir de sa chambre*, publicado em Paris, por Desirée Eymery, em 1836; *Émigrants au Brésil*, de Amélie Schoppe, uma tradução do original alemão publicada em sucessivas edições pelos livreiros Mégard e Mame, a partir de 1838; *Les Portugais D’Amérique. Souvenirs Historique De La Guerre Du Brésil En 1635*, da escritora bretã Julie Nicolase Delafaye-Bréhier, publicado pela editora Lehuby, em 1848; o romance de Verne *La Jangada — Huit cents lieus surl’Amazone*, de 1881, publicado pela editora Hetzel e o artigo *Les mangeurs de terre*, publicado em 1850, na *Revue Catholique De La Jeunesse*, de Paris. Todos esses livros constam nos catálogos da livraria carioca de Baptiste-Louis Garnier, a partir de 1858, embora somente *La Jangada* tenha sido traduzida no mesmo ano do lançamento na França e até hoje trilhe uma carreira editorial em português.

A quais viagens convidam cada um desses livros? A primeira conta as lições dadas ao garoto André por seu pai, M. de Saint-Yves. O pai, ciente das limitações da idade do filho e sabendo-o pouco disposto à leitura corrida de todo um livro, resolve escrever uma divertida e enciclopédica viagem de estudos pelos cinco continentes do globo: Europa, Ásia, África, América e Oceania. Seguindo o roteiro franco-brasileiro dos *Universos em Miniatura*, a oitava jornada de André e Saint-Yves percorre o Brasil e está no volume América, publicado em 1839. No longo trecho pelo continente sulamericano, pai e filho, como que assistindo a um espetáculo instrutivo e pitoresco, chegam ao porto do Rio de Janeiro. Os dois admiram o livre comércio da cidade e se encantam com a floresta da Tijuca. De lá, partem para a extração de diamantes no Vale do Jequitinhonha e, por fim, entram na Bahia de Todos os Santos. André e Saint-Yves interpretam magicamente o Brasil. Em destaque, há o olhar francês sobre a movimentada e colorida dinâmica social de uma ex-colônia portuguesa elevada a Império, verdadeira América tropical em miniatura. O romance de Jules Verne ilustra a outra ponta da produção sobre o Brasil. *La Jangada* pode ser lida como uma viagem de aventura e estudo pela selva sul-americana. Os protagonistas, que configuram uma grande família colonial de parentes e agregados, composta por portugueses e espanhóis,

por negros alforriados e índios trabalhadores, sob a proteção do patriarca Joan Garral, partem de uma fazenda situada no povoado de Iquitos, no Peru, e descobrem a Amazônia brasileira a bordo de uma jangada. De início, o objetivo da viagem é o casamento da filha Minha, em Belém do Pará, com Manuel, um médico militar e colega de estudos de seu irmão, Benito. Com o desenrolar da trama, recheada de aulas de geografia dos Andes até o Oceano Atlântico e com aventuras de conhecimento pelas Províncias ribeirinhas do Império brasileiro, torna-se claro o real motivo da viagem: a revisão de uma sentença que condenara o protagonista Joan Garral à morte pela acusação do roubo de uma carga de diamantes vinte e três anos antes.

Vale notar que o romance sul-americano de Jules Verne aproxima as diferenças entre os costumes e a natureza dos países do continente e os modelos de compreensão dos europeus. O novo livro de recreação inventado pelo editor Pierre- Jules Hetzel visava tanto à psicogênese dos jovens franceses, por meio de uma abertura social e psíquica ao conhecimento das alteridades, como à conquista de um novo público de leitores nas Américas. De acordo com os objetivos da leitura doméstica da coleção *Voyages Extraordinaires*, o homem americano — índios domesticados, negros e brancos mestiços — é construído pelas aventuras e experiências científicas. Portanto, as narrativas deveriam soar familiares e contribuir para a integração social e psíquica de leitores dos dois continentes. O que sugere o recurso ficcional, típico da obra verniana, aos personagens de identidades fronteiriças, entre selvagens e civilizados, e às misturas étnicas que forjam boas relações entre o colonizador e o nativo.

A assimilação e amenização das diferenças na literatura de viagem não é uma simples questão de dominação e submissão cultural, mas antes um processo de aquisição de autodomínio em direção a um maior controle e, com o passar do tempo, a uma emancipação das emoções. Esse processo, que faz da ficção juvenil suporte das regras sociais e, por conseguinte, da formação de uma segunda natureza, desenvolve-se no sentido de uma maior informalização nas tramas das narrativas dos códigos de comportamentos e sentimentos, dando lugar ao que Cas Wouters⁶ entende como sociogênese de uma terceira natureza. A hipótese é a de que um novo princípio de autorregulação passa a conectar brasileiros e europeus. Além do mais, a apologia da ciência e o caráter antecipatório da ficção de Jules Verne sintonizam-se às forças e impulsos sociais em jogo na dinâmica cultural francesa.

Observa-se, na literatura juvenil de viagem, a progressiva mudança de uma cultura da curiosidade, marcada pelo espanto radical face às alteridades, para uma cultura laica e científica, mais contida em relação às diferenças. Desse modo, as viagens descrevem

⁶ Wouters, Cas. *Informalization. Manners & emotions since 1890*. London: Sage Publications, 2007.

um percurso em direção à civilização das emoções, buscando, por meio de um olhar normativo, imprimir, nas tramas que abordam a psicogênese dos povos coloniais. O objetivo principal desse percurso de aventuras e provações que atravessou o século era o de acompanhar e atualizar a instrução e a formação moral dos leitores. Não se pode deixar de observar, porém, que a civilização das emoções no romance de viagem acompanha as ondas de renovação do gênero.

Sendo assim, um passo decisivo no sentido de uma maior sublimação afetiva na literatura juvenil foi dado pelo incremento da circulação transatlântica dos livros e pela velocidade com que as ideias atravessavam a Europa atingindo culturas nacionais em formação, como a brasileira. Por esse motivo, a livraria francesa escolheu se instalar definitivamente na corte do Rio de Janeiro, no meado do século XIX.

Uma das primeiras dificuldades enfrentadas na pesquisa é conhecer o impacto desses livros no universo de partida e de chegada dos textos, a França e o Brasil.

De par com a publicação dos livros de recreação moral para a juventude que tinham como tema o Novo Mundo, ocorria a expansão da livraria francesa para os países da América do Sul. Neste movimento, destaca-se a instalação da Livraria dos Irmãos Garnier no Rio de Janeiro, em 1844. Para os autores e livreiros-editores, tratava-se de educar e divertir as crianças e jovens por meio de uma produção ficcional que difundisse o conhecimento das diferenças geográficas e culturais. Formava-se uma rede de conhecimentos sobre os países americanos alicerçada tanto na educação moral, com títulos voltados para a formação cristã, quanto na ciência e na geografia modernas, a exemplo da série de romances de viagens marítimas e fluviais de Verne. O que não impedia o entrelaçamento dos dois princípios e o romance de imaginação geográfica tornar-se um romance moral moderno.

Assim, pensar os vínculos e interdependências entre a literatura francesa e o universo temático brasileiro, invertendo as posições e descartando a referência a um colonialismo cultural de mão única da França para o Brasil, oferece um caminho para a investigação da circulação transatlântica dos livros e a internacionalização dos mercados editoriais no século XIX.

A produção intelectual que se configura no Brasil a partir do meado do século XIX deve muito ao comércio de exportação do mercado do livro europeu — francês e inglês — e, em consequência, a um movimento intenso e veloz de circulação internacional dos impressos, ideias e projetos intelectuais. Não por acaso, o problema dos efeitos da importação dos modelos artísticos e literários europeus na formação da cultura brasileira marca o pensamento social da década de 30.

No centro das inquietações dos intérpretes do Brasil encontram-se os vínculos entre uma cultura nacional em vias de constituição e as influências — quase sempre vistas sob

o prisma da assimilação por « imitação passiva » —, provocadas por práticas culturais recriadas como projetos de conquista. Para o sociólogo Gilberto Freyre, a circulação transatlântica dos impressos e objetos culturais resulta em um movimento, iniciado com a vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, de “reeuropeização” de nossos modos de vida e sistemas de pensamento. A eficácia do modelo de civilização europeu que se impunha aos trópicos era medida pela produção de crenças e mistificações em brasileiros « sedentos de novidades ». Essa progressiva ocidentalização nacional enfrentava os costumes já tradicionais de uma primeira europeização implantada pelos colonizadores ibéricos na sociedade patriarcal.

Se olharmos a figuração intelectual oitocentista de outro ângulo, compreendemos que as operações de exportação dos impressos aliadas a uma política de distribuição baseada na disseminação de pontos de venda pela América Latina ensejaram a transferência de capital literário para os países de produção cultural e literária ainda incipiente. No caso específico do Brasil, o que poderia ser um projeto de colonização cultural, de pura e simples imposição de bens de consumo e, com eles, sistemas de valores, permitiu o acúmulo de capital simbólico necessário à autonomização das letras, da ciência e de um conhecimento social já em vias de constituição. Nesse sentido, a presença dos estrangeiros em um país que se abria à modernidade só poderia criar um feixe de tensões entre as pressões nacionais, que ensejavam o incômodo de um sentimento de inadequação na apropriação das ideias e objetos europeus, e as tentações de um cosmopolitismo provocadas pelo contato com essas mesmas ideias, objetos e indivíduos. As viajantes estrangeiras que viveram no Brasil, como a francesa Adèle Toussaint-Samson, autora do livro de memórias *Uma parisiense no Brasil* (1883), a alemã Ina von Binzer, autora do livro espitolar *Os meus romanos – alegrias e tristezas de uma educadora no Brasil* (1887), e a inglesa Annie Allnutt Brassey, autora do relato

de viagem *A travers les tropiques* (1890), e passaram pela experiência de narrar a dinâmica colonial são intérpretes privilegiadas desse dilema e, por isso mesmo, se constituíram em fontes de inspiração e trabalho para pensadores sociais como Gilberto

Freyre e, na companhia do sociólogo, podem abrir vias de compreensão sobre a formação e as práticas de leitura dos jovens no interior das famílias brasileiras.

A apropriação literária do Brasil e da história de suas relações coloniais posicionava-o de algum modo na República Mundial das Letras, conferindo conhecimento e reconhecimento à sua cultura e história na formação da juventude europeia. No mesmo processo editorial aparece a produção de um exotismo tropical na imprensa francesa de viagem, atual etapa do trabalho de investigação. Jornais como *Musée de Familles*, *Le Magasin Pittoresque*, *Journal de Voyages* e *Le Tour du Monde*, este último publicado pela Librairie de Louis Hachette, atraem o grande público com relatos e ficções de viagens ao Brasil. Entram

em cena autores como Louis Boussenard e Paul d'Ivoi. O Brasil acaba entrando para o gênero Guides pour les voyageurs. De que modo suas diferenças são apresentadas e representadas aos novos viajantes-turistas? Há novas articulações entre práticas editoriais e representações literárias?

“DES OISEAUX ÉLEVÉS DANS LES MÊMES NIDS”: Livros e Conexões no Microcosmo Escolar Carioca do Novecentos

José Cardoso Ferrão Neto
(Universidade do Estado do Rio de Janeiro)¹

Em 12 de abril de 1908, Euclides da Cunha escreve uma carta ao filho homônimo, em que faz uma série de admoestações quanto ao desempenho escolar do menino. O escritor lamenta não ter tido “boas informações” sobre o estudante, que não figura na “lista dos que obtiveram o banco de honra”. Apesar da decepção, o pai se mostra esperançoso e anima o filho a “continuar a estudar com vontade e constância e [obter] o prêmio merecido”. Diz ainda a carta que se o menino “armar-se de boa vontade..., atravessar corretamente o anno [e for] aprovado em dezembro, [poderá] divertir-[se] bem durante as férias”. Euclides termina as poucas linhas endereçadas ao jovem perguntando-lhe se havia recebido dois livros de Júlio Verne, enviados anteriormente por aquele que assina a correspondência como “pai e amigo”. Mas com uma última recomendação, entre parênteses: “que só debes ler no recreio”² Exatos vinte anos antes da carta de Euclides, Raul Pompeia publica, no *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, aquela que se tornaria sua obra-prima, *O Ateneu*. Romance autobiográfico, a trama se passa em um internato do Rio Comprido, onde o menino Sérgio narra suas experiências de colegial em meio a conflitos de toda ordem: a adolescência e suas paixões, a instituição de ensino e seus métodos disciplinares, a literatura e suas pontes com a vida. Dentre os livros e autores com os quais o estudante trava contato, estão as obras de Júlio Verne, autor “festejado como uma migração de novidade” na biblioteca do grêmio literário da escola e considerado um “saudosos amigo” do aluno do

¹ CAPES-PRODOC

² Euclides da Cunha, *Carta a seu filho, Euclides, dando conselho e perguntando se recebeu dois livros de Julio Verne*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1908, Manuscrito.

terceiro ano, assim como o colega responsável pela guarda do volume impresso e a quem Sérgio se afeiçoa³. Pai e filho, escritor e aluno, bibliotecário e leitor são personagens de um real e de uma ficção, que desvelam um mundo de conexões entre livros, pessoas, tempos, espaços geográficos e alegóricos, oralidade e escrita.

O Ateneu é carregado de simbolismos. Alfredo Bosi diz ser o romance de categorização difícil, pendendo ora ao realismo ora à contradição entre impressionismo e expressionismo, no qual “a escola é microcosmo em vários níveis”. Nas constantes ligações entre “a vida e a arte”, desponta também a comparação inevitável entre os dois sistemas: de um lado, o “processo educativo” e, de outro, o funcionamento da máquina social, com seus ambientes, pessoas, “teias” e tensões de toda ordem: política, econômica, religiosa, psíquica e cultural⁴. “Não é o internato que faz a sociedade, o internato a reflete”, diz um professor em conferência aos alunos e representantes do mundo de fora, reunidos em festa solene⁵. Nesse pequeno universo de textos, conferências e leituras, não está tampouco ausente a representação do comércio de livros, periódicos, linguagens e ideias, que atravessa os portões da escola. Como no Rio de Janeiro da época, “uma sociedade já imersa no mundo da impressão”⁶, o Ateneu tem seu próprio *circuito da comunicação*⁷ que, por sua vez, opera em rede com a cidade, o país e o exterior. À personagem do diretor o protagonista atribui a alcunha de “homem sanduíche da educação nacional”, em referência aos livros que edita e faz circular pelos recantos mais longínquos do país:

Caixões, sobretudo, de livros elementares, fabricados às pressas com o ofegante e esbaforido concurso de professores prudentemente autônomos, caixões e mais caixões de volumes cartonados em Leipzig, inundando as escolas públicas de toda a parte com a sua invasão de capas azuis, róseas, amarelas, em que o nome de Aristarco, inteiro e sonoro, oferecia-se ao pasmo venerador dos esfaimados de alfabeto dos confins da pátria (...). E engordavam as letras, à força, daquele pão⁸.

“Alimento” do espírito de que se havia nutrido, também, o protagonista do romance, nos anos que precederam a matrícula do adolescente no Ateneu. “Eu aprendera a ler pelos livros elementares de Aristarco”, conta Sérgio⁹. Aristarco Argolo de Ramos, a personagem “inventada” por Raul Pompeia, é o nome fictício de Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas, “grande educador do Império”. No liceu do Barão estudara o autor do romance;

³ Raul Pompeia, *O ateneu*, São Paulo, Abril Cultural, 1981, pp. 95-96.

⁴ Alfredo Bosi, *História concisa da literatura brasileira*, S. Paulo, Cultrix, 2006, pp. 183-187.

⁵ Raul Pompeia, *op. cit.*, p. 175

⁶ Marialva Barbosa, *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*, Rio de Janeiro, Mauad X, 2010, p. 118

⁷ O conceito é de Robert Darnton. Cf. Bibliografia.

⁸ Raul Pompeia, *op.cit.*, pp. 7-8

⁹ *Idem*, p. 18.

nos livros “de cartonagem severa” produzidos por ele e seus colaboradores se formou, também, o escritor Graciliano Ramos, lá em Alagoas¹⁰. A circulação dessas e outras obras dentro e fora dos limites do Ateneu revela, ainda, um investimento de sentido pelos leitores, que perpassa desde as materialidades até o próprio fundamento do comércio de impressos: o de estabelecer conexões, que ultrapassam as meras ligações/transações entre pessoas, espaços e tempos.

Impressos e oralidade: conexões possíveis

A instituição de ensino é o ponto privilegiado de uma rede de intercâmbios construídos também nas tensões e porosidades entre o letrado e o oral: o comércio e o empréstimo de livros e jornais; as linguagens trasladadas de uma cultura a outra; o trânsito de indivíduos que atravessam o Atlântico para ensinar no Ateneu e, ainda, as leituras compartilhadas em situações de comunicação, nas quais se evidencia o caráter performático dos textos.

As formas de escritura, inscrição e publicação da palavra atravessam o tempo todo a experiência de Sérgio-Raul Pompeia no micromundo do internato. São várias as figuras de linguagem empregadas, no romance narrado em primeira pessoa, que deixam transparecer o quanto as sociabilidades no Ateneu correspondem àquelas que se conhecem da cidade das letras. Os impressos e sua interseção com os acontecimentos cotidianos e a formação das mentalidades efervescem na instituição de ensino. Inúmeras são as alegorias retiradas dos livros para qualificar a experiência dos leitores. O dicionário, por exemplo, “atordoa, à primeira vista, como a agitação das cidades desconhecidas”, difíceis de serem percorridas pelo estudante inexperiente, que “não conquista um passo na imensa capital das palavras”. Nesse “universo”, os nomes “de proveniência albiônica” são “vaidosos *dandies*” a se exibirem na “confusa rede topográfica”¹¹. Aí se encontra uma rica metáfora da cidade moderna e do internato como representação da sociedade urbana, que ainda remete a um modo oralizado de fazer conexões entre as palavras e a experiência no espaço, a ser compreendido quando contextualizado na ação humana e nas afetações que passam pelos sentidos, principalmente pelo olhar em perspectiva, tão caro ao “homem na multidão” da metrópole da modernidade. E por aí vão aparecendo as comparações, na voz do protagonista. Conta Sérgio que um dos colegas, o Ribas, “cantava as orações com a doçura feminina de uma virgem aos pés de Maria, alto, trêmulo, aéreo, como aquele prodígio celeste de garganteio da freira Virgínia em um romance do Conselheiro Bastos”¹², em referência a José Rodrigues Bastos, cujo livro

¹⁰ Marisa Lajolo, “O livro didático: velho tema, revisitado”, *Em Aberto*, Brasília, ano 6, 35, jul./set.1987, pp. 7-8.

¹¹ Raul Pompeia, *op.cit.*, p. 49.

¹² *Idem*, p. 57.

A virgem da Polônia foi considerado “o maior best-seller das décadas de 1840 e 1850”, em Portugal¹³.

A ficção abastece com chaves de leitura as situações vividas e permite uma compreensão dos mundos, do microcosmo do Ateneu e do universo além-muros. “Li a *Nova floresta*, de Bernardes. O reverendíssimo autor veio retocar a obra do Barreto, com as suas narrativas de iluminado terrífico”. Aqui, o jovem leitor faz alusão ao barroco português do presbítero Manuel Bernardes que, como os meninos do Ateneu, viveu em clausura e escreveu obras de espiritualidade cristã para edificação. A expressão “a obra do Barreto” refere-se ao relato oral anterior à leitura, feito por um dos colegas que lhe havia dado o livro do escritor português. Sérgio compara, então, as duas versões inseridas em diferentes práticas de leitura, e conclui pela “insuportável melancolia” da religião, quando a narrativa escrita passa a emendar as descrições e os comentários lúgubres do colega beato, ouvidos sob “efeitos de terror”¹⁴. Os atravessamentos dos regimes orais na cultura do impresso ainda podem ser exemplificados em outra conexão, estabelecida pelo protagonista do romance, entre o mundo da escrita e as ações dos indivíduos na paisagem social do internato. Desta vez, é a biografia ilustrada do famoso acrobata e equilibrista francês do século XIX, Charles Blondin, que fornece a ligação entre esses universos. Depois de anunciada a chegada de mais um aluno, “pernambucano de ilustre estirpe” e recomendado como “exímio ginasta”, Sérgio-Raul Pompeia retoma o emprego da comparação irônica: “Estava presente o diretor; estava presente o respeitável progenitor de Blondin” que, mais tarde, acaba se revelando mais hábil na “ginástica do verbo” no Grêmio Literário da escola do que havia sido no exercício físico¹⁵. A personagem antológica, que toma corpo no Ateneu, provavelmente compusera o acervo dos livros que circulavam em meio à juventude escolar da segunda metade do Novecentos, por apresentar ingredientes apreciados por educadores como Aristarco-Abílio e pais como Euclides da Cunha, preocupados com a obtenção de “prêmios merecidos” pelos estudantes. No prefácio de uma edição inglesa da biografia de Blondin, publicada em 1862, o editor George Banks diz ter ouvido as histórias da boca do próprio equilibrista e de seu agente, Mr. Henry Coleman, além de notícias publicadas a respeito do acrobata. Banks aconselha os leitores a “adotarem tal linha de vida, os meios pelos quais se alcançou a proficiência”¹⁶, conselho de tamanha praticidade na instituição onde os internos fazem verdadeiras acrobacias para sobreviver ao jugo da disciplina e do terror.

¹³ Paulo Motta Oliveira, “Um sucesso quase mundial: a mão do finado ou as metamorfoses de um conde”, *Veredas*, Santiago de Compostela, 2010, s/p.

¹⁴ Raul Pompeia, *op.cit.*, p. 75.

¹⁵ *Idem*, p. 89.

¹⁶ George Linnæus Banks (ed.), *Blondin: his life and performances with illustrations*, London, Routledge, 1862, pp. vii-viii.

A leitura em língua estrangeira e o estudo de idiomas são lugares comuns na escola burguesa, práticas culturais que o protagonista do romance metaforiza de “comércio com a linguagem dos grandes povos”. Um tipo de transação, inclusive, facilitada por outro regime de trocas transnacionais: a presença, na escola, de professores estrangeiros, que ensinavam seus próprios idiomas e traziam na bagagem elementos de culturas exógenas. O sentido de negociação mercantil que o narrador atribui a esse aprendizado ainda se prende a conexões com o mundo das situações cotidianas. Assim, percorrer as páginas impressas de uma edição estrangeira era “como se provasse a goles a civilização, como se bebesse a realidade do movimento humano nos países remotos que os cosmoramas pintam...”¹⁷. Os intercâmbios com as escrituras produzidas no exterior e adentradas no Ateneu são atos comunicativos que misturam o fisiológico com o simbólico e colocam a leitura na ordem das necessidades vitais. Se o trato da linguagem é um processo de negociação de sentido, comparada à concretude das ações diárias, então o consumo dos livros para o homem de letras está impregnado de índices oralizantes; torna-se uma prática que passa a equivaler em qualidade e valor às atitudes dos seres que circulam e funcionam predominantemente na lógica do empirismo oral.

Inserido nas intrigas que compõem a escola como uma grande textualidade a ser interpretada, o protagonista do romance dá a ler modalidades diferenciadas da relação dele com os impressos, que correspondem a diferentes vínculos criados entre o adolescente e os amigos de internato, onde “[se formava] a dois para tudo”. Três tipologias de texto são exemplares a uma tentativa de qualificar essas afinidades: a narrativa épica, os romances de aventura e a literatura sentimental. A primeira se correlaciona à amizade “do vigilante Sanches”, aluno de grande destreza nas mnemônicas imprescindíveis à decoreba do ensino auditivo e explicador dos pontos mais difíceis. “A convivência do Sanches fora apenas como o aperfeiçoamento aglutinante de um sinapismo, intolerável e colado, espécie de escravidão preguiçosa da inexperiência e do temor”, relembra o protagonista. Na companhia dele, Sérgio se inicia na leitura dos *Lusíadas*, “livro de exame”¹⁸ cobrado nas provas da Instrução Pública, além de objeto de castigo, e aprende um novo método de análise sintática do grande poema. O costume de impingir aos alunos a leitura obrigatória de Camões e de utilizá-la como mecanismo de correção atravessa décadas e ainda perdura, nas escolas brasileiras, até meados do século XX. Não são raras as histórias contadas em círculos familiares a respeito de estudantes farristas, que conservaram anos a fio na memória trechos inteiros dos *Lusíadas*, gravados depois de tanta cópia punitiva nos escritórios de diretores. A conexão que se estabelece entre o amigo de internato e a obra obedece ao mecanismo do cataplasma de

¹⁷ Raul Pompeia, *op.cit.*, pp. 156-158.

¹⁸ *Idem*, pp. 39; 42; 51.

mostarda citado pelo narrador: as letras precisam colar na memória e produzir a *auditividade* de que fala Luis Costa Lima: uma relação com a cultura escrita importada na base da aculturação acrítica e sem engajamento, sob o signo do dever e da obrigação, do dogmatismo e do acatamento dos produtos pelas instituições e instâncias de julgamento, que acabam por inibir a formação do pensamento original¹⁹. Tal lógica do sistema intelectual no Brasil passa do XIX para o XX e se mostra insistente por quase todo este século, o que se percebe na produção de gramáticas de ensino do português, ampla e nacionalmente divulgadas, em que exemplos retirados da poesia e da prosa lusitana do Novecentos ainda são colocados como parâmetro ao uso culto da língua. Assim como o Sanches que inspirava temor, com quem Sérgio compartilhava as leituras de Camões, o comércio desta linguagem em particular, nas terras tupiniquins, perfaz um caminho mais tortuoso do que as águas do oceano que trouxeram os livros e as ideias.

A segunda tipologia de texto, os romances de aventura, é consumida pela personagem no ambiente do Grêmio Literário e na companhia do responsável pela biblioteca, o colega Bento Alves. Na tensão entre força e fraqueza, o misto de amizade e afeição dedicado pelo protagonista ao amigo íntimo é medido em “dispêndio de energia”²⁰. Ao lado do Alves, Sérgio imagina as ações heroicas das personagens da “literatura completa de tesouros de meninos”. Júlio Verne lhe provia “os amáveis fantasmas da primeira imaginação, excêntricos como Fogg, Paganel, Thomas Black, alegres como Joe, Passepartout, o negro Nab, nobres como Glenarvan, Letourneur, Paulina, Barnett, atraentes como Aouda, Mary Grant”. Para o adolescente do internato, foi através de De Jussieu que “visitara uma por uma as feiras da sabedoria de Simão de Nântua”, livro de conselhos do mercador que fez, não o *tour du monde*, mas o *tour de France* das feiras e do ensino primário do século XIX, uma espécie de narrador benjaminiano que retira do deslocamento nas paisagens a matéria-prima para as histórias recomendáveis à educação pública. Uma “nova edição” da obra, traduzida para o português pela editora Livraria de A. M. Pereira, refere-se à literatura de Laurent-Pierre De Jussieu, na folha de rosto, como aquela “a quem a Sociedade de Instrução Elementar conferiu o premio destinado para o livro mais conveniente á instrucção moral e civil dos moradores da cidade e do campo”²¹.

Os *tours* não param por aí. Ainda restam as “Viagens de Gulliver para várias remotas nações do mundo”, como manda o título original da obra em inglês, publicada nas primeiras décadas do século XVIII. Conta a personagem de Raul Pompeia que “estudara profundamente

¹⁹ Luis Costa Lima, “Da existência precária: o sistema intelectual no Brasil”. In: _____. *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1981, pp. 4-5; 23-24.

²⁰ Raul Pompeia, *op.cit.*, pp. 151-152.

²¹ Mr. De Jussieu, *História de Simão de Nantua ou o mercador de feiras*, Lisboa, Livraria de A. M. Pereira Editor, 1875.

pelas aventuras de Gulliver as vacilações da vida”. No limiar entre a realidade e a imaginação, Sérgio “chegara a duvidar das empresas de Münchhausen”²², talvez por achar que as viagens fantásticas tinham um limite – seria ele o das paredes do Ateneu?... De qualquer maneira, nota-se outro tipo de conexão com os livros, que reúne a preocupação com a formação do caráter do estudante – se não fosse por isso, Euclides da Cunha não os teria enviado ao filho – à necessidade de encontrar prazer na leitura. Mas há também, aí, outra formação, a imagética, de fortes índices orais, quando se transfere para as viagens literárias a necessidade de movimento e se estabelece com os livros uma conexão multissensorial, a partir da materialidade dos impressos.

Onde quer que me levasse o *Forward* ou o *Duncan*, o *Nautilus* ou o balão *Vitória*, a columbíada da Flórida ou o criptograma de Saknussen, lá ia eu, esfaimado de desenlaces, prazenteiro, ávido como os três dias de Colombo antes da América, respirando no cheiro das encadernações as variantes climáticas da leitura, desde as areias africanas até os campos de cristal do Ártico, desde os grandes frios siderais até à aventura do Stromboli²³.

Por fim, a amizade do adolescente com um terceiro colega, o Egbert, remete a outra forma de relação com os livros e com a paisagem que os impressos ocupam. “Do Egbert fui amigo”, prossegue Sérgio. “Permutávamos significados (...). Entretanto, eu experimentava a necessidade deleitosa de dedicação. Achava-me forte para querer bem e mostrar. Queimava-me o ardor inexplicável do desinteresse. Egbert merecia-me ternuras de irmão mais velho”. Nos passeios pelo campo dos exercícios físicos, sentados à relva do extenso prado da escola, embevecidos pelo céu, o sol e as montanhas em volta, observando o voo das aves, compartilham a solidão de Robinson Crusoe e refletem sobre a “indústria humana”, mais até do que no sentido aventureiro da personagem de Defoe; percorrem juntos as páginas de *Paulo e Virgínia* e acrescentam à solidão o sentimento e o deleite da pastoral de Bernadin de Saint-Pierre que, por sua vez, era leitor ávido de Crusoe. “Revivíamos o idílio todo, instintivo e puro”, conta o adolescente. “Animávamo-nos da animação daquelas correrias de criança na liberdade agreste, gozávamos o sentido daquela topografia de denominações originais (...) ou de alusões à pátria distante. Ouvíamos palmear a revoada dos pássaros, ao redor de Virgínia, a ração de migalhas...”²⁴. Enquanto leem em voz alta e na língua original o “*repose-toi sur mon sein et je serai délassé*”, os amigos já estão deitados um no colo do outro como “*des oiseaux élevés dans les mêmes nids*”, conforme mostra uma das ilustrações do próprio Raul Pompeia para a obra. Há uma superposição de sentidos na relação de Sérgio com Egbert e a literatura sentimental. No subtexto, aparece o internato como lugar do exílio, da solidão

²² Raul Pompeia, *op.cit.*, p. 95.

²³ *Idem*, p. 96.

²⁴ Raul Pompeia, *op.cit.*, pp. 152-154.

dos meninos-Crusuóes, mas onde encontram, ainda que em meio hostil como o de Paulo e Virgínia, uma brecha libertária no exotismo da paisagem que rodeia a escola e do amor entre amigos. Agora é a vez do espaço aberto onde se dá o contato físico, onde os corpos se tocam e os sentimentos afloram, onde é possível o movimento dos corpos na interseção com as forças naturais, de que brota a experiência instintiva e a emoção. Nesse pacto com o livro, a natureza e o homem, reside mais um sinal da taticidade das letras, vestígios de uma oralidade presente na mimese narrativa. O que permanece é o entendimento de que o comércio dos impressos, da linguagem e das ideias são pontes que se traduzem em atos comunicativos.

Este é o sentido da comunicação, que atravessa a experiência do leitor: “a vinculação entre o eu e o outro, logo, a apreensão do ser-em-comum”²⁵. A ficção, carregada de historicidade, ajuda a desvelar essa rede de conexões.

BIBLIOGRAFIA

- BANKS, G. Linnæus (ed.). *Blondin: his life and performances with illustrations*. London, Routledge, 1862.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2010.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 44.ed. S. Paulo, Cultrix, 2006.
- CUNHA, Euclides da. *Carta a seu filho, Euclides, dando conselho e perguntando se recebeu dois livros de Julio Verne*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1908. Manuscrito.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. S. Paulo, Cia. das Letras, 2010.
- DE JUSSIEU, Mr. *História de Simão de Nantua ou o mercador de feiras*. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira Editor, 1875.
- LAJOLO, Marisa. O livro didático: velho tema, revisitado. *Em Aberto*, Brasília, ano 6, 35, jul./set.1987.
- LIMA, Luis Costa. Da existência precária: o sistema intelectual no Brasil. In: _____. *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1981.
- OLIVEIRA, Paulo Motta. Um sucesso quase mundial: a mão do finado ou as metamorfoses de um conde. *Veredas*, Santiago de Compostela, 2010.
- POMPEIA, Raul. *O ateneu*. São Paulo, Abril Cultural, 1981.
- SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. 5.ed. Petrópolis, Vozes, 2010.

²⁵ Muniz Sodré, *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*, Petrópolis, Vozes, 2010, p. 223.

PARTE 5

OFFENBACH E O PROBLEMA DA CIRCULAÇÃO
MUNDIAL DE UM REPERTÓRIO MUSICAL

A ÓPERA-BUFA DE OFFENBACH: algumas pistas para o estudo da circulação mundial de um repertório no século XIX

Jean-Claude Yon
(UVSQ)

A história da circulação mundial dos repertórios teatrais¹ no século XIX permanece ainda por ser escrita. Tal tarefa deve, necessariamente, se apoiar nos estudos que, cada vez mais, tendem a se multiplicar em cada país. Esses trabalhos apresentam assuntos particulares: um estabelecimento, um gênero, um criador (artista, autor, compositor); as cenas oficiais (sobre as quais dispomos facilmente de arquivos) e a vida teatral das grandes cidades, mais estudadas que os teatros particulares, de um lado, e, de outro, as cidades de menor importância e os campos.² Por meio do cruzamento de todos esses estudos, do estabelecimento de redes de pesquisadores - os quais, notamos, pertencem a diferentes áreas disciplinares -, podemos esperar progredir rapidamente no conhecimento das conexões teatrais que puderam se estabelecer, no século XIX, entre todos os países portadores de uma vida teatral. Essas conexões passam certamente pela circulação dos artistas e, a esse respeito, a turnê - independentemente de sua natureza, de exemplos os mais prestigiosos aos mais marginais - é um objeto de estudo fundamental. Entretanto, mais do que homens e mulheres, são as peças que circulam. Se o século é marcado pela criação de repertórios nacionais, em um contexto de afirmação das identidades nacionais, muitos países importam uma parte mais ou menos notável daquilo que é encenado cada noite em suas salas. Esta difusão internacional dos repertórios - que constitui uma

¹ Por “repertórios teatrais”, entendemos toda a produção cênica, independentemente do gênero, incluindo teatro lírico.

² Para uma ideia geral dos trabalhos recentes em história cultural dos espetáculos, podemos nos referir a Pascale Goetschel et Jean-Claude Yon, «L’histoire du spectacle vivant: un nouveau champ pour l’histoire culturelle?» in Laurent Martin et Sylvain Venayre, *L’histoire culturelle du contemporain*, Paris, Nouveau Monde Editions, 2005, pp.193-220.

forma particular de transferências culturais³ - é marcada por um fenômeno maior: a supremacia do repertório francês.⁴ Paris é a usina onde se fabricam as peças que, fortes pelo “timbre” parisiense, são em seguida aplaudidas pelos espectadores do mundo inteiro. Em seu romance fantástico, *Paris au XIX^e siècle* (1863), Jules Verne imagina um “Grande Armazém Dramático” que fornece em série peças padronizadas: a ficção, aqui, está próxima da realidade. Escrevendo a Eugène Scribe, o autor dramático mais festejado do tempo, seu amigo e colaborador Charles Duveyrier o qualifica, a justo título, de “grande ministro dos *menus-plaisirs*”⁵ parisienses! que digo? de prazeres do mundo inteiro.”⁶ Por isso, o estudo da circulação mundial dos repertórios teatrais pode ser uma tarefa que privilegia, em um primeiro momento, a difusão do repertório francês no estrangeiro. Que não nos enganemos: essa escolha não deve ser interpretada como uma forma de chauvinismo; é antes como reação à dominação do repertório francês que muitos países criaram os próprios repertórios – não importa se esta oposição seja real ou, mais ou menos, uma encenação.

Estudar a difusão do repertório francês no estrangeiro é, contudo, uma tarefa ainda muito vasta: no seio desse repertório excessivamente abundante, é necessário delimitar um campo de estudo, concernente a um gênero particular,⁷ a um artista⁸ ou à difusão de um autor em uma área geográfica.⁹ A ópera-bufa de Offenbach nos parece um bom exemplo para encontrar as questões a serem colocadas na condução desse tipo de estudo. Em 25 anos, de 1855 a 1880, o compositor francês de origem alemã Jacques Offenbach (1819-1880) chegou a criar e a impor um novo gênero lírico. Se o músico empregou o termo “ópera-bufa” para qualificar seus principais trabalhos,¹⁰ é, entretanto, o termo “opereta” que se impôs para designar suas obras e aquelas dos compositores que, em seguida, exploraram esta veia.

A opereta, gênero ao mesmo tempo lírico e dramático (as passagens faladas são numerosas e de suma importância) rapidamente conheceu um imenso sucesso, nos cinco continentes.

³ Cf. Michel Espagne, *Les Transferts culturels franco-allemands*, Paris, PUF, 1999.

⁴ Cf. Jean-Claude Yon (dir.), *Le Théâtre français à l'étranger au XIX^e siècle. Histoire d'une suprématie culturelle*, Paris, Nouveau Monde Editions, 2008. Consultamos igualmente: Christophe Charle, *Théâtres en capitales. Naissance de la société du spectacle à Paris, Berlin, Londres et Vienne, 1860-1914*, Paris, Albin Michel, 2008, especialmente o capítulo VII, pp. 309-354.

⁵ *menus-plaisirs du roi* constituía o serviço da *Maison du Roi* responsável pelos prazeres do monarca (festas, cerimônias, espetáculos da Corte [nota do tradutor])

⁶ Citado por Jean-Claude Yon, *Eugène Scribe, la fortune et la liberté*, Saint-Genouph, Librairie Nizet, 2000, p. 249. No original: «grand ministre des menus-plaisirs parisiens! que dis-je? des plaisirs du monde entier.»

⁷ Cf. [Collectif], *Die Opéra-comique und ihr Einfluss auf das europäische Musiktheater im 19. Jahrhundert*, Hildesheim-Zürich-New York, Georg Olms, 1997.

⁸ Cf. Sylvie Chevalley, *Rachel en Amérique*, Paris, M. Brient, 1957.

⁹ Cf. Hans-Georg Ruprecht, *Theaterpublikum und Textauffassung. Eine textsoziologische Studie zur Aufnahme und Wirkung von Eugène Scribes Theaterstücken im deutschen Sprachraum*, Berne/Francfort, Herbert Lang et Peter Lang, 1976.

¹⁰ Deixamos de lado o caso dos *Contes d'Hoffmann*, assim como as tentativas de Offenbach para se impor na *Opéra-Comique*.

O repertório de Offenbach rapidamente apareceu como aquele que encarnava o melhor da moda parisiense, dando ao seu público a impressão de estar em contato com a atualidade do “Bulevar”. Offenbach, com uma notável intuição do sistema midiático que se estabelecia em sua época, procurou deliberadamente esse sucesso internacional. Ele multiplicou as viagens (a mais importante teve lugar na América em 1876¹¹), fez de Viena sua segunda capital, a fim de difundir no espaço germanófono versões em língua alemã de suas obras e buscou construir para si próprio uma figura midiática - seu sotaque, suas suíças e sua luneta desenhavam uma figura familiar, que os fotógrafos e caricaturistas multiplicaram ao infinito. Além disso, Offenbach soube utilizar notavelmente as Exposições Universais e seu público cosmopolita para fazer progredir sua carreira. É, então, particularmente interessante estudar a circulação internacional do repertório de Offenbach;¹² um estudo rico de ensinamentos sobre as modalidades da circulação, da transferência, da adaptação, enfim, da hibridização.

Um repertório ambíguo

Com 110 obras cênicas, o repertório de Offenbach apresenta um estilo que torna a sua análise apaixonante: de fato ele mistura, por meio de um equilíbrio excepcional, o saber-fazer padronizado do mundo teatral parisiense e uma real audácia na escolha e tratamento dos temas. Esse estilo paradoxal lhe confere uma grande plasticidade, permitindo aos tradutores e adaptadores destacar em cada obra o sentido que lhes convier e que lhes parecer o mais adequado para garantir o sucesso em seus países. Aliás, mesmo em sua cidade de criação, isto é Paris, as obras de Offenbach dão espaço a interpretações muito diversas, o que testemunha esta ambiguidade fundamental. Sabemos que, para a posteridade, Offenbach foi associado à figura de Napoleão III, sua música tornou-se uma espécie de “trilha sonora” do Segundo Império e a ilustração da “festa imperial”. Já analisamos, em outro trabalho, como esta ideia recebida se estabeleceu, essencialmente no dia seguinte imediato à queda do regime imperial, e como ela perdurou ao longo do século XX, em paralelo à “lenda negra” do Segundo Império.¹³ A ideia de um apoio recíproco ligando Offenbach e o Império é apresentada em alguns artigos desde o início dos anos 1860. “Ele foi plantado, regado e o vimos nascer sob os olhos da autoridade, essa bela roseira que deu à França *Orfée aux Enfers*”, lemos, em 1860, na *Revue des Deux Mondes*.¹⁴ Oito anos mais tarde, o jornal republicano

¹¹ Offenbach produziu a partir dessa viagem uma apaixonante narrativa intitulada *Notes d'un musicien en voyage* (Paris, Calmann-Lévy, 1877).

¹² Este estudo foi iniciado pela musicologia alemã, especialmente através de duas obras coletivas: Rainer Franke (dir.), *Offenbach und die Schauplätze seines Musiktheaters*, Laaber-Verlag, 1999; Elisabeth Schmierer (dir.), *Jacques Offenbach und seine Zeit*, Laaber-Verlag, 2009.

¹³ Sobre esse ponto, assim como sobre tudo o que concerne a Offenbach, nos permitimos remeter ao nosso livro: Jean-Claude Yon, *Jacques Offenbach*, Paris, Gallimard, coll. «NRF Biographies», 2000, réédition 2010.

¹⁴ Citado por Jean-Claude Yon, *Jacques Offenbach*, op. cit., p. 238. No original: «Il a été planté, il a été arrosé et on l'a vu naître sous les yeux de l'autorité, ce beau rosier qui a donné à la France *Orphée aux Enfers*.»

de Marselha *La Voix du peuple* acusa Offenbach de participar do projeto de embrutecimento do povo, organizado segundo o jornal pelo Estado imperial:

Quais são os livros que ele [o povo] pode ler? Romances ineptos, repulsivos: *La Résurrection de Rocambole*, por exemplo; quais são as peças que ele vê representar no teatro? Peças bobas, como *La Belle Hélène* e *La Grande-Duchesse de Gérolstein*. Os livros que poderiam o instruir são muito caros; os dramas suscetíveis de elevar sua alma e de lhe inculcar os sentimentos do belo, do verdadeiro e do justo são proibidos. As bibliotecas estão fechadas para ele, mas as tabernas ficam abertas até à meia-noite. Embrutecemos-lo, esse pobre povo, pois, quando o reduzimos a este estado de estupidez em que não tem mais consciência de si próprio e que vai assistir a uma execução de pena de morte, nós lhe gritamos: povo bárbaro, povo bobo, covarde, estúpido e sanguinário. Nós o insultamos.¹⁵

Como vemos, as peças de Offenbach, que não são melhores do que os romances-folhetins de Ponson du Terrail, são associadas a uma droga embrutecedora. Esse julgamento irrevogável está em total contradição com o artigo necrológico que redige Jules Vallès um mês após a morte do compositor, em novembro de 1880:

Parece-me que ninguém depositou sobre a tumba de Offenbach a coroa que ele merecia. Ninguém disse que ele foi, este Alemão, o revolucionário mais formidável que tenha produzido a França entre 2 de dezembro de 1851 e eu não sei qual dia de 1865 quando, sob o nome de *Internationale*, foi fundado um Comitê. Reflitam então! Ele assobiou em excesso os deuses e os heróis; ele bateu com sua batuta de chefe de orquestra no gesso de todos os grandes bustos e fez dançar diante a arca uma geração de brincalhões. [...] De queimar a polidez às Majestades, como ele o fez dez anos, isso deu a ideia aos que frequentavam o *paradis* de atear fogo nas casas onde os imperadores esperneavam. Tudo está no campo de batalha da história.¹⁶

Ao contrário dos redatores de *La Voix du Peuple*, Vallès concede ao repertório de Offenbach uma força revolucionária capaz de derrubar os regimes e de fazer vacilar a ordem

¹⁵ *La Voix du Peuple*, nº3 de 13 de fevereiro de 1868 citado por David Delpech, *Les Souscriptions de la liberté. Une renaissance de l'esprit républicain sous le Second Empire*, tese de história sob a orientação de Francis Démier, Université de Paris Ouest-Nanterre La Défense, 2009, pp. 204-205. No original: «Quels sont les livres qu'il [le peuple] peut lire? Des romans ineptes, écoeurants: *La Résurrection de Rocambole*, par exemple; quelles sont les pièces qu'il voit représenter au théâtre? Des pièces idiotes, comme *La Belle Hélène* et *La Grande-Duchesse de Gérolstein*. Les livres qui pourraient l'instruire sont trop chers; les drames susceptibles d'élever son âme et de lui inculquer les sentiments du beau, du vrai et du juste sont interdits. Les bibliothèques sont fermées pour lui, mais les débits de boisson restent ouverts jusqu'à minuit. On l'abrutit, ce pauvre peuple, puis, lorsqu'on l'a réduit à cet état d'hébétement où il n'a plus conscience de lui-même et qu'il va voir une exécution capitale, on lui crie: peuple barbare, peuple idiot, lâche, stupide et sanguinaire. On l'insulte.»

¹⁶ *La Vie moderne*, número de 6 de novembro de 1880 citado por Jean-Claude Yon, *Jacques Offenbach, op. cit.*, p. 613. No original: «Personne, ce me semble, n'a jeté sur la tombe d'Offenbach la couronne qu'il méritait. Nul n'a dit qu'il fut, cet Allemand, le révolutionnaire le plus redoutable qu'ait produit la France entre le 2 décembre 1851 et je ne sais quel jour de 1865 où, sous le nom d'*Internationale*, fut fondé un Comité des blouses. Songez donc! Il siffla à outrance les dieux et les héros; il cogna avec son bâton de chef d'orchestre sur le plâtre de tous les grands bustes et il fit danser devant l'arche une génération de blagueurs. [...] De brûler la politesse aux Majestés, comme il le fit dix ans, cela donna l'idée à ceux qui fréquentaient le *paradis* de mettre le feu aux maisons où les empereurs gigotent. Tout se tient sur le champ de bataille de l'histoire.»

estabelecida. Medimos como a ligação com o Império é artificial e como a ópera-bufa de Offenbach pode ser objeto de leituras contraditórias.

Independente do sentido político que damos a suas peças, críticas e comentários concordam ao verem em Offenbach o sintoma de um certo estado da sociedade francesa, geralmente percebida como doente. O músico se torna, então, uma espécie de doença (falamos de “Offenbach-morbus”!) e se impõe a imagem do compositor arrastando pela ponta de seu arco (de chefe de orquestra ou de violoncelista) o resto da sociedade, transportada em imensa sarabanda. Jules Claretie assim escreve em 1867:

A questão seria, é verdade, saber se Offenbach deu o movimento desta dança de Saint-Guy que nos agita e que é o fundo de nosso humor presente, ou se ele nasceu do paroxismo contemporâneo. [...] Ele trazia uma música nova, irregular, saltitante, febril, tal como se figura a música chinesa, eu não sei o quê de surpreendente que seduziu, que empolgou. E logo, como os violinistas das lendas, o pequeno homem diabólico deu o sinal da ciranda. Ele elevou seu arco e tudo o seguiu. Esse foi um aperfeiçoamento elétrico. [...] [Suas melodias] entraram pelas vossas orelhas, tomaram vossas pernas para vos forçar a saltar como os outros, elas vos esperou no canto das ruas, no teatro, em vossas casas, no estrangeiro, em todo lugar. Foi uma febre. A doença ganhava, estendia-se, fazia mancha de óleo. Para-la, era impossível. Nada tentava ir contra um frenesi. Um riso nervoso ganhou todo o mundo. Esse tempo lúgubre, que é o nosso, ria de modo estridente, não como um alegre companheiro saudável e feliz de viver, mas como um homem doente em cujos pés faríamos cócegas.¹⁷

Seria muito interessante saber se esta imagem (que encontramos em uma caricatura americana de 1876¹⁸) se propagou ao estrangeiro e se, fora da França, o músico foi igualmente percebido como o símbolo de uma modernidade mais ou menos inquietante.

Um repertório perigoso

Se o repertório de Offenbach é objeto de interpretações contraditórias e se ele aparece como particularmente “contemporâneo”, é sem dúvida porque ele não hesita em tratar de temas “sensíveis” com uma grande liberdade de tom. O tema que retorna mais frequentemente é aquele do poder, ou mais exatamente o da encenação do poder.

¹⁷ Artigo de 5 de agosto de 1867 incluído em Jules Claretie, *La Vie moderne au théâtre [...]*, 1ère série, Paris, G. Barba, 1869, pp. 74-75. No original: «La question serait, il est vrai, de savoir si Offenbach a donné le branle de cette danse de Saint-Guy qui nous agite et qui est le fond même de notre humeur présente, ou s’il est né lui-même du paroxysme contemporain. [...] Il apportait une musique nouvelle, saccadée, sautillante, fébrile, telle qu’on se figure la musique chinoise, je ne sais quoi de surprenant qui séduisit, qui entraîna. Et tout aussitôt, comme les ménétriers des légendes, le petit homme diabolique donna le signal de la ronde. Il leva son archet et tout suivit. Ce fut un entraînement électrique. [...] [Ses airs] vous entrèrent par les oreilles, ils vous prirent aux jambes pour vous forcer à sauter comme les autres, ils vous attendirent au coin des rues, au théâtre, chez vous, à l’étranger, partout. Ce fut une fièvre. La maladie gagnait, s’étendait, faisait tache d’huile. L’arrêter, c’était l’impossible. Rien à essayer contre une frénésie. Un rire nerveux avait gagné tout le monde. Ce temps lugubre, qui est le nôtre, riait d’une façon perçante, non pas comme un gai compagnon bien portant et heureux de vivre, mais comme un homme malade dont on chatouillerait sans cesse la plante des pieds».

Orphée aux Enfers, *La Belle Hélène*, *Barbe-Bleue*, *La Grande-Duchesse de Gérolstein*, *La Périhole*, e ainda outras peças apresentam aos espectadores as figuras de soberanos ou de personagens poderosas e descrevem, de um modo satírico, a vida na corte e o que poderíamos denominar “os bastidores do poder”. Evidentemente, a censura dramática¹⁹ toma muitas precauções para atenuar ao máximo os efeitos subversivos dessas peças. Offenbach não se beneficia de nenhum tratamento preferencial, ao contrário. Em *La Périhole* (1868), por exemplo, os censores barram esta réplica de Dom Pedro, vice-rei do Peru: “Os povos são crianças; quando eles veem que gastamos dinheiro, imaginam que são ricos, então gastemos dinheiro e sejamos contentes.”²⁰ Esta réplica é feita no início da peça, quando o vice-rei incógnito vaga pelas ruas de Lima, questionando os transeuntes. A censura faz com que o rei se informe sobre a sua “administração” em vez de seu “governo”.²¹ Da mesma forma, um conselheiro do vice-rei constata: “Pode haver descontentes”, enquanto o texto original era: “Há sempre descontentes”. Um interrogado não pode mais declarar: “Eu assim digo o que me disseram para dizer... mas a verdade é que eu estou aqui para aquecer o entusiasmo”. Com pequenos retoques, os censores tornaram o texto de Offenbach e de seus libretistas menos audaciosos, sem modificar fundamentalmente o poder corrosivo, pois o coro continua a cantar que a festa do vice-rei é somente celebrada porque certos habitantes são “a tanto por cabeça, / Pagos por isso”.

Por vezes, a intervenção dos censores é mais importante. É o caso de *La Belle Hélène* (1864), cujo terceiro ato causa particularmente problema ao poder²². O “trio patriótico” entre Agamenon, Menelau e Calchas desagrade os censores que, por exemplo, recusam que o rei dos reis invoque a “razão do Estado” para fazer com que Menelau aceite a traição da esposa. A censura também se preocupa com as cem jovens vacas brancas que Helena deve sacrificar na ilha de Citera e que Menelau, com cinismo, faz seu povo pagar. Supõe-se que Calchas esteja em viagem e o grande presságio de Vênus ganha sua confiança, insinuando-lhe ao ouvido: “Nós dividimos”. Essas duas palavras são sublinhadas duas vezes pelos censores: é, de fato, impossível que dois altos chefes religiosos possam ser apresentados como seres gananciosos. Uma cena de pantomima musical na qual Helena “recebe [Menelau] com o ffff... de uma gata furiosa” foi energicamente barrado do manuscrito. O final do ato choca ainda mais as autoridades, tanto porque Helena aceita francamente trair seu marido com Páris, quanto porque Calchas é jogado ao mar e retorna ao palco, todo molhado, e, então, ridículo. Isso era demais

¹⁸ No entanto, nesta caricatura, Offenbach envolve apenas seus próprios personagens.

¹⁹ Encontraremos uma descrição precisa da censura dramática em: Jean-Claude Yon, *Une histoire du théâtre à Paris de la Révolution à la Grande Guerre*, Paris, Aubier, 2012.

²⁰ *Archives nationales*, F¹⁸ 806 (2), manuscrito da censura de *La Périhole*.

²¹ Os censores frequentemente executavam essas substituições de palavras que influenciassem o sentido de uma réplica. Seria interessante observar se os tradutores fazem o mesmo, antecipando o que será ou não aceito em seu país.

²² Cf. Jean-Claude Yon, «*Hélène censurée: la liberté et le théâtre à Paris en 1864*», *Les Cahiers des Amis du Festival*, Aix-en-Provence, dezembro 1999, pp. 7-12.

para a censura, que obrigou Offenbach, Meilhac e Halévy a refazerem inteiramente o final do terceiro ato. Três anos depois, *La Grande-Duchesse de Gérolstein* embaraça igualmente os censores, o que aparece claramente no relatório redigido uma semana antes da estreia:

Esta peça nos preocupou em vários pontos de vista. Primeiro o título de Grande Duquesa nos pareceu ser inconveniente, considerando o pequeno número de pessoas nobres na Europa que portam esse título de poder nas circunstâncias atuais, sobretudo ao trazer, não alusões, mas ao menos, aproximações desagradáveis de títulos. O inconveniente foi atenuado pela denominação especial e fantasiosa de *Gérolstein*²³ adicionada à Grande Duquesa. Na peça, duas coisas despertaram especialmente nossos escrúpulos; primeiro, o ridículo que o aspecto militar da Grande Duquesa poderia projetar sobre o poder soberano; bem como tudo o que há de arriscado e de escabroso em situações nas quais a Grande Duquesa se joga com prazer. Nós pensamos, para o primeiro ponto, que os figurinos grotescos desse ducado imaginário, a encenação encarregada aos artistas, os aspectos cômicos musicais, transportarão o público para um mundo tão excêntrico que o deixaremos fora de toda a realidade.

Quanto a situação escabrosa, assunto da peça, [...] sérias modificações foram feitas. [...] As numerosas atenuações de detalhes [...] nos deixam esperar que, se os artistas se fixarem no texto do manuscrito, esta ópera-bufa não excederá os limites do que se costumou admitir ao público que acaba de ver *La Belle Hélène*, *La Vie parisienne* e outras excentricidades da mesma natureza. Portanto, só podemos propor a autorização, em seu estado atual, *La Grande Duchesse de Gérolstein*.

Após a derrota contra a Prússia, uma mesma clemência não é mais possível e a peça é proibida durante os primeiros anos da Terceira República. Quando uma reprise é proposta em Paris, em 1878, o escritório de censura se alarma:

Esta ópera-bufa não foi reapresentada em Paris após a guerra. Os próprios autores, no dia posterior de nossos desastres, não queriam pedir a reprise desta paródia militar. [...]. Nos encontramos na presença de um duplo inconveniente. 1º Os personagens alemães, personagens do século XVIII é verdade, fantasiados com aparências grotescas, são apropriados para uma cena parisiense, e no momento da Exposição? 2º Como veremos um dos personagens mais célebres da peça, o lendário general Boum, tipo de general ridículo? Esta caricatura militar cairá sobre os generais alemães ou sobre os generais franceses? Tanto em um caso, como no outro, nos parece haver o mesmo inconveniente. Se aí vemos os generais alemães, a questão se compreende por si só. Se, ao contrário, vemos uma paródia de nossos generais, isso se torna um triste espetáculo para o público francês.²⁴

Apesar dessas preocupações, a reprise ocorreu - é verdade que no final da Exposição universal - e não suscitou nenhum problema.

O repertório de Offenbach não se contenta em ser perigoso no plano político: ele o é também no campo da moral, ao tratar livremente os relacionamentos amorosos, tomando quase sistematicamente o partido das mulheres. Para compreender a carga erótica das óperas-bufas de Offenbach, é necessário apenas pensar na visão extremamente moralista

²³ O nome “Gérolstein” foi emprestado dos *Mistérios de Paris*, o célebre romance-folhetim de Eugène Sue publicado em 1842-1843.

²⁴ *Archives nationales*, F²¹ 4635, parecer de censura de 29 de março de 1878 sobre *La Grande-Duchesse de Gérolstein*.

que nos dá Zola no primeiro capítulo de *Nana* (1880). Para a pena do crítico e escritor Paul Foucher, cunhado de Victor Hugo, *La Vie Parisienne* se torna quanta a ela uma peça quase pornográfica:

É certo que não seria esperado, há 10 anos, que nós aplaudiríamos unanimemente uma peça em cinco atos na qual veríamos sucessivamente e quase sem diversão: 1º dois tolos pretendentes à continuação das bondades de uma senhora, que se põem em acordo, pela intervenção de um terceiro, um ladrão que dela se apoderou; 2º um jovem aspirante à conquista de uma nobre estrangeira que, para tanto, atira o marido dela no submundo (circunstância atenuante, ele não aceita qualquer remuneração para isso - é uma missão que ele cumpre por honra); 3º o antigo amante de uma cortesã tira uma letra de câmbio em favor de um sucessor e o recomenda aos talentos de Armide em locação; 4º esta chegou ao ponto de já não ser capaz de lembrar o nome dos seus ... amigos; [...] 6º e, finalmente, - o que é mais forte - um chefe do restaurante de uma lanchonete recomenda aos seus camaradas a discrição e os olhos baixos - no momento em que não há mais portas de salas privadas que resistam. [...] Verás que nenhuma alegação se levantará contra a pornografia espiritual que, sob o título de *La Vie Parisienne*, faz de nossa capital uma enorme Bréda.²⁵

A obscenidade, que é uma das características recorrentes do repertório francês, é então bastante explorada nas peças de Offenbach. Qual foi a atitude de cada país diante deste fato? Os censores de diferentes países foram mais ou menos severos que o *alter ego* dos parisienses? Os tradutores procuraram atenuar esse aspecto, ou eles o consideraram como uma garantia de sucesso?

As 110 obras que Offenbach encenou em Paris oferecem, então, um exemplo particularmente rico para se estudar. A reconstituição de sua circulação internacional só pode se revelar bem sucedida pelo repertório, de uma natureza ambígua, e mesmo perigosa, que apareceu ao público em todo o mundo como o símbolo de um espírito francês, certamente desprovido do prestígio da cultura clássica, mas irresistivelmente atraente, justamente pelo seu aspecto de bulevar e pelas liberdades que se autorizava em relação às conveniências. Seria interessante ver como cada país participou desta voga de Offenbach e como se apropriaram desse repertório, cujo poder de atratividade é em nossos dias muito real nos quatro cantos do planeta.

²⁵ Paul Foucher, *Entre cour et jardin. Etudes et souvenirs du théâtre*, Paris, Amyot, 1867, pp. 423-424 et p. 427. «Bréda» se refere ao nome de uma rua onde viviam muitas «cortesãs», jovens mulheres promíscuas. No original: «Il est réel que l'on ne se serait pas attendu, il y a dix ans, à ce qu'on applaudirait unanimement une pièce en cinq actes dans laquelle on verrait successivement et presque sans diversion: 1º deux imbéciles prétendant à la continuation des bontés d'une petite dame et mis d'accord par un troisième larron qui s'en est emparé ; 2º un jeune homme aspirant à la conquête d'une noble étrangère et, pour y arriver, lançant lui-même son mari dans le monde interlope (circonstance atténuante, il n'accepte pour cela aucune rétribution - c'est une mission qu'il remplit pour l'honneur) ; 3º l'ancien amant d'une drôlesse tirant une lettre de change sur elle au profit d'un successeur et le recommandant aux talents de l'Armide en location ; 4º celle-ci venue au point de ne pouvoir plus se rappeler le nom de ses... amis ; [...] 6º et enfin - voilà qui est plus fort - un garçon en chef de restaurant de café recommandant à ses camarades la discrétion et les yeux baissés - au moment où il n'y a plus que les portes de cabinets particuliers qui résistent. [...] Vous verrez que pas une réclamation ne s'élèvera contre la pornographie spirituelle qui, sous le titre de *La Vie parisienne*, fait de notre capitale un immense Bréda.»

OFFENBACH EM LISBOA NO FIM DO SÉCULO XIX, ENTRE ATRAÇÃO E REPULSA

Graça Dos Santos
(Université Paris Ouest Nanterre La Défense)

1. Influências, transferências, “francesismo”, abordagem e periodologia de um fenómeno polimórfico...

As investigações dedicadas à influência francesa na cultura portuguesa têm dado um enfoque especial à literatura e constata a importância ou mesmo a predominância do fenómeno em certos períodos; estes estudos, conduzidos frequentemente sob o prisma da literatura geral e comparada, abordam correntes estéticas e literárias ou debruçam-se sobre as obras de determinados autores. Este campo de investigação desenvolveu-se consideravelmente quando começou a ser abordada a noção de “imagem” e de “representação do outro”, o que Álvaro Manuel Machado (um dos pioneiros desta área em Portugal) define como uma representação simbólica “Formada sobretudo a partir de esquemas mentais (história das mentalidades, em geral) e de estereótipos colectivos, ela enraíza-se fundamentalmente em elementos de antropologia cultural, levando à criação, mais ou menos estável, dum imaginário de que o escritor é, por vezes inconscientemente, portador privilegiado”¹. Trata-se mais precisamente “duma imagem da França, a nível sócio-cultural, literário e ideológico que, tendo-se expandido sobretudo a partir de meados do século XVIII, se tornou “francesismo” e marcou profundamente toda a formação e evolução dos nossos romantismos, desde a geração de Garrett e Herculano até à chamada geração de 70”². Estas observações apoiam-se na periodologia literária em Portugal, sobre a imagiologia e, mais largamente, sobre a história cultural.

¹ Álvaro Manuel Machado, « Imagens da França em Almeida Garrett », in *Leituras*, « Almeida Garrett », n.º 4, Primavera 1999, p.175.

² *Ibidem*.

A nossa reflexão basear-se-á em diversos estudos sobre estas questões³ e em particular nos de José-Augusto França e de Mário Vieira de Carvalho, que refletiram sobre estas temáticas, desenvolvendo numa lógica global as problemáticas que acabámos de evocar, e que lhes aplicaram, sem forçosamente o especificarem, a noção de “transferências culturais”; o primeiro ao romantismo português no século XIX e o segundo ao Teatro Nacional de São Carlos XVIII aos nossos dias⁴. Pela nossa parte, já evocámos estes fenómenos no que diz respeito ao teatro português⁵ e prosseguimos aqui o nosso estudo abordando agora a circulação do reportório de Offenbach para Lisboa no século XIX. Os trabalhos do saudoso Luiz Francisco Rebello (1924-2011), e muito particularmente as sua publicações sobre as *tournées* francesas em Portugal ser-nos-ão preciosas assim como estudos diversos que abordam a vida social, artística e, evidentemente, teatral da Lisboa do século XIX.

A imprensa portuguesa da época que abria a miúdo a suas colunas à vida teatral terá sido uma fonte de informação a ilustrar a nossa reflexão.

“A história de Portugal no século XIX não foi mais do que um trânsito atribulado, muitas vezes violento, da Monarquia para a República [...]”⁶ que só veria a luz do dia em 1910. A “revolução liberal” iniciada no Porto em 1820 seria seguida de avanços e recuos que fizeram deste século um período conturbado, onde figuram episódios de guerras intestinas, mesmo civis, acompanhadas de prisões e exílios para aqueles cuja pena ou voz não se harmonizava com os sucessivos poderes. Estes sobresaltos entre absolutismo e liberalismo provocaram a emigração em massa de seres e de intelectuais principalmente para a França e o Reino-Unido. Assim, o século inscreve-se no signo, quer da circulação dos corpos, quer do pensamento, aos movimentos de ideias acrescentando-se o vai-e-vem dos exilados. A essas deslocações físicas impõe-se acrescentar, no domínio do teatro,

³ Entre outros os de Álvaro Manuel Machado, Daniel-Henri Pageaux ou de Jacinto do Prado Coelho.

⁴ José-Augusto França, *O Romantismo em Portugal, estudo de factos socioculturais*, Livros Horizonte, 3ª edição, Lisboa, 1999 e, *Le romantisme au Portugal, étude de faits socioculturels*, Editions Klincksieck, Paris, 1975. Trata-se da publicação duma tese de doutoramento defendida em 1969 na Sorbonne. O historiador de arte e da cultura, crítico de arte e professor universitário desenvolveu desde aí uma obra importante que abrange igualmente o século XX. Mário Vieira de Carvalho, *Pensar é morrer ou O Teatro de São Carlos, na mudança de sistemas sociocomunicativos desde fins do séc. XVIII aos nossos dias*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1993. As investigações deste musicólogo e da equipa do CESEM (Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical – Universidade Nova de Lisboa), que ele fundou e dirige, abriram consideravelmente o horizonte da investigação nesses domínios em Portugal. MV de Carvalho foi Secretário de Estado da Cultura entre março de 2005 e janeiro de 2008.

⁵ Ver em especial Graça Dos Santos, « Un Français à Lisbonne : Emile Doux et l'avènement de la scène romantique au Portugal », in Jean-Claude Yon (sous la direction de) *Le théâtre français à l'étranger au XIX^e siècle Histoire d'une suprématie culturelle*, Nouveau Monde Editions, Paris, 2008, p. 326-342.

⁶ M. Fátima Bonifácio, *O século XIX português*, Imprensa das Ciências Sociais, Lisbonne, p. 16.

a, importantíssima, das companhias estrangeiras que visitavam regularmente Portugal. As *troupes* vindas essencialmente de França, de Itália e, mais raramente de Espanha, eram produzidas em Lisboa e no Porto. “Mais do que meros intérpretes”, os atores destas companhias eram “verdadeiros intermediários culturais graças aos quais entravam em Portugal as novas correntes do teatro europeu, os novos nomes tal como as novas técnicas”⁷. Nós já referimos a importância do modelo francês para o ressurgimento do teatro português a seguir à Revolução de 1820, missão assumida de modo magistral por Almeida Garrett.

2. Galomania, Galofobia, Offenbach entre revelador e sintoma

“Desde pelo menos o século XVIII, uma escassa minoria de « estrangeirados (esses poucos que viajam pela Europa de mente aberta, não raro foragidos [...] ou os que sonham com os famosos centros cosmopolitas [...]) encontra resistência obstinada da parte dos tradicionalistas, ferozmente suspeitosos perante novidades além-fronteiras”⁸. Criase uma terminologia específica para designar esta circulação, intencionais e por vezes sinal de um certo snobismo ou, impostas e, nesse caso, exílio mais ou menos aguentado. “Estrangeirado”, que em francês se poderá traduzir por “desnaturado pelo estrangeiro”, é o epíteto vulgar para qualificar, frequentemente com um certo desprezo, aqueles que, por vontade ou à força, deixaram o território nacional e se deixaram contaminar pelo estrangeiro. A obra de Eça de Queiroz contém inúmeros exemplos de snobs pretendem ser identificados com Paris e, num contexto mais sombrio, Bernardo Santareno na sua peça *O Judeu*, dá a palavra a um dos exilados do século XVIII, o Cavaleiro Oliveira que teve que fugir da Inquisição portuguesa para o Reino Unido. O termo subentende uma certa abastardização e põe em causa a identificação das pessoas visadas com a cultura nacional: elas não são completamente estrangeiras mas também não são portuguesas “de gema”. O “francesismo” designa uma espécie de imitação à francesa; o termo qualifica tanto os comportamentos como a língua ou pensamento e não deve ser confundido com “galicismo” que só se refere à língua. Desde “A exaltação dos princípios do iluminismo francês pelos chamados ‘estrangeirados’ do século XVIII”, tratava-se sobretudo de

⁷ Bernard Martocq, «du Théâtre libre au Teatro livre : l’expérience de Manuel Laranjeira », in *Actes du colloque Les rapports culturels et littéraires entre le Portugal et la France*, Fundação Calouste Gulbenkian Centro cultural português, Paris, 1983, p. 503. B. Martocq frisa a influência estrangeira na atuação, nas técnicas cénicas, mas interroga-se “sobre a influência real que estas *tournées* terão tido a curto prazo nos dramaturgos portugueses cujo traço mais marcante na viragem do século era a confusão estética.”, p.505.

⁸ Jacinto do Prado Coelho, *Originalidade da literatura portuguesa*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa Divisão de Publicações, « Biblioteca breve », Amadora, 3ª Edição, 1992, p. 34.

“uma aspiração ao progresso sendo aqui progresso entendido genericamente como europeização”⁹.

São intercâmbios que contêm apropriações exteriores e que também podem ser vistos como uma forma de aculturação; provocam então a controversa entre atração e repulsa e passmos da galomania à galofobia. Deste modo, o próprio Garrett, que, inspirando-se no modelo francês de 1830 para refundar o teatro português, tinha uma atitude crítica quanto aos galicismos que invadiam a língua portuguesa, ou quanto à imagem de centralização cultural francesa, mas isso não o impediu de afirmar em 1849 que Paris “é a capital comum” e a capital da Europa pela inteligência”¹⁰. “As influências francesas, de Dumas Filho, Scribe, Sardou, Sandeau, Feuillet [...] continuavam a fazer-se sentir na produção portuguesa. A Porte-de-Saint-Martin não estava certamente longe e a sua lembrança estendia-se sobre as preocupações do teatro social dos autores lisboetas, ou sobre o seu humor cómico, devedor do *boulevard*, que lhe fornecia inesgotavelmente inspiração e textos para traduzir”¹¹, confirma José-Augusto França. E quando nos anos 50-60, o gosto teatral se inclina para o lado do “grande espectáculo”, com o aparecimento da revista¹² (sempre de inspiração francesa) ou quando o Teatro Nacional D. Maria II é seduzido pelo luxo dos cenários rolantes, ou a administração do Teatro faz vir de Paris em 1863, uma “máquina de espectros”, a última invenção da Porte-de-Saint-Martin, continuava a ser para estar a par da novidades parisienses. De facto, para acelerar este movimento, “Em 1866, inaugurava-se a ligação ferroviária com a Espanha e, talvez ainda mais desejável, com a Europa ; Paris, a cidade-luz mediadora da cultura europeia, ficava a dois ou três dias de viagem”¹³. É igualmente nesta época que as operetas de Offenbach fazem sensação em Lisboa, sobretudo depois de ter sido cantada *La Grande-Duchesse de Gérolstein* (*A Grã Duquesa de Gerolstein*) em 1868 no Teatro do Príncipe Real, quando o seu sucesso

⁹ Álvaro Manuel Machado, *O « francesismo » na literatura portuguesa*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa Divisão de Publicações, « Biblioteca breve », Amadora, 1984, p. 13.

¹⁰ Almeida Garrett, « Memória histórica de J. Xavier Mouzinho da Silveira », citado por Álvaro Manuel Machado, “Imagens da França em Almeida Garrett”, *Leituras, revista da Biblioteca Nacional*, nº 4, primavera 1999, p.180.

¹¹ José-Augusto França, *O Romantismo em Portugal, estudo de factos socioculturais*, Livros Horizonte, 3ª edição, Lisboa, 1999, p. 332.

¹² Cerca de 10 anos depois de Paris, a partir de 1851, apareceram em Lisboa revistas que comentavam com maior ou menor malícia os acontecimentos do ano. A primeira, em Janeiro de 1850, intitulava-se *Lisboa em 1850*, foi escrita por Francisco Palha e Latino Coelho e representada no Teatro do Ginásio. Rapidamente a revista se tornaria um género de tom cáustico, por vezes vulgar rondando o obsceno, e adaptar-se-ia à realidade política e social do momento para melhor a criticar; passa-se da revista à francesa para a muito singular «revista à portuguesa», com espetáculos muito populares. Ver Voir Luiz Francisco Rebello, *História do Teatro de Revista em Portugal*, II vol., Dom Quixote, Lisboa, 1985, 336 p.

¹³ Maria da Conceição Meireles Pereira, « Portugal no tempo do Romantismo », in *As Belas-Artes do Romantismo em Portugal*, IPM, Ministério da Cultura, Lisboa, 1999, p.17.

parisiense ainda era retumbante. No mesmo sentido, *Les Géorgiennes* (As Georgianas) é escolhida para inaugurar uma nova sala em Lisboa, o Teatro do Ginásio, a 29 de Outubro de 1868. “Estas caricaturas da sociedade do Segundo Império não tinham no entanto muito que ver com a vida vivida em Lisboa - e não podemos deixar de nos interrogar sobre o acolhimento que tiveram, a 500 léguas das *Bouffes Parisiennes*”¹⁴, assinala José-Augusto França. Mas, na realidade, como essas obras eram cantadas em português, o espectador era levado a procurar nas fantasias livres de Offenbach um sentido estreitamente aplicado a situações nacionais. O sucesso foi imediato e retumbante, e, se acreditarmos numa turista ilustre, Mme Ratazzi, a popularidade de Offenbach era tão grande que até os sinos das igrejas de Lisboa o tocavam: “O Senhor (dizia ela) chamava os fiéis à devoção com a ária “*Vénus-la-Cascadeuse*”¹⁵. Sem cairmos em exageros destes, duvidosos, os jornais referem este entusiasmo do público, que “começava a saborear as harmonias da Gran-Duqueza, cantadas pelas meninas nas salas, reproduzidas pelas bandas marciais nos passeios, assobiadas pelos garotos nas ruas [...]”¹⁶. Na imprensa, a repercussão foi considerável e desde logo política, Jacques Offenbach tendo-se tornado pseudónimo de um cronista político¹⁷ e “a tradição de resumir na palavra Offenbach a crítica das instituições afirma-se por toda a parte na literatura e na imprensa até aos anos vinte”, refere o musicólogo Mário Vieira de Carvalho¹⁸.

3. Uma repercussão com um alcance imprevisto

“Offenbach caracteriza admiravelmente a sociedade do segundo império. Offenbach é a *blague*, e a *blague* é todo o segundo império, e, quando digo o segundo império, digo a Europa do seu tempo, porque o sucesso de Offenbach foi universal. A fama do maestro voou desde S. Petersburgo até Lisboa. [...] Zombar, zombar, é grande necessidade do século actual. [...] No meio de uma sociedade que tem perpetuamente o motejo engatilhado, apareceu Offenbach, e satisfaz-lhe perfeitamente as tendências demolidoras. [...] Offenbach é um chefe de escola, não só musical, mas literária e artística”¹⁹, lê-se ainda quatro anos depois da revelação de *A Grã-Duquesa de Gérolstein*

¹⁴ José-Augusto França, *Op. Cit.*, p. 394

¹⁵ Pincesse Ratazzi, *Portugal à vol d’oiseau* (Paris, 1879), citado por José-Augusto França, *Op. Cit.*, p. 394.

¹⁶ Cristovam de Sá, « Folhetim do Diário ilustrado, Anna Pereira », *Diário ilustrado*, nº 87, 25 Set. 1872, 346.

¹⁷ Mário Vieira de Carvalho, *Op. Cit.*, p. 122.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ Pinheiro Chagas, “Folhetim do Diário Ilustrado, Offenbach”, *Diário Ilustrado*, nº 31, 31 de julho de 1872, p. 12.

que será representada centenas de vezes²⁰. Mas apesar de Lisboa em peso (até a “alta sociedade” é arrebanhada pelo movimento) aplaudir o reportório offenbachiano que lhe é apresentado, ou talvez exatamente por causa desse imenso sucesso, a controvérsia não tarda muito. Os críticos contrapõem “a grande arte” do Teatro Nacional de São Carlos (sala consagrada à ópera) às operetas parisienses. É o caso de J.C. Machado que idealiza “a imortal” *Cenerentola* de Rossini em detrimento de *A Grã-Duquesa* já “decrépita”²¹; ou de G. Pinto, que assimila a “popularização” representada por Offenbach à “decadência do teatro”²². O escritor Júlio Dantas, que tão bem simboliza a ordem estabelecida e os valores burgueses, detesta-o. Mas Eça de Queiroz é um bom advogado do compositor e a sua obra, norteadas pela crítica social, faz pensar frequentemente na de Offenbach, a começar por *A Tragédia da Rua das Flores* cuja ação começa precisamente no Teatro da Trindade durante uma representação de *Barba Azul*. A atmosfera offenbachiana está de tal modo presente que este romance chega a ser definido como um “romance-opereta”²³. Um exemplo desta afinidade: “A descrição dos espectadores que assistem à representação, entre os quais o rei e a rainha, uma condessa, um padre, um deputado, um poeta, um pianista, um aristocrata virtuoso e janotas burgueses, constitui desde logo uma cena de Offenbach”²⁴. Tal como Óscar Lopes, Mário Vieira de Carvalho atribui ao relacionamento entre as duas obras uma influência no desenvolvimento do realismo literário em Portugal e faz coincidir o conceito do realismo Queiroziano com o do teatro musical de Offenbach. “Tal manifesto liga-se inteiramente com [...] *As Farpas*, [...], onde a teorização do realismo artístico e literário se une a um ataque directo às instituições vigentes, quer dizer, a toda a vida política, económica, cultural, religiosa, educacional e familiar da burguesia liberal do tempo”²⁵. Compreende-se assim que Eça de Queiroz não tenha parado de defender a obra de Offenbach – cujo alcance ele tinha apreendido perfeitamente – contra a cultura estabelecida em Portugal no fim do século XIX.

O estudo da repercussão do reportório offenbachiano na vida social portuguesa mereceria ser mais elaborado, de tal modo as suas implicações são numerosas e, bastas vezes, reveladoras das tensões ou das relações de força específicas a uma realidade local - a de uma sociedade em vésperas de sofrer as mutações do fim de século. No plano do palco, o conceito de espetáculo e os seus procedimentos adaptaram-se ao novo desafio

²⁰ Sousa Bastos, *Dicionário de Teatro Português*, edição fac-similada, Minerva, Coimbra, 1994; 1ª edição, 1908.

²¹ Citado por Mário Vieira de Carvalho, *Op. Cit.*, p.122.

²² *Ibidem*.

²³ Mário Vieira de Carvalho, *Op. Cit.*, p.124

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ Óscar Lopes, citado por Mário Vieira de Carvalho, *Op. Cit.*, p. 126

que representa o teatro musical de Offenbach. Assim, no Teatro do Príncipe Real, os atores, cuja formação musical era quase inexistente, tiveram de se submeter a dois meses de ensaios a fim de prepararem a criação lisboeta da *Grã-Duquesa de Gérolstein*²⁶, o que era inédito. O próprio conceito de teatro musical é repensado pela imprensa para incluir a noção de encenação; José Carlos Santos é laureado como um encenador idóneo que, ao conceber o espectáculo como um todo, em colaboração com o chefe de orquestra Rio de Carvalho, teria conseguido um “conjunto vivo, traquina e deslumbrante de toda a ópera”²⁷. Tratava-se realmente de uma tradução, não apenas da língua do repertório offenbachiano, que se tornava compreensível para o público português, mas também de uma forma espetacular francesa que, reapropriada pelos artistas portugueses, permitia a sua articulação com uma crítica política e social em consonância com o tempo e o espaço vividos pela sala e pela cena. O objetivo era claramente apresentar teatro português e não fazer “francesismo”.

O teatro musical de Offenbach, traduzido em português, permite a revelação de atrizes que se orientam para o canto ao contactarem com esse novo repertório. Anna Pereira e Florinda são duas dessas atrizes cantoras, que devem o seu reconhecimento àquilo que, para elas, constitui uma nova forma de espectáculo. A primeira estreou-se no teatro em Coimbra, mas só começou a ser notada quando lhe foi atribuído o papel de Boulotte na criação de *Barba Azul* no Teatro da Trindade, em junho de 1868. “E nesta ópera burlesca iniciava-se para a glória uma atriz que é hoje distinto ornamento da cena portuguesa”²⁸, escreve a imprensa, que enaltece tanto a sua voz de canto como a falada: “Aquele voz acentuada, aquele dizer correcto da letra, aquelas modulações harmoniosas, que não podem confundir-se com as de outra qualquer cantora”²⁹. A segunda, Florinda, foi também primeira atriz de teatro e lança-se no canto graças a Offenbach, em *As Georgianas*, no Teatro do Ginásio; “revelou desde logo a nóvel cantora as mais felizes disposições”³⁰, comenta a imprensa quatro anos depois. Ambas ingressam na companhia do Teatro da Trindade e diz-se que “estes dois grandes talentos [...] não se prejudicam, antes se coadjuvam, se auxiliam, se completam”³¹. Ressalva-se aqui esta noção de “complementaridade”, que não depende apenas da «exibição do eu», e que subentende o espectáculo como um conjunto, um todo. O próprio público já não vê a cena da mesma maneira. À função recreativa do teatro de Offenbach, podemos acrescentar as qualidades

²⁶ *A Revolução de Setembro*, 18/3/1868, periódico citado por Mário Vieira de Carvalho *Op. Cit.*, p. 126.

²⁷ *Ibidem*

²⁸ Cristovam de Sá, *Op. Cit.*

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ Cristovam de Sá, “Folhetim do Diário Ilustrado, Atriz Florinda”, *Diário Ilustrado*, nº 111, 19 de Outubro de 1872, p.440.

³¹ *Ibidem*

formativas para os artistas que o representam, assim como a dimensão educativa para os espectadores que o vêem. Não esqueçamos que estes espetáculos não tinham apoio do Estado, ao contrário dos do Teatro de São Carlos, e que eram algo desprezados pelo *establishment* da época. Eça de Queiroz faz notar e critica esta situação em *As Farpas*, e outros autores se lhe associam na consideração do repertório offenbachiano em Portugal como um dos momentos criativos da história do teatro português, que se impõe face à ideologia e ao *modus vivendi* dominante³².

³² Mário Vieira de Carvalho, *Op. Cit.*, p.127. O musicólogo cita de resto Sampaio Bruno que compara este momento e a função do teatro de Offenbach à exercida por António José da Silva, dito O Judeu, com as suas óperas de marionetas muito populares no século XVIII. É legítimo perguntar, de resto, se as chamas da Inquisição consumiram este autor genial em praça pública porque era judeu, ou se também porque a sua obra marcava uma resistência cáustica ao poder da Igreja e da sociedade portuguesa reinante.

OFFENBACH E A DISPUTA PELO PÚBLICO BRASILEIRO (1840-1870)

Orna Messer Levin
(Universidade Estadual de Campinas)¹

A historiografia literária costuma apontar a inauguração do Alcazar Lírico Fluminense, em 1859, como principal motivo do declínio que afetou a dramaturgia brasileira na segunda metade do século XIX. A abertura desse teatro, considerado uma espécie de café cantante parisiense em pleno Rio de Janeiro, é assinalada pelos historiadores como o último golpe desferido pela invasão do repertório estrangeiro contra as iniciativas dos brasileiros que tentavam desenvolver uma dramaturgia séria de cunho nacional. De acordo com a percepção dos testemunhos da época, faltavam incentivos oficiais à criação e o panorama cultural da corte, no qual o teatro sofria a concorrência não apenas dos espetáculos líricos como também das diversões populares, a exemplo do circo e dos bailes mascarados, era desalentador para os literatos. O desânimo dos autores com a ausência de público nos espetáculos dramáticos, somada ao desinteresse dos empresários pelas peças sérias, explicaria a inexistência de produções novas, capazes de concorrer com o repertório estrangeiro em cartaz, que se alimentava, sobretudo, de traduções e adaptações de dramas românticos².

A atribuição ao Alcazar da responsabilidade pela decadência da produção nacional repercute, em parte, a opinião dos intelectuais que se empenharam em desqualificar as encenações da casa, reiterando o fato de que o atrativo maior dos espetáculos ali montados estava nas belas francesas, dançarinas e artistas que cantavam com as pernas à vista, enquanto os homens bebiam cerveja e fumavam charutos.³ Escritores que advogavam

¹ Pesquisa desenvolvida com apoio da FAPESP e do CNPq

² Decio Almeida Prado. *História Concisa do Teatro Brasileiro (1570-1908)*. São Paulo: Edusp, 1999. Fernando Antonio Mencarelli. *Cena Aberta. A absolvição de um bilontra e o teatro de revista de Arthur Azevedo*. Campinas:Unicamp, 1999. Edwaldo Cafezeiro e Carmen Gadelha. *História do Teatro Brasileiro – um percurso de Anchieta a Nelson Rodrigues*. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ, EDUERJ, FUNARTE, 1996.

em favor da renovação dos palcos, em defesa de uma dramaturgia instrutiva, de estilo elevado, compatível com o progresso civilizatório que o país deveria experimentar, após a extinção do tráfico negreiro, voltavam-se contra o modelo dos entretenimentos alegres empresariados por homens de negócios da noite. Para a maioria dos intelectuais, o Alcazar equivalia às casas de prostituição e seus empresários se caracterizavam pelo espírito mercantilista, já que estavam interessados em aumentar os lucros por meio da comicidade alegre, sem nenhum compromisso com a formação das plateias.

O ideal de escritores e folhetinistas como José de Alencar, Quintino Bocaiúva, Machado de Assis e Joaquim Manuel de Macedo centrava-se nas formas do drama realista e da alta comédia, capazes de, no seu entender, servir de “daguerreótipo moral” para nossa sociedade, ao modo de Alexandre Dumas Filho, Émile Augier, Octave Feuillet ou Théodore Barrière.⁴ Na função de folhetinistas, redigiram estudos em defesa do realismo e comentaram o trabalho dos intérpretes dessa dramaturgia que o teatro Ginásio Dramático vinha apresentando, desde 1857, aos espectadores brasileiros. As peças realistas, também conhecidas como “dramas de casaca”, subiram à cena do Ginásio sob a orientação de Emílio Doux, francês chegado de Lisboa em 1851, onde trabalhara como ensaiador e diretor.⁵ Parece evidente, portanto, que a recepção crítica aos espetáculos do Alcazar deve ser analisada tendo-se em vista a missão moralizadora e civilizadora que, na opinião dos colaboradores do Ginásio, caberia à literatura moderna assumir. Os espetáculos musicais do Alcazar, por se contraporem frontalmente ao modelo adotado pelos líderes do campo literário, se tornaram assunto dileto dos ataques na imprensa ilustrada.⁶

Sob o pseudônimo de Dr. Semana, o jovem escritor Machado de Assis, por exemplo, assinou uma série de crônicas em que se ocupou do Alcazar na revista *Semana Ilustrada*, entre 1864 e 1868.⁷ Em seus comentários é fácil observar o tom de ironia contra o que era visto e ouvido naquele “botequim dramático”. Na coluna “Ponto e Vírgula”, Machado que também foi membro do Conservatório Dramático Brasileiro, entre 1862 e 1864, acompanhou de perto as estreias ora tecendo elogios aos cantores, ora alfinetando

³ Sílvia Cristina Martins de Souza. “Um Offenbach tropical: Francisco Correia Vasques e o teatro musicado da segunda metade do século XIX” em *História e Perspectivas*. Uberlândia (34) jan.–jun, 2006, pp. 225–259.

⁴ João Roberto Faria. *O teatro realista no Brasil (1855–1865)*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1993.

⁵ Doux foi a Lisboa com a companhia francesa de M. Paul e Mme Charton em 1834. Decidiu permanecer no teatro da Rua dos Condes entre 1834 e 1843. Em seguida transferiu-se para o teatro do Salitre e trabalhou no Teatro Nacional D. Maria II Elizabeth antes de se mudar para o Brasil em 1851. Sobre a trajetória de Doux ver Elizabeth Azevedo. “Émili(e)o Doux: trajetória de um ensaiador francês rumo aos trópicos” (inédito) e Graça dos Santos “Um francês à Lisbonne: Émile Doux Et l’avènement de La scène romantique au Portugal” em Jean-Claude Yon. *Le théâtre français à l’étranger au XIX e. siècle. Histoire d’une suprématie culturelle*. Paris: nouveau monde éditions, 2008.

⁶ João Roberto Faria. *Idéias Teatrais – o século XIX no Brasil*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 2001.

⁷ Machado de Assis. “Ponto e Vírgula” em *Semana Ilustrada*, 5\3\1865, a 4\11\1866.

as iniciativas beneficentes dos artistas daquele teatro em prol dos inválidos ou do armamento que se organizava devido ao conflito bélico no cone sul, em particular contra o Paraguai. Não seria exagero supor que seu ponto de vista, comum à direção da revista, contribuiu para a construção da imagem negativa do Alcazar, somando forças à rejeição que os gêneros musicados, apreciados pelos populares, sofreram no meio jornalístico e literário da corte.

OFFENBACH NO ALCAZAR

O *Alcazar Lyrique Fluminense* abriu as portas a 17 de fevereiro de 1859 na Rua da Vala, hoje designada de rua Uruguaiana.⁸ De início, a direção da casa esteve a cargo do francês Hubert que fez benfeitorias no edifício alugado. Um ano depois de inaugurado o Alcazar, a empresa Hubert & C. faliu. Toda a mobília, os ornamentos e artigos do serviço da casa foram a leilão.⁹ Em 16 de novembro de 1861, ao meio dia, realizou-se o leilão de arrendamento do Alcazar Lírico, pertencente à massa falida de Hubert & C., cujo prazo venceria em 1º. de julho de 1864.¹⁰ Ainda não é possível ter clareza sobre a entrada do francês Joseph Arnaud no negócio, que ele adquiriu e explorou na corte até falecer, em 1878. A aparição de seu nome na imprensa como diretor do Alcazar surge a partir de janeiro de 1863. Desse momento em diante, a empresa Arnaud & Garnier paga pela publicidade nos jornais, estampando chamadas para os espetáculos do Alcazar em francês. A sociedade de Joseph Arnaud com C. Garnier, provável membro da família de livreiros e editores, Garnier, ainda merece uma investigação maior. O nome de C. Garnier desaparece dos anúncios por volta de 1866. Já o empresário Arnaud se mantém nos negócios teatrais até falecer, em 1878. Em 1879, o Alcazar foi rebatizado com o nome de teatro D. Izabel. Em 1880, a viúva de Arnaud vendeu a propriedade ao capitão Luis de Carvalho Rezende.

Antes de o Alcazar ser inaugurado, funcionava na cidade do Rio de Janeiro um salão de danças aberto em 1858. Chamava-se Paraíso. O salão ganhou a alcunha de *Folie Parisienne* e promovia bailes dançantes. O Alcazar se definiu como um café concerto,

⁸ Galante de Souza. *O Teatro no Brasil*, Rio de Janeiro, MEC/NL, 1960, Tomo I, p 292.

⁹ *Diário do Rio de Janeiro*. 3 de março de 1860.

¹⁰ “Secundino da Cunha a requerimento do Ilm. Sr. Curador fiscal da mesma massa vende em leilão hoje, sábado, 16 do corrente, ao meio dia em ponto, na porta do mesmo prédio, o arrendamento do Alcazar Lírico, sito á rua da Valla, cujo arrendamento finaliza em 1º. De julho de 1864, e paga de aluguel anual 1:000\$. Quem pretender poderá ir examiná-lo, e para melhores informações, na rua da Quitanda n. 55.” *Diário do Rio de Janeiro*, 16 de novembro de 1861.

espaço dedicado a atrações mistas, contendo números de música, em especial árias, sainetes e duetos bufos, acompanhadas de danças coreografadas. As representações públicas se destinavam a uma audiência exclusivamente masculina e, por isso, a casa ganhou fama de estimular o descaminho dos pais de família.

É comum encontrarmos indicações de que o Alcazar revolucionou a vida noturna dos fluminenses com a introdução do *vaudeville* e da opereta. No entanto, o Alcazar foi precedido em muitos anos pela presença da primeira companhia dramática francesa que se apresentou no teatro São Januário, em 1840. A troupe dirigida pelo Sr. Ernest encenou peças na língua original, o que até então só ocorria entre amadores da colônia francesa no Rio de Janeiro¹¹. Por ocasião em que se celebrou o aniversário de sua majestade o Imperador, a 2 de dezembro de 1840, a companhia lhe prestou homenagem com o drama histórico *Napoleon ou Schoenbeunn*, precedido do *vaudeville Trop Hereuse*. Várias foram as *comédie-vaudeville*, *folie-vaudeville* e *drame mélés de chant*, que o público fluminense aplaudiu durante a temporada. A empresa francesa continuou suas atividades até 1843, exibindo no teatro São Januário os sucessos colhidos nos palcos do Palais Royal, Gymnase, e Théâtre de La Renaissance.

Dentre os dramaturgos encenados, o nome mais recorrente foi, sem dúvida, o de Eugène Scribe.¹²

A boa recepção que as peças de Scribe obtiveram no teatro S. Januário, teatro de pequenas proporções que se situava numa região menos nobre do centro, próxima ao porto, fez com que o seu concorrente imediato, o majestoso teatro São Pedro de Alcântara, passasse a exibir peças do mesmo autor. Assim, o afortunado dramaturgo francês se tornou assíduo em quase todos os palcos na capital brasileira.¹³ Um indício da difusão da obra de Scribe no Brasil encontra-se na presença de seu nome em vários catálogos de livreiros, como o da Livraria Belga-Francesa e da livraria Garnier, que lhe davam destaque nos anúncios diários de obras à venda.¹⁴ Em 1854 Garnier oferecia nos jornal *Diário do Rio de Janeiro* 15 títulos de Scribe em francês, vários deles já encenados nos palcos do teatro São Pedro, ao valor de 500, 600 ou 700 réis.¹⁵ Além disso, vendia a

¹¹ Segundo Lafayette Silva o grupo era comandado por Fortuné Segond. Contudo, a direção dele construiu nos jornais em 1843.

¹² De Scribe foram representados *Rodolphe, ou frère et soeur*, *Salvoisy, ou l'amoureux de La reine*, *Le chatte metamorphosée en femme*, *Le Gardien*, *Le Charlatanisme*, *Yelva* e *La Chinoise*, dentre outros dramas, *vaudevilles* e comédias.

¹³ A propósito de Scribe consultar Jean-Claude Yon. Eugène Scribe, *La fortune, et la liberté*. Paris: Librairie Nizet, 200. No teatro São Pedro de Alcântara representou-se com boa recepção crítica a peça *Dez anos da vida de uma mulher ou os maus conselhos* e no teatro S. Francisco *Le cheval Bronze*.

¹⁴ *Diário do Rio de Janeiro* 28\09\1847 e 9\10\1854.

¹⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, 5 de dezembro de 1854.

comédia em 5 atos *Compadrice*, na tradução portuguesa de J. B. Ferreira.¹⁶ Evidentemente, as peças de Scribe não eram as únicas a constar na listagem dos originais franceses disponíveis no mercado livreiro do Rio de Janeiro. Desde 1842 uma Typographia e Livraria com loja na rua do Ourives anunciava aos clientes a chegada de óperas cômicas, vaudevilles e comédias-vaudevilles.¹⁷ Em meados do século XIX, o repertório teatral integrava um importante segmento da produção editorial francesa que se espalhava pelo mundo, conforme mostra o estudo de Jean-Ives Mollier.¹⁸ A produção e a comercialização de libretos, peças dramáticas e partituras musicais definiu um dos vetores de disseminação da cultura francesa no Brasil, acompanhando de perto as excursões das empresas teatrais que viajavam pela América do Sul.

Nesse contexto, a inauguração do Alcazar foi antecedida ainda pela vinda de um segundo grupo profissional ao Brasil. Trata-se da Companhia Lírica Francesa, sob a direção do Sr. Levasseur. Nessa *troupe* destacou-se a atriz principal, Mlle Duval, que, segundo fizeram constar os jornais diários, havia recebido prêmio do Conservatório Francês e colhido calorosos aplausos no *L'Ópera Comique*. Os artistas de Levasseur receberam apreciações críticas positivas por parte de Martins Pena, em cujos folhetins, *A Semana Lírica*, encontram-se elogios ao desempenho dos cantores e ao repertório novo trazido do *L'Ópera Comique*. A grande novidade do grupo foram as montagens de óperas-cômicas de Scribe, várias delas em parceria com Auber.¹⁹

Está claro, portanto, que ao iniciar sua gestão no comando do Alcazar, o empresário Arnaud encontrou o caminho aberto. Como empresário, soube captar o gosto já sedimentado nas plateias fluminenses pelos espetáculos musicais. Por outro lado, se Arnaud não foi o introdutor dos gêneros ligeiros no Brasil, teve o mérito da exibição, em primeira mão, de composições do célebre Jacques Offenbach, cujas operetas alcançaram sucesso estrondoso no Rio de Janeiro, trazendo repetidas enchentes aos teatros, termo que equivalia à lotação máxima de público.

Em pouco tempo, as composições de Offenbach se converteram no carro chefe do Alcazar. O *Orphée aux Enfers* estreou a 3 de fevereiro de 1865 e rapidamente atingiu a uma quantidade incalculável de mais de 500 representações.²⁰ A tipografia Perseverança, que não tinha um histórico prévio no ramo das publicações teatrais, se apressou em lançar

¹⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 1 de dezembro de 1854. A edição portuguesa da peça: *A Compadrice*. Trad. J.B. Ferreira, Lisboa, Impr. De Cabellos, 1851.

¹⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 25 de outubro de 1842.

¹⁸ Jean-Ives Mollier. *O dinheiro e as letras - historia do capitalismo* editorial. São Paulo: Edusp, 2010.

¹⁹ Entre 1846 e 1847 a companhia Frances encenou de Scribe, *Dame Blanche*, que teve edição em Portugal (*A Dama Branca*. Libreto. 3 atos. Musica Boieldieu. Lisboa, Typ. Do A das Bellas Artes, 1842), *Ambassadrice*, *Diamants de La couronne*, *Cheval Bronze*, Maçon, dentre outros.

²⁰ *A Reforma*, 19 de junho de 1869.

o libreto, talvez pressentindo as garantias de rendimento que a publicação lhe traria²¹. Numa linha semelhante, o empresário Arnaud introduziu, além das sessões públicas, sessões particulares, ditas extraordinárias, ou seja, espetáculos para famílias curiosas em conhecer a peça. Sexta-feira, dia 7 de dezembro de 1866 realizou-se no Alcazar uma *soirée particulière de Orphée aux Enfers*.

Segundo o anúncio do jornal, os menores de 10 anos poderiam ingressar gratuitamente. Espetáculos extraordinários começam a ser organizados em resposta aos pedidos dos espectadores. Os folhetinistas já falam em “febre” de Offenbach. As operetas do célebre maestro são apresentadas alternadamente, de maneira a estender ao máximo o fenômeno.

Dia 8 de janeiro de 1867, os jornais já informam sobre a 30ª representação de *Barbe Bleue*. No dia 10 é a vez do retorno de *La Belle Hélène*. O mesmo informe publicitário antecipa a notícia de o recente sucesso parisiense, *La Vie Parisienne*, exibida a 31 de outubro de 1866, no Palais-Royal de Paris, encontrava-se em fase de estudos preparatórios. Dia 15 de janeiro de 1867 estreia a ópera fantástica *Les Trous Baisers Du Diable*, tendo como encerramento a ópera bufa *Restera chez lui Le*, ambas de Offenbach.

Para manter a casa sempre cheia, Arnaud não deixa de renovar os títulos em cartaz, embora as atrações principais permanecessem ininterruptamente no programa. Além de mudar as operetas, ele também encomendava pinturas decorativas para incrementar a *mise-en-scène*. Em 1869 a opera bufa *La Pèrichole* estreou com pintura inteiramente nova, encomendada ao artista espanhol Huáscar de Vergara.²² Há indícios de que a partir do segundo semestre de 1871, Arnaud tenha se afastado da direção artística, apesar de continuar sendo proprietário do imóvel. O Sr. A. Mallet assumiu seu lugar no comando do Alcazar. Arnaud havia conseguido transformar o estabelecimento apelidado de “teatro francês” em um negócio respeitável. O elenco que trabalhava na casa se renovou. Alguns artistas permaneceram no Brasil, outros se despediram da corte. Como sinal dos tempos, os palcos do Alcazar passaram a receber as companhias austríacas em excursão pelo país. O prestígio de Offenbach havia chegado a Viena e agora ecoava no Rio de Janeiro, por intermédio dos grupos que circulavam pelo continente.²³ Em 1875, o Alcazar anuncia a chegada do célebre grupo austríaco de V. Mathey em cuja temporada se enumeram as composições do músico.

Nas últimas décadas do século, artistas de nacionalidades diferentes entoaram melodias de Offenbach nos palcos brasileiros. Em 1894, Artur Azevedo, manifesta sua indignação com o que considera uma verdadeira traição italiana ao texto de *Les brigands*. Considera que o tradutor da versão utilizada pela companhia Tomba cometeu um atentado contra

²¹ *Orpheu nos Infernos*, opera bufa em dois actos e quatro quadros, por Mr . Hector Crémieux, musica de Mr. Jac-ques Offenbach. Rio de Janeiro, Typ. Perseverança, 1865.

²² *A Reforma*, 16\06\1869.

²³ A respeito de Offenbach e a difusão de sua obra pela Europa consultar Jean-Claude Yon. *Jacques Offenbach*. Paris: Edition Gallimard, 2000.

a peça, ao suprimir ditos espirituosos e cenas que mutilavam os números de música²⁴. Grupos vienenses, portugueses e espanhóis, para citar os mais assíduos, visitaram o Brasil com peças de Offenbach. Será necessário, portanto, acompanhar de perto sua presença no repertório das temporadas estrangeiras que se apresentaram no Brasil de 1880 em diante.

OFFENBACH NOS TEATROS DA CORTE

Apesar da suposta má reputação dos artistas do Alcazar, os fatos revelam que seus cantores se apresentavam em outros teatros e serviam de chamariz, garantindo a afluência de espectadores. Em 1863, os artistas do Alcazar integram o elenco do Théâtre Lyrique Fluminense em espetáculo variado, que contou com a presença da família real. Ao contrário do que se poderia imaginar, os gêneros alegres parisienses não se restringiam a um determinado endereço. Como não havia uma segmentação do mercado por teatros, segundo especificidade dos gêneros dramáticos, a presença das comédias musicadas era marcante no programa de praticamente todos os teatros, o que sinaliza, de certo, a preferência do público urbano dos segmentos médios pelos entretenimentos leves.

Prova disso encontra-se no espetáculo particular realizado no Teatro Lírico Fluminense, em benefício das obras da Igreja de Nossa Senhora do Bonfim e de Nossa Senhora do Paraíso, em S. Cristovão, no qual as cantoras do Alcazar, Mlle Arnal e Mme Irma-Marie, desempenharam papéis na ópera cômica *Le Dragons de Villars*, de Aiméo Maillart, e na ópera *La Chanson de Fortunio*, de Offenbach.²⁵

Em fevereiro de 1867, enquanto a cidade festejava o carnaval, o Théâtre Varietés, localizado no Jardim d'Ajuda 57, promovia um grande espetáculo extraordinário com Mlle Risette, celebridade parisiense e rainha da cançoneta contratada pelo Alcazar. No programa, a cantora representou um vaudeville em um ato e a ópera bufa *Vent Du soir, ou l'horrible festin*, de Offenbach. Dia 23 de março de 1867 estreou no Varietés a ópera cômica, em um ato, *Le 66*. Um ano depois, em fevereiro de 1868, considerando o prestígio de Offenbach, a nova empresa teatral que se formou teatro Eldorado, instalado à rua da Ajuda, lançou-se no mercado com a opereta *Le mari à La porte*. O grupo ainda estava realizando preparativos para a estreia quando o cronista da revista *Vida Fluminense*, entre cético e entusiasmado, anotou: “Esperamos e tenhamos fé em Offenbach. O maestro da moda já regenerou o Alcazar, não há de negá-lo. Por que não regenerará também o Eldorado?”²⁶

²⁴ Artur Azevedo. “O Theatro” em *A Notícia*, 24 de janeiro de 1895.

²⁵ *Jornal da Tarde*, 31 de agosto de 1871.

²⁶ “Theatrologia” em *A vida fluminense*. Folha joco-séria ilustrada. Rua do Ouvidor 52. 19 de fevereiro de 1868, p. 125-127.

A respeitabilidade conquistada pelos teatros graças à boa música de Offenbach sugere que suas operetas e sua atuação como maestro não tenham sido tão prejudiciais aos costumes brasileiros quanto se depreende ao ler as reclamações contra os atentados à moral pública, supostamente praticados nos espetáculos do Alcazar. O órgão democrático e republicano *A reforma*, por exemplo, citava Offenbach como exemplo de generosidade, informando que o maestro havia oferecido aos trabalhadores, revisores e tipógrafos franceses responsáveis pela publicação de suas obras um espetáculo inteiramente gratuito, como forma de retribuir-lhes pelo trabalho árduo nas tipografias.²⁷ Na ótica da imprensa liberal brasileira, a figura de Offenbach surgia quase como um contraponto aos interesses pecuniários dos empresários, que pareciam visar somente seus próprios lucros.

Em 1875 subiu à ribalta do teatro Cassino Franco-Brésilien a versão portuguesa de *Orphée aux Enfers*, da lavra de Eduardo Garrido. A peça esteve a cargo da companhia do ator e empresário Martins. A tradução de Garrido serviu, vinte anos mais tarde, à montagem realizada no teatro Variedades, merecendo de Artur Azevedo comentários ácidos. Artur Azevedo, além de crítico teatral era também dramaturgo e colaborador de Eduardo Garrido, com quem redigia comédias e burletas. No entender de Azevedo, o libreto de Crémieux havia envelhecido e suas caricaturas já não produziam o mesmo efeito. As bufonarias contra Napoleão III e sua corte devassa não faziam sentido para as plateias fluminenses. Apenas a música de Offenbach se sustentava. Por isso, declarava o crítico, Offenbach continuava adorável.²⁸ Quem envelheceu, “eu ou o *Barba Azul*?” perguntava Artur Azevedo, ao comentar a encenação do grupo Souza Bastos, no teatro Apollo.²⁹ Nem um, nem outro, concluía, reclamando da má execução da orquestra. Uma opereta ouvida mais de cinquenta vezes exigia movimentos vibrantes para não fazer dormir o espectador no teatro, ele resumia. Ora, se o prazer das melodias de Offenbach parecia incontestável, tamanha familiaridade com suas canções permitia comparações entre as companhias e exigia boas interpretações dos músicos e cantores. Offenbach, portanto, se tornara uma medida e um modelo.

OFFENBACH NAS PARÓDIAS

Um termômetro dos efeitos provocados pelo repertório do Alcazar Lírico na cena fluminense está nas criações que tomaram os motivos do Alcazar. É curioso acompanhar o processo de assimilação do repertório do Alcazar nos palcos de outros teatros da cidade. Em janeiro de 1863, poucas semanas após Arnaud assumir o comando da casa,

²⁷ *A reforma*, 8 de julho de 1875.

²⁸ Artur Azevedo. “O Theatro” em *A Notícia*, 24 de janeiro de 1895.

²⁹ Artur Azevedo. Idem 27 de julho de 1899.

o teatro Ginásio (sociedade Dramática Nacional) anuncia o benefício da atriz Clelia Carolina Freire de Carvalho. No programa anuncia-se a “muito aplaudida e espirituosa comédia em 3 atos, original francês de Theodore Barrière e Lambert, tradução do Sr. Aquiles Varejão, denominada *De um argueiro um cavaleiro*, seguindo-se pelo Sr. Vasques a grande cena cômica, de sua composição, na qual imita a diversos artistas do Alcazar, intitulada *O Sr. Anselmo apaixonado pelo Alcazar*, finalizando por cantar o Chico-Cando, de Mme Valotte. Terminará o programa com a comédia em um ato *O Novo Othelo*”.

Os bilhetes podiam ser procurados na casa da beneficiada, a quem se atribuía a função de escolher as peças representadas, no intuito de agradar a audiência e obter bons frutos com a renda da bilheteria. Nota-se na seleção do programa, que a escolha da beneficiada combina a encenação de autores franceses, cuja peça traduzida se ajusta à orientação dada pelos mantenedores do teatro, com peças brasileiras, que ridicularizam os espetáculos em cartaz. O ator Vasques, que integrava a companhia, se aproveitou do interesse crescente pelo Alcazar para fazer a paródia das partituras ali cantadas por Mme Valotte e extrair riso fácil das situações amorosas envolvendo as atrizes francesas.³⁰ No encerramento, o público assistiu à comédia *O Novo Othelo*, de autoria de Joaquim Manoel de Macedo, em que interpretação dada por João Caetano ao papel do mouro de Shakespeare, com base na tradução da adaptação francesa de Ducis, é motivo de burla. O público apreciou a paródia e Vasques redigiu uma segunda cena, apresentada em seu próprio benefício com o título de *Dona Rosa assistindo no Alcazar a um spectacle extraordinaire avec mlle Risette*.³¹

Vasques voltou à artilharia em 1868. Nessa ocasião o cômico havia se transferido para o teatro Phenix Dramática. No dia 31 de outubro estreou a paródia *Orfeu na roça*, baseada nos quatro atos de *Orphée aux Enfers*, cuja melodia acomodou aos propósitos da paródia.³² Quando a cena cômica de Vasques completou cinquenta apresentações, os artistas do Phenix lhe prestaram uma homenagem oferecendo uma cópia miniatura, encadernada em ouro.³³ Especula-se que o ator tenha atingido a marca

³⁰ Vasques estreou essa cena cômica em seu próprio benefício dia 10 de dezembro de 1862. A publicação saiu em 1863. Francisco Correa Vasques. *O Sr. Anselmo apaixonado pelo Alcazar*. Rio de Janeiro: Typ. Popular de Azeredo Leite, 1863.

³¹ Francisco Correa Vasques. *Dona Rosa assistindo no Alcazar a um spectacle extraordinaire avec mlle Risette*. Rio de Janeiro: Typ. Popular de Azeredo Leite, 1863.

³² A respeito de Vasques consultar Procópio Ferreira. *O ator Vasques – o homem e a obra*. São Paulo: Oficina de José Marques, 1939. Sivia Martins de Souza. *As noites do Ginásio – teatro e tensões culturais na corte (1832-1868)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. Anrea Marzano. *Cidade em cena. O ator Vasques, o teatro e o Rio de Janeiro (1839-1892)*. Rio de Janeiro: Folha Seca; Faperj, 2008.

³³ Sivia Cristina Martins de Souza. Op. Cit.

de 400 representações com essa paródia, o que não era nada desprezível nos termos da época. Uma vez consagrado, Vasques lançou, em dezembro de 1870, a paródia fantástica *Orfeu na cidade*.³⁴

O muitíssimo apreciado libreto de Meilhac e Halévy, *Barbe Bleue*, que estreou em 1866 no Alcazar, inspirou duas paródias a partir da música de Offenbach. A primeira delas intitulou-se *Barba de Milho*, em versão assinada por Augusto de Castro. A segunda teve autoria do jornalista maranhense Joaquim Serra e se chamou *Traga Moças*. O enredo dessa opereta, cumpre notar, foi fartamente glosado pela imprensa ilustrada e deu munição para os humoristas. O aproveitamento das composições de Offenbach, Lecoq, por exemplo, tornou-se frequente no Brasil. Na acomodação das operetas francesas ao português, muitas vezes, as peças ganhavam libreto novo, ao passo que a música se conservava tal qual a partitura original.³⁵

Outras vezes, o procedimento se invertia. O libreto era traduzido, enquanto a melodia se abasileirava. Músicos como Francisco Sá de Noronha, Abdon Milanez e Arthur Napoleão, esse último proprietário de uma editoria que comercializava partituras e libretos, participaram da criação de revistas e burletas inspiradas no repertório francês.³⁶

PARA ALÉM DO ALCAZAR

Os acontecimentos em torno do Alcazar agitaram a vida cultural e comercial do Rio de Janeiro. Fora dos palcos, surgiram serviços e produtos artísticos vinculados ao programa teatral. O músico Augusto Baguet, morador da rua da Ajuda no. 54 compôs uma série de partituras tiradas das cançonetas entoadas por Mme Valotte. Em 1862 Baguet anunciava a venda, em sua residência e na casa de Phillipone, à rua do Ouvidor no. 101, de *Chicocando*, quadrilha para piano sobre motivos Chicó Frisette, Laiton, *Ah ça Casimir* e Mirliton, todas extraídas do Alcazar Lírico. Vendia por 1\$000 rs. É bem provável que essa canção tenha se popularizado, visto que o ator Vasques também se utiliza de *Chico-cando* em sua paródia aos apaixonados pelo Alcazar.³⁷

³⁴ Francisco Correa Vasques. *Orpheu na cidade. Paródia fantástica em 4 actos do Orpheu nos Infernos em seguimento ao Orpheu na roça*. Rio de Janeiro: Typ. Popular de Azeredo Leite, 1870. 56p.

³⁵ Um exemplo pode ser visto na tradução de Eduardo Garrido para *A Grã-duquesa de Gérolstein* : opera burlesca em tres actos e quatro quadros / por Henri Meilhac e Ludovic Halévy ; musica de J. Offenbach. Lisboa : Typ. Univ. de Thomaz Quintino Antunes, 1868.

³⁶ Maria de Lourdes Rabetti e Paulo Maciel. “O teatro de opereta no Brasil: história e gênero.” *Anais do XIV Encontro Regional da Anpuh. Memória e Patrimônio*. Rio de Janeiro, 19 a 23 de junho de 2010.

³⁷ *Diário do Rio de Janeiro*. 19 de setembro de 1862.

De olho nos frequentadores noturnos do recinto, em torno do qual se construía uma lenda, o morador de um grande sobrado que ficava na rua S. Francisco de Paula nº. 10 teve a ideia de oferecer “comida limpa e saborosa, de casa particular, em mesa redonda, ou em mesas reservadas, colocadas noutra sala também arejada e bonita, a qualquer hora, por módico preço; lanches, refrescos etc. mesmo ao sair do Alcazar ou do teatro”.³⁸ As refeições realizadas antes ou após o programa teatral foram aos poucos sendo incorporadas pelos jornalistas e boêmios da cidade. Nesse momento, contudo, trata-se de um hábito a ser explorado pelos empreendedores com tino comercial.

Como parte da mitologia construída ao redor do Alcazar, surgem as ilustrações das revistas de recreação e cultura. Os periódicos ilustrados, sendo um dos desdobramentos da expansão editorial no mundo, encontram nos programas teatrais uma fonte rica de temas e sugestões. No Brasil, a revista *Lanterna Mágica*, lançada por Araújo Porto Alegre na década de 1840, se inspirava nas caricaturas de Daumier para fazer o retrato satírico dos diletantes das óperas italianas exibidas no teatro São Pedro de Alcântara. Na década de 1860, a revista *Semana Ilustrada* veicula imagens com diálogos humorísticas que satirizam os amantes do repertório francês. Os desenhos atingem tanto os frequentadores do Alcazar quanto o enredo orquestrado por Offenbach (em anexo). O interessante é que as melodias de Offenbach inspiram ilustrações e criações literárias. Nas narrativas ficcionais que a *Semana Ilustrada* publica, o comportamento das personagens masculinas é sugestionado pelas canções do Alcazar. Os protagonistas assoviam as cantigas como se revelassem a existência de segredos e desejos íntimos estimulados pelo repertório dramático. No plano do imaginário social, as operetas de Offenbach acionaram significados que aguardam investigações e sugerem caminhos.

CONCLUSÕES PRELIMINARES

Durante a segunda metade do século XIX travou-se no Brasil um intenso debate a respeito das reformas da instituição escravocrata, articuladas a um projeto de modernização mais ampla da sociedade brasileira. Juristas, médicos, intelectuais e artistas se engajaram na condução dessas questões.³⁹ A defesa de uma reforma social e moral da sociedade, passando pela instrução pública, pelos direitos civis e liberdades democráticas constituíram os temas centrais das discussões, que a dramaturgia repercutiu e as tipografias difundiram em forma de publicações impressas. Somou-se a isso, o conflito bélico com o Paraguai, que acentuou o desgaste do governo imperial e mobilizou os meios de comunicação.

³⁸ *Opinião Liberal*. 9 de abril de 1870.

³⁹ A propósito do debate intelectual envolvendo políticos e escritores ver Carlos Henrique Gileno. “A universalização da Instrução e as liberdades civis e políticas: uma leitura de Perdígão Malheiro”.

Nessas circunstâncias históricas, merecem ser esclarecidos alguns caminhos que a pesquisa atual sobre o teatro francês no Brasil abriu. Um deles diz respeito aos argumentos mobilizados pelos escritores do Ginásio Dramático contra o Alcazar Lírico, em nome de uma dramaturgia literária, voltada para a instrução e moralização da sociedade. Entender e situar tais argumentos à luz da dinâmica mercantil que os empreendimentos franceses trouxeram para o Brasil se mostra necessário. De outra parte, buscar informações sobre a tipografia Perserverança, que publicou peças de teatro e obras relativas aos debates políticos da época poderá iluminar o contexto de circulação das peças de Offenbach no Brasil e ajudar a explicar as motivações de seu sucesso, a despeito da rejeição dos que dominavam o campo literário.

OFFENBACH NO RIO: A febre da opereta no Brasil do Segundo Reinado

Anaïs Fléchet

(Universidade de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines)

Nos anos 1860, uma febre de novo tipo parece ganhar o Rio de Janeiro: Offenbach e suas óperas buffa, representadas em francês, traduzidas em português ou parodiadas por autores brasileiros, dominam a cada dia mais os teatros da cidade, para desgosto dos defensores da moral, do bom gosto e da literatura nacional. A origem da epidemia encontra-se em *Mlle Aimée* e a trupe parisiense do Alcazar lyrique, nas paródias de Vasques no Phenix Dramatica e nos espetáculos do Gymnasio, que apresentam os charmes da opereta a um público numeroso, socialmente diversificado e majoritariamente masculino, como testemunha a série de caricaturas publicadas pela revista satírica *A Vida Fluminense* em março de 1869 sob o título “Offenbach no Rio”¹.



¹ *A Vida Fluminense*, Rio de Janeiro, 13/03/1869.





O sucesso de Offenbach na capital imperial é mencionado em numerosos estudos sobre a história do teatro e da música brasileira. Alguns autores veem nesse fenômeno um sinal do *afrancesamento* das elites latino-americanas e da dominação de um novo modelo de divertimento fundado no tríptico opereta, cocotes e café-concerto². Outros preconizam uma abordagem mais crítica da presença das trupes estrangeiras na capital brasileira, insistindo no desenvolvimento da competição internacional no ramo do espetáculo³. Outros ainda encontram nas operetas francesas, rapidamente seguidas pelas zarzuelas espanholas, uma das origens do teatro musical brasileiro e da aparição de novas formas artísticas, como a *revista do ano* e a *burleta*⁴. Além do mais, a figura de Offenbach foi associada à biografia de alguns atores como Vasques, a estrela do Phenix Dramatica, e às polêmicas sobre o teatro nacional que agitaram a crítica brasileira ao longo do século XIX⁵.

² TINHORÃO, José Ramos *História social da música popular brasileira*. São Paulo: Editora 34, p. 213-215.

³ Ver, entre outros, MERCARELLI, Fernando Antonio, « O eclectismo e as companhias musicais », in FARIA, João Roberto (dir.), *História do teatro brasileiro*. São Paulo: SESC, t. 1. p. 253-275.

⁴ Cf. LOPES, Antônio Herculano, « Da Tirana ao maxixe: a “décadencia” do teatro nacional », in *Música e historia no longo século XIX*, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. p. 239-261; BRITO Rubens José Souza, « O teatro cômico e musicado: operetas, mágicas, revistas de ano e burletas », in FARIA João Roberto (dir.), *História do teatro brasileiro*. São Paulo: SESC, t. 1. p. 219-233.

⁵ Cf. MARZANO Andrea, *Cidade em cena. O ator Vasques, o teatro e o Rio de Janeiro (1839-1892)*. Rio de Janeiro: Faperj, 2008; SOUZA, Sivia Martins de, *As noites do Ginásio – teatro e tensões culturais na corte (1832-1868)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

No entanto, as modalidades de apropriação das obras de Offenbach pelo público brasileiro são ainda hoje pouco conhecidas. Na realidade, os autores mencionam frequentemente apenas um número reduzido de espetáculos - *Orphée aux enfers*, *La Belle Hélène*, *Barbe-bleue* e, eventualmente, *La Grande Duchesse* e *Les Brigands* -, o que é muito pouco em relação às 141 criações do *maestro* levantadas por Jean-Claude Yon e ao levantamento feito na imprensa brasileira da época. Sobretudo, o estudo da recepção foi frequentemente feito em detrimento da análise das circulações transatlânticas, que incluem os espetáculos e as trupes, mas também a música impressa e as traduções, e inscrevem-se num contexto econômico (gênese de uma cultura de massa) e político (censura) em constante mutação.

Partem de tais constatações as questões que estão na origem deste projeto: como medir a difusão das obras de Offenbach no Brasil para além de um discurso voluntariamente metafórico sobre a *febre* tomando de assalto a capital e as *marés* de espectadores se apressando para as portas do Alcazar⁶? Quais foram as modalidades de circulação dos espetáculos, mas também da música, cuja difusão não se limitava às portas dos teatros e incluía também os salões das famílias mais respeitáveis da capital? Como analisar as interpretações e as diferentes significações atribuídas ao repertório de Offenbach no Brasil, assim como as suas consequências sobre a produção nacional? O programa é vasto e eu não pretendo percorrê-lo integralmente neste artigo. Eu gostaria simplesmente de apresentar as primeiras conclusões da pesquisa em diálogo com a contribuição de Orna Levin sobre “Offenbach e o público brasileiro”.

Antes de entrar propriamente no assunto, um comentário sobre as fontes se faz necessário. A imprensa brasileira oferece informações preciosas para o estudo da difusão do repertório de Offenbach no Rio de Janeiro e nas províncias do Império. Os jornais diários publicam os anúncios dos espetáculos do dia na última página, em meio a diferentes publicidades de produtos capilares ou de venda de escravos, resenhas dos espetáculos parisienses, assim como algumas críticas teatrais. É possível, assim, encontrar abundantes referências a Offenbach no *Diário do Rio de Janeiro* (1822-1878), no *Correio Mercantil* (1848-1868), n’*A Actualidade* (1859-1864), no *Jornal da tarde* (1869-1872) e na *Reforma* (1869-1879). A primeira aparição de Offenbach na imprensa carioca identificada até esta etapa da pesquisa é um anúncio para *Les Deux Aveugles*, “bouffonnerie musicale en un acte” apresentada pelo “théâtre français” na sala S. Januário, publicado no dia 15 de novembro de 1856 no *Correio Mercantil*. As revistas ilustradas possibilitam igualmente acompanhar a programação dos teatros, graças às seções especializadas que se multiplicam ao longo desse período. Além da *Vida Fluminense* (1868-1874), Offenbach está presente nas colunas do *Bazar Volante* (1863-1868) e da *Revista Illustrada* (1876-1898), que publicam resenhas dos espetáculos acompanhadas de charges satíricas. Muitas revistas em

⁶ Ver, por exemplo : « Acerca dos Theatros », *A Vida Fluminense*, Rio de Janeiro, 06/03/1869, p. 2-3.

francês são igualmente editadas no Rio nos anos de 1860 e 1870, dentre as quais encontra-se Ba-ta-clan. Chinoiserie franco-brésilienne (1867-1871), fundada por Charles Berry em junho de 1867, algumas semanas após a estreia da opereta epônima de Offenbach no Alcazar lyrique⁷. Animada pelo jornalista francês Alfred Michon e pelo caricaturista J. Mill, a revista critica a política do governo imperial, mas dedica também longas páginas à avaliação dos méritos comparados das atrizes do Alcazar: as *alcazalianas*⁸. Esboçadas na capa, evocadas nas crônicas teatrais, essas últimas eram igualmente objeto de uma seção especial intitulada “L’Alcazar en robe de chambre” e redigem artigos para a revista à moda Jeanne de Bar, chamada “bébé rose”.

As partituras conservadas no departamento de música da Fundação Biblioteca Nacional (FBN) do Rio de Janeiro completam de forma muito útil os dados da imprensa: editadas no Brasil ou na França, em formato integral ou em números separados, elas atestam da pluralidade dos vetores de difusão da obra de Offenbach no Brasil. O acervo do Conservatório Dramático Brasileiro (CDB), instituição encarregada da censura teatral entre 1843 e 1897, constitui igualmente uma fonte de primeira importância: conservado na FBN para o período de 1843-1864 e no Arquivo Nacional para a sequência 1871-1897, ele apresenta no entanto o inconveniente de não cobrir os anos 1865-1870, que marcaram justamente o começo da *febre* de Offenbach no Brasil.

Esse conjunto de fontes permite a formulação de uma primeira série de hipóteses sobre a difusão do repertório de Offenbach no Rio, que poderão em seguida ser completadas por um estudo das modalidades de circulação em escala brasileira.

UMA FEIJOADA?

O sucesso das operetas de Offenbach inspirou diversas metáforas na imprensa brasileira: além da *febre* e da maré humana anteriormente evocadas, o Alcazar é comparado a uma “caixa de sardinhas de Nantes⁹” nas noites de representação de *La Grande Duchesse de Gérolstein* em 1868 e a opereta torna-se uma *feijoada* na linguagem dos empresários de espetáculo no anos 1870¹⁰. Que realidades quantitativas escondem-se atrás desse discurso crítico?

⁷ Em maio do mesmo ano. Sobre esta revista, ver o estudo pioneiro de VELLOSO, Mônica Pimenta, « Haute bicherie no Rio de Janeiro reconfigurações do olhar iluminista no imaginário franco-brasileiro », in FLÉCHET Anaïs, COMPAGNON Olivier e CAPANEMA Sílvia (orgs.), *Os franceses não tomam banho ? Imagens e imaginário da França no Brasil (sec. XIX-XX)*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, [no prelo].

⁸ O termo era empregado frequentemente pela imprensa da época para descrever as atrizes do Alcazar. Cf. MENEZES Lená Medeiros, « (RE)inventando a noite: o Alcazar Lyrique e a cocotte comédienne no Rio de Janeiro oitocentista », *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, UERJ/Faperj, n. 20-21, 2007, p. 90.

⁹ « Teatrologia », *A Vida Fluminense*, Rio de Janeiro, 25/04/1868.

¹⁰ L. Odoro « Resenha teatral », *Revista ilustrada*, 26/08/1876, p. 3.

Em primeiro lugar, é interessante sublinhar a diversidade dos espetáculos representados no Rio de Janeiro. Nesta altura da pesquisa, eu contabilizei 60 títulos diferentes para o período de 1856-1889 reunidos no quadro a seguir.

Título	Data de criação	Língua	Lugar
Les Deux Aveugles	1856	F	S. Januario
Estive no Circulo	ant. 1857	P	S. Januario
Monsieur va au cercle	1857	F	S. Januario
Une Nuit blanche	1858	F	Salão do Paraíso
Les Trois Troubadours	1858	F	S. Januario
Le Violoneux	1859	F	Alcazar
Vent du soir ou l'horrible festin	1859	F	Alcazar
L'Apothicaire et le perruquier	1863	F	Alcazar
Une Demoiselle en loterie	1863	F	Alcazar
Orphée aux enfers	1865	F	Alcazar
Monsieur Choufleury restera chez lui le...	1865	F	Lyriceo Fluminense
Un Mari à la porte	1865	F	Lyriceo Fluminense
Les Géorgiennes	1865	F	Alcazar
Les Bavards	1866	F	Alcazar
Le Mariage aux lanternes	1866	F	Lyriceo Fluminense
La Bonne d'enfant	1866	F	Théâtre des Variétés
Le Contrebandier	1866	F	Théâtre des Variétés
Ba-Ta-Clan	1867	F	Alcazar
Barbe-Bleue	1867	F	Alcazar
Daphnis et Chloé	1867	F	Alcazar
Jeanne qui pleure, Jean qui rit	1867	F	Alcazar
La Belle Hélène	1867	F	Alcazar
La Vie parisienne	1867	F	Alcazar
Le Pont des soupirs	1867	F	Alcazar
Les Trois Baisers du diable	1867	F	Alcazar
Geneviève de Brabant	1867	F	Théâtre des Variétés
Le 66	1867	F	Théâtre des Variétés
Les Deux Vieilles Gardes	1867	F	Théâtre des Variétés
La Grande Duchesse de Gerolstein	1868	F	Alcazar
Le Château à Toto	1868	F	Alcazar
Les Dames de la Halle	1868	F	Alcazar
Mr et Mme Diniz	1868	F	Alcazar
Orfeu na roça	1868	P	Phenix

A Baroneza de Cayapó	1868	P	Gymnasio
Fleur de thé	1869	F	Alcazar
L'île de Tulipatan	1869	F	Alcazar
La Chanson de Fortunio	1869	F	Alcazar
La Périchole	1869	F	Alcazar
Litzchen et Fritzchen	1869	F	Alcazar
Barba de milho	1869	P	Phenix
O fechamento das portas	1869	P	Phenix
Traga-moças	1869	P	Gymnasio
Orfeu na cidade	1870	P	Phenix
Les Brigands	1873	F	Alcazar
Orfeu nos infernos	1875	P	Cassino
La Créole	1876	P	Alcazar
A Grã-Duqueza de Gerolstein	1876	P	Phenix
Abel Helena	1877	P	
A viagem à lua	1877	P	Phenix
Madame Favart	1879	F	Brazilian Garden
La Boulangère a des écus	ant. 1880	F	Alcazar
O milho da padeira	1880	P	Phenix
Roberto	1882	P	
A arquiduqueza	1883	P	Novidades
Os salteadores	1884	P	
Garra d'açor	1889	P	Sant'Anna
La Rose de Saint Flour		F	
Bella perfumista		P	
Ponte dos suspiros		P	

A propósito desse quadro, vários comentários devem ser feitos. Em primeiro lugar, essa lista provisória deve ser reforçada especialmente para os anos de 1870 – período para o qual o levantamento da imprensa cotidiana ainda não foi realizado. Esse trabalho será feito em equipe, em parceria com Orna Levin, nos anos por vir. Em seguida, a data indicada não é necessariamente aquela da primeira representação no Rio, mas aquela da primeira montagem do espetáculo encontrada nas fontes brasileiras – o que explica as variações por vezes observadas. Por fim, nem todo teatro publica anúncios na imprensa e os cronistas tratam apenas dos espetáculos que chamaram a sua atenção, tornando difícil abordar globalmente a programação.

Esses elementos não diminuem, no entanto, a nossa surpresa diante da diversidade do repertório de Offenbach representado no Rio, o qual transborda em muito o Alcazar

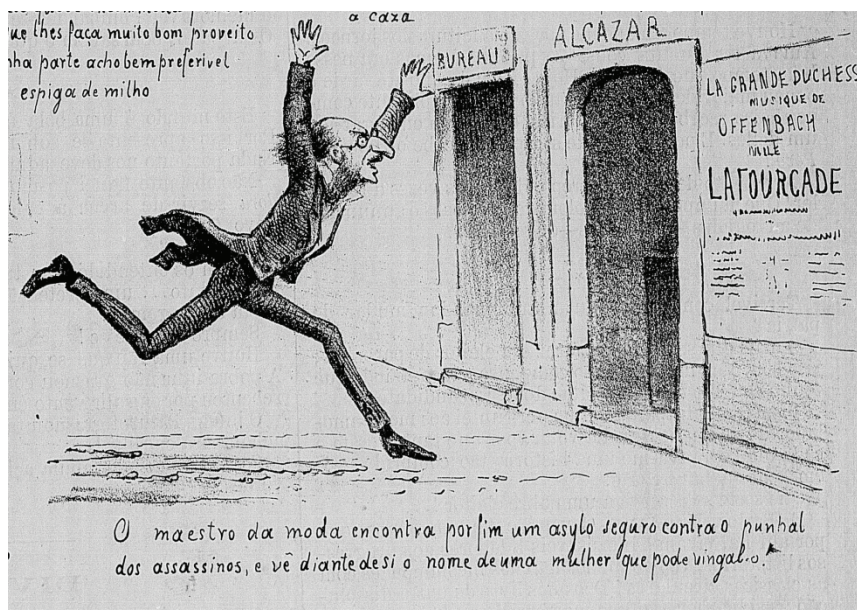
lyrique. Na realidade, mesmo que a maioria dos espetáculos seja apresentada em francês, as operetas de Offenbach são igualmente montadas em português em diversos teatros, como o Gymnasio e o Phenix Dramatica. Por vezes, a versão em português antecede mesmo a original: *Monsieur va au Cercle* é assim apresentado em francês no teatro São Januário em 1857, mas o relatório da censura indica que essa peça já havia sido montada em português sob o título *Estive no círculo*¹¹. Convém acrescentar ainda ao repertório de Offenbach *stricto sensu* as obras que lhe são atribuídas, assim como as paródias que se multiplicam na segunda metade dos anos 1860. Desse gênero, a criação mais conhecida é *Orfeu na roça*, uma paródia de *Orphée aux enfers* criada por Vasques e pela trupe do Phenix Dramatica, que atinge as 400 representações e constitui um marco na história do teatro no Rio¹². Mas nós poderíamos citar ainda a *Baroneza de Cayapó*, “imitation de la Grande Duchesse de Gérolstein”, criada pela companhia de Furtado Coelho no Gymnasio em dezembro de 1868; *Barba de milho e Traga-moças*, paródias de *Barbe Bleue* criadas no Phenix e no Gymnasio em fevereiro e maio de 1869; *Orfeu na cidade montada* no Phenix em 1870; ou *Abel, Helena* assinada por Artur Azevedo.

A maior parte dessas paródias funciona segundo um esquema similar: a ação é transportada para o cenário brasileiro (paisagem, personagens) e incrementada com diversos efeitos cômicos; a música, quanto a ela, permanece idêntica e estabelece o elo com a obra original, podendo, ao mesmo tempo, incluir certas variações. Assim, o final de *Orfeu na roça* inclui um *fadinho brasileiro* ao longo do qual todos os personagens se entregam ao prazer de uma dança sincopada.



¹¹ Arquivo CDB (FBN) : I-8-14, 112.

¹² Cf. SOUZA, Silvia Cristina Martins de. « Um Offenbach tropical: Francisco Correia Vasques e o teatro musicado da segunda metade do século XIX », *História e Perspectivas*, Uberlândia, 2006, n. 34, p. 225-259.



Para os “puristas”, estas variações eram um suplício, como testemunham as caricaturas que apareceram na imprensa da época¹³.

Elas constituem, no entanto, vetores de difusão eficazes do repertório de Offenbach, do qual elas propõem uma primeira modalidade de *abrasileiramento* que seria conveniente estudar mais profundamente. Como percebeu judiciosamente Antônio Herculano Lopes, essa estratégia de criação se baseia na deformação cômica, mas procede também a uma busca de legitimação retomando o repertório francês tão apreciado pelas elites brasileiras¹⁴. Mais do que “paródia”, é o termo de “imitação” que a imprensa emprega para anunciar os espetáculos, o nome de Offenbach servindo, de uma certa maneira, como apelo.

Além da variedade de espetáculos, o número de representações constitui um bom indicador do sucesso de Offenbach. Nesse quesito, *Orphée aux enfers* ocupa o topo da lista com mais de 500 representações entre a sua criação em fevereiro de 1865 e o final da década¹⁵. Seguem *La Belle Hélène*, *Barbe Bleue* e *La Grande Duchesse*. Seria portanto interessante comparar o sucesso relativo das operetas de Offenbach na França e em outros países europeus. As hierarquias são as mesmas ou é possível observar variações significativas? Nesse caso, é possível ver um indício de afirmação de gostos específicos?

Por outro lado, o estudo da programação teatral – na sua dupla dimensão, qualitativa e quantitativa – possibilita uma melhor periodização da *febre* da opereta no Brasil. Contrariamente ao que se escreve com frequência, a difusão do repertório de Offenbach é anterior à criação do Alcazar lyrique em 1859: desde 1856, o teatro São Januário, dirigido

¹³ *A Vida Fluminense*, Rio de Janeiro, 13/03/1869.

¹⁴ *Op. cit.*, p. 255.

¹⁵ *A Reforma*, Rio de Janeiro, 19 /06/1869 [citado por Orna Levin]

por Florindo Joaquim da Silva¹⁶, propõe vários espetáculos em francês e em português. Além disso, a abertura do Alcazar não promoveu uma difusão automática das obras de Offenbach, cujo número permanece relativamente limitado até 1865. Somente a partir dessa data, logo, a partir da composição de *Orphée aux enfers*, que o ritmo das criações se acelera, num primeiro momento lentamente, e de maneira exponencial entre 1867 e 1869. Uma análise minuciosa da imprensa cotidiana permitirá completar tais dados para os anos 1870, mas parece que o decréscimo se faz sentir na segunda metade da década. Em 1876, o repertório do Alcazar parece envelhecido e “antiquíssimo” ao crítico da *Revista Illustrada*, L. Odoro; em 1881, é com certa saudade que a revista evoca os “bons tempos” de *Orphée aux enfers*; e em 1895, Offenbach torna-se um “clássico” sob a pena do cronista A. Bitu¹⁷.

ATORES E PARTITURAS: QUE MODALIDADES DE CIRCULAÇÃO?

Uma vez estabelecida a amplitude da difusão, convém interrogar-se sobre as modalidades de circulação das obras de Offenbach de uma margem à outra do Atlântico. No atual momento da pesquisa, é possível identificar dois grandes vetores: as “trupes parisienses” e as partituras impressas.

A difusão das operetas francesas no Brasil tem por base primeiramente a circulação dos homens. A “trupe parisiense” do Alcazar lyrique é, assim, constituída por atores franceses que se instalam por um tempo no Rio a convite de “papa Arnaud”. Afim de alimentar o seu viveiro, esse último desloca-se regularmente a Paris, onde ele seleciona peças e contrata atores. Suas viagens são objeto de numerosos comentários na imprensa brasileira, ávida por descobrir as novidades de Paris, como testemunha esta nota publicada na *Vida Fluminense* em dezembro de 1872:

“A chegada do Sr. Arnaud e da *troupe parisienne* só poderá efetuar-se a 23 do corrente. Exultai, *habitués* ! Exultai ! É fora de duvida que o fino diretor fez a mais acertada aquisição, e que, graças a ela, em breve voltarão as *noites cheias* do teatro francês. Para estreia da *troupe* vai entrar em ensaios a ópera buffa de Offenbach, sob o título de : *Les Brigands* !¹⁸”

Estabelecer a galeria de atores do teatro francês e retrazar suas idas e vindas entre Paris e Rio constitui um dos objetivos maiores da pesquisa futura. Uma primeira análise da

¹⁶ SOUZA, Silvia Cristina Martins de. « O teatro de São Januário e o “corpo caixeiral”: teatro, cidadania e construção de identidade no Rio de Janeiro oitocentista », Associação Nacional de História – ANPUH XXIV Simpósio nacional de história, 2007.

¹⁷ *Revista illustrada*, Rio de Janeiro, 17/06/1876, p. 3; n. 255 07/1881, p. 3 ; n. 693, 08/1895, p. 6-7.

¹⁸ *A Vida Fluminense*, Rio de Janeiro, 10/12/1872, p. 6.

distribuição realizada a partir dos anúncios publicados na imprensa permite, no entanto, afirmar que, como um todo, os atores franceses que se produzem no Rio não são “celebridades” das buffas parisienses, para retomar a expressão do cronista teatral da *Vida Fluminense*: “Mathilde Lafourcade, embora não seja a *celebrité de la famille*, é inquestionavelmente a melhor cantora, que até hoje tem pisado as taboas do teatro francês.¹⁹” A única artista de peso a se produzir no Brasil ao longo desse período é Zulma Bouffar, que interpreta uma seleção de cenas de *La Vie Parisienne* no *Gymnasio* em agosto de 1872²⁰.

No entanto, os atores franceses são facilmente apresentados como “estrelas” pela imprensa brasileira: Mlle Aimée é “estrela parisiense”, “Mlle Dauran, estrela marsehesa”, Mlle Arsène, “a pérola lionesa”, etc²¹. O charme dessas atrizes foi frequentemente interpretado como a chave do sucesso de Offenbach, que teria assim tido êxito em seduzir os críticos mais sépticos. Machado de Assis, ainda que fervoroso defensor do teatro nacional, descreve assim Mlle Aimée: « É um demoninho louro, uma figura esbelta, graciosa, meio angélica, uns olhos vivos, um nariz como o de Safo, uma boca amorosamente fresca, que parece ter sido formada por duas canções de Ovidio, enfim, a graça parisiense, *toute pure*²² ». Porém, a admiração dos críticos brasileiros não envolve de forma incondicional o conjunto da trupe parisiense, algumas “estrelas” caindo rapidamente do seu firmamento. Em 1876, a partida de Mme Henry é festejada por estes comentários severos na *Vida Fluminense*: “*Bem grossa deve ser a nuvem em que tem de sumir esta ultima estrela, que se não é de primeira grandeza é com certeza de primeira gordura*”²³.

Apesar de tais reservas, os itinerários dos atores constituem um indicador de primeira importância para acompanhar a circulação das obras não somente entre Paris e Rio, mas também entre a capital imperial e as outras cidades do Brasil. Para além dos espetáculos no Alcazar lyrique, a trupe parisiense efetua turnês nas Províncias do Império durante a qual ela entusiasma o público, como no Maranhão em fevereiro de 1868²⁴. Ela visita também em diversas ocasiões a Argentina, assim como a companhia do teatro Phenix²⁵ – estabelecendo um eixo Rio / Buenos Aires cujo peso deve ser considerado para o estudo das circulações transatlânticas. Vem acrescentar-se a circulação das trupes entre o Brasil e Portugal, que se acentua a partir dos anos de 1880, graças à atividade de certos dramaturgos e empresários do espetáculo como Antônio de Sousa Bastos²⁶.

¹⁹ « Acerca dos Theatros », *A Vida Fluminense*, Rio de Janeiro, 06/03/1869, p. 2-3.

²⁰ « Rapadura teatral », *A Vida Fluminense*, Rio de Janeiro, 31/08/1872, p. 3.

²¹ Ver, por exemplo, *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 20/03/1868, p. 4.

²² Citado por BRITO, Rubens José Souza, *op. cit.*, p. 222.

²³ L. Odoro, « Resenha teatral », *Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, 13/04/1876, p. 2-3.

²⁴ « Correspondência. Maranhão », *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 29/02/1868, p. 2.

²⁵ L. Odoro, « Resenha teatral », *Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, 07/12/1876, p. 3.

²⁶ Não obstante um caráter voluntariamente romanceado, encontra-se preciosas indicações sobre as carreiras transatlânticas dos atores (principalmente coadjuvantes) nos escritos de Sousa Bastos sobre o teatro. Cf. *Carteira do artista. Apontamentos para a historia do teatro português e brasileiro*. Lisboa: José Bastos, 1898.

As partituras constituem um segundo vetor de difusão do repertório de Offenbach no Brasil. Algumas são editadas na França e distribuídas pelos editores brasileiros como indicam os carimbos apostos sobre a primeira página dos libretos. A partitura de *La Chanson de Fortunio*, conservada na FBN, apresenta assim dois carimbos: o primeiro indica o editor parisiense Au Ménestrel, Heugel & Cie, situado no 2 bis rue Vivienne; o segundo, o distribuidor brasileiro, no caso “o estabelecimento imperial Narciso & Artur Napoleão, Pianos e Músicas” instalado no 60-62, Rua dos Ourives no Rio de Janeiro. Da mesma forma, *Le Fille du tambour major*, editada por Choudens père et fils em Paris, apresenta o carimbo do estabelecimento de “piano e músicas” de Isidoro Bevilacqua situado no 43, Rua dos Ourives, no Rio²⁷. Ademais, essa partitura apresenta a vantagem de conter várias menções escritas. Nela encontramos assim a seguinte indicação: “representado pela primeira vez em Português no Théâtre das Novidades, 1º de julho de 1883, Rio de Janeiro. Direção: Sousa Bastos.” – assim como a distribuição dos diferentes papéis. Longas passagens do libreto são igualmente traduzidas diretamente na pauta musical – o que permite acompanhar de perto o procedimento de apropriação. A partitura de *Pont des soupirs*, conservada na FBN, contém igualmente longas passagens traduzidas à mão para o português, assim como passagens riscadas que oferecem preciosas indicações sobre os processos de seleção da obra na criação de espetáculos além-mar. Por ora, eu não identifiquei com precisão o autor de tais traduções, mas pode tratar-se de Eduardo Garrido, que traduziu diversas operetas de Offenbach para o português, inclusive *Orphée aux enfers*, *La Grande Duchesse de Gerolstein* e *Le Voyage dans la lune*²⁸.

Para além das traduções, partituras são editadas no Brasil. Trata-se, na maioria dos casos, de números separados para piano. O editor musical Filippone e Tornhaghi, situado no 101 da Rua do Ouvidor no Rio, publica assim uma série de quadrilhas sobre temas de Offenbach, como *Les Bavards*, *Toto* e *La Belle Hélène* com arranjo de E. Kelterer. A casa de piano Buschman e Guimarães, situada no 52, Rua dos Ourives, publica a quadrilha de *Orphée aux enfers* por Strauss; J. C. Meirelles & Cie põe à venda números separados das *Géorgiennes* no 58, Praça da Constituição (atual Praça Tiradentes); enquanto que a casa de música *A Lyra de Apollo*, situada no 111, Rua do Ouvidor, propõe uma quadrilha do *Roi Carotte* e a valsa de *La Belle Hélène* por Strauss. Essas partituras são interessantes sob diversos aspectos. Por um lado, elas lembram a importância do impresso nas circulações musicais numa época onde as técnicas de gravação ainda são balbuciantes – a primeira apresentação do fonógrafo de Thomas Edison data de dezembro de 1877. Por outro lado,

²⁷ Sobre este editor, ver LEME, Mônica Neves, « Isidoro Bevilacqua e Filhos : radiografia de uma empresa de edição musical », in LOPES et alii, *Música e história no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011, p. 117-160.

²⁸ Cf. *Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, 13/ 04/1876, p. 2-3 ; 20/10/1877, p. 2.

elas indicam que a difusão das obras de Offenbach transbordam largamente as salas de espetáculo. Assim, se o Alcázar é proibido às meninas de boa família, elas constituem o principal alvo dos comerciantes de piano e dos editores de partitura, o que convida a repensar não somente a questão do gênero, mas também a dimensão social da difusão do repertório de Offenbach.

À guisa de conclusão, eu evocarei brevemente a questão da recepção – estudada mais detalhadamente por Orna Levin. O nome de Offenbach foi frequentemente associado às noções de crise e de decadência no Brasil: crise do teatro nacional em concorrência com trupes estrangeiras, decadência do gosto do público buscando unicamente a diversão, degenerescência dos costumes sobretudo – o reino das cocotes ameaçando a perenidade da família patriarcal e anunciando o desregramento das relações de gênero. A consulta das fontes da época na sua diversidade convida, entretanto, a nuançar essas afirmações. Até hoje, eu não encontrei nenhuma indicação de obra censurada nos arquivos do *Conservatório Dramático Brasileiro*. Para o período de 1843-1864, existem relatórios sobre as seguintes peças: *L'Apothicaire et le perruquier*, *Le 66 !*, *Le Mariage aux lanternes*, *Le Violoneux*, *Monsieur va au Cercle*, *Deux Vieilles Gardes et Vent du soir ou l'horrible festin*. Todas são autorizadas sem dificuldade pelos censores, que em geral só lhes dedicam algumas linhas. O relatório mais detalhado é assinado por Francisco Joaquim Bittencourt da Silva sobre *Vent du soir* em 1859:

“A opereta em um ato do Sr Gilles, intitulada *Vent du soir ou l'horrible festin*, é um brinquedo literário que talvez o autor escrevesse para satisfazer ao gênio musical do distinto J. Offenbach, que neste gênero de composição se tem celebridade. Não [oferece ao] auditório os horrores que o título lhe promete, pois terá por fim de satisfazer com alguns ditos engraçados e com as belezas da partitura. Não há caracteres pronunciados, nem protagonista, e qualquer tipo que se quiser afinar definhará por falta de animação e interesse cênico. A custa do que [...] dito está claro que não ataca nenhum dos artigos proibitivos da nossa lei regulamentar, 9 de maio de 1859²⁹”.

A leitura atenta da imprensa parece confirmar os relatórios da censura: se certos críticos evocam o perigo que corre o teatro nacional, outros saúdam o “gênio musical” de Offenbach. Outros ainda confessam apreciar fortemente a opereta, mesmo sendo suspeitos de cometer um “crime de lesa-Wagner³⁰”. Além disso, a crítica aponta elementos que ultrapassam frequentemente a oposição dicotômica entre defensores e detratores do criador de Orphée. A questão da interpretação musical é assim recorrente nas crônicas teatrais, como testemunha este trecho da *Revista Illustrada* do dia 20 de maio de 1876:

²⁹ Rio, 9 de maio de 1859. Archives CDB (FBN) : I-08.16.003.

³⁰ Segundo A. Gil no editorial da *Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, 28/07/1877.

“De notas falsas houve também grande abundância esta semana pelo Alcazar. Foram pretexto para a sua emissão a *Chanson de Fortunio* e *La tymbale d’argent*, duas operetas tão lindas e que já foram ali mesmo tão bem cantadas ! É pena que assim se estraguem as peças. Verdade é que embaçados são somente os que querem ser, pois fácil é a diferença entre as notas verdadeiras e as que estão sendo ali postas em circulação³¹”.

A qualidade das traduções é também objeto de comentários altamente negativos como nesta crônica de 1883:

“Já sabem de sobra o que eu penso sobre a tradução de *Mme L’archiduc*, ora em cena nas Novidades. Pareceu-me sempre demasiada *liberdade* traduzir *Mme, l’archiduc* por *A archi duquesa*, e com a franqueza que tantos desafetos me tem angariado, o disse aqui mesmo neste lugar. Com o espírito que todos lhe reconhecemos, um dos tradutores desculpou-se com a bestidade do público: “Se traduzimos como devíamos, o público não entenderia”. O público tem as costas largas³²”.

Para concluir, parece-me que numerosas pistas se apresentam a nós para estudar a presença de Offenbach no Brasil: os lugares, os homens, as partituras, mas também a censura e a crítica formam um conjunto complexo e por vezes contraditório que convida a pensar *no plural e em diferentes escalas* as modalidades de circulação da opereta francesa entre as duas margens do Atlântico.

³¹ « Resenha theatral », *Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, 20/05/1876, p. 3.

³² JULY, Daniel, « Pelos Teatros », *Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, n. 351 08/1883, p. 6-7.

